



A BIBLIOFILIA EM PORTUGAL NO INÍCIO DA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

O EXEMPLO DE D. FREI MANUEL DO CENÁCULO
Volume I

Márcia Carolina Ferreira de Oliveira

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Informação e da Documentação

ORIENTAÇÃO: *Professor Doutor Francisco António Lourenço Vaz*

ÉVORA, NOVEMBRO 2012





A BIBLIOFILIA EM PORTUGAL NO INÍCIO DA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

O EXEMPLO DE D. FREI MANUEL DO CENÁCULO
Volume I

Márcia Carolina Ferreira de Oliveira

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Informação e da Documentação

ORIENTAÇÃO: *Professor Doutor Francisco António Lourenço Vaz*

ÉVORA, NOVEMBRO 2012



Às minhas sobrinhas, Inês e Joana,
para que nestas linhas encontrem estímulo para um dia fazerem muito melhor.

A BIBLIOFILIA EM PORTUGAL NO INÍCIO DA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA – O EXEMPLO DE D. FREI MANUEL DO CENÁCULO.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo estudar a bibliofilia de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), a partir do estudo sistemático da correspondência enviada e recebida, dos seus diários, dos róis de livros que estão anexos à correspondência e das censuras que fez enquanto Deputado da Mesa Censória. Esta documentação foi cruzada com as obras impressas de Cenáculo, de forma a reconstituir a rede de citações bibliográficas, e com a memória documental resultante das suas iniciativas de criação e dotação de bibliotecas. Todos estes dados serviram para analisar e contextualizar as atividades de Cenáculo em quatro aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, estuda-se a sua atividade numa época e rede de relações particulares, num meio caracterizado pelas ideias iluministas católicas. O estudo incide, depois, sobre a figura de Cenáculo enquanto autor, leitor, censor e pedagogo. As trocas de livros efetuadas e a criação e apoio de bibliotecas completam a investigação realizada.

A visão de conjunto que decorre destas etapas propõe uma figura multifacetada e ambivalente, numa época que conheceu várias transformações, nomeadamente no domínio da reforma dos estudos e da própria conceção do saber. Cenáculo, membro ativo das reformas levadas a cabo em pleno consulado pombalino, dedicou muito do seu tempo a diligenciar em torno de livros, promovendo a sua utilização nos estudos, mas também a criação de bibliotecas públicas e particulares onde estes instrumentos do saber pudessem ser consultados. Paralelamente, por via dos cargos que desempenhou, nomeadamente na censura, coartou o acesso a algumas composições escritas, subordinando a sua paixão pelos livros à ordem político-social existente.

Palavras-chave: Frei Manuel do Cenáculo; Bibliofilia; Bibliotecas; Instrução; Livros; Pombal; Reformas do Ensino.

BIBLIOPHILIA IN PORTUGAL AT THE BEGINNING OF CONTEMPORARY AGE: THE EXAMPLE OF D. FREI MANUEL DO CENÁCULO.

ABSTRACT

The aim of this work is the analysis of D. Frei Manuel do Cenáculo bibliophilia (1724-1814) by the systematic study of his sent and received correspondence, diaries, book roles and censures he made. This documentation was crossed with his printed work in order to reconstruct the net of bibliographical citations, and with the documental memories of his initiatives in the creation and endowment of libraries. All of these data served to analyse and contextualize Cenáculo activities in four basic aspects. Firstly, we study his activity in a particular time and relations network, inside an environment characterized by the Catholic Enlightenment ideas. The study focuses then on the figure of Cenáculo as an author, reader, censor and pedagogue. The exchanges of books and the initiatives of creation and support of libraries complete the investigation. The overall picture that can be taken from these stages suggests a multifaceted and ambivalent figure, at a time where various transformations were felt in the field of studies and in the concept of knowledge. Cenáculo was an active member of the reforms carried out in Pombal consulate and devoted much of his time promoting the use of books in studies and in the creation of public and particular libraries, where these instruments of knowledge could be found. Likewise, because of his duties, namely as censor, forbade access to some written compositions subordinating his passion for books to the existing socio-political order.

Keywords: Frei Manuel do Cenáculo; Bibliophilia; Books; Instruction; Libraries; Pombal; Studies Reformation.

AGRADECIMENTOS

Um projeto de doutoramento constitui-se como um trajeto singular de formação e investigação. Enquanto tal, conhece momentos de maior entusiasmo, a par de outros mais delicados. Em todos esses instantes recebi o apoio de diversas pessoas, que de uma maneira ou de outra, apoiaram este trabalho, ajudando-o a prosseguir. Na impossibilidade de retribuir a todos com quem me cruzei neste itinerário, cumpre-me realçar individualmente algumas pessoas, cujo auxílio foi fundamental e a quem agradeço:

Ao Professor Doutor Francisco Lourenço Vaz, que me incentivou e apoiou na conceção deste projeto, aceitando assumir a sua orientação científica. A sua orientação, as sugestões e correções feitas foram fundamentais para o crescimento deste trabalho.

Ao Professor Doutor Augusto Santos Fitas e à Professora Doutora Maria de Fátima Nunes que, enquanto diretores do CEHFC_i, procuraram proporcionar-me todas as condições para desenvolver um trabalho de qualidade.

À FCT pelo apoio concedido através da bolsa de Doutoramento, sem o qual teria sido impossível empreender este itinerário.

À Professora Doutora Maria de Fátima Cunha Moura Ferreira, muito mais que uma professora, uma grande amiga, que apoiou todo o meu trajeto, estimulando-me desde o tempo da Licenciatura a trabalhar em investigação. O seu auxílio foi crucial e a sua presença e apoio contínuos permitiram-me ultrapassar os momentos mais difíceis.

Aos vários professores que tive o privilégio de conhecer durante o meu trajeto formativo, nomeadamente na Universidade de Évora e na Universidade do Minho. De muitos recebi apoio e indicações relevantes para a investigação desenvolvida. Com todos eles aprendi.

Aos vários investigadores com quem me cruzei em algumas atividades científicas, muito obrigada por todas as sugestões.

Às diversas Bibliotecas que frequentei, algumas das quais facilitaram o acesso e reprodução pessoal de alguns fundos.

Aos técnicos dessas Bibliotecas, pela afabilidade com que me receberam e pela paciência e diligência com que responderam aos inúmeros pedidos de urgência. Destaco neste particular o Dr. José Chitas e a Dr.^a Jacinta Canelas, da Biblioteca Pública de Évora, pelo grande profissionalismo e simpatia com que me receberam na instituição.

Aos muitos colegas de curso e de trabalho, obrigada por todas as palavras de apoio.

Finalmente, um agradecimento muito especial à minha família e amigos. A todos devo a presença e incentivo permanentes, assim como a tolerância inesgotável perante as minhas ausências. Sem dúvida muito deste esforço é vosso.

ÍNDICE VOLUME I

	Página
INTRODUÇÃO	1
1. Revisão da literatura, metodologia e fontes	5
1.1. Revisão da Literatura	5
1.2. Metodologia	20
1.3. Fontes	27
2. Cenáculo entre bibliófilos setecentistas.	43
2.1. A época e o percurso de Cenáculo.	43
2.2. As relações epistolares como estruturantes de um percurso	60
2.3. Cenáculo e as afinidades com outros bibliófilos.	93
2.3.1. D. Gaspar de Bragança.	96
2.3.2. D. João Magalhães de Avelar.	100
2.3.3. Frei Francisco de S. Luís Saraiva.	107
2.3.4. D. Joaquim Xavier Botelho de Lima.	116
2.3.5. Francisco Pérez Bayer.	124
2.3.6. Gregório Mayans.	130
3. Cenáculo e a sua relação com livros.	139
3.1. Cenáculo o autor	144
3.1.1. A obra impressa de autoria de Frei Manuel do Cenáculo	148
3.2. Cenáculo o leitor	192
3.2.1. As leituras registadas por Cenáculo	200
3.2.2. As citações de livros e autores a partir da análise das suas obras impressas.	207
3.3. Cenáculo o censor	222
3.3.1. A censura em Portugal.	224
3.3.2. As censuras assinadas por Cenáculo.	233
3.4. Cenáculo o pedagogo	266
3.4.1. Os livros propostos para educação dos Religiosos.	267
3.4.2. A Instrução do Príncipe da Beira	287
4. Cenáculo o bibliófilo e a troca de livros	296
4.1. Análise das trocas de livros na correspondência e diário	302
4.1.1. Os livros na correspondência enviada	302
4.1.2. Os livros na correspondência recebida	319
4.1.3. Os livros no diário	345
4.2. Os róis de livros.	352

LISTA DE TABELAS VOLUME I

Tabela 1	Menções a composições escritas, livros e autores	25
Tabela 2	Locais de expedição e nº de cartas enviadas por Cenáculo	34
Tabela 3	Locais e nº de cartas recebidas, de origem nacional, na correspondência inédita	36
Tabela 4	Locais e nº de cartas recebidas, de origem estrangeira, na correspondência inédita	38
Tabela 5	Caracterização sumária da correspondência trocada com dois correspondentes	79
Tabela 6	Línguas de Composição das obras do Catálogo Botelho de Lima	122
Tabela 7	Registos de leituras no Diário de Cenáculo	201
Tabela 8	Informações recolhidas em cada citação nas obras de Cenáculo	208
Tabela 9	Censuras presentes na Biblioteca Pública de Évora	237
Tabela 10	Bibliotecas de destino das obras mencionadas na correspondência enviada por Cenáculo	314
Tabela 11	Valores Globais das composições mencionadas na correspondência enviada por Cenáculo	316
Tabela 12	Menções a autores nos dois núcleos de correspondência recebida	321
Tabela 13	Menções a editores na correspondência recebida	330
Tabela 14	Menções a datas de composição na correspondência recebida	331
Tabela 15	Menções a locais de edição na correspondência recebida	333
Tabela 16	Menções à língua de composição na correspondência recebida	335
Tabela 17	Bibliotecas a que se destinam as composições escritas na correspondência recebida	339
Tabela 18	Valores globais das composições mencionadas na correspondência recebida	344
Tabela 19	Relação das compras efetuadas por Pagliarini	360

Tabela 20	Línguas de edição das obras dos róis de Pagliarini	361
Tabela 21	Cronologia das obras dos róis de Pagliarini	364
Tabela 22	Formatos das obras dos róis de Pagliarini	366
Tabela 23	Distribuição do nº de obras em História e suas Ciências auxiliares no rol de Pagliarini	372
Tabela 24	Distribuição do nº de obras de Literatura no rol de Pagliarini	373
Tabela 25	Distribuição do nº de obras de Religião no rol de Pagliarini	374

LISTA DE GRÁFICOS VOLUME I

Gráfico 1	Distribuição da correspondência por núcleos	29
Gráfico 2	Distribuição do nº de cartas recebidas por locais	35
Gráfico 3	Temática das obras do catálogo de Botelho de Lima	120
Gráfico 4	Distribuição da obra impressa de Cenáculo por língua de composição	151
Gráfico 5	Distribuição do nº de citações por obra	210
Gráfico 6	Distribuição das obras citadas por séculos	212
Gráfico 7	Distribuição da % de obras reprovadas e aprovadas nas censuras de Cenáculo	244
Gráfico 8	Distribuição percentual da identificação do autor na correspondência enviada por Cenáculo	303
Gráfico 9	Distribuição do nº de autores, de acordo com a frequência, na correspondência enviada por Cenáculo	304
Gráfico 10	Distribuição do nº de obras mencionadas nas cartas enviadas por Cenáculo, por formatos	309
Gráfico 11	Forma de “apropriação” dos livros e outros escritos, na correspondência enviada por Cenáculo	311
Gráfico 12	Distribuição percentual da identificação de autor na correspondência recebida	321
Gráfico 13	Distribuição do nº de autores de acordo com a frequência, na correspondência recebida catalogada	322
Gráfico 14	Distribuição do nº de autores de acordo com a frequência, na correspondência recebida inédita	325
Gráfico 15	Distribuição de acordo com as datas de composição das obras mencionadas na correspondência recebida	332
Gráfico 16	Distribuição do nº de obras por formatos na correspondência recebida	334
Gráfico 17	Forma de “apropriação” dos livros e outros escritos, na correspondência recebida	337
Gráfico 18	Distribuição percentual da identificação de autor nas obras mencionadas no diário	346

Gráfico 19	Distribuição do nº de obras mencionadas por formatos, no diário	347
Gráfico 20	Forma de “apropriação” de livros e outros escritos, no diário	349
Gráfico 21	Distribuição por datas de edição, do rol de livros de Buytrago	354
Gráfico 22	Distribuição por língua de edição, do rol de livros de Buytrago	354
Gráfico 23	Distribuição temática do rol de livros de Buytrago	356
Gráfico 24	Distribuição percentual de cada língua nos róis de Pagliarini	362
Gráfico 25	Distribuição por categorias temáticas no rol de Pagliarini	370

LISTA DE FIGURAS VOLUME I

Figura 1	Mapa da localização das cartas escritas por Cenáculo	33
-----------------	--	----

LISTA DE ESQUEMAS VOLUME I

Esquema 1	Genealogia de Frei Manuel do Cenáculo	56
Esquema 2	Ordem de leitura e livros recomendadas aos Noviços	277

ABREVIATURAS

AAVV.	Vários autores
A.D.B.	Arquivo Distrital de Braga
A.D.E.	Arquivo Distrital de Évora
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
<i>Apud</i>	Junto de, a partir de
Arm.	Armário
Art.	Artigo
B.A.C.	Biblioteca da Academia das Ciências
B.N.M.	Biblioteca Nacional de Madrid
B.N.P.	Biblioteca Nacional de Portugal
B.P.B.	Biblioteca Publica de Braga
B.P.E.	Biblioteca Pública de Évora
Coord.	Coordenação
Conv.	Convento
Cap.	Capítulo
Cf.	Confrontar, conferir
Cod.	Códice
Cx.	Caixa
Dir.	Direção
Ed.	Edição
<i>Et. al.</i>	E outros
Fl.	Folha, ou fólio
Fr.	Frei
Ms.	Manuscrito
Most.	Mosteiro
Org.	Organizador
s.d.	Sem data (de edição)
s.l.	Sem local (de edição)
s.n.	Sem nome
Sep.	Separata
Port.	Portaria
Vol.	Volume

INTRODUÇÃO

Ao longo deste trabalho, procuraremos estudar a bibliofilia em Portugal, olhando em particular o caso de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814). Tendo sido responsável pela criação de várias bibliotecas e entusiasta da criação de hábitos de leitura e instrução, o que nos interessará é reconstituir e contextualizar as várias facetas que relevam a centralidade dos livros na sua atuação.

Como se sabe, os estudos recentes na História do Livro e da Leitura acentuam a importância do livro enquanto objeto cultural, sobretudo na afirmação de uma cultura escrita e na difusão das ideias científicas. Dentro dessa linha de pensamento, os dados que se conhecem acerca da trajetória formativa e profissional de Cenáculo mostram o seu investimento em livros, bibliotecas e escolas, tendo como horizonte a promoção da “felicidade pública”. Nesse sentido, a sua obra assume um cariz eminentemente reformista, ainda que dentro de um quadro de manutenção do quadro político vigente. A relevância que os livros assumem no pensamento do Bispo surge, assim, diretamente associada à viragem cultural que afetará o nosso país, na época em que o prelado viveu e à receção e importância que alguns ideais Iluministas vão assumindo no seu pensamento. Com efeito, muitas das ideias que defendeu e das diligências que empreendeu, no que concerne aos livros e reformas de ensino, são propiciadas pelos contactos com alguns ideários iluministas que circularam. Valorava-se acima de tudo o papel dos livros enquanto “produtores de conhecimento” e a possibilidade de os utilizar como instrumentos de difusão do saber e da ciência. Os livros foram encarados, nessa perspetiva, como ferramentas cruciais para alcançar a reforma cultural da sociedade, contribuindo, por essa via, para promover a felicidade humana.

Tentaremos, globalmente, perceber a evolução do pensamento iluminista que se patenteia na sua obra, nomeadamente na sua visão sobre o papel da instrução, dos livros e das bibliotecas, enquanto promotores do saber e da ciência. O estudo pretende averiguar a transformação das ideias que se evidencia no pensamento deste prelado, que o levou a encarar os livros como mais que simples objetos de coleção. Nessa linha, os livros surgem como instrumentos úteis para a prossecução de um plano que visava a modernização cultural de um país que, a par do seu parceiro Ibérico, era

visto, à época por alguns mentores do iluminismo europeu, como Voltaire, como arquétipo do atraso resultante da ortodoxia católica. Os contactos com alguns ideais iluministas e a admissão da centralidade do livro na sua promoção fizeram-se de formas distintas, mas assumem particular importância as redes de conhecimento e relações que o bispo estabeleceu.

Estruturámos o trabalho de análise em cinco capítulos, sendo que o primeiro é relativo ao Estado da Arte e à identificação das Fontes e Metodologias. Em termos metodológicos privilegiámos uma abordagem qualitativa das fontes, na linha das propostas que têm vindo a ser defendidas por vários autores no âmbito da História do Livro e da leitura. No entanto, não excluimos a introdução de alguns elementos quantitativos, sobretudo quando procurámos aduzir dados acerca de conjuntos de livros referidos nos núcleos documentais que foram tratados.

No segundo capítulo, começaremos, desde logo, a analisar as relações que Cenáculo estabeleceu com os seus pares, que se constituíram num contexto político e social particular, que importa ter presente. Procuraremos apurar contactos que o bispo estabeleceu através das suas cartas e também estabelecer algumas comparações com a atividade de outros bibliófilos e ilustrados da época, com os quais muitas vezes partilha gostos e preocupações próprias “do tempo”. Tanto o seu percurso formativo, como a época em que viveu, bem como a as relações epistolares que empreendeu, foram estruturantes da sua atividade enquanto bibliófilo, marcando muitas das preferências e ideais que defendeu neste domínio. A rede de relações que se constituiu por via da sua correspondência funcionou como uma verdadeira rede de trocas de informações acerca de livros, servindo paralelamente para a permuta de ideias e debate de soluções para alguns dos problemas que se diagnosticavam no campo do ensino e da cultura. Os contactos que o bispo estabelece, possibilitados pelas muitas epístolas que permutou, dão conta da partilha de preocupações, entre muitos eruditos, face ao panorama cultural ibérico.

Paralelamente, a importância atribuída aos livros enquanto instrumento de difusão do saber pode ser também constatada através do exame das diferentes relações que o prelado pacense estabeleceu com estes instrumentos. Assim, no terceiro capítulo, perspetivaremos Cenáculo enquanto autor, leitor, censor e pedagogo. Ciente das potencialidades dos livros enquanto agentes de mudança e

promotores do saber, Cenáculo escreveu e fez imprimir várias obras de sua autoria. Como se constatará ao longo da análise sobre o seu perfil enquanto autor, os assuntos e registos discursivos das diferentes composições escritas do bispo de Beja conhecem diferenças entre si, mas deixam perpassar, por um lado, a tentativa do bispo em promover determinadas ideias, nomeadamente a da centralidade do ensino e imprescindibilidade de mudanças neste sector. Por outro lado, demonstram que, enquanto autor, Cenáculo condicionou e foi simultaneamente condicionado pela sua época. Com efeito, algumas das propostas que faz decorrem do conhecimento, preocupações e imposições dos seus pares e da própria época em que viveu. A atividade de Cenáculo enquanto leitor põe também em evidência a centralidade do objeto livro na sua atuação. Mostram-nos a importância que deu a determinados textos e regista as diferentes práticas de leitura a que o prelado surge associado. Constituem-se assim como um importante indicador do contacto e valoração que fez de alguns textos ou ideias, indicando um perfil de leitor intensivo de alguns textos, os quais conheceu e estudou de forma aprofundada, a par de um perfil de leitor extensivo, que contactou, por motivos diversos, com uma grande quantidade de escritos, o que, como veremos, se encontra em consonância com o que os estudos na área da História do Livro e da Leitura tem vindo a relevar. A análise da sua atividade censória põe em relevo, uma vez mais, as potencialidades que reconheceu aos livros na difusão de ideias. Destaca-se aqui a perigosidade que era atribuída a alguns livros e a necessidade de cercear o acesso a determinados escritos e autores, que obedeceram a critérios que são determinados pelo próprio contexto político da época. Em todo o caso, testemunham a importância que Cenáculo atribui à difusão das ideias através dos livros e as escolhas que marcaram a sua atuação nestes domínios que, como veremos, conhecerá cambiantes consoante as personalidades e obras analisadas. Finalmente, a análise dos livros que o prelado pacense propõe para utilização dos estudos, do seu perfil enquanto pedagogo, põe em evidência as ideias que defende neste domínio, nomeadamente a importância que atribui à formação de um clero capaz de responder às diferentes necessidades da população, bem como a relevância dos livros para as por em marcha.

Para melhor conhecermos a bibliofilia do Frei Manuel do Cenáculo tornou-se igualmente importante perceber os contactos e trocas que estabeleceu em torno dos

livros. O capítulo quarto é dedicado a esta problemática. Procuraremos rastrear, na sua numerosa correspondência e também no diário, elementos que permitam concretizar dados objetivos sobre as permutas em torno dos livros realizadas através das suas cartas. Ainda que não seja possível determinar todos os livros que tomaram parte na sua coleção, é possível perceber que se realizaram numerosas trocas em tornos destes objetos e que essas permutas envolveram diferentes modalidades.

Finalmente, para melhor apreender a importância que Cenáculo atribui aos livros, enquanto difusores do saber e da ciência, interessa analisar a forma como procurou disponibilizar estes objetos através de bibliotecas. Isso implicará, num último capítulo, averiguar a forma como procurou dotar algumas bibliotecas e os ideais subjacentes a essa dotação, apurando as diligências em que se envolveu para a sua constituição e os catálogos que utilizou para o realizar, numa atividade intensa que compreendeu bibliotecas públicas e particulares.

Pensamos com este trabalho concorrer para perceber a forma como Cenáculo contribui para a constituição e dotação de algumas bibliotecas, percebendo o caminho que estas percorreram, procurando com isso trazer alguma informação no que respeita às Bibliotecas portuguesas, em particular, a Biblioteca do Convento de Jesus, a Real Biblioteca Pública, a Biblioteca Pública de Évora, bem como a Biblioteca Eclesiástica de Beja e outras Bibliotecas, na fase de transição para a Época Contemporânea e assim contribuir para os estudos no campo da História do Livro e da Leitura, nomeadamente num dos seus domínios, o da História das Bibliotecas.

A análise destes aspetos permitirá perceber um pouco melhor a importância que os livros e as bibliotecas foram adquirindo nesta época, particularmente o papel primordial que desempenharam na trajetória cenaculana. Permitirá, sobretudo, perceber novos dados acerca das transformações no mundo do livro e da leitura na sociedade portuguesa da época. Admitimos que o percurso desta personalidade, embora possa ter singularidades, está integrado num contexto cultural e societal que influi na sua atuação. O modo como atuou no domínio dos livros e leituras e as ideias que absorveu encontra paralelo noutras personalidades, ainda que, nalguns casos, as atitudes teóricas e as práticas tenham sido diferentes.

CAPÍTULO 1

REVISÃO DE LITERATURA, METODOLOGIA E FONTES

1.1. Revisão da Literatura

Frei Manuel do Cenáculo, considerado por muitos como uma figura do Iluminismo em Portugal, é uma personalidade que despertou a atenção de diversos investigadores e sobre quem já se compuseram diversos trabalhos, os quais dão ênfase a diferentes aspetos do seu papel enquanto homem da cultura.

Começando pela dimensão de clérigo ilustrado, destacamos os trabalhos pioneiros de Jacques Marcadé¹ e Francisco da Gama Caeiro². Mais recentemente também Pedro Calafate³ e ainda Maria de Lourdes Sirgado Ganho⁴ incidiram sobre a mesma problemática evidenciando vertentes do seu pensamento filosófico, a partir de algumas das suas composições escritas. De realçar ainda a obra de Pedro Calafate atinente à propagação das Luzes no nosso país e ao lugar de Cenáculo nesse movimento⁵. Sobressaem também trabalhos coordenados por Francisco Vaz, onde se abordam distintos aspetos do pensamento desta personalidade. Assim, numa apreciação da importância que a instrução assumiu desde cedo para este prelado, encontramos um estudo, datado de 1998⁶, onde se avalia a importância do catecismo no discurso da Ilustração Portuguesa, incidindo em particular no exame do papel do

¹ A este propósito vejam-se os seguintes estudos de Jacques Marcadé: *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Évêque de Beja, Archevêque d'Évora (1770-1814)* (Paris: Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, 1978); «D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (quelques notes sur sa pédagogie)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII (1974): 605-620; «Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Provincial des réguliers du Tiers Ordre Franciscain 1768-1777», *Arquivos do Centro Cultural Português*. III (1971): 431-458; *Le diocèse de Beja dans la seconde moitié du XVIII^e siècle* (Lisboa: Institut Français au Portugal, 1971).

² Do autor, destacamos a coletânea *Dispensos* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998), onde se reúnem vários estudos sobre Frei Manuel do Cenáculo.

³ Cf. Pedro Calafate, *A ideia de natureza no séc. XVIII em Portugal (1740-1800)* (Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1994); «A retórica eclesiástica na obra do Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo», em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, (Évora: Instituto Superior de Teologia - Seminário Maior de Évora, 1994), v.1, 449-456.

⁴ Maria de Lourdes Sirgado Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja (1724-1814)», em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, (Évora: Instituto Superior de Teologia - Seminário Maior de Évora, 1994), v.1, 441-447.

⁵ Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português. III. As Luzes*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002).

⁶ Francisco António Lourenço Vaz, «O catecismo no discurso da Ilustração Portuguesa», *Cultura revista de História e Teoria das Ideias*, X (1998), 217-240.

catecismo e da instrução para Cenáculo. Sobre a questão do reformismo económico na Pastoral cenaculana encontramos dados extremamente relevantes no estudo: “Piedade Cristã e Reformismo Económico na Ação Pastoral de Frei Manuel do Cenáculo”¹. Acham-se também referências ao reformismo económico e ação política na pastoral de D. Frei Manuel do Cenáculo no estudo global, resultado da tese de doutoramento do mesmo autor². Sobre a importância das ideias jansenistas e regalistas neste prelado salientamos o estudo do mesmo autor: “Jansenismo e Regalismo no Pensamento de D. Frei Manuel do Cenáculo”³. No domínio da análise das ideias científicas e técnicas realçamos o estudo de 1999⁴, dedicado a analisar os registos de um terramoto no Alentejo, e ainda o estudo de 2001, onde se aborda em particular a questão da ciência e da técnica na obra de Frei Manuel do Cenáculo⁵.

O desempenho de cargos públicos de primeiro plano mereceu a atenção privilegiada de Kenneth Maxwell⁶, temática ampliada por José Pedro Paiva na sua investigação sobre a estrutura da elite diocesana no tempo de Pombal⁷.

Outro domínio de investigação a relevar respeita ao universo de contactos com outros eruditos da época, vertente que, em nosso entender, poderá ter modelado a sua atuação no domínio dos livros e da instrução. Estas relações foram examinadas por Marie Hélène Piwnik⁸, Nuno Daupias d’Alcochete¹ e, ultimamente, por Zulmira

¹ Francisco António Lourenço Vaz, «Piedade cristã e Reformismo Económico na Ação pastoral de Frei Manuel do Cenáculo», em *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular Sociabilidades Representações Espiritualidades* (Lisboa: Terramar - Centro de História de Cultura, 1999), 371-392.

² Francisco António Lourenço Vaz, *Instrução e Economia – as ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*, (Lisboa: Colibri, 2002).

³ Francisco António Lourenço Vaz, «Jansenismo e Regalismo no Pensamento de D. Frei Manuel do Cenáculo», *Revista Eborensia*, 35 (2005): 61-81.

⁴ Francisco António Lourenço Vaz, «Registos no Diário de Frei Manuel do Cenáculo sobre um terramoto no Alentejo, em 1791», *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, 9-10 (2000): 71-82.

⁵ Francisco António Lourenço Vaz, «Ciência e técnica na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)», em *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica* (Évora, Aveiro: Universidade de Évora, Universidade de Aveiro, 2001), 262-274.

⁶ Kenneth Maxwell, *Pombal paradox of the Enlightenment* (Cambridge: University Press, 1995).

⁷ José Pedro Paiva, «Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino», *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, 25. (2001): 41-63. Também o estudo de longa duração de José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), faz referências a Cenáculo enquanto prelado da época pombalina.

⁸ A este propósito ver: Marie Hélène Piwnik, «Un épisode des relations intellectuelles entre l’Espagne et le Portugal au XVIII^e siècle : La correspondance adressée par les Frères Mohedanos, provinciaux du Tiers-Ordre Régulier de Saint-François en Andalousie, à Manuel do Cenáculo évêque de Beja. Essai d’une chronologie, principaux aspects», *Arquivos do Centro Cultural Português*, XI (1977): 213-254; «La correspondance Mayans-Cenáculo», *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXII (1986), 483-615;

Santos². Marta Páscoa focaliza o seu trabalho na análise particular de uma relação de mecenato na escrita da História de Beja³.

A atuação impar do bispo de Beja no campo das bibliotecas e dos livros foi examinada por Francisco Vaz, no artigo “As Bibliotecas e os livros na obra de Frei Manuel do Cenáculo”⁴. O seu papel na formação de bibliotecas é também relevado na coletânea coordenada por Francisco Vaz e José Calixto, que incluiu estudos de diversos autores, intitulada: “Frei Manuel do Cenáculo construtor de Bibliotecas”⁵. Ainda sobre bibliotecas temos, do mesmo autor, o trabalho, datado de 2007: “A ideia de Biblioteca Pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX”⁶. Continuando a avaliar o seu contributo na criação das bibliotecas são ainda de salientar estudos de Manuela Domingos⁷, José Esteves Pereira⁸ e Raúl Proença⁹. Num contributo mais parcelar, apresentando algumas notícias sobre a biblioteca Pública de Évora, há os trabalhos pioneiros de

Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1987).

¹ Nuno Daupias d’ Alcochete, *Humanismo e diplomacia. Correspondência literária (1789-1804) de Francisco José Maria de Brito com Dom Frei Manuel do Cenáculo* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1976).

² Zulmira C. Santos, «Cartas, elogios e silêncios: temas da amizade ilustrada de Gregório Mayans y Siscar (1699-1781) e Frei Manuel do Cenáculo, T.O.R. (1724-1814)», *Península - Revista de Estudos Ibéricos*, 0 (2003): 369-380.

³ Marta Cristina Páscoa, «D. Frei Manuel do Cenáculo e Felix Caetano da Silva – relações de Mecenato na Escrita da História de Beja», Separata da *Revista Portuguesa de Poligrafia*, 11-12 (2003).

⁴ Francisco António Lourenço Vaz, «As bibliotecas e os livros na obra de Frei Manuel do Cenáculo», *La memoria de los libros. Estudios sobre la historia del escrito y la lectura en Europa e América* (Salamanca. Instituto del libro e de la Lectura, 2004), t. II, 483-498.

⁵ José António Calixto e Francisco António Lourenço Vaz (coord.), *Frei Manuel do Cenáculo construtor de Bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006).

⁶ Francisco António Lourenço Vaz, «A ideia de biblioteca pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX», em *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Centro de História de Além-Mar, 2007), 169-184.

⁷ Vejam-se os seguintes estudos de Manuela D. Domingos: «A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795», *Revista da Biblioteca Nacional*, 2ª Série, 5-1 (1990): 139-160; «Para a história da Real Mesa Censória», *Revista da Biblioteca Nacional*, 2ª Série, 7-1 (1992), 137-158; «A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775-1795. Planos, projectos e primeiros fundos», *Cadernos BAD*, 1 (1994): 59-70; *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional* (Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1995), «Biblioteca de bibliotecas. A génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo», em *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006), 23-46; «Casa dos Livros de Beja», em *Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte [Catálogo de Mostra Bibliográfica]* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006); «Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o erudito e o mecenas», *Convergência Lusitana*, n. 24 (2007): 42-66.

⁸ José Esteves Pereira, «Ribeiro Santos, Cenáculo e a criação da Biblioteca Pública», *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006), 11-22.

⁹ Raúl Proença, «Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2ª série, 7 (11) (1922): 154-165.

Gabriel Pereira¹ e Caetano Xavier de Almeida². Contendo informações sobre instituições eborenses com o cunho de Cenáculo, salienta-se, abordando o Museu, o relatório de Augusto Simões³. Incidindo particularmente no contributo para a formação da Biblioteca do Convento de Jesus encontramos, datados do início da centúria de Novecentos, estudos de Cardozo Bethencourt⁴ e Cristóvão Ayres⁵.

Na análise da relação de Frei Manuel do Cenáculo com os livros, contemplando dados sobre a sua atividade enquanto censor, salientamos, de Francisco Vaz: “A censura na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”⁶. Encontram-se também referências em obras de carácter mais geral, dedicadas a avaliar o funcionamento da censura em Portugal, de Maria Teresa Esteves Payan Martins⁷, e a circulação de autores proibidos como Rousseau no nosso país, de Fernando Augusto Machado⁸.

A sua faceta enquanto colecionador foi avaliada por autores como José Alberto Machado⁹ e João Carlos Brigola¹⁰, assim como o seu interesse por Antiguidades e Arqueologia foi documentado por Manuel Patrocínio¹¹. Também no estudo de

¹ Gabriel Pereira, «Biblioteca pública», *Estudos Eborenses: História e Arqueologia* (Évora: Livraria Nazareth, 1947), v. 1., 107-141.

² Caetano Xavier de Almeida da Câmara Manuel, *Atravez a cidade de Évora ou apontamentos sobre a cidade de Évora e seus monumentos* (Évora: Minerva Commercial, 1900).

³ Augusto Filipe Simões, *Relatório acerca da renovação do Museu Cenaculo dirigido ao Exm^o. Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Camara Municipal de Évora* (Évora: Typographia da Folha do Sul, 1869).

⁴ Cardozo Bethencourt, *A bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa - notícia sumária*, (Lisboa: Typographia da Academia, 1909).

⁵ Cristovam Ayres, *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências, v.l, nº1 (1910).

⁶ Francisco António Lourenço Vaz, «A censura na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo», *Elvas-Caia, Revista Internacional de Cultura*, n. 5 (2007): 23-36.

⁷ Maria Teresa Esteves Payan Martins, «A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII» (tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2001).

⁸ Fernando Augusto Machado, *Rousseau em Portugal* (Porto: Campo das Letras, 2000).

⁹ José Alberto Machado, *Um colecionador português do século das Luzes* (Évora: Universidade de Évora, 1985).

¹⁰ Salientamos os estudos de João Carlos Brigola: «Coleccionismo e Anticomania - a actividade museológica de Frei Manuel do Cenáculo», *Boletim a Cidade de Évora*, II Série, n. 4. (2000); *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003); «Frei Manuel do Cenáculo - Semeador de bibliotecas e de museus. O conceito de biblioteca-museu na museologia setecentista», em *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006): 47-55.

¹¹ Vejam-se os seguintes estudos de Manuel Francisco Patrocínio: *Certamente ídolos ou coisa Semelhante: estudo historiográfico e comparativo dos exemplos do pré-romano na arte das antigas do território português*. Évora: 2002 [texto policopiado]; «O registo das antiguidades lusitânicas do Sul no legado documental de D. Manuel do Cenáculo», *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, n. 4 (2006): 17-36; «Tempos de Fenícios: o tema do orientalismo e suas descobertas nos documentos de D. Manuel do Cenáculo», *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, S. 2, 7 (2007-2008): 99-124.

Fernando Baptista Pereira se apresentam informações sobre a sua atividade museológica¹.

Contendo algumas notas biográficas acerca do prelado destaca-se o estudo de Raul Cordeiro Ramos². É também possível encontrar breves informações em estudos de Francisco Barata³ e nos grandes trabalhos de recolha acerca da bibliografia portuguesa de Barbosa Machado⁴ e posteriormente Inocêncio Francisco da Silva⁵. Notas acerca da sua passagem pelo cargo de Capelão-Mor da Armada são apresentadas por Alfredo Mota⁶.

Um dos domínios que pretendemos relevar no estudo sobre a atuação de D. Frei Manuel do Cenáculo diz respeito ao livro e à leitura. Esta é uma área interdisciplinar, onde concorrem segmentos diferenciados em termos de abordagem. A História do Livro é um campo extremamente vasto, onde cabem não apenas historiadores, mas também sociólogos, bibliógrafos e críticos das ideias. É uma área de investigação que congrega numerosos estudiosos, com múltiplas formas de questionamento de fontes, mas que convergem na consideração, na esteira da reflexão de Artur Anselmo⁷, que não se pode falar em evolução do livro manuscrito ou do livro impresso, sem ter em consideração os diversos condicionalismos económicos e sociais que impuseram no mercado, certos títulos, autores, temas, ou gostos, e a compreensão que o livro lícito e autorizado a circular representa apenas uma parcela daquilo que é editado. Parafraseando o autor, o livro, circule na legalidade ou na clandestinidade, é subsidiário das ideias em marcha. Cada edição realiza-se dentro de determinado

¹ Fernando António Baptista Pereira, «Le rôle de l'Église dans la formation des premiers musées au Portugal à la fin du XVIIIe. Siècle», *Les musées en Europe à la veille de l'ouverture du Louvre. Actes du Colloque organisé par le Service culturel du musée du Louvre à l'occasion de la commémoration du bicentenaire de l'ouverture du Louvre* (Paris: Klincksieck, 1995), 461-483.

² Raul Cordeiro Ramos, *Dom Frei Manuel do Cenáculo* (Porto: Livraria Tavares Martins, 1936).

³ António Francisco Barata, *Esboços chronologico-biographicos dos arcebispos da Egreja de Évora*. (Coimbra: Imprensa Literaria, 1874); *Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principaes monumentos* (2ª ed.) (Évora: Typographia Minerva, 1881); *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades com os Esboços chronologico-biographicos dos Bispos e Arcebispos d'ella*. (2ª ed.) (Évora: Minerva Commercial, 1903).

⁴ Veja-se: Diogo Barbosa Machado, «Frei Manuel do Cenáculo», *Bibliotheca Lusitana. Histórica critica e Cronologica*, v.4 (1930-1935 (reed.)), 238-239. As referências neste trabalho são bastante breves uma vez que o seu âmbito cronológico é inferior ao período de vida de Cenáculo.

⁵ Inocêncio Francisco da Silva, «Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas», *Diccionario bibliographico portuguez* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1860), t. 5, 389-396.

⁶ Alfredo Mota, «Frei Manuel do Cenáculo Capelão Mor da Armada», *Separata da Revista Defesa Nacional*, 1965: 379-380.

⁷ Artur Anselmo, «Fronteiras da História do Livro», *Cultura revista de História e Teoria das Ideias*, v.9. (1997): 15-16.

quadro, conhecendo por isso condicionalismos na sua própria produção material, mas também na sua difusão enquanto produto acabado. História do Livro e História das Ideias surgem assim como conceitos inseparáveis, uma vez que as duas se ligam ao estudo do Poder e também do Contrapoder que, em qualquer época, determina o aparecimento ou a proibição de determinados textos, a sua aceitação, ou a hostilidade social que enfrentam.

Cumpra aqui lembrar a importância do livro enquanto objeto e fenómeno cultural na época moderna, sendo que avaliar a paixão por livros patenteada por Frei Manuel do Cenáculo implica a consciência desta relação próxima e inseparável entre os livros, as ideias e o poder. Abarca a consideração dos condicionalismos económicos e sociais que determinaram algumas das suas opções neste domínio, sejam essas no campo da censura e conseqüente restrição no acesso aos livros, ou no da divulgação, criação e propagação do saber através dos livros, em diferentes contextos.

Como se sabe a emergência académica do domínio da História do Livro aconteceu no início do século XIX, com o aparecimento de estudos como o de Daniel Mornet, em França, onde se promovia uma reflexão acerca das bibliotecas privadas¹. Estava aberto um novo campo na investigação histórica, que conheceu uma lenta evolução em termos de fundamentação científica. Só depois de quase meio século, nos finais da década de 50 e início da de 60 do século passado, o caminho que havia sido inaugurado conheceu um impulso, com os estudos de Henri Jean-Martin², Lucien Febvre³ e François Furet⁴. Também fora do espaço francófono surgem estudos como os de Douglas McMurtrie⁵ e Siegfried Heinrich Steinberg⁶. Começava então a afirmar-se um campo de investigação riquíssimo que se dedica a avaliar a evolução do livro ao

¹ Daniel Mornet, «Les enseignements des bibliothèques privées», *Revue d'histoire littéraire de la France*, n. 17 (1910): 449-496.

² Henri-Jean Martin, *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIIIe. Siècle, 1598-1701*. [2 volumes] (Genebra: Librairie Droz, 1969).

³ Lucien Febvre; Henri-Jean Martin, *O aparecimento do livro (trad.)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000) [1ª edição de 1958].

⁴ François Furet, *Livre et société dans la France du XVIIIe siècle* (Paris: La Haya, 1965-1970) [2 volumes]

⁵ Douglas C. McMurtrie, *O aparecimento do livro (trad., 3ª edição)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997) [1ª edição 1965].

⁶ Siegfried Heinrich Steinberg, *Five hundred years of printing* (Nova Iorque: Criterion Books, 1959), [1ª edição 1955].

longo dos tempos ou, nas próprias palavras de Lucien Febvre, tratará de examinar o “livro ao longo da História”¹.

Os anos oitenta² inauguram um ciclo de consolidação deste domínio de investigação e de abertura de novos horizontes de problematização e de propostas teórico-metodológicas. Multiplicam-se a partir de então centros especializados nesta temática, como são o caso do “Institut de Histoire du Livre de Lyon”, em França; do “Centre for the History of the Book” da Universidade de Edimburgo, na Escócia; do “Instituto de Historia del Libro e de la Lectura” da Universidade de Salamanca, em Espanha. No caso português cumpre realçar os programas desenvolvidos pelo Centro de História da Cultura da Universidade Nova em Lisboa, pelo Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, para além de trabalhos promovidos em numerosas Instituições de Ensino Superior Nacionais e pela Biblioteca Nacional. Ao forte interesse e vitalidade deste campo de investigação correspondeu a proliferação de estudos, com apresentações e questionamentos distintos, que procuraram reconstituir a vida dos livros na sua relação indissociável com o meio envolvente. Assim, aos estudos pioneiros que referimos anteriormente, juntaram-se muitos outros, que renovaram os campos de problematização e as áreas de estudo.

Sem pretender esgotar a diversidade deste campo, cumpre assinalar os trabalhos de referência entre alguns dos domínios que foram substantivos no nosso itinerário de investigação. Estudos que procuram demonstrar a evolução dos livros ao longo dos tempos, numa perspetiva transversal, são os de Albert Labarre³ e Antonio Castillo Gómez⁴. Importa também relevar uma abordagem que se centra de forma mais incisiva sobre a problemática do futuro do livro e nas cogitações acerca do seu desaparecimento, com o advento e multiplicação de suportes eletrónicos do texto escrito, tais como o livro eletrónico, onde realçamos os estudos de Robert Darton⁵,

¹ Na introdução da obra supracitada.

² Esclareça-se em rigor que a partir de meados da década de setenta começam a surgir trabalhos que apontam no sentido de uma (re) problematização desta área de estudo. Estes trabalhos conhecem uma explosão na década seguinte.

³ Albert Labarre, *História do Livro (trad.)* (São Paulo: Editora Cultrix, 1981).

⁴ António Castillo Gómez, *Das tabuinhas ao hipertexto, uma viagem na história da cultura escrita (trad.)* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004).

⁵ Robert Darton, «*The New age of the book*», disponível online em: www.nybooks.com/articles/546, consultado em 01-02-2011.

Roger Chartier¹, Jason Epstein² e ainda Lorenzo Soccavo e Constante Krebs³. Nestes trabalhos discute-se sobre os vaticínios acerca da “morte do livro” e avaliam-se também as questões metodológicas surgidas com o advento das formas eletrónicas de apresentação do texto escrito, as quais implicam, por vezes, que o livro/texto não exista enquanto objeto material, sendo a sua materialidade substituída por um acesso eletrónico a determinado conteúdo, sem que isso implique a “morte do livro”.

Outro domínio de eleição incide sobre o Livro e a relação dialética entre o que é escrito e o que é apreendido pelo leitor, bem como sobre as transformações multidimensionais que se processam no mundo da leitura e no acesso aos livros ao longo dos tempos. Essas transformações implicam o reconhecimento que, em diferentes momentos, surgem metamorfoses que se prendem sobretudo com uma multiplicação de formas, práticas, objetos e objetivos de leitura e com a heterogeneidade e fragmentação do público leitor. Ideias que obrigam a equacionar necessariamente o livro e a leitura com o contexto económico, social e cultural da época e espaço em análise. Neste domínio são de salientar as reflexões teórico-metodológicas de Roger Chartier⁴, as quais abordam a multiplicidade de públicos e usos dos livros, impressos ou manuscritos, acompanhadas pela valorização de outros materiais escritos. No mesmo universo analítico e de problematização salientamos os trabalhos de Robert Darnton⁵ e Reinhard Wittmann⁶, que apontam para as diversas

¹ Roger Chartier, «Lecteurs et lectures à l'âge de la textualité électronique», <http://www.auradigital.net/web/Esriptures-hipertextuals/Documents/lecteurs-et-lectures-a-lage-de-la-textualite-electronique-roger-chartier.html>, 01-02-2011.

² Jason Epstein, «The past, present and future of the book», em *Book talk essays on books, booksellers, collecting and special collections* (New Castel: Oak Knoll Press, 2006).

³ Lorenzo Soccavo e Constante Krebs, *Gutenberg 2.0. Le futur du livre* (Paris: MM2 Éditions, 2007).

⁴ Veja-se de Roger Chartier: «El concepto del lector moderno», disponível *online* em: www.cervantesvirtual.com/; *A ordem dos livros*, (1ªed.) (Lisboa: Veja, 1987); *A História cultural* (Lisboa: Difel, 1988), este trabalho contém vários estudos individuais sobre os usos de textos e sua diferenciação em diferentes contextos; Roger Chartier; Alain Boreau *et al.*, *La correspondence. Les usages de la lettre au XIX^e siècle* (Lille: Librairie Arthème Fayard, 1991); *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna* (Madrid: Alianza Editorial, 1993); «O homem das letras», em *O homem do Iluminismo*, dir. Michel Vovelle (Lisboa: Ed. Presença, 1997); «La revolution de la lecture au XVIIIe siècle: mythe ou réalité ?», *Cultura revista de história e teoria das ideias*, v.9 (1997):265-271; Roger Chartier (coord.), *As utilizações do objecto impresso* (Lisboa: Difel, 1998); Roger Chartier *et al.*, *Qué es un texto?* (Madrid: Círculo de Bellas Artes, 2006).

⁵ Robert Darnton, «História de la Lectura», em *Formas de Hacer História* (Madrid: Alianza Editorial, 1993); *The new age of the book*, 1999. Disponível *online* em www.nybooks.com/articles/546.

⁶ Reinhard Wittmann, «Hubo una revolución en la lectura a finales del siglo XVIII», em *Historia de la lectura en el mundo occidental*, org. Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (Madrid: Santillana Ediciones, 2001), 435-472.

mutações existentes no campo da leitura e dos usos dos livros. Os de Jonh Brewer¹ focalizados no caso inglês Setecentista, bem como os de David Hall² e ainda Guglielmo Cavallo³, que efetuam reflexões transversais sobre a temática. Numa valorização do universo da leitura destacamos Alberto Manguel⁴, autor que faz uma incursão no mundo da leitura e seus conceitos partindo da consideração da sua experiência pessoal e do seu “percurso de vida” enquanto leitor. Frédéric Barbier debruça-se sobre livros, leituras e leitores em França no século XIX⁵. Peter Burke coloca a tónica na produção cultural, numa obra onde discorre sobre a receção de determinado texto no espaço europeu⁶. Na mesma esteira Clemente Maria Linuesa⁷, Robert A. Gross⁸ e David Brewer⁹, averiguam a expressão do escrito e suas implicações no e do meio envolvente.

Inquirindo os diferentes “papéis” desempenhados pelas bibliotecas ao longo do tempo destaca-se o trabalho de Umberto Eco¹⁰, sendo possível encontrar reflexões mais particularizadas sobre a catalogação nas bibliotecas e sua importância em termos de organização e acesso à informação nos trabalhos de Jesus Vallejo¹¹. Armando Malheiro da Silva e outros¹² fazem um “ensaio exploratório da epistemologia da arquivística”, apresentando-a como uma ciência da informação. O ensaio reflete acerca do objeto e método da arquivística, bem como acerca das suas origens e práticas no tempo. O arquivo é apresentado, nessa perspetiva, como um sistema de

¹ John Brewer, «Reading and readers in 18th century Britain», *Cultura Revista de História e Teoria das ideias*, v.9 (1997).

² David Hall, *Cultures of print: essays in the history of the book* (Amherst: University of Massachusetts, 1996).

³ Guglielmo Cavallo, Roger Chartier, *Historia de la lectura en el mundo Occidental* (Madrid: Taurus Minor, 2001).

⁴ Alberto Manguel, *Uma História da Leitura* (Lisboa: Editorial Presença, 1998).

⁵ Frédéric Barbier, «Livres, lecteurs, lectures», em *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle* (Paris: Ed. du Cerf, 1995), V.3.

⁶ Peter Burke, *As fortunas do cortesão* (São Paulo: Editora Fundação Unesp, 1997). Onde se avalia a receção de determinada obra no espaço europeu.

⁷ Clemente Maria Linuesa, *Cultura e Escrita* (Mangualde: Pedogo, 2007).

⁸ Robert A. Gross, «Books, nationalism, and History», *Papers of the Bibliographical Society of Canada*. nº36 (1998): 107-123. Disponível online em: <http://digital.library.mcgill.ca/>, 4 de Fevereiro 2011.

⁹ David Brewer, *The afterlife of a character, 1726-1825* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005).

¹⁰ Umberto Eco, *A biblioteca* (Lisboa: Difel, 1987).

¹¹ Jesús Vallejo, «Exemplo del catalogador riguroso», *Penélope revista de História e Ciências Sociais*, n. 25 (2001): 171-174.

¹² Armando Malheiro Silva et al., *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (Porto: edições Afrontamento, 1999).

informação, a partir do qual é possível construir um conhecimento científico específico, e a realidade arquivística entendida como fenómeno informacional¹.

Entroncando nas mesmas preocupações reveladas nos estudos anteriores, mas promovendo, por vezes, reflexões mais sectoriais em determinado espaço geográfico, grupo social, momento histórico, ou outro, temos ainda numerosos outros estudos. São trabalhos que procuram averiguar, de diversas formas, a maneira como a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade, tarefa que requer, como referiu João Luís Lisboa², o tratamento de materiais muito diversos e que implica a consideração de múltiplos sentidos. Cumpre assinalar aqui diversas abordagens sobre os textos escritos e livros impressos e manuscritos, sua distribuição, usos e divulgação em diversos espaços de Espanha. Assim, salientamos estudos como os de Jesus A. Martinez Martin³ sobre leitura e leitores em Madrid, Celso Almuiña⁴ sobre a difusão de informação no Antigo Regime e Bouza Álvarez⁵ sobre a comunicação e a memória. Genaro Lamarca Langa⁶ debruça-se sobre a situação em Valência, enquanto Asuncion Bernárdez Rodal⁷ focaliza o seu trabalho na leitura e nos leitores enquanto estratégias de comunicação, partindo do estudo particular de uma personalidade. Ofélia Rey Castelao⁸ releva a situação na Galiza, enquanto Álvarez Santaló⁹ trata da situação em Sevilha. A estes trabalhos sobre a área espanhola acrescem ainda os aportes de alguns historiadores franceses que se dedicam a refletir

¹Núria Jornet i Benito, «Reseña de Arquivística. Teoría e práctica de una ciencia de la información, de Armando Malheiro de Silva; Fernanda Ribeiro; Julio Ramos e Manuel Luís Real», *Anales de Documentación* (Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2000), 220-223.

² João Luís Lisboa, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica e Universidade Nova de Lisboa, 1991), 11.

³ Jesus A. Martinez Martin, *Lectura y lectores en el Madrid del siglo XIX* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991).

⁴Celso Almuiña «Médios de comunicación y cultura oral en la crisis del Antiguo Régimen», em *Orígenes culturales de la sociedad liberal. España siglo XIX (Jesus A. Martinez)* (Madrid: Biblioteca Nueva, Editorial Complutense, 2003); *Médios de Comunicación Y crisis del Antiguo Régimen, entre las "voces Vagas" y la dramatización de la palabra* (S.L., S.E., 1993).

⁵ Fernando Bouza Álvarez, *Comunicação, Conhecimento e Memória na Espanha dos sécs. XVI e XVII (trad.)* (Lisboa: Centro de História da Cultura, 2002).

⁶ Genaro Lamarca Langa, *La cultura del libro en la época de la Ilustración Valencia, 1740-1808*, (Valencia, Ediciones Alfons el Magnànim, 1994).

⁷ Asuncion Bernárdez Rodal, *Don Quijote, el lector por excelència: lectores y lectura como estrategias de comunicación* (Madrid: Huerga y Fierro, 2000).

⁸ Ofelia Rey Castelao, *Libros y lectura en Galicia siglos XVI-XIX* (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia Consellería de cultura, comunicación social e turismo, 2003).

⁹ L. C. Álvarez Santaló, «Librerías y Bibliotecas en la Sevilla del siglo XVIII», em *La documentación notarial y su historia* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, 1984), 165-185.

sobres temáticas espanholas, tais como François López¹, que trata diversos temas relacionados com o livro e as bibliotecas, ou Maxime Chevallier², com os seus estudos acerca de livros e leitores e sobre a criação literária. Ainda no mesmo espaço geográfico, mas mais direcionada para a questão do Livro Antigo, destacamos os estudos de Maria Luísa Lopez Vidriero e Pedro M. Catedra³, distribuídos em três volumes e resultado de vários colóquios sobre o livro Antigo. Nestes concentram-se trabalhos de numerosos investigadores, abordando diferentes espaços, situações e épocas e avaliando a evolução, circulação, aceitação, censura e proibição do livro em contextos muito diferenciados. Trata-se de averiguar, nas suas múltiplas expressões, uma paixão por livros que, nas próprias palavras de Maria Luísa Lopes-Vidriero, se espalhou e uniu cidadãos do continente europeu⁴.

Já em estudos centrados em personalidades da Ilustração espanhola, algumas das quais se corresponderam com Cenáculo, encontrámos análises que põe em relevo a paixão por livros como fenómeno inerente ao movimento das Luzes. São trabalhos que procuram demonstrar que a Península Ibérica estava longe de ser o “anti modelo” anacrónico da Europa Ilustrada e que os doutos portugueses e espanhóis, conscientes de algum atraso e da “lenda negra” que afetava a imagem das suas pátrias, se esforçaram por (re) ganhar o terreno perdido⁵, nomeadamente recorrendo aos livros como um importante instrumento de propagação do saber. Neste domínio destacamos

¹ François López, «Estado actual de la Hitoria del libro en España», *Anales de La Universidad de Alicante*, n. 4 (1984), 1-22; «Sobre la imprenta y la librería en Valencia, en el siglo XVIII», em *La ilustracion Española* (Alicante: Diputación Provincial, 1986), 209-221.

² Maxime Chevalier, *Lectura e lectores en la españa de los siglos XVI y XVII* (Madrid: Turner, 1976); «Don Quixote et son public», *Livre et lecture en Espagne et en France sous l’Ancien Régime*, Paris: A.D.P.F., 1981, 119-127.

³ Maria Luisa Lopez-Vidriero e Pedro M. Catedra, dir., *El libro antiguo Español. Actas del primeiro Coloquio Internacional (Madrid)* (Madrid: Universidad de Salamanca- Biblioteca Nacional de Madrid-Sociedad Española de Historia del Libro, 1988); *El libro antiguo Español. Actas del segundo Coloquio Internacional (Madrid)* (Madrid: Universidad de Salamanca- Biblioteca Nacional de Madrid,-Sociedad Española de Historia del Libro, 1992); *El libro antiguo español. Coleccionismo y Bibliotecas* (Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, Patrimonio nacional, Sociedad Española de Historia del Libro, 1998).

⁴ Maria Luisa Lopez-Vidriero, «El gabinete de un hombre de gusto. Manuales para la formación de las Bibliotecas en el siglo XVIII», em *El libro antiguo español. Coleccionismo y Bibliotecas* (Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, Patrimonio nacional, Sociedad Española de Historia del Libro, 1998), 447-460.

⁵ Javier Fernández Sebastián, «Péninsule Ibérique», em *Le Monde des Lumières* (Paris: Fayard, 1999), 411-424.

os trabalhos de Antonio Mestre¹ sobre a Ilustração espanhola e seu reflexo em personalidades como Gregório Mayans. Mariano e José Luis Peset² sobre as ideias defendidas para a melhoria dos estudos na Ilustração espanhola. Laureano Robles³ e Maria Fernanda Mancebo⁴ sobre a edição de livros.

Observações pertinentes sobre a circulação e posse de livros no Brasil podem encontrar-se nos trabalhos de Leila Mezan Algranti⁵, e Nelson Schapochnik⁶.

Para o caso português, há, sobretudo a partir de finais da década de 80, uma proliferação de trabalhos que vão de encontro à problematização internacional desta temática, os quais procuram “reconstituir a vida do livro, desde a produção ao consumo”, seguindo as palavras de Artur Anselmo⁷. Abordando questões que se prendem com os livros e os leitores e procurando fornecer subsídios para a sua história em Portugal, salientamos os trabalhos de Manuela Domingos⁸, José Afonso Furtado⁹, Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão¹⁰ e ainda de Fernando Guedes¹¹. Também de Fernando Guedes, salientamos os estudos como uma abordagem dos livreiros e

¹ Antonio Mestre, *El mundo intelectual de Mayans* (Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1978); Antonio Mestre Sanchís, *La Ilustración* (Madrid: Editorial Síntesis, 1993).

² Mariano Peset; José Luis Peset – *Gregorio Mayans y la Reforma Universitaria del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las Universidades de España*. Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1975.

³ Laureano Robles, «Los hermanos Mayans editores de Vives», em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans* (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1981), t.I, 247-280.

⁴ M.ª Fernanda Mancebo, «Mayans e la edición de libros en el siglo XVIII», em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans* (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1981), t. I, 185-236.

⁵ Leila Mezan Algranti, «Circulação e posse de livros religiosos no Rio de Janeiro (1808-1821)», *Noroeste. Revista de história*, 2 (2006): 839-852.

⁶ Vejam-se, entre outros, os trabalhos de Nelson Schapochnik: «Edição, recepção e mobilidade do romance *Les Mistères de Paris* no Brasil oitocentista», *Varia Historia* (Belo Horizonte: UFMG, 2010), 591-617; «Un palacio de libros en los trópicos: metáforas, proyectos y la fundación de la Bibliotheca nacional en Rio de Janeiro», *Revista de Historia Contemporânea Ayer*, v.58 (2005): 113-135; *Cultura letrada: objetos e práticas* (Campinas: Mercado das Letras, 2005).

⁷ Anselmo, «Fronteiras da História do Livro», 17.

⁸ Vejam-se os estudos: Manuela Domingos, *Estudos da sociologia da cultura, livros e leitores do século XIX* (Lisboa: Centro de Estudos de História da Cultura Portuguesa, 1985); Manuela Domingos, Paula Gonçalves e Dulce Figueiredo, «Estudos sobre a história do livro e da leitura em Portugal: 1995-2000», *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, 2002: 349-370.

⁹ José Afonso Furtado, *Os livros e as leituras: novas ecologias da informação* (Lisboa: Livros e Leituras, 2000).

¹⁰ Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do Livro* (Lisboa: Guimarães Editores, 1988).

¹¹ Fernando Guedes, *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX* (Lisboa: Editorial Verbo, 1987).

iniciativas que estes organizam para promover o acesso e compra de livros¹, ao que se juntam também contributos de Manuela Domingos sobre o livreiro Bertrand², Diogo Ramada Curto com a compilação de diversas fontes sobre personalidades ligadas ao “mundo” dos livros em Lisboa de Setecentos³ e ainda o estudo Artur Anselmo, onde o autor apresenta alguns aspetos sobre o mercado livreiro em Portugal⁴.

Problematizando em torno do acesso aos livros, seus usos diferenciados em diferentes contextos, e sobre a sua aceitação ou rejeição pública, saliente-se o estudo de Ana Cristina Araújo, centrado na época pombalina⁵ e de Maria de Lourdes Belchior⁶, Belchior⁶, sobre a influência dos livros na cultura humana. Também sobre as repercussões em Portugal da cultura europeia e consequente influência no acesso e uso dos livros, saliente-se o estudo de José Silva Dias⁷. Artur Anselmo⁸ proporciona-nos uma reflexão acerca da expressão dos livros em termos de mentalidades.

Abordando as características da leitura em Portugal nos finais do Antigo Regime, suas diferenças, repercussões, condições de acesso através da venda e de espaços de realização de leituras, como as Bibliotecas, salientam-se os trabalhos de João Luís Lisboa.⁹ Incidindo sobre o acesso aos livros e condições para o seu uso destaca-se o estudo de Justino Magalhães¹⁰. Analisando a temática da relação entre o livro e da leitura, centrado do Porto do século XVIII, realce-se o trabalho de Olímpia Cunha Loureiro.¹¹ A problemática do acesso aos livros, atividade censória, suas características

¹ Vejam-se os estudos: Fernando Guedes, «Lotarias ou rifas de livros no século XVIII», *Revista da Biblioteca Nacional*, 3, 1 (1988): 49-64; *Os livreiros em Portugal e as suas Associações desde o Século XV até aos nossos dias*, (Lisboa: Verbo, 1993).

² Manuel Domingos, *Bertrand uma livraria antes do terramoto* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002).

³ Diogo Ramada Curto *et al.*, *As gentes do Livro, Lisboa século XVIII* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007).

⁴ Artur Anselmo, «Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII», *Revista Portuguesa de História do Livro*, 2 (1998).

⁵ Ana Cristina Araújo, «Modalidades de leitura das Luzes no tempo de Pombal», *Revista de História*, 10 (1990): 105-127.

⁶ Maria de Lourdes Belchior, *Os homens e os livros. Séculos XVI e XVII* (Lisboa: Verbo, 1971).

⁷ José S. da Silva Dias, *Portugal e a Cultura Europeia (sécs. XVI a XVIII)* (Coimbra: Coimbra Ed., 1953).

⁸ Vejam-se os estudos de Artur Anselmo: *Estudos de História do livro*, (Lisboa: Guimarães Editores, 2002); *Livros e mentalidades* (Lisboa: Guimarães Editores, 2002).

⁹ Veja-se João Luís Lisboa: «A leitura em Portugal: os finais do Antigo Regime», em *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850* (Lisboa: Vega, 1989), 78-81; *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991); «O papel da história entre os leitores do século XVIII», *Ler História*, n. 24 (1993), 5-15.

¹⁰ Justino Magalhães, *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime* (Braga: Universidade do Minho, 1994).

¹¹ Olímpia Maria da Cunha Loureiro, *O livro e a Leitura no Porto no Século XVIII* (Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão-Fundação Eugénio de Almeida, 1994).

e também a influência da Ilustração nos usos e posse de livros, é tratada nalguns estudos de Oliveira Ramos¹. O domínio censório é igualmente uma área de eleição nos trabalhos de António Ferrão², Raul Rego³, Graça Almeida Rodrigues⁴ e Fernando Augusto Machado⁵.

Cumpram ainda realçar a persistência da cultura manuscrita em Portugal, onde se destacam os trabalhos de Ana Isabel Buescu⁶ e também Maria Lopes de Castro, que analisa particularmente o itinerário de um manuscrito em Portugal⁷.

No atinente à influência do ideário das Luzes e sua expressão na obra de vários bibliófilos portugueses, o trabalho de Barros Cardoso analisa a livraria de Frei Francisco de S. Luís Saraiva, defendendo que esta espelha a importância que o livro obteve na divulgação e disseminação dos novos valores da sociedade europeia. O livro assumiu um papel primordial de divulgação dos novos saberes, sendo que a síntese que o “novo” espírito científico não pode prescindir teria, de acordo com o autor, encontrado no livro o esteio que lhe permitiu cimentar-se e avançar de paradigma em paradigma. Do exposto decorre a centralidade e a importância do livro como instrumento do saber, sendo que muitos procuraram engrandecer o seu nome apresentando-se como mecenas e bibliófilos que prestam um serviço à comunidade através dos livros e facilidades de acesso a este objeto que proporcionam. Na mesma linha de pensamento destacam-se os trabalhos sobre D. João de Magalhães Avelar,

¹ Luís A. de Oliveira Ramos, «Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII», *Revista de História*, v. 4 (1973-74): 329-338; *Da Ilustração ao Liberalismo. Temas histórico* (Porto: Lello & irmãos, 1979); «Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração», *Revista da Faculdade de Letras - História*, série 2, v. 1 (1984): 159-186.

² António Ferrão, *A Censura literária durante o governo Pombalino, subsídios para a história do pensamento em Portugal* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1927).

³ Raul Rego, *Os índices expurgatórios e a Cultura Portuguesa* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Biblioteca breve, 1982) (1ª ed).

⁴ Graça Almeida Rodrigues, *Breve História da Censura Literária em Portugal* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980), 41-44.

⁵ Fernando Augusto Machado, «Percurso da Censura em Portugal: Interdições e Entre-Ditos», em *Censura e Inter/dito Censorship and interdiction, IX Colóquio de Outono* (Braga: Centro de Estudos Humanísticos Universidade do Minho, 2009).

⁶ Veja-se Ana Isabel Buescu, «A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII», *Ler História*, nº45 (2003): 19-48; «Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem», *Penélope - fazer e desfazer história*, nº21 (1999): 11-32.

⁷ Maria Helena Lopes de Castro, «Leal Conselheiro - itinerário do manuscrito», *Penélope - fazer e desfazer história*, nº16 (1995), 109-124.

bispo do Porto, de António Xavier de Gama Coutinho¹ e José A. Oliveira², nos quais se faz uma análise da sua bibliofilia. Sobre o arcebispo e Braga e a bibliofilia deste prelado ilustrado saliente-se o trabalho de Pedro Vilas Boas Tavares³. Contendo uma análise do do catálogo da biblioteca de um colégio de Ursulinas, olhando os seus reflexos na educação da mulher, realce-se o trabalho de Maria Paula Abreu Sousa⁴. Ainda que analisando um espaço exterior a Portugal, mas refletindo sobre a inter-relação entre os livros, os saberes e a forma como as bibliotecas espelham a organização destes saberes destaque-se o trabalho de Maria Teresa Amado⁵.

Contendo contributos em muitas destas áreas destaca-se também o número temático da Revista de História das Ideias, coordenado por Luís Reis Torgal⁶, sobre a questão do livro e da leitura.

O conhecimento e o processo reflexivo em torno destes trabalhos foram um instrumento no sentido de orientar a nossa investigação, permitindo-nos perceber que os livros, em diferentes contextos, situações de uso, espaços geográficos ou cronológicos, foram utilizados quer enquanto objeto de coleção, quer enquanto ferramentas de apoio à instrução, de divulgação do saber e da ciência. Estiveram por isso presentes na construção do novo paradigma epistemológico do Iluminismo e foram importantes instrumentos de divulgação dos valores que este transporta. Por ter existido a consciência da sua importância, os livros foram utilizados pelos homens da época que procuraram revelar-se “homens de gosto”, tal como refere Maria Luíza López Vidriero, sendo que a leitura e a conversação foram tidas como indispensáveis para “adquirir gosto, para possuir gosto para adquirir livros e dar sentido ao seu uso”. Daí que seja frequente o contacto entre ilustrados da época acerca de obras e autores, sendo o ato de ler encarado como algo indispensável para adornar o “juízo” sobre as

¹ António Xavier de Gama Coutinho, «D. João Magalhães e Avelar, Bispo do Porto, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, nº3 (1940).

² José A. Oliveira, *A paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães Avelar* (Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 1995 [texto policopiado])

³ Pedro Vilas Boas Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia de um prelado ilustrado D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga (1758-1789), *Actas do Congresso Internacional do IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, v. II/2. Braga: Universidade Católica, 1990,273-302.

⁴ Maria Paula Abreu Pereira e Sousa, «As ursulinas e a educação da mulher. O colégio das Chagas em Braga (1785-1878)», *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre as Mulheres*, 17, 1-2 (2001): 35-79.

⁵ Maria Teresa Amado, «Biblioteca e ordens dos saberes: da Biblioteca à Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Austrias», *Revista de História e Teoria das Ideias*, IX (1997): 23-43.

⁶ *Revista de História das Ideias: o livro e a Leitura*, v.20 (1999).

coisas e a leitura encarada como um “preservativo” contra os desarranjos. O livro destacou-se assim enquanto fenómeno distintivo intelectual, cultural e socialmente¹.

Tendo em consideração esse processo de reflexão em torno do livro e da leitura, abordaremos a bibliofilia de Cenáculo averiguando desde logo a sua relação com os seus pares, apurando contactos que estabeleceu e procurando estabelecer algumas comparações com a atividade de outros bibliófilos e ilustrados da época, com os quais muitas vezes partilha gostos e preocupações próprias “do tempo”. Além disso, procuraremos rastrear a sua relação com os livros examinando a sua faceta enquanto autor, leitor, censor e educador. Refletiremos também acerca da sua bibliofilia, procurando avaliar as trocas de livros que efetuou através da análise de fontes como a correspondência e o diário. Finalmente, procuraremos demonstrar a forma como pretendeu disponibilizar o acesso a estes instrumentos do saber através da criação de bibliotecas.

1.2. Metodologia

A metodologia de investigação a aplicar neste estudo é a qualitativa, entendida na aceção que lhe foi dada por Michelle Lessard-Hébert, enquanto investigação interpretativa que conhece um conjunto de abordagens diversas: etnografia, estudos de caso, interacionismo simbólico, entre outras².

A nossa abordagem privilegiará o método do estudo do caso, entendido como especialmente indicado para investigadores isolados, uma vez que proporciona a oportunidade de estudar de uma forma mais ou menos aprofundada um determinado aspeto de um problema³. Este é visto como muito mais do que uma história ou descrição de um acontecimento ou circunstância, sendo definido como um “termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de determinado caso”⁴.

¹ Lopez-Vidriero, «El gabinete de un hombre de gusto...».

² Michelle Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin, *Investigação Qualitativa, fundamentos e práticas* (Lisboa: Instituto Piaget, 1994), 31

³ Judith Bell, *Como realizar um projecto de investigação* (Lisboa: Gradiva, 1997), 22.

⁴ C. Adelman, D. Jenkins e S. Kemmis, «Re-thinking case study: notes from the second Cambridge conference», *Cambridge Journal of Education*. 1977: 139-150, *apud* Bell, *Como realizar...*, 23.

Nesta, como noutras investigações, sejam essas qualitativas ou quantitativas, os dados são recolhidos e passam por uma fase de codificação que irá permitir a sistematização e o seu tratamento ulterior¹, isto é, depois de realizada a recolha, a relação entre as variáveis é averiguada e o estudo é planeado metodicamente².

A grande vantagem deste método consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interativos em curso³.

O estudo de caso reúne informações tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vista a abranger a totalidade da situação, razão pela qual se socorre de técnicas variadas para efetuar essa recolha⁴, entre as quais a análise documental. Sendo bem-sucedido, fornecerá uma ideia tridimensional e ilustrará relações, questões micropolíticas e padrões de influências num contexto particular⁵. Contudo, nenhuma abordagem depende unicamente de um só método. Da mesma forma, não exclui determinado método apenas porque é considerado “quantitativo”, “qualitativo”, ou designado por “estudo de caso”, “investigação ação”, entre outros⁶. Assim, os estudos de caso, geralmente considerados estudos qualitativos, podem combinar uma grande variedade de métodos, incluindo os quantitativos. Há que seleccionar métodos e decidir quais são aqueles que melhor servem determinados fins, concebendo depois os instrumentos de recolha mais apropriados para o fazer⁷. Por esse motivo, o nosso estudo inclui também alguns elementos quantitativos, sobretudo quando procuramos aduzir características dos conjuntos de livros que foram trocados, os quais são aportados pelas fontes documentais, bem como dos registos de leituras.

Tendo em conta a própria evolução do campo da História do livro e da leitura e os novos horizontes de problematização que surgem, a opção por uma metodologia que privilegia a análise qualitativa parece-nos consonante com as propostas teórico-

¹ Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, *Investigação Qualitativa...*, 70.

² Bell, *Como realizar...*, 23.

³ Bell, *Como realizar...*, 23.

⁴ P. De Bruyne, J. Herman, M. De Schoutheete, *Dynamique de la recherche en sciences sociales*. (Vendôme: P.U.F., 1975), 209, *apud* Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, *Investigação Qualitativa...*, 168.

⁵ Bell, *Como realizar...*, 24.

⁶ Bell, *Como realizar...*, 85.

⁷ Bell, *Como realizar...*, 86.

metodológicas que são sugeridas por diversos autores¹. Indo de encontro à análise formulada por autores como André Belo, a partir de meados dos anos setenta começam a ser postos em causa alguns dos postulados teóricos essenciais das tendências até então dominantes na historiografia francesa sobre o livro, tendo a metodologia quantitativa recebido uma importante reavaliação crítica². São questionados os resultados quantitativos obtidos a partir de algumas fontes, considerando-se que estes ofereciam uma perspetiva limitada sobre o panorama literário das Luzes em França. Simultaneamente, a validade de alguns resultados de contagens de livros era criticada e os métodos quantitativos problematizados a partir de uma discussão teórica mais ampla, que envolveu historiadores da cultura e da sociedade.

Às abordagens de âmbito global até então prevalecentes, feitas a partir da quantificação de objetos culturais como o livro, vieram opor-se novos métodos de trabalho, baseados na redução do campo de observação e apostando em estudos de caso³. Às investigações sobre a produção e circulação do livro juntam-se novas problematizações em torno das diferentes modalidades do seu consumo pelos leitores, às quais se associou complementarmente a investigação sobre a leitura⁴.

O exame da bibliofilia de D. Frei Manuel do Cenáculo procura ter em conta esses novos horizontes metodológicos. Ao analisarmos as fontes, privilegiamos uma abordagem qualitativa, introduzimos elementos relativos ao número de livros ou outros escritos com os quais contactou, mas focalizamos a atenção nas utilizações e relação que estabeleceu com esses objetos, tentando perceber as suas implicações político-ideológicas.

O nosso estudo tem um carácter eminentemente histórico, situando-se na área científica da História do livro. Nesse sentido, a análise documental far-se-á numa perspetiva de reconstrução do passado, ainda que seja importante ter presente, como

¹ Entre vários estudos, podemos apontar a crítica aos resultados obtidos pelos trabalhos quantitativos realizada por R. Darton, «Reading, writing, and publishing in Eighteenth-century France: a case study in the sociology of literature», *Daedalus. Historical Studies Today*, 10, 1 (1971): 71-109, *apud* André Belo, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001), 23.

² Belo, *As Gazetas e os Livros...*, 23.

³ Belo, *As Gazetas e os Livros...*, 23-24.

⁴ Belo, *As Gazetas e os Livros...*, 25.

se sabe, em que medida esses documentos permitem reconstituir esse passado e os cuidados necessários para que esta reconstituição não seja arbitrária¹.

Para materializar este trabalho fez-se uma seleção apurada das fontes passíveis de utilizar. O objetivo primordial dessa escolha foi o de encontrar documentos que permitissem salientar a centralidade dos livros no pensamento do bispo Pacense, procurando reconstruir as várias facetas da sua paixão por livros que, como sabemos, surge relacionada com a viragem cultural que marcou a sua trajetória de vida. Note-se porém que, para o caso deste prelado, não possuímos algumas das fontes que mais frequentemente são usadas neste tipo de estudos. Com efeito, não detemos listas bibliográficas completas, onde se faça uma transcrição, descrição e classificação dos livros e outros escritos que tivessem feito parte da coleção particular do prelado pacense, ou das bibliotecas para as quais contribuiu. Similarmente, não existe um inventário *ante* ou *post mortem* da sua coleção. Face à ausência de catálogos integrais, contendo o acervo da biblioteca privada do bispo de Beja, ou qualquer índice completo das bibliotecas que ajudou a formar, tivemos de lançar mão a outros *corpora* documentais que nos auxiliassem nesta tarefa, ainda que por vezes de forma indireta ou não tão completa quanto gostaríamos. Com efeito, e como explicaremos aquando da sua utilização nos diferentes capítulos, nem sempre as fontes nos permitiram traçar um retrato tão exato, quanto gostaríamos, das coleções de livros com que o prelado poderá contactar. A falta desses catálogos contendo a organização e divisão das obras na sua biblioteca, ou das instituições para as quais contribuiu, não permite reconstruir com exatidão a organização que terá dado, ou os quantitativos em que se dividiu a sua coleção. Encaramos essas dificuldades como desafios, os quais nos levaram a traçar um itinerário de investigação particular, que procura aduzir alguns dados sobre a constância dos livros na vida de Cenáculo, em diferentes facetas, recorrendo, por vezes, a instrumentos indiretos que testemunham essa presença. Entre esses, assumiu um lugar preponderante a correspondência do prelado, juntamente com alguns róis e descrições parciais que lhe estão anexos.

Uma vez feita a triagem de fontes a utilizar, desenvolvemos um método de trabalho que nos permitisse sistematizar dados acerca das fontes que seleccionámos.

¹ José Mattoso, *A escrita da História teoria e métodos* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), 20.

Nessa perspectiva, procedemos à recolha sistemática, para bases de dados que criámos, dos diferentes documentos que possibilitaram fazer essa avaliação.

Em primeiro lugar desenvolvemos três bases de dados¹ contendo informações relativas ao epistolário cenaculano e documentos que se encontram anexos a estas cartas. Lançámos dados de identificação e localização de cada carta e ainda os sumários com os temas e transcrições completas ou parciais dos conteúdos das cartas que ainda se encontravam inéditas, bem como das que mencionavam questões relacionadas com livros e bibliotecas que já se encontravam publicadas, ou parcialmente publicadas. Analogamente introduzimos, nas mesmas bases de dados, informações relativas aos documentos que se encontravam anexos às cartas, tais como róis e catálogos de livros, que nalguns casos correspondem a compras, vendas ou donativos, que foram transcritos na íntegra.

Feita a primeira recolha metódica desses documentos, criaram-se novas bases de dados destinadas a avaliar e registar, exclusivamente, todas as menções a livros e autores feitas na numerosa correspondência que o bispo permutou com vários correspondentes. Essas bases de dados foram divididas consoante o núcleo documental que lhe deu origem. Assim, originaram-se três listagens contendo a identificação, total ou parcial, de livros ou autores mencionados nesse epistolário e documentação que se encontra apenas. Uma dessas listagens corresponde aos livros e autores mencionados nas missivas e documentação anexa que o bispo enviou a alguns correspondentes, outra aos que são referidos na correspondência recebida por Cenáculo que já havia sido objeto de catalogação. Finalmente, a última contém os livros e autores mencionados na correspondência recebida que ainda se encontra inédita. Registaram-se também de forma sistemática, numa base de dados semelhante à que criamos para listar os livros e autores mencionados no epistolário, as menções que se encontram no diário pessoal do prelado Pacense.

A tabela seguinte procura demonstrar os elementos que constam dessas bases de dados onde se registam as menções de livros:

¹ Esta divisão por bases corresponde aos 3 núcleos distintos de documentos que foram trabalhados.

Tabela 1. Menções a composições escritas, livros e autores

Campo de preenchimento:	O que está incluído no campo
Título	Identificação do título da obra
Autor	Identificação sobre o autor da obra
Editor	Identificação do editor
Data de Edição	Informação sobre a data em que a obra foi editada.
Local de edição	Informação sobre o local onde a obra foi editada.
Formato	Identificação do formato.
Nº de volumes	Informação sobre o número de volumes.
Língua	Informação sobre a língua em que está escrita.
Tradução	Identificação se é ou não uma tradução.
Forma de apropriação	Campo que foi “subdividido”, para facilitar a contabilização dos dados, em obras: Recebidas por Cenáculo; Compradas por Cenáculo; Doadas/enviadas por Cenáculo; Pedidas por Cenáculo; pedidas a Cenáculo, ou indeterminado.
Preço	Informações sobre o custo da obra.
Data de encomenda	Data em que é pedido.
Remetente	Informações relativas a quem expediu a obra
Comentário	Informação sobre comentário feito à obra
Biblioteca de destino	Identificação da biblioteca de destino
Fontes	Identificação do lugar de onde se retirou a informação de forma a facilitar uma (re) consulta
Observações	Qualquer dado extra que exista e não se consiga incluir em nenhum dos campos anteriores.

Alguns róis e catálogos, nomeadamente os que respeitam aos donativos a bibliotecas e também algumas compras, foram tratados individualmente e trabalhados em bases de dados próprias, que criamos para o efeito. O seu aproveitamento obedece a critérios que serão explanados aquando da sua utilização nos respetivos capítulos.

Introduzimos igualmente, em base de dados, os elementos relativos a registos de leituras no diário, assim como de diligências no âmbito das bibliotecas e ensino que aí se encontravam averbados, de modo a sistematizar mais elementos relativos à presença dos livros nas atividades de D. Frei Manuel do Cenáculo.

Paralelamente, analisámos individualmente cada uma das obras impressas de autoria de Cenáculo, procedendo, sempre que possível, à sua reprodução integral nos arquivos de várias instituições públicas. Efetuou-se uma leitura individual e completa de cada um desses escritos, sendo recolhidos, através de fichas de leitura, elementos que nos permitiram avaliar a sua faceta de autor. As mesmas composições escritas constituíram-se como fonte para avaliar Cenáculo enquanto leitor. Assim, procedeu-se a um registo sistemático, numa base de dados, de todas as menções a livros e autores feitas em cada uma das obras impressas de Frei Manuel do Cenáculo, com critérios que serão explicitados no capítulo correspondente.

As censuras assinadas por Cenáculo foram também examinadas particularmente, tendo sido criadas bases informáticas contendo a identificação de documento, assim como da obra e autor avaliados, a deliberação tomada, a sustentação dessa determinação, a data em que se procedeu ao exame, a localização em arquivo e transcrições totais ou parciais do documento. Realizou-se a reprodução integral de todos os originais de censuras redigidas por Cenáculo que se encontravam no fundo da Mesa Censória custodiado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e também na Biblioteca Pública de Évora.

Fez-se, similarmente, a recolha metódica de outros documentos associados ou registados por D. Frei Manuel do Cenáculo, às instituições que criou ou onde trabalhou, ou ao período em que o bispo exerceu determinados cargos. Analisaram-se propostas para o ensino, alguns fundos conventuais, editais, sentenças, anotações e memórias pessoais e de instituições, regulamentos e regimentos, registos em livros de atas, estatutos. Esses documentos foram transcritos parcialmente ou na íntegra, ou reproduzidos digitalmente em arquivo para posterior tratamento, consoante as dimensões e relevância das informações neles constantes para aferir dados sobre a forma como o prelado se relacionou com os livros, bem como sobre a forma como organizou algumas das instituições para as quais contribuiu.

Ainda que se tenha elaborado uma recolha metódica dos dados e criado bases informáticas de apoio à sua sistematização, muitas vezes não é possível obter uma seriação estatística dos dados recolhidos, por dificuldades que serão explicitadas durante a elaboração do trabalho.

1.3. Fontes

Para avaliar a atuação de Cenáculo enquanto bibliófilo, procurando apreender diferentes vertentes da sua relação com os livros, procedeu-se, como atrás dissemos, a um levantamento exaustivo de fontes documentais primárias¹, isto é, os livros e outros documentos produzidos por D. Frei Manuel do Cenáculo, que se encontravam custodiados em várias bibliotecas.

Realizámos uma pesquisa apurada das fontes existentes na Biblioteca Pública de Évora, que custodia grande parte do espólio bibliográfico do prelado Pacense, mas também na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo². Ainda assim, apesar destas instituições recolheram, maioritariamente, os documentos que possibilitariam proceder à nossa análise, realizámos também pesquisas noutras instituições que pudessem possuir documentos originais de Frei Manuel do Cenáculo, como a Biblioteca Nacional de Espanha e o Arquivo Distrital de Braga, para além das bibliotecas de instituições públicas e particulares que continham edições da sua obra impressa. Para além destas fontes primárias diretamente produzidas por Frei Manuel do Cenáculo, analisamos, analogamente, algumas fontes secundárias, isto é, algumas interpretações e sínteses de acontecimentos deste período baseadas nas fontes primárias³, nomeadamente alguns catálogos com correspondência permutada por D. Frei Manuel do Cenáculo.

Ainda que a ausência de fontes contendo descrições completas dos livros da sua coleção nos tivesse lançado algumas dificuldades, o bispo de Beja deixou-nos alguns documentos que foram substantivos no nosso itinerário de investigação, os quais

¹ Utilizamos a expressão seguindo a definição que lhe foi dada por Carlos Diogo Moreira, *Planeamento e estratégias da investigação social* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994), 23.

² Consultamos também a Biblioteca Pública de Beja, mas não obtivemos, junto do espólio dessa instituição, informação muito relevante para o estudo que pretendemos elaborar.

³ Bell, *Como realizar...*, 91.

permitiram a consolidação do nosso estudo. Entre esses documentos, assumiu particular relevância a numerosa correspondência que trocou com distintas personalidades, bem como os róis, catálogos e apontamentos que muitas vezes se encontram anexos a essas missivas. Importa, por isso, fazer uma caracterização mais detalhada destas cartas, que permitiram apreender alguns vetores da atividade bibliófila de D. Frei Manuel do Cenáculo.

O vasto epistolário cenaculano inclui as cartas que foram remetidas ao prelado, bem como aquelas que o bispo endereçou aos seus correspondentes¹. A correspondência enviada e recebida apresenta algumas características distintas entre si, verificando-se que no núcleo de epístolas enviadas pelo prelado se encontram alguns rascunhos e minutas de cartas, para além dos originais de missivas a alguns correspondentes². No que concerne à correspondência recebida, esta inclui os documentos originais recebidos pelo prelado e divide-se em dois núcleos fundamentais, um de cartas que foram objeto de uma primeira catalogação por Armando Nobre de Gusmão³, e outro de epístolas que ainda se encontram inéditas⁴.

Focalizando-nos no fundo documental onde se encontram as missivas enviadas por D. Frei Manuel do Cenáculo é possível constatar que, além dos originais e rascunhos de cartas enviadas pelo Bispo, se encontram analogamente relações, memórias e anotações acerca de livros, assim como alguns planos de estudos e respetivas leituras associadas. Esta documentação encontra-se distribuída por várias bibliotecas, nomeadamente a Biblioteca Pública de Évora, a Biblioteca da Academias das Ciências, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Pública de Braga e a Biblioteca

¹ Note-se que apenas se encontram, junto do seu epistolário, algumas das cartas que o prelado Pacense enviou.

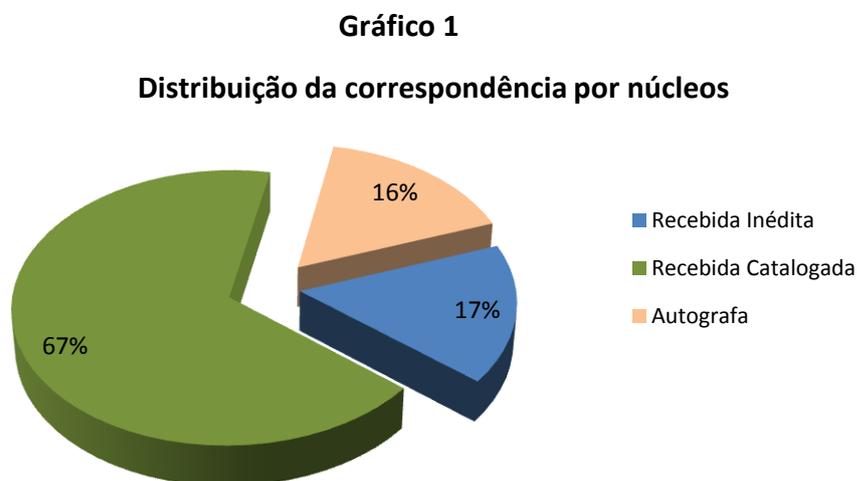
² Estes originais encontram-se sobretudo na documentação da actual Academia de Ciências de Lisboa, desta fazem maioritariamente parte cartas enviadas a religiosos do Convento de Jesus. As minutas e rascunhos de cartas encontram-se na documentação custodiada pela Biblioteca Pública de Évora.

³ Armando Nobre de Gusmão, *Catálogo da Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas* (Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1944). O catálogo encontra-se organizado em seis volumes.

⁴ Estas cartas foram sumariadas no âmbito de um projecto de investigação em que colaboramos, intitulado: *Os livros e as bibliotecas no Espólio Bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo*, o qual tem como investigador responsável o Professor Doutor Francisco António Lourenço Vaz. As cartas estão a aguardar publicação.

Nacional de Madrid.¹ Perfaz um total de 1131 cartas². As cartas recebidas pelo prelado encontram-se na Biblioteca Pública de Évora. Dividem-se, como já atrás foi dito, em dois núcleos, as que já faziam parte de um catálogo publicado³, num total de 4629 documentos, e as que ainda se encontram inéditas, num total de 1134 documentos, se não incluirmos nesta contagem os “Folhetos de Noticias”⁴, enviados por Nicolau Pagliarinni e seus familiares. Esta correspondência inédita está distribuída por dezoito códices na Biblioteca Pública de Évora, contendo um total de três mil cento e sessenta e um fólhos⁵.

Em termos da distribuição percentual do total do epistolário foi possível coligir os seguintes dados:



Fonte: Correspondência enviada e recebida por D. Frei Manuel do Cenáculo, Gusmão, *Catálogo da correspondência...*; Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...* e B.P.E. códices CXXVIII/1-1 a CXXVIII/1-19; CXXVIII/2-13 a CXXVII/2-15; CXI/2-11.

¹ Toda esta documentação, juntamente com excertos do diário de Frei Manuel do Cenáculo encontram-se publicados no âmbito do projecto supramencionado em: Francisco Lourenço Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas do espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009).

² Esta contabilização integra as epístolas e os documentos que se encontram anexos a algumas cartas.

³ Gusmão, *Catálogo da correspondência...*

⁴ Estes folhetos de notícias eram, como o nome indica, folhetos manuscritos nos quais *Pagliarinni*, ou o seu sobrinho (em menor nº) enviavam notícias sobre Roma, a cúria papal e transformações que estavam a ocorrer em territórios da actual Itália.

⁵ A estes acrescem mais três códices contendo exclusivamente folhetos de notícias enviadas por Nicolau e Tomás Pagliarini. O conjunto é composto pelos códices: CXXVIII/1-1; CXXVIII/1-2; CXXVIII/1-3; CXXVIII/1-4; CXXVIII/1-5; CXXVIII/1-6; CXXVIII/1-7; CXXVIII/1-8; CXXVIII/1-9; CXXVIII/1-10; CXXVIII/1-12; CXXVIII/1-14; CXXVIII/1-15; CXXVIII/1-16; CXXVIII/1-17; CXXVIII/1-18; CXXVIII/1-19; CXXVIII/2-13; CXXVII/2-14; CXXVII/2-15; CXI/2-11.

A grande percentagem do fundo corresponde a cartas recebidas por Frei Manuel do Cenáculo, cerca 84% do total de missivas¹, já as cartas autografas e enviadas pelo prelado correspondem a cerca de 16%². Admitimos que esta diferença acentuada, entre as cartas que endereçou e as que recebeu, poderia não ser tão significativa. Com efeito, acolhemos a hipótese de o bispo de Beja ter enviado mais epístolas do que aquelas que foi possível encontrar, tendo algumas dessas cartas ficado junto do espólio das personalidades a quem as enviou, não se encontrando custodiadas por instituições públicas.

Como é possível verificar através dos dados que temos vindo a apresentar, o epistolário de Cenáculo é muito extenso, incluindo milhares de missivas, constatando-se a existência de uma grande variedade temática e quantidade de cartas. Se contabilizarmos todas as cartas que recebeu e enviou após 1750, data da carta mais antiga a que tivemos acesso, até ao seu desaparecimento em 1814, temos uma média de uma carta enviada ou recebida a cada três dias³. Juntando a essa correspondência os muitos documentos que escreveu, recebeu e consultou, como por exemplo os textos de alunos e aspirantes a autores, as obras que leu, escreveu e censurou, o diário, as memórias descritivas, as anotações e sermões que redigiu, entre vários outros, verificamos que, de facto, o prelado não estaria a exagerar quando, nas cartas que escreveu a amigos, se queixava da falta de tempo em que o deixava o correio e a necessidade de atender a variadíssimos assuntos.

A correspondência de Frei Manuel do Cenáculo permite-nos identificar a rede de contactos multiformes desenvolvidos pelo prelado. Espelha relações variáveis da sua intervenção na esfera eclesiástico-religiosa, pedagógica e nos campos da censura e bibliofilia e bibliotecas. Analogamente, evidencia a sua feição eclética, anunciada nas múltiplas áreas de atenção que manifesta, tais como o interesse em livros, no estudo

¹ O valor é de 83,59%, com arredondamento nas duas casas decimais.

² O valor é de 16,41%, com arredondamento nas duas casas decimais.

³ Este é um valor aproximado arredondado às unidades, 3,43 é o valor exacto com arredondamento nas duas casas decimais. Foi calculado de forma aproximada, considerando-se a divisão do número de dias pelo número total de cartas. A contabilização do número de dias foi elaborada considerando, como baliza cronológica, o total dos sessenta e quatro anos decorridos entre a primeira carta que encontramos e a data de falecimento do prelado, estabelecendo a diferença entre anos bissextos com 366 dias, num total de quinze e os anos comuns com 365 dias, num total de quarenta e nove, ao longo desse período. O primeiro ano bissexto desse período situou-se em 1752, o último em 1812.

das línguas, na Pedagogia e na Educação, na “Naturália”¹ e também na Pintura, Gravuras e Desenhos.

Depois de examinarmos todo o *corpus* documental composto pela sua correspondência, importa salientar que, para além da grande quantidade e variedade de cartas trocadas pelo prelado Pacense, sobressai o facto de não existir uma separação entre epistolário institucional e pessoal.

A rede de relações que Frei Manuel do Cenáculo estabelece através das cartas, proporcionadas pelo contacto com diferentes correspondentes, alguns dos quais figuras cimeiras do ambiente político e cultural da época, potencia o seu conhecimento do mundo de então. Enquanto reflexo das atividades multifacetadas que desenvolve, bem como dos cargos e interesses ecléticos que teve, o universo da sua correspondência permite identificar um conjunto de categorias temáticas privilegiadas em termos de assuntos tratados:²

- Comunicação acerca da permuta de livros;
- Informações sobre Bibliotecas;
- Notas informativas sobre objetos artísticos a incluir nas suas coleções;
- Relatos de natureza política (nacional e estrangeira);
- Permutas informativas sobre a Reforma das Instituições e Atividade dos colégios;³
- Solicitação de patrocínios e de gestos de recomendação;
- Notícias sobre o terramoto de 1755;
- Ação pastoral;
- Aconselhamento a estudantes e autores;
- Partilha de notícias sobre o quotidiano da Corte e vida social;
- Administração dos Conventos.

¹ Usamos a expressão para designar as colecções de produtos naturais que eram assim designadas em alguns dos seus documentos.

² Importa relevar que a leitura integral do fundo epistolar de Frei Manuel do Cenáculo nos permitiu verificar que esta correspondência justifica, por si só, um estudo muito mais exaustivo, focalizado exclusivamente na avaliação da qualidade das relações multiformes que desenvolveu por esta via.

³ Do Colégio dos Nobres, e dos Colégios da Ordem Terceira e das dioceses sob a sua jurisdição.

Cumpre-nos assinalar que a identificação destas categorias não visa a quantificação integral do número de cartas que existe em cada uma. Centralizamos o nosso estudo na identificação das principais áreas abordadas nos contactos que empreende, procurando averiguar a forma como estes contactos reforçam o seu conhecimento do mundo intelectual e cultural da época. Muitas das categorias atrás expostas cruzam-se num mesma carta, isto é, não é incomum a mesma missiva tratar mais que um destes assuntos¹.

No seu conjunto, as epístolas que Frei Manuel do Cenáculo enviou e recebeu refletem as diferentes posições sociais detidas pelos seus correspondentes, bem como a sua distribuição geográfica variável. Essa diversidade encontra paralelo, como já vimos, na heterogeneidade de assuntos tratados. Há cartas que lhe são enviadas por outros eruditos, através das quais são permutadas informações, sugestões e opiniões acerca de livros, autores e reformas levadas a cabo. Analogamente, há missivas enviadas por políticos e por agentes na Corte e em Roma, as quais mantinham o prelado a par das novidades, quer em Lisboa, sobretudo a partir do momento em que este se retirou para Beja, quer em cidades como Roma, junto à Cúria Papal. Encontram-se epístolas trocadas com agentes livreiros onde são comutados, vendidos, negociados e sugeridos livros e autores. Há cartas que lhe são dirigidas por clérigos e religiosos de paróquias e conventos ou mosteiros, através dos quais se trocam informações e determinações acerca da organização quotidiana da vida e atividades religiosas. Temos igualmente missivas que lhe são dirigidas por militares, por professores e estudantes que procuram deliberações, conselhos, apoio, determinações em termos académicos, patrocínio, entre vários outros motivos. Similarmente, encontram-se epístolas de membros dos “poderes locais” das cidades onde Cenáculo exerceu a sua atividade eclesiástica e ainda cartas de “populares”², onde lhe são solicitadas esmolas e favores.

Focalizando a nossa atenção no estudo da localização das cartas enviadas pelo prelado constatamos que, para além da viagem a Roma³ e do tempo em que estudou

¹ Em nosso entender esse cruzamento constitui-se como um obstáculo à tentativa de quantificação do número de cartas existente em cada categoria.

² Com a expressão procuramos apenas significar as pessoas anónimas que lhe escreveram a solicitar esmola ou favor, sem qualquer ligação profissional, intelectual o familiar com Cenáculo.

³ Período para o qual não conseguimos alcançar qualquer missiva.

em Coimbra, a maioria da correspondência é originária do Sul do país, entre Lisboa e o Baixo-Alentejo. Note-se porém que não conseguimos identificar a totalidade dos locais de emissão das epístolas que o bispo remeteu¹.

Na ilustração seguinte traçamos o “itinerário” de Cenáculo, a partir do local identificado nas missivas que escreveu. Com isso procuramos representar o espaço físico onde se situava aquando da sua expedição.

Figura 1. Localização das cartas escritas por Cenáculo



Fonte: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*

A análise do mapa permite constatar que este espelha o percurso formativo¹ e a ação pastoral e episcopal do prelado.

¹ Identificamos o local de emissão de 91,4% do total das cartas enviadas, isto é, 1034 localizações.

Beja, seguida por Lisboa, Salvaterra de Magos e Évora e Sines² assumem-se como centros de atividade privilegiados nesse itinerário, conforme pode ser constatado na tabela que apresentamos de seguida, onde procuramos identificar os diferentes locais de expedição das suas cartas e o número de missivas que remeteu de cada um deles.

Tabela 2. Locais de expedição e nº de cartas enviadas pelo Bispo

Locais	Nº de cartas
Beja	729
Brotas (convento)	1
Castro Verde	6
Coimbra	1
Évora	42
Lisboa	137
Messejana	1
Moura	1
Ourique	1
Salvaterra de Magos	83
Santo Aleixo	2
Serra de Ossa	1
Sines	24
Vale de Santiago	3
Valverde	1
Vila Viçosa	1
Total	1034

Fonte: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*

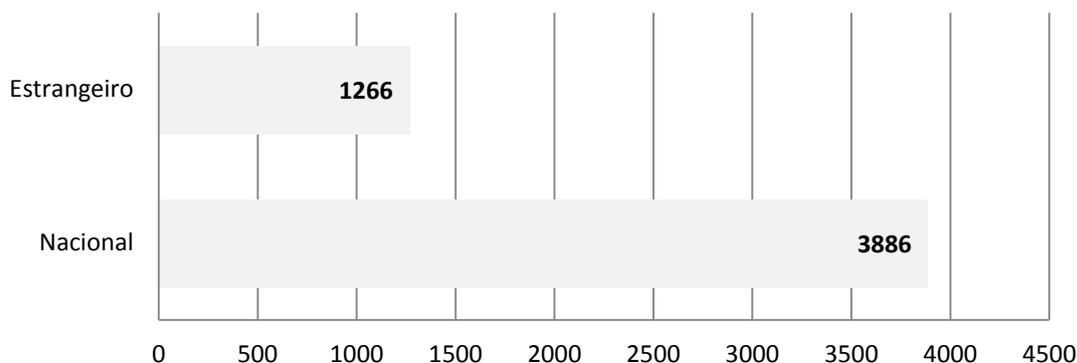
Ainda que o prelado se movesse essencialmente no Sul do país, manteve contactos muito diversificados, tanto com correspondentes nacionais, como com correspondentes estrangeiros. Procurámos consolidar a constatação dessa diversidade em termos de origens dos correspondentes, através do exame das cartas que recebeu. Analisámos o número de missivas e o respetivo local de origem, que nos permitiram obter os dados que representamos no gráfico seguinte, onde efetuámos a distinção entre as cartas que recebeu enviadas a partir de território nacional e estrangeiro:

¹ Com exceção da sua viagem a Roma, encarada pelo próprio como determinante no seu percurso formativo, mas que não encontra qualquer expressão nas cartas que escreve. Importa ainda relevar que o mapa pretende apenas identificar as diferentes localizações onde é possível encontrá-lo, partindo das suas cartas. Não se constitui como um roteiro cronológico das suas viagens e ordem que nelas seguiu.

² Note-se que Cenáculo esteve muitas vezes em Salvaterra junto da Corte, aquando a sua actividade de Preceptor do Príncipe. Sines constitui-se como uma estância balnear que o bispo frequentou, daí a expressividade destas regiões, a par das cidades onde desenvolveu a sua actividade episcopal.

Gráfico 2

Distribuição do nº de cartas recebidas por locais



Fonte: Gusmão, *Catálogo da correspondência...* e B.P.E. códigos CXXVIII/1-1 a CXXVIII/1-19; CXXVIII/2-13; CXXVII/2-14 a CXXVII/2-15; CXI/2-11.

A observação do gráfico permite constatar um claro predomínio do número de cartas originárias de Portugal, algo que não consideramos surpreendente, dada a maior proximidade e a diversidade de assuntos e cargos exercidos, que implicariam múltiplos contactos a nível nacional.

Importa ainda salientar que os dados que estamos a apresentar se reportam exclusivamente às cartas cuja local de expedição conseguimos identificar, o que nem sempre aconteceu. Com efeito, em termos globais, conseguimos identificar os locais de expedição de aproximadamente 89% do total de cartas recebidas¹.

Focalizando a nossa atenção na correspondência pátria, que é maioritária, sobressai a heterogeneidade em termos de origens geográficas. Com efeito, na correspondência recebida, que já havia sido catalogada por A. Nobre de Gusmão, encontramos cartas enviadas de duzentos e dois lugares distintos de Portugal continental e insular, ainda que o número de epístolas remetido de cada um deles seja bastante distinto. Predominam as missivas enviadas a partir de Lisboa, com um total de mil quatrocentas e noventa e uma cartas, seguidas de Coimbra, com duzentas e quarenta e três, Évora com cento e dezassete e Faro com oitenta e quatro. A tabela

¹ Conseguimos identificar os locais de expedição de 4052 cartas, no total de correspondência do catálogo de Gusmão (4629 cartas) e de 1100 cartas do total correspondência que ainda se encontra inédita (1134).

que se encontra no anexo 1 deste trabalho procura espelhar os diferentes locais de expedição de cartas que se encontram neste catálogo, bem como o nº de cartas expedido de cada local. No que concerne à correspondência que ainda se encontra inédita, foi possível encontrar cartas remetidas de sessenta e três locais diferentes do país, salientando-se uma vez mais Lisboa, com principal centro de expedição de cartas, com um total de quatrocentas e noventa e seis missivas, seguido a longa distância por Évora, com cinquenta e oito. A tabela que se apresenta de seguida procura fazer a identificação desses locais, bem como do número de missivas remetidas a partir de cada um deles.

Tabela 3. Locais e nº de cartas recebidas, de origem nacional, na correspondência inédita

Local	Nº	Local	Nº
Alcobaça	19	Mafra	6
Aldeia Galega	2	Messejana	1
Alenquer	1	Meza	2
Almodôvar	1	Montemor	1
Ameixoeira	21	Mosteiro de N.a Sr. Da Assunção	1
Arcos de Valdevez	1	Moura	3
Arraiolos	7	Mourão	1
Arroios	2	Ourique	1
Aviz	1	Paço	16
Beja	18	Portalegre	1
Belém	3	Portimão	1
Borba	4	Porto de Santa Maria	1
Braga	2	Queluz	34
Cadeia da Cidade	2	Quinta do Garajal	1
Cartuxa	1	Rabaçal	3
Caza	5	S. Paulo de Assumpção	1
Coimbra	5	Santa Maria de Boure	1
Convento das Necessidades	1	Santa Marta	1
Elvas	17	Santarém	3
Entradas	1	Santiago do Cacém	1
Espírito Santo	1	Serpa	2
Estoril	1	Setúbal	9
Estrela	1	Silves	3
Estremoz	1	Sines	2
Évora	58	Taveira	1
Faro	5	Torrão	1
Guimarães	1	Torres Vedras	1

Hospital	1	Tureifal	1
Junqueira	4	Vidigueira	1
Lisboa	496	Vila Franca de Xira	1
Mação	1	Vila Viçosa	24
Madeira	4	Total : nº de locais 63	814

Fonte: B.P.E. códigos CXXVIII/1-1 a CXXVIII/1-19; CXXVIII/2-13; CXXVII/2-14 a CXXVII/2-15; CXI/2-11.

Há, como se constata a partir da observação das duas tabelas, correspondentes de um extremo ao outro do país. Encontram-se cartas provenientes de províncias de Portugal Continental e Insular, com um predomínio, que nos parece natural, das enviadas a partir de Lisboa, centro da atividade política e cultural da Corte.

Apesar do predomínio de cartas com origem em endereços nacionais, a representatividade de cartas oriundas de fora do país não nos parece despicienda. Com efeito, tendo em conta os dados apresentados anteriormente, verificamos que aproximadamente 22% das cartas¹ foram remetidas a Cenáculo a partir de outros países. Na correspondência recebida, catalogada por A. Nobre de Gusmão, encontram-se cartas expedidas de cento e trinta e quatro locais distintos no estrangeiro, num total de novecentas e oitenta cartas. Sobressai Madrid como o local de onde foram expedidas mais cartas, cento e oitenta e oito, seguido de Roma com cento e trinta e seis. A tabela que se apresenta no anexo 2 deste trabalho apresenta o número de locais identificados, bem como o número de cartas remetido de cada um deles. No atinente à correspondência recebida que ainda se encontra inédita, foram identificados vinte e nove locais distintos, com um total de duzentas e oitenta e seis cartas recebidas.

¹ 22,97%, valor arredondado nas duas casas decimais.

Tabela 4. Locais e nº de cartas recebidas, de origem estrangeira, na correspondência inédita

Locais	Nº de cartas	Locais	Nº de Cartas
Anfonilla	1	Málaga	3
Ayamonte	1	Marrocos	2
Badajóz	7	Mérida	1
Cádiz	7	Morera	1
Cartagena	2	Oliva	1
Cecinebat	1	Ossuna	1
Cieja	1	Paris	1
Córdova	1	Penon	2
Curia/caria	1	Rio de Janeiro	1
Goa	2	Roma	6
Granada	80	Sevilha	5
Jeres de La Frontera	2	Turim	1
Laguna de Tem	1	Valencia	55
Londres	3	Valle Canvenzon	2
Madrid	94	Locais: 29	286

Fonte: B.P.E. códices CXXVIII/1-1 a CXXVIII/1-19; CXXVIII/2-13; CXXVII/2-14 a CXXVII/2-15; CXI/2-11.

O exame da distribuição desta correspondência permitiu-nos constatar que muitas epístolas, cujo local de origem conseguimos identificar, são provenientes de Espanha. Entre essas, encontram-se cartas escritas a partir de Espanha Continental, com especial relevo para Madrid, Granada Sevilha e Cádiz, mas também das Ilhas Espanholas, nomeadamente dos Arquipélagos das Ilhas Canárias e das Baleares. Admitimos que os contactos com o Arquipélago das Baleares estejam relacionados com o interesse demonstrado por Frei Manuel do Cenáculo nos trabalhos de Raimundo Lúlio, o qual viveu em Maiorca. O interesse neste autor motivou mesmo uma obra de Cenáculo, na qual faz uma análise da vida e obra deste beato¹.

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas sobre o juizo que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o dr. Apollonio Philomuso, e communicou ao publico em a resposta ao «Retrato de morte-côr», que contra a auctor do «Verdadeiro Methodo d'estudar» escreveu o reverendo D. Alethophilo Candido de Lacerda* (Coimbra: Oficina Antonio Simões 1752).

Itália, nomeadamente Roma, está também bem representada, verificando-se que as missivas remanescentes se dispersam por diversas procedências, quer da Europa, quer de outros continentes.

A apreciação das tabelas, com a identificação dos locais de onde foram enviadas as cartas, demonstra a grande diversidade geográfica dos correspondentes de Cenáculo. Se há cartas de regiões como o Brasil, Goa, ou outros locais historicamente ligados à expansão ultramarina portuguesa, também há cartas de locais bem distantes e aparentemente mais improváveis, como Filadélfia, Chipre ou Buenos Aires.

A qualidade e origens geográficas dos correspondentes permitiu, em nosso entender, que Frei Manuel do Cenáculo, não obstante o facto de se ter movido essencialmente no Sul do país, se conseguisse manter atualizado e informado do que se passava em locais bem distantes.

Esta teia de correspondência de diferentes origens, que parece ter propiciado a forma como o prelado se mostrava conhecedor da realidade político-social de outras regiões, não se institui contudo como a sua única fonte de atualização. Com efeito, toda a correspondência trocada parece “não lhe chegar”, recebe ainda *Folhetos de Notícias* através dos quais se mantém informado, do que se constituem exemplo, os Folhetos que lhe são enviados por Nicolau Pagliarini¹.

A par da atualização acerca do que se passava no mundo envolvente, a correspondência tornou-se, similarmente, um meio privilegiado para trocar informações acerca de livros e bibliotecas, sendo que esse foi o objetivo com que muitas cartas lhe foram escritas e também com que escreveu muitas das missivas autografadas.

Paralelamente à correspondência, as obras escritas e impressas por D. Frei Manuel do Cenáculo desempenham, analogamente, um papel primordial no nosso roteiro de investigação. Estas obras, que se encontram dispersas por diversas

¹ Este livreiro, agente na cúria romana, envia-lhe periodicamente folhetos que contêm notícias acerca de Roma e do que se passa na Cúria Papal. Estes estão organizados em períodos até seis dias, num total que ultrapassa o milhar e meio de documentos, encontrando-se junto ao espólio bibliográfico de Frei Manuel do Cenáculo custodiado pela B.P.E. - Códices CXXVIII/1-14, CXXVIII/1-15, CXXVIII/1-16, CXXVIII/1-17, CXXVIII/1-18, CXXVIII/1-19. As notícias nestes inscritas dizem maioritariamente respeito ao que se passa em Roma, mas há também alguns com informações relativas a Nápoles, se bem que em menor número, com pouco mais centena e meia de folhetos. Os assuntos são variados, temos informações acerca da actividade da cúria, novidades da vida em sociedade, da política, informes acerca de colecções e colecionadores, dados sobre museus, aberturas e colecções, entre outros assuntos.

bibliotecas nacionais, permitem avaliar vetores centrais da sua relação com os livros, tais como a sua faceta de autor e leitor. Nestas incluem-se, como se verá, obras com diferentes objetivos e registos de escrita, encontrando-se instruções pastorais, dissertações, elogios e obras com preocupações pedagógicas.

Igualmente relevantes para a avaliação da sua relação com os livros foram as censuras que assinou enquanto Deputado e Presidente da Mesa Censória. Estas censuras encontram-se custodiadas pela Biblioteca Pública de Évora e pelo Arquivo nacional da Torre do Tombo.

Associados a estes núcleos essenciais de fontes primárias, analisámos ainda catálogos de donativos, anotações pessoais, memórias sobre acontecimentos e instituições, despachos, deliberações, róis de livros, alguns fundos conventuais, livros de atas e memórias, editais, sentenças, regimentos e regulamentos, papéis diversos da Mesa Censória e ainda o diário do Bispo de Beja. Estes documentos, que se encontram maioritariamente no espólio bibliográfico do Bispo de Beja à guarda da Biblioteca Pública de Évora da Academia das Ciências de Lisboa e da Biblioteca Nacional, permitiram-nos coligir alguns dados fulcrais para a avaliação da centralidade dos livros na sua atuação.

Além da pesquisa em arquivos de diferentes instituições por documentos originais do bispo de Beja, desempenharam também um papel importante algumas fontes secundárias, nomeadamente os catálogos de correspondência e transcrições parciais de documentos, como o diário do Bispo de Beja, já publicados. Assim, numa apresentação de fontes relevantes acerca dos livros e bibliotecas que utilizámos salientamos os trabalhos, coordenados por Francisco Vaz¹, que contêm documentos provenientes de diferentes fontes. Na mesma linha de apresentação de fontes, focalizando-se na sua correspondência, temos o trabalho de Joaquim Figanier² que, embora se centralize no exame do percurso de outra personalidade, acaba por divulgar numerosos dados acerca da troca epistolar entre Frei João de Sousa e Frei

¹ Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*; Idem, coord. e introdução, *D. Frei Manuel do Cenáculo. Instruções Pastorais, Projectos de Bibliotecas e Diário, Coleção Ciência e Iluminismo* (Porto: Porto Editora, 2009).

² Joaquim Figanier, *Frei João de Sousa, Mestre e Interpretete de língua arábica*, (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949).

Manuel do Cenáculo. Acrescem a este, os estudos de João Pedro Ribeiro¹, de José Baptista Barreiros², e de Luís Fernando de Carvalho Dias³. Obra de fôlego acerca da correspondência recebida pelo arcebispo é o “Catálogo da Correspondência”, em seis volumes, de Armando Nobre de Gusmão, na qual se faz o inventário e se sumaria mais de metade do universo de correspondência recebida pelo prelado, transcrevendo-se algumas dessas epístolas⁴. Também o “Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense” compulsa vários dados sobre a documentação deste prelado⁵. No que concerne à apresentação particular de excertos da sua documentação pessoal, nomeadamente o Diário, realçamos os estratos publicados por João Palma-Ferreira⁶ e ainda Túlio Espanca⁷. Ainda de Túlio Espanca destacam-se alguns trabalhos contendo informações sobre a Biblioteca Pública de Évora, nomeadamente acerca da sua fundação e a intervenção de Cenáculo na sua criação⁸. Sobre a memória de D. Frei Manuel do Cenáculo acerca do Saque de Évora em 1808, podem encontrar-se alguns dados num estudo, com introdução de Francisco Vaz, intitulado: “O Saque de Évora pelos franceses em 1808”⁹.

Ainda que tenhamos valorado a utilização destas publicações procedemos ao seu cruzamento com os dados que recolhemos nos documentos originais em arquivo. Feita a descrição das fontes e metodologias que privilegiámos ao longo deste trabalho,

¹ João Pedro Ribeiro, *Cartas ao Arcebispo Cenáculo*, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1880).

² José Baptista Barreiros, «Cartas Inéditas para o conde da Barca», *Revista de Guimarães*, LXIX (1959): 77-100. Neste incluem-se cartas enviadas por Cenáculo à personalidade estudada e faz-se uma resenha biográfica acerca do prelado.

³ Luís Fernando Carvalho Dias, *Inéditos de António Ribeiro dos Santos* (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976).

⁴ Gusmão, *Catálogo da correspondência...* Os seis volumes englobam parte da correspondência recebida pelo prelado que se encontra na Biblioteca Pública de Évora. Há contudo outros códices contendo correspondência recebida que não foram incluídos neste inventário e ainda se encontram inéditos.

⁵ Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Catálogo dos manuscritos da Bibliotheca Publica Eborense* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1850-1871). Contém 4 volumes onde se dão informações acerca de diversa documentação desta biblioteca, entre os quais vários pertencentes a Cenáculo.

⁶ João Palma Ferreira, «Excertos do “Diário” de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas». *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 2 (1) (1982): 17-35.

⁷ Túlio Espanca, «Diário da viagem do Bispo de Beja D. Manuel do Cenáculo a Vila Viçosa em 1785», *A cidade de Évora*, n. 63-64 (1981-1982): 163-193.

⁸ Vejam-se os estudos de Túlio Espanca: *Évora e o seu distrito* (1ª ed.) (Évora: Livraria Nazareth, 1959); *Inventário artístico de Portugal. – Concelho de Évora*. (vol.7), (Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1966); *Évora e o seu distrito* (2ª ed.) (Évora: Livraria Nazareth, 1967); «Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora», *A cidade de Évora*. Boletim da Câmara Municipal, (1980-1981): 193-251; *Évora: arte e história* (2ª ed.) (Évora: Câmara Municipal de Évora, 1987).

⁹ Francisco António Lourenço Vaz, «Introdução», em *O saque de Évora pelos franceses em 1808* (Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2008).

começaremos, no capítulo seguinte, por valorar a atividade de Cenáculo enquadrando-a numa época e teia de relações com características próprias, que marcaram a sua atuação enquanto bibliófilo.

CAPÍTULO 2.

CENÁCULO ENTRE BIBLIÓFILOS SETECENTISTAS

2.1 A época e o percurso de Cenáculo¹

Centremo-nos na época histórica que atravessa o ciclo de vida do prelado, tendo presente que se trata de um período complexo, não sendo possível caracterizar de forma monolítica as tendências em termos de pensamento que se evidenciam.

Frei Manuel do Cenáculo teve uma longa vida, nasceu em Lisboa em 1724 e faleceu em Évora, em 1814. Durante os seus dilatados noventa anos de vida, ocorreram, a nível europeu, muitas transformações no que respeita à organização de poder, do conhecimento e do ensino. O Iluminismo fazia-se sentir na Europa, repercutindo-se de forma diferente consoante a comunidade em estudo.

Globalmente costuma apontar-se o século XVIII como o século das “Luzes”. O conceito “Luz” reveste um sentido de inteligência, conhecimento, clareza de espírito. As “Luzes” aparecem como um movimento de pensamento, correspondendo à “idade dos filósofos”, não no sentido de filosofia tradicional, mas antes de “um esforço por elucidar sistematicamente uma realidade humana sob as diversas formas de afirmação”².

Revelava-se uma nova inteligibilidade que pretendia submeter às exigências do entendimento e da razão, as coisas que são da natureza humana: a ordem religiosa, política e jurídica.

Antes da Revolução Francesa, a partir dos anos quarenta, a ideologia das Luzes foi adotada por um certo número de soberanos, que enunciaram experiências de modernização dos seus Estados, à luz dessa exigência de inteligibilidade e entendimento. Certamente, há particularismos nacionais decorrentes dos diferentes

¹ Face à existência de estudos multifacetados realçando etapas da sua trajetória de vida, limitamo-nos acompanhar o percurso biográfico de Cenáculo. Pretendemos evidenciar as esferas de intervenção privilegiadas no campo religioso e na esfera pública, de modo a melhor entendermos a sua atuação enquanto bibliófilo e criador de bibliotecas.

² Georges Gusdorf, «Philosophie des lumières», em *Enciclopédia Universalis* (Paris: [s.n.], 1977), 11.

climas culturais e propostas específicas, mas as Luzes acabaram por se afirmar, ainda que de forma particular nos vários Estados da Europa, incluindo a Europa do Sul.

As repercussões políticas deste movimento são muito diferenciadas de país para país. Se em alguns Estados acarretaram grandes mudanças no que concerne à organização política, designadamente no que toca à redução dos poderes monárquicos, noutros registou-se um reforço desse poder, que procura afirmar-se e legitimar-se através da invocação do espírito das Luzes.

Em paralelo as estas mudanças diferenciadas começavam, entretanto, a escutar-se os ecos do Movimento Liberal. O ataque à ordem, ao Antigo Regime, ambicionava lançar transformações amplas, de índole política, económica, social e cultural.

Desenha-se, nestes termos, um conflito entre as forças que desejam a manutenção da velha ordem e as forças que lutam pelos novos ideais. O projeto liberal, que marcará de forma vincada o século XIX, torna-se um propósito com amplas implicações na sociedade, o que terá reflexos no domínio dos grupos sociais, das suas autorrepresentações e nas dinâmicas societais. Estas transformações ocorrem em momentos diferenciados, refletindo-se também na sociedade portuguesa.

Convém notar que o aparecimento e instauração da “Ordem liberal” não se processou de forma abrupta e, na mesma linha, a nova sociedade “não se iria construir sobre a brutal destruição da antiga, mas ao lado, ou a partir dela”¹.

Focalizando-nos no cenário português, vivenciando analogamente estas transformações, encontramos Frei Manuel do Cenáculo.

Nascido a um de Março de 1724, o futuro bispo começará com doze anos a frequentar as aulas na Congregação do Oratório, sob os auspícios do Padre João Baptista.² Nesta época, o ensino dos Oratonianos ainda conservava uma orientação tradicional, pelo menos no que respeita ao estudo da Lógica, de acordo com a análise de Francisco da Gama Caeiro³.

Aos quinze anos Cenáculo veste o hábito da Ordem Terceira de S. Francisco e no ano seguinte (1740) parte para Coimbra, inicia estudos no colégio de S. Pedro e

¹ René Rémond, «As hierarquias de riqueza e de poder. A dominação do capitalismo», em *Introdução à história do nosso tempo* (Lisboa: Gradiva, 1994), 294-302.

² Caeiro, *Dispersos...*, 339-341.

³ Caeiro, *Dispersos...*, 339-341.

inscreve-se posteriormente nos cursos de Filosofia e Teologia da Universidade¹. Este período fica marcado, de acordo com Gama Caeiro, pelo início de uma nova orientação filosófica que atingirá os claustros franciscanos, nos quais se inclui o Colégio de S. Pedro. A nova orientação expressa uma “reação contra a filosofia Escolástica que já não se apresenta como uma antipatia pessoal contra certo professor, um prurido isolado e seco”, mas antes “como uma mudança consciente, fomentada pelo contacto com os espíritos cultos da Europa, pelas sugestões de viagens, pelas leituras de novos mentores”². Perceber o sentido desta mudança, compreender o espírito que ditou a viragem é algo fundamental, de acordo com o autor que temos vindo a citar, para explicar a reação que acabará por modificar o ambiente da cultura, e em particular, da Filosofia em Portugal. Ainda que interrompida, combatia ou negada depois de 1740, a nova orientação prevalecerá, criará adeptos e modificará o ambiente geral da cultura nacional³.

Se a análise dos primeiros anos da vida de Cenáculo não se afigura tarefa simples, uma vez que o início dos seus estudos corresponde à inauguração de uma viragem cultural que é difícil de rastrear, o estudo do desenrolar do ambiente histórico da sua vida continua a exigir uma análise complexa sobre as inúmeras transformações que terão reflexos culturais amplos e duradouros.

Lembremo-nos que Frei Manuel do Cenáculo conviveu ativamente com o “*Absolutismo Esclarecido*” protagonizado pelo Marquês de Pombal, sendo na verdade um ativo promotor e colaborador de algumas das ideias desenvolvidas durante o reinado de D. José.

O estudo deste período de governação e das suas repercussões políticas e económicas foi objeto de acesa discussão. Estamos perante uma figura controversa da política portuguesa, verificando-se que o debate assume uma natureza político-cultural vincada, colocando-nos perante duas correntes com posições relativamente antagónicas. Uma que considera a ação de Pombal como catastrófica para o país; outra que o torna um precursor do laicismo anticlerical que teria, por essa via, colocado o “dedo na ferida” quanto às causas da “decadência” de Portugal. É fundamental para isso que a orientação dada à análise da governação pombalina faça

¹ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 12.

² Caeiro, *Dispersos...*, 339-341.

³ Caeiro, *Dispersos...*, 345-346.

uma “reconstituição das forças sociais e políticas e dos meios disponíveis para os projetos que se desenvolveram, tanto na área da vida social, como da política, ou das relações externas e cultura”¹.

O Absolutismo Esclarecido não foi monolítico, não se manteve constante ao longo do ciclo pombalino, mas foi-se produzindo em concordância com os conflitos e lutas que suscitou e desencadeou. Analogamente, não correspondeu a um mero decalque de ideias oriundas do estrangeiro, se bem que as tivesse rececionado, possuiu uma identidade cultural bastante definida que se encontra associada à problemática histórica do país naquele momento².

O modelo de sociedade para o qual o Pombalismo tendia estava em processo de desenvolvimento, atingindo o seu apogeu pelos finais dos anos sessenta, com a emergência económico-política de uma burguesia relativamente poderosa no litoral português. Aí, o primitivo esquema teórico de organização social mostrou-se ineficaz e o teatro de operações deslocou-se da sociedade eclesiástica para a sociedade civil³. Também as relações entre a intelectualidade e o poder mudaram flagrantemente com Pombal. O Ministro de D. José soube rodear-se, a seu contento, dos Ilustrados do país e foi capaz de mobilizar o seu saber para fundamentar a sua teoria e prática políticas. Através do Regalismo procurou alicerçar a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, numa tentativa de fundamentar a plenitude do poder régio face ao poder papal e eclesiástico⁴. Essa fundamentação é realizada através da denúncia da legitimidade temporal de ambos, apoiando em simultâneo a reforma da Igreja. O episcopalismo e o conciliarismo, ao descentralizarem o poder papal, contribuíram para a submissão política das hierarquias eclesiásticas nacionais⁵.

Com o fim do reinado de D. José e o subsequente afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo, começa um novo período de governação, o reinado de D. Maria I. Este período ficou marcado por uma certa “reação anti pombalina”, que procurou

¹ Jorge Borges de Macedo, «Dialéctica da sociedade portuguesa no tempo de Pombal», em *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte* (Lisboa: Edições Brotéria, 1983), 15-18.

² J.S. da Silva Dias, *Pombalismo e teoria política*. (Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1979-1980),1-6.

³ Dias, *Pombalismo e...*,1-6

⁴ Cf. Zília Osório Castro, «O Regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo», *Cultura História e Filosofia*,1 (1987):357-411.

⁵ Castro, «O Regalismo em Portugal...»,399-408.

reparar, reabilitar e restituir alguns dos que haviam sido afastados durante a governação Pombalina¹.

Nesta fase, Frei Manuel do Cenáculo, que até aí ocupava um papel de relevo na corte de D. José e tinha participado ativamente nalgumas das políticas culturais empreendidas, como assinalaremos à frente, é afastado de Lisboa. Transfere-se para o Bispado de Beja², em 22 de Abril de 1777.

Oferece-se-lhe agora um “novo campo de ação à medida das suas qualidades”, o prelado desenvolve uma atividade “prodigiosa” em vários domínios, ocupando-se da administração de uma diocese criada recentemente, com uma capacidade de trabalho excecional, de acordo com Jacques Marcadé³.

No início de Oitocentos Frei Manuel do Cenáculo muda-se para Évora, assumindo o cargo de Arcebispo daquela metrópole, no qual havia sido investido em 1802 pelo Príncipe Regente, esmorecidos que estavam já os ódios e rancores dos inimigos de Pombal.

Nesta cidade continua a desenvolver várias funções decorrentes da sua posição na arquidiocese, mas nem por isso deixa de se dedicar aos livros, reunindo uma vasta coleção e empreendendo esforços no sentido de criar nova Biblioteca.

Na sequência das transformações políticas que os movimentos liberais tinham despoletado por toda a Europa, e em face das manobras dilatórias intentadas pelo Regente português, com o intuito de evitar o cumprimento do “Bloqueio Continental” à Inglaterra, Napoleão Bonaparte decide invadir Portugal. A Família Real vê-se obrigada a fugir para o Brasil, onde se estabelece com a Corte. A presença Real no Brasil é consolidada com a criação de algumas infraestruturas, culminando, em 1815, com a designação, de “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve”. Abre-se assim caminho para a criação e um aparelho de Estado no Brasil que iria favorecer, entre vários outros fatores, o processo da sua independência. Portugal assiste incrédulo, parcialmente devastado pelas invasões das tropas de Napoleão, recebeu mal algumas

¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, VI. (Lisboa: Ed. Verbo, 2004), 293-298.

² Cenáculo já havia sido nomeado Bispo de Beja em 1770.

³ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 15

das medidas promulgadas no Brasil e o desejo do regresso do Rei ao país torna-se cada vez mais vincado¹.

As Invasões Napoleónicas tiveram repercussão por toda a Europa, o que contribuiu para uma difusão alargada das ideias da Revolução Francesa que também se espalharam em Portugal, quer através dos contactos com os invasores, quer através das publicações periódicas que circulam clandestinamente e difundem ideais do liberalismo, minando ideologicamente o Regime Absolutista. O liberalismo vai ganhando adeptos, mesmo dentro de alguns sectores da aristocracia².

Frei Manuel do Cenáculo morre em 1814, vivendo ainda todo o temor causado pelas invasões do exército napoleónico³. Já não assistiu aos preparativos que acabariam por culminar no Pronunciamento Militar de 1820. No entanto, presencia o rescaldo das invasões, mantendo-se informado sobre a conjuntura política que atravessava o país, mas também outros países Europeus, sendo esse o assunto de algumas das missivas trocadas com diversos correspondentes.

Homem culto e letrado, sempre mostrou interesse em estar informado sobre a circulação de ideias em marcha no país e no mundo, apercebeu-se das movimentações com ecos em vários países da Europa e mostrou preocupação com o desenrolar dos acontecimentos, parecendo perceber que o “tempo em que vivia” havia de produzir transformações significativas, as quais encarou também com preocupação e apreensão.

A exposição breve que tecemos sobre a época de Cenáculo faz ressaltar o impacto dos ideários que circularam durante o seu ciclo de vida, verificando-se que se os seus primeiros anos levantam alguns problemas de análise, o final dos seus dias está analogamente marcado por uma época de grande metamorfose. Torna-se por isso fundamental analisar a sua época, tendo presente os diversos acontecimentos que cunharam não só os seus anos de vida, mas também as implicações que tiveram

¹ Para um estudo mais aprofundado das consequências das Invasões Francesas veja-se o trabalho de José Viriato Eiras Capela (org.) *et al.*, *As invasões francesas e a restauração nacional de 1808*, (Braga: Arquivo Distrital, 2008) e José Viriato Eiras Capela, Henrique Matos, Rogério Borralheiro, *O heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os Concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, (Braga: Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2008)

² Sobre a circulação clandestina da imprensa periódica e a viragem verificada após 1808 veja-se, entre outros, o capítulo dedicado ao assunto em: Machado, *Rousseau em Portugal...*401-450.

³ Deixou testemunho da forma como viveu estas invasões em Évora. Uma compilação desse testemunhos encontra-se na obra de: Vaz, *O saque de Évora...*

posteriormente. Se é certo que para perceber o Iluminismo e a difusão dos seus ideais na Europa e em Portugal temos de remontar a épocas anteriores à vida de Cenáculo, também sabemos que muitas das ideias com que conviveu e que viu surgir terão ecos muito posteriores. Resta-nos tentar perceber com estas ideias terão influenciado e marcado a atuação deste religioso na sua época.

Cenáculo, um prelado das Luzes no tempo de Pombal

Frei Manuel do Cenáculo viveu em pleno século das Luzes, convivendo com as novas ideias que circulavam na Europa e transformou-se em pouco tempo “num dos principais doutos portugueses da sua época”¹.

A viagem a Roma, para assistir ao Capítulo da sua Ordem, teve um impacto muito considerável na formação Iluminista do futuro bispo Pacense e no surgimento das suas ideias sobre a formação Bibliotecas. Isso mesmo é reconhecido pelo próprio numa nota autobiográfica presente na sua obra. O excerto que a seguir se apresenta é exemplar, pela forma como demonstra o papel fundamental que a viagem terá representado para Cenáculo:

“Trinta annos até ao presente de mil setecentos e setenta tem corrido trabalhos duros [...] Posto que hoje com assinalada vitoria se adorna a linda face de nossa litteratura, com tudo era mui arriscada essa passagem de trabalhos para quem busca a casa da sabedoria. [...] O Ilustre Professor Fr. Joaquim José, a cuja disciplina devo esta voz; e se acaso há em mim outra que menos desagrede, sujeito formado por graça especial para educar a mocidade, tanto em costumes, com em letras, foi quem desde o anno quarenta deo entrada a mil e mil faíscas, que unidas, e depuradas havião de ser depois luz graciosa, em a qual muitos outros sujeitos enlevados so a ella seguissem [...] a Viagem a Roma em o anno de sincoenta, em que acompanhei o sábio Mestre Fr. Joaquim, me fará sempre apregoar em quaesquer ramos de litteratura, que foi humma disposição effiacissima para o bem das letras da Provincia. As famosas Bibliotehcas, que se apresentarão à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantaram milhares de idéas, que se começarão a produzir, como o tempo hia permittindo. Dava-se lugar, entre livros que pouco mais se haverião de ler, a obras de novo gosto. Avultarão as Livrarias particulares [...]”²

¹ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 13.

² Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Historicas e Appendix segundo à disposição quarta da collecção das disposições do Superior Provincial para a observância, e estudos da Congregaçõ da Ordem terceira de S. Francisco* (Lisboa: Regia Oficina Typografica, 1794),197-200.

Roma era, naquela altura, um centro ativo de nova cultura e representava “uma das mais acabadas expressões do Iluminismo Católico”¹. Aí, o nosso religioso contacta com Bibliotecas, Museus e Universidades, sendo que se atualiza de acordo com as perspetivas da sociedade europeia de Setecentos².

Do vasto universo do ideário da Luzes, pelas afinidades com o percurso de Cenáculo, destacamos a noção de filantropia, que juntamente com a valoração da educação, aparecem como fonte de propagação do património das Luzes, ligados ao ideal de felicidade humana. Entre os canais de uma nova proliferação da filantropia, de matriz laica, assiste-se ao desenvolvimento de sociedade privadas, as quais se consagravam a fazer bem mediante novos critérios e fundamentos³.

Admitimos que o itinerário profissional e de vida do prelado, no campo das reformas do ensino⁴ e da criação de bibliotecas, tivesse subjacentes estes valores de generosidade e intervenção sobre a sociedade. Os fins últimos desse “amor à humanidade”, no caso de Cenáculo, não ambicionariam, em nosso entender, produzir mudanças de estruturas político-sociais radicais.

O prelado conviveu e promoveu o Absolutismo do reinado de D. José, mostrando-se receoso com as mudanças vividas na “França revolucionária”⁵. Não obstante, procurava reformas num país, que paralelamente com o nosso parceiro Ibérico, era muitas vezes visto como a “lenda negra” da Europa. Os dois reinos eram vistos, por muitos doutos da Europa, como o estereótipo do obscurantismo, ignorância, fanatismo religioso, crueldade, orgulho, mau governo, entre vários outros

¹ Caeiro, *Dispersos...*, 350.

² No espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo custodiado pela Biblioteca Pública de Évora, encontra-se um diário onde é descrita a viagem Roma, de autoria do Provincial da Ordem, Frei Joaquim de S. José que, a par de Cenáculo e do Prior Frei Domingos da Encarnação, compunha a delegação enviada pela Província Portuguesa da Ordem Terceira de S. Francisco ao Capítulo Geral em Roma. Cf. B.P.E. Códice CV/1-10 d. [Diário do Reverendíssimo P. M. Doutor Frei Joaquim de São José na jornada que fez ao Capítulo Geral de Roma em 1750]. Neste é possível encontrar indicações acerca da viagem, com a exposição de datas e locais de paragem, preços pagos por determinados serviços, impressões relativas à sua qualidade, descrição de monumentos e locais de interesse e até de contactos pessoais empreendidos.

³ Esta era recortada de outros valores das Luzes, nomeadamente a ideia de que o progresso poderia ser obtido por intervenções cuidadosas e estudadas sobre o tecido social. Cf. Lynn Hunt, «Pilantrophie», em *Le Monde des Lumières*, org. Christian Destain (Paris: Fayard, 1999), 325-330.

⁴ Para um estudo mais aprofundado do tema das reformas do ensino, nomeadamente a Reforma da Universidade de Coimbra em tempo de Pombal veja-se: Maria Eduarda Cruzeiro, «A Reforma pombalina na história da Universidade», *Análise Social*, XXIV, nº100 (1988): 165-210.

⁵ Isso mesmo pode ser visto em cartas que trocou com diversos correspondentes. As cartas enviadas encontram-se publicadas em: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*

atributos, associados geralmente à “ortodoxia católica”, apresentando-se como uma espécie de modelo anacrónico na Europa das Luzes¹.

Pensamos que Frei Manuel do Cenáculo, assim como outras personalidades ibéricas, foram sensíveis à necessidade de combater esta “lenda negra” e conscientes do relativo atraso da sua pátria, dedicaram-se a discutir com paixão as causas e os remédios a aplicar. As preocupações de dotação de bibliotecas e de reformas no ensino, tão vincadas na atuação de Frei Manuel Cenáculo, parecem inspirar-se nessa necessidade de combater o atraso português.

Como sublinha Pedro Calafate, o Iluminismo em Portugal não foi obra exclusiva do poderoso ministro de D. José, pois antes já haviam sido criadas as condições básicas de uma reforma cultural que os pombalistas assumiram em toda a plenitude, fazendo-a culminar na reforma da Universidade de Coimbra, em 1772².

Frei Manuel do Cenáculo, associado ao poder pombalino e seu colaborador, participa nas Juntas onde se discutem as medidas a aplicar nesta reforma da Universidade. Disso dá nota no seu diário, descrevendo, muitas vezes pormenorizadamente, algumas das reuniões da Junta de Reforma da Universidade.

Nem sempre as reuniões produziam resultados imediatos, a dissonância de opiniões conduzia a dificuldades em solucionar questões como a adoção dos autores a utilizar nos estudos. A título de exemplo referimos os testemunhos no diário do prelado, respeitantes a uma dessas sessões, onde se discutia o autor a utilizar para o Curso Teológico. Muitos opinavam a favor da adoção do beneditino Gerbert³, parecer que Frei Manuel do Cenáculo não partilhava, alegando que a obra deste autor tinha uma “má divisão, sendo uma suma rezada sem satisfação a dúvidas e superficial”. Testemunho disso foi deixado numa anotação datada de 16 de Julho de 1771. O debate prolongou-se por vários dias, a decisão foi finalmente tomada na sessão de 4 de Setembro de 1771, depois de um acalorada discussão. Apontamos a sua descrição sobre o episódio:

¹ Javier Sebastián Fernández, «Péninsule Ibérique», em *Le Monde des Lumières*, org. Christian Destain (Paris: Fayard, 1999), 411-424.

² Calafate, dir, *História do Pensamento Filosófico...*, 11-12

³ Trata-se do teólogo alemão Martin Gerbert, autor de uma vasta obra no domínio da Teologia e da Música Sacra. Cf. Vaz – «Jansenismo e Regalismo...», 68.

“Pondo notas nestas obras [as de Gerbert] as levei ao Marquez, [...], percebi no Marquez que ele desconfiou que eu por espírito de partido lhe tocava aquellas espécies, porque comecei pelas de menos consideração, mas quando elle foi ouvindo mais saltou, e me disse que as levasse de tarde para a Junta e que elle diria que mo mandara examinar: Fui para a Junta, o Marques me disse que lesse, comecei a ler, a principio [...] trabalharam por desculpar o livro, [...] mas crescendo a licção não tiveram que repor [...], Marquez saltou, Martinho de Mello ajudou e perguntando o Marquês ao Reitor: Vossa Senhoria tinha lido este livro, respondeo que sim, mas perfunctoriamente porém concluíra que aquillo resultava de que Gerbert sendo Theologo se metter a fallar em Cânones [...] repliquei que não era decente autorizar hum homem tão solto contra a autoridade temporal [...] Concluiu o Marquês que se mandasse ensinar por Gerbert, acrescentando que provisoriamente enquanto se concluíam as summas para uso académico: agora pergunto e devendo a Meza Censória condenar quanto he canónico de Gerbert, hade fazello e fustigar assim hum homem autorizado para Mestre do Reino? Segundo em Portugal não haverá mais de oito tomos de Gerbert em mão particulares e nos livreiros de venda, logo por onde hão-de ensinar cinco lentes e aprender os discípulos? Quando se há-de estampar? [...]”¹

Note-se o investimento colocado na defesa das suas posições, refletido nas diligências que empreende para análise do escrito de Gerbert e nas dúvidas quanto à adoção deste autor. Sobressai o cuidado com que atua, consultando o Marquês de Pombal previamente, numa tentativa de o inteirar da natureza e motivo do seu escrúpulo. A discussão envolve aspetos de organização da Reforma e seleção de autores, equacionando-se igualmente a possibilidade material de juntar a quantidade de obras necessárias para o ensino.

Como salienta Eduarda Cruzeiro, a Reforma da Universidade não pode deixar de ser vista como uma peça capital, no âmbito da reforma vasta do Ensino Pombalino. Fazia parte de uma ação global que, marcada por uma forma particular de reinterpretação das orientações iluministas então correntes na Europa, procurava mudar a face da realidade nacional, dentro dos limites que o regime monárquico absoluto impunha, utilizando coerentemente os meios que este proporcionava e favorecia, buscava igualmente a sua consolidação. As intervenções pedagógicas mais importantes, que se verificam entre 1759, ano da expulsão dos Jesuítas, e 1772, ano da

¹ B.P.E.- Códice CXXIX 1-17 [diário]. Cf. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*,575.

«nova fundação» da Universidade de Coimbra e do que se poderá chamar, sem vício de anacronismo, a criação do Ensino Primário Oficial, constituem, na sua articulação, a primeira tentativa de estabelecimento de um sistema de Ensino Público em Portugal¹.

Tal como aconteceu com os vários “Iluminismos europeus”, a filosofia das Luzes revestiu-se entre nós de um carácter “omnicomprensivo e multidisciplinar”, enquanto meio de compreensão, afirmando-se essencialmente por via polémica, alimentada por uma contraposição sistemática entre épocas de luzes e trevas, e aferidas pelo tribunal da razão².

Nestas circunstâncias, não surpreende a proximidade de Frei Manuel do Cenáculo ao centro do poder, participando na reforma cultural em curso. Como sabemos, o Marquês de Pombal soube rodear-se de muitos eclesiásticos, colocados em lugares estratégicos, que o auxiliaram na sua política de redefinição do lugar que a Igreja deveria ocupar na sociedade e na esfera do poder temporal³.

Cenáculo distinguiu-se pela qualidade dos cargos públicos que exerceu, ilustrativos da sua ligação ao aparelho pombalino. Como José Pedro Paiva salientou, outros eclesiásticos o acompanharam⁴ neste envolvimento com o círculo do poder. Mencionem-se os lugares estratégicos que desempenhou, como são exemplo, o de Deputado (1768) e Presidente da Mesa Censória (1770), tendo em mãos matéria tão importante como seja a o controle dos livros e manuscritos que circulavam; Preceptor do Príncipe D. José (1770), sendo encarregue da educação do delfim Real; Presidente da Junta do Subsídio Literário (1771), organismo vocacionado para a angariação de fundos para apoiar as reformas das escolas; a par de outros, afetos à esfera religiosa e eclesiástica, como o de capelão das Armadas Reais e Definidor da sua Província (1766)⁵, Provincial da Ordem Terceira (1768), Bispo de Beja (eleito em 1770) e Arcebispo de Évora (eleito em 1802)⁶.

¹ Cruzeiro, *A reforma pombalina*,173. Sobre a História do Ensino em Portugal vejam-se também: Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001) e José Cardoso, *Subsídios para a História do Ensino em Portugal: trinta anos de jornalismo* (Braga: JC, 1990).

² Calafate, dir., *História do Pensamento Filosófico...*,12.

³ Paiva, «Os novos prelados...»,41-43.

⁴ São disso exemplo António Pereira de Figueiredo e João Cosme da Cunha.

⁵ Membro do Conselho da Província, encarregado de supervisionar a gestão do Provincial. Nesta mesma data lança-se no estudo da Língua Árabe e Siríaca. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*,15.

⁶ De acordo com a apresentação dos prelados que dirigiram a Ordem Terceira de S. Francisco, feita pelo seu grande correspondente e amigo Frei Vicente Salgado, Cenáculo foi: Lente Jubilado e Doutor em

Frei Manuel do Cenáculo, a par de outros “prelados pombalinos”¹, desenvolve uma postura de colaboração e subordinação, podendo dizer-se que nada era feito sem o conselho e anuência prévia de Pombal, num clima de “lisonja” e de “adulação” próprios da época. Sobressai, como foi sublinhado pelo autor que temos vindo a citar, uma subserviência e um desejo de não criar qualquer espécie de conflito, mesmo em questões relacionadas com a posse e defesa de certas regalias prelatícias².

Este ambiente de servilismo face a Pombal dará lugar, já após a queda do poderoso Ministro, a críticas veladas em alguns meios da época. Ilustra-o exemplarmente a sátira a Cenáculo abaixo reproduzida:

“Tudo quanto o Marquês quis intentar,
A sua Teologia autorizou,
Não sabendo a este Nero impugnar,
Tudo contra o clero ideou:
Ele quis por isso próprio derrogar,
Tudo Quanto o direito ensinou,
Mas enfim o seu Deus foi o Marquês,
Que só quis e aprovou o que ele fez”³

Porém o dominante é a atitude elogiosa face ao prelado. As numerosas cartas e testemunhos que recolhemos tanto no âmbito da nossa investigação, como nas referências em estudos de outros autores, evidenciam que Frei Manuel do Cenáculo era uma figura muito respeitada na sua época, que possuía um leque alargado de relações sociais, desde o simples estudante, que solicitava patrocínio, ao mais alto Ministro de Estado, que o contactava por motivos distintos.

Teologia, Qualificador do Santo Ofício, Examinador Sinodal do Patriarcado, Consultor da Bula da Cruzada, Cronista da Província, Definidor Geral da Família Franciscana, Capelão-Mor das Armadas Reais, Deputado da Real Mesa Censória, Mestre e Confessor do Sr. Príncipe da Beira D. José, Presidente do Tribunal da Real Mesa Censória, Presidente do Subsídio Literário e da Junta da Fazenda do Real Colégio dos Nobres, Bispo da Cidade e Diocese de Beja. Cf. Frei Vicente Salgado, *Compendio Histórico da Congregação da Terceira Ordem* (Lisboa: Oficina Simão Thadeo Ferreira, 1793). De acordo com as anotações contidas no seu diário, participou ainda nas discussões da Junta sobre a Reforma da Universidade, na qualidade de Presidente da Mesa Censória e foi também Arcebispo de Évora.

¹ Utilizamos a expressão na acepção que lhe foi dada por Paiva, «Os novos prelados...», 41.

² Paiva, «Os novos prelados...», 50-51.

³ B.N.P.- Códice 10567, col.25. *apud* Paiva, «Os novos prelados...», 51, citado a partir de Joaquim José Carvalho Teixeira, *Literatura e Poder Político. Pombalismo e Antipombalismo* (Coimbra, [s.n.], 1987), 291.

Apontamos, a título de exemplo, uma referência encontrada num auto dirigido ao superior provincial a propósito das dificuldades que surgiram na eleição do custódio. Neste inclui-se uma carta, dirigida a Frei Rafael Rodrigues Mohedano por Caetano Maria Duarte, onde se faz o encómio do trabalho de Pombal e D. José I, bem como o de Frei Manuel do Cenáculo que, de acordo com o seu autor, “ obscureceram o dos Médicis e outros”¹. Este elogio, selecionado de forma arbitrária no *corpus* documental que trabalhamos, demonstra o prestígio atribuído a Frei Manuel do Cenáculo e aos seus contributos no campo do saber. Certamente a retórica laudatória seria uma forma de criar boas relações com uma figura com poder no mundo dos livros e também no campo político e social. No entanto, parece-nos que demonstra igualmente o respeito que foi granjeado por Frei Manuel do Cenáculo.

Outro documento ilustrativo do reconhecimento alicerçado por Cenáculo é o seu Elogio Fúnebre, de autoria do P. António Costa Velez, impresso em 1815², pese embora a natureza especial do texto em presença.

Frei Manuel do Cenáculo é muitas vezes apresentado como uma figura de origens sociais humildes³. Evoquemos as origens de Cenáculo tendo presente que a carreira eclesiástica constituía então um meio de promoção e ascensão social característica da época. Com efeito nasce em Lisboa, filho de José Martins, natural da diocese de Braga e de Maria Antónia, nascida em Lisboa, atribuindo-se ao pai uma profissão ligada às atividades artesanais⁴.

Apresentamos no esquema seguinte um esboço de genealogia de Cenáculo:

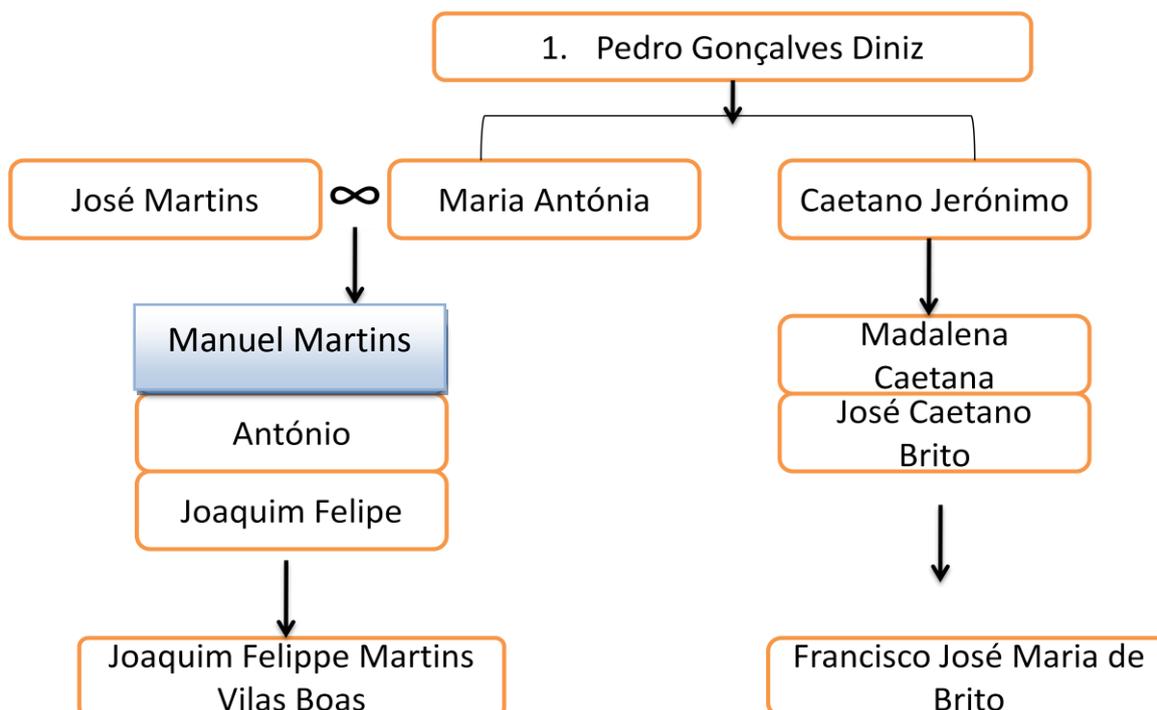
¹ B.P.E. Códice CXXVIII/1-6, f.338, s.d.

² P. António Costa Velez, *Elogio Fúnebre do excelentíssimo Senhor D. Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas. Arcebispo metropolitano de Évora, pregado nas solenes exéquias, celebradas na sua Igreja Catedral, em 10 de Março de 1814*, (Lisboa: Imprensa Régia, 1815).

³ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 7-8

⁴ O pai do prelado teria sido ferreiro. Cenáculo, quando questionado sobre uma cicatriz que tinha, terá dito que o pai, ao trabalhar numa forja, o atingira inadvertidamente com uma brasa, o que deixara uma marca de cicatriz. Cf. José Agostinho de Macedo, *Motim Literario* (Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1841), 203. O futuro bispo era assim oriundo de uma família de pequenos artesãos da capital, recentemente migrados para Lisboa. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 8.

Esquema 1. Genealogia de Cenáculo



Fonte: Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*,11

Manuel Martins era o mais velho de três irmãos, o apelido foi-lhe atribuído aquando da sua agregação à Ordem Terceira de S. Francisco, na qual professou a 19 de Março de 1739, passando a designar-se a partir de então Frei Manuel do Cenáculo¹. O apelido Vilas Boas só começaria a ser utilizado por volta do ano de 1770, ainda que não fosse este o nome que usava habitualmente na documentação (oficial e privada). É provável que o “novo apelido” traduza uma espécie de “nobilitação” concedida pelo monarca, um reconhecimento dos serviços prestados nos cargos públicos que exerceu².

Forma-se em Coimbra, onde frequenta o curso completo do Colégio de S. Pedro e o curso de Teologia e Filosofia da Universidade, tornando-se “rapidamente notado”³. Com apenas vinte de dois anos foi nomeado Lente de Artes do Colégio de S. Pedro, recebendo três anos mais tarde o grau de Doutor em Teologia na Universidade de Coimbra⁴. Nesse mesmo ano é nomeado Lente do Curso Filosófico do Colégio de S.

¹ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 11.

² Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*,6.

³ Caeiro, *Dispersos...*,347. Veja-se também Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*,12.

⁴ Em 26 de Maio de 1749. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*,12.

Pedro, para o triénio 1749-1752, no qual não se evidencia grande modernidade filosófica¹. A viagem a Roma com o fim de assistir ao Capítulo Geral da sua Ordem, em 1750, força-o a interromper esse ciclo académico.

Após o regresso de Roma, um ano depois, faz a defesa das “*Conclusões de Lógica*”, obra onde, de acordo com Gama Caeiro, indicia uma atualização filosófica e um gosto e uma erudição até ai desconhecidos. Essas características inovadoras vão ser acentuadas na exposição que faz da História da Filosofia, «a “última palavra” do ensino de então, considerada como inovação metodológica, indispensável a uma verdadeira cisão dos problemas da Filosofia e preconizada como propedêutica dessa matéria»². Estas Conclusões constituem-se, para o ambiente intelectual da época, como “o primeiro grande ensaio, público e oficial da Ordem Franciscana, na moderna orientação filosófica aplicada ao ensino da Lógica [...] traduzindo uma nova orientação mental”. Os compêndios mais notáveis de História da Filosofia só começam a aparecer a partir de 1751, através da influência capital das obras de Luís António Verney. Note-se porém que, no mesmo ano em que esta figura cimeira do Iluminismo português lançava a sua obra, “*De Re Lógica*”, Cenáculo defende, nos Atos Públicos do Colégio de S. Pedro, a mesma matéria inovadora³.

Frei Manuel do Cenáculo alcança por via do seu percurso formativo grande reputação. Desde cedo começou a tomar parte em várias atividades da sua Ordem, vindo a fixar-se no Convento da Ordem Terceira de S. Francisco da capital⁴, no ano de 1755⁵. A partir dessa data empreende um trabalho árduo que envolve a participação em numerosas tarefas da Congregação Religiosa, nomeadamente a reorganização dos Estudos. Dedicar-se a refletir sobre a necessidade de mudanças no ensino ministrado pela sua própria Ordem, reconhecendo a urgência de realizar reformas. É nessa condição que acabará por atrair a atenção do Poder Real, vindo a tomar parte nas reformas do ensino que são implementadas em tempo de Pombal e a assumir os cargos públicos dos quais já demos nota em momento anterior. Assume, à semelhança de Verney, um tipo de Iluminismo que era essencialmente Reformismo e Pedagogismo, “cristão e católico”, “inspirando-se na cultura humanista do

¹ Cf. Caeiro, *Dispersiones...*, 348-349.

² Caeiro, *Dispersiones...*, 349.

³ Caeiro, *Dispersiones...*, 350.

⁴ Convento de Nossa Senhora de Jesus.

⁵ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 13.

Renascimento para conseguir impor uma nova conceção do homem, da sociedade, bem como do Estado e da Igreja nas suas mútuas relações, e ainda nas Relações entre a Fé e a Razão”¹.

A atividade que desenvolveu não foi esporádica. Fomentou o estudo das Línguas Orientais, introduziu melhorias no campo pedagógico, com a criação de novos Métodos e Programas de Estudo e impulsionou os trabalhos com fontes auxiliares da História. Promoveu a organização de Bibliotecas e Museus, que encarou como instrumentos fundamentais para uma efetiva implementação das reformas que ambicionava².

Nestas breves linhas evidencia-se o papel de Frei Manuel do Cenáculo enquanto Teólogo, Académico e Reformador, que se assume como uma figura central do Iluminismo Português Católico. O Bispo de Beja promoveu o espírito de renovação das ideias em Portugal, procurando criticar a Neoescolástica e o Aristotelismo da época, a que chamava “aristotelomania”. Numa altura em que na Europa se valorava o saber científico, o prelado mostrou-se aberto à experiência, sobretudo à Ciência Física, sendo Newton, neste domínio, o seu mentor científico³.

Os trabalhos de criação de bibliotecas e reorganização dos estudos inserem-se nesse espírito de renovação que subscreve. Aposta numa mudança de mentalidade que se conseguiria alcançar, de acordo com o seu pensamento, através da educação do clero, que por sua vez contribuiria para instruir as populações. O eclesiástico tinha por função ser um guia e uma autoridade, a sua tarefa era a de dar conselho e tirar dúvidas. Para o poder fazer deveria ser instruído não só em Teologia, mas possuir também Luzes noutros domínios, como por exemplo na agricultura, para poder ser útil aos seus paroquianos⁴.

Frei Manuel do Cenáculo partilha, com outros humanistas portugueses, uma visão que elege a Antiguidade como um valor indiscutível, cuja pureza importava recuperar à luz do método histórico-filológico, sem esquecer o desejo do regresso do cristianismo à sua pureza primitiva. Disso é exemplo a crítica do prelado à dimensão escolástica nas Humanidades, insurgindo-se contra traduções espúrias e reclamando a

¹ Caeiro, *Dispersos...*, 368.

² Caeiro, *Dispersos...*, 368-369.

³ Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 441-443.

⁴ Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 444.

pureza dos textos, lidos no original grego ou latino¹. As concepções do Tempo e da História dos Iluministas Portugueses «participam de um enquadramento que respeita o valor axiomático da Antiguidade no plano das letras humanas, impõe o estudo das línguas antigas, o Latim, o Grego e o Hebraico na ótica de uma leitura e interpretação dos textos, nomeadamente os teológicos, na sua “substância original”. Aceitam o modelo ciceroniano no plano da retórica, veneram as conquistas dos modernos, considerados como anões aos ombros da Antiguidade, vendo por isso mais longe, sobretudo nos planos da filosofia natural e das técnicas que dela emanam, situando, neste plano científico e técnico, um discurso sobre o “progresso”»². Certamente, enquanto membro da Igreja, Cenáculo procurou conectar as ideias ilustradas com a sua Fé num Deus transcendente e revelador, tal como fizeram muitos homens em países cristãos e católicos. Assim, tanto a Ordem Sobrenatural e Revelada, como a da Natureza e Razão têm a sua origem em Deus, que aparece assim como origem da Revelação e da Natureza, de uma forma coerente. É a ideia de um cristianismo que aceita a crítica histórica, que compreende os avanços da ciência experimental, sem negar a possibilidade de um ser transcendente, criador e revelador, embora esta atitude conheça matizes diferentes de acordo com os Ilustrados cuja obra se esteja a estudar³.

O Bispo de Beja revelou uma capacidade de trabalho notável, para além dos numerosos cargos que desempenhou, e dos trabalhos de Formação de Bibliotecas, Museus e na melhoria dos Estudos que desenvolveu, escreveu uma vasta obra literária. Nesta incluem-se diversas pastorais dirigidas à organização e administração da diocese que serviu, ou patentes da sua Ordem religiosa, mas também obras mais completas como os “*Cuidados literários*”, ou as “*Memórias Históricas*”, onde faz análises muito contundentes sobre o progresso dos estudos e da educação no nosso país, não se coibindo de “colocar o dedo na ferida” e apontar caminhos para resolver alguns problemas que reconhecia existirem e urgia resolver.

Muito mais poderia ser dito acerca da época e obra de Cenáculo. Remetemos em momento oportuno deste texto, para alguns dos muitos trabalhos onde se poderão encontrar mais dados. Centraremos a nossa análise na procura de entender o seu

¹ Cenáculo, *Cuidados literários...*,47. Apud Calafate, dir, *História do Pensamento Filosófico*,28.

² Calafate, dir, *História do Pensamento Filosófico*, 29.

³ Sanchís - *La Ilustración...*,29.

papel enquanto bibliófilo e criador de bibliotecas, procurando examinar a sua relação com os livros nas suas diversas facetas. Daí esta opção por fazer uma apresentação necessariamente curta acerca desta personalidade e da época em que viveu, tentando contextualizar a sua ação numa época com tendências e características próprias. Estas certamente terão lançado desafios únicos, os quais propiciaram ou potenciaram muitas das atividades que exerceu e a forma como as exerceu.

2.2. As relações epistolares com estruturantes de um percurso

O que ressalta da rede epistolar de Frei Manuel do Cenáculo é a sua centralidade para a sua atividade bibliófila. É igualmente de salientar a importância desta rede como meio de se manter atualizado.

Reconhecemos que o estudo de gestos e bens simbólicos não pode esquecer que as diferenças culturais não se reduzem à desigualdade de distribuição desses bens, mas têm também de ter em conta os seus usos contrastados, tornando necessário passar de uma história das repartições, para uma história das práticas. Dentro desta perspetiva de renovação da História Cultural, o epistolário ganha novos contornos de análise, o que nos leva a entender o gesto de escrever cartas como um gesto privilegiado. A carta é, em simultâneo um gesto livre e codificado, íntimo e público, que interpola, potencialmente, dimensões privadas com dimensões de sociabilidade formal¹.

A correspondência de Frei Manuel do Cenáculo constitui um meio privilegiado que nos permite aceder ao seu universo de relações sociais e profissionais, ao mesmo tempo que possibilita destacar relações singulares, que no seu conjunto, não deixam de concorrer em benefício da sua trajetória de vida, marcada por um percurso profissional de excelência, na linha de outras figuras coevas. Nos milhares de missivas que compõem a correspondência do prelado de Beja entre a década de 50 de Setecentos² e os anos finais da sua vida¹, podemos encontrar exemplos de cartas de

¹ Chartier, dir., *La correspondance...*,9

² A missiva mais antiga que conseguimos encontrar é de 20 de Março de 1750. Trata-se de uma carta enviada a Cenáculo, catalogada sob o número 3389, Gusmão, *Catálogo...*

simples cumprimento e ou agradecimento formal, através de uma escrita marcadamente codificada, a par de outras que sugerem relações mais pessoais, intelectuais ou de amizade, pelo seu conteúdo e redação mais livre. Seja como for, no seu conjunto, o universo da correspondência possibilita aceder à multiplicidade de ligações e de relações sociais que travou, ao longo da sua vida, e que contribuíram, de forma variável, para consolidar o seu percurso profissional.

A correspondência institui uma ordem de conexões sociais, permitindo, em simultâneo destacar relações multifacetadas². Pensamos que, através das cartas trocadas por Frei Manuel do Cenáculo, poderemos compreender um pouco o espaço onde se situa a produção e receção desses escritos, e por consequência o lugar social ocupado por esta figura central do Iluminismo Português.

Reconhecida a impossibilidade material de fazer um estudo caso a caso de cada carta trocada com vários eruditos e bibliófilos, procuraremos, através de alguns exemplos, demonstrar a qualidade das relações epistolares que se estabeleceram, expondo assuntos e intercâmbios que estas revelam. Pretendemos, acima de tudo, rastrear a forma como estes contactos patenteiam a importância dos livros, bibliotecas e os câmbios que neste domínio se efetuam entre correspondentes³.

Focalizando a nossa análise nas epístolas que tratam de assuntos relacionados com os livros e as bibliotecas, objeto privilegiado para avaliar a bibliofilia do prelado pacense, verificamos que estas contêm informes muitos díspares, tais como:

- Situação de Bibliotecas após o terramoto;
- Diligências para formação ou atribuição de donativos a bibliotecas;
- Troca, venda e compra de livros.

Centralizando a nossa atenção nas informações sobre bibliotecas que é possível encontrar, poderemos apontar, a título de exemplo, as cartas que trocou com Juan

¹ O cabido de Évora dirige-lhe ainda uma carta a 06 de Novembro de 1813, não conseguimos encontrar cartas posteriores. O documento faz parte da correspondência dirigida a Cenáculo que ainda se encontra inédita. B.P.E.- Códice CXXVIII 1-12, nº94.

² Chartier dir., *La correspondance...*, 456.

³ A opção por um estudo mais detalhado acerca desta correspondência, apesar de pertinente, contribuiria, em nosso entender, para adensar excessivamente o volume de informação contido neste trabalho, perdendo assim a “visão de conjunto” que aspiramos conseguir revelar.

Buytrago¹ após o terrível terramoto de Lisboa, em 1755. Em cartas enviadas a este livreiro, Frei Manuel do Cenáculo faz uma descrição exaustiva do estado em que ficaram as Bibliotecas portuguesas na sequência da catástrofe ocorrida, e dos incêndios que dela resultaram. Troca também informações diversas sobre o mundo editorial.

Reproduzimos parcialmente uma dessas cartas, com o objetivo de conhecermos, de viva voz, a descrição do prelado:

“[...] Mi amigo, y Señor Buytrago [...] Vivo mortificado; porque hace 18 mezes introduzi para las licencias en el Tribunal del Santo Officio, un cartapacio: y la tardãza del retorno quasi me excita lo escrúpulo [...] pero me diga usted que quando aquí me embarazen el proyecto, d'en essa Corte pueda correr passo libre las licencias, y impresión [...] La Política danoza no aparece aquí. Usted me hará el favor de instruir-me de la qualidad de la obrita [...] Acordando-me del prometido, digo: que nesta Corte, alem de un, ó otro mercador de libros portugués, que hà quedado salvo del terremoto, los quebrados se van restableciendo, y forneciendo con cuidado [...] Quedaron las siguientes Bibliotecas enteras: Mafra: la de los Padres Congregados de S. Philippe Neri de las Necesidades: la del Convento de la Gracia: la de este mio convento: la del Conde de Eryceira: la del Marquez de Alorna, unida a la de su Hermano difunto D. Francisco de Almeyda: la del Marquez de Alegrete: Las de los Jesuitas de S. Roque, S. Antão, y Nazareth de Arroyos: La de los Barbosas [fl. 28v.] Las de los Condes de S. Lourenço, y Povolide: La del Duque de Cadaval: La de los Padres Theatinos: la del Conde do Redondo: las de muchos particulares como la de Nicolao Francisco; Pedro da Motta, y otros: han quedado todos los papeles de la Torre do Tombo. Librerias grandes, y quemadas = Las del Rey: Duque de Lafões; Conde do Vimieiro; La de S. Domingos: La do Espirito Santo de Congregados: La del Doctor João Alvares da Costa[...].”²

A missiva é bastante rica em conteúdo, possuindo várias alusões à situação política na Europa. É exemplar pelo modo como demonstra como funcionava a

¹ Pensamos que Juan Buytrago foi Livreiro em Madrid. Embora não tenhamos informações objectivas nas cartas que indiquem a ocupação deste correspondente, os assuntos trocados nas missivas fazem supor que este se ocupava dos negócios com livros. Além disso, uma informação recolhida no catálogo de uma Biblioteca Espanhola aponta-nos um título de uma obra cujo editor seria este livreiro. A referência pode ser consultada online: http://bvpb.mcu.es/eu/consulta/resultados_navegacion.cmd?busq_autoridadesbib=BVPB20090002975, 1 de Agosto de 2010.

² B.P.E - Códice CXXVIII 2-9, f.27-28. Publicado em: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*,466-467. A missiva encontra-se datada apenas com dia e mês, mas tendo em conta o seguimento dos assuntos tratados na correspondência anterior e subsequente, cremos que se trata de uma carta de 21 de Dezembro de 1756.

permuta de informações, assim como quais os assuntos e determinações tratadas através do contacto por carta. Nesta correspondência em particular, além de novidades diversas sobre a vida social, encontram-se esclarecimentos sobre livreiros e impressores que estão a trabalhar na época pós-terramoto, quando se procura reconstruir a cidade de Lisboa, que fora parcialmente destruída por essa catástrofe natural. De acordo com o relato feito, os impressores que se encontravam a trabalhar eram Manescal, Miguel Rodrigues, S. Vicente e Ameno. Já quanto a livreiros a carta refere exclusivamente Gnecco, Dubeaux, Bertrand, Bonnardel e Ginoux.

A carta inclui ainda o relato das bibliotecas que foram destruídas pelo terramoto e as que permaneceram, não pormenorizando dados sobre quais os fundos que escaparam na totalidade, ou apenas parcialmente. Tendo por base este relato, calculámos a percentagem de bibliotecas que foram completamente destruídas. Reconhecemos que estes são dados parcelares, baseados num único testemunho, pelo que não podem ser encarados como um retrato exato da situação das bibliotecas neste período. Contudo, pensamos que nos fornece uma ideia, ainda que fragmentada, do nível de destruição causado por este fenómeno natural em Lisboa, nomeadamente no que diz respeito às Bibliotecas. De acordo com os dados que compilamos a partir da carta¹, cerca de 25% das Bibliotecas de Lisboa arderam e ficaram destruídas pelo terramoto, escaparam cerca de 75%, embora não seja possível saber se estas escaparam na totalidade ou não².

Estes dados, apesar de apontarem para uma percentagem mais elevada de bibliotecas que escaparam à aniquilação, parecem, ainda assim, confirmar o grande nível de destruição causado em Lisboa pelo terramoto. Esse facto torna-se ainda mais evidente se tivermos em conta que estes resultados dizem apenas respeito às Bibliotecas que foram identificadas na carta. O relato de Cenáculo é parcelar e não inclui todas as bibliotecas, quer as que escaparam, quer as que ficaram destruídas. Nos apontamentos sobre Bibliotecas Portuguesas, Silvestre Ribeiro³ apresenta também uma nota acerca das livrarias destruídas pelo terramoto de 1755. Nesta, identifica mais

¹ B.P.E - Códice CXXVIII 2-9, f.27-28.

² Em termos absolutos, identificaram-se seis livrarias queimadas e dezoito que terão escapado à destruição.

³ José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914),488.

bibliotecas queimadas¹, para além das que Cenáculo mencionou e sobre as quais notificou o amigo.

As cartas trocadas com Juan Buytrago mostram a forma como a rede epistolar de Cenáculo lhe permitiu informar, mas também manter-se avisado, acerca de novidades do mundo editorial, livros e bibliotecas. Constituem-se como uma rede que funciona “nos dois sentidos”. O prelado Pacense envia e paralelamente recebe inúmeras informações acerca do mundo dos livros nas suas diversas vertentes.

Outro correspondente, entre os vários que poderíamos mencionar, com quem Cenáculo trocou missivas dando conta de diligências de formação de bibliotecas, foi António Ribeiro dos Santos². Em momento posterior deste trabalho, nomeadamente quando analisarmos o contributo de Frei Manuel do Cenáculo para a formação da Real Biblioteca Pública, analisaremos algumas dessas cartas com mais detalhe. Para já, importa apenas destacar que algumas epístolas, cambiadas entre os dois, aludem ao donativo realizado por Cenáculo à Biblioteca Pública da Corte, mas nestas são analogamente feitas diligências de troca de livros, propostas de venda, observações acerca da coleção cenaculana, entre muitos outros assuntos.

Em termos gerais, poderemos considerar que se trata de cartas que evidenciam um grande respeito mútuo, o qual fica bem patente no tom elogioso com que muitas vezes se dirigem mutuamente, bem dentro do espírito das regras de civilidade da época. São igualmente demonstrativas da forma como este intercâmbio epistolar se constituiu como fonte privilegiada para obter informações sobre remessas de livros, pinturas e monetário. Da mesma forma, disponibilizam notícias relativas ao funcionamento da Real Biblioteca Pública (previsões de abertura, forma como se

¹ “Entre as riquezas que o funestíssimo terremoto de 1755 destruiu, devemos mencionar as Bibliothecas e Livrarias que na cidade de Lisboa existião. Foram, pois, destruídas as seguintes:- A Bibliotheca Real, que El Rei D. João 5.º Augmentára consideravelmente, e era a esse tempo copiosa, escolhida e riquíssima.- A livraria do marquez do Louriçal, que occupava quatro grandes casas, e era notável por muitos livros raros, e manuscriptos excellentes. Tinha sido formada pelos condes de Ericeira, e consideravelmente augmentada pelo Conde D. Francisco Xavier de Menezes.- A rica Bibliotheca do Convento de S. Domingos.- A livraria da Casa do Espírito Santo, e a chamada Mariana.- As livrarias antigas dos conventos do Carmo, de S. Francisco, da Trindade, e da Boa Hora.- As Livrarias de todos os Palácios que arderão, nos quaes havia algumas notáveis. Entre outras livrarias de particulares, cita-se a do Inquisidor José Silvério Lobo, copiosa e escolhida- Nas casas dos Livreiros nacionaes e entrageiros perderão-se grandes e consideráveis collecções de Livros [...]”. Ribeiro, *Apontamentos Históricas*, 488. Identifica assim 10 bibliotecas queimadas, um número maior do que as seis mencionadas por Cenáculo.

² As cartas enviadas por Cenáculo a Ribeiro dos Santos encontram-se compiladas na obra: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...* As cartas enviadas por Ribeiro dos Santos a Cenáculo encontram-se reunidas em Dias, *Inéditos de...* Há ainda cartas recebidas por Cenáculo, no intercâmbio epistolar com esta personalidade que não se encontram ainda publicada, sendo actualmente custodiadas pela Biblioteca Pública de Évora, as quais identificaremos à medida que as utilizarmos neste trabalho.

pretende administrar e organizar, providências de provisão de fundos, entre várias outras aplicações).

As diligências para formação de bibliotecas, nomeadamente os cuidados tendo em vista a criação da biblioteca do Convento de Jesus, são também abordadas noutras cartas que o prelado Pacense trocou¹. Importa por isso referir que, de acordo com diversas fontes que consultámos, não exclusivamente missivas, mas também outros documentos, o prelado é o responsável pela reconstrução da Biblioteca do Convento de Jesus na sequência do terramoto de 1755, que, à semelhança do que aconteceu noutros locais da capital, causou forte destruição no Convento de Jesus, casa da Ordem Terceira de S. Francisco. Algumas epístolas fazem referências às suas diligências para a criação e dotação da biblioteca deste Cenóbio, embora nem sempre de forma totalmente esclarecedora. Entre as várias cartas com alusões a esta Biblioteca, destacamos as cartas trocadas com Frei Vicente Salgado e Frei Plácido Barroco, para as quais encontramos os dois lados da comunicação, isto é, cartas enviadas por Cenáculo a estas personalidades e as cartas que deles recebeu². Nestas, denotam-se os trabalhos empreendidos e os esforços de negociação/doação de livros, algo que é especialmente patente nas cartas permutadas com Frei Plácido Barroco. A título de exemplo, poderemos mencionar a carta que lhe foi enviada a 30 de Abril de 1807, por Frei Plácido Andrade Barroco, na qual este lhe agradece a oferta da Bíblia de Mogúncia ao Convento, afirmando que, e passamos a citar: “*o Geral mandará gravar a letras de oiro nesses livros o nome de Cenáculo*”³.

Há numerosos exemplos, nas cartas de e para Cenáculo, que dão conta de movimentações em termos de negociação de livros e dotação de várias Bibliotecas. Apresentamos alguns exemplos de doações e esforços de dotação de Bibliotecas portuguesas, o que não significa que a esfera de ação do Bispo de Beja no campo dos livros, bibliotecas e leituras se resumisse ao território nacional. De facto, além da

¹ À semelhança do que será feito para a Biblioteca Nacional, o esforço e empenho patenteado pelo bispo de Beja no sentido de estabelecer ou engrandecer a Biblioteca deste Convento será objecto de desenvolvimento em capítulo próprio. Para já, limitamo-nos a adiantar algumas informações que serão posteriormente tratadas com mais detalhe.

² As cartas enviadas por Cenáculo podem ser consultadas na publicação: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...* As cartas recebidas, dirigidas por Frei Plácido Barroco encontram-se maioritariamente no códice da BPE – CXXVII/2-14. As cartas dirigidas a Cenáculo por Frei Vicente Salgado encontram-se maioritariamente em: BPE- Códice CXVIII/ 1-2.

³ B.P.E. – Códice CXXVII/2-14, f.208.

negociação de livros, trocas de informações, comentários a autores que faz com correspondentes estrangeiros, o prelado também doou obras a algumas instituições fora do país.

A Academia de História de Madrid constitui-se como um bom exemplo disso. Frei Manuel do Cenáculo foi eleito sócio desta instituição, tendo o *Duque da Roca* escrito ao bispo, justificando a decisão de o tornar sócio, e agradecendo o donativo realizado:

“Cuando esta Real Academia de la Historia acordó admitir V.E. en le número de sus individuos, sabia bien las altas presas de ciencia, literatura y virtud que adornan á su persona y la generosa afición que ha mostrado en todos tiempos á las cosas de nuestra España ya a los Españoles estudiosos, que por fortuna han conocido á V.E., viajando por Portugal. Asi lo afirma la muy apreciable carta de V. E. que me dirige con fha. de 28 de Noviembre del año pasado, dando por mi mano pruebas de su reconocimiento á un Cuerpo literario, que se precia de contar entre sus miembros, sujetos de todas las naciones sabias, puesto que su instituto no debe olvidar á ninguna. Celebro mucho que nuestros dos tomos de Memorias hayan merecido la estimación de V.E.; y le doy las más expresivas gracias por los Códices e curiosidades de antigüedad que se ha servido regalar á la Academia, á la cual hice presente las nobles y amorosas expresiones con que V.E. la honra e la distingue. El Cuerpo, recibéndolas con el aprecio que merece la pureza de las palabras y de la dádiva, manifestará á V.E., por mano de su Secretario, sus sentimientos de gratitud y su Juicio [...]D. El Dugue de la Roca /Madrid 11º de Abril de 1798 “¹.

Como pode depreender-se através do exame da missiva, o prelado Pacense é admitido como membro da Academia, sendo rotulado como alguém dotado de grande capacidade literária e científica. No mesmo documento é-lhe feito um agradecimento pelo envio dos códices e antiguidades com que presenteou a Academia.

Sobre o mesmo assunto, escreve também no mesmo dia, a partir de Madrid, Frei José Banqueri, agradecendo ao bispo, em nome da Academia, a oferta de alguns códices preciosos e comunicando-lhe que ele, interlocutor, fora provido na dignidade de Prior Claustal devido às boas informações que o *Conde de Campomanes* dera da primeira parte da sua obra².

¹ B.P.E. Códice CXXVII/1-7, [s.n].

² B.P.E. Códice CXXVII/2-2, f. 164.

Os casos que temos vindo a apontar no intercâmbio epistolar de Frei Manuel do Cenáculo põem em evidência os esforços e diligências em prol da dotação de bibliotecas, que envolveram donativos de livros a instituições nacionais e estrangeiras, destacando-se, como seria de esperar, as nacionais. Da análise cuidada dos vários documentos que compõem o epistolário cenaculano nesta matéria, sobressai a importância atribuída à criação de bibliotecas e a necessidade que estas sejam disponibilizadas ao público, pelo menos em alguns dias da semana¹.

A correspondência constitui-se igualmente como um meio singular para rastrear a intensa troca de livros com correspondentes nacionais e estrangeiros. Nesta, podem encontrar-se dados acerca da compra e venda de livros, mas também sobre donativos e análises de vários escritos. De facto, a observação dos documentos permitiu-nos constatar que a troca de livros fez-se, quer com correspondentes nacionais, quer com correspondentes estrangeiros, por diversos motivos: compra e venda de livros e manuscritos, donativos e intercâmbios em torno da análise e comentário ao valor de obras, autores, ou valia da matéria tratada. Estes câmbios funcionaram de forma recíproca, isto é, Cenáculo recebe mas também envia muitos escritos nestas condições.

Embora existam alusões a trocas de livros, que se procediam a um ritmo intenso, tendo em conta o número de missivas onde tal vinha referenciado, não é possível quantificar um número exato dos escritos que foram trocados através desta rede epistolar. Com efeito, muitas menções a trocas efetivadas entre correspondentes são bastante vagas. Referem-se “os livros”, os “caixotes dos livros”, o “pacote de livros”, sem qualquer identificação concreta de quantos e quais livros estão incluídos em determinada remessa².

Através das suas cartas Frei Manuel do Cenáculo envia obras de sua autoria, sobretudo ligadas à temática da Religião, mas também obras que refletem as suas preocupações com as Reformas que defende no Ensino. Contudo, não se limita a enviar obras de sua lavra, endereça também obras e trabalho de muitos outros autores, de temáticas múltiplas, tais com a História, a Geografia, o Direito, as Belas-

¹ Este é um assunto a ser desenvolvido em momento posterior deste trabalho, quando abordarmos em particular os esforços de dotação de bibliotecas.

² Dados mais concretos sobre esta troca de livros através da correspondência serão apresentados em capítulo posterior deste trabalho.

Letras, a Poesia, a Política, a Religião, entre outros. Há uma grande multiplicidade de áreas temáticas nos livros remetidos por Cenáculo aos seus interlocutores, sendo que a mesma pluralidade se verifica nos livros que são expedidos a Cenáculo pelos seus correspondentes. Em momento posterior deste trabalho iremos avaliar com mais detalhe os livros trocados através da correspondência, para já importa esclarecer que as obras trocadas são de diversas tipologias: manuscritas ou impressas, completas ou partes de obras, críticas ou apologias a obras, traduções¹ e obras na língua original. Trocam-se ou comentam-se similarmente edições raras, destinadas ao “apaixonado por livros”.

Saliente-se que o prelado recebe, por via da correspondência, diversas obras, enviadas por vários interlocutores, pelos mais diferentes motivos. Muitas vezes é-lhe pedido que disponha do seu tempo para as corrigir, censurar, ou simplesmente emitir uma opinião sobre a obra². Algumas são-lhe oferecidas, chegando-lhe às mãos ainda antes de se imprimirem, sendo possível encontrar casos em que as obras são enviadas ao Bispo antes de serem enviadas para as licenças da Mesa Censória. Julgamos que a este facto não serão alheios os cargos desempenhados por Frei Manuel do Cenáculo, mormente aqueles que deteve na Real Mesa censória, que lhe deram o poder de julgar a validade dos livros. Ao procurarem preventivamente o beneplácito do bispo, os autores procuravam precaver-se da possibilidade de problemas futuros com a censura.

A rede epistolar cenaculana envolveu também contactos com diversos eruditos, figuras ligadas ao mundo do livro, do ensino, da cultura, tanto nacionais, como estrangeiros.

Não conseguimos estabelecer uma tipologia única destas epístolas trocadas com personalidades do seu tempo, há cartas com características muito diferentes, tais como:

- Cartas sobre a atualidade política e social;
- Cartas sobre os estudos e reformas;

¹ Cenáculo recebe cartas de diversos especialistas em línguas, latinistas e arabistas que por vezes lhe enviam traduções de partes ou de obras completas. A título de exemplo podemos apontar as cartas de Frei João de Sousa, mestre de língua arábica, cujas epístolas manuscritas podem ser encontradas em: B.P.E.- Códice CXXVIII/ 1-4; ou as cartas de Joaquim José da Costa e Sá, que podem ser encontradas em: B.P.E. – Códice CXXVIII/1-1.

² Julgamos que é possível que os autores enviassem a obras para serem “patrocinados” por Cenáculo, obtendo um bom comentário de alguém reconhecido na esfera do conhecimento dos livros.

- Cartas sobre livros - câmbio, compra e comentários a obras;
- Cartas sobre instituições culturais de relevo, tais como Museus, Bibliotecas e Academias.

Seleccionámos alguns desses correspondentes, tentando com isso exemplificar a diversidade de interlocutores eruditos, com os quais o bispo de Beja trocou letras e quais os assuntos primordiais desses contactos.

Entre os vários casos que poderíamos apontar, destacamos, pela proximidade com o bispo de Beja em termos do espectro intelectual, ou das diligências de dotação de bibliotecas em que se envolvem, as cartas permutadas com as seguintes personalidades, que certamente contribuíram para consolidar toda a sua formação humanista e a sua bibliofilia:

- Francisco Perez Bayer - filólogo e numismata de Valência;
- Gregório Mayans - historiador, linguista, escritor e polígrafo e irmão Juan António Mayans;
- Juan Buytrago - autor e livreiro de Madrid;
- D. Juan Baptista Muñoz - Historiador e Cosmógrafo-mor;
- Duque de la Roca - Director da Real Academia de História de Madrid;
- António Ribeiro dos Santos – “Director” da Real Biblioteca Pública de Lisboa;
- Frei Pedro e Frei Rafael Mohedano – Religiosos em Espanha, autores da obra *“História Literária de Espanha”*.

Reconhecida a relevância dos contactos empreendidos com estas personalidades para a consolidação do trajeto formativo e profissional do Bispo de Beja, iremos examinar, com um pouco mais de detalhe, as cartas trocadas com cada um dos correspondentes que atrás identificamos.

As epístolas trocadas com Francisco Perez Bayer incluem seis epístolas enviadas por Cenáculo ao seu interlocutor valenciano, e cinco cartas enviadas pelo último ao prelado. Todas estas se reportam a um período cronológico de menos de uma década.

A primeira carta de que temos registo é datada de Novembro de 1782, sendo enviada pelo erudito Valenciano, a última é datada de 1790, também remetida a Cenáculo.

Estas missivas abordam diversos assuntos, de forma abreviada podemos apresentar as seguintes temáticas privilegiadas:

- Troca de livros (Ex: Bíblias e Geógrafo Nubiense)
- Relatos de descobertas em escavações e inscrições.
- Felicitação mútua pelas posições e cargos obtidos.
- Comentários sobre os progressos do mundo académico e erudito.
- Informações acerca da viagem de estudo, realizada por Bayer a Portugal.

As trocas em torno dos livros são recorrentes na comunicação empreendida entre os dois interlocutores. Isso mesmo pode ser inferido através da leitura de uma dessas cartas, no caso uma epístola dirigida por Frei Manuel do Cenáculo ao erudito valenciano, datada de Fevereiro de 1783:

“ [...] Amigo estimadissimo, e Senhor meo. [...] Sea en hora buena a chegada de Vossa Illustrissima ao seo centro [...] Sabei que segundo o amor tiverdes, terei o entendimento de meos versos = Vossa Illustrissima vio o nosso carácter livre, e cortez: temos vivido em boa amizade com os estrangeiros [...] Recebi por meo cunhado noticia de haver chegado Carreño; e ter em sua mão o Pacote, e Rollo para enviar-me: acautelei eu mesmo a Encomenda porque a chuva tem sido algum tanto obstinada, e eu dezejo que tudo venha à minha mão com a Pureza Original. Também me há enviado para ler a carta a elle escrita [...]vou rogar-lhe se a memoria não falta, que tendo Vossa Illustrissima na sua Livraria duplicado o *Geografo Nubiense*, me obrigue com hum exemplar: se for o arabigo aqui há quem o traduza. Sim Senhor irá a *Bíblia* de Cassiodoro Reina, e vai com muito boa vontade. Tenho satisfação de que Vossa Illustrissima achasse em Lisboa Livros que não são vulgares. Vossa Illustrissima facilmente descobre o que ja leva na retina. Quem não conhece Corintho nem sabe ir, nem entra em Corintho. Mas Vossa Illustrissima he hum sabio de Letras Desconhecidas [...] Frei Manoel Bispo de Beja”¹

A leitura da carta deixa transparecer a admiração entre as duas personalidades, num respeito pelas regras de cortesia e sociabilidade da época. Sobressai também o

¹ B.P.E.- Códice CXXVIII /2-9,f. 370-371.Cf. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*,451-452.

intercâmbio de livros, ainda que nem sempre se perceba se são ofertas mútuas, ou negócios de compra e venda realizados entre os dois. Conforme se verifica no extrato que atrás expusemos, Cenáculo compromete-se a enviar a *Bíblia de Cassiodoro Reina*¹ e em simultâneo pede-lhe o envio do Geógrafo Nubiense².

Para além destas informações e trocas de livros, há outras missivas onde se revelam mais pormenores acerca dos trabalhos desenvolvidos e sobre as novidades do “mundo erudito”, entre outros assuntos. Optámos por não apresentar, caso a caso, cada uma dessas cartas, decidindo apenas listar acima alguns dos assuntos tratados. Cada carta anuncia laços muito particulares, memórias pessoais sobre acontecimentos públicos e a forma com estes foram percecionados, assim como comentários muito atuais³ sobre novidades do mundo culto da época. Espelha a forma como algumas novidades são recebidas, as tensões existentes entre eruditos, a receção de algumas obras ou autores.

As cartas trocadas com os irmãos Gregório e Juan António Mayans constituem-se como outra fonte excecional para a compreensão da importância dos contactos empreendidos com outros Ilustrados.

Trata-se de um fundo extenso, que engloba mais de meia centena de cartas, embora o conjunto das enviadas pelos dois irmãos seja maior⁴. O intercâmbio estendeu-se por várias décadas, datando a missiva mais antiga de Agosto de 1768 e a última de Abril de 1797, escrita por Juan António, já muito depois da morte do irmão.

Este período cronológico foi fértil, como já enunciamos em ponto anterior deste trabalho, em mudanças políticas, económicas e sociais, por toda a Europa, sendo que a Península Ibérica não foi exceção. Sendo assim, as cartas vão muitas vezes aludir a essas transformações e espelhar a forma como essas metamorfoses foram recebidas e percecionadas por estes interlocutores. Existem já estudos acerca desta

¹ Pensamos tratar-se da tradução em espanhol da Bíblia, feita por Cassiodoro Reina, de 1569.

² Julgamos tratar-se da obra do geógrafo árabe: Ben *Idris* Muhammad Abu 'Abd Allah ben Muhammad ben 'Abd Allah, com o título: “*Geographia Nubiensis, id est, accuratissima totius Orbis in septem climata divisi descriptio, continens praesertim exactam universae Asiae et Africae... explicationem. Recens ex arabico in latinum versa a Gabriele Sionita... et Joanne Hesronita... [De nonnullis orientalium urbibus, necnon indigenarum religione ac moribus tractatus brevis a Gabriele Sionita... ac Ioanne Hesronita... Nubiensi Geographiae adiectus]*”, datada de 1600. Dados sobre a edição podem ser consultados no endereço da Biblioteca de Granada: <http://hdl.handle.net/10481/284>, 1 de Setembro de 2010.

³ Ao mencionarmos “comentários muito atuais” estamos a querer significar as observações feitas na época, “em cima do acontecimento”.

⁴ Grande parte destas cartas encontra-se publicada por Marie Hélène Piwnik, na obra que identificamos na nota subsequente.

correspondência, como os que foram publicados nos Arquivos do Centro Cultural português por Marie H  l  ne Piwnik¹, onde se podem pôr em confronto duas figuras impressionantes das “Luzes Ibéricas”² e o de Zulmira C. Santos³, através do qual se analisa de forma particular a teia de informa  es entre Gregório Mayans e Frei Manuel do Cenáculo a propósito da reforma dos estudos.

Apresentamos de seguida, de forma esquemática e resumida, os assuntos principais destas permutas:

- Troca de novidades acerca do mundo literário, de obras e trabalhos realizados e também de livros.
- Divulga  o dos seus próprios trabalhos.
- Comentários acerca da situa  o das respetivas Cortes.
- Permutas aprofundadas acerca da situa  o dos estudos.
- Esclarecimentos mútuos sobre algumas questões concretas, como por exemplo: declina  es na gramática latina, entre vários outros.

Os livros ocupam, também aqui, um lugar central. Optaremos por, tal como fizemos no caso anterior, apresentar uma carta exemplificativa de como as novidades do mundo literário e as composi  es das próprias obras, estiveram no centro destes contactos.

Trata-se de uma carta enviada por Gregório Mayans a Frei Manuel do Cenáculo, em 25 de Abril de 1769:

“Amigo mio [...]. Ahora embio a V. S. Ill.^{ma} el Segundo Libro para que le corrija i manifieste mis inadvertencias. El Tercer Libro está impreso hasta la mitad. Es mayor i de mucha novedad. [...] Mis contrarios ya non ladran, sino que est  n mudos, perseverando en las ganas morderme. La obra no tiene despacho, porque el espirito de la facción de los Sociales está dominante, i no quiere que aya mejoría en los estudios. V. S. Ill.^{ma} me anima mucho con su aprobación, i con lo que me dice que mis ideas parecen bien al Ex.^{mo} S.^r Conde de Oeiras, que para mi es Juez de quien no ai apelación.[...] Veo que en ese Reino se procede con suma prudencia contra la ignorancia i superstición. Aquí el Ministerio es sabio, pero los

¹ Piwnik, *La correspondance Mayans...*, 483-601 e ainda Piwnik, *La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux ...* 233-311.

² Piwnik, *La correspondance Mayans...*,484.

³ Santos, «Cartas, elogios e ...», 369-380.

ejecutores, remisos por la general corrupción de las costumbres. El Dr. Muñoz me ha dicho que el Librero malè tiene a la disposition de V. S. Ill.^{ma} en Sevilha dos ejemplares de la Rhetorica del M.^o Fr. Luis de Granada, i que si acaso V. S. Ill.^{ma} tiene algunas piezas Latinas de dicho Autor que noa ayan salido a luz, estimarà una copia de ellas, para imprimirlas en la Colección que aquí se hace de todas las Obras Latinas, de que ai impressos seis tomos. [...] Yo no me atrevo a continuar la impresión de los Libros de mi Tullio, menos que no vea si se recibe bien mi Gramatica por los Fiscales del Consejo. [...]”¹

A carta apresentada é exemplar pela forma como demonstra, uma vez mais, que os livros e comentários à sua valia fazem parte dos assuntos debatidos entre estes correspondentes. No caso em apreço, é enviado a Frei Manuel do Cenáculo um volume de uma obra para que Cenáculo a corrija², mas também se dá nota de diligências de troca de livros, os quais estariam prontos em Sevilha à disposição do prelado, ao mesmo tempo que lhe são solicitadas “*Peças Latinas*” do mesmo autor. Além disso, aparecem, de forma velada, algumas acusações a potenciais inimigos do saber e dos avanços dos estudos, adversários esses que estariam a colocar entraves ao prosseguimento da obra de Gregório Mayans no campo da reforma dos estudos.

O colocutor de Cenáculo manifesta-se animado pela aprovação dada pelo bispo de Beja aos seus trabalhos, queixando-se que os inimigos “já não ladram, mas persistem na vontade de lhe morder”. O livro aparece, de acordo com a retórica apresentada por Mayans na sua carta, como um instrumento de reforma, de melhoria, de combate ao “obscurantismo” em que querem persistir os seus opositores.

Evidencia-se aqui uma das facetas atribuídas aos homens da Luzes, à qual já fizemos referência em ponto anterior deste trabalho, que é a do reconhecimento da necessidade de reformar a sociedade, de melhorar e de combater a ignorância e a superstição. O livro é, neste contexto, apresentado como um ótimo instrumento de combate a essa ignorância, uma ferramenta através da qual se pretende educar, conseguindo, por essa via, a almejada “clareza de espírito” que permitiria melhorar a sociedade.

¹ B.P.E. – Códice CXXVIII/1-8, f.12. A carta encontra-se transcrita em: Piwnik, *La correspondance Mayans...*, 498.

² Pensamos que é possível que este envio denote de certa forma o prestígio intelectual granjeado por Cenáculo, visto como uma figura a ouvir e respeitar, que é consultado por diversos intelectuais e eruditos, portugueses e não só.

Insistindo no estudo das cartas de Frei Manuel do Cenáculo e revelações que estas nos disponibilizam acerca do mundo dos livros e da leitura da época, continuamos a nossa observação de alguns dos exemplos de eruditos que se corresponderam com o bispo de Beja. Assim sendo, avançámos para uma análise da correspondência trocada com Juan Buytrago.

Antes de prosseguirmos para o exame dessa correspondência, achamos pertinente fazer um esclarecimento prévio acerca do que nos motivou a considerar a correspondência de Buytrago como “correspondência com eruditos”. Estamos conscientes do risco da colocação de rótulos que classifiquem correspondentes, não sendo nossa intenção qualificar, de forma depreciativa ou apreciativa, qualquer dos correspondentes com quem Cenáculo permutou missivas. Estamos desta forma apenas a tentar significar de forma genérica algumas das pessoas com ligação ao mundo editorial e do ensino, obreiros de reformas, ou autores de obras divulgadas na altura. Se para alguns dos correspondentes há alguns estudos que apontam para contributos muito significativos do seu trabalho no mundo intelectual da época, como por exemplo Perez Bayer, ou Gregório Mayans, outros há, como Buytrago, sobre quem a informação disponível é muito escassa.

Sabemos que Juan Buytrago foi livreiro em Madrid, como já acima mencionámos, o que lhe terá proporcionado bastante conhecimento sobre livros, saber esse que muitas vezes é demonstrado nas missivas que envia¹. Para além disso, a análise da sua correspondência permitiu-nos perceber que esta personalidade foi também criador de uma obra que ora aparece designada com “*Historia geográfica do mundo*”, ora como “*História abreviada do mundo desde a sua criação*”².

A “sua obra”, como ele a refere em várias cartas que envia a Cenáculo, é apresentada com tendo vários volumes, tendo-lhe custado muito tempo a escrever. Em carta dirigida ao Bispo datada de 15 de Outubro de 1786³ diz enviar-lhe o índice desta composição, que teria implicado muitos anos de trabalho. Em carta posterior datada de 12 de Dezembro do mesmo ano⁴, depois dos habituais cumprimentos e dos

¹ As missivas enviadas a Cenáculo encontram-se em: B.P.E. Códice CXXVIII 1/7.

² Os títulos encontram-se em castelhano nas cartas enviadas, a tradução portuguesa é de nossa autoria. Não obstante os vários esforços que realizamos, não conseguimos encontrar esta obra junto a qualquer biblioteca, nacional ou estrangeira.

³ B.P.E. Códice CXXVIII /1-7, f. 174.

⁴ B.P.E. Códice CXXVIII /1-7, f.172

votos típicos da quadra natalícia, revelava-se preocupado com a possibilidade de Cenáculo não ter recebido a carta anterior, com o índice dessa obra, transmitindo mais algumas características deste escrito, dizendo que se trata de um manuscrito, composto por treze volumes em fólio.

As diferentes epístolas intercambiadas entre os dois correspondentes dão conta das diligências empreendidas pelo autor para enviar a obra para as respectivas licenças, no entanto não conseguimos obter a confirmação dessa remessa e obtenção das respectivas licenças. Se a obra não foi aprovada, ou simplesmente o autor não viveu tempo suficiente para conseguir finalizar a sua publicação é algo que, com os dados que temos disponíveis de momento, não conseguimos decifrar. Nas pesquisas realizadas na Biblioteca Nacional de Espanha apenas conseguimos identificar obras editadas pela sua casa livreira, mas não encontramos referências a quaisquer obras de sua autoria.

Foi precisamente essa faceta de autor, conjuntamente com conhecimento acerca do mundo dos livros que Juan Buytrago teria, devido à sua ocupação, que decidimos considerar as suas cartas na “correspondência com eruditos”.

Juan Buytrago e Frei Manuel do Cenáculo corresponderam-se entre 1756 e 1787, embora não exista regularidade e constância ao longo de todos estes anos¹. Ainda assim, o conjunto de cartas trocadas é bastante significativo, cifrando-se os totais à volta das cento e setenta missivas. Dessas, cerca de nove dezenas são cartas enviadas pelo livreiro espanhol e oito dezenas são expedições do prelado ao correspondente espanhol.

No que respeita aos intercâmbios realizados, mais uma vez as cartas vão refletir a atividade desempenhada por este interlocutor. Muitas vão referenciar negociações acerca de livros, mas as novidades político-sociais nas duas cortes, a de Lisboa e a de Madrid, não serão esquecidas. Para além disso, encontram-se igualmente informações sobre a obra que Buytrago estaria a escrever e sobre das bibliotecas de Lisboa, assunto a que já aludimos acima.

A carta datada de 9 de Junho de 1769², através da qual Buytrago, para além de dar notícias sobre Madrid, envia a Cenáculo um embrulho com o livro de Lúlio¹ e uma

¹ Há períodos, dentro deste intervalo, nos quais não conseguimos encontrar missivas.

² B.P.E. Códice CXXVIII /1-7, f.100-103.

anotação informando onde foram gastos duzentos e cinquenta e seis “reais de vellón”² em livros, é uma vez mais, exemplar da regularidade e constância das trocas em torno de livros realizadas com estas personalidades.

“Los doscientos cincuenta y seis reales v. que quedaron en mi poder en Octubre de 1768 del R.mo P. Manuel Cenaculo, han sido gastados en la forma siguiente: Primeramente en un libro de carta de pastoral del arcebispo de Burgos que custo veynte r.s v. que con mas quatro que costo su enfardela m.^{to} con el que acompañaba dela Biblioteca Aravija 24 r.s V.
Somos del papel de los ejercicios literarios en Cádiz de una niña de 12 anos mas del papel de la primera conversión a la fée de los ingleses 04
Mas de lardos labros de papel y trautuveyen [?], Impresos en 32 Augusta en 3 papeles pragmaticas que todo costo 61
Mas del porte del libro de Blanquerna, que vino de Barcelona 16
Mas de un libro de cartas de paolo Philipi, en Italiano Antiguas en 4º 10
Mas de un libro en portugues de Lobo noches de Invierno en 4º 19
Mas de un libro de papeles var.^s impresos, y m.s. señalados en el catalogo de var. Libros q enbie, y q porque otro lo separaba, y queria me parecia tomar de luego 75
Mas em mosos maríolas, y portes de Pliegos, y cartas hasta oy 39
Mas de la 2º p.te de colec.on de las Prov. Sobre jesuit. 08
Sumam los mismos 256 r.s citados”³

Como vemos, há referências a compras de livros, neste documento em particular, fazem-se contas aos negócios empreendidos. O exame desta correspondência parece evidenciar que, em determinadas alturas, Buytrago foi um grande fornecedor dos livros que interessavam ao Bispo de Beja.

As cartas trocadas com Buytrago, além de aludirem às negociações com livros, ostentam também comentários sobre a validade de determinadas edições, ou informações sobre as composições pessoais. Assim, seja em cartas com o único objetivo de trocar e negociar livros, seja em comentários com outros eruditos acerca da validade de determinadas obras e autores, a verdade é que a preocupação com livros parece ser central.

¹ Raimundo Lulio.

² “Reales de vellón”, uma moeda de conta espanhola.

³ B.P.E. Códice CXXVIII /1-7, f.100-103.

Substantivas para a perceção da relevância dos livros e do conhecimento do meio envolvente, que proporcionaram ao prelado, são também as cartas de D. Juan Baptista Muñoz, que permutou com Cenáculo cerca de uma vintena de missivas, sendo que a grande maioria enviada pelo espanhol ao bispo de Beja¹, ao passo que cartas expedidas por Cenáculo apenas conhecemos duas².

Nestas missivas partilham informações e novidades acerca do mundo literário e vendas de determinadas Bibliotecas, num interesse que nos parece comum aos colecionadores, os quais procuram manter-se informados sobre as obras que circulam no mercado, sobre a sua valia, fazendo a crítica aos escritos com que contactam. Similarmente, a atualidade político-social constitui-se também como objeto privilegiado dos contactos com este correspondente.

A missiva que apresentamos de seguida é exemplar, pela forma como demonstra a qualidade dos assuntos examinados entre os dois.

Trata-se de uma carta datada de 17 de Fevereiro de 1797, enviada por Muñoz³:

“[...] en la R. academia de la historia, donde se esperaban con ânsia noticias del *Vas transmigratonis*, obra citada por le Ex.-rabino D. Juan Joseph Heydeck, que no hemos logrado descubrir aun después de grandes diligencias. El no saber de ella V.E. confirmó la sospecha sobre la verdad dela cita [...]. Publicó la inscripción hebrea del tempo de N.^o Sr.^o del tránsito de Toledo con ilustraciones [...]. Afectó publicar un documento fielmente sacado del original, sin haberle visto, ni hacer mas de volver al hebreo la traducción impresa [...]. No contento con este engaño, supuso una voz que no había [...] con el objeto de aparentar perspicacia superior á la del Sr. Bayer, i sobre las ruinas de este labrar él su crédito. Nuestra academia ha [...] manifestado la verdad del caso en una Memoria [...] de que regala un ejemplar á V. E.[...] le remitiré prontamente, junto con el titulo de académico nuestro [...] Quizá iran al mismo tiempo los dos primeros tomos de Memorias académicas [...] El tercero se esta imprimiendo, i empieza con mi Elogio de Lebrija [...] Quando quiera Dios, ilustraré mas la memoria del gran Lebrija, dando al público una colección de sus obras escogidas con su vida escrita á la larga, donde entre los

¹ As cartas enviadas ao Bispo de Beja encontram-se na B.P.E. – código CXXVII/2-6.

² As cartas enviadas pelo Bispo a este correspondente encontram-se em B.P.E. Código CXXVIII/2-9, f.441-442; e em B.P.E. Código CXXVIII/2-10, f. 53.

³ B.P.E. -código CXXVII/2-6, f.207-208.

propagadores de la solida i amena literatura tendrán lugar algunos doctos Portugueses, en especial Arias Barbosa, i Andres Resende.[...]¹

A carta releva o prestígio atribuído a Cenáculo e ao seu conhecimento sobre o mundo dos livros. Isso mesmo parece inferir-se das palavras de Muñoz quando, tecendo comentários acerca da pouca valia de uma citação na obra de um ex-rabino, afirma que o facto de Frei Manuel do Cenáculo desconhecer a obra citada era motivo para grande desconfiança sobre a sua veracidade, suspeita que se veio depois a confirmar.

Ao que parece, os conhecimentos de Frei Manuel do Cenáculo acerca do mundo dos livros eram reconhecidos quer em contexto nacional, quer em território espanhol, daí que o seu interlocutor não se coíba de, nesta carta, o declarar, acusando a suspeição que o desconhecimento que Cenáculo revelara acerca daquele livro parecia ter sentenciado.

A carta torna explícita, mais uma vez, a forma como os livros foram uma presença assídua nos contactos empreendidos pelo Bispo de Beja. Essa constância da presença de livros verifica-se em várias formas, desde trocas e envios, que também são mencionados nesta missiva, até a comentários profundos sobre obras, assuntos nestas tratados e autores. A polémica não está ausente, a troca de informações serve por vezes, tal como parece perpassar da análise desta carta, como preparação para a defesa dos escritos pessoais, ou até das posições críticas ou opiniões que emitem, ou tencionam emitir, acerca da valia deste ou aquele estudo ou autor.

Esta missiva constitui-se assim, como mais um bom exemplo da forma como algumas obras eram debatidas e comentadas entre eruditos, com recurso a mensagens trocadas via correio. Certamente, partindo apenas dos exemplos que vamos apresentando, não podemos afirmar taxativamente que todos os intelectuais da época, na Península Ibérica, recorriam a esta prática epistolar. Parece-nos contudo legítimo deduzir que nalguns casos, estando Cenáculo incluído entre eles, esta era uma das formas, entre as várias a que possam ter recorrido, através da qual se mantinham

¹ Dada a extensão do documento e da grande quantidade de informações que contém acerca de algumas obras e polémicas literárias optámos por transcrever o documento, que ainda se encontra inédito, no anexo 3 deste trabalho.

por dentro do que se passava no mundo editorial e respetivas polémicas, constituindo-se esta correspondência como uma verdadeira rede informativa.

As relações de Cenáculo com vários intelectuais são certificadas pelas diversas cartas a que temos vindo a aludir. Alguns desses eruditos, tais como Bayer ou Muñoz, passaram pelo nosso país e contactaram direta ou indiretamente com o Bispo de Beja, tendo conhecido alguns dos “tesouros” bibliográficos que este se dedicou a procurar tão afincadamente. As mensagens que intercambiam perpassam testemunhos de admiração por alguns espécimes literários que o bispo possuía, referidos em diferentes circunstâncias, sendo, muitas vezes, alvo de comentários elogiosos.

As relações epistolares constituem-se também como um testemunho singular da forma como os eruditos, dos dois lados da fronteira, pareciam estar bem informados das realidades e das obras literárias dos países vizinhos. A carta anterior parece-nos disso um bom exemplo, se olharmos à forma como Muñoz cita muitas obras e autores portugueses. O erudito espanhol encontra-se “por dentro” daquilo que os autores lusos dizem e defendem, utilizando esses conhecimentos para fundamentar a sua própria teoria acerca da vida de Resende, mostrando com isso algum conhecimento da realidade editorial portuguesa.

Prosseguindo na exposição das cartas permutadas com diversos eruditos coevos, focalizamos a nossa atenção em mais dois exemplos, as cartas de António Ribeiro dos Santos e as do *Duque de la Roca*. Para evitar tornar esta apresentação demasiado extensa optaremos, no caso destes dois correspondentes, por apresentar apenas uma caracterização esquemática da correspondência trocada com estes eruditos, uma vez que atrás, quando procuramos testemunhar a importância destes contactos para obter informações sobre bibliotecas, aludimos a algumas cartas que cambiaram.

Tabela 5. Caracterização sumária da correspondência trocada com os dois correspondentes

Correspondente	Características evidenciadas nas cartas
Cartas a António Ribeiro dos Santos	<ul style="list-style-type: none">• Respeito mútuo pelo papel de cada um no "mundo erudito da época".• Diligências sobre as bibliotecas.• Permutas são realizadas em cerca de três dezenas de cartas.

Cartas ao Duque de la Roca [Vicente Maria de Vera y Ladrón Guevara]	<ul style="list-style-type: none"> • Elogios mútuos, nomeadamente às instituições dos dois países. • Doação de livros. • Eleição de Cenáculo para sócio da Academia de História de Madrid. • Permutas são realizadas em cerca meia dezena de cartas.
--	--

Fonte: Correspondência enviada e recebida por D. Frei Manuel do Cenáculo, Gusmão, *Catálogo...* e Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*

A apresentação sinóptica aqui aduzida revela que, também no caso dos dois correspondentes, as relações constituídas envolviam diligências em torno dos livros, reforçando uma vez mais a ideia que estes eram um assunto recorrente nos contactos com outros ilustrados da época. Nos casos em apreço, as cartas mencionam sobretudo os livros que se pretendem doar, muitos dos quais serviram para dotar Bibliotecas. Contudo, isso não implica que os comentários relativos à maior ou menor valia de determinada obra, ou autor, estivessem ausentes. Bem pelo contrário, encontram-se apreciações a determinadas obras ou coleções, sobretudo no caso de António Ribeiro dos Santos, que mostra grande admiração pela “preciosa”¹ coleção que Frei Manuel do Cenáculo conseguiu reunir.

Finalmente, prosseguindo na apresentação individualizada de alguns dos eruditos com quem o bispo pacense trocou missivas, tendo em vista averiguar a qualidade das relações que com eles estabelece, avançamos para o exame das características principais das permutas epistolares com os dois irmãos: Frei Pedro e Frei Rafael Mohedano.

As missivas entre Cenáculo e estes correspondentes ultrapassam as cento e trinta cartas, sendo que a maioria do fundo é constituído pelas que foram enviadas pelos dois irmãos a Cenáculo². No que concerne às que foram remetidas pelo Bispo de Beja aos dois interlocutores, não chegam a uma dezena³. Em termos cronológicos

¹ Estamos à reportar-nos à expressão utilizada pelo próprio correspondente, quando tece comentários sobre a coleção de Cenáculo.

² Encontram-se na B.P.E. – Códice CXXVIII 1-6.

³ Encontram-se na B.A.C. – Códice 172, série vermelha e Códice 200, série vermelha. Encontram-se também cartas na B.P.E.- Códice CXXVIII 2-9 e também em Madrid – B.N.M. – Manuscrito 2227, f.63. Pelo seguimento das cartas enviadas a Cenáculo sabemos que o Bispo terá enviado muitas mais, que são referidas nas missivas dos irmãos, mas não conseguimos, até agora, encontrar qualquer instituição que as custodie.

estendem-se por um período de pouco mais de duas décadas, sendo as primeiras datadas de Fevereiro de 1767 e as últimas de Maio de 1789.

Focalizando a atenção nas principais categorias que é possível encontrar nestas cartas, verifica-se que estas seguem a linha dos intercâmbios realizados com outros eruditos. Os livros e diligências com livros ocupam um lugar central, analogamente, o debate em torno de questões do panorama científico e cultural da época encontra, nestas epístolas, um testemunho excepcional. O universo de permutas realizado através deste núcleo de correspondência permite identificar os seguintes assuntos:

- Troca de livros (compra, venda e apreciações).
- Partilha de informações mútuas acerca dos trabalhos literários e realizados.
- Permutas informativas sobre o Ensino e Reformas necessárias.
- Notas sobre as diligências a propósito de um grupo de estudantes enviados a estudar em Portugal.

Estas permutas epistolares constituem-se como um testemunho privilegiado dos interesses intelectuais partilhados entre os intervenientes nesta rede informativa. Revelam a existência de uma rede de relações sociais, que espelha interesses objetivos, relacionados com necessidades mais ou menos momentâneas, numa teia de interação mútua entre pares que moldam, orientam e motivam determinadas condutas e opções¹. Dentro desse quadro de atuação, a coincidência de interesses, a mescla entre os objetivos mais materiais e quotidianos, com propósitos e afinidades intelectuais, assume-se como natural.

Centralizando a nossa atenção nos assuntos nestas cartas, é possível verificar que a par do lugar de destaque ocupado pelos livros, os debates em torno da necessidade de Reformas na época assumem um lugar de relevo. Nessa linha, as

¹ Como foi referido no estudo de Marie Hélène Piwnik dedicado a esta correspondência e noutro, da mesma autora, onde se analisam as viagens de religiosos da Ordem Terceira em Espanha a Portugal, as cartas trocadas entre os autores da monumental *"História Literária de Espanha"* e o prelado português, os três pertencentes à Ordem Terceira de S. Francisco, é apaixonante. O futuro bispo de Beja foi eleito Definidor Geral da Ordem em 1768, obtendo, com bem sabemos, cargos relevantes. Isto terá encorajado os irmãos Mohedano a estabelecer com ele estreitas relações epistolares, destinadas a assegurar-lhes a amizade e favor de uma figura tão importante. Do lado de Cenáculo, a posição dos irmãos na Andaluzia, constituía-os como intermediários para agir sobre a congregação na Espanha. Veja-se a este propósito as obras supracitadas.

reformas do ensino, constituem-se como um assunto privilegiado destas epístolas. As expressões de admiração, patenteadas pelos irmãos Mohedano, face às transformações que se estão a operar em Portugal são recorrentes. O respeito expresso encontra concretização prática no envio, por parte dos dois andaluzes, de um grupo de estudantes com o objetivo de se instruírem em Portugal¹. Esta presença dos discípulos espanhóis no país levanta muitas questões de ordem prática, que se relacionam com a própria logística necessária à sua assistência, desde a forma de sustento, às diligências de alojamento, pagamento de serviços, favores, entre muitos outros, que motivaram a troca de muitas epístolas.

À semelhança do que aconteceu para outros correspondentes com quem Cenáculo trocou letras, também no caso das cartas com estes dois irmãos, selecionámos uma missiva, através da qual procuramos exemplificar alguns dos assuntos e câmbios efetuados entre correspondentes. A carta enviada pelo prelado, em 17 de Janeiro de 1782, aos correspondentes andaluzes, é exemplar pela forma como realça a profundidade da relação intelectual com estes Ilustrados.

“Querido e saudoso amigo [...] Digame se eu quizer mandar a Granada hum clérigo aprender [...] Rudimentos hebraicos, se há proporção? [...] Faltava o mariola [...] desse Ex-Jesuita Machuca para emporcalhar a Nação; [...] Pelo amor de Deos Vossa Merce não responda como apologia sua: não trate isso seriamente: [...] Mundo!

Estimo a publicação de 3 Tomos: a tanto se vê Vossa Merce obrigado! Mao he querendo que se trabalhe depressa: ainda estamos nesta Península longe da razão: [...] Vão a encadernar os 3 Tomos [...] logo direi o meo júizo [...] Aqui se me perdem Pinturas, e Livros porque não tenho caza própria para isso [...] Se Vossa Merce tiver modo de saber quem compre daquella fazenda, avize [...]

[...] tinha o Geógrafo Nubiense prompto para me remetter, e era o que eu havia emprestado: eu respondi a Vossa Merce que tinha outro; [...] agora he extremamente necessário [...] mas buscando toda esta Livraria absolutamente não apparece o tal Nubiense, como nem muitos [...] o que supposto se Vossa Merce mandava o Nubiense porque tenha outro, estimarei havê-lo: [...] e logo que tiver aqui servido, que será em pouco tempo, tornarei sem cerimonia a remetê-lo para a sua Bibliotheca de Vossa Merce. [...]

Não se esqueça de remetter não so o Calendário de Córdova, mas também o Caderno de Rezas particulares daquella dioceze, e o Calendário da Reza do Arcebispo de Sevilla.”²

¹ Cf. Piwnik, *La correspondance Mayans...*, 488.

² B.P.E. Códice CXXVIII 2-9, f.326. Cf. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*, 492-494.

As conversações sobre o mundo editorial são recorrentes, o Bispo de Beja congratula-se, nesta carta, com a publicação de mais três tomos de determinada obra, que não é claramente identificada¹, fazendo recomendações acerca do desperdício que, na sua opinião, representaria o seu interlocutor dedicar-se a responder ao Jesuíta Machuca através de uma Apologia. O pedido de permuta de determinadas obras está também presente, sendo solicitado o envio da obra do *Geógrafo Nubiense*, da qual o prelado necessita, por ter sido feito sócio da Academia de Ciências de Lisboa. A mesma mensagem serve similarmente para indagar o interlocutor sobre a possibilidade de negociar alguns livros e pinturas na Andaluzia, isto porque, de acordo com o que afirma, estas estariam a ficar arruinadas por falta de um espaço condigno para as albergar. Os avanços que se têm processado nas Reformas dos Estudos são também objeto de comentário. O bispo de Beja revela-se agradado pela existência de “matéria-prima” e de alguns progressos, mas mostra-se igualmente agastado com a demora que estes processos de melhoria nos estudos implicavam. Na mesma comunicação explora-se analogamente a possibilidade de enviar para Granada alguns estudantes, com o objetivo de estudar rudimentos de hebraico o que, em nosso entender, demonstra, uma vez mais, a reciprocidade dos interesses nos contactos estabelecidos.

Julgamos que é possível, partindo dos dados acerca das relações estabelecidas com os correspondentes selecionados, traçar um quadro geral acerca da correspondência com outros figuras relevantes do mundo intelectual e cultural da época.

Considerando globalmente o conjunto das cartas que foram apresentadas, verifica-se que há características e interesses que perpassam a maioria dos contactos com diferentes correspondentes, tais como o interesse em livros, os intercâmbios bidirecionais que eram realizados e a diversidade dos tipos de permutas efetivadas. Há doações, pedidos de informação, ou apenas debates sobre a maior, ou menor valia de determinada obra ou autor, em paralelo com uma partilha de informações e opiniões sobre a atualidade política e cultural da época.

Analogamente, estas cartas são reveladoras do respeito intelectual granjeado pela figura de Frei Manuel do Cenáculo, apresentado em muitas das missivas que

¹ Apesar de a identificação não ser claramente realizada nesta carta, admitimos que se esteja a referir à obra em vários tomos escrita pelos dois irmãos, da qual já acima demos nota.

fizeram parte do nosso itinerário de investigação, como um grande entendido em livros, possuidor de uma excelente coleção. O Bispo de Beja era consultado e questionado acerca da valia de determinada obra ou documento, sendo-lhe realizados alguns elogios, respeitantes à sua valia na “República das Letras”. Conseguimos também vislumbrar, nalgumas destas cartas, sinais do clientelismo, ou favor que marca as relações sociais, sem que isso contribua, de acordo com o que nos parece ser possível depreender desta análise, para diminuir a importância e prestígio que Cenáculo parece ter alcançado.

Os intercâmbios epistolares funcionavam como um meio privilegiado de obter informações acerca de obras e autores. Uma espécie de “rede global” de trocas, que ligam e desligam seletivamente os indivíduos, grupos, ou regiões, numa característica que foi identificada por Manuel Castells¹, num diferente contexto factual e cronológico, mas que julgamos se reproduz, com o necessário ajustamento e contextualização da época, também no período que temos em análise.

Esta comunicação com um conjunto de correspondentes interligados fazia fluir informação, num sistema de partilha de um grupo com os mesmos “códigos de comunicação”, ou seja, os mesmos valores ou “objetivos de desempenho”. Esta definição, que serviu para o autor que citamos anteriormente descrever algumas características das atuais “sociedades em rede”², também se aplica, com as devidas distâncias, a esta rede informativa que Cenáculo dividia com os seus correspondentes.

As cartas eram, como já dissemos, um meio privilegiado de trocas diversas entre os interlocutores. Perpassa, em muitas missivas, o tom cerimonioso e polido como os diferentes correspondentes se referem reciprocamente. Isso não significa, contudo, que a rede de relações aqui estabelecida exigisse uma espécie de aderência cega aos arbítrios e opiniões dos intervenientes nestas conversações. Assim, não obstante esse respeito mútuo, é possível, embora não recorrente, encontrar críticas a determinadas opções de um correspondente em cartas trocadas entre outros protagonistas. Com efeito, é possível encontrar, em cartas a outros correspondentes, uma referência menos abonatória a determinada opinião, ou defesa feita pelo outro na obra que entretanto publicou.

¹ Manuel Castells, *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A sociedade em rede*, v.1. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002), 4-9.

² Castells, *A era da Informação...*, 607.

Essa constatação não significa que, apesar de se fazer o elogio de determinada obra de um erudito na carta que lhe é dirigida, se inverta a crítica ao mesmo trabalho em cartas trocadas com outros protagonistas. O que encontramos foram casos em que há muita admiração entre os interlocutores, demonstrada em relação a determinada obra ou ação, mas isso não significou uma adesão cega. Noutros momentos, em diferentes circunstâncias, foram realizadas reparos, quando os correspondentes assim o entenderam.

As missivas parecem revelar também a importância da troca de opiniões e de consulta de especialistas em determinadas áreas por parte de Frei Manuel do Cenáculo, que por sua vez foi também consultado neste sentido. Estes pareceres dizem respeito a diferentes aspetos, mas uma necessidade que parece transcender das cartas do prelado, é a de consultar e trocar opiniões com especialistas em diversas línguas, desde o Latim, ao Hebraico, passando pelas Línguas Árabes, num interesse filológico que também conseguimos reconhecer nas coleções com que dotou algumas bibliotecas, mas sobre isso falaremos em momento posterior deste trabalho.

Ao caracterizarmos o epistolário cenaculano já referimos as missivas a propósito de bibliotecas, e a propósito de livros, focalizando igualmente a nossa atenção particular na análise das mensagens a outros eruditos. Contudo, Frei Manuel do Cenáculo não se limitou a corresponder-se com outros Ilustrados, com os quais partilhava muitas afinidades. As suas epístolas formam também pontes de contacto com personalidade muito distintas, tais como outras figuras da Igreja, ou personalidades políticas, com quem se relacionou e com quem tratou dos mais diversos assuntos.

No que às cartas com outros religiosos diz respeito, há uma grande diversidade de figuras e assuntos que motivam a correspondência de e para Cenáculo. Assim, o bispo de Beja troca missivas com padres e frades sobre a sua jurisdição e autoridade, mas também com outros prelados de diferentes dioceses, religiosos e religiosas de diferentes mosteiros e conventos, com o Núncio apostólico, entre outras personalidades da vida eclesiástica e religiosa. Os assuntos falados são maioritariamente relacionados com temas religiosos, mas não só, há cartas de informação e atualização sobre a vida quotidiana e social, de aconselhamento, de resolução de conflitos, entre outros assuntos possíveis.

Uma vez mais, tendo em conta as razões previamente apontadas, optámos também aqui, por seleccionar um, de entre os vários exemplos de correspondentes que poderíamos utilizar, através do qual procuramos ilustrar a qualidade das relações que são estabelecidas através das cartas. Nesse sentido as cartas trocadas com o Bispo de Pequim – Alexandre Gouveia, constituem-se como exemplares.

As epístolas entre os dois interlocutores perfazem valores na ordem da meia centena, sendo na maioria enviadas pelo Bispo de Pequim a Cenáculo¹. Remetidas pelo Bispo de Beja encontramos somente três cartas².

As missivas que D. Alexandre Gouveia remete ao Bispo de Beja podem subdividir-se em dois períodos distintos, um que concerne ao período anterior à sua nomeação para bispo de Pequim, outro que é posterior à atribuição dessa dignidade. As primeiras são essencialmente cartas de subordinação e de demonstração de reverência pela figura de Cenáculo, pedindo conselhos e dando notas dos seus resultados académicos, na década de 70 de Setecentos, mas onde já são feitos comentários acerca de livros e da necessidade de um aprofundamento do estudo da matemática. A partir da década de 80, já depois de terminados os estudos, as cartas assumem um carácter de maior proximidade intelectual, mas ainda numa perspectiva de pedido de aconselhamento e apoio a Frei Manuel do Cenáculo, que pelo que pudemos depreender através do exame destas cartas, foi um grande patrocinador dos estudos empreendidos por este correspondente.

Em Agosto de 1782, numa carta do dia 12³, Cenáculo escreve já ao seu protegido para o felicitar pelo seu despacho e nomeação para Bispo de Pequim⁴, congratulando-se por os estudos matemáticos feitos por D. Alexandre serem muito úteis para o bispado para o qual fora destacado.

As missivas trocadas entre ambos são, em nosso entender, exemplares pela forma como demonstram que a opinião do Bispo de Beja em matéria eclesiástica e religiosa é também respeitada e procurada, sobretudo quando lhe é solicitado, por D. Alexandre, aconselhamento sobre a preparação para o novo cargo que iria ocupar e a

¹ As cartas encontram-se em: B.P.E. - Códice CXXVII/1-5, f.169-221.

² Encontram-se na: B.A.C. – Ms. 211, série vermelha. As mesmas cartas encontram-se na B.P.E. Códice CXXVIII /2-9.

³ B.P.E. Códice CXXVIII/2-9, f.350-353. Cf. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*, 391-392.

⁴ Sobre esta personalidade e as relações de Portugal com a China veja-se: António Graça Abreu, *D. Frei Alexandre de Gouveia (1751-1808), Contribuição para o estudo das relações entre Portugal e a China* (Lisboa: CEPCEP, 2004).

postura que deveria ter enquanto pastor eclesial. A resposta do prelado de Beja pode encontrar-se em duas cartas, nestas expressa-se claramente a universalidade dos conhecimentos de Cenáculo, o qual discorre livremente sobre os livros que devem acompanhar um bom prelado, os que são especificamente necessários para a posição que o seu interlocutor vai ocupar, dissertando analogamente acerca das características do povo Chinês. Uma dessas cartas, da qual apresentamos reprodução parcial, espelha bem essas características:

“ [...] Sao os Chinas gente dada ao uso da razao: elles se esforcam a discorrer sobre fundamentos solidos: a sua imaginacao atreve-se a coisas sublimes: estimam a quietacao e repouso do espirito: huma filosofia que amanse os costumes duros, e faca dignos da sociedade, he nelles pertensao, e exercicio de Antiguidade quasi invisivel: o trato com a sua especie he desembaracado, e gracioso, pois he Nacao doce, humana, tratavel, e polia. Ja Vossa Excellencia ve faltar naquelles Povos o systema de ignorancia, que impede a luz, e a aborrece [...] a Nacao Chinezinha tem disposicoes de aproveitar para se lhe introduzir o conhecimento, e amor da verdadeira Religiao: [...].Entrara Vossa Excellencia em huma corte brilhante, e appetitosa de saber o que Vossa Excellencia he capaz de ensinar. Toda a sua pericia astronomica seja degrao, que a Natureza humilhe a Religiao para trazer o Paganismo a casa do Senhor Esmalte Vossa Excellencia com a gracia a coroa que as Estrellas lhe formam pelo obsequio de se entender com ellas. Faca do mundo fisico, que encerra no seo espirito huma estrada de gloria por onde conduza a Igreja innumeraveis filhos [...]causa da Religiao com prosperos successos.”¹

A exposição feita por Frei Manuel do Cenáculo nesta carta é bastante pormenorizada, discorrendo sobre aquilo que D. Alexandre Gouveia deveria fazer enquanto Pastor da sua diocese, quais os conhecimentos que deveria cultivar, a forma com se devia relacionar com os fiéis sob a sua responsabilidade e a ciência que deveria dominar. É igualmente demonstrativa daquilo que o Bispo de Beja aspirava para um do representante do clero, alguém instruído, capaz de responder às necessidades das suas ovelhas. Este deveria tornar-se uma figura admirada e respeitada pela capacidade e conhecimentos que tinha, saberes esses que lhe permitiriam satisfazer as diferentes necessidades do povo e da Igreja, enquanto instituição que procura crescer e alicerçar-

¹ BAC- Mss.211, série vermelha, f.8-15, 27 de Fevereiro de 1783. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*, 395-399.

se num mundo em transformação. Estas cartas pré-partida para Pequim constituem-se assim como verdadeiras instruções sobre o que deve ser, ler, fazer um bom bispo, numa região geográfica distante que se procura descrever detalhadamente. Nestas, o prelado expõe exaustivamente obras e autores que o seu interlocutor deve ler e conhecer, chegando ao pormenor de resumir o que é dito nas obras e em que aspetos são importantes. Analogamente, assumem-se como mais um testemunho da forma detalhada como Frei Manuel do Cenáculo estava a par das novidades literárias, conhecendo detalhadamente obras e autores e o que nestes livros estava escrito, o que indicia que a paixão pelos livros que esta figura patenteia não se limitava ao cultivo dos objetos belos e valiosos, que ornamentavam qualquer prateleira de uma livraria. Eram igualmente objetos que serviam propósitos concretos para além da coleção, eram efetivamente lidos e utilizados, constituindo-se como bens frutuozos na prossecução de objetivos de melhoria da Instrução a que esta personalidade aspirava.

Avançando na análise dos diferentes contactos que Frei Manuel do Cenáculo estabeleceu através das cartas, é também importante referir outras tipologias de cartas que fazem parte do epistolário do prelado a que já acima fizemos alusão, tratam-se das missivas trocadas com várias figuras políticas, tais como Ministros, Secretários do Reino, o Príncipe, a Rainha, o marquês de Pombal, entre outros.

Estas são cartas que assumem um carácter mais formal, onde os livros e as Bibliotecas estão menos presentes. Muitas vezes, limitam-se a comunicar aspetos de carácter mais institucional, a propagar uma Ordem Régia emitida, ou uma qualquer deliberação legislativa. Servem similarmente para tratar temas relacionados com os cargos desempenhados pelo prelado, assim como para empreender diligências que parecem ter como objetivo primordial a manutenção da posição política e social.

Embora a análise que realizámos a estas cartas permita afirmar que nestas os livros não se encontram tão presentes, isso não quer dizer que não seja possível encontrar algumas referências a esses assuntos, ainda que vagas na generalidade dos casos. Encontram-se alusões a bibliotecas e donativos realizados a estas instituições, como por exemplo o donativo à Real Biblioteca Pública, sobre o qual encontramos algumas referências, ainda que com pouco desenvolvimento.

No *corpus* documental que compõe o epistolário cenaculano há também um conjunto significativo de cartas muito diversas, nas quais se tratam assuntos

relacionados com o dia-a-dia das dioceses onde Frei Manuel do Cenáculo se encontra, mas também solicitações de vários tipos, como pedidos de esmola ou favor, onde se dá conta de resoluções e deliberações distintas, se determinam aspetos da organização de cerimónias religiosas e das instituições ligadas à vida da Igreja, entre várias outras possibilidades.

Nas cartas dirigidas a personalidades políticas, assim como neste conjunto de cartas de diferentes tipologias e temáticas, o assunto livros e constituição de bibliotecas está, pelo que pudemos depreender da leitura que realizamos de todo este fundo, claramente sub-representado, não se encontrando grandes menções a assuntos relacionados com este objeto. Por isso optámos por, ao contrário do que temos vindo a fazer, não apresentar a análise de uma carta ou correspondente com o qual pretendíamos exemplificar a “tipologia” destas cartas. Desde logo porque não o conseguiríamos fazer, atendendo à extensão e diversidade de assuntos e temática tratadas. Depois, porque ao realizarmos esta análise acerca da correspondência de Cenáculo, pretendemos sobretudo relevar aspetos que se prendem com a bibliofilia e criação de bibliotecas, bem como da qualidade das suas relações com o mundo intelectual da época, algo que nestas cartas não conseguimos identificar de forma tão evidente.

A avaliação dos contactos multiformes estabelecidos através das diferentes missivas, permite verificar que estas servem, não só como órgão de informação acerca da qualidade de livros ou autores, mas também potenciadores da permuta efetiva destes objetos, seja através de empréstimo, compra ou doação.

O epistolário cenaculano testemunha a existência de uma rede de comunicação e de relações bidirecional, a qual contribui para que os intervenientes se mantivessem a par de novidades e avanços do mundo literário e das Reformas no Ensino. Contudo, essa rede informativa não se centrou exclusivamente neste mundo literário e cultural. Serviu analogamente para informar detalhadamente acerca de acontecimentos e novidade políticas, umas vezes recebidos com contentamento, outras com alguma apreensão, desapontamento e receio sobre o seu significado e consequências futuras. A vida social, as redes de dependências, os escândalos, os conflitos, os favorecimentos, as quedas de estatuto, as disputas por cargos e posições estão também presentes. Há muitos comentários dedicados a informar acerca das últimas novidades da vida social,

encontrando-se igualmente cartas tendo em vista o estabelecimento e a manutenção de determinado estatuto, grau de importância, favorecimento, entre muitas outras possibilidades. Eram cartas destinadas a comunicar e a receber informação, a estabelecer determinadas relações de sociabilidade que ajudavam a manter uma posição social e um estatuto intelectual.

O estudo destas missivas e respetivo cruzamento com outra documentação, tal como o diário e outras anotações do bispo de Beja, patenteia uma preocupação constante do prelado em fazer um registo memorialístico das facetas exemplares da sua atividade, onde se denota uma certa seletividade. Esta ênfase do registo constitui-se, em nosso entender, como um vestígio daquilo a que Roger Chartier chamou o “temor do desaparecimento”. Trata-se de uma tentativa de deixar memórias pessoais e coletivas da sua trajetória de vida, que permitam que no futuro, o seu esforço pessoal não seja ignorado. Este é um desejo comum às sociedades europeias da modernidade, que levou à necessidade de fixação, através da escrita, dos vestígios do passado, da memória dos mortos e da glória dos vivos. Este mister de recolha e fixação de registos representaria assim uma forma de conjurar a obsessão da perda, o medo de cair no esquecimento, na linha das conclusões que tem sido avançadas por algumas investigações¹. Frei Manuel do Cenáculo, o “engenheiro social” que, num primeiro momento, toma a iniciativa para a reforma pedagógica e modernização dos estudos entre os franciscanos, colaborando também nas reformas pombalinas dos estudos, passa, numa segunda fase, para o terreno. Larga os gabinetes, colocando em prática muitas das suas ideias, quer cumprindo aquilo que considera como suas atribuições religiosas, quer encarando a necessidade de instrução numa perspectiva de “utilitarismo”. Essa atitude tem propósitos políticos evidentes, de controlo e endoutrinamento da sociedade no quadro político vigente, constituindo-se similarmente, como uma tentativa de modernizar a sociedade e instituições, promovendo uma rutura com a pedagogia tradicional². A obsessão pelo registo que patenteia³ parece querer deixar, para memória futura, esta obra de “engenharia social” em que se ocupou afincadamente.

¹ Chartier, *Qué es un texto?...*, 9-10.

² Vaz, *Instrução e economia...*, 14.

³ Estamos a lembrar-nos por exemplo da memória detalhada onde deixou registados os factos acerca da sua administração da Ordem Terceira, que podemos consultar na BPE- Códice CXXVIII/2-5.

O exame das relações epistolares que o Bispo de Beja estabeleceu, permite fazer uma aproximação à valoração que realizou a muitos livros ou outros escritos. Essa avaliação não se cingiu à componente material da edição e sua riqueza, averiguando paralelamente a valia do conteúdo da obra e do seu autor. Constitui-se assim como uma apreciação que ia muito para além do valor em réis de determinada edição ou coleção, ajuizando também sobre o contributo que esta poderia trazer em termos do progresso social que se aspirava. Frei Manuel do Cenáculo surge assim como alguém muito preocupado com a utilidade dos livros, e com o progresso social que estes ajudariam a construir, partilhando, com outros intelectuais coevos, a mesma crença na utilidade destes instrumentos. Assume-se como um homem do seu tempo, que terá absorvido alguns valores do iluminismo, destacando-se pela sua faceta de reformador que acreditou nas potencialidades da instrução, encarada como o caminho que era necessário percorrer em direção à virtude¹.

Esta vontade de alcançar o progresso, usando os livros com um dos instrumentos para atingir esse fim, é assim uma característica que partilha com outros ilustrados católicos do seu tempo, tendo até estabelecido relações epistolares com alguns deles. Assim sendo, e tendo em conta essa partilha de objetivos e ideias não poderemos em rigor considerar que Cenáculo um caso único, uma espécie de exceção à regra.

A sua correspondência revela a construção de redes de sociabilidade e afinidade intelectual que evidenciam que partilhava, com muitas outras personalidades, muitas das ideias que defendia. Tinham interesses comuns, partilhavam objetivos e aspirações, embora os pudessem por em prática por caminhos distintos, de acordo com os recursos e contextos socioculturais em que se inseriam.

Esta partilha de objetivos e de percurso intelectual com outras personalidades não retira, em nosso entender, qualquer validade à obra do prelado no campo dos livros, leitura e instrução. Se considerarmos os quantitativos que movimenta para formar coleções de livros e bibliotecas, a valia das edições que inclui, as exigências que coloca, pensamos que estamos perante uma obra notável de alguém para quem o livro é mais que um objeto de coleção, é um corpo de instrução e por esse meio de obtenção do progresso social.

¹ Vaz, *Instrução e economia...*,11.

Essa valoração que faz do livro lembra-nos uma proposta de definição deste instrumento, onde encontramos a seguinte reflexão¹: “Um livro é mais que uma estrutura verbal, ou que uma série de estruturas verbais; é o diálogo que estabelece com o seu leitor, a entoação que impõe à sua voz, as imagens cambiáveis e duráveis que deixa na sua memória. Esse diálogo é infinito; as palavras *amica silentia lunae* significam agora lua íntima, silenciosa e luminosa, e na Eneida significaram o interlúcio, a obscuridade que permitiu aos gregos entrar na cidade de Tróia... A literatura não é esgotável. Pela suficiente e simples razão de que um só livro não o é. O livro não é um ente incomunicável: é uma relação, é um eixo de inumeráveis relações”². A forma como Cenáculo, juntamente com outros ilustrados, encara os livros, apontando-os com instrumentos ao serviço da instrução, coaduna-se com esta definição de livro enquanto objeto de diálogo. É através desse diálogo infinito que o livro cumpre as suas funções. É por não ser esgotável, por criar um eixo incontável de relações que se torna útil, capaz de dialogar com o seu leitor e dessa forma contribuir para a vertente formativa que representa, no pensamento dos ilustrados, a utilidade dos livros.

O bispo de Beja, como temos vindo a defender, demonstrou um interesse acentuado pelos livros e suas potencialidades. Foi único? Pensamos que não, uma vez que com outros partilhou muito do seu percurso intelectual. Se foi singular no seu projeto de “engenharia social”? Talvez tenha sido singular pela forma como empreendeu um percurso pessoal que incluiu a dotação de muitas bibliotecas, como reuniu afincadamente livros das mais diversas origens. Singular porque todos os projetos pessoais tem um vertente de originalidade que é moldada pelas circunstâncias próprias da personalidade, época e contexto em que se insere. Partilhou contudo, gostos e interesses neste domínio com outras personalidades, trilhou um caminho que tem traços comuns com o de outros eruditos da época, colecionando livros, criando, ou contribuindo para a criação, de bibliotecas.

Relevando a importância dessa partilha com outras figuras proeminentes do mundo intelectual e cultural da época, dedicaremos o próximo ponto deste trabalho a

¹ Jorge Luís Borges, *apud* Chartier – *Qué es un texto?...*,35.

² Tradução nossa.

analisar mais detalhadamente a ação de outros bibliófilos e intelectuais do seu tempo, procurando encontrar mais evidências dessa afinidades.

2.3. Cenáculo e as afinidades com outros Bibliófilos

D. Frei Manuel do Cenáculo não se constitui um caso único, como ele, muitos pensadores da época se dedicaram a meditar nas reformas necessárias, avançando na aventura de reunir livros.

Reconhecendo a existência dessa partilha com outros intelectuais da época, julgamos que não será excessivo apreciar a existência de uma matriz comum a outros Ilustrados, os quais realizaram um percurso semelhante ao seu, na defesa da reforma da sociedade, assim como na reunião de livros de diferentes proveniências para servir esses e outros propósitos reformadores. Por tudo isso, consideramos pertinente examinar, em traços largos, o percurso de outros bibliófilos e eruditos do seu tempo, tentando avaliar de forma mais concreta as semelhanças que possam existir. Em última instância, este breve apontamento permitir-nos-á compreender melhor o percurso de vida de Cenáculo.

Do leque de personalidades suscetíveis de serem analisadas, optámos por circunscrever o universo a bibliófilos contemporâneos de Cenáculo. Contudo, tendo em conta o dilatado período de vida do Bispo de Beja, a amostra continuava a ser demasiadamente extensa. Persistia a necessidade de fazer opções que nos permitissem restringir esse número. Perante essa evidência, optámos por acrescentar ao período cronológico, outros dois critérios que possibilitassem reduzir o número de potenciais intelectuais e “apaixonados por livros”. A saber, figuras que travaram contactos com o Cenáculo, em especial no caso de correspondentes estrangeiros, ou que pudessem ser de alguma forma comparados com o prelado, devido à época em que viveram e interesses que revelaram, para o caso de bibliófilos nacionais¹.

Cumpre-nos reconhecer que não nos é possível fazer uma análise pormenorizada da vida de obra de todas as personalidades que incluímos neste ponto do nosso trabalho. Uma análise individual de cada um dos bibliógrafos seria, eventualmente,

¹ Não menos relevante deparou-se-nos ser a necessidade de considerar apenas aqueles, para os quais os estudos disponíveis nos levam a admitir as similitudes com o prelado.

assunto capaz de justificar, por si só, um trabalho exclusivamente dedicado. Não o poderemos fazer, desde logo porque estamos a privilegiar o estudo da figura de Frei Manuel do Cenáculo, procurando construir uma visão de conjunto acerca da sua bibliofilia e o modo como esta reflete a época e a rede de relações que o prelado estabeleceu. Depois, porque reconhecemos que por mais estudos individuais que incluíssemos, estes seriam sempre insuficientes, por serem sempre menos do que os casos possíveis e passíveis de analisar.

Focalizando a análise nos bibliófilos, depois de explicitados os critérios utilizados para os selecionar, passamos de seguida a apresentar algumas das personalidades com uma trajetória de trabalho no domínio da paixão pelos livros e formação de bibliotecas.

Assim, seguindo as escolhas que nos foram sugeridas pelos critérios de análise que estabelecemos, escolhemos as seguintes personalidades:

Nacionais	Estrangeiros
<ul style="list-style-type: none">• D. Gaspar de Bragança;• D. João de Magalhães e Avelar;• Frei Francisco de S. Luís Saraiva;• Joaquim Xavier Botelho de Lima.	<ul style="list-style-type: none">• Gregório Mayans;• Francisco Péres Bayer.

No caso dos bibliófilos nacionais começámos por selecionar D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga, que viveu na mesma época de Frei Manuel do Cenáculo, entre 1716 e 1789, constituindo-se os livros como uma das suas ocupações privilegiadas.

Seguiu-se D. João de Magalhães e Avelar, bispo do Porto, que foi “contemporâneo” do prelado, embora mais novo, tendo vivido já as vicissitudes de instauração do Regime Liberal em Portugal. Viveu entre 1754 e 1833 e, à semelhança de Frei Manuel do Cenáculo, desempenhou alguns cargos de relevo, reunindo analogamente uma biblioteca significativa. Dada alguma proximidade com Frei Cenáculo em termos de cargos exercidos e reconhecimento público pela figura e até pela paixão por livros que patenteou, decidimos selecionar este bibliófilo, de modo a conseguirmos fazer uma breve comparação com a atividade de Cenáculo.

Partindo dos mesmos pressupostos, a escolha de Frei Francisco de São Luís Saraiva sustenta-se em razões muito similares. Este foi também uma figura contemporânea a Cenáculo, embora pertencendo a outra geração, uma vez que viveu até mais tarde, entre 1766-1845. Desempenhou também alguns cargos de relevo e obteve algum reconhecimento público. É possível aceder a alguns dados, publicados por outros autores, sobre a sua biblioteca.

No caso de Joaquim Xavier Botelho de Lima, Arcebispo de Évora, a escolha fundamenta-se essencialmente no facto de ter sido antecessor de Cenáculo na arquidiocese de Évora e também na existência de fontes que dão nota de livros desta personalidade na fundação da Biblioteca de Évora. Embora não tivéssemos encontrado estudos pormenorizados acerca da atuação desta individualidade, optámos por aportar ao nosso trabalho o catálogo com esses livros. Pensamos que estes se constituem como um complemento importante para os elementos que possuímos acerca da fundação da Biblioteca Pública de Évora, empreendida durante o consolado do prelado.

No que concerne a eruditos estrangeiros, a opção centrou-se em duas personalidades que se corresponderam com o bispo de Beja, Gregório Mayans e Francisco Peres Bayer, que parecem ter partilhado com ele alguns interesses intelectuais, nomeadamente na importância que atribuíram às reformas de ensino e aos livros como instrumento para a sua efetivação. Os dados que iremos apresentar não se prendem tanto com a sua bibliofilia e coleções individuais, relevando antes as anotações sobre os interesses que patentearam, procurando traçar um paralelo com o prelado.

Importa ainda salientar, antes de avançarmos para uma apresentação individual de cada um destas personalidades que, não obstante os critérios utilizados e atrás explicitados para determinar quais as personalidades que iríamos incluir nesta análise, há ainda um certo grau de aleatoriedade nesta escolha. De facto, há outras personalidades nacionais e estrangeiras que poderíamos incluir nesta análise respeitando os critérios largos que definimos acima. Com efeito, nesta época são numerosos os mecenas e grandes bibliófilos que procuram enaltecer o seu nome através da prestação de um serviço à comunidade através dos livros e acesso a eles¹. Na impossibilidade de os referirmos a todos, tivemos de optar e selecionar aleatoriamente alguns, com a consciência que esta será, por isso, uma análise limitada, mas que vai de encontro aos objetivos delineados.

2.3.1. D. Gaspar de Bragança

D. Gaspar de Bragança² nasceu em Lisboa, a oito de Outubro de 1716 e morreu em Braga, em dezoito de Janeiro de 1789. Era um dos três “meninos de Palhavã”, tendo sido perfilhado pelo monarca D. João V em Agosto de 1742, é reconhecido como irmão por D. José I em Agosto de 1752³.

Foi escolhido para Arcebispo - Primaz de Braga por D. José, em vinte e três de Agosto de 1756, tendo entrando solenemente na cidade apenas em vinte e oito de Outubro de 1759.⁴

Prelado de sangue real, ficou ligado a várias obras em Braga, fazendo dos livros um dos seus principais enlevos.

De acordo com P. Tavares, D. Gaspar juntou no Paço Arquiepiscopal uma magnífica biblioteca, a qual iria causar grande admiração ao seu sucessor⁵. Esta livraria

¹ Cardoso, *Ler na livraria...*, 15.

² Para dados biográficos mais pormenorizados acerca do percurso de D. Gaspar veja-se: Manuel José dos Santos Farinha, *Subsídios para a história da “Lisboa Antiga” – O Palácio de Palhavã* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1923) António Ferrão, *O Marquês de Pombal e os “Meninos de Palhavã”*, (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923).

³ José Arieiro, «D. Gaspar de Bragança», em *Enciclopédia luso-Brasileira de Cultura*, ed. Século XXI, v.13 (Lisboa - S.Paulo, editorial Verbo, 2000),67.

⁴ José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, t. III. (Porto: Mitra Bracarense, 1932),380.

⁵ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 273 -302.

acabaria por desaparecer num incêndio que afetou o Paço em 1866¹, havendo, como testemunho da sua existência e dos livros que a compunham, um índice manuscrito, ordenado alfabeticamente dos “*Livros, de que se compõem a Bibliotheca do Serenissimo Sn.º Dom Gaspar Arcebispo Primaz*”².

O documento acima referido é omissivo nalgumas informações sobre as edições, nomeadamente datas e locais de edição dos exemplares, mas, de acordo com o estudo de P. Tavares, fornece algumas pistas interessantes sobre as recolhas e predisposições intelectuais de D. Gaspar de Bragança. Ao índice previamente referido, juntam-se alguma correspondência relativa a compras e encomendas de livros e uma lista de livros trazidos para o Paço por D. Gaspar, que torna mais evidentes alguns dos interesses bibliográficos deste prelado³.

Tendo em atenção as indicações apresentadas, a documentação existente permite perceber um desejo de atualização bibliográfica por parte deste arcebispo, que terá acrescentado a um núcleo inicial de dois mil setecentos e sessenta e quatro volumes⁴ várias aquisições, onde despendeu de avultadas somas. A biblioteca reunida por D. Gaspar de Bragança em Braga causou, como atrás mencionámos, admiração no sucessor deste prelado, sendo “digna de um filho de D. João V e adequada ao perfil de um prelado das Luzes”⁵.

O catálogo dos livros que compunham a biblioteca de D. Gaspar incluía um total de quinhentos e sessenta e oito títulos, com presença de várias matérias, tais com a Teologia, os Estudos Escriturísticos, a Oratória Sacra, a Jurisprudência, a Literatura (profana, ascética e mística), a História (eclesiástica, civil e literária), Ciências e Artes e Poligrafia⁶.

São vários os livreiros de Lisboa que se correspondem com secretários de D. Gaspar, predispondo-se a satisfazer encomendas, a trocar informações e propondo preços especiais às aquisições deste prelado, que estava a *fazer livraria*⁷. Isto parece indicar que se tratava de uma biblioteca bastante diversificada em termos de temáticas, mas também que se procurava dotar constantemente, daí os contactos com

¹ Ferreira, *Fastos Episcopales...*, 380.

² A.D.B. – Pasta Ms. 911, *apud*. Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 274.

³ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 274.

⁴ Livros que fez transportar de Lisboa para Braga.

⁵ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 276.

⁶ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 278.

⁷ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 280.

os diversos livreiros, que estavam conscientes que esta era uma biblioteca em construção, isto é, “que se estava a fazer”. Tendo isso em consideração, julgamos natural que este esforço de dotação possa ter contribuído para a atualização bibliográfica que foi apontada pelo autor que temos vindo a citar.

A biblioteca constituía-se como um motivo de orgulho deste prelado, que gostava de a mostrar a visitantes ilustres, fazendo parte da coleção não apenas livros, mas também outros objetos, nomeadamente medalhas e moedas. A própria coleção de livros dá nota do interesse pela numismática e medalhística, sendo que a coleção de moedas e medalhas de D. Gaspar, rivalizando com a que D. Frei Manuel do Cenáculo reunira no Alentejo, se terá constituído como a mais rica de Portugal¹.

Tendo por base as indicações aduzidas pelo autor que temos vindo a citar, procuramos na correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo a carta onde esta coleção é referida. Constatámos, no documento original, a grande valia atribuída à coleção de D. Gaspar de Bragança, afirmando-se que este arcebispo possuía, sem dúvida, a melhor coleção de medalhas de Portugal².

A pertença à Família Real decerto facilitaria os recursos necessários à reunião de tal coleção, contudo, de acordo com as indicações fornecidas pelo estudo a que temos vindo a aludir, D. Gaspar não se limitou à mera aquisição de peças raras e valiosas. Recorreu à troca de impressões com vários entendidos, com vista a decifrar e classificar algumas das peças e aos livros como instrumento e fonte de conhecimentos teóricos de apoio à sua atividade de colecionador³. Neste sentido, poderemos dizer que apresenta algumas afinidades com Frei Manuel do Cenáculo, uma vez que utilizou também a correspondência como meio de aquisição e informação sobre os vários espécimes das suas coleções, num perfil de atuação comum a muitos dos intelectuais da época.

No que respeita à coleção de livros propriamente dita, são várias as matérias constantes da coleção, encontrando-se exemplares da *Enciclopédia*, de obras filosóficas com a de David Hume – *Discours politiques*; do Marquês D’Argens – *Memoires*; de Voltaire – *Le siècle de Louis XIV* e de Rousseau – *Discours sur l’Origine de*

¹ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 280. A conclusão é retirada a partir da análise da documentação apresentada por Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 246, na qual se refere uma carta dirigida por João Vidal da Cunha a Cenáculo, datada de 3 de Setembro de 1775.

² B.P.E. Códice CXXVII/1-12, f.17. Publicada sob o número 2297, em Gusmão, *Catálogo...*

³ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 281.

l'Inégalité parmi les Hommes; mas também o *Journal des Savants*, entre diversos outros¹.

Indo de encontro ao afirmado pelo autor que temos vindo a citar, a consideração global dos títulos da biblioteca de D. Gaspar, dá nota de uma modernidade e atualização bibliográfica da coleção, consonantes com o perfil de um prelado atento às questões ideológicas e culturais do momento, acompanhando a atividade cultural europeia contemporânea². Na sua coleção destaca-se a diversidade temática e a atualidade da coleção. Constata-se a presença de autores franceses, a pouca representatividade de áreas como a Teologia Dogmática³, o maior espaço concedido à Teologia Moral, por contraponto à Dogmática e também a presença de vários escritos anti-jesuíticos⁴. As grandes áreas de distribuição bibliográfica testemunhadas pelo catálogo bibliográfico de D. Gaspar eram, ainda de acordo com o mesmo autor, o Direito, a História e as Ciências, incluindo as Ciências Económicas, as da Natureza e mesmo a Matemática e a Medicina⁵.

Subscrevendo as palavras do autor supramencionado, as fontes disponíveis e por eles estudadas acerca da bibliofilia de D. Gaspar de Bragança, para além de interessantes informações sobre leitura, comércio e escolha de livros, põe em evidência uma personalidade que corresponde à imagem de um prelado ilustrado do seu tempo, em ambiente peninsular, com horizontes e possibilidades intelectuais de príncipe e meio-irmão de um monarca que havia imposto, às camadas dirigentes do país, formas de comportamento fortemente dirigidas perante fenómenos culturais, não sendo por isso expectável uma atitude pessoal de inequívoca autonomia ou singularidade⁶.

A biblioteca de D. Gaspar espelha assim os interesses intelectuais gerais na Europa culta das “Luzes”, aparecendo marcada pela realidade política envolvente do Regalismo oficial, face ao qual abundam leituras de Bossuet, Van Espen, Febrônio, P. Pereira, entre diversos outros. Muitas das escolhas do príncipe, nas quais entravam

¹ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 281.

² Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 282.

³ Onde encontramos um valor embleemático da época, Melchior Cano, várias vezes referido por Cenáculo e também citado no Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra.

⁴ Cf. Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia», 281-287.

⁵ Para uma análise mais detalhada de quais as obras mais relevantes de cada área que se encontravam na biblioteca, cf. Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 281-294.

⁶ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 300.

eruditos autores galicanos e filojansenistas, seriam assim insinuadas pela política cultural da corte nessa época. Isto não inviabiliza que o próprio arcebispo tenha tomado parte nalgumas reformas, nomeadamente a religiosa, ao empenhar-se na reedição e adoção na Arquidiocese de Braga do *Catecismo de Montepelier*¹, que como veremos em momento posterior deste trabalho, será também um dos eleitos por D. Frei Manuel do Cenáculo.

A bibliofilia deste arcebispo e a sua ação na arquidiocese pautaram-se por padrões de um *aggiornamento* ao campo do Iluminismo Católico, não apenas no campo da bibliofilia, mas também no patrocínio a sociedades económicas como a Limiana, no apoio à fundação de instituições caritativas de promoção sociocultural como o Colégio das Ursulinas de Braga, os Recolhimentos de Santa Teresa, entre diversos outros².

Considerando a trajetória deste arcebispo, admitimos que poderemos considerar que há uma certa proximidade de D. Gaspar ao espectro intelectual³ de Frei Manuel do Cenáculo, sendo que algumas áreas de atuação e interesses são coincidentes com os do prelado. Certamente, terão pautado as suas atuações de forma singular, mas parecem partilhar interesses, princípio de organização e preocupação na direção das respetivas dioceses e nos interesses revelados em termos do “mundo intelectual”.

2.3.2. D. João de Magalhães e Avelar

Esta personalidade foi contemporânea a Cenáculo, se bem que mais novo que o prelado Pacense. Nasceu no bispado de Lamego a 14 de Dezembro de 1754, falecendo em 16 de Maio de 1833⁴, vivendo já parte das vicissitudes decorrentes do processo liberal em Portugal.

¹ Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...», 301.

² Tavares, «A biblioteca e a bibliofilia...»,302.

³ Com a expressão queremos designar algumas afinidades em termos de pensamento, nomeadamente o interesse em livros e um desejo de atualização e acompanhamento das questões ideológicas e culturais do seu tempo.

⁴ Oliveira, *A Paixão da História...*,15-16.

Iniciou o percurso académico em Lamego, estudando Humanidades¹, matriculando-se posteriormente na Universidade de Coimbra, tornando-se Doutor em Cânones em 28 de Julho de 1788². Foi nomeado lente de Cânones na mesma Universidade.³ Foi reitor do Colégio de S. Pedro, cargo que foi importante no seu percurso e no qual esteve durante o período de um ano⁴. Paralelamente desempenhou o cargo de bibliotecário do mesmo colégio.

Tornou-se membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, a convite de António Ribeiro dos Santos, de quem foi um grande amigo, integrando-a em 1798, na categoria de “sócio livre”⁵.

Foi nomeado Deputado Extraordinário da Inquisição de Coimbra⁶, sendo eleito Bispo do Porto e sagrado no cargo em 29 de Junho de 1816, sucedendo a D. António de São José de Castro.

Ao assumir o governo desta diocese confrontou-se com várias necessidades a queurgia dar resposta rápida e eficaz, “começou a prover às necessidades materiais e morais que nela havia, resultantes da guerra, da ausência de prelado durante cinco anos e da subsequente vacância de dois anos”⁷. Consciente das dificuldades que o aguardavam, começou desde logo por se aplicar na continuação das obras do edifício do Seminário.

Fazemos uma curta pausa na apresentação acerca desta figura, para traçar um pequeno paralelo desta figura com o nosso Bispo de Beja. Tal como Cenáculo, também este bispo do Porto que se formou em Coimbra, onde foi lente na Universidade, assumiu cargos relevantes, embora nos pareça que não teve tanta ligação ao poder quanto Cenáculo teve em pleno consulado pombalino. Ambos assumiram as suas dioceses e aí trataram de fazer face às dificuldades que os respetivos bispados lhes colocavam, demonstrando preocupações com o ensino e preparação dos respetivos clérigos.

¹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. 3 (Barcelos: Livraria Civilização), 582.

² Oliveira, *A Paixão da História...*, 20.

³ Inocêncio Francisco da Silva – *Dicionário Bibliographico Portuguez* [ed. *Fac-simile*] (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973), 403-404.

⁴ Oliveira, *A Paixão da História...*, 20.

⁵ Oliveira, *A Paixão da História...*, 27.

⁶ Silva, *Dicionário Bibliographico...*, 403-404.

⁷ Almeida, *História da Igreja em Portugal...*, 582.

Focalizando novamente a análise no Bispo do Porto, poderemos dizer que as vicissitudes do processo político português tiveram reflexo na sua atuação, algo que julgamos seria de esperar, mormente num período conturbado por conflitos vincados entre liberais e absolutistas. O Bispo portuense confrontava-se com uma premente falta de clérigos, sendo que a estrutura eclesial se encontrava em crise ao tempo da primeira experiência liberal¹. Não obstante esse reconhecimento, o prelado não se propõe a resolver o problema pela via quantitativa, defendendo que o caminho a seguir é o de ordenar apenas aqueles que demonstrem plenas e amplas qualidades para o serviço da Igreja².

Tal com outros bispos, também D. João de Magalhães e Avelar expediu algumas pastorais que permitem de certa forma examinar o governo da sua diocese, sendo que algumas delas espelham posições face às determinações políticas da altura³.

Em termos políticos parece ter abraçado a causa miguelista, convicto que a reposição das antigas instituições portuguesas era o caminho certo para o desenvolvimento harmonioso da sociedade portuguesa, aceitando, apesar disso, a Revolução de 1820 e a Constituição de 1822⁴. Quando D. Miguel é aclamado rei absoluto no Porto manifesta publicamente o seu apoio a Monarca Absoluto.

Em 30 de Abril de 1826 é nomeado Par do Reino e assiste, enquanto Bispo da cidade do Porto, ao desembarque das tropas liberais em 1832, retirando-se da cidade em 9 de Julho do mesmo ano, fazendo-se acompanhar pelo Provisor do Bispado e pelo seu Secretário. Perante o vazio de poder, D. Pedro nomeou outro governador do Bispado, Frei Manuel de Santa Inês, facto que iria gerar alguma polémica com a Santa Sé⁵.

Realizada uma apresentação, necessariamente curta, acerca do percurso formativo deste bispo, assim como dos cargos que desempenhou e posições que defendeu, passamos de seguida a centralizar a análise no aspeto que nos fez trazer à coação a vida deste prelado – a sua bibliofilia e biblioteca.

¹ Fernando de Sousa, «O clero da Diocese do Porto ao tempo das Cortes Constituintes», *Revista de História*, 2 (1979) 245-263, *apud* Oliveira, *A Paixão da História...*, 33.

² Oliveira, *A Paixão da História...*, 34.

³ Cf. Oliveira, *A Paixão da História...*, 39-50.

⁴ Oliveira, *A Paixão da História...*, 51. Veja-se também Coutinho, «D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto...»

⁵ Oliveira, *A Paixão da História...*, 60.

De acordo com um relato de Adrien Balbi¹, a biblioteca deste prelado continha cerca de trinta a trinta e dois mil volumes, não sendo pública, o Bispo franquava o seu uso a quem solicitasse autorização para a frequentar. É atribuído um valor incalculável ao seu património, que ultrapassa os cânones de uma biblioteca privada².

Os dados recolhidos pelo autor que trabalhou a vida deste prelado e apreciou esta biblioteca, apontam para a existência de trinta e seis mil volumes, que se encontravam divididos tematicamente nos seguintes itens: Literatura – seis a sete mil; Ciências Naturais e Artes – cinco a seis mil; Teologia e Jurisprudência – catorze a quinze mil.

Para além destas edições possuiria também cerca de trezentos manuscritos³, o que formava uma biblioteca particular notável, sobretudo se tivermos em conta que nesta altura o Porto ainda não possuía uma Biblioteca Pública.

A Biblioteca Pública do Porto iria ser criada por decreto de 9 de Julho de 1833⁴, já depois da morte do prelado. Em 1843, por carta de lei datada de 30 de Junho dispôs-se que o Governo estava autorizado a comprar, aos legítimos proprietários, a biblioteca que havia pertencido ao Bispo do Porto, para a incorporar nos bens nacionais e doá-la à Biblioteca do Porto. A compra teria o valor de vinte e quatro contos de réis, a pagar em quatro prestações⁵, o que em nosso entender releva a importância que era dada à biblioteca constituída pelo bispo.

A biblioteca seria a primeira prioridade deste prelado, logo depois dos afazeres decorrentes da sua atividade episcopal⁶. Passava muito do seu tempo livre na sua livraria, a qual se dedicou a formar e aumentar ao longo da vida, tarefa que viu facilitada pelo facto de possuir recursos financeiros relativamente avultados.

As diligências para a dotação da Biblioteca começaram em Coimbra, onde juntou cerca de trinta mil volumes. Aquando da sua eleição para Bispo do Porto esses volumes foram transportados consigo para a cidade. Aqui, a Biblioteca ocupou um espaço no Paço Episcopal, mas em salas separadas das que eram ocupadas pela da Mitra, de modo a não haver misturas entre as espécies das duas bibliotecas, tal como

¹ Adrien Balbi, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve* [ed. Fac-similada] (Paris: Chez Rey et Gravier Libraire, 1822), 87.

² Oliveira «D. João de Magalhães ...», 241-252.

³ Ribeiro, *Apontamentos Históricos ...*, 94, *apud* Oliveira «D. João de Magalhães ...», 241-252.

⁴ Ayres, «Arquivos e Bibliotecas Portuguesas...», 420.

⁵ Ayres, «Arquivos e Bibliotecas Portuguesas...», 423.

⁶ Ayres, «Arquivos e Bibliotecas Portuguesas...», 62.

consta de um Auto de Inventário e Separação da Livraria¹. Durante o tempo em que exerceu o governo da diocese do Porto, o bispo continuou a ampliar a sua biblioteca pessoal, aumentando-a em cerca de seis mil volumes².

D. João de Magalhães e Avelar elaborou pelo seu próprio punho um *índex* da sua biblioteca, onde colocava as indicações das espécies bibliográficas que possuía e ia adquirindo, nome do autor, livreiro a quem fora realizada a compra e custo, título, lugar e ano de impressão, com o respetivo formato e por vezes, a indicação do número de volumes que compunham a obra³.

Voltamos aqui a fazer uma ponte em relação ao que conhecemos acerca da biblioteca de Cenáculo. Sabemos que o prelado de Beja possuiu uma biblioteca notável, povoada de espécies raras e valiosas que foram, em muitos casos, alvo de rasgados elogios por parte de numerosas figuras que com ele se corresponderam, são disso exemplo entre várias outras, as cartas que trocou com António Ribeiro dos Santos. No entanto, não possuímos um catálogo detalhado da sua biblioteca, temos menções a livros, a compras, a doações realizadas, citações de obras, apreciações acerca da valia de muitas edições, mas não nos é possível reconstituir perfeitamente a sua biblioteca em termos quantitativos. Não há um índice da sua biblioteca particular, nem tampouco uma memória acerca de todas as bibliotecas para as quais contribuiu com explicitação completa dos fundos que englobados respetivos donativos. Além disso, em todos os documentos que conseguimos analisar, não vislumbramos uma vontade efetiva, por parte de Cenáculo, em separar quais eram os seus livros, e quais eram os livros do bispado ou arcebispado. Tentamos averiguar este assunto, procurando entender o porquê desta confusão entre o que lhe pertencia e o que era da instituição. Chegamos a aventar a hipótese de esta mistura ser, de alguma forma, explorada por Frei Manuel do Cenáculo, de modo a criar confusão entre o que lhe pertencia e o que era pertença da instituição à qual estava ligado, tentando construir a imagem de alguém que dispunha de todos os seus fundos em prol da comunidade onde estava inserido. Seria uma tentativa de construir uma feição pública, na mesma aceção que lhe deu por exemplo Peter Burke, quando analisando outro objeto, pensou

¹ O auto pode ser consultado em Oliveira, *A Paixão da História...*,63-64.

² Oliveira, *A Paixão da História...*,63-64.

³ Estes índices podem ser consultados na Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 374 a 379, apud Oliveira, *A Paixão da História...*,63-64.

a forma como Luís XIV se transformou num ícone pela forma com que conscientemente construiu uma imagem pública¹. Temos de reconhecer que não é possível, em face da documentação que possuímos, levar esta hipótese adiante. Se por um lado não nos parece de todo despropositado que Frei Manuel do Cenáculo desejasse construir essa imagem pública, não podemos em rigor, face aos dados disponíveis, interpretar que a inexistência dessa separação entre o que lhe pertencia e o que pertencia ao bispado, era algo consciente, destinada a mostrar que o bispo vivia para o seu povo, sendo que tudo o que tinha era para utilizar em prol do bem público. Até porque a confusão e a inexistência de um catálogo e de uma distinção bem vinculada, pode simplesmente dever-se a motivos muito mais prosaicos, como a grandeza da coleção e os inúmeros afazeres que não lhe terão permitido encontrar o tempo suficiente para formar catálogo, ou à falta de espaço para colocar toda a coleção que implicaria uma certa desorganização², à não existência de quaisquer livros pertencentes à diocese no Paço quando Cenáculo se instalou, entre diversas outras possibilidades.

Certo é que, independentemente das razões que o motivam, não existe essa separação e uma organização marcada de um catálogo, o que traz inúmeras dificuldades ao nosso trabalho de tentar perceber como foi a coleção deste bibliófilo. Daí o trazermos à coação exemplos de outros bibliófilos, tentando encontrar pontos de contacto entre diversas personalidades da época.

Voltando a focar a atenção no Bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar, já percebemos que este, tal como Cenáculo, dedicou muito do seu tempo à sua paixão de colecionar livros e constituir uma biblioteca, embora o cerne dessa instituição se diferencie. O Bispo do Porto trata de constituir uma forte biblioteca particular, que utiliza pessoalmente e que pode franquear, sob pedido, a algum público, ainda que não seja algo posto à disposição do “público em geral”. Cenáculo tem uma biblioteca elogiada, mas dedica muitos dos seus esforços a constituir bibliotecas que possam ser utilizadas pelos estudiosos que a estas queiram concorrer.

Para além do interesse em livros e da constituição de uma grande biblioteca, as atenções do bispo do Porto centraram-se também na numismática, tendo possuído de

¹ Peter Burke, *The fabrication of Louis XIV* (Yale: Yale University press, 1994).

² Algo de que o Bispo de Beja se queixa regularmente e que servirá até para sustentar uma tentativa de venda dos seus livros, mas sobre isso daremos nota em momento posterior.

uma importante coleção de moedas, que era “preciosa de moedas romana, portuguesas e estrangeiras de variadas nações e épocas, que fazia muito gosto em mostrar e explicar aos seus hóspedes e visitantes”. Com a saída da diocese, parte desta coleção perdeu-se, sendo a restante vendida pelos seus herdeiros¹.

É possível conhecer dados pormenorizados sobre a coleção existente na biblioteca deste bispo do Porto, tais como temáticas, datas de edição, línguas, locais de edição, formatos e preços. Esses dados encontram-se compilados na obra de José de Oliveira que temos vindo a citar, para a qual remetemos. Destacamos apenas a grande importância ocupada pelos livros de História nesta biblioteca, que apresenta uma pluralidade de temáticas, entre História Política, Social, Económica, Literatura de Viagens, Biografias, entre muitos outros temas, que poderão indiciar uma “preocupação em abarcar de um forma lata e global a realidade humana, nas suas diversas facetas, sob o ponto de vista histórico”².

A qualidade desta biblioteca não se centrou exclusivamente na enorme quantidade de volumes que lhe davam corpo, mas também na grande variedade de temáticas, autores e ideologias expostos nesses livros, numa procura de informação em campos distintos e multifacetados, considerando-se que esta era “tudo menos um lugar árido, esta biblioteca apresenta-se como um universo de potencialidades, de caminhos a desbravar e percorrer [...] ficando-nos a certeza de um espírito curioso [por parte do seu autor], arrumado, metódico e racional em busca de novos saberes, mesmos dispares dos ensinamentos clássicos e moralmente aceitáveis para um alto membro do clero. À cultura do poder alia-se, deste modo, a cultura do saber”³.

Com a devida vénia ao autor deste estudo, destacamos algumas das suas conclusões, de modo a trazer à coação a grande diversidade temática e universalidade presentes na coleção desta personalidade. A biblioteca que possuiu era extensa e rica, sobretudo se tivermos em conta que alguns livros se constituíam como um objeto caro, o que certamente colocaria restrições, ou melhor exigências financeiras a quem se dedicava a colecioná-los. Surge assim, mais uma possibilidade de apreciar a obra de Cenáculo face à deste bispo, ambos se preocuparam com os livros e partilharam a paixão pelas bibliotecas. Mostraram interesses comuns, nomeadamente na

¹ Oliveira, *A Paixão da História...*,74.

² Oliveira, *A Paixão da História...*,122.

³ Oliveira, *A Paixão da História...*,124.

universalidade presente nas temáticas das respetivas bibliotecas¹, e reconheceram a importância da formação do clero, tendo reunido uma grande quantidade de livros. Analogamente acreditaram nas virtuosidades do regime absolutista, se bem que em momentos históricos distintos. Evidenciam contudo, algumas singularidades em termos de trajetória seguida. Não se encontra, em Cenáculo, a mesma necessidade de diferenciar o que é seu e o que pertence à diocese. Não vislumbramos no bispo do Porto a determinação premente da utilidade dos livros, que deverão ser postos à disposição de um público alargado. Ainda que o prelado portuense admitisse franquear a sua biblioteca a pedido, esta era privada, enquanto a ideia de biblioteca que Cenáculo propaga ambiciona uma vocação de serviço público. Só assim esta adquiria sentido, pondo todas as suas potencialidades ao serviço da construção do saber, sendo por isso instrumento de melhoria social.

2.3.3. Frei Francisco de S. Luís Saraiva

Prosseguindo no nosso trabalho de apresentação de personalidades coevas de Cenáculo, que revelaram interesses no campo da bibliofilia, analisaremos outro prelado português com atividade em finais do século XVIII, Frei Francisco de S. Luís Saraiva, também conhecido como Cardeal Saraiva.

Francisco Justiniano, ou melhor Frei Francisco Saraiva, nasceu em Ponte de Lima em Janeiro de 1766 e viveu até Maio de 1845. Ingressou com catorze anos no Mosteiro Beneditino de Tibães em Braga, no início da década de 80 do século XVIII. Professou em 1782, vestindo o hábito beneditino com o nome de Frei Francisco de S. Luís².

Existem alguns estudos onde poderemos encontrar referências biográficas detalhadas acerca desta personalidade.³ Nestes trabalhos é possível conhecer com

¹ Relembramos que não possuímos o catálogo da biblioteca de Cenáculo, o que conseguimos saber acerca da sua coleção é obtido através dos catálogos de donativos, ou listas de compras, que parecem reproduzir esta universalidade.

² Cardoso, *Ler na livraria...*, 33.

³ Vejam-se a este propósito: Maria Teresa de Oliveira Ramos, «A biblioteca do Convento de S. Martinho de Tibães» (tese de mestrado, Évora, Universidade de Évora, 2007); Luís A. de Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva* (Porto: Instituto de Alta Cultura/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972); Luís A. de Oliveira Ramos, «Da aquisição de Livros Proibidos nos finais do século XVIII», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV-V (1973/1974) 329-338. Luís A. de Oliveira Ramos, «Para a História do Ensino em Portugal Frei Francisco de S. Luís Professor de Matemática», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I (1968), 325-342. Marquês de Resende, *Memória Histórica de Frei Francisco de São Luís* (Lisboa, Tipografia da Academia, 1864). Uma edição desta obra pertencente à

mais detalhe a vida e obra deste religioso, algo a que aludiremos aqui de forma breve, de forma a traçar um paralelo entre a atuação desta personalidade e D. Frei Manuel do Cenáculo.

Frei Francisco de S. Luís Saraiva começou por estudar Filosofia no Mosteiro de Santo André de Rendufe, no distrito de Braga, onde teve lições de História, Filosofia, Lógica, Metafísica, Crítica Hermenêutica e Filologia de acordo com os preceitos estabelecidos para a Moderna Filosofia, assentes na Reforma da Universidade promovida por Pombal. Em 1773 frequenta o colégio beneditino do Convento da Estrela em Lisboa, continuando os estudos de Filosofia. Nesse Claustro apercebe-se da necessidade de aprofundar a sua formação literária, dedicando-se aos estudos de princípios gerais da Literatura e da língua italiana e também francesa. É nesta altura que modela a sua personalidade religiosa, assistindo-se paralelamente ao “desabrochar das suas qualidades intelectuais e predileções culturais, enformadas pelo sistema pedagógico pombalino”¹.

Dois anos mais tarde, em 1785 encontramos-lo já em Coimbra, instalado no Colégio de São Bento, com o objetivo de estudar na Universidade, convivendo com lentes como Frei António de São José, Frei Joaquim de Santa Clara e Frei José Aquino. No início da sua carreira enquanto estudante Universitário, convive com as vicissitudes das reações às reformas Pombalinas da Universidade, já em pleno reinado de D. Maria I. Contudo, de acordo com o estudo que temos vindo a citar, não viu o seu *curriculum* afetado, “prossequindo a sua formação superior sob uma conjuntura marcada pelo renovar da fidelidade à Teologia Positiva, conforme o espírito reformista de 1772”².

Interrompemos a apresentação acerca do percurso formativo desta personalidade para trazermos à coação a comparação com o Bispo de Beja, reconhecendo que não obstante este ter sido contemporâneo do prelado é significativamente mais novo, de tal forma que no seu percurso formativo vai já “usufruir” as mudanças introduzidas na Universidade com o apoio de Frei Manuel do

Universidade de Toronto pode ser consultada online: <http://www.archive.org/details/memriahistri00slui>, 24 de Setembro de 2010. António Ferreira, *O cardeal Saraiva um Grande Limiano* (Porto: Domingos Barreira, 1984) José Mattoso, «D. Frei Francisco de S. Luís», em *Os grandes portugueses* dir. Hernani Cidade, vol.II (Lisboa: Arcádia, 1961),313-324. José Maria Latino Coelho, *Elogio Histórico de D. Frei Francisco de S. Luiz* (Lisboa: Tipografia da Academia, 1856)

¹ Cardoso, *Ler na livraria...*,34.

² Cardoso, *Ler na livraria...*,35.

Cenáculo¹. Seria então um beneficiário das melhorias introduzidas nos estudos, isto se tivermos em conta as intenções com que estas Reformas foram promovidas e encaradas na época.

Voltando ao percurso de Frei Francisco de São Luís Saraiva, depois de concluir com êxito o percurso académico, este religioso solicitou licença para ler e possuir livros proibidos, algo que lhe foi concedido por um período de dez anos. Isso ter-lhe-á permitido, segundo Barros Cardoso, o acesso a um conjunto de obras com grande importância para o seu processo formativo.

Na década de 90 é admitido como sócio da Academia Real das Ciências, recebendo a medalha de ouro depois de ter elaborado um estudo no domínio da Historiografia da Antiguidade e dos monumentos literários da França Setecentista, continuando a colaborar em trabalhos da Instituição, sendo que em 1799 é incluído na lista dos sábios que iriam elaborar o Dicionário da Academia².

Instala-se em Tibães (Braga), dedicando-se à organização da biblioteca do Mosteiro e ao ensino, ministrando as disciplinas de Gramática Latina e Retórica. A lecionação dessas disciplinas faz-se de acordo com o Plano de Estudos de 1789, que se constitui, de acordo com Oliveira Ramos³, como um dos testemunhos mais fidedignos da seriedade da atividade científica da ordem de S. Bento em Portugal⁴.

No que concerne à atividade de organização da biblioteca deste convento, sabe-se que o *“Index da Bibliotheca do Mosteiro de São Martinho de Tibães”*⁵ foi um trabalho de sua autoria. Através da sua elaboração, Frei Francisco de S. Luís procura organizar e dar a conhecer os conteúdos desta livraria⁶.

É possível encontrar um estudo pormenorizado sobre os livros que compõe o acervo desta biblioteca, partindo da análise deste documento, num estudo de Teresa

¹ A este propósito relembramos que Frei Manuel do Cenáculo foi um participante ativo das Juntas de Reforma da Universidade em tempo do Marquês de Pombal.

² Cardoso, *Ler na livraria...*,36.

³ Ramos, «Para a História do Ensino...»,325.

⁴ Uma análise mais detalhada acerca desse Plano encontra-se na obra supracitada.

⁵ A.D.B. - *Index da Bibliotheca do Mosteiro de São Martinho de Tibães*, *apud* Ramos, «A biblioteca do Convento de S. Martinho de Tibães...»,2007.

⁶ Para além da organização da biblioteca deste mosteiro (1789), nos anos que se seguiram, até 1804, visitou todas as livrarias da Ordem beneditina, procurando conhecer os respetivos conteúdos, contribuir para a sua preservação e enriquecimento, através da promoção do conveniente acondicionamento dos livros e de novas aquisições bibliográficas, deixando instruções para a melhor forma de tornar eficiente o seu manuseamento. Cf. Ramos, *O cardeal Saraiva...*, 313 *apud* Cardoso, *Ler na livraria...*,36.

Ramos¹. Nesse trabalho, a autora aponta para uma prevalência de edições recentes nos livros que compunham a Biblioteca de Tibães. Com efeito, do total de 3134 títulos identificados² cerca de 43% correspondem a edições do século XVIII, 36% a edições do século XVII, 20% a edições do século XVI e apenas 1% a edições do século XV³. No que respeita à nacionalidade de edição desses livros há uma prevalência dos livros de edição portuguesa, seguidos dos franceses, espanhóis e italianos, respetivamente. Ainda assim, foi possível encontrar livros de nacionalidade alemã, austríaca, belga, holandesa, inglesa, e suíça. Os principais centros editoriais a fornecer esta biblioteca foram Lisboa, com novecentos títulos, Paris com trezentos e cinquenta e três, Madrid com duzentos e trinta e dois, Lyon com duzentos e vinte e quatro, Veneza com duzentos e dezasseis, Coimbra com duzentos e um e Antuérpia com cento e trinta e três. No atinente às principais temáticas encontradas nesta livraria, destacam-se a Teologia com cerca de 44% do total de títulos, seguida da História com 21% e da Literatura, com 13%. Seguem-se a Jurisprudência com 11% dos títulos, as Ciências e Artes com 9% e finalmente, a Poligrafia, História Literária e Bibliografia com 2% do total de títulos. Dentro de cada categoria temática constata-se grande diversidade, sobretudo em classes como a Teologia, Literatura e Artes⁴.

Em 1804 é eleito abade do Colégio de São Bento de Coimbra, aceitando dirigir a corporação, dedica muita da sua ação a melhorar as suas instalações, incluindo a biblioteca e cartório. Em 1807 é distinguido com a eleição de Cronista-Mor e Primeiro Visitador da Ordem, sendo que isso lhe permite fixar residência no Convento do Carvoeiro onde vive até pelo menos 1813⁵.

É provido no cargo de opositor da Faculdade de Teologia⁶, mas não trocou a possibilidade de uma carreira universitária pela Ordem. Só mais tarde (1817), quando a entrada no corpo docente da Universidade deixou de colidir com a condição monástica, retoma o ministério do Colégio das Artes, sendo o responsável pela cadeira

¹ Ramos, *A biblioteca do Convento de S. Martinho de Tibães...*».

² A autora não conseguiu identificar aproximadamente 6,6% dos títulos.

³ Em números absolutos temos 1343 títulos do século XVIII, 1141 do século XVII, 628 do século XVI e 22 do século XV.

⁴ Para dados mais pormenorizados sobre os valores e subdivisões de cada classe vejam-se os dados na tese supracitada.

⁵ Cardoso, *Ler na livraria...*, 37.

⁶ Ferreira, *O cardeal Saraiva...*, 8.

de Filosofia Racional e Moral, equiparado a Lente de Teologia, onde se mantém até 1820¹.

Em termos políticos começa a dar sinais de uma atividade mais viva quando aceita integrar a Junta de Viana do Castelo, que se havia constituído após o levantamento da província do Minho contra a presença das tropas napoleónicas em Portugal. Uma memória pessoal, transcrita nos trabalhos do Marquês de Resende parece comprovar isso mesmo, mas nada melhor que divisarmos as suas palavras: “ Em 1808, levantando-se a província do Minho contra os francezes e achando-me eu em retiro na villa de Ponte de Lima, minha pátria, fui nomeado e chamado para a junta que se estabeleceu em Vianna do Minho, sem até hoje saber a quem fui devedor de tão perigosa honra”².

Em 1820 encontra-se de férias na sua terra natal quando estala o Pronunciamento militar que há-de conduzir à primeira experiência liberal em Portugal. É chamado a integrar a Junta do Porto, algo que não rejeita. Uma vez mais, temos um testemunho na primeira pessoa: “ Em 1820, estando em ferias na minha pátria e rompendo na cidade do Porto a revolução de 24 de Agosto, que logo se propagou por toda a província, fui nomeado e chamado para ser um dos membros do governo que n’aquella cidade se estabeleceu, como é sabido”³.

Integrará similarmemente a equipa governativa em Lisboa, tal como se pode inferir das suas próprias palavras: “ Fazendo-se geral a revolução e nomeando-se em Lisboa o governo supremo provisório em nome d’el Rei, fui eu nomeado para um dos seus membros. Este governo terminou as suas funções em 4 de Julho de 1821, dia em que El Rei desembarcou em Lisboa, vindo do Rio de Janeiro. Este dia foi um dos mais felizes da minha vida”⁴.

Após a abertura da Cortes Constituintes, é eleito para integrar a regência encarregue do Executivo até à chegada do Monarca, redigindo as bases para a

¹ Cardoso, *Ler na livraria...*,38.

² Resende, *Memória Histórica...*,9.

³ Resende, *Memória Histórica...*,10.

⁴ Indo de encontro ao defendido num estudo de Barros Cardoso, na sua actividade governativa em Lisboa merece especial destaque a redação do documento explicativo dos acontecimentos do Porto, que foi enviado ao Soberano português e ainda a redação do “*Manifesto da nação portuguesa aos soberanos e povos da Europa*”, com o objetivo de esclarecer a Europa acerca dos propósitos do Portugal novo, a estruturar politicamente sob a fórmula monárquico-representativa e a dotar com um texto constitucional a submeter à ratificação do Monarca. Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*,38-39.

Primeira Constituição. O texto seria votado pelas Cortes Gerais extraordinárias de 1821 e jurado por D. João VI em Setembro de 1822¹. É eleito Deputado e vê-se por isso obrigado a abandonar as suas funções pastorais para ocupar o lugar nas Cortes, mantendo a sua postura política de apelo à moderação, à tolerância e à conciliação, dividindo os seus esforços por diversas Comissões Parlamentares².

Com bem sabemos, este período da história política portuguesa é fértil em grandes alterações³, na sequência das quais a situação de Frei Francisco de S. Luís Saraiva face ao poder interpola entre os períodos em se encontra ligado à vida política ativa e períodos onde é afastado e exilado⁴.

Em 1834 assume o cargo de Guarda-mor da Torre do Tombo, tendo sido considerados para a atribuição da função os seus conhecimentos literários, experiência e virtudes cívicas. É incumbido de tarefas de vulto, tendo contribuído para enriquecer os fundos do Arquivo, promovendo ofertas particulares que ele próprio organizava, onde se incluíram manuscritos seus⁵.

D. Pedro chamou-o também a integrar o Conselho de Estado, é eleito novamente Deputado e após o falecimento de D. Pedro é convidado para integrar o governo de D. Maria II, ocupando-se da pasta do Reino. Durante o período em que exerce a função governativa toma medidas relativas à organização das Escolas, concede estatuto e novas instalações à Academia Real das Ciências e cria a Biblioteca do Arsenal da Marinha. Em 1835 retira-se do seu Gabinete, integrando depois a Comissão para o

¹ Cardoso, *Ler na livraria...*,38-40.

² Cardoso, *Ler na livraria...*,43. De acordo com a análise formulada por Barros Cardoso, com as diversas convulsões políticas sentidas após a Revolução de 1820, o primeiro regime constitucional “caí em desgraça”. Frei Francisco de S. Luís acaba também por ser envolvido nas lutas e por pagar o preço do seu apego à causa liberal, é acusado de mação, de conduta lesiva dos interesses da sua própria condição, mau administrador e avarento. Entre 1823 e 1825 é forçado a permanecer no Mosteiro da Batalha, privado de liberdade plena, numa condição de “desterrado político”. Durante esse período, escreve a “*Memória Histórica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória vulgarmente chamado da Batalha*”. Em 1825 é-lhe permitido o regresso a Ponte de Lima.

³ Cf. Vasco Pulido Valente, *Portugal Ensaios de História política* (Lisboa: Aletheia Editores, 2009),17.

⁴ Com a subida de D. Miguel sobe ao poder, as Cortes são dissolvidas e D. Frei Francisco de S. Luís cai novamente em desgraça, sendo desterrado para o mosteiro de Serra d’Ossa na condição de prisioneiro, onde vive marcado por um isolamento total, que foi atenuado pela permissão que obteve para receber alguns dos seus livros, bem como a possibilidade de ler na biblioteca conventual. Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*,44. Curiosamente esta biblioteca tinha recebido, anos antes, uma oferta de livros realizada por D. Frei Manuel do Cenáculo, assunto sobre o qual daremos nota em momento posterior deste trabalho.

⁵ Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*,43.

Melhoramento e Reforma Geral da Instrução Pública e a Comissão de Beneficência, presidindo, em 1836, à Câmara dos Pares¹.

Termina a sua carreira parlamentar em 1839 por motivos de doença. Um ano depois é indigitado pela Rainha para dirigir os destinos do Patriarcado de Lisboa, sucedendo a D. Patrício da Silva.

Na sua ação pastoral exorta os fiéis a serem leais à dinastia reinante e ao sistema político vigente, tratando também de resolver problemas das Dioceses Ultramarinas. É no cumprimento destas funções que desaparece, morrendo em Marvila, em Maio de 1845².

Sobre a sua biblioteca é possível encontrar uma análise detalhada na obra de Barros Cardoso que temos vindo a citar. Nesse trabalho faz-se um estudo aprofundado do “*Index da Livraria do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Francisco de São Luís, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Reitor da Universidade e seu reformador*”³, elaborado em 1823⁴. De acordo com essa análise, a leitura do catálogo da livraria desta personalidade permite constatar a presença de títulos marcantes da vida cultural portuguesa, enquadrando cronologicamente peças correspondentes a uma “livraria clássica” dos séculos XVI-XVII, a par de outras, de uma “livraria das luzes” dos séculos XVIII e de uma “livraria contemporânea” do século XIX⁵. Em termos concretos, Barros Cardoso aponta para a existência, nesta biblioteca, de 2045 títulos. É constituída, maioritariamente, por livros dos séculos XVIII e XIX, integra também impressos do século XVI e XVII da primeira edição, ainda que não tenha sido possível identificar as datas de todas as referências. A distribuição cronológica aponta para a existência de mais de oitocentos títulos do século XVIII. Seguem-se os títulos do século XIX, como mais de cinco centenas e o século XVII, com mais de duas centenas. Finalmente o século XVI conta com aproximadamente meia centena.⁶ No que respeita aos idiomas em que se encontram escritas estas obras, há um predomínio de obras em

¹ Cardoso, *Ler na livraria...*,43.

² Cardoso, *Ler na livraria...*,46.

³ O índice encontra-se publicado na íntegra em Cardoso, *Ler na livraria...*,335-394.

⁴ É um índice posterior ao da livraria do Mosteiro de Tibães, de que anteriormente demos nota, mas não se encontra organizado com tanto rigor metodológico quanto o do cenóbio bracarense. Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*,25-26.

⁵ Cardoso, *Ler na livraria...*,47.

⁶ Saliente-se que estamos a apresentar dados que foram trabalhados por Barros Cardoso na obra que temos vindo a citar. Os números apresentados não são exatos porque são retirados de um gráfico que não permite perceber o nº exato de títulos em cada século.

Português. Segue-se o Francês como a língua mais representada, seguido de um lote de livros em Latim. As edições em Espanhol e Italiano ocupam os lugares seguintes, mas muito distanciadas em número, As obras em Inglês (10) e Alemão (3) têm pouca expressão numérica. No atinente às nacionalidades da edição, o autor aponta para uma maioria de livros impressos em Portugal, seguidos dos livros vindos de França e Itália. Há também, em menor número, obras provenientes da Alemanha, Holanda, Suíça e Bélgica. Com reduzida expressão aparecem edições provenientes da América, Brasil, Grécia e Rússia¹. No que concerne à distribuição temática, há uma preferência por livros de História, com mais de seiscentos títulos. Segue-se a Literatura com mais de quatrocentos. A Teologia e as Ciências e Artes, respetivamente, surgem de seguida como áreas de preferência, com valores que não chegam às três centenas de títulos. A Poligrafia ocupa a posição seguinte, com mais de uma centena de títulos e a Jurisprudência surge em último lugar, ultrapassando também uma centena de títulos. Há contudo mais de uma centena de títulos que não foi possível identificar².

Salientamos, tal como fizemos para as personalidades a que nos referimos anteriormente, algumas das conclusões do estudo que se dedicou a examinar este catálogo em detalhe. Assim, a livraria de Frei Francisco é apresentada como um testemunho da forma como os espíritos mais atentos e cultivados da época buscavam um nova ordem económica, material e política, encontrando no livro um precioso veículo para essa transformação. O exame do catálogo demonstra que existiu uma preocupação em procurar edições de proveniência distintas, obtidas em centros editoriais europeus e nacionais, numa preocupação de atualização bibliográfica marcada³.

Embora não seja possível saber se Frei Francisco leu ou não, todos os livros da sua biblioteca, a verdade é que os testemunhos e citações que deixa nas suas obras completas⁴ parecem revelar que conheceu muitas delas, ficando a ideia de que Saraiva Saraiva não procurou constringir-se a uma ideologia, ou forma única de pensar as

¹ Cardoso, *Ler na livraria...*, 186.

² Cardoso, *Ler na livraria...*, 185-187.

³ Cardoso, *Ler na livraria...*, 275-276.

⁴ Frei Francisco de S. Luís Saraiva, *Obras completas* (Lisboa: Impressão Nacional, 1877)

várias realidades que despertaram o seu interesse, tendo sido um homem de cultura eclética¹.

Quando estudou as temáticas presentes no catálogo da livraria, Barros Cardoso constatou que esta livraria reflete as preocupações de um erudito que não concentrou a sua meditação apenas num aspeto do conhecimento, estando a livraria que reuniu em consonância com as muitas facetas do seu interesse cultural. Apresenta uma predominância da História, logo seguida da Literatura, mas manifestou interesses muito diversificados, como a Medicina, o Pensamento Económico, entre muitas outras². Os autores são, naturalmente, também muito variados, mas a título de curiosidade apontamos para a existência, na livraria desta personalidade de catorze pastorais de Frei Manuel do Cenáculo, o que parece evidenciar uma certa aceitação por parte do Cardeal Saraiva, à obra de Cenáculo³.

A livraria e a valia das obras que a compõem parecem ter sido um forte contributo na formação erudita do prelado, do político, do filólogo do jurisconsulto e do historiador que foi o Cardeal Saraiva⁴.

Lançando a ponte com aquilo que conhecemos acerca do gosto pelos livros evidenciado por Frei Manuel do Cenáculo, parece legítimo pensar que ambas as personalidades parecem ter partilhado a visão do livro enquanto instrumento de mudança social, embora os resultados que pretendessem para essa mudança sejam claramente distintos.

Tanto Frei Manuel do Cenáculo, como Frei Francisco de São Luís Saraiva desempenharam, no seu tempo, cargos públicos de extremo relevo. Apesar de terem cruzado a sua existência pertencem a gerações distintas, sendo que quase poderemos afirmar que a formação intelectual do futuro Cardeal Saraiva é já resultado das reformas do ensino que Cenáculo ajudou a empreender.

Em termos políticos diferenciam-se bastante, enquanto Frei Manuel do Cenáculo conviveu e entendeu a sociedade debaixo de um Regime Absoluto, o Cardeal Saraiva mostra já afinidades com o processo liberal e as mudanças daí decorrentes, sendo que o acesso aos cargos públicos que ocupou se faz por via do seu Liberalismo. As

¹ Cardoso, *Ler na livraria...*,43. A propósito do ecletismo do cardeal Saraiva ver também Mattoso, «D. Frei Francisco de S. Luís...», 318.

² Cardoso, *Ler na livraria...*,277-281.

³ Machado, *Rousseau em Portugal ...*,196.

⁴ Cardoso, *Ler na livraria...*,282.

mudanças políticas que os dois ambicionam para a sociedade são assim muito diferentes, o que se poderá também dever um pouco à diferença geracional que têm.

Não obstante essa diferença, ambos partilharam a mesma preocupação com a instrução, dedicando-se, cada um no seu tempo, a trabalhar em prol das melhorias nos estudos, a apoiar instituições culturais relevantes e mesmo à criação bibliotecas, ainda que em escalas distintas.

Embora não seja possível, para o caso de Frei Manuel do Cenáculo conhecer o catálogo da sua biblioteca pessoal, e por essa via conhecer todos os livros que possuiu, é possível fazer uma aproximação aos seus gostos através dos catálogos de livros que doou, as citações nas suas próprias obras e anotações do diário. Esses dados serão apresentados com mais detalhe em momento posterior deste trabalho, contudo parece sobressair a mesma vontade de diversidade de interesses intelectuais e culturais, de temáticas e cuidado na obtenção de edições.

Há por isso similitudes entre os dois bibliófilos, quer nos gostos e na forma com reuniram livros, quer no modo como parecem ter partilhado a mesma “crença” nas virtuosidades da instrução para o progresso social, diferenciando-se já claramente nos resultados que ambicionam para esse progresso.

Não deixa de ser singular pensar a hipótese de terem sido também as mudanças que Frei Manuel do Cenáculo preconizou e ajudou a empreender, o progresso social por elas obtido, que possibilitou o aparecimento de personalidades com o perfil de Frei Luís, conduzindo por essa via a transformações políticas que na altura em que as primeiras foram pensadas não eram ambicionadas. É, quanto a nós, mais um exemplo de como as mudanças sociais podem assumir direções muito distintas e de como os ecos de determinadas ações se refletem de forma diferenciada e se sentem, por vezes, muito para lá dos períodos cronológicos que temos em análise.

2.3.4. D. Joaquim Xavier Botelho de Lima

Quando pensámos apresentar alguns exemplos de outros bibliófilos que pudéssemos de alguma forma comparar com Cenáculo, hesitamos um pouco na inclusão desta personalidade, uma vez que não conseguimos reunir informações suficientes que nos permitam aferir dados concretos acerca da sua bibliofilia. Contudo,

durante a pesquisa documental, levada a cabo na Biblioteca Pública de Évora, foi possível encontrar um catálogo manuscrito que inclui alguns títulos de livros que teriam pertencido a este prelado, que se constituíram como um dos fundos que formaram o núcleo inicial da Biblioteca Pública de Évora, em inícios da centúria de Oitocentos.

Tendo isso em consideração, decidimos incluir uma abordagem acerca desta personalidade. Sustentamos essa opção na existência desse catálogo de livros, apoiados na ideia que existiria, por parte de D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, algum interesse em livros que o levaram a reunir tal acervo e a desenvolver esforços para criar a biblioteca. Admitimos que não poderemos, partindo apenas desses dados, aferir das reais motivações que o levaram a juntar essa coleção. Se foi um verdadeiro “apaixonado” por livros, se apreciou essencialmente o seu valor enquanto instrumento de saber, ou se os encarou como meros objetos com algum valor económico, são questões para as quais declaramos desde já a nossa incapacidade para dar uma resposta efetiva. Essencialmente por falta de mais fontes e estudos que nos permitam avançar muito neste domínio, não tendo sido possível encontrar testemunhos que nos mostrem, de forma concreta, qual a relação com os livros manifestada por D. Xavier Botelho de Lima. Ainda assim, e tendo em conta que esta personalidade foi o antecessor de Cenáculo no arcebispado de Évora, possuindo uma coleção de livros que haveria de se juntar ao espólio da Biblioteca Pública dessa cidade, acabámos por considerar pertinente integrar uma análise acerca desta personalidade, apresentando os dados que conseguimos recolher acerca da sua coleção.

Francisco Xavier Botelho de Lima é uma personalidade sobre quem não se encontram muitos estudos, verificando-se que as menções a esta figura relevam fundamentalmente a sua condição de antecessor de Cenáculo, balizando a sua atividade enquanto Arcebispo de Évora.

De acordo com informações recolhidas por outros autores, Francisco Xavier Botelho de Lima terá nascido em 1717, filho de Tomás José Botelho de Távora, terceiro Conde de S. Miguel e Juliana Xavier de Lencastre, filha dos terceiros Condes de Unhão. Terá entrado para a Congregação da Divina Providência, recebendo ordem de Diácono em 1742 e de presbítero em 1762. Formando-se em Cânones, foi em 1743 nomeado

para professor e instrutor dos sacerdotes que se preparavam para os exames de confessor¹.

Em 1783 foi escolhido pela rainha D. Maria I para o arcebispado de Évora². Foi sagrado Arcebispo em 16 de Março de 1784, mas nada melhor do que divisar o próprio registo: “ Lisboa 16 de Março: A 14 deste mez se effectuou na Real Capella da benposta, com assistência de Suas Magestades e A.A., e hum luzido concurso, a Sagração do Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo d’Evora D. Joaquim Xavier Botelho de Lima. O Prelado Sagrante foi o Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo da Lacedemonia, e os Assistentes os Excelentísimos e Reverendíssimos Bispos do Maranhão, do Cuyabá e Mato-Grosso”³.

Terá desempenhado as suas funções de arcebispo de Évora com zelo, o que lhe terá permitido receber dois louvores da Rainha D. Maria I, tomando medidas no âmbito da administração eclesiástica, publicando pastorais que incidiam sobre um dos Sacramentos da Igreja, e reformando os serviços do Tribunal da Relação.

Efetuoou também diligências no que ao Ensino dizia respeito, fundando a cadeira de Teologia Moral no Seminário da Congregação da Missão (Lazaristas) em Évora, onde estudavam também os seminaristas diocesanos. Além disso, terá também promovido medidas de carácter disciplinar, tentando combater os abusos existentes nalgumas nomeações⁴.

Dedicou-se similarmente a promover obras na catedral de Évora, as quais terão custado dezassete mil cruzados. As obras incluíram uma tribuna e um guarda-vento de porta principal. Ofereceu três lâmpadas de prata bastante valiosas, tendo enriquecido a Sé com ricos paramentos⁵. Faleceu em 10 de Abril de 1800, sendo sucedido no cargo por Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas.

No que respeita ao catálogo contendo os seus livros que foram incluídos no núcleo inicial que formou a biblioteca de Évora, este encontra-se atualmente custodiado pela referida biblioteca. Intitula-se “ *Cattalogo em forma de Inventario dos Livros que o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Joaquim X Botelho de Lima Arcebispo Metropolitano de Evora deo na Instituição da Biblioteca Publica que*

¹ Jerónimo de Alcântara Guerreiro, *Galeria dos Prelados de Évora* (Évora: Gráfica Evorense, 1971),80

² Guerreiro, *Galeria dos...*,81.

³ Manuel Lopes de Almeida, *Notícias Históricas de Portugal e do Brasil (1751-1800)* (Coimbra: Coimbra Editora, 1964), 146.

⁴ Guerreiro, *Galeria dos...*,82

⁵ Guerreiro, *Galeria dos...*,83

começou a formar no anno de 1796 com Bulla Pontificia de 30 de Agosto e Beneplicito Regio de 27 de Outubro do mesmo ano”¹.

É composto por 2314 volumes, num total de 688 títulos. Destes, 28 correspondem a volumes manuscritos, de acordo com a informação registada no próprio documento². O catálogo apenas identifica os livros pelo título, na maioria dos casos sem qualquer informação acerca de autores, datas ou dados sobre a edição como formato, encadernação, local de edição, ou qualquer outro esclarecimento que nos auxiliasse a fazer a identificação concreta da obra.

Em termos das temáticas, fizemos uma análise a partir dos títulos ostentados na descrição, no entanto, apenas conseguimos identificar, partindo apenas desse título, a temática de aproximadamente metade das obras catalogadas³. Em face da dificuldade de identificação das temáticas partindo apenas dos títulos, optámos por criar categorias globais, que nos permitissem estabelecer um quadro geral acerca das preferências temáticas encontradas neste catálogo. Assim, na categoria “Artes” incluímos obras que se identificavam enquanto tal e ainda trabalhos sobre Arquitetura, Tipografia, Música, Pintura e descrições de Artes e Ofícios. Apenas encontramos, para este catálogo, uma obra que, com base no título, conseguimos identificar como de “Ciência”⁴.

Na categoria “Ciências Civas e Política” introduzimos obras que tratam assuntos ligados à fiscalidade, a regimes alfandegários, a temas económicos, diplomática, assistência pública e fenómenos ligados ao exercício do poder público. A categoria “Direito” engloba obras jurídicas, ordenações e regulamentos jurídicos, bem como tratados de aplicação de direito e reflexão em torno do tema. As obras que categorizamos como de “Filologia e Línguas” incluem léxicos, gramáticas e dicionários, concordâncias e tratados de ensino de línguas distintas. Na categoria “Filosofia” incluímos as obras que no título se identificavam enquanto tal, escritos de reflexão em torno do conhecimento, assim como as obras de alguns filósofos que eram identificados no título. A categoria “Geografia” abarca as obras identificadas no título

¹ B.P.E. Códice CX/2-18.

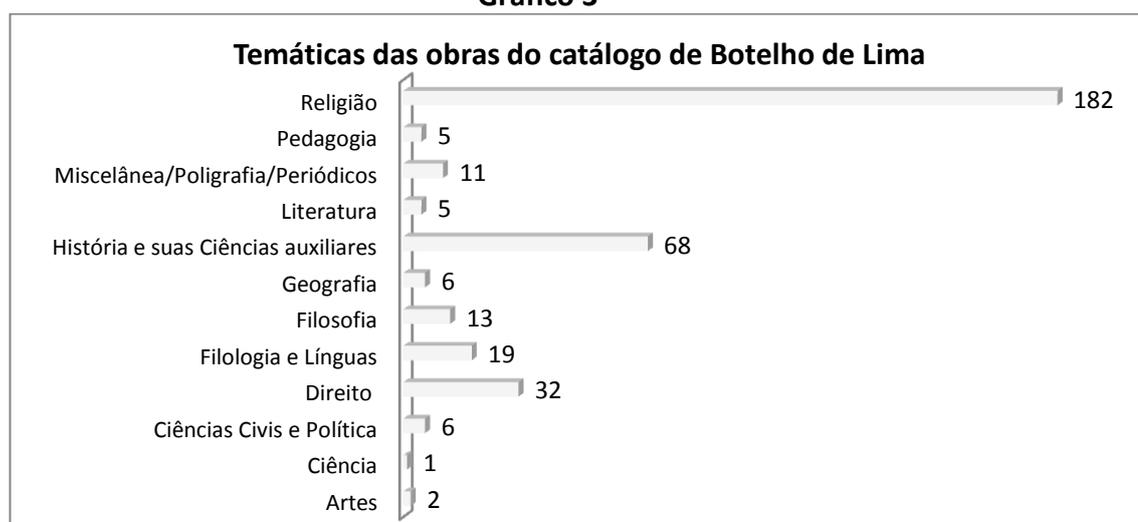
² B.P.E. Códice CX/2-18, f.58.

³ O valor é de 50,88%, arredondado às duas casas decimais. Isto é, apenas identificámos a temática de 350 do total de títulos indicados.

⁴ Como veremos adiante, aquando da análise de outras listas de livros, incluímos nesta categoria obras ligadas à Medicina e actividades médicas, Matemática, Astronomia, Física, Química ou outras obras identificadas no próprio título com a temática.

enquanto tal e ainda atlas, descrições corográficas, cartas geográficas e mapas. Na categoria “História e suas Ciências auxiliares” foram incluídas as obras contendo as histórias de países, regiões, instituições ou personalidades diversas e de interpretação de inscrições e achados “arqueológicos”. Como “Literatura” catalogamos as obras identificadas no título enquanto tal, bem como obras de poética, teatro, ou antologias literárias de alguns autores. Na “Miscelânea/Poligrafia/Periódicos” abarcamos um conjunto de obras diversas, que eram identificadas no título enquanto tal e ainda gazetas e periódicos, calendários, manuais de cavalaria, índice de livros proibidos e relações descritivas de bens. Na categoria “Pedagogia” incluímos as obras contendo conselhos práticos para estudantes diversos, assim como obras com preocupações com os métodos a utilizar no ensino. Na categoria “Religião e Apologética” abarcamos Bíblias, obras sobre a Vida de Cristo e da Virgem Maria e Vidas de Santos. Englobam também a mesma categoria as Constituições Arcebispaís, obras sobre Regras e Vida Monástica, propostas de interpretação de textos bíblicos, escritos sobre figuras da vida da Igreja e questões sobre a sua organização e fundamentação. Analogamente encontram-se Catecismos, Missais, Breviários, Pontificais, Estampas Sagradas, Polêmicas e Questões Religiosas, Sermões de várias figuras da Igreja, entre outros escritos que associamos, pelo título, à temática religiosa e eclesiástica. No gráfico seguinte procuramos demonstrar a representatividade de cada temática no conjunto do catálogo.

Gráfico 3



Fonte: B.P.E. Códice CX/2-18.

Da análise do gráfico sobressai o predomínio de obras ligadas à temática da religião que representam mais de metade do total¹. Tendo em conta que se trata de um catálogo de livros associados a uma figura da Igreja, não consideramos esta preferência muito surpreendente. Note-se porém que estes dados estabelecem acima de tudo tendências que foi possível encontrar, uma vez que, como sabemos, não foi possível fazer a identificação das temáticas de todos os títulos, algo que poderia introduzir alterações nos dados aqui apresentados².

Para além destas obras associadas à Religião, existe, como se infere a partir do gráfico, um conjunto de livros com temáticas muito diversas. Assim, o catálogo divide-se por assuntos e registos de escrita muito diferentes. Desde obras de carácter mais prático, tal como o título: *“Nova escola para aprender a ler – Andrade”*, ou a *“Nova arte de escrever – Araújo”*, passando por calendários, como o título *“Calendário dos dias feriados”*, até descrições de artes e ofícios, tal com a obra *“Descripcion des artes et metiers”*. É possível encontrar também obras de História, de interpretação de medalhas e inscrições, Vidas de Nobres, entre vários exemplos. Há Catálogos, Dicionários, Descrições Corográficas do país e também várias Gramáticas. Encontram-se obras de Filosofia de vários tipos, com trabalhos de autores como Descartes *“Viagem do Mundo”* e Dicionários Filosóficos. Acham-se similarmente escritos sobre aquilo a que poderíamos chamar, com algum anacronismo, de *“Ciência Política”*, tais como a obra de Maquiavel³. Os folhetos de notícias não são esquecidos, encontrando-se títulos como por exemplo *“Notizie per l’ano 1795”*, ou *“Noticias de Portugal”*, ou o *“Mercúrio Britânico”*. Analogamente encontram-se obras de Poética e Exercícios de Línguas. As Obras Jurídicas estão presentes, sendo possível encontrar Ordenanças, Leis e Regulamentos diversos, como por exemplo, os *“Pandectos Justinianos”*, ou as *“Ordenações Manuelinas”* e reflexões sobre direito de vários tipos. Há, tal como acima afirmámos grande diversidade, encontrando-se até obras sobre questões financeiras como os títulos *“Responsabilidade Fiscal”*, ou a *“De Credito”*.

¹ Com efeito 182 obras estão ligadas à religião, estando as restantes 168 distribuídas por várias temáticas.

² Cumpre salientar que esta categorização de obras não corresponde a qualquer divisão da época presente no catálogo, mas a uma classificação por nós elaborada, tomando como referencial o título indicado.

³ Esta surge apenas identificada pelo nome do autor, e não pelo título, mas julgamos dever tratar-se de uma edição de *“O Príncipe”* de Maquiavel.

Não é possível referir, um a um, todos os títulos encontrados e muito menos reconhecer quais os autores de muitas das obras referidas, mas é possível encontrar obras de diversas proveniências geográficas¹. Podemos apontar, por exemplo, obras de autores nacionais, como a “*Biblioteca Lusitana*” de Diogo Barbosa de Machado, ou obras de origem estrangeira como o título “*Histoire Universele de la Societ., de Londres*”, em francês, ou a “*Paleographia Spangnola*”.

No que respeita às línguas, o facto de o catálogo não ser pródigo em informações concretas dificultou a identificação de quais as línguas privilegiadas na coleção. Contudo, tendo por base a identificação das línguas em que o título é descrito no documento, foi possível detetar as línguas de edição. Note-se porém que esta identificação foi feita apenas a partir do título, não é possível garantir que alguns dos títulos não se apresentem traduzidos, pelo que uma vez mais, os números que aqui apresentados devem ser encarados, acima de tudo, como tendências que foi possível encontrar e não como um retrato absoluto dessas obras.

Tabela 6. Línguas de composição das obras do catálogo Botelho de Lima

Língua	
Bilingue	2
Espanhol	12
Francês	47
Grego	2
Inglês	1
Italiano	7
Latim	382
Português	235
Total	688

Fonte: B.P.E. Códice CX/2-18.

Releve-se a importância das obras em Latim e Português, claramente maioritárias². Contudo, a diversidade também está presente em termos de línguas, sendo possível encontrar obras em Francês, Espanhol e Italiano, sendo que a presença de outras línguas, como o Grego e Inglês, praticamente residual. Note-se ainda que as duas obras bilingues correspondem a uma obra, identificada no próprio título, como

¹ A este propósito relembramos que o catálogo, em muitos casos, não possui uma identificação concreta do autor da obra, sendo que o próprio título é apresentado de forma abreviada o que acaba por ser um obstáculo a uma identificação total da obra.

² Com efeito, as obras em Latim representam aproximadamente 56% do total, os escritos em português 34%. O francês corresponde a 7%, ocupando todas as restantes 3 %do total.

de Árabe-Latim e outra, reconhecida nas mesmas condições, como de Português-Latim.

No que diz respeito à maior ou menor modernidade das obras contidas neste acervo não nos podemos pronunciar assertivamente. Com efeito, neste catálogo apenas se indica a data de dez dos títulos, um valor que não permitir extrair qualquer conclusão segura. As obras com indicação da data distribuem-se pelo século XVI (5 títulos), século XVII (2 títulos) e século XVIII (3 títulos).

Globalmente, a observação integral deste catálogo, assim como dos dados que atrás apresentamos acerca das temáticas e línguas privilegiadas, faz sobressair um claro predomínio de escritos ligados à Religião e compostos em Latim. A contribuir para essa centralidade da temática religiosa não estarão alheios, em nosso entender, os ofícios do arcebispo. Ainda assim, parece emergir similarmente uma certa diversidade de temáticas, assuntos interesses e até línguas de composição destas obras. Essa heterogeneidade parece também refletir-se em termos de usos expectáveis para tais títulos, há obras de natureza mais prática, que parecem destinar-se a um uso mais quotidiano, de esclarecimento de dúvidas e auxílio nas tarefas de eventuais utilizadores, existindo similarmente outras, cujo título parece apontar para uma natureza reflexiva, destinadas a pensar e cogitar sobre algumas questões relevantes da época.

Se atendermos ao título deste catálogo, que identifica estas obras como aquelas com que o Arcebispo pretendia começar a formar uma Biblioteca Pública, parece-nos que este prelado revelou também alguma preocupação em criar uma instituição que pudesse satisfazer públicos e usos diferentes, dotando-a de obras com alguma diversidade.

Este é um catálogo de 1796, quatro anos depois o arcebispo morre, será Cenáculo quem colocará em pé o projeto de criação de uma Biblioteca Pública em Évora, mas sobre este assunto apresentaremos alguns dados em capítulo posterior deste trabalho. Para já pareceu-nos relevante apontar outros exemplos, até próximos de Cenáculo, se considerarmos que é o seu antecessor na arquidiocese, de figuras que parecem ter apresentado algum interesse em livros e até, pelo que emerge do título do catálogo, que ambicionaram criar uma biblioteca.

2.3.5. Francisco Pérez Bayer

Uma das figuras com quem Frei Manuel do Cenáculo se correspondeu, que também o visitou no Alentejo, foi Francisco Pérez Bayer. A leitura das cartas trocadas entre ambos, os apontamentos feitos no Diário de bispo de Beja acerca da sua atuação, evidencia que estamos na presença de um erudito espanhol, com grandes interesses no estudo das Antiguidades. Conversou sobre isso com o Bispo de Beja nas suas missivas, tendo até aproveitado a sua viagem a Portugal para recolher inscrições e dados diversos que lhe permitissem complementar os seus estudos.

Como é referido num estudo sobre bibliotecas valencianas, a cidade Valência oferecia, desde finais do século XVII um panorama cultural muito rico e bastante conhecido, oferecendo excelentes possibilidades arquivistas para empreender estudos acerca das bibliotecas¹. Pérez Bayer está ligado a esta comunidade, aqui encontra influência e desenvolve muitos dos seus trabalhos, embora tenha sido um viajante, que desempenhou tarefas e empreendeu trabalhos em locais distintos de Espanha e não só².

Francisco Pérez Bayer nasceu em Valência, em 11 de Novembro de 1711, filho de Pedro Perez e de Josefa Maria Bayer, que era natural de *Castellon de la Plana*. Nessa localidade iniciou a sua formação académica, estudando Humanidades com o Mestre de Gramática e Doutor em Leis D. Felipe de Catalá, começando aí a familiarizar-se com autores latinos³.

¹ Lamarca Langa, *La cultura del libro...*,14.

² Não obstante esse reconhecimento por uma figura da ilustração espanhola, tivemos grande dificuldade em encontrar estudos completos que se dediquem a analisar a sua actuação. As pesquisas conduziram-nos a dois documentos, um do século XVIII, outro do século XIX, onde se faz o elogio da sua actuação, e se agradece o que ele terá feito pela cidade. Uma das obras é um elogio histórico, intitulado "*Elogio Histórico y Bibliográfico del Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y câmara de castilla, caballero pensionado de la Real y distinguida orden de Carlos III, preceptor de los serenissimos señores infantes, arcediago mayor y canónigo de valência y bibliotecário de su magestad*". A outra intitula-se "*Memoria que dedica la muy noble y leal ciudad de Valencia a su Patricio y Bienhechor El Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y câmara de castilla [...] por la donacion de su libreria*". Embora reconheçamos que as duas obras têm, essencialmente, um carácter encomiasta, onde se tenta louvar e engrandecer as virtudes desta personalidade, é possível através destas encontrar alguns dados sobre cargos e acções empreendidas por este ilustrado espanhol.

³ Don Justo Pastor Fuster, *Elogio Histórico y Bibliográfico del Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y câmara de castilla, caballero pensionado de la Real y distinguida orden de Carlos III, preceptos de los serenissimos señores infantes, arcediago mayor y canónigo de valência y bibliotecário de su magestad* (Valencia: Don Idelfonso Mompié,1829)⁴

Com catorze anos, inicia os estudos de Filosofia na Universidade de Valência, defendendo, em 1727, as *Conclusões de Filosofia Natural*, continuando a estudar a Teologia Escolástica e Moral. Concorre à Academia da Real Congregação de S. Filipe Neri, conseguindo receber as Ordens, a título de um benefício eclesiástico¹.

Interessa-se pela Jurisprudência e muda-se para Salamanca, onde cursa na Faculdade de Leis, mantendo-se aí durante seis anos, graduando-se Bacharel em Artes e Direito Civil. É admitido numa Academia Jurista intitulada “*De los Angeles*”, no Colégio de S. Jerónimo da Universidade dessa cidade².

É autor de algumas *Orações* que lhe teriam granjeado admiração e prestígio, o que motivou o Arcebispo de Valência a atribuir-lhe o cuidado da sua Secretaria de Cartas e a Visita da sua diocese³.

Apesar das posições que ocupou, revelou grande interesse pelo estudo das Antiguidades, deslocando-se com frequência a diversos locais de modo a estudar, registar e interpretar inscrições e achados⁴.

Quando a Cátedra de Língua Hebraica da Universidade de Salamanca vaga, assume o lugar, estabelecendo-se naquela cidade. A fama e crédito que obtém devido à perícia que lhe é reconhecida em Línguas Orientais, Paleografia e Numismática chegaram ao Monarca, que o encarregou da tarefa de examinar os arquivos e livraria de manuscritos da Igreja de Toledo, ocupando-se neste trabalho até 1755⁵.

A confirmação da diligência e exatidão dos seus trabalhos, faz com que o Rei lhe dê a incumbência de ir a Itália, para recolher e examinar códices, moedas, inscrições e outras preciosidades antigas, algo que faz observando edifícios, visitando a Biblioteca do Vaticano e contactando com outros eruditos, sendo posteriormente incumbido de estudar o acervo do colégio espanhol de S. Clemente de Bolonha⁶.

Regressa a Espanha, onde vê ser-lhe reconhecido o prestígio das atividades que empreendeu, sendo nomeado Cónego e Dignidade de Toledo.

D. Carlos III, reconhecendo-lhe talentos e virtudes, incumbe-o de reconhecer os Manuscritos Latinos, Gregos e Hebreus da Biblioteca do Mosteiro Real do Escorial,

¹ Fuster, *Elogio Histórico...*, 5.

² Fuster, *Elogio Histórico...*, 6.

³ Fuster, *Elogio Histórico...*, 7.

⁴ Na obra supracitada é possível encontrar alguns exemplos desses achados e trabalho realizado, como por exemplo a descrição que se acha na página 7.

⁵ Fuster, *Elogio Histórico...*, 8.

⁶ Fuster, *Elogio Histórico...*, 9.

formando um catálogo desses fundos, trabalho que terá concluído em três anos¹. O mesmo D. Carlos III outorga-lhe a função de Preceptor dos Infantes Reais, sendo que é atribuída ao infante D. Gabriel, por si educado, uma das melhores traduções feitas à época da obra *Salustio*².

Em 1775 é nomeado Arcediago Maior da Catedral de Valência, recebendo mais tarde um canonicato da mesma Igreja. É condecorado com as honras de Ministro do Conselho e Câmara daquela cidade e posteriormente com a Cruz da Real Ordem de Carlos III, obtendo dispensa de residência local por ser necessário na Corte³.

Dedicava o tempo que lhe sobrava das obrigações decorrentes dos cargos que ocupava na busca de moedas antigas, fossem estas espanholas, romanas, ou de letras desconhecidas, passando pelas godas, gregas, árabes, fenícias e samaritanas e a copiar inscrições e outros monumentos da antiguidade, ilustrando-os com os seus escritos⁴.

Em 1782 empreende uma viagem desde Valência até Andaluzia e Portugal, disso encontramos testemunhos quer nas cartas que atrás já referimos, quer no Diário de Frei Manuel do Cenáculo, mas nada melhor do que vemos o que o Bispo português escreve sobre esta visita, no dia 3 de Novembro de 1782:

“No Domingo três rezei Missa [...] de tarde viemos a casa, onde me estava esperando há três dias o célebre Francisco Peres Bayer, Mestre dos Infantes de Espanha: he tal sogeito qual se vê nos seus escritos [?] da sua fama: lê bem todo o antigo: sabe Hebreo, Grego, Árabe: digníssimo Humanista [?]. Não quis hospedar-se em minha Caza, porém ali mandei todos os dias um pretinho; e elle vinha à noite: conversamos infinitamente: e nem começamos a fallar: he muito homogéneo comigo: vio, e quis admirar e celebrar estas minhas colecções de Bíblias: me prometeo mandar hum Retracto do Apocalypse de Santo Aprigio [?] e empenharse com o Conde de Flora Branca para vir-me huma copia inteira. Prometteu-me mandar huma copia da Ordem de Resende contra os franceses no tempo das guerras de Francisco 1º e huma copia dos que da Conceição da Sr.ª [?] Compostelhana: copiou muitas lapides das que tenho: deilhe huma moeda que parece fenicia das que elle quer para fim desta sua jornada.”⁵

¹ Fuster, *Elogio Histórico...*, 11.

² Fuster, *Elogio Histórico...*, 11-12.

³ Fuster, *Elogio Histórico...*, 12.

⁴ Fuster, *Elogio Histórico...*, 13.

⁵ B.P.E. Códice CXXIX/1-18.

Esta anotação de Frei Manuel do Cenáculo atesta o prestígio alcançado por Bayer, cuja erudição nas áreas onde trabalhou era reconhecida. Verifica-se que o bispo de Beja o vê como alguém com quem tem muitas semelhanças, sendo que, a avaliar pelo testemunho do diário, conversaram bastante sobre os interesses que possuíam, aquando da sua passagem por Portugal.

Regressado a Espanha recebe nova honra, sendo nomeado Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca de D. Carlos III¹.

Alcança divulgação europeia através dos seus trabalhos, sendo nomeado sócio da Real Academia das Artes de S. Petersburgo e da Real Academia de Ciências de *Gotinga*².

Reuniu uma grande coleção de livros e documentos, os quais decidiu doar para acorrer à inexistência de uma Biblioteca em Valência, algo que faz no dia 27 de Julho de 1785³.

De acordo com o mencionado num estudo de Maria Marsá Vila, este “bibliotecário, arqueólogo e estudioso do Hebraico” formou uma excelente biblioteca, constituída por cerca de vinte mil volumes, com obras de conteúdos muito variados, desde o Religioso, com uma grande coleção de Bíblias, à Literatura, passando pela História, Ciências, entre diversos outros temas. A doação que fez em vida à cidade de Valência terá contribuído para formar o núcleo inicial da biblioteca da Universidade, mas boa parte do fundo ter-se-á perdido durante um incêndio⁴.

Desta doação resultará uma *Memória* onde se patenteia o agradecimento da cidade de Valência⁵. Nesse escrito reconhece-se o trabalho, esforço e generosidade de de Pérez Bayer ao abrir mão da sua coleção, para a votar ao usufruto público. O documento apresenta também uma descrição pormenorizada de todo o cerimonial que envolveu esta dádiva. O cerimonial que envolveu a doação implicou uma celebração de entrega pública da Biblioteca, reconhecendo-se que Francisco Pérez Bayer, além de ter doado em vida toda a sua coleção, ainda tratou de a transportar,

¹ Fuster, *Elogio Histórico...*, 14-15.

² Cf. Fuster, *Elogio Histórico...*, 14.

³ Fuster, *Elogio Histórico...*, 16.

⁴ Marsà Vila, *El fondo antiguo...*, 375.

⁵ S.A., *Memoria que dedica la muy noble y leal ciudad de Valencia a su Patricio y Bienhechor El Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y câmara de castilla [...] por la donacion de su librería* (Valencia: Benito Monfort, 1785)

por sua iniciativa, para a cidade, na qual se criaram as condições para a receber e providenciar acesso aos fundos.

A informação contida no seu elogio histórico indica que o Monarca Espanhol, tomando conhecimento desta doação e em reconhecimento pela sua ação, deu-lhe a faculdade de eleger, enquanto fosse vivo, os Bibliotecários desse estabelecimento.

Morreu em Valência, a 27 de Janeiro de 1794, tendo publicado algumas obras bastante apreciadas na época. É possível encontrar uma relação dessas obras na obra que temos vindo a citar¹, sendo que também neste documento se dá notícia do desaparecimento desta biblioteca em 1812, devido a um incêndio que terá consumido parte da coleção que fora doada².

Num trabalho de Manuel Patrocínio, no qual o autor se dedica a estudar um pouco esta personalidade, incidindo particularmente no relato da viagem que fez a Portugal em 1782, a figura de Pérez Bayer é apresentada como um erudito, filólogo e orientalista. Terá sido um dos primeiros estudiosos modernos a proceder à descrição das ruínas romanas de Itálica, sendo-lhe reconhecido um notável protagonismo no âmbito do estudo das Antiguidades em Espanha. O exame desse relato permitiu, de acordo com a tese defendida pelo autor atrás citado, verificar que a descrição feita pelo valenciano se constitui como um itinerário dos principais centros culturais e científicos do Portugal Setecentista. Essa trajetória passa em vários locais e cidades, como Beja, Lisboa e Mafra, indicando-se as personalidades mais notáveis que aí eram capazes de dialogar e dissertar sobre assuntos filosóficos e literários. Analogamente, o relato “reflete o próprio espírito da época quanto às atitudes perante o conhecimento das coisas, abrindo-se ao mundo natural como um vasto horizonte de onde se faziam sobressair as espécies e os artefactos na sua qualidade de testemunho de uma hierarquia universal”, sendo que no topo dessa hierarquia estava Deus. Ainda de acordo com a mesma análise, Pérez Bayer movimentou-se no mundo devoto e Católico das Cortes de Portugal e Espanha, num momento final de Antigo Regime, no qual

¹ Fuster, *Elogio Histórico...*, 25-36.

² No estudo sobre as bibliotecas de Valência a que já acima aludimos, encontram-se elementos que apontam para a presença de obras deste autor, em apenas seis bibliotecas. Tendo isso em consideração, o autor conclui que, depois de contemplar o paupérrimo panorama da literatura ilustrada nessas bibliotecas, se poderá afirmar, para Valência, “que no século XVIII não há uma sólida mentalidade ilustrada: conviveram com ela outras mentalidades, algumas profundamente reaccionárias”. Cf. Lamarca Langa, *La cultura del libro...*, 90.

pertenciam ainda à Igreja os principais espíritos pensantes do Iluminismo português, como é o caso de Frei Manuel do Cenáculo¹.

Focalizando o centro da nossa atenção no exame dos estudos publicados sobre esta personalidade, assim como do próprio reconhecimento feito por Cenáculo no seu Diário, há muita similaridade entre estas duas personalidades. Os dois intelectuais partilham posicionamentos, ligações e interesses filosóficos e literários. Da mesma forma, a formação cultural e eclesiástica de ambos parece aproximar os seus trajetos de vida, sendo que os dois tiveram a seu cargo a educação do delfim Real dos respetivos países. Trata-se de “duas figuras pioneiras no estudo e recolha de peças arqueológicas e localização de sítios com grande interesse monumental”².

Sobressai uma partilha de interesses, de descobertas e ações empreendidas, num diálogo que, a acreditar no testemunho registado por Cenáculo no seu diário, foi tido como bastante frutuoso.

Pérez Bayer doou, em vida, a sua Biblioteca tentando fazer face à falta de uma Biblioteca Pública em Valência. Ao que parece as suas diligências em prol da formação ou dotação de bibliotecas não se ficaram por aí. De acordo com os dados aduzidos por um estudo sobre a evolução histórica da biblioteca capitular de Toledo, publicado numa compilação dedicada a analisar o livro antigo espanhol, Pérez Bayer teria, quando trabalhou em Toledo na segunda metade do século XVIII, diligenciado em prol dessa Biblioteca, elaborando uma nova edição da “*Bibliotheca Hispana Vetus*” e escrevendo uma dissertação “*Disertación acerca de los códices, diplomas y demás monumentos antiguos que se conservan en la Iglesia Primada de Toledo*”³.

Similarmente, Frei Manuel do Cenáculo envolveu-se em doações para várias bibliotecas, diligenciando para a sua dotação em termos de recursos, fundos e condições de acessibilidade, numa preocupação em criar instituições, nas quais pudesse disponibilizar ao público que a esta quisesse e pudesse acorrer, livros bastante diversificados. Conjuntamente com Bayer parece ter partilhado, para além dos “interesses de investigação” e do posicionamento e forma de interpretar

¹ Patrocínio, «O relato de viagem...»,266.

² Patrocínio, «O relato de viagem...»,267.

³ González Ruiz, «Evolución Histórica de la Biblioteca Capitular de Toledo», Em *El libro antiguo español IV- Coleccionismo y Bibliotecas (siglos XV-XVIII)* dir. Maria Luisa Lopes-Vidriero e Pedro M. Catedra (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca,1998),253-254. De acordo com este autor, a Dissertação de Bayer ainda se encontrava, no ano de publicação deste trabalho, inédito.

determinados acontecimentos, a mesma preocupação em criar bibliotecas, dotando-as com fundos da sua própria coleção.

Isto leva-nos a ponderar até que ponto o Bispo de Beja, na sua decisão de doar parte da sua coleção à Real biblioteca Pública, na década de 90 do século XVIII, foi de certa forma influenciado e entusiasmado a seguir o exemplo de outras figuras, nomeadamente Bayer, com quem reconheceu partilhar interesses e afinidades. Esta é uma questão à qual não conseguimos responder de forma inequívoca. Essencialmente porque faltam fontes que testemunhem de forma clara que tenha existido essa influência. Em momento algum, nos documentos que consultamos, encontramos de forma clara o relato que Frei Manuel do Cenáculo se teria inspirado nesta doação. Não nos parece no entanto totalmente despiciendo, considerar que a doação de Pérez Bayer, empreendida em meados da década anterior, possa, de alguma forma, ter influído na decisão de Cenáculo. Admitimos por isso a possibilidade de este poder ter sido mais um dos fatores, entre os vários possíveis, que pesaram na hora em que o Bispo tomou tal decisão ou que, pelo menos, tenha contribuído para que o bispo de Beja inaugurasse os seus pensamentos acerca do assunto.

2.3.6. Gregório Mayans

Gregório Mayans é, tal como Bayer, considerado como uma das figuras da Ilustração espanhola, mas ao contrário do que acontece para Francisco Pérez Bayer, no caso desta personalidade encontram-se já alguns estudos de fundo que se dedicam a analisar a vida e obra deste autor.

A esse respeito, poderemos referir os dois tomos por ocasião do Simpósio Internacional no bicentenário da morte de Gregório Mayans, que compilam inúmeros contributos, de diferentes autores, acerca da vida e ação desta personalidade¹. A obra de António Mestre acerca do mundo intelectual desta personalidade² e ainda o trabalho que se dedica a analisar a obra desta individualidade na reforma

¹AAVV, *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t I (Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981); AAVV, *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. II (Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 10,1981)

² Mestre, *El mundo intelectual...*

universitária¹. Além destas obras que fazem um exame profundo acerca da vida desta personalidade, há ainda menções em outros trabalhos, mais direcionados a avaliar a Ilustração em Espanha nesta época, são disso exemplo, entre vários outros possíveis, as obras de Francisco Sánchez-Blanco² e de António Mestre Sanchís³. Reconhecendo a nossa incapacidade para, num apontamento com os objetivos que já noutra momento deste trabalho referenciamos, tratar todos os assuntos que podem ser aquilatados acerca da atuação desta personalidade, remetemos para estes estudos no sentido de aprofundar mais detalhadamente algumas das ações empreendidas por esta figura da Ilustração em Espanha.

De acordo com um estudo de António Mestre acerca do mundo intelectual de Mayans, estudar e conhecer esta figura é necessário para conseguir compreender quanto significou a Ilustração espanhola⁴. Analogamente, enfatiza a necessidade de fazer o exame das relações dos ilustrados espanhóis como os europeus, sendo que para isso é imprescindível avaliar as relações culturais de Mayans, que considera ser um herdeiro das transformações que se evidenciam na sociedade espanhola da época. Estas transformações decorrem de mudanças que tem a ver com a renovação científica e com as origens da Ilustração Espanhola⁵.

Gregório Mayans nasceu em Oliva - Valência, em 1699, iniciando os seus estudos de Artes na Universidade de Valência em finais de 1714, frequentando-os até 1716. Cursou depois Jurisprudência naquela Faculdade, pretendendo inicialmente dedicar-se ao estudo das Leis e dos Cânones, de modo a tornar-se clérigo e alcançar alguma cátedra numa Universidade, por influência de seu pai Pascual Mayans⁶. Posteriormente muda-se para Salamanca, onde haviam estudado alguns dos seus parentes, devido ao prestígio e força dos Colégios Maiores, que naqueles anos dominavam a Universidade⁷.

¹ Mariano Peset e José Luis Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma Universitaria idea del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las Universidades de España*.(Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1975)

² Sanchez-Blanco, *La ilustracion en España...*

³ Mestre Sanchís, *La ilustracion...*

⁴ Mestre, *El mundo intelectual...*4.

⁵ Mestre, *El mundo intelectual...*5-7.

⁶ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma ...*,10.

⁷ Dessa opção dá nota numa carta que escreve a seu pai: “*Que este y el outro digan lo que les parezca de mi venida, a mi me embaraza muy poco. Yo me rio de todas esas cosas y de la simplicidad de los que las*

Em Salamanca vivencia alguns problemas, nomeadamente os causados pelo pouco dinheiro que tem disponível, não obstante os esforços do seu pai. A isto alia-se a decadência visível da Universidade daquela cidade, que contrastavam com as amplas oportunidades que se abriram em Valência, após a devolução do patronato por parte do Rei, em 1720. Apesar disso, Mayans estuda com afinco e procura aperfeiçoar os seus conhecimentos em língua Latina, diligenciando no sentido de fazer amizades, consideradas muito importantes na época¹.

Regressa a Valência logo após a sua Graduação em Leis, a 1 de Junho de 1722 e em Cânones, no dia 6 de Julho. A 21 de Novembro do mesmo ano alcança, na Universidade de Valência, o grau de Doutor em Leis, obtendo, a 1 de Julho de 1723 a Cátedra de Código na mesma Universidade. Esta cátedra seria “mal paga”, mas parece assegurar a Mayans uma gloriosa e sossegada carreira universitária².

Numa análise de António Mestre, encontramos a constatação que é em Valência que Gregório Mayans se torna herdeiro de todos os movimentos culturais que mudavam a Espanha da época, tendo adquirido aí, o verdadeiro contacto com a “nova ciência”. Nessa cidade toma contacto com as mais reputadas personalidades científicas da época, tais como Tosca, Corachán ou Íñigo. Passa alguns anos na cátedra de Código Justiniano, participando em graus, funções e explicações. Sendo um homem com ideias claras sobre a Reforma a introduzir, estes anos de catedrático ter-lhe-ão certamente criado alguns problemas, ganhando, como “cabeça do movimento reformista”, a inimizade dos sectores mais conservadores³.

Envolve-se em polémicas universitárias e colhe a inimizade dos Jesuítas por ter-se oposto à separação das Escolas de Gramática da Universidade, tendo isto conduzido a que as propostas que este havia realizado em termos de organização dos estudos fossem rejeitadas. Em consequência da “humilhação” propõe-se a abandonar Valência e a Universidade⁴.

dicen”. Cf. Carta de Gregório Mayans a seu pai, datada de 13 de Janeiro de 1720, *apud* Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma ...*,11.

¹ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*,12.

² Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*,14.

³ Mestre, *El mundo intelectual...*,7.

⁴ Mestre, *El mundo intelectual...*,8.

É nesta altura que começa a corresponder-se com vários intelectuais europeus, tentando obter a proteção de alguns, conseguindo, devido à proteção do Cardeal Cienfuegos, obter o cargo de Bibliotecário-Real em Madrid¹.

Residiu na corte durante seis anos, desenvolvendo forte atividade, empenhando-se em estabelecer relações sociais robustas, a ampliar um intenso trabalho intelectual, publicando obras jurídicas ou literárias e envolvendo-se em diversas polémicas literárias. Disso são exemplo as que teve com os autores do “*Diario de los Literatos de España*”, que publicaram umas notas críticas, de autoria de Mayans, na *Acta erditorum* de Leipzig. Estas críticas iriam valer-lhe a acusação de antiespanhol por ter criticado no estrangeiro obras de espanhóis ilustres².

Mayans publica incessantemente, e na dedicatória da sua obra “*Cartas morales a Patiño*”, delinea um programa de trabalho e realizações para obter a regeneração literária e científica de Espanha. Nesse programa propõe-se a compor bons livros para que as artes liberais se adiantem no país, assinalando os princípios em que deveria assentar o seu ensino - a Gramática, a Retórica, a Aritmética, a Filosofia, a Oratória, indicando os seus melhores autores e as características com que deveria ser impressos. Faz também determinações no que respeita à Jurisprudência, mas mais uma vez nada consegue³.

Regressa a Oliva, a sua terra natal e aí fica até 1767, com exceção de um período em 1766, no qual se deslocou à corte, alcançando grande êxito na viagem, estabelecendo contactos com os seus correspondentes e outros novos conhecidos⁴.

Na segunda metade do ano de 1767 dá mostras de querer participar mais ativamente na reforma dos estudos patrocinada por Carlos III. Assim, corta quase totalmente a sua correspondência para poder dedicar-se à redação do “*Informe sobre los estudios*”, que lhe havia sido pedido pelo Secretário da Justiça⁵.

Redige um plano de estudos pormenorizado, mas que não se impõe na sua totalidade⁶, fazendo com que tenha momentos de decepção com a falta de andamento dos seus projetos, assunto de que dá nota nas cartas que dirige ao Bispo de Beja.

¹ Mestre, *El mundo intelectual...*,8.

² Mestre, *El mundo intelectual...*,8.

³ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 14.

⁴ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 24.

⁵ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 10.

⁶ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 27.

As suas amarguras não se ficam por esses desapontamentos com o andamento dos projetos no *Plano de Estudos*, a existência de opositores em cargos relevantes em Valência obsta a que a *Gramática Latina*, que compôs durante muitos anos, seja a eleita por todos os estudos das Universidades da Coroa de Aragão. De facto, embora haja uma decisão inicial por parte do Conselho, que impõe a adoção desta Gramática, o mesmo órgão contraria essa deliberação e dá liberdade de escolha às Universidades¹.

Em 1775 o seu irmão chega a Reitor, mas Gregório Mayans conta já com setenta e seis anos, vivendo preocupado com o futuro dos seus filhos. Refugia-se nos estudos, preparando a magna coleção das obras de *Juan Luis Vives*, que veriam a luz a título póstumo².

Morre em 21 de Dezembro de 1781, sendo considerado “um intelectual esforçado, possuidor de uma das obras mais copiosas e transcendentais para a Ilustração espanhola”³. Obteve forte reconhecimento no mundo cultural europeu, como refere na sua análise António Mestre, constituindo-se como um caso único não só no século XVIII, mas ao longo de toda a História espanhola⁴.

A sua originalidade não radicou tanto no influxo que terá recebido de pensadores estrangeiros, embora não se possa negar que os terá recebido, sobretudo através da correspondência que com eles empreendeu e das novas correntes de pensamento com que contactou através das suas leituras⁵. A sua verdadeira originalidade, que devido à sua amplitude e intensidade deve ser vista como um caso excepcional, radica na possibilidade de irradiação do pensamento espanhol à Europa. Envolve-se num intercâmbio que lhe permite em simultâneo receber influxos estrangeiros e dar a conhecer a outros estudiosos europeus o conhecimento da história e cultura espanholas.

Gregório Mayans foi uma rica personalidade intelectual que granjeou o interesse e, em alguns casos, a amizade de muitas figuras europeias, ainda que não possa

¹ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 28.

² Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 28.

³ Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 29.

⁴ Mestre, *El mundo intelectual...*, 10.

⁵ Mestre, *El mundo intelectual...*, 10.

considerar-se, “um pensador político de ofício”¹. O seu percurso intelectual, a obra realizada e os contactos empreendidos permitiram-lhe contudo obter “grande lucidez” na forma como encarava o progresso político do mundo, por isso, em 1776, numa carta enviada ao seu irmão a partir de Oliva, escreve: “ el mundo camina aprisa a una revolucion universal que puede trastornar el sistema político y de la Religion”. De acordo com um exame feito por José Maravall, “o ódio que [Mayans] revelou à ignorância, aliada da tirania, a sua independência férrea e á sua defesa da liberdade do pensamento, talvez lhe tivesse permitido, caso vivesse mais anos, reconhecer essa revolução geral que antecipara como “luzes de aurora”².

Não sabemos se encararia essa revolução dessa forma ou não, focalizando o centro da nossa análise na comparação com a figura de Frei Manuel do Cenáculo, verificamos que existem alguns pontos de contacto, paralelamente a diferenças no percurso de vida empreendido por cada um deles.

Cenáculo e Mayans partilharam as mesmas preocupações com a necessidade de uma transformação na vida cultural e intelectual dos respetivos países, envolvem-se os dois na elaboração de *Planos de Estudio* com os quais pretendem reformar o ensino, reconhecendo no progresso do ensino um instrumento para alcançar essa mudança. Parecem até partilhar a característica de terem obtido na sua época, algum reconhecimento internacional pela sua competência, tendo os dois fortes contactos com outros eruditos, muitos de quais se processavam através de cartas. Esses contactos envolveram, como já acima demonstramos, um intercâmbio epistolar entre estas duas figuras, que também inclui o irmão Juan António.

Tanto o bispo de Beja, como o erudito de Oliva parecem evidenciar algum realismo na forma como assistem às mudanças que se vão operando por toda a Europa, parecendo adivinhar que o futuro traria grandes mutações. Não ousamos repetir, para Frei Manuel do Cenáculo, a afirmação de José António Maravall, quando considera, no caso de Gregório Mayans, que se este tivesse vivido tempo suficiente, teria encarado a revolução política que veio a suceder com “luzes de aurora”. No caso do prelado julgamos que as transformações que vê surgir na Europa, como por

¹ José António Maravall, «Gregorio Mayans y la formación del pensamiento político de la Ilustración», em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t I (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981), 43.

² Maravall, «Gregorio Mayans y la formación...», 80.

exemplo a Revolução Francesa em 1789, foram essencialmente motivo de preocupação, sobretudo por não entender a Nova Ordem política, dentro dos seus padrões de pensamento político, tendo em conta a sua proximidade com a esfera do poder Absolutista.

Não conhecemos para o caso de Mayans muito acerca dos livros que possuiu, ou da sua biblioteca. Depreendemos, pelo exame dos diversos estudos que fomos mencionando ao longo deste texto, que terá tido acesso a uma biblioteca diversificada, dando-se nota de pedidos de aconselhamento e de listas de obras sobre determinadas matérias, feitas por Gregório Mayans a outros eruditos. Num estudo de Maria Marsà Vila conseguimos encontrar breves referências a esta biblioteca, que é considerada uma das melhores da sua época, com um predomínio de obras de escritores espanhóis dos séculos XV e XVI, em especial relativas a temas de Filologia¹. Assim sendo, reconhecemos que não nos é possível fazer uma “comparação” com Cenáculo e a sua paixão por livros, devido a esta falta de testemunhos mais espessos que vão para além destas referências breves.

Não obstante, parece-nos que há, para lá da bibliofilia que não conhecemos de forma aprofundada, pontos de interesse que revelam a proximidade entre duas figuras ilustradas, que seguiram caminhos diversos, é certo, mas que em determinados aspetos demonstram grandes pontos de contacto e afinidade intelectual, sendo o interesse em Filologia um dos exemplos de matérias de estudo partilhadas.

A exposição que temos vindo a realizar, sobre a rede de relações do prelado, assim como do itinerário empreendido por outras personalidades, colocou em evidência que Frei Manuel do Cenáculo, constituindo-se como uma figura cimeira do Iluminismo português, revela alguns traços comuns com outras personalidades ilustradas e bibliófilos da época. Patenteia a singularidade de um percurso pessoal, partilhando com outros eruditos interesses, formas de ver o mundo e crenças na necessidade de empreender Reformas. Esse espírito de renovação encontrou eco na forma empenhada como trabalhou para introduzir mudanças no ensino, assim como na necessidade de criar bibliotecas, assentes numa visão dos livros enquanto instrumento ao serviço da instrução.

¹ Cf. Marsà Vila, *El fondo antiguo...*,374.

A análise da permuta que manteve com outros eruditos, nacionais ou estrangeiros, nomeadamente do país vizinho, demonstra que as relações culturais entre Portugal e Espanha, na Época Moderna, foram manifestamente alimentadas pelo intercâmbio e circulação de livros, por conselhos pessoais, por partilhas de leituras e até por empréstimos¹.

A existência dessas afinidades, contactos e partilha de objetivos, evidenciados num forte intercâmbio de livros e conhecimento, não inviabiliza que se encontrem elementos que diferenciam, em determinados aspetos estas personalidades, com atuações e percursos que se cruzam nalguns pontos e se distinguem noutros.

O movimento da Ilustração foi um “exercício” polimorfo e supranacional na Áustria, Suécia, Rússia, Itália, na Inglaterra, na França, teve características próprias que não são transponíveis para outros países². Estas diferenças entre países, associadas à especificidade do movimento transnacional da Ilustração, possibilitaram que este se revelasse, também de forma diferenciada, em muitas personalidades e comunidades distintas. Apresentou-se com características próprias decorrentes da região em análise, mas não só. Também se evidenciou de forma desigual pela forma como os contactos de determinada personalidade, o seu percurso formativo e intelectual apreenderam e irradiaram a ideias que circulavam, perante circunstâncias concretas da sua trajetória³.

A ilustração conheceu em vários países Europeus, inclusive Espanha e Portugal, avanços e muitos recuos. Viu o espírito “anti ilustrado” vencer batalhas decisivas, mas existiu “desde sempre” um movimento ideológico, que poderia ser débil e minoritário, que desde os bastidores marcou a História desses países⁴. Em Portugal pensamos que existiu um percurso análogo, com avanços e recuos, onde Frei Manuel do Cenáculo parece ter desempenhado o tal papel dos bastidores, que, de certa forma, acabou por

¹ Maria de Lurdes Correia Fernandes, «Uma biblioteca ibérica», *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, nº9-10 (2001-2002):123-124.

² Sanchez-Blanco, *La ilustracion en España...*,14.

³ O exemplo do cardeal Saraiva é ilustrativo dessa situação. Beneficiando das mudanças nos estudos, terá sido “favorecido” com as Luzes que personalidades como Cenáculo procuraram espalhar no país. Essas luzes que recebeu e interpretou “à sua maneira” possibilitaram-lhe uma abertura que lhe permitiu aceitar as mudanças decorrentes no quadro do liberalismo. Da mesma forma preocupou-se por irradiar essas Luzes, utilizando até fórmulas semelhantes às que Cenáculo tinha utilizado, nomeadamente a criação de Bibliotecas e a organização dos estudos. Isso não implicou que na sua época não tivesse convivido com formas diferentes de absorver esses valores.

⁴ Sanchez-Blanco, *La ilustracion en España...*,54-55. A análise do autor focaliza-se no caso espanhol.

marcar a História do país. As Luzes de Cenáculo, a forma com trabalhou arduamente para as espalhar, quer através das reformas de ensino, quer através das diligências em prol dos livros e das bibliotecas, podem, de alguma forma, ter contribuído para que outras personalidades absorvessem, interpretassem e irradiassem de forma distinta esse ideário iluminista. Assim, teriam aberto caminho às transformações político-culturais mais profundas que se vieram a verificar, ainda que algumas dessas metamorfoses, nomeadamente as que ocorreram na esfera política, não fizessem parte dos propósitos que Frei Manuel do Cenáculo pretendia alcançar.

Em suma, a apreciação das diferentes relações e afinidades que D. Frei Manuel do Cenáculo partilhou com outros eruditos e bibliófilos, assim como da sua trajetória formativa e profissional, põe em evidência que a bibliofilia cenaculana se integra num contexto cultural iluminista, onde o livro assume um papel de destaque como agente de transformação, ainda que a amplitude das mudanças pretendidas não seja igual para todas as personalidades. O bispo de Beja integra-se numa elite eclesiástica que consegue, por via das funções que desempenhou, nomeadamente durante o consulado pombalino, dedicar-se de forma assertiva a atuar em campo cruciais para atingir a reforma cultural da sociedade. Destacamos, nessa atuação, a introdução de reformas nos estudos e os esforços de dotação de bibliotecas. Os livros assumem, nessa perspetiva um lugar central, uma vez que por seu intermédio e da sua disponibilização, se conseguiria alcançar a transformação desejada. Os contactos epistolares que desenvolveu constituíram-se como uma rede de permuta de informações e de partilha de ideias, objetivos e informações literárias e biblioteconómicas que permitiram ao bispo de Beja conhecer e dar a conhecer caminhos e soluções para alcançar as mudanças sugeridas.

CAPÍTULO 3.

CENÁCULO E A SUA RELAÇÃO COM OS LIVROS

No conjunto da múltipla documentação que compõe o espólio cenaculano - diário pessoal, cartas trocadas com diversos correspondentes, róis de compras de livros, anotações e memórias de que deixa registo, catálogos com as obras doadas, escritos de sua autoria - é possível encontrar testemunhos que ilustram a centralidade dos livros ao longo da sua vida. Não existe um rol individualizado contendo um cadastro de todas as composições escritas que faziam parte da sua coleção.

A inexistência desse catálogo particular impede uma caracterização direta, detalhada e quantitativa daquela que terá sido a sua biblioteca pessoal.

Esse facto não constitui, no entanto, uma singularidade do presente estudo. Na diversa bibliografia sobre livros, leitores e bibliotecas, bem como estudos teórico-metodológicos, encontramos testemunhos da dificuldade em encontrar catálogos completos, que permitam aferir dados acerca das bibliotecas de determinadas personalidades ou instituições. Similarmente constata-se que, quando essas fontes existem, isso não significa, à partida, que as questões metodológicas estejam absolutamente assentes. Por vezes, esses arrolamentos contêm uma enorme quantidade de registos, que acaba por resultar quase na impossibilidade material de os avaliar a todos, algo que se agrava pelo facto de, nalguns casos, os registos não serem pródigos em informes que permitam concretizar elementos objetivos sobre as obras mencionadas¹.

A tentativa de conhecer a bibliofilia de Frei Manuel do Cenáculo implica o reconhecimento dos problemas metodológicos que afetam as fontes passíveis de ser utilizadas neste domínio. Como bem salientou Maria de Lurdes Correia, para aferir os gostos de determinadas personalidades no que respeita a livros, não é suficiente quantificar os seus inventários de bibliotecas. É preciso analogamente, dar importância às redes de relações sociais, às heranças e às incorporações “alheias” de livros, às modas e às influências diretas ou indiretas de eruditos e bibliófilos que aconselhavam e compravam livros. Esta rede de influências não diminui a importância cultural dos casos concretos, bem pelo contrário, permite enquadramentos que relacionam

¹ Lamarca Langa, *La cultura del libro ...*, 17

diferentes aspetos, que ligam o individual a grupos mais ou menos determinados, podendo assim ajudar a repor parte da complexidade dos fenómenos culturais¹.

O conhecimento destas questões metodológicas levou-nos a procurar outras formas de conseguir apresentar dados sobre a paixão por livros manifestada por D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas.

Com se sabe, a investigação em História do Livro e da Leitura oferece um vasto campo de exploração. É uma área que implica a convergência de várias disciplinas, partindo do princípio que tanto os livros, como as práticas de leitura possuem uma história que vale a pena ser recuperada. O seu objetivo primordial é o de reconstituir a história da produção e do consumo de livros, impressos, mas também os manuscritos e os incunábulo dos primórdios da imprensa². Essa recuperação faz-se para cada época, para cada meio, assim como para cada modalidade partilhada do ato de ler, que dá forma e sentidos aos gestos individuais³.

Isso implica, parafraseando Roger Chartier, avaliar a forma como os homens tentaram dominar os textos que o livro manuscrito e o impresso puseram a circular⁴. Torna-se imperativo perceber que a relação com os textos se caracteriza por um movimento contraditório. Por um lado, o leitor é confrontado com todo um conjunto de obrigações e instruções, que lhe são impostas pelo autor, pelo editor, pelo comentador, ou pelo crítico. Por outro lado, a leitura é por definição rebelde e vagabunda. Exemplos ilustrativos dessa rebeldia são as “infinitas” manhas que os leitores arranjam para ler livros proibidos, para ler nas “entrelinhas”, para subverter lições impostas. O livro procura sempre instaurar uma ordem, no entanto essa ordem, com múltiplas figurações, não detém o poder absoluto para anular a liberdade dos leitores, manifestando-se sempre uma dialética entre imposição e apropriação de um texto. Esta dialética não é sempre a mesma, em todo o lado e para todos, reconhecer-lhe as diversas modalidades e as múltiplas alterações é o principal objetivo da História do Livro⁵.

¹ Maria de Lurdes Correia Fernandes, «Uma biblioteca ibérica», *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, nº9-10 (2001-2002): 142.

² Leila Mezan Algranti, «Circulação e posse de livros religiosos no Rio de Janeiro (1808-1821)», *Noroeste. Revista de história.*, 1 (2006):839.

³ Roger Chartier, «Textos, impressos e leituras», em *A História Cultural entre práticas e representações*, org. Roger Chartier (Lisboa: Difel, 1990), 121.

⁴ Chartier, *A ordem...*, 8.

⁵ Chartier, *A ordem...*, 10.

A História do livro dedica-se ao estudo do “ciclo de vida” dos livros, isto é, como estes surgem e se difundem na sociedade¹. Como bem lembrou Artur Anselmo, reconstituir a vida do livro implica avaliar todo o seu “processo existencial”, desde a produção ao consumo, acompanhar as fases do seu fabrico, interrogar a forma como nasceu e se autonomizou enquanto peça cultural, ou se nem sequer deixou memória de si e do seu autor. Para isso, é preciso avaliar algumas realidades concretas, tais como a conjuntura económica, social e política da época em que este está inserido. É necessário perceber como obteve o privilégio de edição, a forma como passou pelo aparelho censório, as relações entre o autor e o editor e deste com impressores e livreiros, o modo como funcionava o mercado onde este circulou, a receção que obteve junto dos leitores, as características de produção do objeto tais como o papel, os caracteres, as gravuras, e também a forma de venda e taxas e impostos a que se sujeitou².

Reconhecemos que não é possível fazer esta reconstrução, passo a passo, do percurso de vida de cada um dos livros com os quais Cenáculo contactou. Contudo, focalizando-nos no nosso objeto de estudo, podemos tentar perceber qual a relação com livros evidenciada pelo Bispo de Beja. Isso implica ir para além de uma tentativa de inventariação dos livros que o prelado possuiu.

O contacto com os livros não se esgotou nas obras que Frei Manuel do Cenáculo possuiu e doou. Quando, em capítulo anterior, analisamos o intercâmbio epistolar do prelado, verificamos que as referências a livros foram constantes e que as cartas funcionaram como um meio de informação, compreensão e de divulgação dos livros.

A constatação da “rede de influências”³, possibilitada pelos seus contactos multiformes, evidencia que Cenáculo não foi um mero recetor dos livros e do seu conteúdo, foi também um difusor e um criador destes objetos. Divulgou-os através das suas cartas e análises, dos conteúdos que debateu com outros eruditos e conhecidos, mas também através das bibliotecas que ajudou a formar. Analogamente, criou e fez imprimir algumas obras de sua autoria.

¹ Robert Darnton, «O que é a História dos Livros», em *O Beijo de Lamourette, mídia, cultura e revolução* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990), 112, *apud* Algranti, *Circulação e posse...*

² Anselmo, «Fronteiras da História...»,17.

³ Estamos a retomar a expressão de Correia, «Uma biblioteca...»,142.

Para conhecer melhor a bibliofilia do prelado Pacense julgamos, por isso, fundamental identificar e analisar quais foram as obras que imprimiu. Com efeito, a paixão por livros de Cenáculo não se pode situar apenas na sua faceta de recetor, sendo similantemente importante averiguar a sua atividade enquanto produtor de livros, daí a opção para fazer uma análise acerca das obras que criou e imprimiu.

A relação de Frei Manuel do Cenáculo com os livros não se esgotou, contudo, na dimensão da produção e da divulgação, foi também um leitor. Parafraseando Roger Chartier, “os leitores são viajantes nómadas, caçando furtivamente através de campos que não escreveram”¹, por isso, tentar perceber aquilo que Cenáculo leu, ou melhor, a forma como “caçou furtivamente em campos que não escreveu”, assume um papel fundamental na tentativa de caracterizar a bibliofilia do Bispo de Beja.

Cumprе realçar que esta apreciação das diferentes facetas da relação de Frei Manuel do Cenáculo com os livros implica, necessariamente, o reconhecimento das características diferenciadas que a escrita e a leitura evidenciam. A escrita acumula e armazena, resiste ao tempo, estabelecendo um lugar e multiplicando a sua produção através do expansionismo da reprodução. A leitura não é garantida contra o desgaste do tempo, esquecemo-nos ou esquecemo-la, conservando mal o seu saber. Apesar disso, um texto existe apenas porque há um leitor que lhe dá significação, só se tornando útil na sua relação de exterioridade com o leitor². Tendo isto em vista, a tarefa do historiador consiste em reconstruir as alterações que diferenciam os “espaços legíveis”, isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais, mas também as alterações que dirigem as circunstâncias da sua “efetuação”, ou seja, as leituras entendidas como práticas concretas e como processo de interpretação³. É, assim essencial, na esteira de Roger Chartier, considerar as relações entre três polos: a análise dos textos, decifrados nas suas estruturas, intenções e motivos; a história dos livros e de todas as formas com que se apresentam escritos e, finalmente, o estudo das práticas que se apoderam desses objetos. Sobressai, nessa perspetiva, a necessidade de estudar o modo como se dá o encontro entre o “mundo do texto” e o “mundo do

¹ Chartier, *A ordem dos livros...*, 5-10.

² Chartier, *A ordem dos livros...*, 5-10.

³ Chartier, *A ordem dos livros*, 5-10. Veja-se também a este propósito: Umberto Eco, *Obra Aberta* (Lisboa: Difel, 1989).

leitor”¹. Pretendemos, assim, seguir o itinerário proposto pela historiografia neste domínio.

Frei Manuel do Cenáculo foi, paralelamente à sua faceta de autor, divulgador e leitor de livros. Simultaneamente, foi também censor, tendo alcançado, por essa via, grande poder no mundo editorial. De facto, convém recordar que o prelado de Beja, enquanto Deputado e depois Presidente da Real Mesa Censória, teve autoridade para determinar quais as obras que se poderiam ou não ler, qual o autor que era ou não aceitável, que teoria poderia ser ou não incluída em determinada obra. Similarmente, enquanto personalidade ligada às Reformas de Ensino, que se aplicou na consecução de novos e mais modernos planos de estudo, teve o poder de promover determinados autores, de propor livros para serem utilizados pelos estudantes e, desse modo, interferir com o mundo editorial.

O reconhecimento das valências multiformes da sua relação com livros torna, por isso, fundamental averiguar quatro vetores distintos, a saber:

- Cenáculo autor;
- Cenáculo leitor;
- Cenáculo censor;
- Cenáculo o pedagogo.

No seu conjunto, estes vetores ajudar-nos-ão a perceber o encontro entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, considerando que os significados dos textos dependem das formas, através das quais, são aceites e adaptados pelos seus leitores. A um texto estável é atribuído um significado e um estatuto inédito, que se altera com os dispositivos que se propõem para a sua interpretação². Tanto os livros que o Bispo de Beja escreveu, como os que leu e interpretou, tiveram de se sujeitar igualmente a estes processos. É essencial, para perceber qual a relação que D. Frei Manuel do Cenáculo manteve com os livros, estar ciente destas características que marcam a divulgação, a receção e a apropriação de um texto.

¹ Chartier, *A ordem dos livros...*, 11.

² Chartier, *A ordem dos livros...*, 11.

3.1. Cenáculo autor

Cenáculo, enquanto autor, possui um trabalho extenso e deixou impressas, de sua autoria, algumas obras que, a acreditar nas menções que encontramos em muitas das cartas que recebe, obtiveram boa recepção nos meios intelectuais da época.

O Bispo de Beja parece ter reconhecido as possibilidades pedagógicas do livro, ainda que as propostas de leitura variassem de acordo com o “público-alvo”, ou seja, os livros a que cada um poderia aceder dependeriam da sua capacidade para se defender das más doutrinas. Sendo assim, cada segmento da população teria acesso a livros distintos, consoante o “grupo social” a que pertencia.

Convém notar, como bem salientou Francisco Vaz, que a instrução do povo foi uma bandeira das nações e do nacionalismo a partir de finais de Setecentos. Muitos dos discursos produzidos sobre o povo na época, eram obra de elites que manifestavam uma atitude de superioridade intelectual, sendo que os principais objetivos da escrita para o povo seriam o de instruir nas técnicas agrícolas e na indústria popular. Esta instrução do povo, que se processava através de catecismos, corolários práticos e almanaques, teve como ponto de partida, em Portugal, um debate que englobava duas visões relativamente díspares acerca do que deveria o povo ler. Uma de Luís António Verney, que era o defensor de uma instrução popular, facultando a todos uma instrução elementar. Outra de Ribeiro Sanches, que defendia uma via mais elitista de ensino para a nobreza e burguesia¹.

O catecismo aparece, neste contexto de instrução popular, como uma “nova pedagogia”, como “um meio de uma cultura de massas”. É um livro para ensino das verdades, sendo um produto social que envolve todos os grupos sociais, produzido por elites eclesiásticas e dirigido sobretudo aos grupos populares e às crianças².

D. Frei Manuel do Cenáculo, como já assinalamos, tem uma trajetória que evidencia uma preocupação com a instrução, refletida nomeadamente no papel que desempenhou nas Reformas dos Estudos em que se envolve. Nessa perspetiva, não ficou alheio a esta questão da instrução do povo, com o fim de a promover. Ambicionou formar o clero da sua diocese, o qual se constituiria como meio de ligação

¹ Francisco Lourenço Vaz, «Livros e Leituras para a Instrução económica do Povo (1746-1820)», *Revista Portuguesa de História*, 2 (2002/2003), 43-58.

² Vaz, «O catecismo no discurso ...», 217-218.

para atingir o povo. O ensino religioso surgia assim, intimamente relacionado com a ação do prelado como “pastor de ovelhas”, revelando-se de capital importância para evitar o erro e a ignorância, os quais conduziam a desvios em relação às verdades da revelação¹.

A necessidade de instrução e saber eram encarados numa perspectiva de “utilitarismo”, tendo propósitos políticos evidentes. Serviam como meio de controlo e endoutrinamento social no quadro político vigente, mas também como uma tentativa de modernizar a sociedade e as instituições e de fazer uma rutura com a pedagogia tradicional, ainda que esta não se constituísse como uma cisão total². Cenáculo é, como salientou Francisco Vaz, um “homem crente e crente nas potencialidades reformistas da religião”, sendo que o catecismo era encarado como um meio de civilizar, polir os costumes do povo, de modo a incutir-lhes obediência e diligência nos ofícios. O papel dos párocos é o de serem pastores do povo, que devem instruir os seus paroquianos na religião, na física e na nova agricultura³.

Atendendo à forma como encarou a instrução, não considerarmos surpreendente que, nos seus múltiplos escritos, essas preocupações com a pedagogia, a modernização da sociedade e das instituições existam. Avaliar a faceta de Cenáculo enquanto autor implica ter presente a centralidade destas preocupações nos escritos que elaborou.

Similarmente importa relevar no nosso estudo a própria definição de autor e sua evolução. Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, num estudo já clássico sobre o aparecimento do livro, defendem que o ofício de autor, enquanto aquele que auferir os lucros pela venda de exemplares de uma obra que ele próprio escreveu, é um ofício ligado à imprensa, tendo nascido graças a ela⁴. A evolução do conceito de autor e o estabelecimento dos seus direitos foi um processo que se estendeu ao longo dos séculos, depois do advento da imprensa⁵.

¹ Vaz, «O catecismo no discurso ...», 219-220.

² Vaz, *Instrução e Economia ...*, 270.

³ A este propósito ver o capítulo: «O reformismo económico na acção política e na pastoral de D. Frei Manuel do Cenáculo» de Vaz, *Instrução e Economia ...*, 239-313.

⁴ Conceber e admitir a realidade de auferir lucros pela venda dos exemplares era, de acordo com estes autores, impensável antes do aparecimento da tipografia. Cf. Febvre e Martin, *O Aparecimento do Livro...*, 219-220.

⁵ Febvre e Martin, *O Aparecimento do Livro...*, 218-226.

Roger Chartier aprofunda este conceito, interrogando-se sobre “quem é o autor” e argumentando a favor da relevância que possui para os estudos no domínio da História do Livro ¹. Começa por fazer uma síntese sobre as tendências da história do livro no universo francês e inglês, identificando uma propensão, naquilo que chama “mundo de língua inglesa”, de a história do livro surgir, durante algum tempo, como uma história sem leitor e sem autor ². Essa orientação poderia ter-se desenvolvido doutro modo na historiografia francesa do livro, que apresenta um carácter mais imediatamente cultural e social, mas também aqui o autor, ao contrário do leitor parece ter sido, muitas vezes, esquecido ³. Não obstante, surgiram entretanto novas linhas de investigação que, apesar das diferenças entre si, se encontram num ponto comum, que é o de voltar a articular um texto com o seu autor, a obra com as vontades e as posições seu produtor, sem que isso signifique um retorno a uma “perspetiva clássica, soberba e solitária” de um autor cuja intenção encerra a significação da obra ⁴.

Nesta perspetiva, o autor surge como sendo simultaneamente dependente e condicionado. Dependente porque não é o dono do sentido, as intenções que o levaram a produzir determinado texto não se impõem necessariamente a quem produz o objeto material, como os livreiros e impressores, nem a quem dele se apropria mediante a sua leitura. Condicionado porque sofre as múltiplas influências do espaço social onde se processa a sua produção literária ⁵.

Independentemente de toda a problemática crítica sobre “o que é um autor” e o regime de propriedade dos textos ⁶, que evoluiu e sofreu modificações ao longo dos tempos, parece-nos legítimo afirmar que Frei Manuel do Cenáculo, enquanto autor, teve analogamente de se sujeitar aos condicionalismos decorrentes do espaço social onde escreveu os seus textos. Se terá almejado condicionar, ou melhor, influenciar pelos seus escritos os seus contemporâneos, foi, similarmente, condicionado pelo

¹ Chartier, *Libros, lecturas y lectores ...*,58-59.

² Chartier, *Libros, lecturas y lectores ...*,59.

³ Roger Chartier «Frenchness in the History of the Book: From de History of Publishing to the History of reading», em *The 1987 James Russell Wiggins Lecture*, 308-313 (Worcester: American Antiquarian Society, 1988), apud. Chartier, *Libros, lecturas y lectores ...*,59.

⁴ Cf. Chartier, *Libros, lecturas y lectores ...*,60-61

⁵ Chartier, *Libros, lecturas y lectores ...*, 62.

⁶ Sobre esta questão conferir: Michel Foucault, «Qu'est-ce qu'un auteur», *Bulletin de la Societé française de Philosophie*, 73-104, apud. Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 62-63. Existe versão portuguesa do mesmo texto: Michel Foucault, *O que é um Autor?* (Lisboa: Veja, 1992).

próprio espaço onde se situava, marcado por características e necessidades próprias. Sofreu os condicionalismos impostos pelo regime político e de censura existente e também as influências dos “seus pares” e da forma como a sua obra poderia, ou não, ser aceite mediante os códigos sociais da época.

Subscrevendo as palavras de Roger Chartier, depois de Gutenberg a cultura das sociedades do Ocidente pode ser considerada uma cultura do objeto impresso, porque nela os “produtos dos prelos” e da composição tipográfica penetraram toda a rede de relações sociais, veicularam pensamentos e prazeres, instalando-se tanto no foro privado como na praça pública¹.

Esta cultura do objeto impresso pode ser entendida no sentido mais estrito, como um conjunto de novos gestos, segregados por uma nova forma de produzir textos e imagens, ainda que isso não implique considerar a existência de uma rutura com formas anteriores de os produzir. Note-se que, para examinar esta cultura do objeto impresso há que entender, entre outros aspetos, que os materiais tipográficos não podem ser reduzidos às meras intenções dos seus produtores, estando também sujeitos a uma prática inventiva e criativa que se apropria deles de forma distinta². Para tornar esta tensão entre a liberdade do leitor e a eficácia do objeto operacional, são necessários dois tipos de investigação. Um que deve tentar caracterizar as contingências históricas das práticas de leitura, diferenciadas consoante as épocas, os espaços, as condições e as confissões, o sexo e a idade, o aspeto exterior ou a circunstância, sendo referenciáveis através das suas representações nas narrativas de ficção, nos retratos pintados, nas confissões individuais, ou nas cartilhas de leitura. O outro que é conduzido partindo dos próprios objetos impressos, considerados na sua singularidade, reconstruindo os limites impostos à livre circulação dos textos através dos dispositivos tipográficos que os dão a ler e também, graças à análise das impressões diversas e sucessivas de um mesmo texto, as transformações dos seus significados e utilizações³.

O estudo de Frei Manuel do Cenáculo enquanto autor constitui-se como vetor fundamental, entre outros, para a compreensão global da centralidade que o objeto impresso representou na sua trajetória de vida.

¹ Chartier, *As utilizações do objecto ...*, 10.

² Chartier, *As utilizações do objecto ...*, 19- 20.

³ Chartier, *As utilizações do objecto ...*, 21.

Importa ainda esclarecer que, em face das inúmeras obras e escritos de Cenáculo, optámos por avaliar a sua faceta enquanto autor partindo de uma definição de Roger Chartier que, reportando-se a significações que começam a surgir em finais do século XVII, descreve o autor como alguém que deu à luz um livro e o fez imprimir, pressupondo a sua circulação impressa¹. Saliente-se que há múltiplos escritos de Frei Manuel do Cenáculo, produzidos com diferentes intenções e destinados a públicos distintos. Existem memórias ou anotações pessoais, instruções e editais decorrentes da sua atividade enquanto bispo e arcebispo, entre vários outros documentos, impressos e manuscritos². Em face desta diversidade, sentimos necessidade de encontrar um critério que permitisse seleccionar quais as obras que iríamos analisar para traçar o perfil de Cenáculo enquanto autor. Partindo da definição de autor atrás apresentada, julgamos que a obra impressa de Cenáculo, por ele assinada e identificada enquanto tal³, seria aquela que circularia de forma mais sistemática e por consequência, aquela que foi “levada à praça pública”⁴, tendo, por essa via, a possibilidade de influenciar os seus contemporâneos sendo, simultaneamente, condicionada pelo contexto político, social e cultural da época.

3.1.1. A obra impressa de Frei Manuel do Cenáculo.

Tomada a decisão de inventariar a obra impressa de Frei Manuel do Cenáculo, houve necessidade de fazer um levantamento das obras impressas que lhe eram atribuídas, para isso recorreremos às seguintes obras de referência e fontes documentais:

¹ A este propósito ver Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 71.

² Note-se que algumas dessas anotações e memórias pessoais serão apresentadas ao longo deste trabalho, sobretudo no que respeita às memórias de constituição de bibliotecas, como veremos adiante.

³ No conjunto das suas obras encontramos uma que não foi impressa em vida de Frei Manuel do Cenáculo, mas a título póstumo. Constitui-se assim como uma exceção ao critério que aplicamos na selecção dos documentos.

⁴ Refira-se no entanto que, como salientou Bouza-Álvarez, os manuscritos circularam e puderam até, em alguns momentos, servir como complemento e rival dos materiais tipográficos, sendo que nalguns momentos serviram como difusores, eles próprios, de um impresso que era trasladado à mão. As cartas trocadas entre Cenáculo e vários correspondentes parecem atestar esse papel que o manuscrito, nomeadamente as missivas, tiveram na divulgação dos impressos. Cf. Fernando Bouza-Álvarez, «Cultura Escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII», *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, nº 9-10, (2001-2002), 66.

- Inocêncio Francisco da Silva – *Dicionário Bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.
- Diogo Barbosa Machado – *Biblioteca Lusitana. Histórica, crítica e cronológica*. Lisboa: Bertrand, 1930-35. [reedição]
- Biblioteca da Academia das Ciências: M.s.777 [Catalogo das] Composições impressas e m.ss. do Ex.mo e R.mo Sr. Bispo de Beja, Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas¹.

Constatou-se que a obra de Diogo Barbosa Machado não contém muitas das composições impressas por Cenáculo, por contemplar um período aquém da vida de Cenáculo. Em face disso, considerando a conformidade entre as indicações fornecidas pelo catálogo manuscrito da Biblioteca da Academia de Ciências e o Dicionário Bibliográfico Português, optámos por seguir as indicações deste último. Com efeito, este apresenta atualizada a nomenclatura das obras, considerando a forma como estas se encontram nos diversos arquivos, ao contrário do catálogo manuscrito, onde os títulos, apesar de corresponderem, regra geral, às obras, se apresentam aligeirados ou alterados, o que torna mais difícil a respetiva identificação.

Essa pesquisa conduziu-nos à identificação das obras impressas, atribuídas a Cenáculo, que listamos no anexo 4 deste trabalho.

Feita a identificação das obras que Frei Manuel do Cenáculo escreveu e fez imprimir, tivemos de fazer opções de análise. Por isso, e uma vez que não possuímos conhecimentos em Latim que nos permitam ler e analisar as obras nessa língua, que o bispo de Beja publicou, acabamos por não as examinar exaustivamente. No que respeita aos editais, dada a natureza deste tipo de documentos que, muitas vezes, são simplesmente anúncios decorrentes da sua atividade enquanto Bispo/Arcebispo, não se encontrando conteúdos muito “significativos”², procuramos apenas fazer a sua identificação, sem reter muita informação sobre os ditos documentos.

Realizada essa seleção prévia, partimos para a tentativa de localização das diversas publicações, e aí encontramos algumas dificuldades. Com efeito, estas obras

¹ Recorremos ainda a menções feitas noutras obras, como por exemplo o seu Elogio Histórico. Contudo, é nas fontes que acima identificamos, que se faz uma identificação mais sistemática dessas obras.

² Os editais constituem-se muitas vezes, como simples anúncios, não revelando muito acerca do seu pensamento.

encontram-se espalhadas por diversas Bibliotecas e Arquivos, mas não conseguimos encontrar qualquer instituição que reunisse todas as obras de Cenáculo, sendo por isso necessário empreender pesquisas em várias instituições. Efetuámos a nossa pesquisa na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Universitária João Paulo II, Lisboa, na Biblioteca da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, Braga, na Biblioteca da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, na Biblioteca Pública de Braga, na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Biblioteca da Academia das Ciências¹.

Apesar dos esforços que desenvolvemos, não foi possível localizar todas as obras, nomeadamente algumas Patentes que estão referidas como sendo de autoria de Cenáculo. É o caso da “*Patente de 3 de Setembro de 1770.*[s.n.]:[s.n.],1770”, da qual não encontramos qualquer cópia. No que concerne à “*Patente sobre o verdadeiro systema de theologia, que se deve seguir na província da Ordem terceira da Penitencia, segundo a saudável determinação do SS. Padre Clemente XIV.* [s.n.]:[s.n.], [s.n.]”, só encontramos uma versão manuscrita, custodiada pela Biblioteca Pública de Évora², mas cuja língua de composição é o Latim. Também não conseguimos localizar a obra impressa “*Determinações para o bispado de Beja, feitas pelo ex.mo e rev.mo Sr. Bispo da mesma diocese.*[s.n.]:[s.n.],1777” em nenhuma das várias bibliotecas cujo catálogo e acervo examinamos. No que respeita à patente datada de 5 de Maio, conseguimos consultar esta obra na Biblioteca Nacional, tendo constatado erro na identificação do autor. A obra foi publicada em Portugal por mão de Frei Manuel do Cenáculo, na qualidade de Provincial da Ordem, mas é um escrito de Frei Pascoal Varísio, Geral da Ordem Terceira de S. Francisco, que é elaborada para “moralização da sua Ordem”, de acordo com as próprias palavras do seu autor, sendo expedida a partir de Madrid.

Ainda assim, foi ainda possível obter um grande número das obras que nos propusemos localizar e avaliar, num total de trinta e dois exemplares³.

Numa primeira análise, tendo por base os títulos das obras, verifica-se alguma diversidade nos temas abordados por Cenáculo, a que corresponde uma

¹ Cumpre-nos reconhecer que, não obstante as dificuldades que encontramos para localizar algumas das obras, obtivemos, por parte de algumas destas instituições, uma excelente cooperação, facilitando-nos o acesso e a reprodução pessoal por fotografia de algumas das obras.

² Essa versão encontra-se no Códice CIX/2-10 da secção dos reservados da referida Biblioteca.

³ Se incluirmos neste número a Patente de Frei Pascoal Varísio, referida no texto.

heterogeneidade no registo discursivo. O universo temático engloba: Conclusões, Instruções Pastorais, Editais com determinações de organização episcopal e também obras acerca da própria organização do clero, bem como preocupações com o ensino.

No que respeita à língua usada, constata-se uma preponderância marcante das obras escritas em Português, comparativamente às escritas em Latim¹. As primeiras representam cerca de 83% do universo total, conforme espelha o gráfico seguinte:



Fonte: Obras impressas de Cenáculo, anexo 4.

O predomínio de obras na língua portuguesa parece ir ao encontro das alterações que marcam o mundo dos livros, no século XVIII, de acordo com a bibliografia da especialidade². Entre elas, o surgimento de um número cada vez maior de edições em línguas nacionais, sem que isso signifique um rompimento absoluto com “formas antigas” de edição e leitura. Com se sabe, nesta época há um conjunto de alterações expressivas que afetaram os modos de ler e que tiveram consequências também naquilo que era editado e na forma como era editado³. Na prática, multiplicaram-se os usos e práticas dos e com os livros, surgem transformações que se prendem sobretudo com uma multiplicação de formas, práticas, objetos e objetivos de

¹ Salientamos que esta constatação tem por base a observação dos títulos.

² Sobre isto consultar, entre outras a obra: Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*

³ Essas transformações, algumas das quais identificadas na própria época, eram “diagnosticadas” como casos de mania leitora e epidemia leitora, algo que a investigação moderna “batizou” de “Revolução da Leitura”. Isto não significa que essas mudanças significativas se fizessem de forma abrupta e se construíssem a partir da destruição absoluta de práticas anteriores. Cf. Wittman, *Hubo una revolución ...*, 497-498.

leitura e com a heterogeneidade e fragmentação do público leitor¹. Como seria de esperar, estas transformações refletiram-se, analogamente, naquilo que era publicado. Se havia novos públicos, novas exigências por parte dos leitores, também teriam de existir transformações naquilo que era impresso. Uma dessas transformações é a multiplicação de edições em “línguas nacionais”, cuja forma de edição se tornava mais acessível a um maior número de pessoas, dado que o domínio da língua latina era uma competência de um número menor de potenciais leitores.

Frei Manuel do Cenáculo participa das tendências do seu tempo e se há textos de sua autoria que são dirigidos a um “público mais especializado” e portanto escritos em Latim, também há outros textos, destinados a um público com menores competências linguísticas, escritos na língua nacional. Nessa perspetiva, não consideramos essa preponderância surpreendente. Poderá eventualmente evidenciar um desejo de atingir, para determinadas obras, um número maior de potenciais leitores e por essa via, influenciar através delas um maior número de pessoas. É também mais um indício da dicotomia que marca a relação entre a leitura e a produção dos textos, de que já demos nota em momento anterior deste trabalho. De facto, se os autores influenciam outros a partir dos textos que escrevem, ainda que não consigam subjugar a liberdade criativa do leitor e a forma como este aprende e apreende aquilo que lê, também os criadores se vêem de alguma forma influenciados pela época em que vivem, seja pelas preocupações do seu tempo, que muitas vezes acabam por expressar nas próprias obras, seja pela forma como acabam por compor o seu escrito. As línguas de edição, formatos, e outros aspetos materiais do livro acabam por se adaptar às necessidades da época e do público que se pretende atingir, numa dúplice relação de influências.

Não é nosso fim fazer uma apresentação exaustiva do conteúdo abordado, ou das ideias veiculadas em cada uma das obras impressas por Frei Manuel do Cenáculo. O que ocupa o nosso estudo é a identificação das preocupações que sobressaem dos seus escritos. Pretendemos traçar um quadro geral acerca das principais temáticas que ocuparam o Arcebispo de Évora, procurando perceber em que medida estas se constituem como um reflexo da época em que vive, sendo que, pelo teor dalgumas

¹ Wittman, *Hubo una revolución ...*, 536.

dessas obras, podemos adivinhar que deverão ter tido pretensões de se constituir como “modelos” de influência na época.

A leitura integral dos seus escritos permite identificar um conjunto alargado de problemáticas e questões tratadas pelo prelado Pacense. Alguns desses temas relacionam-se diretamente com as funções e cargos que desempenhou, em particular afetos à organização disciplinar, administrativa e outras matérias do culto cristão católico. Há, por isso, obras que se centram especificamente em matérias relativas à organização e moralização da vida religiosa. As preocupações religiosas não se constituem, contudo, um tema exclusivo da sua reflexão. A necessidade de instrução, tanto a do clero, como o ensinamento dos povos, merece similarmente a sua atenção privilegiada.

Globalmente, o universo das obras de Frei Manuel do Cenáculo permite identificar um conjunto de temáticas privilegiadas, que agrupamos em cinco categorias, a saber:¹

- Obras apologéticas e elogios a personalidades;
- Obras sobre a formação do Clero;
- Obras sobre a instrução cristã;
- Obras históricas e de fundamentação histórica e política²;
- Obras de defesa de matéria doutrinal e de culto;

Importa, antes de avançarmos, fazer um esclarecimento adicional em relação à categorização que foi elaborada e à forma como as obras foram incluídas em cada classe. Com efeito, apesar do esforço realizado no sentido de elaborar categorias latas, sem obedecer a critérios muito restritos, onde pudessem incluir-se obras que partilham determinadas características, reconhecemos que esta categorização nos coloca algumas dificuldades. Não é possível obter categorias absolutamente estanques

¹ Importa salientar que a heterogeneidade presente nestas obras dificulta a tentativa de sintetizar os assuntos privilegiados nos escritos do Bispo de Beja. Nessa perspetiva, neste esboço das principais categorias temáticas presentes nestes escritos utilizou-se um critério de definição bastante lato.

² Cumpre-nos realçar que, quando criamos esta classificação” procuramos espelhar e distinguir algumas obras onde Cenáculo procurava sustentar matéria histórica ou política a partir da religião, ou procuravam fazer fundamentação histórica de determinado comportamento.

para situar estas obras, algo que é comum ao esforço de contemplar qualquer acontecimento histórico. Isto implica o reconhecimento que as “fronteiras de análise” são essencialmente criações que se inscrevem numa tentativa de construção e interpretação do próprio “passado”. Essa dificuldade, a necessidade de “construir para compreender” tem, similarmente, implicações na forma como se realizou esta análise.

Ao criarmos estas categorias, privilegiamos uma abordagem que permitisse traçar um quadro geral acerca da faceta de D. Frei Manuel do Cenáculo enquanto autor. Não estamos perante categorias “preexistentes” e muito menos compartimentos nos quais o prelado escolheu inscrever as suas obras. São criações e construções nossas e enquanto tal, não podem ser encaradas como um “retrato absoluto” dos escritos de Frei Manuel do Cenáculo. Note-se porém que há preocupações transversais a várias obras, ainda que, de forma global, estas exibam algumas características e considerações que nos levam a inclui-las em determinada categoria.

Atendendo às diferentes categorias identificadas, verifica-se a predominância dos temas religiosos. Esta apresenta-se compreensível, atendendo à função de Frei Manuel do Cenáculo.

É ainda de frisar a diversidade de estilos de escrita que o prelado usa na elaboração dos seus textos, de acordo com a natureza do escrito e do seu público-alvo. Assim, tanto encontramos textos mais especializados, relacionados com questões de culto ou questões de fundamentação histórica, como textos escritos em estilo catequético. Esta heterogeneidade constitui-se, em nosso entender, como mais um sinal, a par de outros, do ecletismo que marcou a atuação desta personalidade.

As obras apologéticas e elogios a personalidades

Esta categoria engloba, fundamentalmente, as duas obras que Cenáculo escreveu como o fim de elogiar determinadas personalidades, ou de fazer a apologia de certa doutrina ou pensador. Assim, aqui incluímos obras como são exemplo o

“Elogio Fúnebre do P. Frei Joaquim de S. José [...]”¹ e as “Advertências Críticas e apologéticas [...]”².

Focalizando a nossa atenção no caso específico destas obras é possível verificar que têm, como se pode depreender até pelo título que ostentam, características muito diferentes. Seja com for, no seu conjunto, as duas convergem na defesa que fazem a determinada personalidade, ainda que essa apologia seja realizada de forma e com objetivos diferentes. Com efeito, enquanto na primeira obra se faz a defesa da atuação de Frei Joaquim de S. José, fazendo o elogio do seu percurso de vida, na segunda faz-se uma defesa de Raimundo Lúlio, pretendendo justificar também algumas das ideias e teorias que este beato defendeu.

O “Elogio Fúnebre de Frei Joaquim de S. José” é uma obra datada de 1757. A versão a que acedemos foi impressa na oficina patriarcal de Francisco Luíz Ameno³. Trata-se de uma obra essencialmente encomiasta, escrita num tom predicatório, através da qual D. Frei Manuel do Cenáculo louva o seu mestre. Constitui-se como o panegírico daquele a quem Cenáculo considera dever muito daquilo que sabe. Isso mesmo é revelado pelo próprio noutra obra, quando afirma: “ O Illustre Professor Frei Joaquim José, a cuja disciplina devo esta voz; e se acaso há em mim qualquer outra que menos desagrade, sujeito formado por graça especial para educar a mocidade, tanto em costumes, como em letras [...]”⁴.

É um escrito relativamente curto, de apenas vinte e quatro páginas, onde se traça o esboço biográfico, o percurso formativo e trajetória profissional de Joaquim José Crespo, que passou a designar-se Frei Joaquim de S. José depois de ter professado na Ordem Terceira⁵. O Bispo de Beja exprime a sua forte admiração pelo mestre,

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Elogio funebre do P. Fr. Joaquim de S. José, doutor theologo conimbricense, definidor geral da religião franciscana, e provincial da terceira ordem da penitencia. Dado á luz por Joaquim Rodrigues Pimenta* (Lisboa: Offic. Francisco Luis Ameno, 1757).

² Frei Manuel do Cenáculo, *Advertencias criticas e apologeticas sobre o juizo que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o dr. Apollonio Philomuso, e communicou ao publico em a resposta ao «Retrato de morte-côr», que contra a auctor do «Verdadeiro Methodo d'estudar» escreveu o reverendo D. Alethophilo Candido de Lacerda.*” (Coimbra: Oficina Antonio Simões 1752).

³ Cenáculo, *Advertencias criticas e apologeticas...*

⁴ Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Historicas e Apendiz segundo à disposição quarta da collecção das disposições do superior provincial [...]* (Lisboa: Régia Oficina Typografica, 1794), 199.

⁵ Frei Manuel do Cenáculo, *Elogio Fúnebre do Padre Frei Joaquim de S. Joseph [...]* (Lisboa: Oficina Patriarcal de Luís Ameno, 1757), 2.

realçando os seus dotes de oratória, bem como o seu papel como latinista¹. Teriam sido estas aptidões a possibilitar a ascensão e notabilização desta personalidade dentro da Província da Ordem Terceira, vindo a assumir o cargo de Provincial².

No conjunto das duas obras, merece especial atenção o título “*Advertências Críticas e apologéticas sobre o juízo que nas matérias do B. Raymundo Lullo [...]*”³, que se constitui como uma obra mais densa em termos do pensamento revelado por parte do prelado. A obra, além de um elogio a Raimundo Lúlio, é ainda um texto apologético das teorias e ideias deste beato, contrariando algumas críticas de outros pensadores⁴.

A versão deste trabalho a que tivemos acesso é de 1752⁵. Trata-se de um escrito extenso, composto por cento e vinte e duas páginas, que incluem a publicação de documentos, com os quais se pretende comprovar algumas das ideias apresentadas. O texto pretende, tal como Cenáculo define logo nas páginas iniciais, “introduzir na Republica erudita noticias verdadeiras, que desmintam o errado conceito, que muitos Doutos por falta daquellas [...] tem formado de Lullo”⁶. O Bispo de Beja procura, de acordo com as suas próprias palavras, “impugnar um parágrafo das cartas do autor do “Verdadeiro Método de Estudar”⁷, no qual este “chamava louco a Raymundo Lullo”⁸.

Ao longo destas páginas Frei Manuel do Cenáculo começa por apontar a necessidade de muitos críticos conhecerem Raimundo Lúlio para o poderem criticar, o que considera que não acontece. Em face do desconhecimento revelado, esses críticos deveriam na opinião do prelado, “estar calados”. Prossegue depois a sua reflexão, defendendo que grande parte da controvérsia existente a este respeito se resume a dois pontos, que são a santidade e a doutrina de Lúlio⁹.

Para combater a ignorância acerca de Lúlio, Frei Manuel do Cenáculo propõe-se a avaliar individualmente algumas das suas proposições e a apresentar dados que

¹ Com efeito, D. Frei Manuel do Cenáculo escreve que o seu Mestre foi dotado de uma capacidade extraordinária de se exprimir, notabilizando-se na “cadeira, no púlpito e na conversação”, assim como por aquilo que escreveu. Considera-o “um dos melhores estudantes que a Escola da Companhia de Jesus produziu”.

² Cenáculo, *Elogio Fúnebre...*,7.

³ Cenáculo, *Advertências críticas...*

⁴ Concretamente as críticas de Luís António Verney.

⁵ Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*

⁶ Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 3.

⁷ De Luís António Verney.

⁸ Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*,3.

⁹ Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*,3.

esclareçam quem foi, o que fez e onde se destacou o Beato Raimundo, combatendo aquilo que são as falsas acusações que lhe são feitas. Grande parte da obra espelha justamente essa pretensão, denotando-se um esforço constante em combater, ponto por ponto, as acusações que eram levantadas contra Raimundo Lúlio.

A forma como Cenáculo impugna a alegação de que Lúlio tivesse dito mais de cem heresias, constitui-se como um exemplo demonstrativo desse combate. O prelado tenta desmontar aquilo que considera como “monstruosidade de falsidades”¹, começando por anotar, desde logo, as incongruências e a disparidade temporal da crítica que é feita. Declara a impossibilidade de um acontecimento ter tido lugar em determinada época, o que, na sua opinião, impossibilita e minoriza a alegação feita pelo crítico. Para sustentar aquilo que diz recorre a numerosa bibliografia e documentação, de modo a não permitir a formação de qualquer dúvida acerca da falsidade das acusações que são, em seu entender, mal feitas. O trabalho realizado pelo bispo de Beja nesta proposição é repetido em todas as outras. Apontam-se dados de carácter prático, procurando sustentar aquilo que se defende com as posições de outros autores e fontes documentais. Recorre-se similarmente a matérias de carácter doutrinal para suportar a apologia de Raimundo Lúlio.

Para além de rebater vários pontos que são apontados por críticos, Frei Manuel do Cenáculo apresenta, no final da obra, alguns documentos com os quais pretende consolidar a sua posição. São disso exemplo a transcrição de uma Oração em latim, contendo a comemoração que se costuma fazer em Maiorca ao beato Raimundo Lúlio, passando pela cópia de várias sentenças respeitante a Bulas Papais contra a Doutrina Luliana e contendo decisões definitivas a este respeito, mas também a transcrição de privilégios que lhe foram concedidos, assim como do Decreto do Bispo acerca de alguns casos envolvendo a imagem do Mártir Raimundo Lúlio. Este anexo documental termina com uma reprodução da carta régia de D. Pedro de Aragão ao Papa.

A leitura desta obra permite constatar que Frei Manuel faz a defesa do beato contra a “sem razão” com que é impugnado², tanto em Portugal, como no estrangeiro, estrangeiro, nomeadamente em Espanha. Com efeito, o bispo demonstra estar bem informado e conhecer de forma profunda a evolução desta questão, não se coibindo

¹ Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 5.

² Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 4.

em “apontar o dedo” aos críticos do país vizinho. Nessa perspetiva, sobressai a forma como Frei Manuel do Cenáculo conhece aquilo que foi dito, em muitos lugares e por autores distintos, acerca de Raimundo Lúlio¹.

Cumprir realçar que as correntes lulianas e a presença, no reino português, dos textos e dos ideais do “Doutor Iluminado”² encontram-se documentadas a partir do século XVIII, mas conheceram uma progressiva modificação das incidências doutrinárias, examinadas no quadro dos novos conditionalismos de cada época³. A projeção, em Portugal, das diversas fases do Lulismo espanhol vem confirmar a “lei da reciprocidade”⁴ das influências e repercussão de sucessos entre as culturas das duas nações ibéricas. A presença do pensamento de Raimundo Lúlio em Portugal, na época em que D. Frei Manuel do Cenáculo viveu, não foi intensa nem determinante. Ainda assim foi, de acordo com Gama Caeiro, significativa, tanto pela receção de temas procedentes de épocas anteriores, como por uma reelaboração doutrinária, que se patenteia nas polémicas das teses lulistas e anti lulistas⁵.

Convergindo nesta linha de pensamento, Diogo Ramada Curto aponta para a existência de sociabilidades peninsulares em termos culturais e literários, as quais acabam por se manifestar em processos que ocorrem paralelamente nas duas nações ibéricas. Esta apologia, feita por Cenáculo a Raimundo Lúlio, ilustra exemplarmente esses paralelismos⁶. Subscrevendo as palavras do autor, verifica-se que a defesa do “Doutor Iluminado”, feita por Frei Manuel do Cenáculo, se insere na polémica que emerge em torno da obra de Verney, mas indicia também uma rede de influências que conduz à existência de processos transversais aos dois países, constatando-se que também Feijóo, intelectual espanhol, havia criticado a “*Ars Luliana*”. A obra de Cenáculo constitui-se, assim, como mais um testemunho acerca da existência de sociabilidades intelectuais peninsulares e paralelismos no mundo cultural dos dois

¹ A impugnação das críticas procura ir além do simples louvor a esta figura. O Bispo de Beja sustenta o seu pensamento em documentos concretos, que entende como factos comprovados daquilo que defende.

² Nome pelo qual também foi conhecido o Beato Raimundo Lúlio.

³ Caeiro, *Dispersos*, 317.

⁴ Utilizamos a expressão do próprio autor.

⁵ Caeiro, *Dispersos*, 295.

⁶ Diogo Ramada Curto, «A História do Livro em Portugal, uma agenda em Aberto», *Revista Leituras – O livro Antigo em Portugal e Espanha*, nº 9-10 (2001-2002), 37.

países. Estas sociabilidades terão permitido as bases de uma reação crítica frente à atração que seria exercida pela França na primeira metade do século XVIII¹.

Saliente-se ainda que a revivescência do lulismo no nosso país permitia preparar os espíritos para aceitação e uma nova orientação filosófica de que Cenáculo se revelaria defensor. Com efeito sustentaria, no pensamento do bispo de Beja, o combate à Escolástica e permitia sustentar o “Matematismo” da época, pela simplicidade, racionalidade do sistema e afinidade com o método matemático das doutrinas lulistas².

Obras sobre a formação do Clero

A formação do clero mereceu, como se sabe, um cuidado constante do Bispo de Beja. O clero deveria ser o “professor” do povo, instruindo-o através da sabedoria e do exemplo pessoal³. A tónica na formação do clero é espelhada em diversos materiais documentais, como são exemplo: as cartas que permutou, as quais referem algumas diligências para melhoria dos estudos. A obra escrita que D. Frei Manuel do Cenáculo leva ao público ilustra, analogamente, as suas inquietações nesse domínio. Com efeito, o prelado identifica, em alguns dos escritos que compõe, carências na formação do clero, apontando aquelas que, na sua ótica, seriam as soluções para obter um clero mais instruído e com isso mais competente e capaz de se colocar ao serviço do povo e do “bem público”.

Frei Manuel do Cenáculo ambiciona a constituição de um clero “moderno”. Como bem salientou Francisco Vaz, para Cenáculo o “povo trabalhador precisa de pastores à altura, que saibam do seu ofício, que dirijam o povo para o bom caminho”⁴. Isto implica a existência de um corpo religioso instruído, que esteja atento aos problemas e às dificuldades do mundo, capaz de responder, pelo conhecimento e pelo exemplo, às diversas solicitações que lhe sejam formuladas. Daí o relevo que atribui a esta temática, entre o universo dos seus impressos.

¹ Curto, «A História do Livro em Portugal, ...», 37

² Cf. Caeiro, *Dispersos...*, 330-331.

³ Cf. Vaz, coord., «*As bibliotecas e os livros...*», 483-484.

⁴ Francisco Lourenço Vaz, «Piedade Cristã e Reformismo Económico na acção pastoral de Frei Manuel do Cenáculo», em *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular Sociabilidades Representações Espiritualidades* (Lisboa: Centro de História da Cultura Terramar, 1999), 282.

No conjunto multiforme de obras compostas por D. Frei Manuel do Cenáculo, há dez que poderemos incluir nesta categoria, tais como, as “*Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*”, as “*Memórias Históricas e Apêndice segundo à Disposição quarta do Superior Provincial para observância dos estudos da Congregação da Ordem Terceira*”, os “*Cuidados Literários do prelado de Beja em graça do seu Bispado*”, a “*Instrução Pastoral ao Clero e Ordinandos da sua Diocese*”, a “*Instrução Pastoral sobre os estudos físicos do seu clero*”, a “*Instrução pastoral sobre a modéstia dos vestidos do clero*”, a “*Instrução pastoral sobre alguns pontos da disciplina eclesiástica*”, a “*Carta e outras instruções sobre os trabalhos presentes da Santa Igreja*”, a “*Instrução pastoral do Arcebispo de Évora*”¹, as “*Disposições do Superior Provincial para a observância regular e literária da Congregação*”².

É certo que se constatarem diferenças de estilo entre os escritos que versam a educação do clero, tal como o referimos em relação à outra categoria. No universo de escritos aqui incluídos encontramos obras de fôlego, bastante extensas e fundamentadas, dirigidas à “*República das Letras*”. São trabalhos que obtiveram alguma repercussão pública, conforme se pode constatar pelas inúmeras referências entre a correspondência que permutada. A par, textos de formato diverso, instruções dirigidas ao público que se encontra sobre a jurisdição do Bispo de Beja, cujo objetivo primordial é o de regular e ordenar determinados aspetos práticos da vida clerical.

De entre as múltiplas obras que denotam uma preocupação com a modernização e organização do clero, merece especial destaque os “*Cuidados Literários do prelado de Beja em graça do seu Bispado*”³. É um dos textos mais longos do prelado, composto por 552 páginas, constituindo-se como um dos mais completos e densos no que concerne a esta temática. É seu objeto considerar “as causas da religião vistas na mais estrita dependência das letras, depois da graça divina”⁴. Com efeito, como foi realçado por de Francisco Vaz, esta obra é como que um “manual de instrução para professores e para a elite eclesiástica e civil”⁵. A sua leitura permite verificar que, além da defesa

¹ Note-se que há duas pastorais do arcebispo de Évora da mesma data, uma dirigida ao clero, outra aos fiéis.

² Atualizámos a grafia na identificação dos títulos.

³ Frei Manuel do Cenáculo, *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado* (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1791).

⁴ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 1.

⁵ Vaz, «As Bibliotecas e os Livros ...», 485.

da instrução e formação da elite religiosa e civil, propõe-se, em simultâneo, um verdadeiro programa de atuação para conseguir cumprir esse desígnio.

A análise desta composição escrita permite constatar que Frei Manuel do Cenáculo se manifesta a favor da associação entre a religião e o estudo das letras. Isto teria influência, de acordo com o prelado, na própria disciplina dos ordinandos, constituindo-se como fundamental para a sua formação. Esta perspetiva deveria, por isso, estar sempre presente, tanto no pensamento dos ordinandos, como dos seus instrutores. Estes ordinandos teriam fitos em si, quer os olhos das suas famílias, quer os olhos dos povos, sendo por isso fundamental que se dedicassem a instruir-se por excelentes livros, de modo a serem aproveitados e a servirem pelo exemplo¹. Note-se que os ordinandos são vistos com estando numa idade, que o bispo de Beja considera, “mal segura, em fervor de enganos e distrações lisonjeiras, causa de fácil ruína [...] mas, debaixo desse risco está um espírito capaz de boa direcção”. Se obtivessem essa boa direcção, os instruendos seriam capazes de “servir com dignidade a Igreja e com préstimo os Homens na causa da salvação eterna”. Sobressai assim a ideia da utilidade da instrução, a que já atrás fizemos referência. Uma proficiência que Cenáculo pretende que se reflita na igreja e moralização dos seus intervenientes, mas também nos Homens e por essa via, na sociedade. Constitui-se obrigação dos Homens da Igreja o esforço contínuo de dignificação e de aprendizagem, estudando afincadamente para desempenhar com virtude os seus ofícios de eclesiástico. As aulas devem servir como “antídoto para os envenenados encontros de toda a vida: a tempestade das paixões e eficácia nas doutrinas”².

Tendo em vista conseguir estes eclesiásticos, formados com capacidade para se prevenirem desses “envenenados encontros da vida”, Cenáculo escreve este livro, onde reflete sobre os métodos a seguir para obter essa instrução, procurando “satisfazer as pessoas, que na crise dos estudos e na contradição das ideias, entre estudos velhos censurados, e estudos novos de reforma desejam luz e acerto”³. As aulas deverão possibilitar aos ordinandos os arbítrios e o poder de ensino para explicar as verdades augustas dos Mistérios, para mortificar as indecências de culto e polir os seus desempenhos com decoro e santidade, para dissipar com decência o vício, para

¹ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 1.

² Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 2.

³ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 3.

tornar a vida cristã limpa de procedimentos imundos, para esfriar nos povos as “cinzas de ódio” e para socorrer aflitos miseráveis¹. Será esta sabedoria que os habilitará a conduzir os povos.

Frei Manuel do Cenáculo delineia todo um programa para conseguir facultar esta formação aos clérigos, dedicando-se também a examinar e apontar aquilo que deve ser a relação entre mestres e discípulos, tendo em vista atingir esse objetivo. Esse programa é apresentado pormenorizadamente ao longo da obra, esclarecendo-se como devem fazer-se os estudos nas diversas modalidades: História Literária, Línguas, Método das Ciências, Lógica, Geometria, Matemática e seu método, Catecismo, Teologia e suas divisões, Metafísica, Jurisprudência eclesiástica, entre outras áreas do saber.

De entre o vasto universo de propostas realizadas em cada um dos pontos destacamos, a título ilustrativo, a “*lição de métodos e avisos para o progresso das ciências*”. Neste ponto, Frei Manuel do Cenáculo sustenta qual o método que deveria ser utilizado para obter esse aperfeiçoamento. Defende que este não se pode fazer sobre a brutal destruição de tudo que era antigo, afirmando: “não foram os antigos tão descuidados e negligentes, como hoje são os que estão esquecidos das virtudes dos maiores”². Descreve pormenorizadamente a condução da aprendizagem por parte desses antigos, expondo alguns dos preceitos que estes seguiram. O bispo de Beja procura assim sustentar as suas próprias propostas neste domínio, as quais evidenciam, muitas vezes, o carácter “conciliador” de quem rejeita recusar tudo o que existia apenas porque era o “estudo dos antigos”.

Outra proposição, presente nesta obra, que realça as preocupações do prelado no domínio da formação, é o ponto no qual Frei Manuel do Cenáculo se dedica a refletir sobre o *Estudo de Línguas*, entre as quais a Grega. O bispo começa por tentar sustentar a existência deste estudo recorrendo a argumentação bíblica. Fundamenta o seu raciocínio nos escritos do apóstolo S. Paulo, que defendeu que quem falava uma língua desconhecida poderia bem ensinar-se e edificar-se a si mesmo, mas não poderia ensinar e edificar os que não o entendiam. Pelo contrário, o que profetizava sendo entendido por todos, a todos ensinava e edificava, nunca o podendo fazer se não

¹ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 4.

² Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 17.

soubesse as línguas necessárias¹. Frei Manuel do Cenáculo valoriza assim o estudo das línguas, entendido como fundamental, uma vez que o seu conhecimento permitiria a observância da missão evangelizadora que atribui ao clero. A sua reflexão neste domínio prossegue com o argumento que é necessário o entendimento das línguas, nomeadamente a grega na qual, como se sabe, se encontram escritos alguns dos livros que compõe a Bíblia, para uma melhor compreensão da doutrina cristã. Considera que o “o fiel que levanta o seu coração a Deus no tempo em que ouve a língua que não entende, não poderá confirmar com reflexão a doutrina em nome do Povo que ouviu, nem proferir a resposta de preces com prazer e edificação pela palavra *Amen*, pois ignora a matéria [...]”². O dom do entendimento das línguas serve assim para examinar os textos, para consultar as fontes e, desse modo, como meio de compreensão e explicação conveniente das doutrinas³.

A exposição que faz a propósito da instrução em línguas procura, similarmente, conter algumas objeções colocadas a este estudo. D. Frei Manuel do Cenáculo considera que a “Igreja sempre quis o entendimento dos homens alumiados”, sendo que “as cautelas de alguns Ministros se deviam ao receio de devassa do Texto Santo por parte de ignorantes”⁴. O cultivo dos estudos das línguas é apresentado como algo que contribui para a edificação da Igreja, uma vez que um bom interprete levanta a sua autoridade, conduzindo o serviço eclesial fundamentalmente⁵.

Ainda que valorize o estudo das línguas, Frei Manuel do Cenáculo sustenta a necessidade de fazer uma diferenciação entre o Templo e a Academia, argumentando que estes têm diferenças na maneira de propor as verdades, de as inculcar e de as defender. Por isso, aponta a indispensabilidade dos intérpretes serem ordenados e edificados, alegando que quando a Ordem Física e Política não conspiram efetivamente para o mesmo fim com a Mística, não se adiantam os projetos morais⁶. Protesta contra os vícios negativos e caprichos de alguns intérpretes, responsáveis por desviar o Ministério da Palavra da sua sinceridade natural⁷. O prelado Pacense reage assim, parafraseando Pedro Calafate, contra a dimensão escolástica, insurgindo-se

¹ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 35.

² Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 36.

³ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 37.

⁴ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 42.

⁵ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 44.

⁶ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 45.

⁷ Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 46.

contra a mediação das traduções espúrias e reclamando a pureza dos textos, lidos no original grego ou latino¹.

No conjunto multiforme de propostas apresentadas por Frei Manuel do Cenáculo nesta obra, sobressai um desejo vincado de formação da parte do clero. Esse estudo deve abranger um conjunto diversificado de áreas do saber, alicerçando-se numa defesa do espírito das Luzes que chama à ordem do religioso, a valorização da antiguidade². Esta facilita e auxilia o trabalho dos modernos, que conseguem ver mais longe por terem aprendido as lições dos “antigos”, numa ambição de melhoria social assente na manutenção das estruturas políticas existentes.

A obra terá sido redigida em oposição à interpretação dominante das Luzes na época³. O texto “*Cuidados Literários*” deve ser visto, antes de tudo, “como um longo ataque público ao aparente espírito de rutura reivindicado pela Academia de Ciências de Lisboa”⁴. Esse ataque público que pretende rasgar o discurso feito pela Academia, a qual chamava a si um lugar cimeiro na emergência do “espírito das Luzes”, não é feito, em nome da defesa das trevas. Como notou o autor que citamos, Cenáculo reclama para si a imagem das Luzes, que são indissociáveis da esfera religiosa e do “estudo pertinaz por excelentes livros”. As Luzes seriam alicerçadas num estudo que não deveria esquecer o passado, mas antes buscar nesse passado e numa ordem antiga dos saberes, inspiração para as tarefas a realizar⁵. Para isso, era necessário fazer a história das academias, conferências literárias e outros modos de “união de sábios armados conta a ignorância, diligentes e activos em levar pelo mundo luzes”⁶. Analogamente, esta obra constitui-se como um bom exemplo do retomar da herança

¹ Calafate, dir., *História do Pensamento filosófico...*, 28.

² Calafate, dir., *História do Pensamento filosófico...*, 28.

³ Essa interpretação, veiculada na época pela Academia das Ciências e também em muita historiografia produzida neste domínio, colocava na expulsão dos Jesuítas, na Reforma da Universidade de Coimbra e na fundação da Academia de Ciências, a fronteira que dá início a uma nova era dos estudos e do ensino e por essa via, à presença mais significativa dos valores das Luzes no nosso país. Cf. Curto, «A História do Livro em Portugal...», 43.

⁴ Esse ataque foi acompanhado pela circulação de algumas sátiras manuscritas, eventualmente suscitadas pelo Bispo de Beja, nos quais se colocava em causa a rutura reclamada pela Academia neste domínio. Cf. Curto, «A História do Livro em Portugal...», 43.

⁵ Curto, «A História do Livro em Portugal...», 43.

⁶ Cenáculo, *Cuidados literários*, 14-17, *apud* Curto, «A História do Livro em Portugal...», 43.

humanista que se constitui como uma característica do movimento das Luzes nos países do Sul da Europa¹.

D. Frei Manuel apresenta-se, desta forma, como uma personalidade preocupada e esforçada com o combate à ignorância, diligente no apontar de caminhos para vencer esse desafio e na procura de atingir patamares de instrução que possam ser úteis ao progresso social. Trata-se, em nosso entender, de um esforço de influenciar a sociedade onde vive, de modo a obter melhorias num quadro de utilidade social, que poderá analogamente, representar uma tentativa de construção da própria memória.

Em “*Memórias Históricas e Appendix segundo [...]*”², o prelado Pacense regista a evolução dos estudos na Ordem Terceira, ao longo dos tempos. Trata-se, igualmente, de uma obra bastante extensa, de 318 páginas e que obteve visibilidade, de acordo com as referências veiculadas nalgumas cartas, as quais parecem testemunhar que circulou com alguma regularidade no círculo de homens das letras.

A obra organiza-se por épocas, sendo examinados a qualidade da doutrina apresentada e o leque de estudos vigentes. Apresenta ainda a reprodução de alguns documentos, incluindo vários comentários acerca da evolução da vida da Ordem ao longo dos tempos.

Ainda que ao longo das suas páginas Frei Manuel do Cenáculo procure destacar a memória da Ordem, reconhecendo, logo na introdução, que a “memória dos maiores é proveitosa e agradável”³, a obra é, quanto a nós, muito mais que uma simples tentativa de engrandecimento da sua congregação religiosa⁴. Frei Manuel do Cenáculo aspirava a mais, desejava mostrar caminhos a seguir na atualidade, sobretudo no que respeitava à organização, instrução e modernização do clero. Note-se que o próprio bispo de Beja assegura, na introdução deste escrito, que trabalhou para desenterrar espécies literárias desconhecidas e criar uma narração que servisse

¹ Cf. Franco Venturi, *Utopia and Reform in the Enlightenment*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1971), 117-137.

² Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Históricas e Appendix segundo à disposição quarta da collecção das disposições do superior Provincial, para a observância, e estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*, (Lisboa: Regya Officina Typografica, 1794).

³ Cenáculo, *Memórias Históricas e Appendix...*, 1.

⁴ Certamente, também deverá ter ambicionado essa exaltação, sobretudo se tivermos em conta as problemáticas e disputas por protagonismo que marcaram a vida das Ordens Religiosas, nesta, e noutras épocas. Importava por isso demonstrar a grandeza da Ordem, patenteada nos progressos evidenciados nos estudos.

de estímulo aos estudos, sendo mostradas as causas e os efeitos dignos de imitação, ou de censura¹. Considera que, sendo o Corpo Regular uma parte considerável do Estado, tem obrigação de zelar, com todos os outros, para a felicidade do Império, servindo-o sem defeito, fazendo com estas virtudes base às perfeições da Ordem Sobrenatural. Competia ao elementos da Ordem Terceira dar o exemplo, seria esse que animaria os alunos a serem advertidos e exemplares, aperfeiçoando-se dia-a-dia². Frei Manuel do Cenáculo pretende, ao longo deste texto, apontar caminhos, mostrando os bons e maus exemplos do desenvolvimento dos estudos na Ordem. Defende que devem mostrar-se não somente as virtudes, mas também os prejuízos e infortúnios que, na literatura, tiveram os Claustros da Ordem Terceira. É conhecendo os “motivos da desgraça” que se podem encontrar os meios para a reparar com vantagem, o que se refletiria no esplendor do país e da Igreja³. Com efeito, a leitura da obra permite constatar que o bispo de Beja faz uma jornada pelo que de bom e mau se fez nos estudos da corporação, não se coibindo de indicar alguns problemas e controvérsias que surgiram. Essas são indicadas para definir formas de as resolver e superar, dentro de um espírito de progresso na instrução, formação e comportamento do clero da Ordem. Nessa perspetiva, o prelado defende que a corporação religiosa não se deveria cingir a uma “humana certa maneira de estudos pouco apoucada, e de arbítrio mesquinho”, devendo ser polida nas erudições dos homens comuns, sendo capaz de os atrair. Para isso é necessário o encadeamento das Artes e Ciências. Ainda que a Teologia seja a “profissão”⁴ do religioso, constituindo-se como um vetor imprescindível na sua formação, essa não tem a “dignidade acabada se faltam o ornato, as Línguas e a considerável variedade de erudições de que ela se inteira”. Dentro dessa linha, são fundamentais os Estudos de Línguas francesa, inglesa, italiana, grega, hebraica, arábica, e siríaca. Do mesmo modo, os estudos da Matemática são vistos como úteis. Com efeito, o bispo defende que “o préstimo da Matemática para a Teologia, Filosofia e uso do mundo é visível, e maior que todos os argumentos para a recusar.” A estes associam-se os estudos de Filologia Sagrada e profana, o conhecimento das Sagradas Escrituras, o conhecimento dos Santos Padres e a erudição

¹ Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 1-2.

² Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 2.

³ Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 2.

⁴ Reproduzimos a própria expressão de Frei Manuel do Cenáculo.

de Direito Eclesiástico e “de quanto possa formar huma congregação benemérita no juízo das Pessoas competentes em serviço de Deus, e da Religião”¹. Essa economia dos estudos foi, de acordo com Frei Manuel do Cenáculo, estudada e conferida com sujeitos de capacidade, tendo sido firmada através de um plano de estudos da Ordem Terceira. No entanto, para que seja verdadeiramente eficaz, é necessário que este esforço de reprogramação dos estudos se una aos de outras corporações religiosas, com o mesmo espírito de alcançar melhorias². Esse progresso, a modernização que se almeja refletir-se-ia, com vantagem na própria nação, contribuindo conseqüentemente para a utilidade e bem público.

Nas “*Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*”³ exprimem-se as mesmas preocupações com a obtenção de um corpo religioso moralizado. Uma nota prévia da própria obra, defende que este texto “pretende estimular a Mocidade para ser erudita e passar além do sistema escolástico exclusivo”⁴. É um escrito que, de acordo com o assumido pelo autor, pretende fazer descobrir novos horizontes, não desejando que quem a leia fique “satisfeito” com o que nela encontre, mas antes procure alcançar mais. Esta é, analogamente, uma obra extensa, de 316 páginas, tendo sido objeto de algumas permutas epistolares com outros eruditos.

O livro encontra-se dividido em partes muito distintas. A primeira dedica-se a avaliar diversas matérias de carácter doutrinal, desde a criação do mundo, até ao início da pregação de Cristo e sua continuidade por parte dos apóstolos, em várias partes do mundo. A segunda parte dedica-se a apresentar dados sobre a eloquência dos Oradores até à restauração das Letras. Aqui defende-se Jesus Cristo como primeiro mestre da eloquência, fazendo-se similarmente um exame do progresso da Oratória ao longo dos séculos, em regiões distintas. A terceira parte incide sobre a eloquência depois da Reforma da Letras, anunciando os vícios do Púlpito e a reforma que foi empreendida nesta arte. Neste ponto o bispo de Beja discorre sobre diferentes pregadores na reforma do Púlpito, expondo indicações acerca do método de pregar, assim como defeitos e correções no sistema. Apresenta ainda um apêndice acerca da evolução da Oratória Sagrada em Portugal. Na quarta parte D. Frei Manuel do

¹ Cenáculo, *Memórias Históricas e Appendix...*, 209.

² Cenáculo, *Memórias Históricas e Appendix...*, 210.

³ Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito por hum religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*, (Lisboa: Regya Officina Typografica, 1774).

⁴ Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, IX.

Cenáculo reflete sobre a questão da disciplina da Igreja no exercício da Oratória Sagrada. Explicita quais os motivos do rito do púlpito, quem são as pessoas competentes e incompetentes para este exercício, qual a postura a ter no púlpito, os locais apropriados para o praticar, bem como qual deve ser a duração dos sermões e que abusos eram cometidos, entre outros aspetos.

Paralelamente às quatro partes, o livro apresenta ainda um discurso acerca do ministério do púlpito de carácter mais “pragmático”, dividido em duas partes, no qual se expõe as matérias que fazem o objeto dos pregadores e a forma como se deve desempenhar este ministério.

No conjunto da obra são expostos os defeitos que afetaram a Oratória ao longo dos tempos, em diferentes países, defendendo-se que à imperfeição relacionada com a utilização de um método rústico de pensar e de exprimir as doutrinas, através de uma locução tosca e simples, comuns até ao século XV, se juntaram outros problemas. Com efeito, Cenáculo defende que os anos seguintes trouxeram erros de “maior desacordo, e de maior reprovação”, uma vez que os pregadores se desviaram da Verdade na matéria, e na forma, com o objetivo de engrandecimento pessoal enquanto Oradores¹. Contudo, de acordo com o bispo, com a renovação das Letras profanas começou também a dar-se o devido exercício à Oratória Sagrada, evidenciando-se que nos finais do século XV e XVI já se procurava, nalguns casos, corrigir a “sinceridade de pregar”². Ainda assim, permaneciam alguns defeitos que o prelado considera que “nasciam da má educação das Escolas em que Aristóteles dominava”³. Frei Manuel do Cenáculo aponta, concretamente, aspetos que se prendem com a disciplina da igreja no cumprimento deste exercício, explicitando motivos que justificam os ritos do púlpito, quem deve praticar a oratória, em que condições, tempo dos sermões, solenidades em que era executado, com eram escolhidos os assuntos, entre outros aspetos práticos deste exercício. Paralelamente, defende quais as virtudes pedidas aos oradores, que devem ser “Anunciadores do Evangelho como Ministros de Deus”, homens cheios de probidades, capazes de induzir à perfeição, ainda mais com o exemplo do que com palavras. Devem por isso confiar

¹ Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* ..., 84

² Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* ..., 88.

³ Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* ..., 91. Entretanto, começaram a surgir alguns pregadores que desenvolveram o gosto de serem eloquentes por legítimos preceitos, nomeadamente em Itália e Inglaterra. Cf. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* ..., 94.

mais na Graça, do que nos débeis, mas necessários, esforços da sua diligência. O seu objetivo é o de “desviar da condenação eterna a muitos, cuja felicidade saudável depende talvez das palavras de hum pregador”, devendo fazer-se ao cargo “por um cálculo certo, mas inexplicável, do lucro que pode produzir a boa doutrina”¹. O maior defeito dos pregadores consiste precisamente no desvio do objetivo que se atribui à sua missão, isto é, a incapacidade de ser embaixador da Igreja e de Deus. Exige-se por isso que o orador seja “Juiz, Médico, Pai dos Povos, Embaixador e Boca do mesmo Deus”².

Globalmente, podemos considerar que este trabalho procura mostrar aos estudantes a importância da pregação. Ao mesmo tempo, ensinam-se os erros, os defeitos e as posturas impróprias que se querem evitar, expondo-se, similarmemente, as regras “formais e rituais” que estabelecem este “ofício de pregador”. Constitui-se como uma espécie de manual prático de “como desempenhar com sucesso a pregação”, recorrendo à adaptação de um título muito comum em livros atuais. É dirigido a estudantes e ao clero em geral, constituindo-se, por isso, como mais uma das obras em que o Bispo revela preocupações com a formação e instrução do seu clero.

As “*Disposições do superior provincial para a observância regular e literária [...]*”³, regulam especificamente a forma como se devem organizar os estudos na Ordem Terceira. É uma obra extensa, que se divide em seis disposições. Começa por apresentar uma primeira disposição onde se introduz uma patente sobre as virtudes que se devem praticar no claustro para se conservar a paz e a observância religiosas, defendendo que a congregação deve ser bem aceite, por Deus e pelos Homens. Nessa perspectiva, os religiosos têm a responsabilidade de se regular pelos ditames dos Evangelhos, dos Sagrados Cânones, pela Santa Regra e pelas Constituições superiores⁴. Num segundo momento discorre sobre a importância da leitura da Bíblia, que deveria ser praticada, segundo Cenáculo, todos os dias do ano. O bispo considera que a ignorância das Escrituras dá lugar à introdução de vícios e enganos, sendo por isso

¹ Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, 247.

² Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, 248.

³ Frei Manuel do Cenáculo, *Disposições do superior provincial para a observância regular e literária da Congregação da Ordem terceira de S. Francisco Feita em os annos de mil setecentos sessenta e nove e setenta*, (Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1990).

⁴ Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 14-15.

fundamental que a leitura da Bíblia faça parte dos trabalhos diários dos religiosos¹. A estas leituras acresce a obrigatoriedade de realizar leituras dos Santos Padres². Segue-se a segunda disposição que engloba a patente sobre a reforma dos estudos na província e o plano de estudos que se deve praticar, onde se regulam como devem ser os professores, como se organizam exames e as posturas e regras concretas a praticar nas aulas³. A terceira disposição inclui a patente sobre a execução do plano de estudos, onde se defende que para o seu estabelecimento foram ouvidos os pareceres de Homens sábios dentro e fora da Província, defendendo-se que não se pretende “ extorquir hum desempenho igual de todos os Individuos”, mas que o primeiro fim destes projetos é o de estabelecer estudos eclesiásticos que permitam buscar “ o Espírito da nossa religião, a Santidade e noção de disciplina”⁴. A quarta disposição inclui um apêndice sobre a reforma das letras na Europa, onde o bispo discorre sobre a evolução e as mudanças que estavam a ser praticadas. A quinta disposição disserta sobre a forma com se deve organizar o curso filosófico e teológico, relativamente à duração, conteúdos programáticos e calendarização das diferentes atividades. Finalmente, a sexta disposição inclui uma patente pela qual se regulam as atividades dos noviços.

Outro tipo de escritos integrados na categoria “Formação do Clero” assume a forma de Instruções Pastorais. Por definição, as instruções são textos onde constam de preceitos e normas, que se destinam à comunidade da diocese, daí a diversidade do seu conteúdo⁵. Há diferenças entre as várias instruções pastorais expedidas por D. Frei Manuel do Cenáculo. Algumas têm um carácter mais simples e prático, destinadas a definir alguns assuntos funcionais e a regular assuntos quotidianos da diocese, dirigidas a um público mais próximo. Outras evidenciam um pensamento mais elaborado, revelando muito do projeto iluminista de Cenáculo, pretendiam dirigir-se a um público mais alargado.

¹ Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 16-34

² Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 35-42. Note-se que cada uma das partes destas disposições é acompanhada por uma transcrição em Latim.

³ Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 1-78. Note-se que a paginação desta obra não é contínua, pelo que em cada disposição volta a iniciar-se a contagem das páginas.

⁴ Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 5.

⁵ As instruções constituem-se como um retrato muito útil para averiguar o governo de determinada diocese. Cf. Oliveira, *A paixão da História...*,39.

A “*Instrução pastoral sobre os estudos físicos do clero*”¹, na análise de M. Sirgado Ganho, exprime o projeto Iluminista de Cenáculo². Por seu turno, Francisco Vaz considera que esta pastoral mostra como Cenáculo se encontra a par dos avanços científicos do seu tempo³.

Vejamos as principais ideias que Cenáculo pretende transmitir na referida pastoral.

Em primeiro lugar a imagem e o estatuto de eclesiástico modelo: como deve ser, o que tem de saber, como deve atuar. Nesse sentido, o eclesiástico é apresentado como um guia e uma autoridade de muito saber. Em Teologia, antes de mais, mas também em conhecimentos vários sobre Agricultura, Medicina, Geografia, de modo a ir ao encontro dos problemas quotidianos dos paroquianos⁴.

Saliente-se ainda a atenção atribuída, nesta pastoral, a áreas novas da instrução, como a Filosofia Natural. Note-se que há uma mudança de atitude, surgida durante o reinado de D. José, que é refletida na atenção que se confere às questões colocadas pela Física e pela Astronomia, sendo que a descrição e avaliação dos seres que fazem parte do reino animal e vegetal não eram ainda devidamente valorizados⁵. Assim, é à Filosofia que se outorga o papel de perguntar o “porquê” dos fenómenos físicos. Releve-se que na sua pastoral, Cenáculo invoca a importância de conhecer o mundo através das leis da física⁶, mas o centro da sua atenção está na análise da natureza, a que chama a “grande máquina”, partindo da consideração dos seus três reinos: animal, vegetal e mineral⁷.

Esta preocupação em que o clero seja instruído na agricultura e no conhecimento dos seres dos três reinos da natureza, tem o objetivo muito preciso e concreto de captar as suas virtudes e o seu préstimo, promovendo o benefício

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre os estudos físicos do seu clero*, (Lisboa: Regya Officina Typographica, 1786).

² Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 444.

³ Vaz, «Piedade Cristã e reformismo ...», 383-384. Veja-se também a propósito desta Pastoral: Vaz, «Ciência e técnica ...», 269.

⁴ Cf. Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 444.

⁵ Este domínio da Filosofia Natural não foi sequer abordado com grande importância na obra “*Verdadeiro Método de Estudar*” de Luís António Verney, sendo que a preocupação fundamental está no estudo dos fenómenos físicos mais ligados ao saber experimental de laboratório. Cf.- Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 445.

⁶ Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre os estudos físicos ...*15.

⁷ Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 444.

económico da região. O corpo religioso contribuiria, dessa forma, para fomentar o desenvolvimento da agricultura. O eclesiástico, instruído pela procura da razão das coisas, estava apto a ser útil à sociedade, numa “tarefa eminentemente iluminista de ser o zelador de felicidades”¹.

Realce-se que Frei Manuel do Cenáculo faz uma distinção entre o nível do mistério e do milagre por um lado, e o nível da natureza por outro. O bispo reconhece que, muitas vezes, é tido por mistério algo que tem uma razão de ser e uma explicação natural que não é conhecida². Note-se porém que esta distinção não obsta a que, independentemente de a natureza ter regras e leis próprias, esta ser uma “obra de Deus”, pelo que o Homem, enquanto ser dotado de razão, tem a possibilidade de compreender que a natureza é obra da “Divina Providencia”³.

Como sobressai da análise anterior, um clero instruído é concebido, no pensamento do Bispo de Beja, como um importante agente de modernização da economia e da sociedade no seu todo, ideias que vão ao encontro do ideário maior iluminista.

Outras pastorais – designadamente, a “*Instrução pastoral sobre a modéstia dos vestidos do clero*”⁴ e a “*Instrução pastoral sobre alguns pontos da disciplina eclesiástica*”⁵, destinam-se igualmente a regular aspetos da organização, disciplina e conduta dos eclesiásticos, na linha das que referimos anteriormente.

Dentro da “categorização” que fizemos dos trabalhos de Cenáculo incluímos ainda a “*Instrução Pastoral ao Clero e ordenandos da sua diocese*”⁶ e a “*Pastoral do Arcebispo de Évora*”⁷. No seu conjunto, estas pastorais dão indicações ao clero, dentro

¹ Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 444.

² A este propósito gostaríamos de recordar uma memória que se encontra no Diário de Cenáculo acerca de um terramoto no Alentejo em 1791, na B.P.E. Códice CXXIX/1-20. Nesta memória sobressai, em nosso entender, esta busca da qual Cenáculo dá mostras, esta necessidade de procurar a explicação “científica” dos fenómenos.

³ Ganho, «Frei Manuel do Cenáculo...», 446.

⁴ Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre a modéstia dos vestidos do clero*, (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1792).

⁵ Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre alguns pontos da disciplina eclesiástica*, (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1790).

⁶ Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excellentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos da sua diocese*, (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1784).

⁷ Frei Manuel do Cenáculo, *[Instrução pastoral] do Arcebispo de Évora*, (Lisboa: Imp. Regia, 1808). Esta é uma pastoral expedida ao clero, da mesma data e impressão existe outra, dirigida aos seus fiéis.

da linha das que foram atrás mencionadas¹, procurando inculcar pela repetição a necessidade do corpo religioso ser sábio, “continuamente observado pelo mundo, instrutor dos mistérios e das virtudes”². Cenáculo persiste nesta indispensabilidade, considerando fundamental o combate à ignorância, naquela que nos parece mais uma evidência da sua feição Iluminista, senão vejamos as suas próprias palavras:

“a sombra da triste ignorância, que para acautelar se nos affigura mui desagradável, põe em tal movimento nossas ideias, e tal ardor, que não sendo possível ao animo, á consciencia, e á vontade de reprimir-se nos seus Officios, ainda que mereçamos contudo nesta satisfação a benevolência dos Homens, passamos a communicar nossos desejos a todas aquellas pessoas, que nesta Diecese he necessário sejam fieis ao seu estado com desempenhos de razão, e de virtude. A sciencia destes officios he o objecto, a que se dirigem as Nossas Vozes”³.

É obrigação do clero conhecer e possuir virtudes reais para que “não se denuncie a si próprio como falsário”⁴. O corpo religioso deve ser, pelo seu estado, um exemplo para os outros Homens, tendo a obrigação de possuir um “espírito conforme entre o que protesta e o que desempenha”⁵ isto é, que prove através do exemplo e não se limite apenas a pregar sem demonstrar.

Ao longo das duas instruções pastorais, além do apelo que lança aos religiosos, o prelado aponta também diversas pistas para o conseguir. A Instrução que expede quando assume funções como arcebispo de Évora surge, em nosso entender, como uma necessidade de responder às suas novas funções, dirigindo-se a quem se encontra, a partir daquele momento, sob sua jurisdição.

Globalmente, a leitura deste conjunto de obras evidencia que Cenáculo demonstrou uma grande preocupação com a formação e moralização do seu clero. Como foi notado por Jacques Marcadé, durante o seu longo episcopado o prelado

¹ No caso da instrução enquanto bispo de Beja verificamos que esta é anterior a algumas das obras que atrás analisamos, na qual começa por expor algumas das ideias que desenvolve depois. A que expede enquanto arcebispo de Évora repete muito do que foram as ideias que expôs publicamente, ao longo da vida, no que concerne à necessidade de formação do clero. É justificada pela necessidade de apresentação das suas ideias na nova posição que atingiu, enquanto Metropolitano de outra região.

² *Instrução Pastoral do Excellentissimo e Reverendissimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos...*,15.

³ *Instrução Pastoral do Excellentissimo e Reverendissimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos...*,14.

⁴ Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excellentissimo e Reverendissimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos...*,18.

⁵ Cenáculo, *Instrução Pastoral...*,19.

fundou numerosos estabelecimentos de ensino e esforçou-se em promover o valor e o dinamismo do seu clero, evidenciando, no seu pensamento, a consideração que um clero renovado deveria suscitar uma melhor supervisão e uma revivescer da vida religiosa¹. A renovação ambicionada só seria possível partindo de um clero exemplar, na palavra e na ação. Este clero deveria constituir-se como uma espécie de “motor” para a melhoria social que se ambicionava, capaz de assistir às aflições do corpo e da alma dos seus paroquianos.

Nas concepções que inscreve nestas obras evidencia-se muito da matriz iluminista de Frei Manuel do Cenáculo. Os seus projetos revelam uma aspiração de utilidade com reflexos no progresso e felicidade da nação, ainda que dentro de um quadro de manutenção da situação política e dos valores religiosos.

Obras sobre a instrução cristã

Também os leigos são, naturalmente, objeto da reflexão de Frei Manuel do Cenáculo. Com efeito, o bispo assume como um desígnio fundamental, melhorar a vivência cristã dos fiéis².

Para entendermos esta preocupação em ensinar aos cristãos as motivações, esclarecer normas e preceitos doutrinários e cultuais, temos de entrar em consideração com a época e lugar em que Frei Manuel do Cenáculo viveu. Como realçou Jacques Marcadé, o prelado Pacense enfrenta uma diocese onde existia prática religiosa marcada pela exterioridade. A rotina existia, mas a superstição ganhava, por vezes, terreno, em resultado do isolamento e do baixo nível cultural dos seus diocesanos.³ Sente por isso a necessidade de instar a população a ter uma participação vivida e sentida nos ofícios religiosos. Era importante ensinar os fiéis, instruí-los nos preceitos, instá-los ao seu cumprimento e convence-los da importância de o fazerem, apontando-lhe o caminho de felicidade que isso lhe proporcionaria.

¹ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*,299.

² As obras que incluímos nesta categoria são de “ensinamento aos cristãos”, que procuram uma moralização da religiosidade e uma valorização do cumprimento da vida cristã e do culto.

³ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*,335.

Evidencia-se também uma preocupação em fundamentar, perante os fiéis¹, a razão de ser da religião, eventualmente para combater efeitos nocivos que a divulgação de certas correntes de pensamento poderia ter. Certamente, não seria o povo mais simples da diocese, aquele que o prelado esperava que fosse ler essas correntes e esses autores. Poderiam contudo chegar-lhe “interpretações” dessas linhas de pensamento, que levassem os fiéis a deturpar as suas atuações. Como sabemos, há obras e autores que apesar de proibidos, circulam por toda a Europa, o nosso país não foi, nesse particular, exceção. Podemos apontar, a título de exemplo, a circulação comprovada do genebrino Rousseau e das suas obras em Portugal, numa altura em que muitas das suas obras constavam dos nossos índices de livros proibidos². Cenáculo, enquanto homem culto e conhecedor do seu tempo, deveria estar consciente que, apesar de proibidas, algumas dessas ideias poderia chegar ao nosso país. Nada melhor do que combater-las, ensinando o povo a valorizar a sua doutrina e religião e apontando-lhe os benefícios de o fazer.

O conjunto de escritos que se destinam a instruir os cristãos em múltiplas vertentes da sua vivência religiosa, integra seis obras - a *“Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos, admoestando-os sobre a natureza e ofícios da religião”*, a *“Vida Cristã”*, a *“Instrução pastoral sobre o rito e disciplina na administração do Santíssimo sacramento”*, a *“Saudação pastoral no fim da sua visita geral”*, a *“Saudação pastoral aos seus diocesanos”*, a *“Instrução Pastoral do Sr. Arcebispo de Évora”*³. A diversidade dos escritos reunidos nesta categoria, quanto ao estilo e à amplitude e profundidade dos conteúdos tratados, é análoga à patenteada em relação a outros temas.

¹ Note-se que, apesar destas características comuns que identificamos nas obras, estas têm também diferenças entre si e se algumas se destinam a ensinar um público mais simples, outra evidenciam já argumentos que parecem dirigir-se a um público mais instruído, numa tentativa de moralização e fundamentação da vida religiosa no seu todo.

² Cf. Machado, *Rousseau em Portugal ...*, 200.

³ Cumpre-nos reconhecer que há obras que procuram analisar determinadas matérias do foro da religião e fundamentação doutrinal que não incluímos aqui, optando por fazer o seu exame quando avaliarmos as “orações e matérias religiosas e de culto”. Estas obras revelam também a preocupação de ensinar e fundamentar aos cristãos determinadas matérias, pelo que também partilham um pouco desta característica de instrução aos cristãos, no entanto focam aspectos concretos de matérias de culto, pelo que optámos por as tratar separadamente.

Dentro dessas obras destaca-se, pelo pormenor com que é feita a defesa da religião, a “*pastoral sobre a natureza e ofícios da religião*”¹. Com efeito, em toda a obra, Frei Manuel do Cenáculo insiste na necessidade cumprimento dos deveres da religião, promovendo em simultâneo a sua defesa contra os ataques que sofreu, apresentando-a como o caminho pelo qual os paroquianos encontrarão a felicidade particular e pública. Dedicar-se, de acordo com o que é reconhecido pelo bispo de Beja, logo nas páginas introdutórias, a mostrar a gratidão aos “Filhos e Irmãos” que a Divina Misericórdia colocou ao seu cuidado². O objetivo do escrito é excitar os diocesanos no cumprimento dos seus ofícios, de modo a consumarem a sua vocação cristã³.

Frei Manuel do Cenáculo revela-se, ao longo da pastoral, preocupado em falar aos seus diocesanos, pretendendo exortá-los a que cumpram os seus deveres religiosos, mantendo-se fiéis aos valores da Fé que professam. Considera que este zelo é indissociável do seu ministério enquanto bispo, a quem compete manter a perseverança no estímulo do bom comportamento cristão, de modo a que “a sociedade dos fiéis não seja desfigurada por desordens, que a façam odiosa, e objecto de censura e derisão, mas antes pelo contrário, que seja a Edificação da Igreja, e Espectáculo digno de Deus”. É necessário que os fiéis procurem auxílios e arbítrios para combater os “defeitos da mortalidade”, alento para o cumprimento do caminho da virtude⁴, sendo que isso só se pode conseguir através da Religião e cumprimento dos seus preceitos. É a Religião que ilumina o Homem, embora seja “desgraçadamente combatida” e vilmente atacada por blasfemos. É esta que desengana o Homem, que o instrui na fonte das Graças, que permite a salvação de quem segue os seus princípios⁵.

A Religião e os exercícios de virtude que esta implica, são dedicados à harmonia do mundo, são estes que transformam a sociedade humana, identificando-a com o espírito da verdade e da Paz⁶. Os preceitos e exemplos da doutrina cristã devem assim excitar cada um a cumprir a sua vocação, constituindo-se como instrumentos da

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos, admoestando-os sobre a natureza e ofícios da religião*, (S.l., s.n., 1777).

² Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos...*, 1.

³ Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos...*, 2.

⁴ Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos...*, 3.

⁵ Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos...*, 4.

⁶ Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos...*, 6.

felicidade pública e particular, da Igreja e do Estado, num “mundo enfermo e caduco e na Pátria bem-aventurada”¹.

Estimulam-se os clérigos e o povo em geral ao cumprimento dos mandamentos da sua Fé atribuindo-se, aos Ministros de Deus, a obrigação de promover a Religião e de fazer entender o catecismo e o seu espírito². Paralelamente a esta preocupação com o clero, Frei Manuel do Cenáculo debruça-se sobre os catecismos e devocionários que pôs a circular, os quais encara como uma oportunidade para excitar nos povos o cumprimento do seu papel de cristãos. Exorta os fiéis a não se alienarem com rezas distrativas e a considerarem aquilo que devem ser as suas obrigações e a contemplação do sacrifício da missa. Sugerem-se, similarmente, formas de conseguir que o povo cumpra estes deveres, com o intuito de prevenir desordens e de obter edificação. Entre as medidas que aponta destacamos, a título ilustrativo, a proposta que os párocos nomeiem e instruem as “cabeças de família”³ para que, nas vésperas das solenidades façam ler, nas suas casas, alguma instrução por onde as famílias entrem no espírito da festividade. Em simultâneo, defende que se persuadam as pessoas a acudir em Domingos e Dias Santos às igrejas, de modo a fazerem as preces necessárias, sustentando que se deveria promover a separação de sexos nos ritos empreendidos junto das gentes do campo⁴.

A obra “*Vida Cristã*”⁵ merece, igualmente, uma atenção particular, pelo estilo eminentemente catequético que apresenta. O texto alinha pela mesma vontade em ensinar os cristãos a cumprirem os seus deveres, a serem “bons filhos da Igreja mãe”. Neste, procuram ensinar-se as virtudes para uma boa vida cristã, num registo de escrita que, de acordo com que deduzimos da sua leitura integral, é mais simples e concreto que o da obra anterior. Com efeito, pormenorizam-se aspetos materiais da doutrina cristã, num registo que faz a defesa da Fé a partir de exemplos concretos do culto católico.

Na obra, Frei Manuel do Cenáculo defende que o conhecimento das regras da Fé católica é essencial, para que o “Homem possa louvar bem”, sendo que a vida cristã,

¹ Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos...*, 7.

² Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos...*, 9.

³ Utilizamos a expressão do próprio Bispo de Beja.

⁴ Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos*, 13.

⁵ Frei Manuel do Cenáculo, *Vida Christã* (Lisboa: Of. Simão Thaddeo Ferreira, 1792).

“bem observada, é o remédio contra as desordens e religiões profanas”¹. O bispo de Beja procura instruir os fiéis, explicando-lhes a doutrina, sempre com o objetivo de exortar ao seu cumprimento e colocando, no incumprimento dos preceitos, a causa dos problemas enfrentados pela humanidade. As penalidades que o mundo sofre são o resultado das culpas próprias induzidas pelo pecado, que começou logo na origem, com o “pecado original”². Não obstante, a misericórdia divina terá enviado o Redentor, seu filho, para acudir ao Homem³. Este veio ensinar, fundando uma igreja que se pretende constituir como um refúgio para os Homens, proporcionando-lhe a verdadeira segurança. É a religião ensinada que dá um abrigo seguro ao Homem, acudindo-lhe, através da criação de regras que o acalmam⁴. A Fé é apresentada nesta obra como um dom gratuito de Deus, que sujeita o espírito a todas as verdades que Deus tem revelado à sua Igreja. A Igreja que ensina as verdades não pode enganar-se porque é assistida pelo Espírito Santo⁵.

Ao longo de toda a obra *Cenáculo* explica e fundamenta muitas questões de exegese bíblica, apontando caminhos para o cumprimento dos preceitos cristãos, chamando a atenção para as necessidades de culto, de oração, de virtude, relevando questões como o culto interior, o qual ajuda a cumprir as regras da Igreja que devem ser observadas⁶.

As mesmas preocupações com questões do cumprimento de culto e preceitos e normas da igreja são reveladas nas outras pastorais que acima identificamos. Não iremos fazer uma apresentação individualizada de cada uma delas, uma vez que se dedicam, de forma genérica, ao mesmo objetivo, ainda que por vezes avaliem matéria doutrinária diferente. O fim dessa avaliação é sempre o de contribuir para ensinar os cristãos, exortando-os a cumprir as regras da religião e a acreditar e a defender as suas virtudes. É essa religião que lhes permitirá alcançar a felicidade e o bem, quer individual, quer público.

¹ *Cenáculo, Vida Christã...*, 1.

² *Cenáculo, Vida Christã...*, 3.

³ *Cenáculo, Vida Christã...*, 7,8,9.

⁴ *Cenáculo, Vida Christã...*, 10.

⁵ *Cenáculo, Vida Christã...*, 13.

⁶ *Cenáculo, Vida Christã...*, 40.

Obras Históricas e de Fundamentação Histórica e Política

Mediante o critério que enunciamos quando apresentamos esta categoria, incluímos aqui obras que procuram sustentar matéria histórica ou política a partir da intervenção divina. Integram-se aqui quatro obras: *“Graças Concedidas por Cristo em Campo de Ourique”*, *“Instrução Pastoral pela esperada Sucessão da Monarquia”*; *“Instrução Pastoral pela Gloriosíssima Sucessão da Monarquia”*; *“Instrução Pastoral sobre as Graças e Jubileus concedidos a Instancias da Rainha D. Maria I”*. Similarmente, incluímos nesta categoria, uma obra histórica - *“Memória do saque de Évora”*¹, que foi publicada postumamente.

A obra *“Graças concedidas por Cristo em Campo de Ourique”* é datada de 1813². Trata-se de uma composição pouco extensa, na qual se procura sustentar a matéria defendida através da publicação de algumas gravuras, contendo reproduções de pinturas e outros materiais que justificariam a tese da intervenção divina na fundação da nacionalidade. Frei Manuel do Cenáculo pretende comprovar a existência do chamado *“Milagre de Ourique”*, que teria originado a criação do Reino de Portugal, por ação da vontade divina, que teria assim contribuído para a fundação de um país independente³.

A forma como Frei Manuel do Cenáculo pretende comprovar a existência deste milagre, mais do que a matéria defendida, merece, em nosso entender, especial destaque. Note-se o cuidado colocado por Cenáculo na demonstração do milagre, apoiando-se, para o efeito, na reprodução de várias gravuras. Começa por publicar uma reprodução de uma nota do *“Chronicon Lusitano”*, apresentando depois uma primeira estampa com a representação de uma pintura que teria sido descoberta nas

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Memória Descritiva do assalto, entrada e saque de Évora pelos Franzeses, em 1808* [Edição póstuma], (Évora: Minerva Eborensis, 1887).

² Frei Manuel do Cenáculo, *Graças Concedidas por Christo no campo de Ourique, acontecidas em outros tempos, e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades*, (Lisboa: Impressão Régia, 1813).

³ A vitória sobre o rei muçulmano invicto é apresentada, nesse contexto, como obra da Divina Providência que, de forma *“gratuita”* deu sinais ao primeiro rei português, guiando-o no seu caminho. Cf. Cenáculo, *Graças Concedidas por Christo...*, 1. Cumpre salientar que Alexandre Herculano, já em meados do século XIX, acabará por colocar em causa a veracidade de alguns documentos que eram utilizados para sustentar a tese da primazia atribuída à batalha de Ourique na fundação da nacionalidade, indicando similarmente quais as fontes *“positivas”* para fazer a história desta batalha. Sobre isto veja-se Alexandre Herculano, *História de Portugal desde o começo da Monarchia até ao fim do reinado de Afonso III*, (Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1875), 279-287. Existe uma reedição mais recente, veja-se: *História de Portugal desde o começo da Monarchia até ao fim do reinado de Afonso III*, (Lisboa: Bertrand Editora, 2008), 740-743.

vizinhanças de Campo de Ourique que, de acordo com a interpretação dada, era muito antiga e que sustentava a memória da aparição ao rei D. Afonso Henriques. Numa segunda estampa apresenta-se a reprodução de outra pintura, figurando Constantino e Elena manifestando a Santa Cruz que teria aparecido ao imperador, da mesma forma que teria aparecido ao nosso primeiro rei. A terceira estampa reproduz uma imagem de pedra com quatro palmos de altura que, de acordo com o defendido na obra, teria muita antiguidade, sendo a primeira que se venerou na Igreja de Colla, o que comprovaria que aqueles povos teriam atribuído a um auxílio superior o estabelecimento da monarquia. A quarta estampa representa um painel de pedra, com uma altura de dez palmos e um comprimento de treze, encontrado na Igreja Matriz de S. Tiago do Cacém, que fora, de acordo com o Bispo de Beja, mandado esculpir pela Rainha Santa Isabel e provaria que desde a mais remota antiguidade foi atribuído ao favor divino a expulsão dos Mouros. A quinta estampa representa uma Igreja de Santo André em Beja, erigida em memória do Santo e no mesmo sítio onde foram expulsos os mouros. A sexta estampa caracteriza o campo da batalha entre o rei português e os Mouros, que mostra, de acordo com a interpretação do autor, como os Muçulmanos se encontravam em posição vantajosa e as dificuldades para obter a vitória sem a intervenção do auxílio divino. A sétima e última estampa, representa um plano da fortificação e da antiga cidade de Colla, no qual se demonstra, na opinião do prelado, o sistema de defesa que existia naquele lugar, confirmando-se que a sua fragilidade demonstrava que seria impossível vencer sem a intervenção divina¹.

Aquilo que, em nosso entender, sobressai da análise desta obra é a forma como se procura sustentar a matéria defendida, apresentando uma preocupação com um “método científico”², através da publicação de fontes diferentes. Com efeito, o bispo recorre a testemunhos concretos da Arqueologia e da Antiguidade para suportar a tese que defende. A preocupação de Cenáculo em documentar este episódio espelha assim algumas das preocupações culturais que atravessam a elaboração do seu texto, isto é a procura de alicerçar as teses recorrendo a fontes auxiliares e a testemunhos do passado para construir o conhecimento.

¹ Cf. Cenáculo, *Graças Concedidas por Christo...*, 1-2.

² Utilizamos a expressão exclusivamente para tentar significar a tentativa de sustentar uma hipótese baseando-se no estudo de fontes e apresentação de provas, não estamos com isso a defender que terá usado um método científico baseado nos paradigmas epistemológicos utilizados atualmente.

Outras obras que ilustram a primazia da intervenção divina no devir histórico e em alguns acontecimentos são a “*Instrução Pastoral pela esperada sucessão da monarquia*”¹ e a “*Instrução pastoral pela sucessão*”². Segundo Cenáculo, a Providência Divina possibilitava a continuidade da monarquia portuguesa, sendo por isso fundamental render graças a Deus “ porque nos continua a sorte de Soberanos Fiéis á Religião de nossos Pais”. Há uma sustentação da monarquia pela intervenção divina, que mantém em Portugal a continuidade de reis fiéis à religião. É essa religião que pode providenciar a felicidade dos povos, sendo por isso fundamental a continuidade de uma monarquia fiel e protetora dessa mesma religião³.

No mesmo sentido vai a “ *Instrução Pastoral sobre as Graças e Jubileus concedidos a Instancias da Rainha D. Maria I*”⁴, que é uma obra com quarenta e quatro páginas. Ao longo da obra informam-se os fiéis acerca das graças concedidas pelo Papa Pio VI, motivadas pela devoção da Rainha. Esclarece-se que já havia sido estabelecida, pelo Breve de 7 de Dezembro de 1779, a adoração do Santíssimo Sacramento respeitando determinada periodicidade e obrigando ao respeito de preceitos estabelecidos e respetivas penitências. Informa-se também que novo Breve, de 22 de Agosto de 1783, estabelece preceitos renovados para fazer esta adoração, dos quais se notificavam os crentes⁵.

Ao longo deste escrito Frei Manuel do Cenáculo dedica-se a examinar e explicar matéria doutrinal, mas faz a sustentação de algumas das exigências partindo das obrigações impostas pela religião e pela fidelidade dos vassallos à sua soberana, a qual por sua vez, é também fiel à religião que professa. Aqui a ênfase não é colocada tanto na fundamentação política partindo da religião, mas na decorrência e convergência da

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Instrucção pastoral pela qual manda se façam preces publicas e particulares a Deus pela esperada felicíssima sucessão da Monarchia*, (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1792)

² Frei Manuel do Cenáculo, *Instrucção pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja, em que manda se rendão açções de graças a deos nosso senhor pela gloriosíssima sucessão da monarquia portugueza*, (Lisboa: Officina Simão Thadeo Ferreira, 1793).

³ Cenáculo, *Instrucção pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja em que manda se rendão açções de graças ...*, 12

⁴ Frei Manuel do Cenáculo, *Instrucção Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre as graças e jubileus novamente concedidos a instancias da Rainha Nossa Senhora D. Maria I. Venerando-se e celebrando-se a memoria da instituição do augustíssimo Sacramento da Eucarsitia*, (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1784).

⁵ Cenáculo, *Instrucção Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre as graças e jubileus...*, 5.

ordem política e religiosa, sendo obrigação dos fiéis cumprir os deveres de cristãos, quer por fidelidade à religião, quer à Rainha sua soberana¹.

O exame detalhado da obra “*Memória do saque de Évora*” evidencia que esta se inscreve numa vontade de deixar memória histórica sobre um acontecimento político, proporcionando um testemunho, na primeira pessoa, daquilo que foram as movimentações resultantes das invasões napoleónicas e seus reflexos na cidade. Paralelamente parece denotar uma preocupação, por parte do arcebispo de Évora, de justificar e atestar a probidade da sua conduta perante os invasores.

Como sublinhou Francisco Vaz, esta narração tem, quando comparada com outros documentos similares elaborados por outros autores, menos carga ideológica, não se encontrando um excesso de adjetivação ou de encómios a corporações e eclesiásticos. É uma narração que segue uma linha cronológica, inicia-se no dia 13 de Julho de 1808, dando conta dos acontecimentos que levaram à convocação, por parte do arcebispo, das três Ordens para aprovar uma declaração contra o governo de Junot². Continua, dando nota da sucessão dos acontecimentos em Évora, que acabou por ser tomada pelos invasores franceses, não obstante a resistência que foi encetada na cidade.

Admitimos que esta vontade em deixar memória escrita acerca das invasões em Évora poderá relacionar-se com a intenção, que foi identificada também noutros estudos, reportando-se a contextos mais “celebrativos”, de “imprimir o acontecimento”, deixando deles um testemunho concreto³. Cumpre-nos esclarecer que não é Frei Manuel do Cenáculo quem faz a impressão deste depoimento, a obra apenas conhece, durante a vida do prelado, a versão manuscrita. Não obstante, sobressai, em nosso entender, esse desígnio de deixar uma memória perene do sucedido. Saliente-se que a cronologia tardia destes acontecimentos face ao ciclo de

¹ A especificidade destas obras levou-nos a classificá-las como de “fundamentação histórica e política a partir da religião”. Com isso pretendemos fazer sobressair a partilha de características que procuram fundamentar, partindo da religião, os aspetos que se pretendem defender. Os assuntos variam, desde a fundação da nacionalidade, à continuidade da monarquia, passando pela sustentação do cumprimento de determinados preceitos por fidelidade à soberana e à religião de inspiração divina. No entanto, apesar dessa variabilidade dos assuntos, todas convergem nessa primazia atribuída à religião e à intervenção divina como fator de suporte e sustentação da Monarquia e do próprio país.

² Francisco Lourenço Vaz, *O saque de Évora pelos franceses em 1808*, (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008), 16.

³ Sobre isto ver Christian Jouhaud, «Imprimir o acontecimento. La Rochelle em Paris», em *As utilizações do objeto impresso* (Roger Chartier dir.), (Lisboa: Difel, 1998), 373-430.

vida do prelado, os afazeres decorrentes da sua atividade arcebispal, a necessidade de recuperar dos estragos causados pelos invasores e os trabalhos da criação da Biblioteca de Évora, poderão ter contribuído para que Frei Manuel não tenha tido oportunidade, ou tempo disponível, para fazer a impressão deste relato antes do seu falecimento. Admitimos que à sua produção esteja subjacente essa necessidade de eternizar a memória do acontecimento.

Obras de defesa de matéria doutrinal e de culto

Esta categoria reúne um conjunto multiforme de obras que fazem a defesa de matéria doutrinal, fazendo a apologia da religião revelada. Inclui um total de oito obras, entre as quais a “ *Dissertação Teológica sobre a Definibilidade da Imaculada Conceição*”, a “ *Oração que disse sendo Presidente na Academia Mariana*”, a “ *Instrução Pastoral sobre a paixão e Agonia do Divino Redentor*”, a “ *Instrução pastoral sobre o catecismo*”, a “ *Instrução Pastoral sobre a Justiça Cristã*”, a “ *Instrução pastoral sobre a Confiança na Divina Providência*”, “ *Instrução pastoral sobre as virtudes da Ordem Natural*” e a “ *Instrução pastoral sobre a Religião revelada*”.

A obra “ *Dissertação Teológica sobre a Definibilidade da Imaculada Conceição*”¹ é uma obra extensa, com 248 páginas. Merece especial destaque por se tratar de uma das primeiras obras impressas de autoria de Cenáculo², sendo dada à luz em finais da década de 50 (1757).

Ao longo de toda a obra faz-se a defesa do culto Mariano e da devoção que lhe é prestada. Julgamos que a sua elaboração não estará alheia aos ataques realizados, pela doutrina protestante, ao respetivo culto. Cenáculo revela, ao longo de muitas das obras que compõe, um desejo de contribuir para uma religiosidade mais vivida interiormente, mais fundamentada no cumprimento de preceitos e na procura de caminhos para alcançar a salvação da alma. Para isso sente necessidade de exortar os fiéis ao cumprimento dos deveres doutrinários e de lhes explicar matérias do foro religioso, ambicionado conseguir uma vivência da condição cristã para lá da

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Critica sobre a definibilidade da Conceição Imaculada de Maria Santíssima pelo Padre Fr. Manoel do Cenáculo*, (Lisboa: Oficina Joseph da Costa Coimbra, 1757).

² A par do Elogio do Mestre de Cenáculo, obra que já examinamos anteriormente.

superficialidade, a qual, muitas vezes, abre passagem às credices populares. Isto é, quanto a nós, um indício de que Cenáculo estaria bem consciente de algumas críticas, feitas à Igreja Católica, por outras confissões religiosas e não só, no que concerne aos exageros do culto mariano¹. Ao explicar, nalgumas das obras que escreve, as devoções da Igreja, procura combater essas críticas, instando, simultaneamente, os próprios católicos a melhorarem a sua vivência da Fé.

Ao longo desta dissertação Frei Manuel propõe-se a comprovar que a Imaculada Conceição de Maria seria isenta do pecado original, desde a sua vinda ao mundo². Nesse sentido começa por, num primeiro momento, defender que é a própria Sagrada Escritura, fonte de onde dimana a verdade, que permite confirmar a Imaculada Conceição de Maria. Por isso, apresenta algumas citações e interpretações de algumas passagens bíblicas que, no seu entender, atestam a pureza original. A citação do livro de *Genesis*, também conhecido como o *livro das Origens*, onde está descrito o processo de criação do mundo constitui-se disso um bom exemplo. O bispo cita o primeiro capítulo, versículo terceiro: «Deus disse: “Faça-se a Luz!” E a luz foi feita» e defende, na linha de interpretações de outros pensadores, como S. Vicente Ferrer, que essa citação persuade que a Maria não foi concebida como os outros filhos de Adão, mas foi criada e depois da formação do corpo, se santificou. No mesmo livro cita os versículos catorze e quinze do capítulo terceiro, e defende que a Senhora terá sido vitoriosa e não tomou parte no pecado original em que incorreu a mulher por ceder à “serpente tentadora”. Para defender a sua posição justifica algumas das interpretações que se dão ao texto hebraico e acusa “os hereges” de injustificadamente acusarem de corrupção algumas dessas interpretações, nomeadamente a que é feita na *Vulgata*³.

¹ Note-se que já Lutero, num comentário de 1521, feito ao *Magnificat* reage contra o que considera o exagero do culto a Maria, apelando para um recentrar da Fé em Cristo, o único redentor. Sobre a evolução do culto mariano ao longo dos tempos veja-se, entre outros: Stefano De Fiores, «Maria», em *Christos Enciclopédia do Cristianismo* (Lisboa -S. Paulo: Editorial Verbo, 2004), 573-577.

² Saliente-se que a doutrina da Imaculada Conceição viria a estabelecer-se como um dogma de Fé quase um século depois, em 1845. O Papa Pio IX definiu a Imaculada Conceição como verdade de Fé, após parecer positivo de todos os Bispos, pronunciando a fórmula solene de definição *Ineffabilis Deus*, 2-XII.1854. Esta doutrina é fruto de um processo de amadurecimento milenário, tendo sido manifestada fé em torno de Maria desde os primeiros séculos do Cristianismo. Maria foi proclamada, no Concílio de Éfeso, no ano 431 d.C., como “Mãe de Deus”. No século XV o magistério da Igreja aprovou a Liturgia em honra da Imaculada Conceição, sendo a definição do mistério realizada apenas no século XIX. Cf. Stefano De Fiores, «Imaculada Conceição», em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, (Lisboa -S. Paulo: Editorial Verbo, 2004), 432-433.

³ Tradução para Latim da Bíblia. Sobre isto veja-se: Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Critica...*, 1-9.

Apresenta, ainda na mesma proposição, outras citações de texto bíblico, onde faz esta defesa da Imaculada Conceição. Prossegue a sua análise defendendo, numa segunda proposição, que pode definir-se este Mistério da Conceição Pura sem ser necessária uma escritura clara desta verdade, bastando que esta se depreenda de outras. Num terceiro momento, tenta comprovar que mesmo que não existissem essas escrituras explicadas em sentido místico, isso não obstará à verdade da definição deste Mistério. Insiste na defesa da Imaculada Conceição procurando demonstrar, na quarta proposição desta obra, que as doutrinas dos Santos Padres persuadem e atestam a Pureza Original de Maria. Na quinta proposição revela que este mistério já havia sido defendido pelo Doutor João Duns Escoto, na Universidade de Paris e, na enunciação seguinte, procura comprovar que a própria tradição do culto favorece a sentença da imunidade Original de Maria. Na proposição sétima defende que a Igreja, os Pontífices, os Doutos e os Fieis de todas as Ordens têm feito prova da definibilidade deste Mistério, alegando na proposta seguinte que esta pureza goza de uma certeza moral a atestá-la. Por último defende que, em face de todas as provas, não há qualquer embaraço à definição deste Mistério.

Para Frei Manuel do Cenáculo a Conceição Imaculada de Maria, independentemente das controvérsias, está provada e deve, como tal, ser venerada. Critica os Calvinistas da Escócia e o decreto que publicaram, no qual pretendiam defender a contaminação original da Senhora, sustentando que esta Conceição Pura tem lugar no santuário dos Mistérios da Fé Católica¹. Para o prelado, a religião com que se respeita a imunidade ao pecado de Maria, nem é regulada pela fantasia, nem é comparável com a irregularidade dos projetos puramente humanos, sendo que a sabedoria de Deus não consentiria, em seu entender, que a sua Igreja caísse, neste aspeto, num emaranhado de erros².

A obra "*Oração que disse [...] na Academia Mariana*"³ defende a mesma questão da pureza de Maria, sendo que a própria licença da Ordem, que é apresentada nas páginas iniciais, de autoria de Frei José de Jesus Maria Mayne, a classifica como possuindo uma "inexpugnável fortaleza, que defende da maior resistência a Maria

¹ Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Critica...*, 243.

² Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Critica...*, 246.

³ Frei Manuel do Cenáculo, *Oração que disse o M.R.P.M.Doutor Fr. Manoel do Cenaculo, Da Terceira Ordem de S.P.S. Francisco, sendo presidente em a primeira sessão da Academia Mariana celebrada nesta cidade de Lisboa no 1º de Agosto de 1756*, (Lisboa: Oficina Miguel Manescal da Costa, 1758).

Santíssima na Sua Imaculada Conceição”¹. A sua impressão ficou a dever-se a instâncias empreendidas por Frei Vicente Salgado.

A “*Instrução Pastoral sobre a paixão e Agonia do Divino Redentor*”², é outra das obras que se dedica a avaliar matéria religiosa e a explicar preceitos associados ao culto. Neste caso, dando explicações sobre a necessidade de reforçar o culto que faz a memória da Paixão e Agonia do Senhor, “donde dimana a vida, salvação e ressurreição”³. Este é, como bem sabemos, um dos aspetos de fundamentação de doutrina católica, que considera Jesus Cristo como o Messias que se ofereceu em sacrifício para providenciar a salvação à Humanidade.

Frei Manuel do Cenáculo, nesta pastoral, defende a necessidade de se reforçar o culto e veneração da memória deste acontecimento, estabelecendo os preceitos para o fazer. Instrui todos os fiéis no sentido de saberem as determinações do pontífice a este respeito, informando que foi decidido que, numa sexta-feira de cada mês, durante todo o ano, se fizesse sinal com os sinos nas Igrejas metropolitanas, catedrais e igrejas paroquiais, para que os fiéis correspondessem com uma oração. Ao fazer essas orações deviam pedir pela concórdia entre os príncipes cristãos, pela extirpação da heresia, emenda dos pecadores e exaltação da Igreja⁴. Depois de indicar a prática religiosa, cumprindo o estabelecido, passa a explicar a necessidade de realizar este culto e as vantagens que isso traria aos fiéis. Afirma que esta prática permitiria que os fiéis contemplassem, de forma mais vivida e intensa, a Cristo crucificado, fonte da salvação⁵. Em toda a pastoral explica detalhadamente esta matéria de doutrina religiosa, expondo os cânones e aspetos de culto a cumprir, procurando explicitar, analogamente, o motivo da necessidade dos cristãos cumprirem o determinado neste domínio.

¹ Cenáculo, *Oração que disse o M.R.P.M. Doutor Fr. Manoel do Cenaculo...* [licenças, sem nº de página]

² Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão, e Agonia do Nosso Divino Redemptor*, (Lisboa; Régia Oficina Typografica, 1780).

³ Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão...*, 4.

⁴ Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão...*, 4-5.

⁵ Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão...*, 7.

A “*Instrução Pastoral sobre o catecismo*”¹ volta a referir-se à matéria religiosa, debruçando-se sobre o Catecismo da religião Católica, que de acordo com o declarado por Frei Manuel do Cenáculo na sua obra é merecedor de muitas diligências e aplicações contínua na sua explicação². O bispo reconhece a importância da existência de catequistas que possam ensinar a doutrina cristã nas aldeias com casa muito distantes. Estes catequistas devem ser hábeis e muito conhecedores da religião, dotados de paciência e caridade para instruir não só os meninos, mas também pessoas adultas, muitas “delas rústicas e difficultosas”³.

Na obra o prelado dedica-se a definir o que é o catecismo, defendendo-o como sendo “qualquer instrução que se dá a quem a ouve”⁴. Explica também qual a função dos catecismos, fazendo uma análise histórica acerca da evolução deste instrumento de ensino de doutrina católica. Para Frei Manuel do Cenáculo a função de “catequizar é nobre, útil, necessária e digna de toda a recomendação”, estando aptos para a realizar várias pessoas, começando, desde logo, pelos pais de família, podendo ser ministrada por pessoas de ambos os sexos⁵. No entanto, é fundamental que os catequistas possuam a necessária virtude de saber dobrar-se aos tempos, lugares e às propensões e capacidade dos seus ouvintes⁶. Na obra explana ainda aquilo que entende como o método correto de doutrinar, dando indicações para que a catequese seja feita da melhor forma possível, de modo a instruir as pessoas na Fé, que, nas suas palavras, “nos eleva à Ordem Sobrenatural”⁷.

Como explicitamos atrás, há várias obras de Frei Manuel do Cenáculo que fazem a explanação de temas doutrinários e de culto⁸. As matérias que são objeto de explicação

¹ Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo*, (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1786).

² Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 3.

³ Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 5.

⁴ Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 8.

⁵ Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 28.

⁶ Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 33.

⁷ Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 83.

⁸ Note-se que, à semelhança do que fizemos na apresentação das categorias anteriores, apesar de termos identificado mais obras que incluímos nesta categoria, não faremos uma apresentação particularizada do conteúdo de cada uma delas pelas razões já apontadas. Note-se que todas

explicação variam, mas em todas elas parece evidenciar-se uma necessidade de “criar” cristãos mais conhecedores da sua doutrina, que entendessem as motivações de determinados cultos ou ritos. Cristãos que vivessem verdadeiramente a religião que professavam, para lá das aparências exteriores e das “benzeduras que faziam”.

Note-se que Cenáculo foi, como já fomos evidenciando em momentos anteriores do nosso texto, um homem consciente das problemáticas do mundo em que vivia. As questões religiosas, as críticas à atuação de certos sectores da Igreja Católica não deverão, por isso, ter-lhe sido indiferentes. Admitimos que as preocupações que o bispo evidencia, que possivelmente o levam a compor algumas destas obras, poderão ser resultado das obrigações subsequentes à sua “função de pastor dos povos”, mas também da consciência da existência destas críticas e problemáticas que urgia combater. Através das suas obras tenta contestar algumas das críticas, defendendo cultos e rituais católicos, como por exemplo o culto Mariano e sua Imaculada Conceição, propondo, em paralelo, reflexões e ensinamentos que permitam fiéis mais conhecedores da sua doutrina e das obrigações subsequentes dessa condição.

Cumpre-nos salientar que muitos dos ensinamentos em termos de matéria doutrinal e de culto decorrem das muitas Pastorais que publicou enquanto bispo de Beja e arcebispo de Évora. Revelam, nessas circunstâncias, a natureza de instrumentos através dos quais expediu disposições que lhe permitiriam fazer o governo do seu “rebanho”. Porém, não é só através das pastorais que Cenáculo pretende fazer-se ouvir em matérias da religião. Há outras obras, tais como Dissertações e Orações, as quais parecem ser dirigidas a públicos distintos, onde manifesta a vontade em influenciar os fiéis que tem a seu cargo a corresponder às exigências do seu tempo.

Como bem sabemos, o livro religioso tinha, na altura, larga circulação, havendo milhares de edições religiosas que se destinavam a recetores diferentes. Há algumas direcionadas a públicos restritos, limitados a certos níveis de instrução, outras disponíveis a redes conventuais, ou abertas ao interesse de pequenos círculos, familiares ou locais¹. Os livros do Bispo de Beja no que à matéria religiosa diz respeito parecem corresponder a este figurino, sendo diversos nos objetos de estudo, nos

convergem na mesma necessidade, sentida por Cenáculo, de explicar matérias do culto e da doutrina cristã.

¹ Lisboa, «Papéis de larga Circulação ...», 134.

públicos a que se destinam, na forma com se sustentam e até na forma como são “construídos” em termos de características formais e físicas. Parecem convergir numa preocupação comum que é a de defender a doutrina e promover a sua prática correta por parte dos vários fiéis, ainda que estes fiéis possam ter profundas diferenças entre si.

Depois de examinarmos todo o *corpus* documental composto pelas obras impressas de D. Frei Manuel do Cenáculo, importa salientar que estas apresentam grande diversidade, que se espelha na multiplicidade de assuntos tratados, no modo como são compostas, e nos destinatários a quem são dirigidas.

Como foi sublinhado por Roger Chartier a “função-autor” é o resultado de operações específicas e complexas que relacionam a inscrição histórica, a unidade e a coerência de uma obra, ou conjunto de obras, com a identidade de um sujeito elaborado. A consciência desta especificidade do ato criador impõe a necessidade de considerar as marcas deixadas pelo autor, examinando em paralelo, os factos históricos e biográficos que permitem caracterizar a sua posição¹. O entendimento da obra impressa de Frei Manuel do Cenáculo implica, assim, a consciência desta dialética existente entre as marcas que deixou e as condicionantes que cunharam a sua posição. O bispo de Beja tem originalidade enquanto autor e narrador. Deverá ser examinado como o “princípio de uma determinada unidade de escrita” diferente de todas as outras e como “um foco de expressão”, que se manifesta em cada uma das suas criações². Alguém que criou determinado escrito que terá marcado um grupo, ou um destinatário. Analogamente, expressou, na sua obra, as circunstâncias da sua época e vida.

Das linhas expostas constata-se que, algumas das suas obras, decorrem de necessidades impostas pelo momento que se vivia. Parafraseando Gama Caeiro, o bispo de Beja foi um Homem das Luzes pelo momento histórico em que viveu, pela formação mental que tinha e por ser um participante ativo no processo pedagógico-cultural e nas reformas de governo que à Ilustração visavam, tendo-se inserido numa

¹ Chartier, *A Ordem dos Livros ...*, 50.

² Foucault, «Qu'est-ce qu'un auteur», *apud*. Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 60. Cumpre-nos assinalar que estamos a definir Cenáculo, enquanto autor, recorrendo à definição geral de autor feita por Michel Foucauld.

moldura de ideias características da época¹. As suas obras constituem-se assim, a par de outros aspetos, como mais um reflexo da sua matriz de homem do Iluminismo. Com efeito, Cenáculo revela, ao longo da sua obra, uma mentalidade crítica e uma curiosidade científica pelo passado, com um reajustamento da atitude mental no sentido do rigor cronológico e da objetividade². É neste contexto que entendemos, por exemplo, a defesa que faz do estudo da Antiguidade, preconizando um aproveitamento do passado para construir novo conhecimento, alicerçado nos “gigantes da antiguidade”. Analogamente, em algumas das suas obras, como por exemplo o escrito “*Graças Concedidas por Cristo em Campo de Ourique*”, essa necessidade de revisão de métodos manifesta-se na vontade em defender determinada posição recorrendo a testemunhos provenientes de diferentes origens, desde pinturas, a inscrições, passando por vestígios de documentos antigos e representações escultóricas, procurando uma fundamentação da matéria defendida “em fontes”³.

O Bispo de Beja faz, ao longo das suas obras, o elogio da erudição recomendando a formação do clero e os fiéis, cultivando o “Gosto pelo Real” e mostrando-se adverso às especulações metafísicas⁴. É neste contexto que entendemos muitas das obras que escreveu onde discorreu sobre questões como a organização e formação do clero, mas também do comportamento cristão e sua instrução.

Como se sabe, o prelado Pacense revelou-se um curioso atento a diversos temas. Note-se porém que o seu interesse pelas descobertas científicas modernas não colocou em causa a “Religião Revelada”. Faz a sua apologia, sendo que só essa relevação permite, em seu entender, chegar à verdade⁵. Ainda assim, não se coibiu de considerar que a ignorância e a miséria eram as principais causas para uma religião mal

¹ Caeiro, «Concepções da historiografia setecentista...», 515.

² Caeiro, «Concepções da historiografia setecentista...», 515. De acordo com o autor, Cenáculo intenta fazer a revisão dos métodos, procurando os meios mais adequados ou requeridos para o desenvolvimento das ciências auxiliares.

³ Cenáculo respira o ambiente da sua época, destacando-se na sua obra a preocupação com o “progresso das letras” que foi regulada pelos próprios condicionalismos históricos e acontecimentos culturais do tempo, os quais acabaram por se refletir na “imagem” que formou do tempo em que vivia. Foi, nas palavras de Caeiro, “o homem da sua época por excelência”, exercendo um enciclopedismo ao gosto do seu século”. As suas obras refletem e comprovam isso mesmo, sendo reveladoras das suas preocupações, das formas como pretendeu influenciar a sua época, espelhando analogamente, as circunstâncias e exigências da sua época. Cf. Caeiro, «Concepções da historiografia setecentista...», 531.

⁴ Caeiro, «Concepções da historiografia setecentista...», 531.

⁵ Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 197-214.

vivida e exteriorizada. Dai as obras com orações e explicações e defesas de matéria religiosa e de culto que faz, mas também os escritos nos quais instiga os cristãos a terem um comportamento mais digno e a viverem de forma mais intensa a religião que professam.

O conjunto dos seus escritos espelha, na globalidade, algumas características do seu Iluminismo, constituindo-se, similarmente, como uma resposta às dificuldades e necessidades do seu tempo. São textos que revelam a importância atribuída à escrita no Antigo Regime e que procuram ter um “papel pedagógico, aculturador e disciplinador”¹. É nesse contexto que surgem, por exemplo, as suas Instruções Pastorais sobre a disciplina do clero, mas também as obras “de fundo” como as “Memórias Históricas”, ou os “Cuidados literários”, entre várias outras.

As suas obras testemunham as múltiplas utilizações da escrita, construindo representações onde se conhecem as divergências consideradas decisivas pelo seu produtor². Constituem-se assim como um espelho da cogitação singular do seu criador, expressando o seu pensamento e sentimento, mas também das circunstâncias históricas que marcaram a sua formação e a sua vivência. Assim sendo, são “legítima propriedade” do seu autor, mas como bem salientou Diderot, é lícito interrogarmo-nos sobre: “qual é o bem que pode pertencer a um homem, se uma obra de espírito, o fruto da sua educação, dos seus estudos, das suas vigílias, do seu tempo, das suas pesquisas e observações [...] se a porção mais preciosa de si mesmo, a que não perece e a que o imortaliza não lhe pertence?”³. As obras são levadas à “praça pública”, inscrevem-se num determinado espaço e tempo, imortalizam determinado pensamento, mas tornam-se, por via dessa participação no espaço público, propriedade não exclusiva do seu autor.

O livro é, nesta perspetiva, um “diálogo entabulado com os seus leitores, numa entoação que impõe a sua voz às cambiantes e imagens duráveis que deixa na memória, num diálogo infinito, [...]”⁴. Tendo isto em consideração, não é possível estabelecer de forma liminar quem foi o autor Cenáculo. Sabemos, através da leitura e

¹ Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 38.

² Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 39.

³ Denis Diderot, «Letres sur le commerce de la librairie», *Ouvres Completes*, t. VIII, *apud Chartier*, «Que es un libro?», em *Que es un texto?*, (Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2006), 29.

⁴ Jorge Luis Borges, «Nota sobre Bernard Shaw», em *Obras Completas 1952-1972*, 2, 23-45 *apud Chartier*, *A Ordem dos Livros*, 35

análise das suas obras, algumas das preocupações que revelou, das ideias que defendeu, dos pensamentos que partilhou, das doutrinas e perspectivas que defendeu. Compreendemos que essas preocupações e pensamentos são fruto do seu percurso intelectual e formativo, das circunstâncias históricas e culturais que moldaram o seu pensamento e das exigências que o próprio contexto em que viveu lhe colocou. Não obstante, não é possível definir em absoluto quem foi este autor e a significação das suas obras. Como acontece para todos os livros, os escritos de Frei Manuel do Cenáculo são objeto dos eixos inumeráveis de relações que lhe estabelecem significação. Nesse sentido, o seu significado não se esgotou, nem se pode estancar na interpretação que lhe é dada por qualquer leitor, continuando, para cada época e circunstância em que é lida, a entabular um novo diálogo com os seus leitores, num ciclo contínuo.

3.2. Cenáculo o leitor

Avaliar Frei Manuel do Cenáculo enquanto leitor é outro dos aspetos que permitirá conhecer a relação que manteve com os livros, ao longo da sua trajetória de vida.

Com se sabe, existem vários os estudos, no âmbito da História do Livro, que se dedicam a examinar as diversas práticas de leitura que surgem ao longo do tempo, em regiões muito distintas. Apesar das diferenças que possuem, todos parecem convergir na ideia que a leitura é uma prática complexa, que conhece múltiplas influências e determinantes que a condicionam¹.

Tal como foi sublinhado por Alberto Manguel, o ato de ler é antes de mais a “magia de compreender”, a possibilidade de interpretar um conjunto de linhas pretas e brancas de modo a que estas adquiram um sentido². Falando da sua experiência pessoal, o autor apresenta-nos a leitura como algo que possibilita adquirir um sentido inteiramente novo. Dentro dessa linha de pensamento, o simples ato de aprender a ler é visto como algo que permite que as realidades não se resumam aquilo que se consegue ver, ouvir, cheirar, saborear, passando a relevar-se, analogamente, aquilo que se consegue decifrar, traduzir e ler. Os leitores de livros expandem e condensam,

¹ Cf. Alberto Manguel, *Uma História da Leitura*, (Lisboa: Editorial Presença, 1998).

² Manguel, *Uma História da Leitura*, 20

assim, uma função que nos é comum a todos, é o leitor que lê o sentido, que reconhece a um objeto, lugar, ou acontecimento, uma possível legibilidade ou lha concede. É este quem pode atribuir uma significação a um sistema de signos e em seguida decifrá-los¹. Neste contexto, o ato de ler é visto como “quase tanto como respirar, como uma das nossas funções vitais”².

A possibilidade de atribuir uma significação a determinado conjunto de letras impostas num papel é, como já atrás mencionámos, caracterizada por um movimento contraditório entre as imposições inerentes a um texto e a liberdade interpretativa do leitor³. A prática de leitura é encarnada em gestos, espaços e hábitos, considerando-se que, para lá das desigualdades introduzidas pelo nível de alfabetização, as quais condicionam a possibilidade de ler, há também diferenças significativas entre todos aqueles que podem ler textos. Estes não os lêem da mesma maneira, sendo que essa diferença nos modos de ler determina diferentes utilizações legítimas dos livros. Há contrastes entre normas e convenções de leitura e há contrastes nas expectativas e interesses na leitura⁴. Esta liberdade do leitor, a “independência criadora” do ato de ler não é, contudo, uma liberdade arbitrária. Ler é sempre ler qualquer coisa, e a liberdade da leitura está limitada pelos códigos e pelas convenções que regem as práticas de uma comunidade de dependência e pelas formas discursivas e materiais dos textos lidos⁵.

Subscrevendo João Luís Lisboa, importa relevar que o ato de ler, como qualquer outro facto histórico, implica apreciar as condições da sua realidade, o seu enquadramento material e cultural, assim como as formas de comunicação que lhe são associadas⁶. Importa por isso que analisemos a intensa relação de D. Frei Manuel do Cenáculo enquadrando a sua atuação neste domínio com a sua condição de clérigo, que por essa via desenvolve uma relação intensa com os livros. Note-se porém que há

¹ Saliente-se, com bem notou o autor citado, que o ato de ler letras numa página é apenas uma das manifestações dessa função, assim como o são o ato de ler as estrelas, ou o de um arquiteto “ler” o espaço onde vai construir a casa, ou o do zoólogo a ler o rasto dos animais na floresta, entre outros exemplos possíveis.

² Manguel, *Uma História da Leitura*, 21.

³ Cf. Chartier, *A Ordem dos Livros*, 35

³ Cf. Alberto Manguel, *Uma História da Leitura*, 8-10.

⁴ Alberto Manguel, *Uma História da Leitura...*, 14-15.

⁵ Manguel, *Uma História da Leitura...*, 16-17.

⁶ Para captar o mundo do escrito no Antigo Regime é preciso entender que, apesar da exiguidade da alfabetização, a comunicação escrita ultrapassa, em muito, os estritos limites da competência da leitura e da escrita. Cf. Lisboa, *Ciência e Política...*, 15.

que considerar que as partilhas culturais não se ordenam obrigatoriamente a uma grelha única de divisão social, verificando-se que, durante o Antigo Regime, os leitores populares e os que não o são, se apropriam dos mesmos textos¹. Impõe-se, assim, que se tente perceber como os textos podem ser diferentemente apreendidos, manejados e compreendidos e tentar reconstruir os modos, historicamente e socialmente diferenciados, de acesso aos textos². No entanto, há que estar consciente, tal como sublinhou João Luís Lisboa, que não é possível representar esta realidade histórica através de quadros e estatísticas, sendo apenas possível fazer uma aproximação, uma grelha interpretativa que se pretende aproximar do que se chama “realidade social”³.

A perceção destas questões metodológicas, as quais devem nortear os estudos neste domínio, tem implicações diretas no exame da faceta de Frei Manuel do Cenáculo enquanto leitor. No caso das leituras do bispo a questão não se coloca, como bem sabemos⁴, no seu nível de alfabetização, mas antes nas utilizações que fez dos livros. Assim, importa relevar as práticas e gestos que estão associados às leituras que fez.

Frei Manuel do Cenáculo utilizou, como atrás expusemos, as cartas que recebeu e enviou como um meio de informação acerca dos livros. Nesse sentido, parece-nos legítimo admitir que algumas das leituras que realiza serão reflexo dos contactos intercalados com diversas personalidades, fruto das sugestões e críticas que recebeu por essa via. Esta é uma realidade dificilmente quantificável, sabemos, pelas menções feitas nas cartas, que leu determinadas obras e autores, que recebeu informações sobre outros, mas em que medida esses contactos estipularam que lesse determinada obra é algo que não podemos concretizar. Cumpre-nos reconhecer que, em face do elevado número de missivas de que dispomos, que se alia à forma “informal” como alguns destes contactos são, por vezes, estabelecidos, não permite identificar com segurança todos os autores e obras referidas. Note-se ainda que, mesmo que fosse

¹ Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 19.

Essa apropriação faz-se, em primeiro lugar, porque nesta época são numerosas as formas de transporte dos conteúdos escritos para a oralidade. Depois, porque o escrito também transporta em si mesmo a oralidade. Finalmente, porque assistimos, neste período, à criação de um novo relacionamento entre o oral e o escrito, com a conquista de espaço pelo impresso. Cf. Lisboa, *Ciência e Política...*, 15.

² Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 19-21.

³ Lisboa, *Ciência e Política...*, 16.

⁴ Releve-se o seu percurso formativo, apresentado no capítulo onde analisámos a sua trajetória de vida, como prova da sua capacidade de leitura.

possível quantificar, de forma absoluta as menções que são feitas a determinadas obras, nada garante que, pelo facto de comentar determinado escrito numa das suas cartas, Cenáculo tenha lido efetivamente essa obra¹.

Para além das cartas, também os cargos e funções que desempenhou poderão ter influído nas obras que leu. Com bem sabemos, alguns desses cargos implicaram a leitura de diversos volumes, ilustram-no exemplarmente o de Deputado e Presidente da Real Mesa Censória, que envolveram, necessariamente, a consulta de muitas composições escritas com o objetivo de fazer a sua censura. Analogamente, as Reformas dos Estudos em que se envolveu deverão ter implicado a leitura de obras distintas, de modo a conhecer quais os autores existentes e o que estes defendiam, para poder deliberar sobre a sua utilização, ou não, nos Estudos que se estavam a implementar. Do mesmo modo, a função de Preceptor do Príncipe terá implicado a leitura e consulta de muitas obras que permitissem cumprir o papel de educador do Delfim Real. Juntam-se a estes cargos, diversas solicitações realizadas por estudantes e autores, os quais desejavam a sua opinião sobre determinada escrito, o que deverá ter originado a consulta e leitura de algumas das obras.

A todas estas motivações para usar os livros, que se relacionam com os contactos que intercalou, com a necessidade de manusear livros decorrentes dos cargos que desempenhou, com as propostas de leituras que recebe, devemos acrescentar uma outra variável, que se prende com os próprios gostos pessoais e necessidades do seu percurso formativo. Frei Manuel do Cenáculo, por necessidade de instrução e esclarecimento pessoal, pelo seu próprio percurso intelectual, deverá ter sentido a necessidade de consultar determinadas obras e autores. A erudição que revela, os pensamentos que defende, os conhecimentos que possui advém nele, como em qualquer outra pessoa, das obras e autores que leu, para além de todos os outros contactos que possa ter estabelecido. Além disso, os gostos e interesses pessoais desempenham aqui também um papel de relevo. Cenáculo foi um apaixonado por livros, colecionou-os com afincio, entendendo-os como objetos valiosos. Na escolha dos livros que comprou, admitindo que terá lido pelo menos alguns deles, certamente

¹ Se é verdade que deverá ter lido as obras que comentou e criticou e das quais deu nota aos correspondentes, nada nos garante que por ter recebido informações de outras obras, por parte dos correspondentes, isso o tenha levado a lê-las efetivamente.

os gostos pessoais foram tidos em conta, para além das necessidades imanentes ao seu uso.

O conhecimento das diferentes motivações que poderão estar inerentes às leituras efetuadas por D. Frei Manuel do Cenáculo evidenciam que, em muitos dos casos, não é possível quantificar estes dados. Isto levou-nos à questão metodológica de como poderíamos conhecer a faceta de Cenáculo enquanto leitor, quais as obras que leu? Como podemos traçar o tal quadro geral que nos permitisse averiguar o perfil do prelado enquanto leitor? Que fontes utilizar para tentar responder a esta questão?

Há vários estudos sobre História do Livro e da Leitura que têm vindo a evidenciar que, não obstante a importância de tentar reconstituir o conjunto dos livros de determinada personalidade para aferir dados acerca da sua bibliofilia, a inventariação dos livros que possuiu não é suficiente para conseguir perceber aquilo que terá lido¹. De facto, nada nos poderá garantir que, pelo facto de uma obra constar da listagem dos livros de determinada personalidade possuiu, esta tenha sido efetivamente lida. Como pudemos constatar através dos dados acerca da correspondência que tratamos noutra parte deste trabalho, existiram muitos correspondentes que enviaram obras, ou extratos de obras a Cenáculo, procurando o seu patrocínio, o seu apoio, a sua crítica, ou que simplesmente desejavam dar-lhe conhecimento da sua existência. Essas obras, que passaram a fazer parte dos livros que o bispo de Beja possuiu, não tiveram de ser, necessariamente, todas lidas pelo prelado. O raciocínio contrário também é válido, isto é, as obras que não constam daquelas que conseguimos identificar nas suas listas de compras e menções a trocas de livros não estiveram, obrigatoriamente, ausentes do alcance de Cenáculo. Frei Manuel pode muito bem ter lido essas obras, ainda que não tenhamos um registo da sua existência².

Em face destas questões metodológicas, propusemo-nos examinar a faceta do prelado Pacense enquanto leitor recorrendo às suas próprias anotações acerca de leituras efetuadas. Fizemos essa opção partindo do pressuposto que essas anotações são um indicador seguro de que o prelado realizou determinada leitura, tendo-a até registado. Para conseguirmos concretizar esse objetivo procuramos, no vasto espólio

¹ Saliente-se, a título ilustrativo, Lamarca Langa, *La cultura del libro ...*

² A isto pode associar-se o fenómeno de ocultar a consulta de determinadas obras por motivos como a censura, se bem que no caso em apreço e tendo em conta a ligação ao aparelho censório deste prelado, não nos parece que sentisse necessidade de esconder a leitura de obras proibidas, as quais estava autorizado a consultar devido às suas funções.

documental de D. Frei Manuel do Cenáculo, anotações respeitantes a essas leituras. Encontramos anotações no seu diário pessoal que se encontra espalhado em cinco códices de documentos¹.

A análise desta documentação permitiu-nos constatar quais eram as leituras que Cenáculo assentava, mostrando que o número de registos de leituras era bastante restrito, circunscrevendo-se essencialmente a livros de matéria religiosa, sobretudo a Bíblia. Cumpre realçar que a constatação da erudição revelada por Cenáculo, que sobressaiu por exemplo em muitas das suas obras, ou no reconhecimento, por parte de muitos dos correspondentes que se lhe dirigiam, da cultura e ciência que possuía, fazia-nos adivinhar que Cenáculo teria lido muitos outros livros². Em face disso, tentamos descortinar as leituras efetuadas por Cenáculo pesquisando noutras fontes, que pudessem esclarecer-nos sobre quais as leituras realizadas. Para isso, e uma vez que tínhamos em mãos, como foi possível inferir através do ponto anterior deste trabalho, muitas das obras impressas por Cenáculo, num total de trinta e duas, decidiu-se procurar, nesses escritos, as citações de obras e autores que nos permitissem aferir quais foram as leituras que realizou. Esta opção baseou-se na assunção que o Bispo de Beja terá lido, ou pelo menos lido parcialmente, as obras que cita nos seus próprios escritos.

Para traçar o perfil de Frei Manuel do Cenáculo enquanto leitor, para percebermos aquilo que leu e se possível, que tipo de leitor foi, a nossa análise apresentar-se-á, assim, dividida em duas secções:

- As leituras registadas por Cenáculo;
- As citações de livros e autores a partir da análise das suas obras impressas.

O conhecimento das obras que leu, das leituras que fez e das quais conseguimos encontrar memória, permitir-nos-á caracterizar melhor quem foi este bibliófilo. Note-se porém que este é um quadro interpretativo que se procura aproximar da “realidade

¹ Códices: CXXIX/1-17; CXXIX/1-18; CXXIX/1-19; CXXIX/1-20; CXXIX/1-21.

² Há aliás, menções a esses livros nas próprias cartas trocadas, como ficou patente no capítulo que dedicamos à análise da sua rede epistolar.

social”¹, sendo que não nos é possível traçar um quadro absoluto das leituras que fez e muito menos o que apreendeu dessas leituras.

Subscrevendo Manuela Tavares, o pensamento e a sua expressão escrita têm no livro uma forma de comunicação privilegiada, sendo um meio de transmissão de cultura e um proficiente vetor para a mudança de mentalidades². Os livros evidenciam-se enquanto veículo de circulação de ideias, de comunicação de mensagens, sendo simultaneamente um objeto de consumo da sociedade. Quando procuramos conhecer quais foram os livros que Cenáculo leu, em que áreas manifestou mais interesse, pretendemos rastrear qual o papel representado por esses livros no seu próprio percurso intelectual. Cumpre-nos reconhecer que, ainda que seja possível detetar algumas características dessas leituras, não é possível reconstruir na totalidade, para este, ou outro caso, qual a importância atribuída a determinada teoria ou autor por Frei Manuel do Cenáculo. Nalguns casos, podemos conhecer aquilo que escolheu subscrever ou criticar, identificar teorias ou escritos que o bispo de Beja privilegiou. Contudo, não podemos, na nossa tarefa de historiar a leitura e a sua feição enquanto leitor, recuperar os seus processos mentais de assimilação de conhecimento e, desse modo, perceber, de forma absoluta, como esses escritos interferiram na sua mentalidade.

Como salientou Ana Cristina Araújo, a percepção da estima pública dos objetos impressos sofreu grandes oscilações no século XVIII, sendo possível rastrear mudanças de atitude perante novidades editoriais ou segmentos particulares do saber, como a Ciência. Estas mudanças são profundamente condicionadas pelo reconhecimento do papel do livro na difusão de uma cultura europeia, de matriz iluminista³. Dentro dessa linha de pensamento, admitimos que a ilustração revelada por D. Frei Manuel do Cenáculo, a absorção que esta personalidade fez dos valores das “Luzes”, dever-se-á, paralelamente a outros fatores, aos muitos livros com os quais contactou e que leu.

Importa relevar que as mudanças trazidas pela cultura do impresso providenciam o mais plausível ponto de partida para explicar a metamorfose que, a partir de determinada altura, colocou a tónica da interpretação das coisas na razão matemática

¹ Lisboa, *Ciência e Política...*, 16

² Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Livros e leituras no século XIX», *Revista de História das Ideias*, 20, (1999): 187.

³ Ana Cristina Araújo, «Livros de uma vida – Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII», *Revista de História das ideias*. V. 20, (1999): 162.

e nos “mapas mentais” construídos pelo Homem, em detrimento da Revelação Divina¹. Convém salientar que, no caso de Cenáculo, essa transformação não foi absoluta, sendo que a primazia continuava a ser dada, pelo que pode ser constatado nas suas obras, à Revelação Divina. Ainda assim, a valoração dessa componente não o fez menosprezar a importância de recorrer à explicação científica de alguns fenómenos, instando a que se procurassem as suas explicações, tendo em conta as suas causas naturais, que compete aos Homens estudar e perceber².

Como foi sublinhado por Henri Jean-Martin, quando uma nova forma de comunicação se torna necessária e aparece, tende a exceder os seus objetivos e a ultrapassar as suas funções. Sucede-se então um processo de reclassificação no qual, embora as “velhas” formas de comunicação continuem a ser utilizadas, já não servem exatamente as mesmas funções, sendo que cada período parece adaptar os meios de comunicação aos seus próprios usos³. Seguindo essa linha de pensamento João Luís Lisboa afirma que, em finais do século XVIII e princípios do XIX, os domínios da leitura começam a adquirir alguma expressividade social, denotando-se uma especialização nos campos do conhecimento. A ambição enciclopédica esbate-se, e no seu lugar desenvolvem-se múltiplas formas de leitura, com as funções específicas. A leitura que o estudioso alimenta vira-se para questões particulares e não se expande, em contrapartida a leitura de deleite e de intervenção, a leitura do dia-a-dia comercial, político, ou agrícola mostram-se mais dinâmicas⁴. Isto leva-nos a considerar que as mudanças evidenciadas no mundo da leitura assumem dimensões ambivalentes. Continuam a coexistir, dentro de uma mesma época, utilizações e leituras de tipologias muito diferentes, podendo afirmar-se que existiu uma “Revolução da Leitura”, se a considerarmos como um mudança que permitiu o aparecimento de novas formas, usos e praticas leitoras, e não como uma rutura com formas de leitura e acesso a livros anteriores. Nesse sentido a leitura é vista, simultaneamente, como uma forma de modelação social e uma forma de escapar individualmente às exigências sociais, sendo

¹ Elisabeth Eisenstein, *The printing Press as an Agent of Change* (Cambridge: University Press, 1979), 701.

² Veja-se a este propósito a análise da sua obra impressa que realizamos atrás.

³ Henri Jean-Martin, «Publishing conditions and strategies in ancien regime France», *Books and Society in History*, (Londres: Association of College and Reserch Libraries, 1983), 43, *apud* Lisboa, *Ciência e Política...*, 202.

⁴ Lisboa, *Ciência e Política...*, 200.

que a evolução da leitura, tanto individual, como comunitária mostra o papel ambivalente do livro¹.

Para compreender Cenáculo enquanto leitor, é indispensável considerar estas diferenças e transformações potenciadas por diferentes práticas leitoras, sem que se possa dizer que as novas práticas substituiriam antigas. Daí decorre que, o facto de se poderem evidenciar “tipologias” de leitura associadas a práticas mais antigas, isso não implica necessariamente um arreigamento, por parte de quem as pratica, a ideias do passado e uma recusa dos valores e conhecimentos atuais. Os livros têm um “poder de persuasão”, uma “influência secreta na compreensão”², identificando-se, no século XVIII, um aumento do material impresso e do número de leitores, o que acabou por transformar a própria natureza da leitura. Contudo, essas mudanças não assumiram apenas uma “natureza” de passagem de uma leitura intensiva, para uma leitura extensiva. As práticas de leitura intensiva, como por exemplo a da Bíblia, persistiram, conjuntamente com práticas de leitura extensiva. As mudanças nas práticas de leitura evidenciaram, acima de tudo, o surgimento de uma leitura mais variada, que se reparte entre leituras cuidadosas de alguns textos, e no uso superficial de outros. Note-se porém que isto não implica que existam obras destinadas a leituras extensivas e outras a leituras intensivas, pois os usos dos livros também conhecem variações³. Em face destas questões pretendemos estudar Cenáculo enquanto leitor, procurando, a partir daí, aferir dados acerca da sua bibliofilia.

3.2.1. As leituras registadas por Cenáculo

As anotações pessoais de leituras realizadas encontram-se no diário pessoal do Bispo de Beja⁴. Focalizando a nossa atenção nesses registos, é possível verificar que as anotações surgem com indicação da data em que foram realizadas, não fornecendo, na maioria dos casos, mais indicações sobre a leitura para lá da identificação do local

¹ Reinhard Wittman, «Hubo una revolución en la lectura a finales del siglo XVIII?», em *História de la lectura en el mundo occidental*, dir. Guglielmo Cavallo y Roger Chartier, (Madrid: Santillana Ediciones, 2001), 491-537.

² Brewer, «Reading and Readers ...», 160.

³ Brewer, «Reading and Readers ...», 163.

⁴ Está já publicado, o levantamento das menções a livros e a leituras neste diário. Cf.- Vaz, Coord., *Os livros e as bibliotecas... Sobre a importância dos diários enquanto fonte documental para a “micro-história”* veja-se a introdução desta obra.

onde foi praticada¹. O averbamento das leituras não é realizado todos os dias para os quais possuímos registos do diário, ainda assim, constata-se que esta é uma prática que o prelado empreende assiduamente.

A análise da fonte demonstrou que grande parte dos registos de leituras está relacionada com uma prática, identificada pelo próprio Bispo de Beja, como “leitura da sorte”. Esta consistia na seleção aleatória de determinada parte do Texto Sagrado para ser lido naquele dia, ou momento. Como sublinhou Francisco Vaz² e também Alain Boureau³, esta prática inscreve-se numa utilização profética da materialidade do livro. É um uso cujas origens remontam à Idade Média, baseando-se numa aplicação taumaturgica do texto, defendendo que a Bíblia, quando aberta ao acaso, predizia o futuro através do primeiro versículo que se apresenta ao olhar do leitor⁴.

A análise dos registos efetuados pelo Bispo demonstram que as leituras da Bíblia eram tiradas “pela sorte”, existindo averbamentos no diário que comprovam que por vezes se fazia mais que uma sorte diária⁵.

Os exemplos que apresentamos na tabela seguinte são ilustrativos da forma como Frei Manuel do Cenáculo anotou estas leituras.

Tabela 7. Registos de leituras no Diário de Frei Manuel do Cenáculo

Dia:	Leitura realizada:
09-01-1785	Sorte: Paralipómenos Genealogia de Judã
12-01-1785	Sorte: II Paralipómenos capítulo XXIX E XXX.
23-01-1785	Sorte: [Livro de] Esdras capítulo VIII.
25-01-1785	Sorte: [Livro de] Judith capítulo III a capítulo VIII inclusive.
02-02-1785	Sorte: Livro II [de] Esdras capítulo X combinado com o mais XI.
06-02-1785	Sorte: [Livro do] Eclesiástico capítulo XIV e versículo 21 capítulo XV versículo 22 capítulo XVI versículo 23 <i>qui minoetum</i> : era necessário esta inspiração nestes tempos a mim e o mesmo v.28 <i>Unos quis que</i> .
24-02-1785	Sorte: II [Livro de] Esdras Capítulo 8º

¹ Por vezes têm apenas considerações muito ligeiras acerca da valia da leitura para o bispo.

² Vaz, Coord., *Os livros e as bibliotecas...*,29.

³ Boureau, «Adorações e devoções franciscanas...» 30.

⁴ Boureau, «Adorações e devoções franciscanas...» 31.

⁵ *Os livros e as bibliotecas...*,29. A prática consistia, similarmemente, na abertura do Livro Sagrado ao acaso, apontando, também aleatoriamente, com o dedo para uma parte do texto, repetindo-se o procedimento várias vezes no mesmo dia.

18-03-1785	Sorte: II [Livro dos] Paralipómenos capítulo 35
25-03-1785	Sorte: Salmo 85 versículo 16,17 todo o Salmo 86.87.88.89
30-03-1785	Sorte: [Livro de] Josué Capítulo 21 e seguintes até ao fim do livro.

Fonte: B.P.E. – Códice CXXIX/1-19 e Vaz, Coord., *Os livros e as bibliotecas...*

O exame desta tabela, exemplificativa da forma como foram feitos alguns dos registos¹, indica que há um reconhecimento claro da prática das “sortes” na leitura da Bíblia. Esta prática prolonga-se por aproximadamente vinte e dois anos, identificando-se o primeiro registo em 16 de Novembro de 1779 e o último em 29 de Agosto de 1801. No total encontramos, contendo especificamente a indicação de que se tratava de uma “sorte”, registos em duzentos e trinta e oito dias diferentes. Geralmente o bispo não assinala mais do que a identificação da localização da leitura no Livro Sagrado. Há contudo algumas exceções, nas quais se fazem breves anotações acerca da valoração feita à leitura daquele dia. Exemplo demonstrativo disso é o registo do dia seis de Fevereiro de 1785, no qual o prelado indica as leituras, destacando que a sua lição se constituiu como uma inspiração necessária naquele tempo.

Em face da informação apontada pelo prelado, decidimos procurar na Escritura Sagrada o texto mencionado, tentando perceber em que medida este se terá constituído como uma inspiração. O livro do Eclesiástico, também conhecido como Sirac, faz parte do conjunto dos sete Livros Sapienciais, pertencentes ao Antigo Testamento, que compõe a Bíblia. O capítulo catorze, versículo vinte e um, diz o seguinte: “Toda a obra excelente será aprovada e o seu autor nela achará orgulho”. Por sua vez, o capítulo quinze, versículo vinte e dois exprime: “pois não deseja uma multidão de filhos infiéis e inúteis”. Finalmente, no capítulo dezasseis, versículo vinte e três, podemos encontrar: “o homem de coração mesquinho só pensa em vaidades; o imprudente e extraviado só se ocupa em loucuras”, enquanto o versículo vinte e oito declara: “nunca nenhuma delas embarçou a vizinha”, ao referir-se às boas obras.

A interpretação que Frei Manuel do Cenáculo deu à sorte deste dia não pode ser reconstituída com exatidão. É algo que faz parte de um processo mental do próprio bispo e que não podemos, em rigor, restaurar. Ainda assim, em face da admissão que faz no seu diário acerca da inspiração que lhe adveio desta leitura, julgamos que é de

¹ A apresentação dos dados em tabela e a sua ordenação cronológica é da nossa responsabilidade, no original os registos encontram-se dispersos e não ordenados cronologicamente.

algum modo legítima a assunção que encontrou nestas leituras, ditadas pela sorte, um estímulo aos trabalhos que estava a empreender. Como bem sabemos, Frei Manuel do Cenáculo defendeu a educação do clero e fiéis, propôs mudanças e a reorganização do ensino, defendeu a utilidade da instrução e do conhecimento, entre várias outras. A determinação desta “sorte”, que apontava para a grande valia das boas obras, as quais merecem aprovação e devem ser motivo de orgulho, a par da declaração de que a Deus não interessa uma multidão de filhos infiéis e inúteis, parecem certificar as suas opções, a sua busca por uma maior instrução do clero e dos fiéis, com vista a torna-los bons filhos de Deus, úteis à sociedade e a Deus. Paralelamente é declarado, noutros versículos, que as boas obras não se embaraçam umas às outras, como que a validar os esforços em diferentes “frentes” em que se envolve, enquanto se atribui a mesquinhos e a imprudentes a ocupação em loucuras e o cultivo das vaidades, tidas como tarefas inúteis.

Em 22 de Abril de 1785 a sorte do dia dita a leitura do Salmo 123, tendo o prelado feito o seguinte comentário: “tem incríveis combinações comigo e com a minha Santa Igreja este Salmo. Grande Misericórdia de Deus para comigo”. Note-se que o Salmo 123 da Escritura faz o reconhecimento da intervenção de Deus na defesa do povo de Israel, sendo que essa mediação divina o protegeu dos inimigos e das dificuldades. Ao comparar o Salmo que lhe calhou em sorte à sua própria situação e da sua Igreja, agradecendo a Deus, Cenáculo parece estar a reconhecer algumas dificuldades que teve de enfrentar, que teria conseguido ultrapassar por intervenção da misericórdia divina.

Como sublinhou Francisco Vaz, a Bíblia era o livro que o prelado mais lia e um dos que mais procurava para alimentar a sua paixão pelos livros. Esta primazia atribuída à Escritura Santa é encontrada em diversos testemunhos, tais como nos conselhos que dá ao Bispo de Pequim antes de este partir para o seu bispado, nos quais recomenda que o prelado tenha sempre a Bíblia por companhia, em diferentes edições¹. Estes conselhos revelam que Frei Manuel do Cenáculo, além de um grande conhecedor das diversas edições bíblicas, era também um homem que exercitava várias práticas diferenciadas de leitura do Texto Sagrado, tais como a leitura diária, a reflexão sobre o texto, o complemento da leitura com edições de comentadores mais

¹ Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,30.

aprofundadas e destinadas aos teólogos¹. Com algum anacronismo, poderemos considerar que esta proposta de interpretação da *Lectio Divina* não diverge muito da proposta atual da Igreja Católica, da qual Frei Manuel fez parte, propondo-se uma abertura com a leitura do texto, ao que se segue a sua meditação, a oração e a contemplação da Palavra, que leva a considerar aquilo que é proposto ao Homem². Releve-se, para uma maior compreensão da centralidade da Bíblia, que este “livro dos livros”, com é muitas vezes designado entre crentes, é entendido, no seio do Cristianismo, como a Palavra de Deus. Nessa perspetiva, o estudo da Escritura constitui-se “como um prelúdio a um ulterior aprofundamento, em busca do seu mistério: a possibilidade de ouvir nas palavras e entre as linhas daquele texto as próprias palavras de Deus dirigidas ao crente.” Para quem crê, a “Bíblia é parte de uma história animada pela intervenção de Deus, na qual se transmitem mais que meras informações, comunicando-se igualmente o amor e o plano de salvação dos homens.” Enquanto Palavra Divina, a Bíblia é interpretada como “o desígnio de Deus a projetar-se na própria História,” influenciando, por essa via, em acontecimentos que podem parecer exclusivamente humanos³.

Para Cenáculo o Texto Sagrado era uma espécie de talismã, constituindo-se, ao mesmo tempo, como um bússola para a pastoral e ação política e social, sendo uma prática constante⁴. Assim, julgamos que o facto de a maioria dos registos apontados por *motu proprio* serem assentamentos de leituras da Bíblia, não se constitui como uma surpresa. Sendo a Bíblia uma “bússola para a sua pastoral e ação política”, o registo da sua leitura constitui uma memória pela qual deseja sustentar as suas opções, servindo analogamente, parafraseando Francisco Vaz, para atestar a importância que a leitura da Bíblia teve para D. Frei Manuel do Cenáculo⁵.

Paralelamente às anotações respeitantes à Bíblia há outros registos de leitura, embora em número muito mais reduzido. Trata-se de apontamentos de leituras que

¹ Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,30.

² Não desejamos a este propósito alargar-nos muito mais. Sobre a importância da *Lectio Divina* na Igreja Católica atual consultar, por exemplo: Arquidiocese de Braga – Plano Pastoral 2008-2011.

³ Gianantonio Borgonovo, «Bíblia», em *Christos. Enciclopédia do Cristianismo* (Lisboa – S.Paulo: Ed. Verbo, 2004), 119-132. Sobre a importância da Bíblia enquanto fonte da palavra de Deus e Revelação Divina vejam-se também Concílio Vaticano II, *Constituição Dogmática Dei verbum a Revelação Divina* (Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1994) e Bento XVI, *Exortação apostólica pós-sinodal, Palavra do Senhor Verbum Domini* (Fátima: Difusora Bíblica, 2011).

⁴ Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,30.

⁵ Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,31.

fez no âmbito das atividades que exerceu enquanto membro da Junta para a Reforma da Universidade. Mencione-se, a título ilustrativo, o registo de 31 de Julho de 1771, onde se expõem as vicissitudes da reunião com vista a definir os livros que iriam ser utilizados nos estudos da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, a que já fizemos referência em capítulo anterior deste trabalho. A emissão de opinião relativamente à obra do beneditino Gerbert, que Cenáculo considera que iria confundir os teólogos, por ser “muito simples, curto e muito rezado”, pressupõe, em nosso entender, um conhecimento da obra que estava a criticar, o que implicava a sua leitura. A nota que escreve no dia 3 de Setembro do mesmo ano confirma mesmo a leitura de uma das obras desse autor, mas nada melhor do que divisar as próprias palavras do Bispo de Beja:

“Vim para caza, e como me foi possível em alguns instantes da 3ª feira, vi o tal tomo [da Instituição Canónica de Gebert] e achei nelle e noutro *De legitime Ecclesiastica Potestate*, e noutro de *Communione Potestatus Ecclesiasticis*, o P. Gerbert he Ultramontano decidido, decretalista, Constitucionário, Unigenitus; oposto ao Tratado de Febronio *Jus Publicu' Ecclesiasticum ad usu Catholicoru' in Germania*, que se vale de Belarmino, etc, etc.”¹

O exame deste registo parece evidenciar que, neste caso, não estamos perante uma vontade de deixar memória da leitura, como no caso da Bíblia. O apontamento no diário parece perpassar o desejo de D. Frei Manuel do Cenáculo deixar um testemunho, na primeira pessoa, acerca do seu posicionamento face aquilo que entendia ser uma má escolha do autor a ser utilizado nos estudos de Teologia. Para mostrar a sensatez da posição que patenteia, regista todos os passos e as críticas à obra, o que admite a sua leitura atenta.

Para além destas notas relativas à atividade da Junta da Reforma da Universidade, há outras, que embora não refiram diretamente as leituras realizadas, pressupõe a sua realização. Exemplos elucidativos são os apontamentos que deixa no diário acerca das suas atividades enquanto Bispo de Beja, assim como as anotações acerca das tarefas que desenvolveu enquanto membro da Mesa Censória, ou Preceptor do Príncipe. Estes registos dedicam-se essencialmente a dar conta de

¹ B.P.E. Códice CXXIX/1-17. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 578.

diligências empreendidas nestes cargos, verificando-se que, por vezes, nesse afã de explicar algumas das suas opções, acaba por mencionar o conhecimento e a utilização de determinadas obras ou autores, o que implica, em nosso entender, a sua leitura.

O registo que realizou no dia 19 de Agosto de 1770 é exemplar pela forma com demonstra essa constatação: “No domingo, 19 de Agosto, levei ao Príncipe as Aventuras de Telemaco para lhas ir explicando. E já neste tempo ele vai ouvindo a história de Portugal por Duarte Nunes e vamos já em El -Rei D. Dinis”¹. Embora Cenáculo não assinale diretamente a leitura destas obras, admitimos que as terá lido, de modo a conhece-las e ensiná-las ao Príncipe.

Este tipo de registos sucede-se com alguma frequência, não dando diretamente nota de uma leitura feita, mas de uma atividade que implica a realização de determinada leitura de uma obra.

Globalmente as leituras registadas no diário de Frei Manuel do Cenáculo estão relacionadas com as suas necessidades de utilização e reflexão pessoal, como no caso da Bíblia e respetiva leitura da sorte. Paralelamente faz também leituras úteis para a realização de determinada tarefa, seja essa a de instruir o príncipe, a de discutir o novo sistema de educação da Universidade, ou sustentar determinada posição que defende.

Convém notar que, no conjunto de leituras registadas no diário do prelado Pacense, a meditação sobre o Texto Sagrado assume particular relevância, surgindo associada a uma prática que encontra antecedentes na Idade Média. Nesse sentido, não pode ser considerada uma prática moderna de leitura, decorrente das transformações do mundo do livro nesta época. Constitui-se, dentro dessa perspetiva, como um testemunho que, paralelamente às novas práticas de leitura que surgem, as quais evidenciam uma multiplicação dos usos dados aos livros há, nesta e noutras épocas, uma persistência de práticas de leitura anteriores.

Esta prática regular de consulta do Texto Bíblico surge assim associada a uma experiência de leitura intensiva deste livro, que serviu como guia para muitos momentos. Uma leitura intensiva que pressupunha a meditação interior da Palavra, para lá da simples consulta superficial. Testemunha, dessa forma, a relevância que o conhecimento do Texto Sagrado teve para Frei Manuel do Cenáculo.

¹ B.P.E. Códice CXXIX/1-17. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,572.

Cumpre-nos assinalar que há vários estudos na área da História do Livro e da Leitura que põe em evidência a importância dos livros religiosos, que rechearam muitas bibliotecas. Aponte-se, a título ilustrativo, a obra de Jesus A. Martinez, na qual o autor declara que, para Madrid, já em pleno século XIX, são diversas as bibliotecas particulares que contêm um elevado número de livros religiosos, entre os quais a Bíblia¹. Estas obras de religião católica coexistem, muitas vezes, como escritos de novas correntes de pensamento, verificando-se que o pensamento científico e filosófico, baseado na razão e princípios da natureza comparte espaço, nas estantes, com obras de apologética católica². Dentro dessa perspectiva, julgamos que a primazia que Frei Manuel do Cenáculo atribui, nas leituras que regista, à Bíblia não é, forçosamente, sinal de alguém alheio aos valores da modernidade. A par da leitura do Texto Sagrado, há indícios que apontam para a existência de muitas outras leituras, o que pressupõe a coexistência de diferentes tipos de obras, algumas das quais poderão corresponder a novas correntes de pensamento, no conjunto de livros que o bispo de Beja possuiu.

3.2.2. As citações de livros e autores a partir da análise das suas obras impressas.

O exame do diário de Frei Manuel do Cenáculo proporcionou a identificação de, excetuando a Bíblia, um número relativamente reduzido de leituras que foram registadas pelo prelado. Ainda assim, paralelamente à leitura da Escritura, encontraram-se referências a algumas atividades que implicaram o conhecimento de outras obras. Em face disso, procuramos conhecer, através de outras fontes, para lá dos registos pessoais em diário, outras leituras realizadas pelo Bispo de Beja³. Dentro dessa linha, analisamos, nas obras impressas do prelado, citações de textos e autores, assumindo previamente que, se cita determinada passagem de obra, ou autor, isso implica o seu conhecimento e leitura, mesmo que parcialmente. Importa, no entanto,

¹ Martinez Martin, *Lectura y lectores en...*,122-123.

² Martinez Martin, *Lectura y lectores en...*,122-123. Realce-se a existência, em algumas dessas livrarias, de obras de apologia católica, formuladas para refutar os filósofos e novas correntes de pensamento.

³ A convicção acerca da existência de outras leituras é ainda reforçada pelas inúmeras missivas que foram permutadas por D. Frei Manuel do Cenáculo. Algumas dessas cartas aludem a obras que o bispo conhecia aprofundadamente, o que implicaria a sua leitura.

ter presente que as regras de citação não tinham o rigor da escrita académica presente e, eventualmente, outros critérios¹ poderiam presidir à menção de determinadas obras ou autores. Ainda assim, pensamos que estas menções nos poderão fornecer importantes indicações sobre o seu papel enquanto leitor, que se encontra interligado com o seu perfil religioso e político. Cumpre esclarecer que, para fazer esta recolha no texto cenaculano, optámos por englobar as citações objetivas de determinada obra ou autor, bem como as menções, feitas no próprio corpo do texto, que aludem a determinada composição ou autor.

Centrando a nossa atenção nas citações de obras e autores que o bispo de Beja pudesse ter realizado nas suas composições escritas, construímos uma base de dados, na qual incluímos as informações que desejávamos recolher.

A tabela seguinte ilustra os dados que recolhemos para cada citação:

Tabela 8. Informações recolhidas em cada citação nas obras de Cenáculo

Campo de preenchimento	Informação contida no campo
Obra citada/mencionada	Identificação do título da obra
Ano	Ano de edição
Autor	Identificação do autor
Editor	Identificação do editor
Onde	Obra de Cenáculo onde é citada
Página	Página da obra de Cenáculo onde é citada, para facilitar a identificação
Comentário	Caso exista, comentário de Cenáculo à obra.

Este foi um trabalho que implicou a consulta de cada obra de forma individual, numa leitura minuciosa, que nos permitisse conhecer, em paralelo às principais ideias defendidas por Frei Manuel do Cenáculo nas suas composições, quais as obras e autores que leu e que menciona nos seus escritos, de modo a completarmos a base de dados que construímos.

Saliente-se, partindo da análise dos dados que conseguimos obter, que as citações não obedecem sempre às mesmas normas. Há obras onde se faz a citação de autores utilizando um sistema de notas, de alguma forma semelhante ao que

¹ Algumas das citações podem ter sido realizadas por necessidade de referir um ou outro autor, para dar mostras de erudição e de grande conhecimento e que se está a par das “novidades do tempo”, por razões de identificação e sustentação política, ou por simples civilidade e retribuição para com outros eruditos com quem, como muito bem sabemos, Frei Manuel do Cenáculo trocou letras.

utilizamos no nosso trabalho¹, paralelamente a outras, nas quais a citação do autor ou obra é feito ao longo do texto. Constata-se que por vezes é realizada uma identificação completa da obra, com título, autor e até página citada. Pelo contrário, noutras citações apenas se faz um menção bastante incompleta, não identificado rigorosamente qual o título, ou autor e muito menos qual o ano de edição, ou editor. Por isso, apesar de termos incluído, na nossa base de dados, os campos de identificação da obra registados na tabela acima apresentada, não possuímos, para todas as obras, o mesmo conjunto de dados de identificação.

Prosseguindo no exame dos registos que recolhemos, evidencia-se que a distribuição do número de menções varia muito de obra para obra. Há obras com inúmeras citações, a par de outras, nas quais não se encontra qualquer referência a obras ou autores. Admitimos que esta diferença no número de citações pode também relacionar-se com a própria heterogeneidade identificada nas composições escritas do prelado. Como se sabe, há dissemelhanças de objetivos, estilos e públicos a quem se dirigem as obras que o bispo de Beja escreveu, o que certamente terá implicado diferenças na forma de as escrever e sustentar.

Procuramos rastrear a distribuição do número de citações/menções a livros em trinta e uma obras impressas por D. Frei Manuel do Cenáculo².

O gráfico seguinte procura ilustrar a distribuição do número de citações por cada uma das obras que atrás identificamos³.

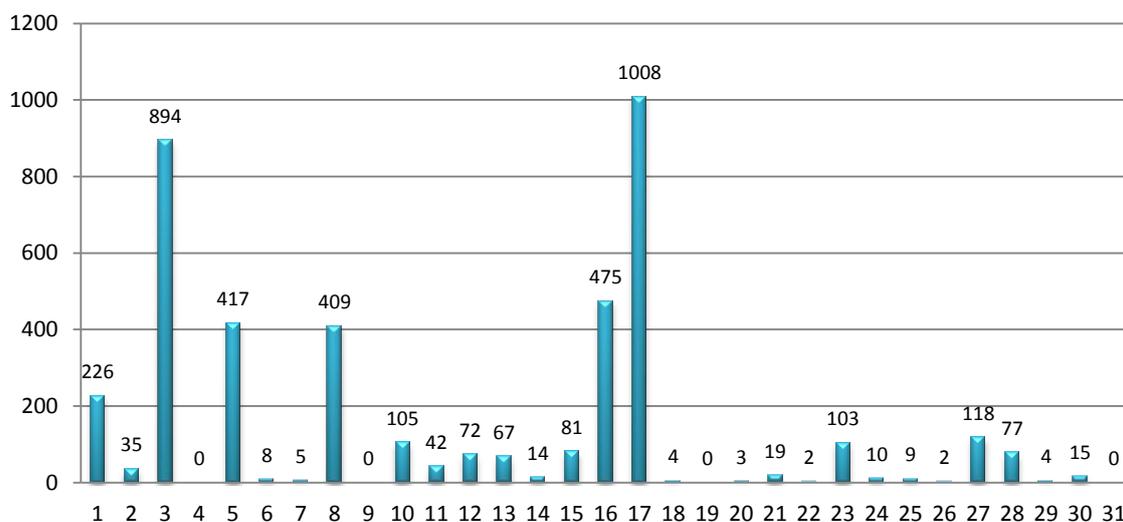
¹ Dizemos de alguma forma semelhante porque a citação é colocada em final de página, não obedece contudo a regras standardizadas.

² Não consideramos neste número a «Patente Encíclica que Frei Pascoal Varísio, Geral da Ordem de S. Francisco, expediu através de Frei Manuel do Cenáculo, Provincial da mesma Ordem, apelando à penitência ...». Esta não é, como já esclarecemos atrás, de autoria de Cenáculo. Não nos parece, por isso, coerente realizar, nesta obra em particular, a procura de citações com o objectivo de achar menções a livros que Cenáculo leu ou conhece.

³ Por uma questão de operacionalização da apresentação dos dados no gráfico identificamos cada um das obras apenas pelo número que lhe atribuímos de acordo com o quadro resumo que apresentamos no anexo 4 deste trabalho. Assim, à obra 1 «Advertências Críticas e apologéticas ...», corresponde o nº 1 e assim sucessivamente, até ao nº 31, que corresponde à obra 31 «Memória Descritiva do assalto ...».

Gráfico 5

Distribuição do nº de citações por obra



Fonte: Obras impressas de Frei Manuel do Cenáculo, anexo 4.

A distribuição do número de citações/menções é muito desigual consoante a obra impressa de Frei Manuel do Cenáculo que estamos a tratar, constatando-se a existência de trabalhos onde não há qualquer referência a outros autores ou obras. Alguns dos livros do prelado onde não encontramos qualquer citação/menção a outros autores ou livros são, geralmente, escritos de teor mais orientado para o “catecismo”, destinadas a explicar assuntos religiosos. Essas composições cenaculanas debruçam-se sobre questões da doutrina e zelo pelos compromissos religiosos, sem apresentarem citações de outros autores. Analogamente, a obra onde deixa memória sobre os acontecimentos aquando do saque de Évora pelos franceses, não possui qualquer citação de obras ou autores. Nas obras que se debruçam sobre aspetos da organização, modernização e instrução do clero, as quais apresentam, muitas vezes, uma natureza mais pedagógica, detendo-se sobre os méritos das ordens religiosas, disposições para os estudos entre outras, encontramos um grande número de citações. Dentro dessas destacam-se as Memórias Históricas do Ministério do Púlpito, com um total de mais de mil menções/citações de outras obras e autores.

Do exame dos dados recolhidos e das bases de dados que criamos, sobressai, desde logo, esta heterogeneidade relativamente ao número de citações. Similarmente, há uma multiplicidade de autores e escritos citados por Frei Manuel do Cenáculo ao longo das suas composições, no que se constitui como mais um testemunho, a par de

outros, do seu ecletismo. Em face disso, não é incomum o bispo de Beja citar autores com os quais concorda, através dos quais pretende corroborar determinada ideia, mas também autores dos quais discorda, apontando a incorreção daquilo que defendem e mostrando-os como o exemplo “do que não se deve fazer”, ou “do erro em que caíram”.

Prosseguindo no exame dos dados que recolhemos, constata-se, similarmente, um predomínio de leituras e citações de obras ligadas à religião e matérias de devoção sagrada. Tendo em conta a ligação, de muitas das obras que o prelado imprimiu, a assuntos de natureza religiosa não nos surpreende, mais uma vez, a grande importância que os livros religiosos adquirem nas suas leituras. Note-se que, em muitos dos volumes que compõe, faz-se a defesa de determinadas matérias religiosas e de culto. Certamente a citação de textos religiosos, entre os quais a Bíblia tida como a fonte da Revelação Divina e da Verdade, desempenha um papel primordial na sua sustentação.

A grande quantidade de citações que foi possível encontrar parece evidenciar que Cenáculo foi um leitor extensivo, se atendermos à grande quantidade de autores e obras que cita. Simultaneamente, a leitura das suas obras e o conhecimento aprofundado que declara nas muitas citações que faz, revela um leitor intensivo de muitas dessas obras. Com efeito, Frei Manuel do Cenáculo mostra conhecer, de forma aprofundada, muitos dos livros e teorias que cita, sendo estas objeto, em muitos casos, de intensa reflexão da sua parte.

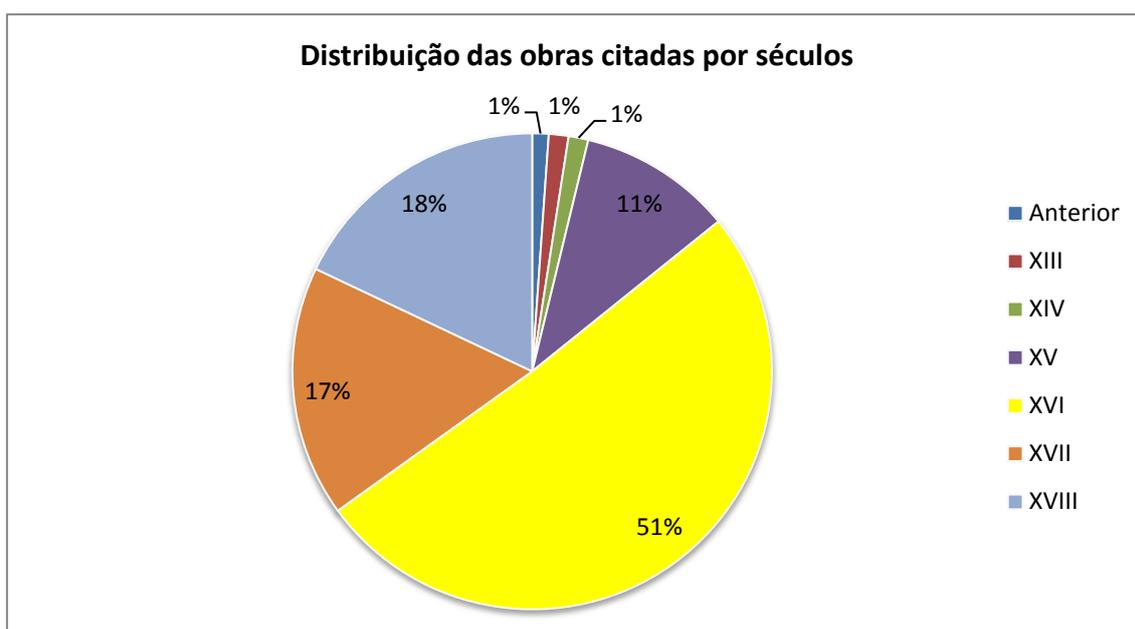
Cumpre-nos realçar que, tendo em conta as mudanças sentidas no mundo da leitura ao longo do século XVIII, estes dados não nos surpreendem. São vários os estudos que insistem na necessidade de, para explicar essas transformações, colocar a tónica não num modelo explicativo que define uma passagem de uma leitura intensiva de um só livro ou pequenos conjunto de textos, para uma leitura extensiva de vários textos, mas antes na multiplicidade de práticas leitoras que se ampliam e coexistem na mesma época. As leituras que conseguimos depreender, a partir das citações realizadas por D. Frei Manuel do Cenáculo, parecem constituir-se como mais um exemplo dessa diversidade de práticas leitoras.

No seu conjunto, as citações que foram encontradas nas composições impressas do Bispo de Beja, nem sempre permitem identificar dados em relação aos

anos de edição das obras nomeadas, ou língua em que estão escritas.¹ Cumpre-nos reconhecer, em face disso, que os dados que iremos apresentar, relativos à cronologia das edições e línguas utilizadas nas obras citadas pelo prelado Pacense, estabelecem as tendências gerais que identificamos, não se constituindo como números absolutos.

Centralizando a nossa atenção na cronologia das obras citadas pelo Bispo, tendo por base aquelas para as quais conseguimos identificar a data de edição², observa-se a seguinte distribuição:

Gráfico 6



Fonte: Obras impressas de Frei Manuel do Cenáculo, anexo 4.

Há, como pode depreender-se da análise do gráfico, uma grande diversidade nas datas de edição encontradas, com um claro predomínio de obras do século XVI, seguidas de obras do século XVIII e XVII respetivamente. No atinente a obras anteriores ao século XIII, verifica-se que estas estão pouco representadas. Ainda assim, distribuem-se por séculos bastantes distintos, do que se constituem exemplo o “*Cronicon Lusitano Manuscripto*” do século XII, citado na primeira página da obra “*Graças Concedidas por Cristo em campo de Ourique*”, ou o “*Édito contratado entre*

¹ A identificação da língua é feita por nós, tendo por base os títulos apresentados nas obras.

² Conseguimos indenticar a data de apenas 452 menções.

*Abdelazis Bem Musa e Tedemiro Bem Abduz (Godo)*¹, do ano 759 d.C., que é mencionado na obra “*Instrução pastoral do Arcebispo de Évora*”.

A presença desta diversidade de datas de edição atesta a consulta de documentos bastante antigos, necessariamente manuscritos², que se processa em paralelo a pesquisas em livros do século em que Cenáculo viveu. Reflete-se, mais uma vez, partindo das citações multiformes que o bispo faz, um homem culto, conhecedor de muitas edições e com acesso a documentação diversa, desde edições antigas originais, até edições recentes com as últimas novidades. Importa ainda salientar que estas citações nem sempre correspondem a uma identificação da teoria defendida pelo autor citado³. Note-se que não podemos formular conclusões acerca de uma eventual maior ou menor modernidade de Cenáculo, baseando-nos exclusivamente nas datas dos livros que cita. Aquilo que cita não corresponde, sempre, a uma identificação com determinada teoria, tal como acima declaramos. A tudo isto acresce a questão da quantidade de obras para as quais conseguimos obter o período de edição. Como reconhecemos atrás, nem sempre é possível conhecer essa informação. Assim, os dados que apresentamos expõem, essencialmente, algumas tendências encontradas, não se constituindo como números exatos no que respeita à cronologia das obras indicadas. Admitimos a hipótese, em face das muitas citações de obras do século XVI, de um certo pendor humanista nas escolhas de Frei Manuel.

No que concerne à língua em que são compostas as obras citadas pelo bispo de Beja, fizemos essa identificação, tal como indicamos atrás, através dos títulos. Nem sempre é possível reconhecer a língua de composição das obras mencionadas, uma vez que, como acima dissemos, não possuímos, para todos os casos, o título da obra que é citada. Saliente-se ainda que não sabemos se, por vezes, os títulos são mencionados ou citados traduzidos para português, apesar de poderem ter sido consultados noutras línguas, não existindo, na própria fonte documental, qualquer referência concreta à língua de edição.

¹ O título é assim identificado. Cf. Cenáculo, *Instrução pastoral do Arcebispo de Évora*...18.

² Dizemos necessariamente manuscritos porque tem data de composição anterior ao aparecimento da imprensa. Não descartamos contudo, que o conhecimento de alguns deles seja feito por intermédio de livros “mais actuais” que a eles aludem. Há também registos que nos deixam testemunho da sua busca por documentos originais, o que possibilitaria o acesso a alguns destes manuscritos.

³ Essas citações servem, como atrás se disse, para sustentar determinadas posições, mas também para, nalguns casos, contestar outros autores. Analogamente, a menção a determinada obra faz-se, por vezes, como o simples intuito de explicar algo que sucedeu em séculos anteriores.

O exame dos dados recolhidos evidencia que há uma certa diversidade de línguas utilizadas nas diferentes edições citadas, sendo possível encontrar obras em Português, Latim, Italiano, Francês, Espanhol e Árabe. Constata-se um predomínio de obras em Português e também em Latim, o não se constitui como um dado surpreendente. Cumpre relevar que para além da “língua materna”, Frei Manuel do Cenáculo dominava similarmente o uso do Latim, língua na qual compôs muitas das suas obras, o que certamente terá contribuído para este predomínio. Em paralelo às duas línguas que se encontram em maioria, há obras em diversas línguas, como o francês, o italiano, o espanhol, inglês e também o árabe¹. Esta diversidade nas línguas em que eram compostas as obras mencionadas, constitui-se como mais um testemunho da erudição do Bispo de Beja, nomeadamente no que concerne ao conhecimento de línguas. O prelado Pacense não se limitou a aconselhar os padres sob a sua jurisdição a dominarem línguas diferentes. Também ele tomou parte nesse movimento, lendo e citando obras compostas em línguas diferentes, apurando-se que, nalguns casos, recorre à consulta de documentos nas línguas originais com vista a corroborar algumas das ideias que defendeu e registou nas próprias composições.

Prosseguindo no exame das principais características que é possível reconhecer nas citações realizadas na obra cenaculana cumpre-nos declarar que, no respeitante aos temas tratados nos livros que cita/menciona, não se conseguem definir sempre de forma clara as áreas do saber a que determinados trabalhos dizem respeito, partindo dos títulos que são identificados. Analogamente, há grande diversidade na tipologia de citações de obra para obra. Há obras em que predominam quase em exclusivo citações de textos bíblicos, comentários a esses textos, apologias cristãs, vidas de Santos, entre outras. Noutros escritos de Frei Manuel do Cenáculo, para além da fundamentação doutrinal partindo do texto religioso, há menções a títulos de temáticas bastante distintas. Se quisermos ser fiéis à classificação das livrarias de pendor iluminista que são identificadas por diversos autores², há citações a obras de Teologia,

¹ Há ainda a possibilidade de alguns títulos, cuja língua de composição não conseguimos identificar, serem escritos noutras línguas, tal como, por exemplo, o grego e o hebraico sobretudo em textos bíblicos.

² Sobre isto ver, por exemplo, Cardoso, *Ler na livraria ...*192 e seguintes, onde se faz referência ao plano Iluminista de catalogação da livraria às seis classes gerais. Sobre a base teórica e a contextualização das reclassificações temáticas de pendor iluminista que são aplicadas tanto em arquivos como em bibliotecas conventuais e que, depois, dimanam para as casas senhoriais ver: Silva *et al.*, *Arquivística teoria e...*,93-114.

Jurisprudência, Ciências e Artes, Literatura, História, Poligrafia e ainda alguns trabalhos que não conseguimos incluir em qualquer destas categorias.

Saliente-se, a título ilustrativo, a obra *“Advertências Críticas [...] nas matérias de Rayundo Lullo [...]”*, onde se espelha esta grande diversidade de autores e teorias citadas e se reflete, similarmente, a grande diversidade temática. A análise das citações feitas neste escrito alude a obras como uma carta sobre determinada parte da filosofia de Newton¹, fazendo, igualmente, referências críticas a um parágrafo da obra *“Verdadeiro Método de Estudar”*, de Luís António Verney. Citam-se diversos Textos Bíblicos, Apologias a Raimundo Lúlio, Bulas Papais, mas também obras de Filosofia como a *“Viagem del mundo de Descartes”*², ou a obra *“Arte de Pensar, ó lógica admirável”*, atribuída a Antoine Arnauld³, ou ainda o *“Examen d'un livre intitule La Metaphysique de Newton ou Parallele des sentimens de Newton & de Leibniz”*⁴. Encontramos observações relativas a obras como as *“Lições matemáticas do P. Boscovich*, impressas nos tomos no *“Giornale de Leterati”*⁵, ou o *“Tractatus de Studiis Monasticis”* de Jean Mabillon⁶, ou a *“História Eclesiástica”* do P. Natal Alex.

Os exemplos apresentados patenteiam que há uma forte diversidade nos autores, obras e respetivas temáticas, o que parece denotar uma procura de sustentação das teses apresentadas no conhecimento de vários autores. Fazem-se críticas a polémicas e posturas sugeridas por outros autores, do que se constitui exemplo demonstrativo a crítica a Verney⁷. Paralelamente há reprimendas implícitas a autores como Voltaire e à sua alegada facilidade em encontrar defeitos nos outros,

¹ «Lettere al Signor Clerc sopra qualche parte della Filosofia Newtoniana Stampata in Firenze». De autoria de Hartsoeker.

² Assim citada na p. 15, da obra de Cenáculo.

³ Antoine Arnauld, *La logique ou l'art de penser contenant outre les règles communes, plusieurs observations nouvelles, propres à former le jugement* (Paris : G. Desprez, 1683). Este autor foi um filósofo, teólogo e matemático, conhecido como Jansenista e também pelo seu domínio da Patrística.

⁴ Ludwig Martin Kahle, *Comparaison de la Métaphysique de Leibnitz avec celle de Newton*. (Göttingue, 1740). Trata-se da tradução francesa da obra em Alemão : *Vergleichung der Leibnitzischen und Newtonischen Metaphysik*. Esta obra é uma resposta à crítica realizada por Voltaire à Filosofia de Leibniz.

⁵ Admitimos tratarem-se de lições de Roger Joseph Boscovich, filósofo naturalista e matemático, que viveu no século XVIII. Este terá sido um dos primeiros eruditos estrangeiros a adotar a teoria da gravidade de Newton. Cf. «Enciclopédia Britânica», http://www.1911encyclopedia.org/Roger_Joseph_Boscovich, 21 de Outubro de 2010.

⁶ O tomo terceiro desta obra pode ser consultado no «Google books», <http://books.google.pt/books/21> de Outubro de 2010.

⁷ Quando manifesta desconhecimento, de acordo com Frei Manuel do Cenáculo, acerca de quem foi e onde se destacou Raimundo Lúlio.

recomendando-se, por isso, a leitura da obra de Ludwing Martin Kahle. Note-se a minúcia dos reparos feitos, presentes nas próprias palavras do bispo: “Quanto à que allegar na matéria de Lullo, respondo o que acerca de outra questão vi o P. Natal Alex, que não examinarão bem o ponto os taes autores, e advirto-lhe o conselho, que a Mr. de Voltaire da Kahle citado por ser necessária prudente cautela em acreditar defeitos do próximo”¹.

A análise desta crítica põe, mais uma vez, em evidência que o bispo de Beja conhece, com algum pormenor, escritos de vários autores, estando a par de polémicas e teorias distintas, não se coibindo, até, de fazer referências implícitas a autores que constavam do Índice de livros que se encontravam proibidos² em Portugal, nesta altura.

Em face da heterogeneidade das citações que são feitas em algumas obras, julgamos que estamos longe de poder considerar que Cenáculo foi, unicamente, um leitor intensivo de um número reduzido de livros, como a Bíblia, demonstrando também que foi um leitor extensivo. Há numerosos temas, autores e teorias que o prelado leu e conhece, numa tipologia de leitura que podemos admitir extensiva, dada a grande diversidade de livros a que acede, mas numa prática que nos sugere ser, para alguns desses muitos livros, intensiva, dado o conhecimento profundo que parece ter de algumas destas obras.

Em sentido inverso a esta multiplicidade de citações podemos mencionar, a título exemplificativo, a obra *“Instrução Pastoral sobre a Confiança na Divina Providência”*, na qual as citações se referem exclusivamente a textos de patrística, escritos de Santos da Igreja e textos bíblicos, como por exemplo diversos Salmos, epístolas de S. Paulo, obras de S. Gregório, Santo Agostinho e S. Jerónimo. Não consideramos de alguma forma estranha esta “predileção” por textos de fundamentação doutrinal e religiosa, dada a natureza da própria obra que é escrita, dedicada a comunicar sobre factos ligados à própria vivência religiosa.

Insistindo no exame das citações realizadas por Frei Manuel do Cenáculo, no conjunto das suas obras, verifica-se que uma outra onde se encontra uma forte diversidade nas temáticas, obras e autores citados é o livro *“Disposições do Superior Provincial [...], tomo I”*. Aqui abundam, mais uma vez, textos de diversos “Doutores da

¹ Cenáculo, *Advertências Críticas...*,49.

² Sobre a questão da censura remetemos maior desenvolvimento deste assunto para o próximo ponto deste trabalho.

Igreja”, a par de textos Bíblicos, “Aparatos Bíblicos”¹, Constituições Monásticas, Concordâncias Bíblicas, Sermões, entre muitos outros. Paralelamente encontra-se outros temas para além dos de Teologia, tais como alguns Tratados de Línguas diversas, como a Oriental e a Hebraica. Surgem também Histórias Literárias, como por exemplo a “H. Literária no apêndice de Wharton”², a par de obras de Poética como a “Poetica” de Horácio. Há Histórias de vários tipos, Crônicas como a “Chronica de Cister”, de Frei Fernando de Brito, a “Guerras do Brasil” de Freire, “As Décadas” de João de Barros. Encontram-se, analogamente, composições relacionadas com a temática da Filosofia como a “Histoire de la Philosophie Hermetique” de Lenglet du Fresnoy³. Identicamente, acham-se estudos sobre Geometria de Cartésio e de Descartes, ensaios de Astronomia de Johannes Kepler, trabalhos de Álgebra de Martinio. Citam-se também, sem identificar em que obras, autores como Rogério Bacon, Voltaire, John Locke, Nicolas Malebranche, entre diversos outros. São apresentadas citações e menções de obras de Jurisprudência, tais como a “Legislação dos Gregos”, ou “História do Direito”, de Terrason. Similarmente, há alusões a alguns contributos de D’Alembert na “Enciclopédia” e a tratados diversos sobre os Estudos e as Academias. Citam-se obras que se debruçam sobre a Música, como por exemplo a obra “De Musica natura, origine, Progressu et Studio bebe instituendo”, obras que se dedicam a avaliar a evolução da arte de imprimir, como a “Histoire de L’Imprimerie”, ou a “Monumenta Typografica”, bem como autores importantes no domínio da biblioteconomia e ideias de biblioteca, como Pierre Le Gallois⁴ e Morhof⁵, entre muitas outras obras possíveis de referir. Sobressai, uma vez mais, a constatação da heterogeneidade das obras citadas ou mencionadas por Frei Manuel do Cenáculo. O prelado revela-se um erudito que, apesar de recorrer com bastante frequência a textos

¹ É assim que surge citada a obra do P. Lamy, p. 16.

² Pensamos tratar-se da obra: William Cave e Henry Wharton, *Scriptorum ecclesiasticorum historia literária* (Geneve: Samuel de Tournes, 1694).

³ Esta obra pode ser consultada na íntegra, Cf. Universidade de Oxford, «Arquivo da Internet», <http://www.archive.org/details/histoiredelaphi01dufrgoog>, 21 de Outubro de 2010.

⁴ Cf. Pierre Le Gallois, 1680, disponível em, «Google Books», <http://books.google.pt/books/reader?id=0xIJAAAaCAAJ&hl=pt-PT&printsec=frontcover&output=reader,26-04-2012>.

⁵ Cf. Daniel Morhof, 1732, disponível, «Google Books» http://books.google.pt/books?id=casWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false,26-04-2012.

de Teologia e aos “Doutores da Igreja” para sustentar o que afirma nos seus escritos, demonstra um grande conhecimento acerca da atualidade, obras e autores modernos. É nesse sentido que se compreende o conhecimento de autores como Voltaire, d’Alembert, John Locke, Bacon, Newton, Johannes Kepler, entre diversos outros.

A multiplicidade que foi detetada nos exemplos que atrás aportamos repete-se noutras, como por exemplo, a “*Saudação Pastoral [...] do Bispo de Beja no fim da sua Visita Geral no ano de [...]*”, onde aparecem novamente referências a autores como Voltaire, mas também Rousseau, Baruch Spinoza¹, Bayle², a par de citações de textos da Bíblia, Doutores da Igreja e diversos outros textos teológicos. Também a “*Pastoral dos Estudos Físicos*”, a obra “*Cuidados Literários*”, entre outras espelham essa mesma diversidade. Em contraponto temos obras como a que já mencionámos acima, mas também a “*Instrução Pastoral [...] sobre o Catecismo*”, a “*Instrução Pastoral sobre as virtudes da Ordem Natural*”, entre outras pastorais que publica, nas quais abundam essencialmente textos de teor teológico, não se identificando grande diversidade de menções e citações de obras ou autores.

Globalmente identifica-se uma grande predominância de obras ligadas à Teologia, onde incluímos quer textos da Bíblia, quer escritos de Santos e Doutores da Igreja, mas também Constituições Monásticas e Sinodais, Regras de Mosteiros, Bulas Papais, entre outras. Dentro destes podemos salientar as citações de partes da Bíblia, quer do Novo Testamento, como as Epístolas de S. Paulo, ou os Evangelhos, mas também do Antigo Testamento, como o livro de Job, o de Génesis, o Deuterenómio, entre outros. Não encontramos uma diferença significativa entre os setenta e três livros que compõe a Bíblia, sendo que há citações de muitos deles. Além das partes da Bíblia encontram-se também citações de vários Santos e Doutores da Igreja, como Santo Agostinho, S. Gregório Nanziazeno, S. Basílio, S. Jerónimo, entre muitos outros.

Ainda que se tenha evidenciado uma tendência global que aponta para uma grande predominância de textos relacionados com Teologia, conseguimos identificar, nalgumas das composições de Frei Manuel do Cenáculo, grande diversidade temática,

¹ Também conhecido em Portugal como Bento Spinoza, foi um filósofo que nasceu em Amesterdão em 1632, sendo membro da comunidade Judaica portuguesa. O seu pensamento combina um comprometimento entre os princípios metafísicos e epistemológicos cartesianos, com elementos do antigo Estoicismo e e Racionalismo Judeu. Cf. «Enciclopédia de Filosofia de Stanford», <http://plato.stanford.edu/entries/spinoza/>, 21 de Outubro de 2010.

² Julgamos tratar-se de uma referência ao filósofo Pierre Bayle.

com obras de Filosofia e História, bem como Jurisprudência, encontrando-se ainda livros e autores de áreas distintas, como as Ciências e as Artes, a Literatura e a Poligrafia. Alguns dos exemplos que acima apresentamos são ilustrativos dessa heterogeneidade, existindo citações de livros de Música, Matemática, Geometria, sobre a Arte de Imprimir, Tratados sobre a Educação, Medicina, entre muitos outros exemplos possíveis.

Quanto aos autores citados a diversidade é também muito grande, citam-se ou mencionam-se muitos pensadores ligados à Igreja Católica, como seria de esperar, mas surgem igualmente menções a outros autores, com diferentes linhas de pensamento e de religiões distintas. Há, como temos vindo a defender, diferenças significativas nas citações e menções existentes nas diversas obras, sendo que o assunto tratado em cada trabalho, nalguns casos, potencia a utilização de menções a determinado autor. A corroborar esta assunção poderemos apontar, a título ilustrativo, as obras em que Cenáculo se dedica a discorrer sobre os estudos e a formação do clero, que certamente vão implicar o recurso a autores de tratados de Educação. Analogamente, as obras nas quais o bispo de Beja se debruça sobre matéria religiosa e de culto implicam a consulta e citação de autores que refletem sobre matéria de Teologia.

As menções a obras e autores, que Frei Manuel do Cenáculo realiza nas suas próprias composições, realçam um leitor que não se cingiu a uma prática de leitura exclusiva de determinada obra, ou conjunto de obras. Evidencia-se, como temos vindo a defender, um homem ciente das diferentes polémicas e teorias existentes, conhecedor de autores muito distintos. Esse conhecimento revelava-se no que respeita a autores com os quais manifestava afinidades em termos de pensamento, mas também a outros autores, cujo pensamento social e político era muito distinto do seu. Certamente, o conhecimento destes autores não implica, necessariamente, uma adesão ao seu pensamento. Ilustram-nos exemplarmente as citações críticas a Voltaire e a Rousseau, mencionados, nalguns dos seus escritos, como um exemplo negativo, vistos como defensores das más doutrinas e teorias que é necessário combater. Ainda assim, apesar da discordância com alguns dos autores mais “polémicos” que cita, a sua leitura demonstra um homem atualizado, bem informado sobre as novidades do mundo, um leitor moderno se quisermos colocar as coisas nesses termos. Um leitor moderno porque acedeu e leu, pelo menos sumariamente, um grande conjunto de

livros e um leitor moderno porque, apesar de não concordar com algumas das teorias dos autores que cita, procurou conhecê-los, ler as suas obras, de modo a conseguir opor-se a algumas das suas ideias com “conhecimento de causa”¹.

Subscrevendo António Castillo Gómez, é necessário, para entender a “bibliomania” da época, estabelecer a distinção entre a posse e a leitura dos livros². Ao escolhermos procurar as leituras realizadas por Frei Manuel do Cenáculo, tendo por base os seus próprios apontamentos de leituras e as obras que citou/mencionou nos seus escritos, procuramos de alguma forma obviar a essa dificuldade, tentando perceber, por essa via, algumas tendências em termos de práticas de leitura privilegiadas. Sobressai, pelos exemplos que apontamos atrás, uma multiplicidade de usos e práticas associadas aos textos que leu. Realce-se que, em termos das práticas associadas a essas leituras teremos de admitir que, em face do grande número de citações/menções a obras e autores que conseguimos identificar, a forma como leu essas obras não deverá ter sido sempre igual. Se há livros dos quais se denota um conhecimento profundo, outros há que apenas merecem uma breve menção, o que poderá indiciar o seu conhecimento de forma mais “superficial”³. Note-se que, se atendermos à grande quantidade de leituras que o prelado efetuou, poderemos afirmar que foi um leitor extensivo, admitindo que possa ter realizado algumas dessas “muitas leituras” de forma superficial. Contudo, sobressai analogamente uma prática de leitura intensiva de alguns textos, desde logo da Bíblia, que conhece e utilizou com bastante frequência, mas também de outros livros que cita e dos quais revela um profundo conhecimento.

Cumpre-nos reconhecer que, ao escolhermos rastrear as leituras realizadas por Cenáculo, verificando aquelas que cita ou menciona nos seus escritos, estamos a circunstanciar a nossa análise a um tipo de utilização dessas leituras, que é o aproveitamento que delas pode fazer no sentido de sustentar as posições que apresenta nos seus próprios trabalhos. Por essa via, trata-se de uma leitura erudita,

¹ Certamente, esse conhecimento não estaria alheio às suas funções enquanto censor.

² Antonio Castillo Gómez, «No passando por ello como gato sobre brasas – leer y anotar en la España de Siglo de Oro», *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, nº9-10 (2002): 99.

³ A brevidade da menção pode constituir-se como um indicador desse facto, embora seja impossível afirmar categoricamente que assim seja.

para aprender e atuar, se quisermos utilizar a definição que nos é dada por Castillo Gomez¹.

Saliente-se que este tipo de leitura erudita buscava nos livros o necessário e não o supérfluo, reproduzindo uma prática de leitura que assentava nos seguintes princípios: ler os livros não por obrigação e de forma acelerada, mas para deles tirar proveito. Aproveitar a lição dos livros de forma a produzir algo a partir dela e ler para apreender e depreender as lições necessárias de forma a não perder tempo². Considerando os conhecimentos evidenciados por Frei Manuel do Cenáculo em relação a muitas destas leituras, não nos parece abusivo considerar que o Bispo de Beja encaixava neste perfil de leitura erudita.

Quando nos propusemos a estudar a figura de Cenáculo enquanto leitor admitimos, à partida, que há processos mentais de utilização de leituras que não podemos reconstruir através de qualquer fonte. São processos individuais, que se prendem com as próprias características dos indivíduos estudados, aos quais não conseguimos aceder na totalidade. Nesse contexto, embora reconheçamos que, considerando o uso que faz de muitas leituras, perpassa um feição de um leitor erudito, que encarou as leituras procurando delas tirar as lições necessárias, isso não significa a impossibilidade de ter realizado outro tipo de leituras de forma mais recreativa, para “passar o tempo”, tendo por base curiosidades ou interesses pessoais.

Em todo o caso, as tendências que conseguimos identificar nas leituras do Bispo de Beja parecem corroborar justamente a tese defendida por muitos autores, acerca da forma ambivalente e múltipla com que as mudanças no mundo editorial da época moderna se evidenciaram. Assim, a possibilidade de um maior acesso a livros não promoveu uma rutura absoluta com formas de leituras anteriores, com hábitos e práticas utilizadas na leitura de alguns textos. O que permitiu foi um alargamento dos usos dados aos livros, com transformações que parecem em certos momentos assumir direções contraditórias. Analogamente, a diversidade que detetamos nas leituras realizadas pelo prelado sugere também que, como foi defendido por Fernando Bouza, os leitores se movem entre os textos e que esses textos são a soma das sucessivas realizações através da leitura. Isso atribui ao leitor a “função” de coautor de

¹ Cf. Castillo Gómez, «No passando por ello...»,105.

² Castillo Gómez, «No passando por ello...»,105.

determinado texto, como o seu complemento, como aquele que lhe atribui determinado sentido, o que nos deverá fazer colocar a questão do que é a leitura¹. Isto é, o leitor é quem atribui determinado significado ao texto, é quem entende utilizá-lo de determinada forma. Podemos reconstruir, partindo das fontes, alguns desses usos, mas não conseguiremos alcançar na plenitude a totalidade da significação que deu a determinada leitura. Essa relação do leitor com o texto é, tal com refere Roger Chartier, uma relação dinâmica². Esse dinamismo existe porque essa relação pode apresentar diferenças e variar para o mesmo leitor, que pode usar o mesmo texto de formas diferenciadas. É justamente essa sinergia dos processos de apropriação do texto, que assentam numa tensão permanente entre a liberdade do leitor e a vontade de encerrar essa liberdade de interpretação em forma literárias e dispositivos materiais³, que não podemos recuperar na totalidade.

3.3. Cenáculo o censor

Para conhecer um pouco melhor a bibliofilia do Bispo de Beja, em face da sua ligação ao aparelho censório, onde desempenhou cargos como o de Deputado e Presidente da Mesa Censória, achamos pertinente tentar perceber o seu papel enquanto censor. Note-se que esse papel de censor lhe terá “imposto” a leitura de diversas obras e autores, com vista a avaliar acerca da sua valia e da possibilidade de estas circularem ou não, conferindo-lhe, por essa via, grande poder no mundo editorial.

Algumas obras que escreveu, como os “*Cuidados Literários*”, mostram que o prelado, apesar de defender a instrução e o papel dos livros enquanto meio para a obter, considerava que existiam bons e maus livros e que a possibilidade de a eles aceder não devia ser igual, recomendando até os cuidados a ter relativamente a livros de autores pertencentes a outras confissões. Assim, deveriam ser concedidas licenças para acesso a determinados livros de acordo com as capacidades que os leitores apresentem para se defenderem das doutrinas neles contidas. Como foi sublinhado por Francisco Vaz, os critérios básicos que as obras deveriam apresentar para poderem ser publicadas eram a utilidade e a honestidade, sendo também a utilidade o critério

¹ AAVV, «Coloquio», em *Que es un texto?*, ed. Roger Chartier (Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2006), 111.

² AAVV, «Coloquio...», 114.

³ AAVV, «Coloquio...», 115.

fundamental para as leituras¹. Isso mesmo parece perpassar nas próprias palavras do bispo de Beja quando defende:

“ Eis-aqui as reflexões por que nos estudos he necessaria huma desenganada vigilância para que tenham ordem [...] hum sugeito instruído e que adianta seu progresso he necessário que tenha a escolha das matérias: que prefira as que são úteis e praticas, a questoes não so curiosas mas ainda das que são transcendentas, e áquellas que são a base de resoluções particulares graves e importantes: que não desperdice tempo em cousas ociosas: que antes o empregue no melhoramento dos homens [...]”².

Para Frei Manuel do Cenáculo há diversas categorias de leitores, essas categorias estão consonantes com a ordem social vigente, sendo que em primeiro lugar, todos devem ficar compenetrados dos seus ofícios como cidadãos e cristãos, sendo esta a instrução que os povos devem possuir. Num segundo plano situam-se os professores e os “Depositários da Religião” que, para lá da instrução comum, devem ler os principais textos, nomeadamente a Sagrada Escritura, os Padres da Igreja e podem mesmo consultar obras de autores hereges, mas só depois de imbuídos do verdadeiro “espírito cristão”, que lhes permitirá distinguir, através da crítica, quais são os livros úteis, ou quais são de todo ofensivos aos bons costumes e religião³.

Dentro dessa linha de pensamento, o acesso aos livros devia ser realizado tendo com critério fundamental a utilidade do texto, estando o acesso aos livros condicionados consoante o “grupo de pertença”. Nesse contexto, a censura seria um excelente auxiliar para garantir que o acesso aos livros se fazia de acordo com estes critérios e seriação, não possibilitando a todos o acesso indiferenciado aos textos.

Para conseguirmos traçar o perfil de Cenáculo enquanto censor parece-nos importante começar por tentar perceber um pouco melhor a evolução desta atividade no nosso país, passando depois a avaliar a forma como esta se organizou na época em que Cenáculo desempenhou os cargos na Mesa Censória. Em momento posterior serão analisadas algumas das censuras que Cenáculo assinou, tentando conhecer mais dados acerca da sua prática enquanto censor. É justamente isso que procuraremos realizar nos próximos pontos deste trabalho.

¹ Vaz, «As Bibliotecas e os Livros...», 483-488.

² Cenáculo, *Cuidados literários ...*, 517.

³ Vaz, «As Bibliotecas e os Livros...», 484-485.

3.3.1. A censura em Portugal

Como apontaram autores como Fernando Machado, a história da censura, suas vítimas e consequências, perde-se nos tempos. É uma prática que acompanha, em maior ou menor grau, de região para região, a atividade humana, sendo possível encontrar exemplos de uso da censura em momentos muito recuados da História da Humanidade. Disso são exemplo, entre muitos outros possíveis, os exílios de Anaxágoras e a queima, em praça pública, dos escritos de Protágoras, que tiveram lugar na Grécia Antiga¹.

Portugal não “fugiu à regra” e desde cedo se manifesta, no nosso país, a repressão à imprensa e ideias, podendo mesmo afirmar-se *grosso modo*, que dos cerca de cinco séculos de existência de imprensa no nosso país até ao 25 de Abril, quatro deles, bem medidos, reprimiram, por vezes de forma feroz, mas quase sempre de forma musculada, a imprensa, as ideias e a cultura².

Com o estabelecimento da Inquisição³ começou logo a atividade censória preventiva em Portugal, a qual impunha que as obras fossem vistas e aprovadas antes de se imprimir. Neste contexto, a censura é organizada pelo Inquisidor-Geral – Infante D. Henrique, que a confia a três personalidades, a quem vai ser dado o poder de notificar todos os impressores para não tipografarem quaisquer livros antes de estes serem submetidos ao seu exame⁴.

Organizada que está a censura preventiva, que espera impedir a impressão de escritos considerados perigosos, segue-se outra etapa que passa pela organização da censura proibitória, isto é, a censura que impede os livros já impressos de circular⁵. Com vista a resolver essa necessidade publicam-se os primeiros índices com livros proibidos, sendo que o inaugural em Portugal é datado de 1546, sendo assinado pelo

¹ Machado, «Percurso da Censura...»,201.

² Machado, «Percurso da Censura...», 201.

³ Note-se que as diligências para a criação da Inquisição começaram a fazer-se por volta de 1231-1235, empreendidas pelo Papa Gregório IX, que procurava formas de combater os desvios e alastramentos heréticos. Como foi acentuado por Raul Rego, em 1478 os Reis Católicos “introduzem” a Inquisição na Península, com instruções para que se peneirasse nas ideias, não só o judaísmo, mas tudo aquilo que pudesse ser suspeito à fé e bons costumes. Em 1536 é a vez de esta ser introduzida em Portugal, por via de complicadas negociações empreendidas em Roma por D. João III, sendo estabelecida através da Bula *Cum nihil magis*. A partir daqui a censura passa a actuar sistematicamente a três mãos: a Régia, a do Ordinário e a do Santo Ofício. Cf. Machado, «Percurso da Censura...»,200-202 e Rego, *Os índices expurgatórios...*,11-14.

⁴ Rego, *Os índices expurgatórios...*,15.

⁵ Rego, *Os índices expurgatórios...*,16-17.

Cardeal Infante D. Henrique. Como foi realçado por Fernando Machado, os dados que hoje se dispõe permitem concluir que a atividade censória em Portugal foi extraordinariamente meticulosa e devastadora, sendo que os nossos censores descobriram “em tudo demónios tentadores e desviantes, heréticos e desafiadores da autoridade civil ou eclesiástica”. Os índices ou róis de livros defesos tornam bastante clara a magnitude do esforço repressivo empreendido pela censura¹.

As censuras vão-se desenvolvendo, funcionando, de modo paralelo, as proibições e autorizações realizadas pelo Poder Real, pelo Santo Ofício e pelos Bispos. As malhas da repressão apertam-se, acompanhando o desenvolvimento das artes gráficas. O poder exerce-se sobre os livros que vão aparecendo, que são verificados antes de compostos na impressão, mas também sobre os livros que vêm de fora e sobre livros que já tinham sido publicados anteriormente, mas que se verificam agora.

Em 1624 é publicado o índice - *Index Damnatae Memoriae*, que se constitui, de acordo com classificações que lhe foram dadas por outros autores, como a “coroa da glória”² das censuras portuguesa e espanhola, um “verdadeiro monumento repressivo”³. Subscrevendo a análise de Raul Rego, é uma obra que revela um enorme trabalho de realização e uma erudição extraordinária, a par de uma “sanha persecutória” também desmedida⁴. É um índice “meticuloso, bem ordenando e com grande erudição analítica, mais parece uma proibição geral de criar, ler e de opinar”⁵.

A censura não se limita a proibir, as obras são, analogamente mutiladas e corrigidas, sendo possível identificar emendas realizadas em obras de Dante ou Cervantes⁶, entre diversos exemplos possíveis. Apesar de existir uma censura e um índice censório, o arbítrio do censor fazia-se sempre sentir. Para “cada censor, sua censura”, verificando-se que para quem praticava a censura não existia verdade fora

¹ Machado, «Percursos da Censura...»,202-203. À medida que estes índices se vão tornando mais modernos, engrossam as proibições, colocando barreiras ao conhecimento de autores contemporâneos, mas, nalguns casos, também de autores mais antigos, indo até aos Santos Padres e seus comentadores. Sobre a evolução destes índices vejam-se os dois autores supracitados.

² Machado, «Percursos da Censura...»,204.

³ Rego, *Os índices expurgatórios...*,89.

⁴ Rego, *Os índices expurgatórios...*,92.

⁵ Não há restrições nem resguardos ao seu controlo e até os padres e censores nacionais, como por exemplo Frei Francisco Foreiro, autor de um dos índices anteriores, “caíram nas malhas que ajudaram a tecer”. Cf. Machado, «Percursos da Censura...»,204.

⁶ Rego, *Os índices expurgatórios...*,106.

da sua doutrina, nem ciência fora da sua crença. Esta crença não é só face à fé religiosa, mas também no saber que é aceite por teólogos e filósofos escolásticos¹.

Este índice de 1624 vigorará até ao tempo de Pombal, que “chamará àquela enormidade, monstruosa maquinação dos Jesuítas que precipitou todos os vassalos de Portugal no inculpável e necessário idiotismo, em que forçosamente vieram a cair”².

Durante o consulado Pombalino há um esforço para enfraquecer a Inquisição, a qual não voltará a recuperar a robustez que tinha anteriormente, mesmo em reinado de D. Maria I. Pombal constitui-se como um “dos mais exímios manobradores ideológicos da censura, à qual outorgou autonomia e à qual deu honras de uma Real Mesa em sede própria³. É nesta censura estruturada, funcionando em sede própria que vamos encontrar Frei Manuel do Cenáculo no seu papel enquanto censor⁴.

A organização da censura em tempo de Cenáculo

A Real Mesa Censória foi criada em 1768, inserindo-se no conjunto das grandes reformas empreendidas no reinado de D. José, por mão de Pombal. Neste conjunto incluía-se a reforma orgânica da censura, que foi longamente preparada⁵.

A reforma no âmbito da censura como que pretendeu tornar civil, através da Real Mesa Censória, o poder de censurar, algo que até aí estava plenamente controlado pela Igreja. Sebastião José de Carvalho e Melo, reconhecendo na Inquisição um instrumento de unificação, não permitiu que estivesse na mão de quem, até aí, detinha o poder unificado - a Igreja. Dentro dessa perspetiva, defende a ideia de que manter tudo nas mãos da Igreja era uma forma de prorrogar por muito tempo o atraso português. O poderoso ministro, que sustenta que sem Ilustração não há progresso, procura servir-se deste instrumento censório, adaptando-o às próprias necessidades de afirmação do Estado⁶.

¹ Rego, *Os índices expurgatórios...*,107.

² Machado, «Percurso da Censura...»,204.

³ Machado, «Percurso da Censura...»,204-205.

⁴ Sobre a censura em Portugal veja-se também José Tengarrinha, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal* (Coimbra: Minerva Comercial,2006)

⁵ Martins, «A censura literária ...»,46.

⁶ Como bem observou Teresa Martins, a reforma da censura intelectual enquadrou-se numa estratégia que visava o enfraquecimento dos poderes do Tribunal da Inquisição, ilustrando-o exemplarmente a crescente interferência da Coroa na nomeação dos Inquisidores-Gerais. Ainda dentro do mesmo plano,

A lei que institui a Mesa Censória reivindica o inabalável direito de proibir livros e papéis perniciosos para a soberania temporal, algo que até ai não acontecia. No texto legislativo atribui-se, aos Jesuítas e às suas maquinações, a elaboração do índice de 1624, acusando-os de “com as suas costumadas intrigas, confundir a inspeção de livros e papéis entre o Ordinário, entre o Santo Ofício e entre a Mesa do Desembargo do Paço, em tal forma que descansando uns dos ditos tribunais nos cuidados dos outros [...] vieram a faltar todas aquelas vigilantes e vigorosas providências que faziam indispensáveis um negócio de tanta importância”. Desta forma propunha-se, em face dos problemas identificados e da anuência geral de muitos Ministros, Teólogos, Canonistas e Juristas, a alteração do regime censório¹.

A Real Mesa Censória representa, assim, o corolário do esforço que visa a alteração e subordinação do regime censório. A instituição criada passa a integrar as três repartições censórias existentes anteriormente, numa só Junta privativa, composta de censores régios. Estes tinham o dever de vigiar sobre as questões de aprovação e reprovação dos livros, seguindo a forma que estava a praticar-se “noutras cortes Iluminadas”. Com estes argumentos transfere-se para o poder civil a responsabilidade da censura literária².

A lei de 5 de Abril de 1768 estabelece a composição da Real Mesa Censória, determinando que esta passará a contar com um Presidente, sete Deputados Ordinários, sete Deputados Extraordinários, um Secretário e um Porteiro. Analogamente determina que este organismo deveria reunir, em sessão ordinária, todas as quintas-feiras à tarde. É logo no ano da criação deste tribunal que Frei Manuel do Cenáculo se torna Deputado da Real Mesa Censória. É nessa condição que assina a grande maioria das suas censuras. Ainda assim, conseguimos encontrar, no vasto espólio de Frei Manuel do Cenáculo que se encontra na Biblioteca Pública de Évora, dois documentos anteriores à criação deste tribunal, datados de 1767³, onde o futuro arcebispo de Évora opina e examina determinada obra.

foi realizada uma tentativa de imputar aos Jesuítas toda a responsabilidade do mau funcionamento e desvirtuamento da censura e defendeu-se a necessidade da alteração do seu regime de funcionamento. Cf. Martins, «A censura literária ...»,46.

¹ Martins, «A censura literária ...»,47.

² Martins, «A censura literária ...»,47-48.

³ B.P.E. Códice CXXVIII 2-5, f. 212 e seguintes.

Não obstante estes dois exemplos, a grande maioria dos pareceres, editais e censuras assinados por D. Frei Manuel do Cenáculo pertencem à censura reestruturada em tempo de Pombal. Como se sabe, Cenáculo torna-se deputado da Mesa logo em 1768, algo que registou num apontamento pessoal acerca dos trabalhos empreendidos na Mesa Censória: “ No dia 7, em quinta-feira, dei juramento e tomei posse de deputado [ordinário] da mesma Real Mesa”¹.

Cumprе realçar que as nomeações para os diferentes cargos na Mesa Censória ocorreram, de acordo com Teresa Martins, entre os dias nove e vinte de Abril de 1768, tendo-se publicado em Maio o Regimento² de funcionamento deste organismo. Nesse documento revelam-se as características ideais dos membros da censura, aos quais se exigem capacidades científicas mas também “ uma louvável probidade, muita prudência e madureza de juízo, grande amor da justiça, uma total imparcialidade e um zelo ardentíssimo do aumento da Religião e do bem público e da Pátria”³. Não será surpreendente, tendo em conta as exigências feitas para que alguém pudesse ser censor, que a nomeação para Deputado deste organismo fosse sentida como uma honra pessoal e como um motivo de orgulho para os contemplados e instituição a que estes pertenciam. Vão nesse sentido os estudos da autora que temos vindo a citar, que encontrou até, no caso da Ordem de S. Bento, a concessão de benefícios particulares aos religiosos nomeados para este tribunal. O Regimento da Real Mesa Censória revela, não só o perfil exigido aos escolhidos para censores, mas também um esforço disciplinador, prevendo a forma de relatar, discutir e votar os pareceres dos respetivos censores⁴.

A principal atividade da Real Mesa Censória era o exame dos livros, existindo duas formas de proceder a esse exame: o simples e o formal. O exame simples aplicava-se a obras já examinadas anteriormente e a opúsculos “abortados pela ociosidade ou falta de instrução dos seus autores”. O exame formal destinava-se a fazer uma averiguação exata acerca dos merecimentos, utilidade e pureza das doutrinas dos livros, não devia, por isso, confiar-se apenas ao juízo de um só homem

¹ B.P.E. – Cod. CXXVIII 2-16, *apud* Martins, «A censura literária ...»,48

² Regimento parcialmente transcrito em: António Ferrão, «A censura literária durante o Governo Pombalino», em *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências* (Lisboa: Academia das Ciências, 1923), 285-395.

³ Martins, «A censura literária ...»,48.

⁴ Martins, «A censura literária ...»,49.

ou faculdade e muito menos ao de pessoa que não pertencesse à Mesa¹. Em face destas determinações, não estranhámos o facto de muitas das censuras desta época que consultamos na Torre do Tombo serem assinadas a “três mãos”, ainda que a análise individualizada da caligrafia de cada uma delas no demonstre que estas têm um “relator” particular².

Como foi sublinhado por Teresa Martins, depois da nomeação de Frei Manuel do Cenáculo para Presidente da Real Mesa Censória³, realizou-se a estruturação orgânica e funcional da Mesa. A lei de instituição deste organismo, assim como o seu Regimento e todas as leis publicadas, neste particular, em período pombalino, caracterizam-se por muito rigor e minúcia na definição das competências, procedimento e tramitação processual. Ainda assim, a persistência de algumas imperfeições e lacunas nos diplomas, obrigaram a tomar algumas resoluções, que foram confirmadas pelo Poder Real⁴. Estas resoluções traduzem os esforços de uniformização dos critérios de exame dos livros, pretendendo contemplar na lei todas as situações, de modo a reformar a imagem de solidez institucional. Sobressai também um esforço de demonstração de coesão que se pretende projetar para o exterior, surgindo indicações sobre a forma como se expediam e assinavam portarias, se faziam os despachos para se imprimirem os livros, se deveria proceder às assinaturas, se deveriam guardar as censuras, ou como se procederia às admoestações dos réus, entre muitas outras determinações⁵.

A Real Mesa Censória detinha um poder ilimitado, que resguardava ciosamente, não admitindo qualquer crítica à sua atuação. Exemplo ilustrativo dessa recusa é a ordem de prisão passada contra Bento Rodrigues Castanheira, por este ter ousado dizer “que não era justo a mesa intersectar-lhe determinada obra”, algo que foi encarado como uma forma de atingir a autoridade do Tribunal⁶.

¹ Martins, «A censura literária ...»,49.

² Com efeito, apesar de as censuras aparecerem constantemente assinadas por três ou mais membros, a caligrafia dos manuscritos revela que há sempre uma personalidade desse “grupo” encarregue de a redigir.

³ Esta nomeação ocorreu em 16 de Março de 1770, tal como é afirmado pelo próprio numa anotação de 16 de Março desse anos, que se encontra em: B.P.E. Códice CXXVIII 2-16, *apud*. Martins, «A censura literária ...»,50.

⁴ Cf. Martins, «A censura literária ...»,50.

⁵ Sobre isto ver o estudo da autora que temos vindo a citar, que mostra detalhadamente quais as regras e o que estabeleciam, p.51 e seguintes.

⁶ Martins, «A censura literária ...»,56.

Os procedimentos da Mesa estavam bastante regulados. Quando se fazia determinada denúncia era costume a Real Mesa Censória recorrer, após averiguação, à aplicação da pena de advertência, colocando o acusado consciente de que o seu comportamento era alvo de escrutínio por parte do organismo e que qualquer reincidência em comportamentos desviantes seria punida com um agravamento da pena. No que respeita à proibição de livros, existe na Biblioteca Pública de Évora um documento que contém os livros considerados defesos por este tribunal que se constitui, tal como defendeu Teresa Martins, como um índice de livros proibidos pela Real Mesa Censória¹. Este rol² está organizado por ordem alfabética, proscrevendo a obra de vinte e seis autores e proibindo a circulação de trezentos e oitenta e nove livros. O documento fornece indicações relativas ao título interdito, aos volumes que o compõe, assim como ao formato, local e data de impressão. Inclui ainda, a partir do fólio 15 verso, uma lista de livros proibidos cujo uso se permitia a quem detivesse licença da Mesa para o fazer. Terá sido composto em 1777, o que justificaria a sua permanência em manuscrito, uma vez que, com as alterações políticas subsequentes, não se terá chegado a publicar³.

A Mesa Censória zelava para que não se possuíssem livros com más doutrinas e proibidos pela Mesa, velando, similarmente, para que não se escrevessem livros contendo tais doutrinas. Este controlo apurado sobre o ato criador implicou uma prática de autocensura por parte de muitos autores. Saliente-se, a este respeito, que a apresentação de uma obra obscena à Mesa Censória seria sentida como uma provocação e, enquanto tal, deveria ser punida, havendo exemplos de autores que foram presos pelo “desaforo de oferecer à Mesa semelhantes obras”⁴.

Em tempo reinado de D. Maria I, o Tribunal da Mesa Censória é transformado em Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos livros. É concedida uma maior cobertura eclesiástica à sua composição e, em 17 de Dezembro de 1794, repõe-se a repartição desta atividade numa estrutura tripartida entre Ordinário, Santo Ofício e desembargo do Paço⁵. A alteração legislativa em tempo da Rainha D. Maria I é, como

¹ Martins, «A censura literária ...»,101.

² O índice encontra-se na B.P.E. – Códice CXXVIII/2-17,nº38, estando também transcrito nos anexos da obra de M. Teresa Payan Martins que temos vindo a citar.

³ Martins, «A censura literária ...»,101-102.

⁴ Martins, «A censura literária ...»,59.

⁵ Machado, «Percurso da Censura...»,205.

como foi sublinhado por Teresa Martins, mais que uma mera modificação de nomenclatura. Esta transformação volta a conferir à Igreja o direito de se pronunciar em matéria de censura de livros, prerrogativa que lhe havia sido retirada por Pombal, ainda que esse direito de pronúncia de limitasse à possibilidade de censurar e declarar doutrina, e não concedesse o direito de proibir ou permitir a impressão e a circulação desses livros¹.

O período pós-pombalino da atividade da Real Mesa Censória ficou marcado por um ambiente de discórdia entre os seus membros. Manifestam-se, abertamente, sentimentos de hostilidade contra os que haviam sido destacados apoiantes da política pombalina, entre os quais Frei Manuel do Cenáculo, que é substituído na presidência do órgão pelo Arcebispo da Lacedemónia. Assim, na maioria das decisões de proibição de impressão e circulação de livros, é fictício o princípio da unanimidade de votos dos deputados, havendo fricção e dissensões entre os censores, que se repercutem na aprovação ou proibição das obras em apreço².

Em face desses problemas, a reestruturação da censura, em tempo da Rainha D. Maria I, não espelhará uma simples tentativa de colocar em causa o poder do Estado, para favorecer o poder da Igreja. É uma transformação que visa aumentar a eficácia deste órgão, que é justificada, tal como se defende na época, pelo facto de o órgão (Mesa Censória) que antecedia o que agora é criado ter ficado inútil e ineficaz face “à extraordinária e temível Revolução Literária e Doutrinal” dos últimos anos, propagadora de “novos, inauditos e horrorosos princípios e sentimentos Políticos, Filosóficos Teológicos e Jurídicos” que “provocaram a ruína da Religião, dos Impérios e das Sociedades”³.

Como foi sublinhado por Fernando Machado, estes instrumentos censórios foram, no caso do governo pombalino, assim como do governo mariano, “elementos qualitativos estruturantes e meios de sustentação e desenvolvimento fundamentais para os respetivos projetos políticos”. A censura só viria a ser suprimida na decorrência da Revolução liberal, depois de 1820, mas tendo em conta “os períodos de revogação,

¹ Martins, «A censura literária ...»,61.

² Martins, «A censura literária ...»,104-106.

³ Machado, «Percurso da Censura...»,205.

de suspensão e de cerceamento de liberdades, passaram anos em que a liberdade de imprensa não foi norma”¹.

Não duvidamos das consequências perniciosas que este regime censório teve para o país. Ainda assim, apesar desta repressão censória, a heterodoxia não conseguiu ser estancada sendo possível encontrar, no nosso país, fontes clandestinas e reproduções, impressas em território nacional, desses documentos. As “sucessivas medidas de aperfeiçoamento dos instrumentos normativos eclesiásticos e civis e progressivos endurecimentos e requintes de repressão que foram pondo impressores e livreiros em crescidas tensão e cautela, geraram também neles e nos leitores inconformados acutilâncias imaginativas que possibilitaram muitas vezes rodear as sanhas persecutórias”² .

Cumpre-nos realçar que há vários exemplos ilustrativos da circulação de escritos proibidos em Portugal. Sublinhe-se, a este propósito, os trabalhos de Fernando Machado, que comprovam a circulação das obras do genebrino Rousseau em Portugal, numa altura em que as suas obras se encontravam proibidas³. No mesmo sentido de circulação de escritos proibidos, ainda que em situações e contextos políticos distintos, vai a análise realizada por Pedro Vicente que, ao analisar a circulação de panfletos anti napoleónicos durante a guerra peninsular, aponta para o trânsito de jornais proibidos, que se encontravam a circular clandestinamente⁴. Também os ensaios de Graça Almeida Rodrigues apontam para a penetração clandestina de obras, das quais dá numerosos exemplos, defendendo que no século XVIII, entre a comunidade francesa residente em Lisboa, se destacava um núcleo de livreiros, como Rolland, Borel, Bertrand, Meaussé, entre diversos outros, que tiveram um papel determinante da difusão de livros proibidos no nosso país. Subscrevendo as conclusões desta autora, a própria lista de livros proibidos servia para que os intelectuais e estudantes fizessem as encomendas, a ponto de um viajante sueco, que visita Portugal nos finais desse século, tecer o seguinte comentário: “ nas livrarias também se vendem livros proibidos. Estes porém, não se encontram expostos nas estantes como os outros, são vendidos sem

¹ Machado, «Percurso da Censura...»,205.

² Machado, «Percurso da Censura...»,206.

³ Cf. Machado, *Rousseau em ...*

⁴ Vicente, «Panfletos Anti- Napoleónicos...»,123.

testemunhas e saem naturalmente mais caros”. Da mesma forma, os marinheiros e diplomatas eram introdutores de alguns destes escritos proibidos no país¹.

É neste contexto em termos de censura que vive Frei Manuel do Cenáculo, distinto colaborador de Pombal, sofrerá, como já demos nota em momentos anteriores deste trabalho, das vicissitudes decorrentes das transformações sociopolíticas da época em que vive, as quais se refletem na sua atividade censória. Com exceção dos documentos a que atrás já aludimos, datados de 1767, as censuras que o Bispo de Beja assina enquadram-se no período pombalino de funcionamento de Mesa Censória, altura em que exerce o cargo de Deputado da Mesa².

3.3.2. As censuras assinadas por Cenáculo

Feita a apresentação de dados acerca do funcionamento da censura no nosso país, passamos agora a examinar algumas das censuras elaboradas pelo Bispo de Beja, tentando perceber um pouco melhor quem foi Frei Manuel do Cenáculo enquanto censor. Quantas censuras assinou, o que proibiu e que argumentos utilizou para aprovar ou rejeitar determinada obra. As censuras que iremos abordar neste ponto encontram-se à guarda da Biblioteca Pública de Évora e também do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a grande maioria reporta-se ao período pombalino de funcionamento da censura.

Começamos por nos centrar na análise dos dois documentos, anteriores à nomeação para deputado da Mesa Censória, onde o Bispo de Beja faz a censura a duas obras.

Um desses documentos é uma avaliação do apêndice da “*Tentativa Teológica*”³, do Padre António Pereira, encontrando-se sob a forma de rascunho autógrafo. Este exame é datado de 30 de Março de 1767, tecendo grandes elogios ao autor, ainda que deixe a decisão final nas mãos daqueles que lhe pediram a realização da censura.

Cenáculo começa por se referir, na sua análise, à excelente reputação do autor, demonstrada num primeiro trabalho, que é agora ampliado: “A Reputação que mereceo o Author deste Appendix a sua Tentativa Theologica, o excitou a communicar novas luzes de

¹ Rodrigues, *Breve História...*, 41-44.

² A partir do momento em que assume a Presidência do órgão a deixa de ser tão activo na redação de censuras.

³ Pensamos que é uma censura ao apêndice da obra de António Pereira de Figueiredo, *Appendix e ilustração da Tentativa Theologica*, publicada em 1768.

doutrina, e ampliar o primeiro trabalho [...] O conceito do Publico faria superflua a diligência de tecer com elogios a censura deste segundo escrito [...]”De seguida, justifica os seus comentários apenas como uma tentativa de dar ainda mais crédito ao trabalho empreendido pelo autor, mostrando os pontos dignos de destaque e tecendo-lhe rasgados elogios, senão vejamos:

“[...] contudo pareceo-me coisa indispensável cooperar nas seguintes reflexões ao maior crédito do Autor. Elle não se aceinge a huma, ou outra questão: dilata-se pelo campo fértil das controvérsias, em cujo exame se tem interessado os homens de melhor capacidade, estudo, e zelo; e exercitados nos assumptos theologicos, e de ambas as Jurisprudências. Busca na Antiguidade o espírito da Igreja e Pertende ver regulados pelo mesmo espírito os systemas, à Legislação dos Antigos. Mostra no carácter Episcopal os Direitos que lhe competem. Reprova os abusos consecutivos à cessão, que os Bispos fizeram do seo Poder. Faz huma notável diferença da Cúria, e da Sede Apostólica, recahindo sobre aquella a força das razões, com muitos Escriitores Catholicos tem fallado a este propósito. Elle previne a liberdade dos que pela sua ignorância não sabem discernir entre partido herético, e zelo da Disciplina: e quando sobre a combinação das notícias, que possue, forma as suas particulares interpretações he feliz, e dócil; virtudes que merecem esta especialidade de recommendação [...]”¹.

Sobressai, da leitura de toda a censura, uma grande identificação de Frei Manuel do Cenáculo com aquilo que é defendido nesta obra e também com a forma como se combate o “inimigo comum”. Todo o documento é perpassado de um tom laudatório em relação ao autor e obra, considerando que por todos os motivos que apresenta, esta é “[...]digna da Luz Publica, e confirma no Eruditíssimo Autor o nome, distincto, com que he respeitado entre Nós, e pelos estranhos”.

Cumpre realçar que este autor foi, tal qual Frei Manuel do Cenáculo, um distinto colaborador da política pombalina, sendo um dos teóricos do Regalismo no tempo do Conde de Oeiras. Já atrás, quando abordamos a trajetória de Frei Manuel do Cenáculo na sua época, mostramos que o bispo aceitou as reestruturações e a afirmação do poder político realizada na época. Não nos surpreende pois, esta anuência às “doutrinas” defendidas por António Pereira na sua obra e o grande elogio a uma das figuras que ajudou a sustentar, em termos teóricos, a política centralizadora de poder pombalina. Alguém que tal como o prelado, se constitui como um importante

¹ Códice CXXIX/1-1, [s.n.]

colaborador do Ministro do Rei D. José e que será também um “companheiro” de censura, fazendo parte do “quadro” de censores da Real Mesa.

Note-se, como foi sublinhado por J.S. Silva Dias, que alguns dos textos de António Pereira de Figueiredo se movem no plano das relações da Igreja e do Estado, procurando justificar a autonomia do Estado e a incompetência da Igreja fora do campo espiritual. Textos coevos, como a “*Tentativa Teológica*”, de 1766 e o “*Apendix e Ilustração da tentativa Teologica*”, de 1768, expõem e analisam a doutrina do Episcopalismo, que alicerça a teoria das Igrejas Nacionais¹. Se nos lembrarmos da crítica a Cenáculo, que transcrevemos em capítulo inicial deste trabalho, onde se satiriza a proximidade de Cenáculo à doutrina pombalina acusando-o de “não saber aquele Nero impugnar [e] tudo contra o clero intentar”², não nos parece estranho que esta censura revele tal proximidade ao espectro intelectual de António Pereira de Figueiredo.

Outro documento contém a resposta à consulta feita pela Mesa da Inquisição de Lisboa, sobre as obras de Frei Paulo Sarpi³. Esta análise resulta de uma ordem expedida a 13 de Agosto de assinada pelos Inquisidores Joaquim Jansen Muller, e Luiz P. Caldeira, de acordo com as próprias notas manuscritas de Frei Manuel do Cenáculo junto ao documento. Nesta censura o prelado considera que os inimigos deste autor o transformaram num problema do mundo literário, por lhe fazerem acusações infundadas. Quanto à obra que se dedica a examinar, o juízo de Cenáculo não é muito duro, sobretudo se tivermos em consideração que se trata de obras de um autor sobre quem correm alegações de afinidade com a doutrina protestante⁴, mas nada melhor do que atentar nas próprias palavras do prelado:

“Quanto às Obras [...] destas obras julgo: que podem ser lidas pelos fundamentos seguintes. Ellas não contem rezoluções contrarias aos dogmas da nossa Santa Fé Catholica Romana. Donde todo o assumpto de disputa versa em pontos de disciplina, e economia da Igreja, e dos Estados. [...] Se attender-mos pois ao fundo

¹ Dias, *Pombalismo e...*,3.

² B.N.P.- Códice 10567, col.25, *apud* Paiva, «Os novos prelados diocesanos ...», 51, citado a partir de Joaquim José Carvalho Teixeira, *Literatura e Poder Político. Pombalismo e Antipombalismo* (Coimbra, [s.n.], 1987),291.

³ Pensamos tratar-se de Frei Paolo Sarpi, teólogo Veneziano que foi um amigo e benfeitor de Galileu. Sobre a sua vida e obra Cf. David Wooton, *Paolo Sarpi Between Renaissance and Enlightenment* (Cambridge: University Press, 2002).

⁴ Alegação que Frei Manuel do Cenáculo contesta no seu parecer.

das questões, sobre que pronuncia o P. Sarpi, elle escreve com sentimento, patrocinado com autoridades sagradas e civis: com factos innegaveis: e com Autores de todas as Ordens da Republica das Letras, e de todos os Estados do mundo sábio, e ortodoxo. Elle aponta cânones seguros, e Leys prudentes. Segue Escriitores respeitáveis, e razões de substância, e merecimento. [...] Ora não sendo as doutrinas deste Padre condenadas por hum juízo, desembaraçado do escrúpulo [...] sou de parecer, que he prudente a permissão para se lerem estas obras: porquanto as escrituras [?], Concilios, Padres, Theologos e consultos, com que allega Sarpi, merecem boa reputação, e digna de ser conhecida, e muitos mais não sendo o vulgo o que hade ler semelhantes Escritos. Se acazo há pessoas, que se mortificam com aquellas doutrinas, por lhe parecerem perniciosas, he escrúpulo, que he preciso dissipar, divulgando com semelhantes provas o merecimento da cauza, ate que o tempo gaste as primeiras admirações”.¹

Como podemos deduzir das próprias palavras do bispo, a obra tem, na sua opinião, fundamento e não encerra pontos contrários à doutrina, versando essencialmente sobre questões que se prendem com a disciplina e economia da Igreja e dos Estados. O prelado considera que muitas das acusações que são feitas a este autor se devem a um desconhecimento acerca das proposições defendidas, “escrúpulos pouco fundamentados”, os quais julga necessário combater. Não obstante, no final da censura salienta que a sua opinião é sempre sujeita ao juízo superior das pessoas que lhe “encomendaram” o parecer, às quais manifesta obediência. Cumpre realçar a consideração, expressa por D. Frei Manuel do Cenáculo, que estas obras não serão lidas pelo vulgo “ não sendo o vulgo que hade ler semelhantes Escritos”, o que, em seu entender, deverá contribuir para que a permissão de leitura seja concedida. Confirma-se, também na sua atividade censória, que para Cenáculo existem várias categorias de leitores, os quais poderão, mediante as capacidades de defesa que possuem, aceder a determinadas obras².

Centremo-nos agora nas outras censuras do Bispo de Beja que se reportam ao período pós fundação da Real Mesa Censória.

Na Biblioteca Pública de Évora encontramos apenas sete censuras, embora nem sempre seja possível identificar se estamos perante pareceres de autoria de Cenáculo, ou um apontamento acerca da decisão da Mesa. Ilustra-o exemplarmente a censura ao

¹ B.P.E. Códice CXXVIII 2-5, f. 212 e seguintes.

² Cf. Vaz, «libros e leituras...»,43-58.

“*Missal Romano*” que, apesar de ser um autógrafo do Bispo de Beja, não permite fazer essa identificação.

Procuramos resumir os conteúdos e identificar as obras visadas nestas sete censuras no seguinte quadro:

Tabela 9. Censuras presentes na Biblioteca Publica de Évora

Obras	Proposta de Deliberação	Sustentação da proposta de deliberação
Elogio de Dugas Truin, por Mr. Tomas	Pode imprimir-se, com condições	“Deve riscar-se o que o tradutor diz ser a alma de natureza infinita, e outras impertinências, com que impugna a proposição de que o mundo teve a sua infância, como a te o espírito do homem, desde a pagina 37[...] até a pagina 42.”
Comedia do “Cincto magico” de João Baptista Rousseau ¹	Pode imprimir-se, com condições	“Pode imprimir-se a comédia, tradução para português, menos as palavras de scena 5ª = <i>hum Judas deste Apostolado nos vendeo.</i> ”
Arte da Grammatica da lingoa portuguesa	Pode imprimir-se	“Como em todas as Nações se tem escrito sobre a grammatica das suas lingoas, ainda que ellas se aprendão com o uso, pareceme que se pode imprimir a Arte da Grammatica da lingoa portugueza, composta pelo Bacharel Antonio Joze dos Reyes Lobato. Elle a trabalhou com zelo, e com preceitos úteis sem offensa da religião, nem dos costumes.”
Epítome Analytico, critico, e chronologico da Jurisdição e disciplina da Igreja, e da acções dos Papas, e Principes, que pertencem a esta matéria, por Francisco de Pina de Sa e de Mello	Não pode imprimir-se	He hum Escrito erudito com fraze mordaz: he hum extracto de notícias cavadas em toda a Historia da Igreja, com pretexto de fazer odiosos os vícios dos ecclesiásticos [...]
Commentarios à Sagrada Escritura ²		
Missal Romano e outras obras	Proibido	“Alterações e corrupções introduzidas nalgumas partes da celebração pelos curialistas.”
Obra de António Pereira de Figueiredo	Aprovada	

Fonte: B.P.E. Códice CXVIII/1-15.

A análise destes documentos permitiu verificar que há vários motivos para sustentar as proibições e aprovações. Na maioria dos casos em apreço, as questões relacionadas com aspetos religiosos parecem dominar a contestação a determinada obra. Contudo, no caso do Missal Romano o assunto parece assumir também uma

¹Obra do poeta francês Jean Baptiste Rousseau, publicada originalmente em 1702.

² O documento encontra-se duplicado, na B.P.E. e no A.N.T.T. Realizaremos a sua análise em conjunto com os outros documentos da Torre do Tombo.

natureza política, acusando-se os Curialistas de introduzirem corrupções nas celebrações.

Como se sabe, esta disputa entre Curialistas e Regalistas afetou a Igreja desde muito cedo, marcando uma divisão entre os que defendiam a primazia do Papa “os cegos adutores da cúria”, e os que defendiam que se devia “dar ao Papa o que é do Papa, e aos Bispos o que é dos Bispos”¹. O grupo dos Curialistas, com quem havia dissensões públicas era encarado como um rival que urgia combater, “nada melhor” do que proibir as suas obras, acusando-os de corromper até o próprio Missal Romano.

Prosseguindo no exame destas censuras, evidencia-se que Frei Manuel do Cenáculo defendeu o corte e a supressão de determinadas passagens de obras como meio de as deixar passar na Mesa. As duas primeiras obras refletem precisamente essa necessidade de supressão. Ao que parece, apesar da grande paixão pelos livros patenteada pelo bispo de Beja, isso não o impediu de aceitar a sua adulteração sempre que tal se justificasse em termos de matéria digna de censura.

Cumprir realçar, entre estas censuras, o exame realizado à obra de António Pereira de Figueiredo². O prelado aponta alguns reparos a este escrito, ainda que a “dureza” da censura seja mínima. As dúvidas levantadas são justificadas como uma simples tentativa de obstar a eventuais críticas, não se constituindo, de acordo com o defendido por Frei Manuel do Cenáculo, como defeitos apontados ao autor e muito menos como algo que, de alguma forma, possa impedir a sua publicação.

O prelado mostra-se assim extremamente cauteloso. Se o seu rigor e conhecimento não lhe permitem deixar avançar a obra sem fazer determinados apontamentos, é hábil na forma como os menciona, colocando o cerne da questão na necessidade de precaver da crítica obra de tão grande merecimento. Senão, vejamos as suas próprias palavras:

“He obra de grande merecimento e de vasta erudição a que apresenta em dois volumes o Reverendissimo P. António Pereira. Elle penetrado do zelo, que animava o venerável Gerson, e instruído a fundo da sua doutrina, formou della huma analysi digna de consideração. [...] Não se accinge este sábio collega aos Escritos;

¹ Zília Osório de Castro, «Antecedentes do Regalismo pombalino. O Padre José Clemente», em *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. V.1, org. Oliveira Ramos e Jorge Martins Ribeiro (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001),327.

² Embora a identificação da obra não esteja presente, pensamos pela descrição feita na censura, que se trata da obra «Compêndio dos Escritos e Doutrina de João Gerson», publicada em 1768.

que explica, mas antes fecunda a sua narração com noticias trazidas a propósito, e com as quaes certamente se hade illustrar quem tiver vontade de se instruir nestas coizas. [...] Parece-me contudo propor algumas reflexões que previnão a critica, que costuma exercitar se em composições ainda louváveis. Não direi as minhas reflexões em tom de censura, mas de superogação para cautela, e decência desta Real Meza.”¹

Feita a justificação dos reparos que aponta, transferindo para a necessidade de cautela as suas reflexões, passa a apontar uma a uma as questões que “o preocupam”, tais como a que se transcreve de seguida, na qual alude a legitimidade de determinado Papa: “No 1º tomo que he o compendio da vida e acções de Gerson diz: que Portugal seguiu o Antipapa Clemente 7º, como os mais Reinos de Hespanha, e que depois por negociações do Duque de Lancastre seguira a Urbano 6º [...] Eu entendo que não deve prevalecer o dito daquelle cardeal ao corpo dos Historiadores da Nação, que seguia o partido Romano, não como Romano, mas como do papa Legitimo [...]”.

Prosseguindo na exposição das suas preocupações, manifesta-se inquietado com expressões utilizadas por Gerson e que merecem, na sua opinião, uma nota de esclarecimento de António Pereira de Figueiredo, escreve:

“Diz que Gerson [...] escreve = *que todos os homens formão hum corpo, de que a cabeça so Christo*. Esta proposição absoluta, exclusiva passava no tempo do scisma: hoje soará mal, e carece de que o Autor acrescente huma nota na margem [...] Transcreve em repetidas passagens/e traduzidas em portuguez/ as expressões de Gerson mais violentas contra os abuzos da Curia Romana [...] Porem he necessário neste ponto considerar os tempos para se concordarem os Direitos: isto pede humas notas, que mostrem a diferença entre o tempo do scisma, e o da união ecclesiástica: entre a practica dos Direitos invariáveis, e dos que podem admittir alteração: entre os abuzos, e as convenções autorizadas competentemente para a paz da Igreja, e lembro-me que Barthel escreve boa doutrina este assumpto: e mui curtas notas bastarão para correr impresso este Escrito sem reparo dos Críticos”.

A exposição de Cenáculo é pormenorizada, o que indicia uma leitura muito atenta e detalhada da obra, sendo que em todas as proposições e questões apontadas se salienta a necessidade de eventuais mudanças apenas para esclarecimento de quem a vai ler e como uma forma de obstar a eventuais críticas, não colocando nunca o ónus em algum demérito do autor, mesmo no final reforça: “ O carácter deste respeitável Tribunal, e o desejo incontestável da impunidade do nosso collega na censura dos críticos

¹ B.P.E. Códice CXVIII/1-15, nº 28

expostos, em humas anotações dignas da sinceridade e respeito, com que o venero, obrigão-me a propor-lhe estas Reflexões. Lisboa três de Novembro de 1768. Fr. Manoel do Cenaculo”.

Depois desta reflexão encontra-se uma nota manuscrita, datada de 18 de Novembro, dando conta da forma como o prelado procurou que este processo se desenrolasse. Mais uma vez Frei Manuel procede com bastante cautela e preocupa-se em não ferir suscetibilidades, sobretudo tendo em conta que se tratava de um colega da Mesa Censória, o que implicava, em seu entender, um procedimento cuidadoso. Por isso decide, de modo a preservar o colega, expor a situação ao Conde de Oeiras, mas vejamos o seu próprio registo: “Depois desta censura feita conciderei que na qualidade de hum collega, e para conservar-lhe o decoro fui fallar com o Sr. Conde, e lhe signifiquei tudo; e elle conveio em que eu comunicasse a Antonio Pereira tudo, o qual com toda a docilidade annuo; e nesta intelligencia levei por censura somente volume [?] da forma que aqui vai junta porque elle corrigio tudo. Lisboa em 14 de Novembro de 1768. Cenaculo”¹.

Pelo que pode depreender-se da leitura desta nota, Cenáculo, depois de “avaliar” e expor as questões que o preocupam tenta fazer com que essas não sejam públicas, procurando resguardar o colega. Assim, comunica-lhe pessoalmente as suas dúvidas, que o autor terá anuído em melhorar. Para a reunião da Mesa leva apenas a censura que junta ao apontamento. Julgamos esclarecedor conhecer o texto que Cenáculo leva à reunião, em detrimento daquele que manifestava todas as preocupações a que aludimos anteriormente, vejamos então as suas próprias palavras:

“He obra de grande merecimento e de vasta erudição a que apresenta em dois volumes o reverendíssimo P. Antonio Pereira. [...] Lembra-se opportunamente este prudente Redactor, de ajuntar as notas precisas, que illustrem as expressões vehmentes de Gerson, advertindo a diferença dos tempos. Outras vezes desculpa os erros do piedozo Cancellario, nem deixa de accuzar como critico, o que nelle he digno de censura. Estas conciderações me obrigão a qualificar estes dois compêndios por obra muito digna da luz publica, e de que hãode receber grande illustração os que ainda ignorarem quem, e qual seja o respeitável Gerson, cuja sinceridade não pode destruir o grande zelo, e luzes que nelle brilhão. Lisboa em 14 de Novembro de 1768”².

¹ B.P.E. Códice CXVIII/1-15, nº 28DV.

² B.P.E. Códice CXVIII/1-15, nº 28E.

Frei Manuel do Cenáculo transfere, desta forma, para o zelo do autor as notas e esclarecimentos que na “primeira censura”¹ queria ver colocadas na obra. Seja por necessidade de preservar o colega, seja pelo desejo de resguardar a Mesa de “escândalo” de apontar defeitos à obra de um dos seus decisores, ou por mister de proteção pessoal, motivado por um reconhecimento do poder de um figura como António Pereira de Figueiredo, a verdade é que a cautela marca o procedimento do prelado neste exame. A dureza das censuras e as demonstrações de força por parte da Mesa conhecem cambiantes consoante a personalidade examinada, como neste caso.

Da mesma brandura não beneficiou, por exemplo, o Bispo de Coimbra quando viu avaliada a sua Pastoral Manuscrita. Não possuímos a censura à obra, mas antes a sentença final da Mesa, publicada em edital, datada de 23 de Dezembro de 1768 e assinada por várias personalidades, entre as quais Frei Manuel do Cenáculo².

A sentença é extremamente dura nas críticas apontadas ao trabalho do prelado Conimbricense, determinando que o dito papel fosse queimado, com pregão, na Praça do Comércio em Lisboa. Acusa-se o seu autor de ceder às “maquinações dos Jesuítas” com o desígnio de colocar em causa a autoridade da Mesa. É acima de tudo uma manifestação de autoridade face ao “partido” oposto, procurando demonstrar onde residia o poder e “quem se deveria subordinar a quem”.

O edital classifica esta pastoral como uma cópia das maquinações dos Jesuítas já intentadas contra Afonso VI, tendo como objetivo escandalizar os povos, através de exortações patéticas e danosas. Defende-se que a pastoral compele as pessoas a não crerem na ciência do governo, exortando-as a respeitar, acima de tudo, a palavra dos Bispos no que respeita aos livros que podem ler. Analogamente, afirma-se que o trabalho do bispo de Coimbra tenta instigar os ânimos contra a separação e a atribuição a “César o que é de César” e a “Deus o que é de Deus”, procurando estimular o ódio entre a Igreja e o Império e a rebelião contra o poder legislativo do Rei, desprezando as leis que este estabeleceu.

Os argumentos utilizados para sustentar a dureza desta decisão são de natureza diversa, abundam acusações de conluio com a malícia dos Jesuítas, acusados de instigaram tais ações, tendo por objetivo colocar em causa quer a autoridade do Rei,

¹ Chamamos-lhe primeira censura por comodidade de apresentação dos dados, de facto a censura pública foi esta última, a 1ª, ao que parece, ficou apenas como um documento de trabalho do Bispo.

² B.P.E. Códice CXXVIII/2-20,nº58.

quer a autoridade da própria Mesa que era quem, por decisão Régia, detinha o poder de proibir ou permitir determinados livros. Sentindo-se atingida na sua autoridade a Mesa volta a dar uma demonstração de força, impondo um sentença dura que é, de acordo com o defendido pelos seus membros, a resposta necessária em face da provocação consumada pela dita Pastoral. O Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, é acusado de procurar gerar discórdias, de falsidade nos argumentos utilizados, de atentar contra a autoridade da Mesa e do próprio Monarca, de não cumprir as determinações da lei a propósito da publicação de Papéis e até de contribuir para divulgar livros já proibidos, que nem sequer eram conhecidos em Coimbra, mas que por via da publicação desta desafiante Pastoral foram tornados públicos¹.

Esta sentença revela, acima de tudo, a face política que a censura assume nesta altura. É, como defende Fernando Machado, a manifestação de “um poder político demasiado forte para ser contrariado”², e enquanto tal assume-se como um forma de exteriorizar a força desse poder, não admitindo qualquer tentativa de colocar em causa essa autoridade. É também mais um testemunho que a maior ou menor dureza das decisões censórias conheceu cambiantes. Essas *nuances* prendem-se muitas vezes com questões de natureza política, as quais marcam diferenças significativas na forma como determinada obra ou autor eram considerados.

A natureza política de algumas das condenações, ou pelo menos a necessidade de sustentar algumas das decisões no prejuízo causado ao próprio Estado pela circulação de algumas obras, parece dimanar similarmente de outros editais contendo sentenças ou Cartas de Lei sobre alguns escritos, que se encontram na Biblioteca Pública de Évora. São os casos da sentença em relação ao “*Memorial sobre a seita do Sigilismo*”³ e da “*Carta de Lei em relação às Máximas da Bula da Ceia e Índices expurgatórios*”⁴.

No caso da primeira, o “*Memorial sobre a seita do Sigilismo*”, a decisão da Mesa, tomada e em Dezembro de 1769. Assinada por várias figuras, entre as quais Frei

¹ É possível consultar este edital inserido numa compilação de leis publicadas nesta época, na Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/6417>, 10 de Novembro de 2011. Está também disponível «Google books», <http://books.google.pt/books?hl=pt-PT>

² Machado, *Rousseau em...*, 224.

³ B.P.E.- código CXVIII/2-20, f.38. Neste incluem-se várias obras do sigilismo.

⁴ B.P.E.- código CXVIII/2-20, f.39.

Manuel do Cenáculo, determina que os referidos livros fossem entregues no prazo de trinta dias na Secretaria da Mesa, proíbe a circulação e posse de tais livros e impõe que as proposições contidas nessas obras sejam riscadas em quaisquer outras que não estivessem incluídas naquele relatório. Estabelece ainda a necessidade de realizar devassas anuais para verificar essa situação e a pena de prisão no Limoeiro para quem ousasse transgredir nesta decisão. As motivações apontadas para sustentar esta decisão anunciam a necessidade de fazer a defesa de matéria de culto, apontando para o facto de serem livros que defendem teorias que favorecem e sustentam a relaxação do Sigilo Sacramental. Analogamente apontam para razões de natureza política, defendendo que estas obras “ensinam muitos outros enormes e perniciosos erros” que seriam “ofensivos à Religião e ao Estado”¹. O prejuízo ao Estado assume-se também como determinante para a proibição, para além da gravidade dos factos e dano para a própria Religião.

No caso das “*Máximas da Bula da Ceia [...]*”, a Carta de Lei é de Dezembro de 1769, nela são proscritos todos os livros que contém estas Máximas, cujos títulos se identificam, num total de dezasseis. A sustentação da decisão baseia-se em argumentos que se prendem com a necessidade de “preservar os fiéis vassalos dos abismos, ilusão, engano no qual os promotores de tais máximas pretenderam precipitá-los”² e no facto de tais máximas estarem contidas ainda em vários livros que estavam espalhados no reino. O caso assume aqui uma natureza claramente política, que se prende com os confrontos com os Jesuítas e com a apologia que estes faziam, na Bula da Ceia e Índices Expurgatórios, da jurisdição exclusiva do Papa em determinados domínios no campo da censura. O poder pombalino, que se afirmava e reclamava a soberania do poder temporal sob estes assuntos, não podia aceitar a circulação de tais escritos, que se constituam com afrontas à sua autoridade.

Prosseguindo na apresentação das características das censuras assinadas pelo Bispo de Beja, constata-se que é no Arquivo da Torre do Tombo que encontramos a maioria das censuras que elaborou. Estas encontram-se repartidas em três caixas do fundo da Real Mesa Censória³, e estão distribuídas cronologicamente desde Julho de

¹ B.P.E. – códice CXVIII/2-20, f.38.

² B.P.E. – códice CXVIII/2-20, f.39.

³ A.N.T.T. – Real Mesa Censória. Caixa 4, caixa 5 e caixa 6.

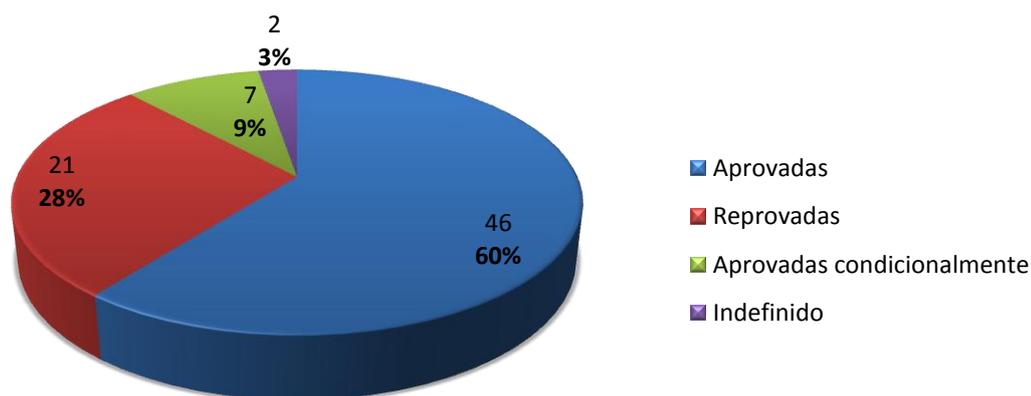
1768 a Março de 1771¹, num total de vinte e sete censuras². No seu conjunto, estes documentos contêm um total de setenta e seis exames de obras, verificando-se que, por vezes, cada uma dessas análises contém mais que um livro avaliado³.

A leitura dos exames feitos por D. Frei Manuel do Cenáculo a esses livros permitiu-nos encontrar obras aprovadas, obras reprovadas e também obras aprovadas condicionalmente. Encontramos ainda dois casos indefinidos, um em que não conseguimos decifrar pela caligrafia apresentada se a obra está aprovada ou reprovada⁴, outra em que Frei Manuel do Cenáculo não aponta uma decisão final, deixando-a à consideração da Mesa⁵.

A distribuição percentual das aprovações e reprovações procura espelhar-se no gráfico seguinte:

Gráfico 7

Distribuição da % das obras reprovadas e aprovadas nas censuras



Fonte: A.N.T.T. Censuras de Frei Manuel do Cenáculo, op.cit

¹ A maioria destas censuras corresponde ao período em que foi Deputado da Mesa, sendo que apenas encontramos uma datada de Março de 1771, depois de Cenáculo ter sido nomeado Presidente da Mesa, esta encontra-se na caixa 6, f.18.

² A.N.T.T. – Real Mesa Censória- caixa 4, f. 74,79,80,88,95,102,108,114,115,117,124,130,131,132.

A.N.T.T. – Real Mesa Censória- caixa 5, f. 23,25,26,28,29,41,70,82,84,85.

A.N.T.T. – Real Mesa Censória- caixa 6, f.1,2,18.

³ Embora, nesses casos, a deliberação final seja sempre a mesma para todas as obras examinadas naquele momento, isto é, as sentenças aparecem agrupadas em conjuntos de obras aprovadas, ou reprovadas.

⁴ Trata-se da censura à obra “L’Amitie Scycle”, que se encontra no f.95, caixa 4, datada de Setembro de 1768.

⁵ Trata-se da censura à “Cartilha do P. Fr. Ignacio Carmelita observante”, que se encontram também no f.95, caixa 4, datada de Setembro de 1768.

A maioria dos exames realizados por Frei Manuel do Cenáculo resultou na aprovação das obras avaliadas, que representam um total de 60% do total, às quais se juntam mais 9% que representam obras aprovadas, mas às quais se impuseram condições e alterações. Menos de 30% dos exames resultaram em reprovações, sendo que as restantes são as obras indefinidas que já identificamos acima.

Nem sempre os documentos analisados contêm informação pormenorizada acerca dos motivos que sustentam a decisão tomada, verificando-se que, por vezes, não há sequer qualquer referência a esses motivos. Isso acontece essencialmente nas obras às quais é concedida aprovação, sendo que esse beneplácito tanto pode reportar à impressão, como à licença para correr e permissão de venda e posse.

Centrando a nossa atenção nas obras que aprovou constatamos que, muitas vezes, o texto da censura apenas inclui uma pequena anotação acerca da inexistência de aspetos que embaracem a impressão ou a circulação. A censura à obra "*Conclusões Theologicas*", do Padre Frei José Annes Vela, ilustra-o exemplarmente. Com efeito, no seu texto apenas encontramos a seguinte anotação: "Tratam da Esperança Teológica e não contém coisa alguma que lhe embarace a impressão"¹. Analogamente, a obra "*Devocion a La Vierge*", de Bourdon, apenas fornece a seguinte indicação resumida: "não contém nada que embarace a venda"².

Ainda que muitas das obras autorizadas não possuam indicações muito pormenorizadas acerca dos motivos que levaram Frei Manuel do Cenáculo a aprovar tais documentos, isso nem sempre acontece. É possível, nalguns casos, encontrar menções elogiosas aos méritos da obra, e noutros rasgados elogios a algumas das obras examinadas.

Exemplos ilustrativos dessa aprovação elogiosa são as análises aos "*Dois tratados que pretende imprimir Francisco Costa*"³, sobre os quais, numa censura escrita por Cenáculo⁴, se afirma que merecem licença pela sua excelência. Nada melhor de que vislumbrar a própria apreciação anotada pelo Bispo: "O 1º volume é uma tradução do Elogio Histórico do papa Bento décimo quarto feito pelo Marques de Caraccioli. O nome deste Autor aprova as suas composições e a tradução é excelente. O 2º opúsculo são observações

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 78, 28 de Julho de 1768.

² A.N.T.T. Cx.4, f. 102, 9 de Setembro de 1768.

³ A.N.T.T. Cx.4, f. 124, 20 de Outubro de 1768.

⁴ É redigida pelo prelado, mas assinada por três Deputados, conforme costume regulamentar da Mesa.

Físicas em três discursos sobre bichos que roem as madeiras dos navios sobre água salgada e água doce que se embarca, e o Tratado dos ventos traduzidos do francês: são bem traduzidos e noticiosos”¹. Nesta perspectiva, a obra é apreciada como um excelente tradução e prezada também pela vertente informativa que possui. Note-se que, a consideração expressa na censura acerca da qualidade da tradução, documenta um bom domínio de francês por parte de Cenáculo.

Outro exame que concede louvores às obras analisadas é o que diz respeito às “*Obras da Igreja Católica Holandesa*”², que se considera “digno de publicação”. Vejam-se as próprias palavras do censor:

“Afflicta a Igreja Catholica de Hollanda renova o costume, que por alguns séculos practicarão os Bispos nas cartas circulares, que se escrevião mutuamente. A consternação, a que a Curia Romana desde o princípio deste Século tem reduzido aquella Igreja, não querendo reconhecer os seus legítimos Pastores, he o que a obriga a exercitar todos os meios de fazer conhecer a sua Fé, a sua Legitimidade, para que deste modo não se conceba na Europa escândalo dos seus procedimentos, vendo-os contestados na Cúria Romana. [...] Nesta Real Meza sabe-se a natureza de semelhante contestação, que faz desde o princípio deste século hum assumpto particular das Novas Publicas da Historia da Igreja, e dos conhecimentos dos sábios [...] Quanto ao merecimento dos escritos, de que trato, se refundem em provar a Pureza da Igreja de Hollanda Catholica Romana, [...] A maneira com aqueles prelados expõe, e advogão a sua cauza he muito sabia, prudente, e bem consultada. A Razão, os Conselhos dos varões Mestres, os Bons Exemplos, os Santos Canones, e as Sagradas Escrituras são os Fundamentos que allegão com huma narrativa forte, christã, e acompanhada de huma persuasão, a que não se pode resisitir.”

Note-se o esforço de, nesta censura, escrita por Frei Manuel do Cenáculo e assinada em conjunto como os deputados Frei Francisco Xavier de Santa Ana e Frei Inácio de S. Caetano, se aplaudirem os esforços da igreja Holandesa em se fazer ouvir, contra a consternação a que foi reduzida pela falta de reconhecimento na Cúria Romana³.

¹ Actualizamos a grafia.

² A.N.T.T. Cx.5, f. 23, de 13 de Fevereiro de 1769.

³ Saliente-se que durante todo o século XVIII a Igreja da Holanda serviu de refúgio a numerosos jansenistas que fugiram de França. Os seus arquivos, enriquecidos por numerosos documentos de França, constituem ainda hoje uma das fontes mais importantes do jansenismo. Estes emigrantes franceses, alguns dos quais como Leclerc ou Le Sesne d’Etemare, foram teólogos famosos, contribuíram para manter vigorosa uma inegável vitalidade intelectual no cisma de Utrecht, apesar da sua minoria numérica. Cf. Hubert Jedin, *Manual de Historia de la Iglesia*, t.VI (Barcelona: Editorial Herder, 1978), 583-584, *apud* Cândido dos Santos, *O Jansenismo em Portugal* (Porto: Faculdade de Letras, 2007).

Obra que merece, analogamente, rasgados elogios é a “*Demonstração Teológica*”¹, cujo exame se encontra numa censura datada de 13 de Fevereiro de 1769:²

“A Demonstração Theologica Canonica Historica, [...] dirige-se a mostrar o Direito dos Metropolitanos de Portugal para confirmarem, e mandarem sagrar os Bispos sufraganeos nomeados por sua Magestade [...] Estes Assumptos, e os Pontos com elles connexos [...] são dignos de se occuparem na sua Confirmação todos os que se prezão de verdadeiros Theologos e vassalos Fieis [...] o Autor cheio das noticias mais recônditas, várias e sobministradas com abundância. Elle fecunda a Materia com as noções dos Attributos inseparáveis da Magestade, como são o Direito de nomearem Bispos: a Autoridade sobre os bens temporaes, ainda Ecclesiasticos: a obrigação de restituir os cânones à sua observância. Os assumptos são delicados, e de suma gravidade: porem todas estas coizas são revestidas das noticias dignas de quem tem versado os Autores de reputação e crédito estabelecido. Nestas matérias de disciplina não acho coiza contaria à fé, aos bons costumes.[...] Portanto sou de parecer que se conceda licença para se imprimir.”

A sentença, escrita por mão de Frei Manuel do Cenáculo é, tal como a anterior, assinada pelos mesmos três deputados. Nesta se expressa, uma vez mais, a concordância de Cenáculo face à afirmação do poder político e da soberania temporal que se processa em tempo de Pombal. Não se vislumbra qualquer crítica às políticas defendidas, mas antes uma anuência à doutrina que se desenvolve na época.

Como já referimos, nem sempre as censuras são ricas em informes acerca dos motivos que levam à aprovação das obras, embora haja exemplos de obras às quais são feitas apreciações mais pormenorizadas. Os motivos que levam à apreciação positiva podem variar, desde o lacónico “não contém nada que obste à sua publicação”, até a considerações sobre a valia da matéria defendida, a pertinência dos escritos, a madureza do pensamento do autor, a justiça e retidão da matéria defendida, a qualidade da tradução, entre muitos outros. Como seria de alguma forma expectável, há uma grande permissividade em relação a escritos políticos como os de António Pereira de Figueiredo. Com bem sabemos, Frei Manuel do Cenáculo enquadrado dentro do poder instituído, é um colaborador e um homem influente junto do

¹ Embora não seja identificada pelo título completo, tudo indica que se trata da obra de António Pereira de Figueiredo, «*Demonstração Theologica, Canonica e Historica do Direito dos Metropolitanos de Portugal...*», publicada em Lisboa, 1769.

² A.N.T.T. Cx.5, f. 28, de 13 de Fevereiro de 1769.

marquês de Pombal, apoiando, por essa via, algumas das teorizações que ajudam a fomentar ideologicamente esse poder.

Nem todas os escritos examinados pelo Bispo de Beja obtêm uma aprovação total, há alguns que apenas alcançam uma permissão condicional. Essa aprovação limitada tanto pode referir-se à impressão da obra, como à sua posse, sendo que há algumas que merecem aprovação, mas cuja licença apenas é concedida a um grupo restrito de pessoas.

Exemplo ilustrativo dessas obras “aprovadas condicionalmente” é o “*Elogio Fúnebre de Jozé Francisco da Cruz*”, de autoria de Rogério Barbuda Teles. Numa censura datada de 13 de Outubro de 1768, este escrito obtém permissão de circulação, mas com limitações, impondo-se a supressão de determinadas passagens. Frei Manuel do Cenáculo aponta exaustivamente quais as passagens a corrigir e diz que o alvo deste Elogio o merece, sendo por isso de opinião de que a obra se publique, com as devidas correções.

Apresentamos, na transcrição seguinte, quais as alterações propostas por Frei Manuel do Cenáculo:

“Pag.8 fallando da cidade da Bahia diz; *o abominável, e ali radicado vicio da ambição: e ali radicado* deve riscar-se, porque não será tão geral o verificativo, nem há necessidade de nos infarmos em hum Escrito Publico. Pag.10 *Que El Rey Nº Sr. não quis deixar em ingrato silencio as acções de J. Fr.co:* risque-se a palavra ingrato, porque os soberanos callão por motivos, e não por ingratidão.Pag.14 diz que a Fabrica da Seda he de interesse à Nação, e nocivo aos Estrangeiros: risque-se a palavra *nocivo aos estrangeiros:* porque não leiam elles no impresso que o interesse nacional parte de intenção maligna para elles, quanto a resultas negativas da boa economia não são intentadas por esta: e quando haja sem prejuízo não se faz necessário incucalo.Pag.18 e 19 Fallando da Aula do Commercio, uza a respeito de J. Francisco da Cruz das palavras= fazendo fundar o edificio= os Estatutos que elle forma, e El Rey honrou com a sua aprovação= tutelar = fazendo erigir novos empregos. He certo que aquele ministro trabalhou com vigilância, estímulo e desempenho, porem aquellas expressões devem-se ao Soberano: pelo que deve refundir-se este parágrafo. Pag. 24 e 37 uza das expressões cega obdiencia: desagrada a palavra *cega,* porque era obediência illuminada.Pag.41 uza de hum parentheses inintelligivel, como he ter o seo coração hum abundante auxilio prévio preparativo para disposição dos eternos mas terrenos negócios. Deve explicar-se, ou riscar-se todo este parenthesis e paragrafo.Pag.42 que a falta daquelle Ministro foi tão premeditada no Ceo = devem retirar-se as palavras *tão premeditada no ceo* ,o que inculca huma

providencia particular, que não devemos entender neste cazo. Pag.45 diz: das suas Religiozas paixões= basta que diga inclinações Pag.47 que os homens lhe devem pagar com lhe mortificar o seo nome: creio que he engano dramanuense; mas deve riscar-se a palavra para lhe subrogar outra que seja própria”¹.

Note-se que o Bispo revela uma leitura atenta do escrito que analisa, propondo, alterações e supressões que revelam um conhecimento aprofundado da obra e assuntos que esta trata. Saliente-se também que, em muitas das correções sugeridas, sobressai uma preocupação de louvor da política e decisões do Monarca, procurando fazer a sua defesa e limitar quaisquer alegações que retirem ao Poder Real o mérito da prossecução de determinadas medidas.

A obra “*L’erudition complete par le Baron de Biefeld*” obtém, similarmente, uma aprovação condicional determinando-se, na censura realizada,² que o acesso à obra fosse limitado a pessoas autorizadas pela Mesa. Vejam-se os argumentos utilizados pelo prelado:

“He obra muito instructiva para principiantes : mas por isso mesmo não se deve facilitar a gente moça: porque he hum Autor sábio diggerindo huns Rudimentos Ecylopedicos porem com pena de protestante. [...] no tomo 1º pag.100 a vida Monastyca he contraria à sabedoria, e santidade de Deos: que a confissão e absolvição são invenções modernas: que os concílios geraes não são infálveis, tomo 4º pag.267. Na pag.255 sente mal da Antiga Disciplina Publica, e assim coizas semelhantes. Pelo que sou de parecer que somente se consinta a obra às Pessoas a quem a Meza o permitir.”

Frei Manuel do Cenáculo admite a valia da obra e do seu autor, no entanto, considera-a perigosa para os “mais jovens”. Nessa perspetiva, considera que só aqueles a quem a Mesa concedesse licença deveriam aceder a este escrito.

Outro exame que apenas concede uma aprovação condicional é o que analisa a obra “*Comentários à Sagrada Escritura*”, à qual se concede uma licença limitada, circunscrita apenas a algumas pessoas. Na censura, datada de 5 de Junho³, Frei Manuel do Cenáculo reconhece a erudição revelada pelo autor da obra, contudo, identifica-lhe

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 117, 13 de Outubro de 1768.

² A.N.T.T. Cx.5, f. 26, 13 de Fevereiro de 1769. Jakob Friedrich von Bielfeld entrou no serviço Prussiano, teve uma breve carreira diplomática e foi tutor do irmão mais novo de Frederico o Grande, antes de publicar algumas das suas obras. Cf. H. M. Scott, *The emergence of Eastern Powers, 1756-1775* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 1-11.

³ A.N.T.T. Cx.5, f. 82, 5 de Junho de 1769.

uma certa afinidade com as máximas ultramontanas. Propõe, por isso, que à obra seja anexa uma folha informativa onde se “afirme a índole do autor” e que a Mesa só permita a sua consulta a algumas pessoas. Vejamos as suas próprias palavras:

“O espirito de Salmeron nos seus vastos Commentarios à Sagrada Escritura, que he obra de que agora trato, he de ser hum Autor extremamente assicto ás Maximas Ultramontanas, e como tal reprovado onde quer que ellas são impugnadas. Não pode duvidar-se que he erudito, e que trata os assumptos com clareza. E ainda que seja prolixo com enfado, e por outra parte esteja bem provida a republica Literaria de Obras, em que se contem com melhor methodo, e critica os assumptos, que disputa Salmeron: comtudo ou seja pelas boas qualidades, que nelle há, ou porque deva ser concluído entre os Doutos no bom, e no mão, parece justo não ser proscripto absolutamente; e que deve haver nas Bibliothecas mais distinctas esta collecção de dezasseis tomos em oito volumes. [...] Portanto sou de parecer que no principio da obra se affixe huma folha, em que se declare a índole do Autor: e que se especifiquem as proposições apontadas, declarando que elle por força do seo systema repete outras semelhantes proposições, comprehendidas debaixo da mesma censura. Parece mais que ainda com esta cautela so se permitta esta obra as Pessoas que a Meza julgar proporcionadas para selles conceder licença: e que sejam riscadas as passagens da obra, que contiverem a doutrina dos Monarchomacos.”

O Bispo de Beja parece revelar uma certa tolerância, reconhecendo ao autor e obra alguns méritos, considerando-o erudito e claro na forma como trata os assuntos. Por isso defende que, embora identifique neste escrito uma afinidade com as máximas ultramontanas, não lhe parece justo proscriver na totalidade tal obra, que deverá compor a coleção de “bibliotecas distintas”. Cenáculo revela muito cuidado de análise apontando sistematicamente as passagens da obra que lhe parecem dignas de cuidados e as correções necessárias, patenteando uma grande erudição e uma leitura aprofundada da obra sobre a qual realiza a análise. A questão política aparece, uma vez mais, como suporte para os reparos à obra, embora aqui se manifeste uma certa condescendência, defendendo um acesso à obra, ainda que limitado.

Como bem sabemos Cenáculo, tal como apontaram autores como Francisco Vaz¹, defendeu, nas suas próprias obras, um acesso condicionado aos livros. Esta censura vem confirmar essa constatação, e embora o Bispo de Beja reconheça a esta obra erudição, encontra nela doutrinas e afeições que o preocupam, defendendo por

¹ Vaz, «As bibliotecas e os livros...», 483-498.

isso que apenas possam aceder à obra algumas pessoas “providas”, capazes de se defenderem das máximas ultramontanas.

Um outro exemplo de uma obra à qual foi concedida uma licença condicional é a “*Tradução do Tratado da Igreja*”. A censura, datada de 8 de Janeiro de 1770, determina que a obra em si tem licença, mas a introdução que lhe foi acrescentada pelo tradutor não a merece por ser imprudente e mal feita. Vejamos um pouco dos argumentos utilizados pelo Bispo de Beja para sustentar a sua decisão:

“A traducção do Tratado do Estado da Igreja e Poder Legitimo do pontífice Romano [...] merece licença de impressão, tanto pelo assumpto, como por ser bem feita. [...] Traductor lhe accrescentou huma Introducção prévia [...] em grande parte alheias do assumpto principal, não me parece se devem imprimir. [...] Escritos, que, ainda contendo verdades, perdem pelo modo a decência: e muito mais quando o compêndio sobredicto contem unicamente os defeitos, que quando a necessidade, e sinceridade da Historia peção que elles sejam referidos nas Pessoas Maiores, devem hir enlaçados com outras virtudes suas, que dêem tom civil á historia; e o contrario parece huma espécie de raiva [...] E como esta Meza tanto deve zelar a verdadeira doutrina dos Direitos da Espiritualidade; e Temporalidade como evitar as maneiras imprudentes de os historiar e sustentar sou de parecer que concedida a licença para a obra não se dê para a Introducção inteiramente.”¹

Frei Manuel do Cenáculo aprecia positivamente a qualidade da tradução da obra, reconhecendo-lhe qualidade. Defende por isso a sua publicação, atendendo tanto à importância do assunto, como à qualidade revelada na tradução. Contudo, a introdução que foi acrescentada à obra não lhe agrada na forma e conteúdo. Anota detalhadamente a forma imprudente como falou de determinados assuntos e considera que, apesar do mérito da obra, só a tradução em si merece licença, a introdução deverá ser suprimida.

Sobressai, nesta, como noutras censuras, a erudição do Bispo de Beja, o qual conhece as obras que analisa detalhadamente. Nem sempre os “defeitos” que aponta o fazem proscriver a obra em absoluto, em casos como o da última censura que apresentamos, defende apenas a supressão de partes. Nesse sentido revela uma certa tolerância que, nalguns casos², não o fazem “enviar para a fogueira” tudo quanto “indicie doutrina contrária”. Não obstante, evidencia-se similarmente a faceta de um

¹ A.N.T.T. Cx.6, f. 2, 2 de Janeiro de 1770.

² Nalguns casos apenas, porque noutros, sobretudo em matérias de fundamentação de poder, como no caso da Pastoral do bispo de Coimbra, a dureza da censura é, como se viu, muito vincada.

censor que recorreu ao corte e supressão de passagens dos livros, à sua “adulteração” mediante os critérios censórios. A sua paixão pelos livros subordinou-se a esses critérios, à necessidade de controlar ideologicamente os escritos que circulavam e por muito que “amasse os livros”, ao que parece, no seu entendimento, a “fidelidade ao original” teria de se subordinar à “ordem político-religiosa” que defendia.

No que concerne a proibições de livros, como foi possível inferir da análise do gráfico que apresentamos previamente, Cenáculo proibiu a circulação de alguns dos escritos que analisou. Em termos globais, considerando a percentagem superiores de aprovações e aprovações condicionais, face à das reprovações, não aparenta ter sido um censor demasiado “intransigente”, deixando passar mais obras do que as que reprovou.

Tal como seria expectável, é nas obras reprovadas que encontramos maior dureza por parte de Frei Manuel do Cenáculo, ainda assim, conseguimos encontrar um exemplo de uma obra reprovada, à qual foram apontadas correções necessárias e se admite uma aprovação posterior do escrito, assim que as correções fossem todas realizadas.

Nestas censuras elaboradas por Cenáculo a primeira reprovação que encontramos é a das “*Conclusões de Lógica*”, do Padre Valentim de Bulhões, cujo exame é datado de 28 de Julho de 1768¹. O escrito merece censura dura por parte do prelado, na sequência da qual a Mesa acabará por ordenar a prisão do seu autor.

Frei Manuel do Cenáculo começa por defender que o autor destas Conclusões quis “satisfazer-se de um sistema errado, pernicioso, e com o qual destrói tudo quanto é louvável nas suas conclusões”, atirando-lhe o ónus de merecerem uma “censura muito acre”. De seguida, expõe pormenorizadamente, quais as proposições que em seu entender estão erradas, rematando a apresentação com considerações bastantes duras, mas nada melhor que atentarmos em algumas das expressões que utiliza:

“Todas estas proposições são erros condemnavéis por muitos títulos. Isso he estabelecer o Pyrrhonismo: he induzir o fanatismo: he raiz de consequências funestas.[...] Fiz todos os esforços de varão prudente para diminuir a estranheza, que devem causar sem duvida estes paradoxos; e ainda, se possível fosse, para dezemganar-me de que não o erão. [...] Porem não posso sustentar estes arbítrios da prudência; e rezolvo, segundo a tenuidade das minhas Luzes = que tudo

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 79, 28 de Julho de 1768.

quanto o Autor escreve de Louvável se desconcerta pela escabrozidade das proposições, que deixo referidas [...] Passo pois a dizer que as proposições denunciadas são temerárias [...] A doutrina destas proposições prepara, ensina, e confirma o espírito da indocilidade para negar as verdades claras em qualquer assumpto: e para contradizer os axiomas notórios, e os princípios demonstrados, pelos quaes se governa o mundo Sábio, Politico, Fisico, e Religioso. Ella arruína as sciencias pela raiz. O nome Sciencia já he inútil. Estabelecida huma vez a lincença de duvidar de tudo [...]”.

Como se constata, as considerações que o prelado tece são muito duras, arguindo que o que o autor defende arruína a própria ciência. Na sequência destas apreciações, a Mesa acabará por deliberar que, em face da gravidade do que é defendido nas conclusões deste professor de Filosofia da Real Casa das Necessidades, se impõe uma atuação dura, que passou pela deliberação de o retirar do cargo de professor, considerando-o um herético. Analogamente, a Mesa decide determinar a sua prisão, pela forma que se transcreve de seguida:

“reduzindo-se o dito Heresiarca a hum cárcere perpetuo do qual não possa communicar o seo contagioso veneno: sequestrandose no mesmo acto da sua acautelada, e oculta prizão todos os papeis que lhe forem achados: sendo logo queimados muito particularmente as postilhas, e papeis dogmáticos, que lhe forem achados, sem delles ficar algum vestígio: recolhendose pello rol de matricula as outras postilhas, que se acham nas mãos dos discípulos daquele perniciosos mestre: fazendo Sua Majestade avocar ao Supremo conhecimento do Concelho Geral este gravíssimo negócio, para assim ficar reduzido á noticia de menor numero de Ministros, e para que nelle se proceda de plano, e sem o estrépito judicial dos meios ordinários, que neste caso teria os funestos inconvenientes acima referidos”¹.

Como podemos inferir destas palavras, a Mesa reconhece a necessidade de uma atuação dura e defende que tais papéis sejam destruídos contudo, deseja evitar o escândalo público que poderia, no entendimento dos membros da Mesa, surgir se o julgamento fosse feito pelos “meios comuns”. A Mesa parece estar a tentar dificultar a divulgação das doutrinas deste condenado, entendendo que a comunicação publica do julgamento, apesar de conduzir os heréticos à desgraça, acaba por dar a conhecer as suas proposições. Nessa perspetiva decide alterar os costumes, propondo ao Procurador da Coroa uma atuação diferente. A aprovação para que o procedimento

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 79, 28 de Julho de 1768.

defendido pela Mesa prossiga acabará por surgir por Despacho Real, sendo confirmada a prisão do padre Valentim.

A 18 de Agosto de 1768 surge mais uma análise do bispo de Beja que resulta em proibição. Trata-se de uma censura¹ onde se “reprova em absoluto” o opúsculo “*Adversus quorundam expostulationes contra nonnullas, Jesuitarum opiniones morales*” do Mestre Amadeo Gaimenio.

O documento não é muito rico em informações acerca das motivações da reprovação, merecendo apenas o seguinte comentário por parte do prelado: “Este livro contém doutrina escandalosa e detestável, e como tal já foi condenada pela Faculdade de Teologia de Paris”². O comentário é pouco desenvolvido, a doutrina é considerada escandalosa e reprovável, mas pouco mais se acrescenta.

Apesar de a censura ser algo lacónica, não nos parece estranha a forma dura como Frei Manuel do Cenáculo decide que a “reprova em absoluto”. Note-se que, de acordo com informações que recolhemos, é uma censura de uma obra de um teólogo jesuíta, de seu nome Mateo de Moya que, sob o pseudónimo de *Amadeus Guimenius* publicou, em Latim a obra com este título. Esta publicação em Latim é a reedição da obra que primeiramente publicou em espanhol, com o título “*Ladreme el Perro y no me muerda*”, publicada em 1653, também sob um pseudónimo – Juan de Aguila. A obra foi muito discutida, sendo que o objetivo do seu autor seria o de provar, ao longo do texto, que várias opiniões falsas em matéria de moral foram defendidas por alguns Jesuítas, mas que os inimigos destes as atribuíam em geral e a todos eles. Procura também defender que aquelas opiniões falsas haviam já sido ensinadas por teólogos mais antigos³. Num contexto de expulsão dos Jesuítas do país, a quem eram imputados os males que nos afetavam em termos de fraqueza da Ilustração, responsabilizando-os pelo atraso português, uma obra onde se defendia que nem todos os Jesuítas defendiam falsas doutrinas não seria bem acolhida.

Com a mesma data temos também o exame à obra “*La Philosophie du Bon sens par Le Marquis d’Argens*”. A censura do prelado Pacense⁴ determina que esta deve ser suprimida com o seguinte argumento: “Esta obra é douta e contém boa critica, porém é

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 88, 18 de Agosto de 1768.

² A.N.T.T. Cx.4, f. 88, 18 de Agosto de 1768.

³ Philip L. Astuto, *Eugenio de Santa Cruz y Espejo. Obra educativa* (Caracas: Fundacion Biblioteca Ayachuco, 1981),186.

⁴ A.N.T.T. Cx.4, f. 88, 18 de Agosto de 1768.

escrita em tom irónico, em frase que conduz o leitor à incredulidade do que é falso e do que é verdade. Os objectos sérios, e os que são dignos de reprovação estão igualmente sujeitos na pena deste autor á irrisão.”

No mesmo sentido vai a sentença dada à obra “*Les Maurs*”, a censura, datada também de 18 de Agosto¹, defende a supressão. Os argumentos utilizados são os seguintes: “O livro sempre teve a reputação de perigoso, e com tal mereceu a proscricção, por conter uma filosofia livre e muitos erros de moral”.

Similarmente parca em informações é a censura², com a mesma data da anterior, à obra de Jean Jacques Rousseau, “*Letres de deux Amantes*”, em três volumes, a qual Cenáculo determina que deverá ser suprimida, considerando: “São livros abomináveis, impuríssimos, provocativos de corrupção e que devem ficar suprimidos”.

A 1 de Setembro volta a analisar obras diversas de Rousseau que recebem a reprovação por parte do prelado. A censura³ é também frugal em informações, sendo que Frei Manuel do Cenáculo sustenta da seguinte forma a reprovação: “Contém assuntos, e coisas que podem ler-se, porém deve impedir-se o curso pelo Tratado “*Da origem e fundamentos da desigualdade entre os Homens*”, no qual estabelece uma filosofia aprovada, e bem conhecida por tal.”

Globalmente, a avaliação das obras de Rousseau é negativa, ainda que nesta última o Bispo de Beja admita que alguns escritos deste autor contêm assuntos que podem ler-se, merecendo reprovação total o “*Tratado da Origem e fundamentos da desigualdade entre os Homens*”.

Não consideramos esta rejeição à obra de Rousseau surpreendente. Essa desaprovação também se identificou nas próprias obras que Frei Manuel escreve. Subscrevendo Fernando Augusto Machado⁴, na sua análise sobre a circulação das ideias de Rousseau no nosso país, é possível encontrar, nas obras de Frei Manuel do Cenáculo, alusões críticas a ideias defendidas por este autor. É o que acontece em pastorais como a “*Instrução ao Clero e Ordinandos*”⁵, onde acentua a necessidade dos Estudos Sagrados da Revelação e da Filosofia Moral para ajuizar com critério acerca

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 88, 18 de Agosto de 1768.

² A.N.T.T. Cx.4, f. 88, 18 de Agosto de 1768.

³ A.N.T.T. Cx.4, f. 95, 1 de Setembro de 1768.

⁴ Machado, *Rousseau em...*, 391-393.

⁵ Cenáculo, *Instrução Pastoral ao Clero...*,56.

das falsas ideias da natureza, liberdade e independências dos homens¹, ou nos escritos sobre a “*Piedade Cristã*”², onde argumenta que “o homem natural que os Filósofos pintão de meio perfil, e unicamente o tomão no estado em que gozasse de Natureza benigna, he hum conceito mental para enganar meninos”³. Constata-se assim que, apesar de a censura ser parca em informações, Frei Manuel do Cenáculo conhece bem a obra de autores como Rousseau. Nessa perspetiva, não será por desconhecimento da matéria a censura a estas obras é apresentada de forma tão reduzida. O que o terá motivado a incluir tão pouca informação nestas censuras, quando noutras faz um exame detalhado e um combate quase “ponto por ponto” às ideias nestas defendidas? Admitimos que a necessidade de atuação rápida por parte da Mesa e o conhecimento de proibições idênticas de outras obras do autor tenha influído na decisão de o proibir⁴. Ou, quem sabe, a preocupação em não contribuir, através de uma censura muito detalhada, para a divulgação do pensamento de um autor que o próprio bispo classifica como de “tentador”⁵. Sublinhando as conclusões do autor que temos vindo a citar, a avaliação desta censura, na qual se considera de “todos bem conhecida” a proibição à obra de Rousseau, evidencia que Frei Manuel do Cenáculo “não duvidava já, em 1768, da divulgação entre nós do pensamento socio-antropológico do genebrino, lido pela via da perigosidade”⁶. É possível que, para atenuar essa perigosidade, optasse por não acrescentar muito à censura, de modo a evitar contribuir para a divulgar ainda mais.

Da mesma data encontramos a censura⁷ a outra obra do genebrino Rousseau⁸, trata-se da obra “*Julia ou Nova Heloysa*”, à qual tece o seguinte comentário: “Deve suprimir-se pela sua petulante insolência e activíssima para irritar e precipitar a

¹ Machado, *Rousseau em...*, 391-393.

² Cenáculo, *Cartas e outras Instrucções sobre os Trabalhos Presentes...*

³ Cf. Machado, *Rousseau em...*, 392.

⁴ Sobre outras proibições a obras de Rousseau, feitas por mão de outros censores que não Cenáculo. Cf. Machado, *Rousseau em...*, 222.

⁵ Cumpre recordar a crítica que é feita à pastoral do Bispo de Coimbra, onde entre as várias delações que são apontadas ao autor, se acusa este prelado de contribuir para divulgar livros que já estavam proibidos e que eram até desconhecidos em Coimbra. Nesse sentido, é legítimo admitir que o receio da divulgação destes escritos tenha preocupado o prelado.

⁶ Machado, *Rousseau em...*, 223.

⁷ A.N.T.T. Cx.4, f. 95, 1 de Setembro de 1768.

⁸ Em 6 de Outubro de 1768 é também feita a censura da obra “*Emile ou l’Education*”, mas, embora Cenáculo seja os dos três censores que a assina, não é ele o redactor da sentença, conforme podemos constatar pela consulta pormenorizada da caligrafia do documento. Cf. A.N.T.T. Cx.4, f. 113, 6 de Outubro de 1768. A obra é reprovada, sustentando-se a proibição na similitude com as opções de outros países, como a Holanda, onde foi proibida, e de outras regiões, como Genebra, onde foi queimada, sendo considerada uma obra contrária à Religião revelada e o seu autor deísta.

concupiscência”. Conforme aponta Fernando Machado, trata-se da segunda censura do prelado ao mesmo escrito, a primeira, da qual já demos nota acima, é de 18 de Agosto ao título da edição original “*Cartas de dois Amantes*”, a segunda é esta, datada de 1 de Setembro, enquanto “*Julia, ou a nova Heloysa*”. O argumento utilizado para a supressão, é puramente moral, considerando-se a obra indecente e indutora de concupiscência¹.

Também em 1 de Setembro são proibidas as obras “*Dissertações sobre a união da Religião, da Moralidade e política*” e a obra “*Phisque de L’ Écriture Saint*”². O argumento utilizado pelo prelado para a proibição da primeira é o seguinte: “Dissertações extraídas das obras de Marburthon, em francês, em dois volumes. Esta obra contém coisas excelentes, mas não deve correr pela paixão com que o Autor pugna pela tolerância de diversas Religiões nos Estados, como pode ser visto no tomo 2º pagina 227.” Como podemos depreender, reconhece-se à obra qualidade nalgumas das suas proposições, contudo a forma apaixonada como o autor defende a tolerância entre as diversas religiões não é bem vista, motivando a supressão. Quanto à obra “*Phisque de L’ Écriture Saint*, o argumento de Frei Manuel do Cenáculo é o seguinte:

“Deve reprovar-se, o autor quer filosofar com liberdade e perde-se no abismo da Filosofia Oriental. Os seus sentimentos acerca da alma são erróneos: tem o sabor do “Spironismo e Eylosismo” porque supõe um fogo universal, de que as almas são feitas, e na suposição de que elas são fogo, discorre frequentemente, como nas páginas 51,59,68. Outras proposições escreve mais o autor, que lhe merecem a reputação de temerário: porém sobra o que deixo apontado para ser proscrito.”

Cenáculo não é, também nesta censura, muito extenso nas considerações que tece. Indica alguns motivos pelos quais entende suprimir a obra, apontando para a existência de muitos mais que se coíbe de referir por entender que os que apresenta bastam.

A “*Cartilha do P. Fr. Ignacio, Carmelita Observante*” é também analisada pelo Bispo de Beja em 1 de Setembro³. O prelado mostra-se indeciso quanto à decisão final, final, por isso, faz uma análise à obra, colocando a decisão final à consideração da Mesa. Vejam-se os argumentos apresentados:

¹ Machado, *Rousseau em...*,228.

² As duas encontram-se em: A.N.T.T. Cx.4, f. 95, 1 de Setembro de 1768.

³ A.N.T.T. Cx.4, f. 95, 1 de Setembro de 1768.

“Não é a cartilha ou catecismo do P. Ignacio Jesuíta, mas também não é peça ajustada com toda a proporção ao seu fim. Ela nada contém que ofenda a fé, bons costumes e o Estado: parece daqueles livros de permissão, enquanto não há outros melhores com a abundância que se faz necessária ao Povo infinito, que carece de ser instruído nos Rudimentos da Fé e porque a rudeza daquele povo pede alguma condescendência de obras proporcionadas ao seu carácter, não porque estas bastem no mundo católico, que é o sentido com que se tem censurado entre nós a falta de catecismos, mas porque se deve falar ao paladar dos rústicos, sem inconveniente. Contudo se o há nalgumas histórias ligeiras que vêm referidas nesta pequena composição, ainda que não sejam de consequência, deixo à consideração da Mesa, para decidir por este, e outros títulos que se ofereçam, se deve permitir-se ou negar-se a reimpressão.”

Os argumentos utilizados por Frei Manuel do Cenáculo evidenciam que, embora o prelado não encontre matéria ofensiva na obra, não encontra, similarmemente, mérito suficiente para o fim a que se destina. Expõe a sua indecisão entre permitir ou não, a impressão da obra enquanto não há melhor, colocando a decisão final nas mãos da Mesa.

Finalmente, também em 1 de Setembro é analisada, pelo Bispo de Beja, a obra “*H. Imparciale des Jesuites*”¹, que é reprovada. Frei Manuel do Cenáculo é bastante duro, considerando que tal obra merece uma qualificação áspera, mas nada melhor do que atentarmos nas suas próprias palavras:

“É obra que merece uma qualificação áspera: é injuriosíssima às Ordens Religiosas e aos seus Santos Fundadores. O fim do seu Autor é confundir os erros dos Jesuítas e as suas pestíferas manobras com o sistema dos outros regulares, e com os sentimentos de muitos sábios não Jesuítas. Bem se percebe o que quer dizer esta política daquele autor nada menos imparcial como ele se quer ingerir: mas erra, e impõe com calúnia. Ele se fatiga e empenha em querer demonstrar que os Jesuítas não foram Autores ao Sr. Rei D. Sebastião para empreender a jornada de África: escreve com pena solta a este propósito o que fica muito bem combatido pela Dedução Cronológica. Discorre do Paraguai Jesuítico falsamente. Enfim merece esta obra ser absolutamente reprovada.”

Mais uma vez o “inimigo da nação” merece uma condenação áspera e clara. Aos Jesuítas, considerados os obreiros do atraso do país, a censura é essencialmente política, não se toleram escritos que de alguma forma possam “branquear” as suas atuações. A política está traçada, o inimigo apontado e identificado, obras que o defendam não obtêm qualquer condescendência.

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 95, 1 de Setembro de 1768.

A 9 de Setembro do mesmo ano encontramos mais três proibições¹. As obras proibidas são a *“Theologia Moral de Feliz Potestas”*, a obra *“Les Soupirs du Cloitre ou Le triomphe du Fanatisme”* e finalmente o escrito *“L’ami du Peuple”*. Quanto à primeira Cenáculo não aponta qualquer razão para além do facto de esta já estar reprovada pela Mesa. No que respeita à segunda, *“Les Soupirs du Cloitre ou Le triomphe du Fanatisme”*, o argumento utilizado é o seguinte: “Epístola dirigida a censurar o Instituto e os abusos dos Jesuítas: porém usa expressões injuriosas a todo o Estado Religioso, como se vê por exemplo logo nos primeiros oito versos. Na página 30 deixa a suspeita de ser o Autor naturalista, como também o faz na página 50, da outra obra anexa a esta, e tem por título: Epitre a l’amitie”². Como se constata, a carta, apesar de se destinar a censurar a conduta dos Jesuítas, fim que merece por si só apoio, não justifica a aprovação pelos meios que utiliza para proceder a essa crítica, sendo injuriosa para todos os religiosos e levantando suspeitas sobre as ideias naturalistas do seu autor. É caso para dizer que nem sempre, no pensamento de Cenáculo, os “fins justificam os meios”, e se a censura aos Jesuítas não lhe desagradaria, a verdade é que esse fim não sustenta, no seu entender, a injúria a todos os outros. No que concerne ao último escrito - *“L’ami du Peuple”*, as informações acerca da motivação da decisão, por parte do Bispo, são bastante desenvolvidas, considerando-se que esta composição deve ser proibida para não servir de exemplo, mas nada melhor do que atentarmos nas próprias palavras do prelado:

“O seu Autor é eloquente, nem Cícero *Pro Domo* fala com mais veemência. O fim do Autor é representar ao Rei de França os motivos porque deve revogar o modo dos impostos que naquele reino se praticam. É certo que as arrecadações dos tributos em França dizem muitos, que é violenta: mas prescindindo do merecimento desta causa, pelo que pertence à França; e se os Povos daquele País estão em estado de queixar-se, não convenho em que haja de correr entre nós impunemente um livro, cujas proposições podem algumas pessoas abusadas interpretar par os seus interesses, a respeito das imposições Santas do nosso País: a saber a definição diminuta que o Autor faz dos direitos de cada indivíduo página 3, a invectiva forte contra os agentes das províncias pag. 5; a suposição de que os tributos são lesões de propriedade; violação das leis primitivas; em infracção da liberdade pg.7, que não devem pagar para a massa pública os homens que não possuem coisa alguma no fundo, e que não vivem mais que da restituição concedida ao seu trabalho pg. 54: que a maneira de exacções de fiscal cega pag.

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 102, 9 de Setembro de 1768.

² A.N.T.T. Cx.4, f. 102, 9 de Setembro de 1768.

64: a censura que faz aos que ele chama satélites do Príncipe, reduzindo a disposição pag.126 e pag. 292: a propensão extrema a favor do Povo pagina 362. O Autor na página 272 faz diferença das imposições pérfidas, e das regulares; como na página 282 nota a diversidade dos magistrados iníquos, que são parte, e juizes. Porém possa, ou não corar-se quanto o Autor diz, ele tem indecências, e proposições, que não me parece deverem-se divulgar para exemplo”¹.

Para Frei Manuel do Cenáculo a obra é eloquente e convence-o relativamente à situação francesa, reconhecendo a verdade dos argumentos do abuso da situação tributária em França. No entanto, o mote da proibição do escrito no nosso país é “prevenir para não ter de remediar”, considerando-se que a obra pode contribuir para levantar, em Portugal, ideias, por parte de “mal-intencionados”, contra os justos cumprimentos dos deveres no nosso país. Dentro dessa linha de pensamento, é preciso proibir, de forma preventiva, um escrito que poderia ser utilizado para servir de “mau exemplo”.

A 19 de Setembro encontramos mais uma proibição por parte do prelado, trata-se da obra “*Ocellus Lucanus avec dissertations par Le Marquis d’Argens*”, a censura² determina que a obra “não pode correr” com base nos seguintes argumentos:

“Esta obra é consequência de outra composição justissimamente reprovada do mesmo Autor: *Philososophie du bon sens*. Continua pois o autor com a mesma pena irrisória: maltrata, por maltratar, os Sumos Pontífices, página 249 e seguintes: abusa das expressões dos Santos Padres para lhes rebaixar o crédito pag. 142 onde estabelece uma doutrina perniciosa a respeito da concupiscência: toma pretexto de um ligeiro motivo para desdenhar dos Santos Padres e Pontífices, assim: no Prefácio patrocina a causa da incredulidade: o ar de ridículo, que dá às matérias mais sérias o seu carácter: confunde os abusos do voto de castidade com os santos fins deste sacrifício a Deus para maltratar, página 161. Como estas provas são suficientes para a reprovação deste livro, deixo outras, e assino o meu parecer.”

O prelado não aprova a forma como o autor escreve e desdenha dos Santos Padres, tentando desacreditá-los, por isso entende que a obra deve ser suprimida.

No dia 6 de Outubro surge nova proibição, desta feita a decisão de não sair a público é tomada em relação à obra – “*Epitome Analitico, chronologico da jurisdição e disciplina da Igreja e das Acções dos Papas e Principes que pertencem a esta Matéria*,

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 102, 9 de Setembro de 1768.

² A.N.T.T. Cx.4, f. 108, 19 de Setembro de 1768.

de Francisco de Pina de Sá e Melo”. A censura¹ é elaborada de forma detalhada, sendo que Frei Manuel defende:

“Contem materia digna de refelexão o Livro seguinte [...] Em huma qualificação geral se pode dar a ideia, que induz á reprovação desta livro. Convem a saber: He hum escrito erudito com fraze mordaz: he hum extracto de notícias cavadas toda a História da Igreja como pretexto de fazer odiosos os vícios dos Eclesiásticos; porém descripto com pena superficial, imprudente e satyrica. Não basta que hum Autor diga verdades: he necessário que a narração dellas seja competente, própria, tempestiva, decente, e irreprehensivel. Faltando estas qualidades no Livro, que se teve a temeridade de apresentar nesta Real Meza, passo a individuar os motivos, porque nelle parece indigno da impressão [...]”

O prelado desaprova a forma mordaz como a obra é construída, considerando que não chega dizer coisas verdadeiras, é preciso que estas sejam ditas de forma decente e irrepreensível, o que considera não acontecer aqui. De seguida enumera os assuntos e afirmações do autor que considera dignas de reparo, apontadas quase numa análise “página a página”, concluindo: “Em conclusão o ar que respira este Escrito he satyrico, e mais para irritar do que para corrigir. O Autor manipulou pelos sumários de várias Histórias o que lhe pareceo fazer o seo cazo; e o descreve com pincel caustico, que o inhabilita a sahir a publico.”

Nova proibição surge numa censura² de três de Novembro de 1768, onde não se permite o “*Oitavo ponto da Conclusão segunda do P. Fr. Manoel de S.to Eleutherio*”, utilizando o Bispo de Beja o seguinte argumento:

“Este ponto é concebido nos seguintes termos: *corpora damnatorum erun impossibilis passione naturae, erun.tamen possibili passione ânimos* . Supposto que o dogma das penas externa repartem-se os Theologos se porventura o fogo os atormentará *intentionaliter, vel realiter*. Porem sobre o fogo por acção imediata, ou por adesão da imaginativa, sempre se deve reputar por falso que a natureza não padeça: e por este motivo se deve ryscar este ponto das conclusões.”

Pelo que podemos deprender da análise da censura, que não é rica em muitos mais informes, o que está aqui em causa e conduz à proibição são matérias de foro doutrinal. Não consideramos estranha esta questão, apesar da forte feição de controlo de ideologia política que parece sobressair de algumas das censuras, a matéria

¹ A.N.T.T. Cx.4, f. 115, 6 de Outubro de 1768.

² A.N.T.T. Cx.4, f. 131, 3 de Novembro de 1768.

doutrinal, de culto e defesa religiosa está, como seria de esperar, também muito presente.

A 13 de Fevereiro de 1769 voltamos a descobrir um conjunto de quatro supressões. A censura¹ contempla os seguintes escritos: “*Cartas directivas, escritas pelo padre Sofronio Ferraz Sepedas*”, que merece a seguinte consideração por parte do prelado: “ He Mystica tirada de Maria de La Antigua: ensina a ser necessário fazer-se qualquer hum dirigido como hum bordão na mão do P. Espiritual, e outras coisas desta índole que obrigam a faze-lo suprimir”. A obra “*Abregé du cours de Religion, Lausanne, 1769*”, que obtém a seguinte sentença “ He hum catecismo das Igrejas protestantes, que ensina haver só dois Sacramentos, e coizas semelhantes, que bem dezengañão ser necessária a sua supressão”. O escrito “ *Epitre d’or ou Lettre d’un gouverneur au Père de son eleve, Amesterdam, 1762*”, que é assim descrito por Frei Manuel do Cenáculo: “He livro que propõe os argumentos dos Atheos com energia sem que os combata fundamentalmente. O Autor he inimigo dos Ritos, do Estado Monacal, e muito dezordenado nas expressões, pelo que deve suprimir-se”. Finalmente, a última supressão respeita à obra “ *Manipulos spicarum, em 16º, 1746*”, que é assim caracterizado: He huma collecção de doutrinas Moraes, e Mysticas Para o uso dos Jesuítas viajores, tiradas dos Autores da Companhia. Tem algumas doutrinas sans: mas allega algumas epistolas dos geraes com reflexões particulares: pelo que he prudente reservá-la”².

Na mesma data, a obra “*Bibliotheca de Diodoro Siculo, traduzida da língua latina*”³ vê Frei Manuel do Cenáculo negar-lhe, na sua censura⁴, a licença. Ainda assim recomenda algumas correções que, a serem feitas, possibilitariam uma aprovação futura. O prelado reconhece que a obra encerra doutrina útil e tem algum merecimento, embora encontre motivos que embaraçam a sua impressão: “A Materia da tradução he instructiva, porem o Autor tanto pelo estilo de fallar, como pelas reflexões, de que acompanha a tradução, he muito dezagradavel. [...] Elle he erudito, e orna de erudição o seo escrito: porem humas vezes he em tom de Pregador insípido, outras vezes tem hum modo de imaginar muito particular.” De seguida descreve as questões que o preocupam e que devem ser corrigidas, para concluir: “Estas, e outras expressões me obrigão à reprovação

¹ A.N.T.T. Cx.5, f. 26, 13 de Fevereiro de 1769.

² A.N.T.T. Cx.5, f. 26, 13 de Fevereiro de 1769.

³ Diodoro Siculo, *Biblioteca Storica*. É possível encontrar a obra em versão digital Cf. «Europeana», <http://www.europeana.eu/portal/record/04202/F24586D2DBB63526911B2ADCA2F82300F8530F43.html?start=9&query=Diodoro+Siculo>, 20 de Janeiro de 2012.

⁴ A.N.T.T. Cx.5, f. 29, 13 de Fevereiro de 1769.

da obra: porem como tem seo merecimento, e ficando de algum modo nas formas da Ley de poder estampar-se com correcção, volte emendada no estilo para se lhe conceder licença”. Pelo que parece depreender-se, a Cenáculo não agrada a forma como a obra se apresenta, mas reconhece-lhe algum mérito, pelo que decide apontar aquilo que deve ser corrigido, de modo a voltar à mesa e obter licença.

É a 3 de Março que encontramos a “última”¹ reprovação por parte de Frei Manuel do Cenáculo. A censura, redigida pelo Bispo de Beja, considera que a “*Novena de Santa Rita de Cassia*” não merece licença pelos seguintes motivos:

“Não merece licença de reimpressão, pelo estilo affectado, ininteligível ao Povo, e alheio de sinceridade, com que devem ser trabalhados semelhantes exercícios. Na meditação 1ª pag.9 seg. diz que em Santa Rita se antecipou a graça á natureza: que a Santa antes do exercício da liberdade teve exercícios de amor. A tradução latina do Hynno he huma chansoneta. As jaculatórias são trova, e por estes, e semelhantes defeitos não deve reeimprimir-se”².

Globalmente verifica-se que são vários os motivos que levam Frei Manuel do Cenáculo a proibir determinadas obras. Os motivos doutriniais e religiosos ocupam, como seria de esperar um lugar importante, mas sobressai também a “censura política”, que leva à proibição de determinados escritos, sobretudo aqueles que dizem respeito aos Jesuítas. Não são toleradas quaisquer desculpas que possam contribuir para dirimir, de alguma forma, as culpas que são apontadas aos “inimigos do saber”, incriminados pelo atraso que Pombal e os seus colaboradores reconheciam existir em Portugal. O inimigo estava, como dissemos acima encontrado, as culpas apontadas, a pena determinada, não se tolerava a sua desculpabilização.

Constata-se, similarmente, que a clareza das censuras diferia significativamente. Havia censuras ricas em informes, onde se fazia a explicitação pormenorizada dos motivos que levavam à aprovação, mas sobretudo à reprovação da obra, existindo, analogamente, outras em que pouco se dizia acerca das razões em que se fundamentou determinada decisão. Neste particular, destacamos as censuras às obras de Rousseau, onde o Bispo de Beja não faz uma exposição detalhada das doutrinas do

¹ Dizemos a última reprovação porque se trata da última censura onde se proíbe uma obra, assinada por Frei Manuel do Cenáculo, que encontramos no Arquivo da Torre do Tombo. Contudo depois desta data, há proibições de partes de obras, como o exemplo da censura de 8 de Janeiro de 1770 a que já aludimos acima.

² A.N.T.T. Cx.5, f. 41, 3 de Março de 1769.

autor. Como bem salienta Fernando Machado, a simplicidade argumentativa e a moderação da sua extensão é comum a algumas das censuras realizadas à obra do genebrino, sendo que muitas vezes estas recusas da sua obra se fundamentam no pressuposto: “o que foi tão repetida e fundamentadamente condenado, condenado está!”. Além disso, Rousseau tornou-se uma referência universal da intelectualidade¹, sendo que, à época, muitas centenas de escritos tendo como objeto de análise a obra de Rousseau surgiam e difundiam-se por todo o lado. Nesta perspetiva, os alvos da censura, os responsáveis pela decisão de proibição e publicitação em edital e os eventuais leitores das obras “dispensavam repetições argumentativas exaustivas e profundas, os consensos na base da curiosidade, da adesão ou da repulsa, estavam genericamente formados e não restava campo à sustentação de polémicas teóricas sobre valorações do autor”².

No que respeita à dureza das censuras, constata-se que a tolerância demonstrada por Frei Manuel do Cenáculo também conheceu cambiantes. Dependendo da afinidade intelectual, da erudição demonstrada, da proximidade da figura em “termos políticos” e do desafio à autoridade da Mesa que representavam, as censuras conheceram feições diferentes. Se há reprovações perentórias e bastante “azedas”, outras obras há que conhecem um exame mais macio, apontando defeitos que devem ser corrigidos numa feição quase “pedagoga” do prelado, que aponta as falhas, de modo a que as obras possam ser corrigidas e dignas de circular. Realce-se a forma cautelosa como o prelado Pacense dirigiu a análise de umas das obras de António Pereira de Figueiredo, que contrasta nitidamente com a apreciação da desafiante pastoral do Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação.

Quem foi então Frei Manuel do Cenáculo o censor? Como o poderemos qualificar neste aspeto?

Em face das características das censuras que fomos apresentando, julgamos que foi um censor culto, bastante metódico e muito conhecedor das obras que examinava. Com efeito, muitos dos exames que faz demonstram um trabalho bastante sistemático, apontando pormenorizadamente, com indicação das páginas, os pontos que considerava dignos de reparo, de análise, supressão ou recomposição. Admitimos

¹ Sobretudo na sua obra *Emile ou de l'Éducation*.

² Machado, *Rousseau em...*,230.

assim, que estamos perante um censor que não proibiu ou permitiu a circulação de obras baseado apenas numa leitura superficial. Ao efetuar uma análise meticulosa, quase “ponto por ponto”, daquilo que era defendido nessas obras, mostra-se um leitor intensivo desses escritos. Frei Manuel do Cenáculo revela-se conhecedor das “polémicas” do momento, sendo capaz de identificar virtudes e méritos, mesmo em obras que no final acabava por suprimir.

Analogamente poderemos considerar que o bispo de Beja foi um censor hábil e prudente na forma como fazia tramitar os processos. Essa cautela está bem espelhada na forma quase “sigilosa” como conduziu a análise da obra de António Pereira de Figueiredo, na qual encontrou pontos dignos de reparo, mas dos quais lhe deu nota em privado, com a anuência do Marquês de Pombal. O conjunto das censuras que elaborou reflete alguém que se encontrava em sintonia com a ordem político-social vigente, que defendia o poder tal e qual ele estava preconizado por Pombal e fundamentado ideologicamente, sendo possível encontrar, tal como mostramos acima, supressões de obras que se opunham a esta ideologia política.

Globalmente, Frei Manuel do Cenáculo mostrou ser um censor relativamente tolerante, se tivermos em conta os números totais que apontam para muito mais aprovações do que reprovações, mas simultaneamente foi duro e intransigente com algumas matérias, às quais não concedia o mínimo espaço de propagação.

Frei Manuel do Cenáculo foi, como temos vindo a defender ao longo do nosso trabalho, um apaixonado pelos livros. Um colecionador destes objetos, que encarava como mais que “objetos de coleção”, mas também como instrumentos úteis, de partilha de saber e conhecimento, de instrução. Ainda assim, esta paixão pelos livros, este reconhecimento da sua importância e potencialidades não se sobrepôs à ordem político, religiosa e social que defendia. Com efeito, embora reconheça, nalguns casos, os méritos de determinados trabalhos, não se coíbe de os proibir quando acha que estes põem em causa determinados princípios, que o bispo considera invioláveis. Da mesma forma, defende a supressão e alteração de determinados escritos, tendo por objetivo a subordinação desses trabalhos ao pensamento que defendia, comprometendo assim a “fidelidade” ao original, quando entendia que tal se justificava.

O prelado Pacense declarou, enquanto censor, que existiam diversas qualidades de leitores, sendo que o acesso a determinados livros se deveria fazer condicionalmente, consoante a capacidade de entender e se defender, se fosse caso disso, das teorias neles contidas. Foi, em suma, um censor “do seu tempo”, que exerceu a sua atividade dentro de determinada ordem de organização política e social, com a qual concordou. Ainda assim demonstrou, dentro de uma atividade castradora da liberdade de pensamento e expressão, uma grande erudição e um trabalho bastante metódico e cuidadoso de análise de obras e composições que avaliava, as quais conhecia pormenorizadamente.

3.4. Cenáculo o pedagogo

D. Frei Manuel do Cenáculo empenhou-se, como se sabe, numa melhoria da instrução de clero e fiéis. Essa preocupação pedagógica do bispo de Beja ficou bem expressa no cuidado com a formação, que declara, entre outros, em muitas das obras que imprime. Nessa perspetiva, os livros são considerados como importantes ferramentas de apoio ao ensino que se pretendia ministrar¹. Relembre-se que, tal como foi notado por Francisco Vaz, para o bispo de Beja existiam várias categorias de leitores. Em primeiro plano estava o povo, aquele que deveria possuir a “instrução comum” para ficar compenetrado dos seus ofícios como cidadão e cristão. Num segundo plano, estavam os professores e os “Depositários da Religião e Guardas da sua Pureza”, que para além da instrução comum, deveriam ler os principais textos, nomeadamente a Sagrada Escritura e poderiam mesmo consultar obras de autores hereges². Dentro dessa linha de pensamento, encontram-se diferenças significativas nos livros propostos para a instrução dessas distintas categorias de leitores.

Focalizando-nos na instrução para o povo, constata-se que a base indispensável para a sua instrução seria o catecismo³. Paraphraseando o autor que temos vindo a citar, o catecismo é um dos géneros editoriais com mais reconhecido sucesso editorial nesta época, sendo que este se apresentou, inicialmente, como sinónimo de instrução

¹ Sublinhe-se que, como referiu G. Gama Caeiro, a preocupação cultural deste prelado humanista se desdobrava em dois planos distintos. De um lado, cifrava-se no progresso do conhecimento científico, histórico e na pesquisa “arqueológica” e bibliográfica e, por outro lado, no afã de utilidade e de aproveitamento concreto desses conhecimentos, muito especialmente através da formação actualizada do Clero. Cf. Caeiro, *Dispersos*, 532.

² Vaz, «As Bibliotecas e os Livros...», 485.

³ Vaz, «As Bibliotecas e os Livros...», 486.

religiosa, invadindo, sobretudo a partir da Revolução de 1789 em França, outros campos de instrução como a política, a militar e a económica¹.

No que concerne à segunda categoria de leitores, o Bispo de Beja estabelece programas de leituras detalhados, recomendando o que deveria ser lido pelos estudantes. É precisamente sobre essas recomendações de leitura, que nos permitem avaliar outra faceta da relação que o prelado manteve com os livros, nomeadamente o seu aproveitamento como instrumento de ensino, que centraremos a nossa atenção neste ponto do nosso trabalho.

Cumpramos realçar que a análise do espólio bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo permitiu encontrar informações relativas aos livros que o bispo propõe para diferentes estudos. Há propostas de leituras para os Ordinandos do Bispado de Beja, e para os estudos administrados na Ordem Terceira. Analogamente, encontram-se propostas de livros a utilizar nos estudos do Príncipe da Beira, de quem foi preceptor.

Em face da existência destas fontes multifacetadas, que relevam a importância que os livros têm para a instrução, pareceu-nos pertinente, em ordem a averiguar a relação com os livros evidenciada pelo prelado, conhecer um pouco melhor quais os livros que propôs para os diferentes estudos. É justamente essa análise que se fará de seguida, dividindo os dados encontrados de acordo com os destinatários dos planos de leitura recomendados pelo bispo de Beja. Assim, analisaremos os estudos e propostas de leitura dos futuros religiosos, tanto do Bispado de Beja, como da Ordem Terceira. Paralelamente abordaremos, noutro ponto, os estudos do Príncipe e os projetos de livros que seriam usados para esse fim.

3.4.1. Os livros propostos para educação dos Religiosos.

Na qualidade de Provincial da Ordem Terceira e de Bispo de Beja, assim como de Presidente da Mesa Censória, D. Frei Manuel do Cenáculo multiplicou as suas atividades, visando a Organização e reforma dos estudos². Para conseguir proporcionar esse estudo melhorado e ensinar os novos religiosos que se pretendiam formar, propôs diversos planos e listas de leitura, a saber:

¹ Vaz, «Livros e Leituras para Instrução...»,45.

² Como sabemos, propôs programas de reforma da Instrução, participou nas Juntas de reforma da Universidade e escreveu diversas obras onde expõe aquilo que entende serem as necessidades em termos de pedagogia e ensino do Clero e também do Povo.

- Livros a utilizar pelos Mestres dos Estudos da Ordem Terceira;
- Livros para Noviços;
- Livros para Instrução dos Ordinandos¹.
- Livros a utilizar na formação dos Oradores.

Examinaremos, já de seguida, cada uma destas propostas de leitura, procurando aduzir alguns dados sobre os livros que as compõe.

Os livros a utilizar pelos Mestres nos estudos da Ordem Terceira.

Encontra-se, custodiado pela Biblioteca Pública de Évora, um documento contendo o catálogo dos livros que deveriam ser utilizados nos estudos conventuais, da Ordem Terceira de S. Francisco². Neste catálogo apresentam-se os livros que devem ser utilizados no ensino ministrado nesta Ordem Religiosa, dividindo-os em rubricas, tais como: Religião; Lógica, Direito Canónico, História da Filosofia e Filósofos; Autoridade Eclesiástica e Poder Temporal.

Além dessas rubricas, nas quais se dividem³ os livros aconselhados para os estudos, incluem-se, similarmente, determinações acerca dos livros que devem existir na Biblioteca. A estes juntam-se propostas que abordam quais os livros necessários para o noviciado, para a formação em Língua Portuguesa, para o uso do Globo e Aritmética, para os Mestres, para a formação dos coristas antes de se ordenarem e para escrever dissertações. Indicam-se também as normas necessárias para defender conclusões e realizar exames, contendo uma listagem dos livros e extratos pelos quais se devem guiar os opositores.

A proposta, no que concerne aos livros de Religião, começa por indicar as Apologias necessárias à instrução, recomendando-se as Apologias de Aristides, de Athenagoras e de S. Justino Mártir. Cumpre realçar que estas são obras de apologética cristã, datadas do século II d.C., nas quais se faz a defesa da Fé cristã. Não nos parece estranha a recomendação destas leituras, Cenáculo entendia que era indispensável que um clérigo conhecesse os argumentos utilizados nos primeiros escritos com o intuito de defender a Religião Cristã e disso deu nota nalgumas das obras que

¹ Não é um rol completo, mas apenas uma pequena lista de livros que foram reunidos por Cenáculo e que serão utilizados na Instrução dos Ordinandos.

² B.P.E. – Códice CXXVIII 2-5, f.214-220. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,300.

³ Essa divisão por rubricas é realizada no próprio documento.

imprimiu. Paralelamente, o Bispo de Beja recomenda o estudo das *Exortações* de S. Clemente Alexandrino, a *Apologética* de Tertuliano, os *Livros* de Santo Agostinho da *Verdadeira Religião e Costumes da Igreja*, entre diversos textos de fundadores e defensores da Fé e Religião Cristã.

A análise desta proposta evidencia que o prelado Pacense valorizava a lição pelos autores fundamentais e Santos Padres. Ainda assim, considera igualmente conveniente, tal como escreve no próprio documento, “Ler e conhecer bons auctores modernos”, tais como os “*Discursos da Existência de Deus*” de Clarke¹, “*A verdade da Religião revelada*” de Hooke², ou “*As Provas da Religião de Jesus Cristo*” de Mr. François, entre outras propostas. Perpassa, da análise destes projetos de leituras recomendadas, um interesse em formar um clero conhecedor e capaz de argumentar na defesa da religião que professa. Para o poder fazer, nada melhor do que conhecer tanto as Apologias de “autores fundamentais”, como as modernas defesas da religião.

Logo depois da apologética vêm obras que se debruçam sobre Dogmas da Religião e Igreja, nomeadamente os Dogmas da Unidade de Deus. Nestes incluem-se os Discursos de Teologia de S. Gregório Nanziano, Catequeses de S. Cirilo de Jerusalém, tratados diversos sobre a Fé, Orígenes e hierarquia eclesiástica de autores fundamentais e fundadores da Igreja, mas também obras modernas que, de acordo com as próprias palavras do documento, “merecem ser lidas pela sua Latinidade elegante e pela variedade de espécies adduzidas aos assumptos”. Entre estes, consideram-se dignos de leitura, obras como a “*Teologia*” do padre Frassen³, as “*Disciplinas Teológicas*” do padre Berti, a “*Teologia*” de Witasse, entre vários outros. Tal como aconteceu para as obras de Apologia, o cerne da preocupação é formar religiosos conhecedores dos Dogmas Fundadores da sua Doutrina, sendo necessário consultar, em paralelo com os autores mais antigos, as explicações mais modernas.

¹ Filósofo Samuel Clarke que viveu entre 1675-1729, que foi um das figuras do círculo de Newton. Entre os diversos temas que tratou salientamos os discursos sobre a existência de Deus. Sobre este autor consultar «Enciclopédia de Filosofia de Stanford», <http://plato.stanford.edu/entries/clarke/#4.1>, 2 de Novembro de 2010.

² Ainda que os dados indicados não permitam uma identificação completa da obra, julgamos que se trata da obra de Luc-Joseph Hooke, *Princípios da religião natural e revelada*, datada de 1754.

³ Padre Claude Frassen, que viveu entre 1620-1711. Sobre o autor consultar: Stephen Donovan, «Claude Frassen», em *The Catholic Encyclopedia*, 6. (New York: Robert Appleton Company, 1909). Disponível online em: <http://www.newadvent.org/cathen/06244a.htm>, 3 de Novembro de 2010.

A Sagrada Escritura merece também lugar de relevo nos livros de Religião que deveriam fazer parte do itinerário de estudo dos religiosos, aconselhando-se diversos tratados sobre o merecimento da Sagrada Escritura, tais como: *“Tratado de S. Jerónimo sobre a melhor maneira de a traduzir”*; *“Explicação dos Nomes, e Países, de que se falla na Bíblia”*, de S. Jerónimo, *“Homilia de S. João Chrysostomo da utilidade da Leitura da Escritura Santa”*; *“Cartas de Santo Isidoro de Damiana sobre a Escritura Santa”* e ainda *“Prolegómenos de Santo Isidoro de Sevilha sobre a Bíblia”*, entre diversos outros.

Segue-se, ainda dentro da rubrica da religião, a Filologia Sacra, onde se aconselham os inúmeros tratados referidos por Calmet na Dissertação prévia do seu dicionário¹ e, tal qual se escreve no documento, “muitos outros que ele omitiu e se conhecem”. Depois da Filologia propõe-se as obras que reportam os *“Lugares Teológicos”*, recomendando obras como o *“Exame das Doutrinas”* por Gerson, os *“Tratados de Doutrina Ortodoxa”* de Dupin², a obra de Melchior Cano, entre muitos outros autores.

As questões fundamentais do Culto e Doutrina Católica, como a crença na Santíssima Trindade, a Encarnação e a Ressurreição dos mortos são também relevados, propondo-se diversas leituras sobre estas temáticas, assim como sobre a Imortalidade da Alma, o Purgatório, o Culto dos Santos, a Providência e os Sacramentos. A terminar esta rubrica onde se propõe livros a serem utilizados no estudo da Religião, recomendando-se o estudo de livros de História da Igreja, de Moral e ainda “livros para saber ser um bom teólogo”.

A consulta das propostas para os estudos, no que concerne aos livros ligados à Religião, reflete muita minúcia na preparação destes estudos, perpassando uma preocupação em não deixar “nada ao acaso”. O Bispo de Beja pretende instruir os membros da corporação nos Dogmas Fundamentais da sua Doutrina e no conhecimento da História e do Culto da Igreja. Paralelamente, valoriza a análise e conhecimento da Bíblia, suportada pelo conhecimento das línguas que a compõe. O objetivo destes estudos é o “criar” membros do clero verdadeiramente conhecedores

¹ Augustin Calmet (1672-1757). Uma versão em inglês deste dicionário pode ser consultada em: Universidade da Califórnia, «Internet Archive»: <http://www.archive.org/details/calmetdictionary00calm>, 9 de Novembro de 2010.

² Louis Ellies Dupin, autor de afinidades jansenistas. Cf. Santos, *Jansenismo em Portugal...*, 12-13.

da Religião que professam sendo, por essa via, capazes de cumprir a sua tarefa de contribuir para a instrução e salvação dos povos.

Além dos livros relacionados com a Religião, os estudos na área da Lógica merecem também a atenção privilegiada de Frei Manuel do Cenáculo no que respeita aos livros a serem utilizados nos estudos de religiosos. Nesse sentido, propõe, como leituras recomendadas dentro deste campo do saber, os “*Cursos*” de Corsini, Purchot¹, Jacquier², Genuense³, Brixia⁴, Clerc, mas também a “*Arte de Pensar*”, a “*Medicina do Entendimento*” de Tschirnhaus⁵, Langio e Dupin. O “*Tratado da natureza da alma, da origem dos seus conhecimentos contra Locke*”, Malebranche⁶, a “*Lógica*” de autores como Verney, Facciolati, Weis, Wolf. A “*Física*” de S. Gravesand⁷, “*a obra*” de Musschembroek⁸, Nollet, entre outros autores da Ciência Moderna⁹.

Pelo que se depreende da análise das propostas de leituras realizadas, ainda que não tivéssemos conseguido reconhecer todos os autores citados e nalguns casos, perceber concretamente qual a obra de alguns autores que é citada, há um predomínio de autores “modernos”, surgindo nomes ligados à Física Moderna e à Economia. Existe uma maioria de autores religiosos, mas encontra-se também alguns laicos. Realce-se, entre as várias propostas feitas, a recomendação da leitura de Luís António Verney. Como bem sabemos, Cenáculo entrou, como pudemos apreciar através do exame das obras que escreveu, numa polémica sobre Raimundo Lúlio, na qual se opôs a Verney. Não obstante, essa polémica a propósito de Raimundo Lúlio

¹ Admitimos tratar-se da obra de Edmund Purchot, com uma edição em 1734, intitulada «*Philosophicae ad faciliorem veterum ac recentiorum Philosophorum*»

² François Jacquier, *Institutiones Philosophicæ ad studia theologica potissimum accommodata*, matemático francês que professou na Ordem dos “frades Menores”.

³ Antonio Genovesi que compôs várias obras, entre as quais a “*Logica*”, em 1766.

⁴ P. Fortunati a Brixia.

⁵ Admitimos que se trate da obra do autor Ehrenfried Walther von Tschirnhaus (ou Tschirnhausen).

⁶ Nicolas Malebranche, filósofo francês, professou na ordem dos Oratorianos tendo vivido na segunda metade do século XVII e início do XVIII.

⁷ Willen Jacob's Gravesande, *Physices Elementa Mathematica experimentis confirmata. Sive Introductio ad Philosophiam Newtonianam* (Leiden, 1720-1721, 1725, 1742). Sobre o autor Cf. Real Academia Artes e Ciências da Holanda, «Biblioteca Digital», <http://www.historyofscience.nl/author.cfm?RecordId=3>, em 9 de Novembro de 2010.

⁸ Talvez possa estar a referir-se à obra de Pieter van Musschenbroek.

⁹ Com isto queremos significar as obras que revelam um modelo de racionalidade que se começou a constituir a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes, nomeadamente no domínio das ciências naturais. Sobre este assunto veja-se, entre vários possíveis: Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as Ciências*.(Porto: Edições Afrontamento, 1999).

não o demoveu de considerar a valia da sua obra de Verney, defendendo a necessidade de este ser lido nos estudos.

A estes autores que propõe para os estudos no campo da Lógica, que classificamos como modernos, juntam-se ainda recomendações para a leitura dos clássicos e Padres da Igreja, tais como Xenofonte, as “*Regras Morais*” de S. Basílio e a “*Ética*” de Aristóteles.

No atinente à rubrica de Direito Canónico, o Bispo de Beja defende o estudo de Fleury¹, conjuntamente com a obra “*Espírito do Direito canónico*”², o autor Pedro da Marca e também Dupin.

No que à rubrica de História da Filosofia e dos Filósofos diz respeito, o recurso a autores modernos também parece ser valorizada, a par dos, sempre presentes, filósofos da antiguidade. Recomenda-se, sem identificar as obras em concreto, as leituras do filósofo antigo Deorgens Laécio³, mas também de Bruckero⁴, Vossio, Deslandes e Capassi.

Por último, nas questões relacionadas com a rubrica dedicada aos estudos sobre Autoridade Eclesiástica e Poder Temporal, o bispo de Beja aconselha a leitura da “*Dedução Cronológica*”, segunda parte. Paralelamente, propõe o estudo das obras “*Defesa do clero*” de Bossuet⁵, “*Colecção*” de Goldasto⁶, “*Provas de liberdades da Igreja Galicana*” e, finalmente, os “*Tratados*” de Richer, Thomassin, Van Espen⁷, Gibert, Barthel, Riegger e os “*Discursos*” de Fleury. Consideramos que a opção por teóricos como José Seabra da Silva e Bossuet nos dizem muito sobre as concepções de poder que Cenáculo partilhava, mas também daquilo que entendia deveria ser a

¹ Pensamos que possa tratar-se de *Claude Fleury*, também conhecido como abade *Fleury*, advogado e homem da Igreja francês. A fonte não permite identificar a obra aconselhada.

² Anónimo, *L'Esprit ou les principes du droit Canonique*, 1760. Pode se consultado online: «*Europeana*», <http://www.europeana.eu/portal/record/03486/A63B3638BEA8317004BB527FB6EA7335E72B252A.html>, 20 de Fevereiro de 2012.

³ Admitimos que se trata do filósofo grego Diógenes Laércio.

⁴ Jacob Bruckero, *Historia Critica Philosophiae*, sendo que, na mesma altura, este autor é também citado em: Junta de Providência Literária, *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas [...]*. (Lisboa: Regia Officina Typographica, 1771), 201.

⁵ Jacques Bénigne Bossuet.

⁶ Os dados disponibilizados não nos permitem a identificação da obra. Admitimos tratar-se de obra do autor Melchior Goldasto Haiminsfeldio.

⁷ Zeger Bernard Van Espen, canonista belga que, em 1674, começa a ensinar a ensinar na Universidade de Lovaina. A sua obra principal é *Jus Ecclesiasticum Universum* na qual defende teses galicanas e regalistas. Cf. Cândido dos Santos, «Matrizes do Iluminismo Católico da época Pombalina», em *Estudos em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*, org. Francisco R. Silva e M. Antonieta Cruz (Porto: Faculdade de Letras da UP, 2004), 949-956.

postura do clero perante esse poder. Uma vez mais evidencia-se, a par de outros testemunhos, a integração plena de Frei Manuel do Cenáculo no regime político existente e partilha da sua sustentação teórica, a ponto de recomendar, para a formação do “seu” próprio clero a leitura destes autores.

Depois de recomendar os livros que devem existir para os estudos, nas diferentes rubricas, Frei Manuel do Cenáculo faz advertências relativamente aos livros que devem existir na biblioteca, onde devem incluir-se “*livros de piedade*”¹ e também livros para o noviciado. Estas recomendações, que denotam um pendor humanista clássico, incluem autores como Cícero, Quintiliano, Aristóteles², Santo Agostinho, Santo Ambrósio, mas também Thomassin, Luís Vives, Padre Honorato de Santa Maria, Vossio, e até “*Tratados escolhidos*” de Erasmo.

No que concerne aos livros que, em seu entender, são fundamentais para que os estudantes se possam formar na Língua Portuguesa com as “advertências precisas”³, incluem-se Luís de Camões e Bernardes. Em paralelo, defende-se o estudo das *Décadas* de João de Barros, da *História* de Frei Luís de Sousa e de Frei Simão Coelho, as obras de Bernardo de Brito, de Frei Pedro Calvo, de Frei Tomás da Veiga e de Frei João da Ceita e ainda as traduções de Teive, realizadas por Francisco de Andrade. O bispo de Beja aconselha, similarmente, alguns *Tratados Filológicos* e também livros como o de Joaquim Pastorio – “*Método de instruir a mocidade*”, o de Hippingio – “*Antiguidades Romanas*”. A par dos de Sagittario – “*Das virtudes da conversação*” e semelhante *Tratado de Morlofio* e ainda os “tratados” do Bispo Osório. De Bellagarde propõe o “*Modelo das conversações entre pessoas polidas*” e o “*Tratado de civilidade*”, que se pratica em França.

Focalizando a nossa atenção nas propostas de leituras para os estudos de Aritmética e uso do Globo, constata-se que o prelado Pacense recomenda as “*Instituições Astronómicas*” de Duval, Medrano e Coracham, conjuntamente com os escritos de Moya, Polanco, Pereira e Berguilla.

A reflexão em torno dos livros necessários para estes estudos não deixa de fora os Mestres responsáveis pelo ensino. Nessa perspetiva, estes veem ser-lhe recomendada a leitura de alguns livros, tais como “*Reflexões sobre o bom gosto*” de

¹ Conforme a própria designação do autor.

² Retórica e Poética.

³ Reproduzimos as próprias palavras utilizadas pelo prelado.

Muratori e “*Método de estudos*” de Verney, exceto o Sistema da Ortografia. O bispo de Beja aconselha, analogamente, os tomo terceiro, quarto e quinto do “*Tratado Histórico da Opinião*” pelo Marquês de S. Rubin, as “*Exercitações, e consultas*” de Vockerodt o “*Método de ensinar a Teologia*” por Dupin, o “*Sexto e sétimo Discursos*” de Daquesseau e ainda as “*Instruções sobre o estudo, e exercícios do Advogado del Rey pelo mesmo Método de Estudos*” por Fleury. Prossegue recomendando a leitura de Rollin, assim como do “*Plano da educação pública*” por Colomb, do “*Método de ensinar a Filosofia relativamente à Religião Christã*” por Thomassin, dos “*Princípios naturais da educação*” por Morelly, dos capítulos quarto até décimo sexto do Tratado de Muratori “*Publica Felicidade objecto dos Bons Príncipes*”. Finaliza as instruções neste domínio com a proposta de leitura do “*Tratado dos Estudos Monásticos*” de Mabillon e ainda as *Constituições e Estatutos* de diversas Universidades e colégios.

Pelo que parece depreender-se da análise destas recomendações aos Mestres dos Estudos, não chegava, dentro do pensamento do Bispo de Beja, que estes fossem conhecedores das matérias que ensinavam. Paralelamente deviam ler tratados de educação diversos, conhecer propostas alheias e outros métodos de ensino aplicados. Admitimos que esta preocupação se relacionasse com a aspiração que Cenáculo revelou, de melhorar a qualidade dos estudos ministrados, contribuindo, por essa via, para combater algum do atraso que se atribuía ao nosso país neste domínio.

O projeto contendo as recomendações de leituras para os religiosos da Ordem Terceira não esquece o noviciado, isto é, o período que antecede o tomar dos votos pelos candidatos a religiosos. Ainda assim, as propostas são bastante mais moderadas em termos do número de livros aconselhados. Propõe-se a existência, nestes estudos, de escritos que tratam a Piedade e a Profissão Religiosa, nos quais se incluem Catecismos de diversos autores, Tratados de Doutrina, Histórias e Cerimoniais da Bíblia e ainda várias composições de Religiosos da Ordem Terceira¹.

Na lista de recomendações de leituras e livros necessários inclui-se também a relação dos livros pelos quais se devem formar os Coristas antes de se ordenarem. Esta integra escritos diversos sobre o sacerdócio, Pastorais e ainda Tratados de autores como S. João Crisóstomo, S. Bernardo, S. Gregório, entre outros.

¹ Note-se que as recomendações para Noviços serão tratadas com maior detalhe pelo bispo noutro documento.

A proposta de livros a serem utilizados nos Estudos da Ordem Terceira termina com considerações acerca dos livros que poderão servir de exemplo para aprender a escrever dissertações e de modelo de defesa de conclusões. Essa reflexão estabelece, de forma rigorosa, quais os livros que poderão servir aos opositores para fazerem os seus “extratos”. O Bispo de Beja defende que, ao estabelecer estes livros, tem dois fins, por um lado obrigar os opositores a ler aquilo que, de outro modo, não conheceriam. Por outro, fazer com que esses candidatos se preparassem com antecedência para os seus desempenhos. Nessa perspectiva, estabelece um total de onze ordens de extrato, com as respectivas propostas. O primeiro extrato pretende, de acordo com as próprias palavras de D. Frei Manuel do Cenáculo, dispor os candidatos a ter aquilo “hábito civil”¹, recomendando os livros seguintes: “*Morais e Varões Ilustres*” de Plutarco, as “*Orações*” de Isócrates, de Lísias e de Demóstenes, mas também Cícero, Suetónio, Tito Lívio, Tucídides, Heródoto, Dionísio de Halicarnasso, Herodiano, e ainda Platão e Xenofonte. No segundo extrato aconselha os livros de *Lógica*, repetindo-se muitos dos que já foram anteriormente listados, tais como Verney, Weis, Facciolati, Ramey, Vives, Fardela, Soria, Hernicio, Pierdclot e também livros de *Ética*. No terceiro extrato encontramos já Locke, Mallebrnache, Genovesi, Pace, Wolfio, Hook nos “*princípios da Religião natural*”. Na quarta ordem deparamo-nos com Burlamaqui, Hubner, Puffendorf, Cumberland, Grocio, Watel, Desing, Heinecio. Na quinta ordem indica-se a leitura dos livros dos Padres Gregos, enquanto na sexta ordem se recomendam os Padres latinos. Na sétima ordem recomendam-se os *Concílios Gerais e Toledanos* e na seguinte Eusébio, Sócrates e os mais da coleção de Vallois. Na nona ordem os *Decretos e as Decretais*, enquanto as duas últimas ordens determinam a leitura do *Velho e Novo Testamento*. Estas regras de leitura conhecem algumas exceções, assim, os opositores de Cânones são dispensados dos Padres gregos e Latinos, e do Novo e Velho Testamento, ainda que mediante determinadas condições.

Globalmente, a proposta do bispo de Beja, no que respeita aos livros a utilizar nos Estudos da Ordem Terceira, revela grande detalhe e minúcia nas determinações de leituras a ser feitas pelos estudantes. Os grandes textos fundadores da Igreja merecem destaque, mas não são apenas os pensadores mais “ortodoxos” a marcar presença, ainda que o acesso a determinadas obras se admita, de acordo com o plano

¹ Reproduzimos a própria expressão do Bispo de Beja.

apresentado, condicional. Isto é, não é aos noviços que se recomenda o acesso a obras menos ortodoxas de doutrina cristã, donde subentenderemos que não lhes é permitido o acesso a esses autores, aliás em consonância com o pensamento e atuação que revelou noutros aspetos do seu percurso, como por exemplo, na censura e determinações que exarou a esse respeito.

Para além dos inúmeros textos ligados a assuntos da religião, outras áreas de saber não se encontram omissas, sendo possível encontrar recomendações de leitura bastante diversificadas, algumas das quais associados a autores da Ciência Moderna, tais como as recomendações de obras relacionadas com a Física, a Economia, bem como as de Astronomia e até sobre “formas de ler o Globo”, no que entendemos como outro reflexo do seu grande ecletismo e preocupações com a utilidade que os conhecimentos do clero possam ter no dia-a-dia dos seus fiéis.

Os livros para Noviços

Encontramos, na diversa documentação pertencente ao espólio cenaculano¹, outro registo detalhado acerca de livros que deveriam ser utilizados em estudos empreendidos por religiosos, neste caso pelos noviços.

Cumpre-nos reconhecer, antes de avançar, que não encontramos referências que nos permitam identificar, em concreto, se estamos perante um documento destinado aos estudos dos noviços da Ordem Terceira complementar ao anterior, ou se, pelo contrário, estamos perante um novo documento. O contexto global do documento e advertência registada no final do escrito, onde se determina que se algum mestre tiver necessidade de incluir outros livros não o poderá fazer sem licença expressa do Provincial, faz-nos admitir a hipótese de ser um documento onde se complementam recomendações de leituras na sequência do anterior².

¹ B.P.E. – Códice CXXVIII 2-5, fl.427.

² Saliente-se que o documento não se encontra datado e encontra-se junto a diversa documentação, onde se incluem as memórias acerca da Biblioteca do Convento de Jesus e também sobre a Biblioteca da Mesa que o prelado ambicionou criar, a par de documentos sobre os estudos, entre diversos outros. O contexto em que é escrito, que releva a necessidade da licença por parte do provincial, leva-nos a admitir que se trata de um complemento relativo aos estudos dos Noviços da Ordem Terceira.

Centrando a nossa atenção no próprio documento, verificamos que este se constitui como mais uma lista de leituras, onde o prelado determina quais os livros que devem ser lidos em Noviciado e a sua ordem de leitura. Nesse sentido, estipulam-se quais os livros que devem ser lidos e quando devem ser lidos, numa lista de recomendações organizada mensalmente, ao longo dos doze meses do ano.

No esquema seguinte procuramos demonstrar, de forma sinóptica, quais as leituras recomendadas em cada momento, por D. Frei Manuel do Cenáculo.

Esquema 2. Ordem de Leitura e livros recomendados aos Noviços

1º Quadrimestre

- **1º mês:** Costumes Cristãos por Fleury; Santo Agostinho; Bíblia e Actos dos Apóstolos.
- **2º e 3º mês:** Vida de S. Francisco, por Wadingo ou Chalippe; tomo VI da História das Ordens Monásticas por Helyot utilizando a tradução de Fontana, Hemant, Vernon, Silis e Bordonio;
- **4º mês:** Tratados de S. João Chrysostomo acerca do Estado Monástico

2º Quadrimestre

- **5º mês:** Rubricas do Breviário e o Comentário ao Breviário por Grancolás [?]
- **6º mês:** Introdução à Sagrada escritura por Lamy, Livros dos Provérbios e do Eclesiástico
- **7º mês e 8º:** História da Bíblia por Royamont

3º Quadrimestre

- **9º e 10º mês:** Salmos com as exposições de S. João Chrysostomo ou de Santo Agostinho.
- **11º e 12º mês:** Evangelhos, Epístolas de S. Paulo e respectivas exposições de S. João Chrysostomo e Santo Agostinho.

Fonte: B.P.E. – Códice CXXVIII 2-5, fl.427.

Como se depreende através da leitura dos livros recomendados aos noviços, importa, na ótica de D. Frei Manuel do Cenáculo, que os novos candidatos a religiosos sejam bem conhecedores do texto fundamental que sustenta a sua religião – a Bíblia, propondo-se, gradualmente, diversas leituras do Livro Sagrado.

Nessa perspetiva, D. Frei Manuel do Cenáculo começa por fazer uma recomendação geral para leitura da Bíblia, destacando, dentro desta os Atos dos Apóstolos, livro que compõe o Novo Testamento e que conta os acontecimentos que

marcaram o nascimento da Igreja Primitiva¹. Depois desta exortação, onde o prelado defende, para os noviços, a leitura de um dos livros do Texto Sagrado que ensina acerca das vicissitudes do nascimento da Igreja, passa a aconselhar, para os meses seguintes, a leitura da Vida de S. Francisco e da História Monástica, com particular incidência no que diz respeito, dentro desta história monacal, à Ordem Terceira. Consta-se assim que os Noviços, depois de conhecerem factos e vicissitudes acerca dos primeiros tempos da Igreja, deverão aplicar-se na leitura das vidas de S. Francisco e no conhecimento da História da Ordem, numa perspectiva de exigir, a quem deseja fazer parte de determinada congregação religiosa, que conheça a sua história e a do seu fundador².

Nos meses seguintes recomendam-se tratados sobre a vida monástica de um dos Doutores da Igreja, São João Crisóstomo, passando depois a determinar a leitura das rubricas do breviário, isto é, as leituras recomendadas para o “Ofício Divino”, onde se definem quais os textos, meditações, salmos, orações e hinos que devem ser lidos a realizar a cada hora do dia. Nos meses seguintes continuam diversas leituras da Bíblia e seus diferentes livros e ainda exposições de Doutores da Igreja acerca de alguns dos livros que compõem a Bíblia, assim como a sua História.

Para além destas leituras mensais, previamente determinadas estabelece-se ainda aquilo que Frei Manuel do Cenáculo designa de “livros para a lição livre e devoção quotidiana”, onde se continuam a recomendar as leituras da Bíblia, da Regra, Kempis, Santo Agostinho e os seus “Solilóquios”, Santo Ambrósio, S. Bernardo, S. Boaventura e ainda o *Catecismo* de Montepelier, o Ritual da Ordem, as *Obras Morais* de Nicole e do Cardeal Bona e duas obras em francês – “*o Ano Eclesiástico*” e as “*Meditações sobre os Evangelhos do ano*”. Estes livros deveriam, no seu conjunto, servir também para o estudo dos Coristas, com a diferença que, no dia em que o Noviço professasse, lhe deveriam ser entregues, pelo Mestre, os Ofícios de Cícero, os de Santo Ambrósio, O *Tratado de Civilidade* que se pratica em França, ou o “*Método da conversação polida*” por Bellagarde.

¹ *Bíblia Sagrada*, tradução pelos Monges Maredsous (Cucujães: editorial Missões, 2006)

² Cumpre realçar que, também por isso, admitimos como mais plausível a hipótese de poder tratar-se de um documento complementar ao que apresentámos anteriormente, destinado à organização completa dos estudos da Ordem Terceira.

Acrescem ainda a estes livros, o que o prelado de Beja designa por “Livros para a lição comum”, onde se incluem as Homilias dos Santos Padres, as Vidas de Santos, Expositores à Regra e às rubricas do Breviário.

Estas recomendações dizem apenas respeito a livros que tratam assuntos da Religião, o que, tendo em conta o objetivo de formar futuros monásticos, não nos parece incongruente. Com efeito, Cenáculo pretendia, como já dissemos em momentos anteriores deste trabalho e perpassa nas preocupações reveladas em muitas das obras que escreveu, formar um clero conhecedor, culto, capaz de ajudar os povos, guiando-os, como era a sua missão. Para poder assumir essa função de guia dos povos para alcançar a Salvação Divina, era fundamental conhecer aprofundadamente os textos fundadores da sua religião, de modo a poder ensinar e ser um exemplo de sabedoria e cumprimento dos preceitos do culto católico.

As propostas visam a leitura aprofundada de livros de ortodoxia católica, destinados a jovens entrados nos Conventos e aos quais era preciso ensinar, sem os fazer correr riscos de conhecer doutrinas perigosas enquanto não estivessem perfeitamente formados e, por essa via, capazes de se defender de doutrinas tentadoras.

Os livros para Instrução dos Ordinandos

O documento contendo os livros para instrução dos Ordinandos¹ é uma lista integrada no Diário do Bispo de Beja, datada de 1 de Fevereiro de 1801. É um rol contendo vinte e quatro títulos, compostos em várias línguas. Assim, em língua latina temos o título “*De Scriptoribus Eccles.*”, de Belarmino; o “*Romanorum Pontificarum Notitia et Onomastion*” de *Burcio*, entre outros exemplos possíveis. Há também livros em francês, como o “*Instrucion Chretienne*”; ou o “*Explication des Epitres d’Evangiles*”; “*Instructions Chretiennes sur les Metieres et Principales Fetes*”. A estes acrescem múltiplos títulos em português.

A análise desta listagem evidencia que predominam, como seria expectável, as preocupações em facultar, aos Ordinandos, livros por onde se pudessem instruir em termos da Religião, mas fica também implícito o perfil desejado aquele que pretende

¹ B.P.E. Códice CXXIX 1-21, f. 243. Note-se que estes Ordinandos iriam começar os estudos, de acordo com a informação contida no próprio documento, segunda a nova forma de os educar.

receber Ordens Sacras. Este tem de ser capaz e instruído na mais diversa matéria religiosa, conhecer a Bíblia e os seus textos, as Regras, os Concílios e suas determinações, os Missais, os Salmos e respectivas explicações, os diferentes Cerimoniais e Celebrações e formas de as fazer. O estudo destas diferentes matérias envolve a capacidade de leitura de obras muito diferenciadas e não apenas portuguesas, o que implica um conhecimento de línguas como o Latim e o Francês, essencial para a consulta de algumas das obras propostas. Desse modo, ao perfil exigido no atinente ao saber em matéria canónica, acresce ainda a necessidade de ser instruído noutras áreas, como as línguas.

Cumprе realçar que o itinerário formativo desejado para estes Ordinandos é estabelecido pelo próprio Frei Manuel do Cenáculo. Num documento, datado de 29 de Junho¹, o Bispo de Beja faz as instruções relativas aos estudos eclesiásticos, identificando o método a seguir neste particular. Afirma, nesse documento, que estas normas estão a ser muito bem recebidas pelos seus destinatários, conforme se depreende das suas palavras: “As Determinações, por meio das quaes havemos preparado os desempenhos, que nos Estudos Eclesiasticos devem fazer os Ordenandos da Nossa Dieceze, tendo sido recebidas pelos mesmos interessados com deligencia, e satisfação, não devemos deixar de cooperar às suas indoles tão dóceis, e merecedoras da Nossa Pastoral vigilancia.”

Os estudantes estavam a revelar uma boa índole para os estudos. Isso mesmo é salientado, ao longo do documento, por D. Frei Manuel do Cenáculo, que se mostra satisfeito com a atitude demonstrada por estes estudantes. O texto seguinte, que reproduz as próprias palavras do prelado Pacense, é ilustrativo desse contentamento, incidindo também na necessidade de acolher bem os estudantes que ambicionem alcançar maiores progressos:

“Por tanto Lembrando-nos da Disposição do Concilio Tridentino; e querendo que todos aquelles, que aspiram ao Estado Ecclesiastico sejam instruidos nas erudições, mandadas practicar nos Seminários pelo Santo Concilio; relativas com tudo as Capacidades, e situações: E dezejando outro sim, que no concurso dos ordenandos mais adiantados, se escolham aquelles, que voluntariamente se atrevem a maiores progressos, para que a nossa Igreja seja Ilustrada com abundancia de Doutrina, temos resolutو estabelecer no espirito, e determinações

¹ B.P.E. – Códice CXXVIII 2-4, f. 2-3, [Determinações sobre a continuação dos estudos eclesiásticos no Bispado de Beja]. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,297.

do mesmo Sacrossanto Concilio, e Pratica de Prelados Exemplarissimos, alguns Professores, que ensinem o Dogma, a Disciplina, o Rito e a Moral”¹.

Na sequência dessas instruções estabelece a forma como se deve proceder ao ensino e volta a falar dos resultados e do perfil que quer obter nestes ordinandos:

“[...] estabelecemos, que dos Ordenandos mais adiantados sejam escolhidos aquellos, cujo amor para as Sciencias Ecclesiasticas, e proprcionados talentos, e de sua Livre determinação, os conduzirem a estudos mais solidos, os quaes se empreguem na Instrucção, e Exercicio da sobreditas Profissões [...] Queremos que esta classe de Ecclesiasticos encham os seos espiritos de ideias de Religião; dos seos Mysterios ; e do Character, e Constituição da Igreja, das obrigações do seu Estado; e do de qualquer Catolico.”

Este perfil é complementado em documento posterior,² onde Cenáculo discorre acerca dos preceitos dos Ordinandos, determinado as formas de realizar determinados exercícios espirituais e os resultados que deseja que sejam obtidos desses exercícios.

Globalmente, sobressai da análise das lista de livros enviados para a instrução dos Ordinandos e das indicações suplementares com as quais pretende regular esses estudos, que Frei Manuel do Cenáculo ambiciona instruir um clero sólido, bem formado, conhecedor das obrigações do estado eclesiástico. Pretende por isso, no seio do grupo de estudantes que tem a cargo na sua diocese, conseguir que alguns se adiantem o suficiente para prosseguirem os estudos na Universidade, tornando-se, por essa via, futuros mestres, capazes de, através do seu conhecimento, propagar a Fé e contribuir para o progresso do país.

Livros a utilizar na formação dos Oradores

Junto da documentação cenaculana encontramos ainda um catálogo de livros para formação de eclesiásticos, neste caso os Oradores. Este documento encontra-se apenas a um das obras impressas de Cenáculo³, verificando-se que o prelado defende,

¹ Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,297.

² B.P.E. – Códice CXXVIII 2-4, f. 10. Cf.Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,297.

³ Cenáculo, *Memorias Históricas...*,309-316.

nas suas páginas, que existem inúmeros autores e tratados que poderiam ser utilizados para instruir Pregadores¹.

A leitura desta proposta permite constatar que o Bispo de Beja defende que o Pregador deve estudar e ter um porte civil e que, por isso, estes religiosos não se podem recusar a ler autores profanos, tais como Demóstenes, Tucídides, Xenofonte, Heródoto, Herodiano, paralelamente aos latinos Cícero, César, Cornélio Nepote, Salústio, os Césares de Suetónio e outras obras semelhantes da antiguidade. De acordo com as suas palavras, a antiguidade está repleta de bons exemplos de eloquência, sendo a Oração Sagrada uma espécie de discurso, logo, nada mais natural, no seu entendimento, que o estudo destes autores, ainda que profanos, uma vez que a “força e as graças de falar facilmente se transferem do uso civil para o religioso”².

Embora o prelado defenda a lição dos autores antigos e profanos, sustenta, similarmemente que “ as obras modernas devem ter lugar distinto, sendo de História ou de Belas-Letras”³. Desse modo, propõe a lição através de livros tão heterogéneos como os “*Didáticos*” de Cícero, a “*Rethorica*” de Mr. Gibert, as “*Reflexões sobre o bom gosto*” de Muratori, a obra “*De causis Corruptarum Artium [...]*”, de Luiz Vives. Analogamente, sugere a leitura de Morhosio nos capítulos terceiro a décimo quinto, e também do *Livro Terceiro de Polyhistor*, a par da “*Retórica*” de Mayans, “*O tratado do sublime*” de Longino, entre diversos outros. Recomenda-se ainda a lição dos discursos de Oradores Gregos e Latinos, com a ressalva que se devem valorizar aqueles “que forem qualificados pelos mestres e não pela aceitação popular cega”.

Prosseguindo na apreciação das propostas do bispo de Beja nesta matéria constata-se que, no que à Matéria do Púlpito diz respeito, se recomenda a leitura de Santo Agostinho, a par do “*Eclesiastes*” de Erasmo, assim como de Frei Luís de Granada, S. João Crisóstomo, entre vários outros. A estes livros e à sua lição fundamental, por onde se aprende a “discorrer bem” e a “fazer sensíveis os conceitos de elegância”, devem acrescentar-se outros, com preceitos distintos, “que dirijam e

¹ Note-se que D. Frei Manuel do Cenáculo realça que a lista que apresenta se constituiu como um elenco pessoal, admitindo que o rol não é tão extenso quanto gostaria porque as obrigações decorrentes das suas actividades não lhe permitem conhecer todos os livros que poderiam ser apontados.

² Cenáculo, *Memorias Históricas...*,309.

³ Cenáculo, *Memorias Históricas...*,310.

deem vigor às ideias soltas”, sendo uma boa Lógica a responsável por isso¹. Dentro destas destaca Genovesi, Tschirnaus, mas também o Abade de S. Real.

A Geometria não se encontra omissa nos livros necessários para formar bons Oradores, ainda que se defenda não ser necessário aprofundar muito o seu estudo. Em todo o caso, o bispo de Beja considera que este estudo “pode ser útil porque nos seus livros se aprende a discorrer com muita justiça”², recomendando-se por isso a leitura de Euclides, Purchot, Brescia, entre diversos outros.

O estudo de livros de Filosofia Moral assume também lugar de relevo na formação dos Oradores porque ajuda a prevenir, de acordo com as próprias palavras de Frei Manuel do Cenáculo, “a malícia que pode ocorrer com a perversão dos fins de saber falar como homem racional”³. É por isso necessário escolher os melhores livros nesta área, formando reflexões oportunas sobre o seu conteúdo, de modo a que o estudo não fique estéril. Propõe por isso a leitura dos “*Ofícios*” de Cícero e de Santo Ambrósio, Os “*Tratados*” de Plutarco e de Séneca, os “*Tratados*” de Luiz Vives, a “*Epistola aos estudantes de Navarra*” de Gerson, o “*Verdadeiro Mérito*” de Claville, os “*Caracteres éticos*” de Luiz Molin, entre muitos outros.

Frei Manuel do Cenáculo considera fundamental que os pregadores se instruem nas matérias que vão ser objeto da sua pregação, apontando como crucial a leitura dos “textos fundamentais”, os quais devem ser conhecidos na totalidade, como a Bíblia e os seus intérpretes. Para além desses textos é igualmente necessário, de acordo com o seu pensamento, conhecer o espírito da religião por obras como as de Tertuliano no “*Apologético*”, S. Inácio Mártir, S. Bernardo, os Santos Padres, S. Gregório Nanzianeno, as Exposições de Santo Ambrósio, entre vários outros. Recomenda ainda, neste particular, o conhecimento dos Cânones da Igreja, por obras como as *Epistolas dos Romanos Pontífices*, as *Obras a propósito dos pregadores* de Benedicto XIV, a “*Exposição de Doutrina Católica*” de Bossuet e ainda diversos *Catecismos Romanos*, tais como os de Hessels, Montepellier, o catecismo evangélico do P. Frei Plácido Olivier, e muitos outros, aos que se seguem os livros de “*Mística Segura*”, tais como Thomaz de Kempis, O Bispo de Puy, S. Francisco de Sales, entre muitos outros⁴.

¹ Cenáculo, *Memorias Históricas...*,311.

² Cenáculo, *Memorias Históricas...*,311-312.

³ Cenáculo, *Memorias Históricas...*,312.

⁴ Cenáculo, *Memorias Históricas...*,312-313.

Aconselha, analogamente, a leitura de Optato de Mileve, que considera exemplar na forma com prega contra os inimigos da Fé, das obras diversas do Abade Duguet, de Bail na “*Biblioteca dos pregadores*” e ainda discursos de assunto profanos bem escritos, tais como Dagegau, Glatiny e outros.

Os Oradores deveriam também ler para exemplo e aprendizagem pessoal, de acordo com a reflexão do Bispo de Beja, livros contendo Orações proferidas por outros Pregadores. Aconselha assim o exame de composições já formadas nas “línguas vivas”, onde propõe os cardeais Capuchinhos Cassini e Barberini, assim como muitos bispos e eclesiásticos franceses que não nomeia, mas aos quais alude no seu aconselhamento. A estes conselhos, muitos dos quais remetem para leituras do âmbito da temática teológica, mas não só, junta ainda recomendações de leituras de autores por onde possa estudar-se o “génio da língua”¹, propondo “clássicos” de língua latina, mas também autores da sua própria língua, procurando perceber qual o tipo de linguagem que utilizam, numa tentativa de combater os “excessos de linguagem”².

Como se constata através da apresentação de alguns dos itens desta proposta, estamos perante um programa intensivo de estudos e leituras, onde se incluem autores profanos e antigos e recomendações muito detalhadas sobre leituras em diversos sectores. Ao pregador exigia-se que estudasse livros que o ajudassem a ser eloquente na arte de pregar, a saber aprofundadamente as matérias sobre as quais prega, a conhecer outros pregadores que se destacaram, sendo similarmente primordial que combatesse os excessos de linguagem e os abusos na pregação.

Note-se que, tendo em conta que este aconselhamento se destina a estudos de religiosos, predominam as recomendações em matéria religiosa. Ainda assim, os livros de Lógica e até Geometria não são esquecidos. Ao que parece, não chega ao pregador ser eloquente e estudar Textos Sagrados, esses são fundamentais, assim como também o são as obras de Lógica, de Filosofia Moral, com as quais se pretende formar um teólogo “completo”. Nestes livros propostos para os Oradores parece evidenciar-se uma “maior abertura” de acesso a determinados autores, quando comparados, por exemplo, com os livros propostos para os Noviços. Cumpre relevar que os Oradores estariam já em momento mais avançado dos seus estudos, desfrutando, por essa via,

¹ Cenáculo, *Memorias Históricas...*,314

² Reproduzimos as palavras do próprio Bispo.

de maior capacidade para aceder a determinados livros, uma vez que já possuíam mais defesas contra determinado tipo de doutrinas.

Globalmente, a análise dos livros propostos em termos de formação do clero, nos diversos níveis, releva o detalhe e a minúcia na projeção das leituras necessárias. O plano para essa formação, que atinge diferentes “graus de ensino”, pretende criar um clero conhecedor da sua Religião, sendo similarmente necessário que este se instrua noutras disciplinas, de modo a cumprir, na sua plenitude, a sua vocação de guia e auxiliar dos Povos.

A forma pormenorizada como elabora as propostas de leitura de algumas obras e autores constitui-se como mais um reflexo da grande erudição do bispo de Beja. Com efeito, são numerosos os autores que cita, indicando obras, partes de obras, assuntos de interesse contidos nesses escritos e até a razão porque os considera importantes. Não sabemos concretamente como conheceu todos os livros que propõe para a formação dos religiosos. Admitimos que muitas dessas composições possam ter integrado a própria coleção do prelado. Realce-se porém que Frei Manuel do Cenáculo comentou alguns escritos com outros eruditos, com os quais se correspondeu. Dentro dessa perspetiva, estava a par do que se estava a praticar noutras Cortes europeias no que respeita às Reformas dos Estudos. Nesse sentido, acolhemos a possibilidade de algumas das obras e propostas de leituras terem resultado, analogamente, da consulta de Planos de Estudos de outros autores.

A análise dos autores que o Bispo de Beja recomenda para estes estudos denota também uma certa abertura. Com efeito, nem só os autores religiosos são utilizados para formar eclesiásticos. A sabedoria dos profanos é também relevada, defendendo-se a importância de os estudar. Destaca-se também a importância atribuída a autores da Antiguidade que são recomendados reiteradamente, a par de estudiosos mais modernos, com os quais o bispo pretende que os diferentes estudantes complementem os estudos.

A observação de alguns dos livros propostos para os estudos dos religiosos e respetiva postura política dos seus autores coloca, uma vez mais em evidência, a concordância manifestada por D. Frei Manuel do Cenáculo, com as ideias Regalistas vigentes. Saliente-se, a título ilustrativo, que uma das leituras recomendadas aos

Oradores é precisamente a obra de Benedicto XIV, um Papa que foi acusado, por alguns sectores, de “excessiva benevolência” para com as ideias Regalistas nas disputas entre alguns Reinos e a Santa Sé.

Cumprе realçar, subscrevendo Ana Cristina Araújo, que a reforma da Teologia conheceu uma abertura do pensamento teológico a matérias consideradas subsidiárias. Isto implicou uma profunda revisão de critérios e métodos em terrenos tão específicos, como a Exegese Bíblica, a Hermenêutica Sagrada e a História Religiosa¹. Nessa perspectiva existiu, no contexto das Ciências Religiosas, uma reconfirmação da historicidade das fontes da Fé e do próprio Cristianismo, que implicava valorizar o método histórico e critico-filológico de carácter humanista, aperfeiçoado no século XVIII. Paraphraseando a autora que temos vindo a citar, “numa época em que os mais lúcidos representantes da Igreja afirmam que as coisas da religião não consistem em palavras mas sim em atos², a crítica filológica vê-se forçada a aliar a inteligência da palavra ao verídico dos factos contidos na mensagem bíblica”³. Como defendeu Frei Manuel do Cenáculo, “A Fé é a razão de decidir e deverá auxiliá-la a erudição de quanto a pode ajudar dentro do seu recinto, por meio das Escrituras, Padres, Concílios e Tradição, tomados por base”⁴.

Dentro dessa linha de pensamento, as lições das Sagradas Escrituras e a Tradição são reavaliadas porque se admite que existiram interpretações abusivas. A Religião Natural, submetida ao crivo da crítica, da prova de autenticidade filológica e ao contraste com a História, sustenta uma visão otimista do futuro, apadrinhada pela filosofia das Luzes⁵. É necessário, como sustenta Frei Manuel do Cenáculo, uma simplicidade assente no “ditame de preferir as Escrituras e os Padres às verbosidades dialéticas e a refinar os conceitos e raciocínios humanos.” Essa simplicidade necessária não é a oração ligeira e destituída de suco, a simplicidade necessária e conveniente ao progresso Teológico é “o cúmulo das Escrituras, e a reflexão sobre doutrinas da Tradição, rica de Conceitos, e sentidos trazidos da Palavra Divina”⁶. Neste contexto, parece-nos que as grandes propostas apresentadas em termos de leituras a utilizar nos

¹ Ana Cristina Araújo, «Ilustracion y Reforma de La Teología en Portugal en el siglo XVIII», *Cuadernos Dieciochistas*, nº2 (2001), 262.

² Cenáculo, *Pastoral do Arcebispo de Évora*, 66, apud Araújo, «Ilustracion y Reforma...», 262.

³ Araújo, «Ilustracion y Reforma...», 262.

⁴ Cenáculo, *Pastoral do Arcebispo de Évora*, 66.

⁵ Araújo, «Ilustracion y Reforma...», 262.

⁶ Cenáculo, *Pastoral do Arcebispo de Évora*, 66.

estudos de preparação de eclesiásticos tem sobretudo em conta este projecto de renovação católico, já referido por Bossuet¹, autor que, por sinal, é uma das leituras muito aconselhadas pelo Bispo de Beja, aos estudantes que almejam vir a tornar-se religiosos.

Como se evidencia nas diferentes propostas de leituras recomendadas pelo bispo de Beja, defende-se um conhecimento aprofundado da Sagrada Escritura, da sua História e das suas línguas de composição. A veracidade das Escrituras só poderá ser comprovada, dentro dessa perspetiva, através de uma leitura atenta da Bíblia e das suas premissas. O objetivo último desse conhecimento é o de, com argumentos baseados na razão, comprovar “ a autoridade indiscutível de Deus e das Escrituras”².

Releva-se também assim, através dos livros propostos para os estudos teológicos pelo prelado pacense, a feição ilustrada de D. Frei Manuel do Cenáculo. O bispo surge como o “homem das Luzes”, que ambiciona reformar os estudos e dotar aqueles que neles se formam de instrumentos capazes para fazer a defesa da Fé Católica, de acordo com os valores da razão e do fundamento científico exigido pelos valores das Luzes. Paralelamente sobressai, novamente, o grande “apaixonado por livros”, que os encarou não só como objetos de coleção, mas como instrumentos de utilidade na prossecução dos objetivos de construir uma “sociedade melhor”. O grau de pormenor com que conhece muitos dos livros e autores que recomenda, a exatidão de algumas referências e determinações, a justificação da sua utilidade e a grande quantidade de recomendações que faz mostra-nos alguém profundamente conhecedor dos livros, independentemente da forma como chega a esse conhecimento.

3.4.2. A Instrução do Príncipe da Beira

Na qualidade de Mestre dos Estudos do Sucessor Real, D. Frei Manuel do Cenáculo elaborou um memorando acerca da instrução do príncipe, indicando quais os livros pelos quais estava a proceder à sua instrução. O documento encontra-se apenas ao Diário pessoal do Bispo de Beja³. Constitui-se como a descrição mais completa que possuímos acerca da instrução do príncipe, ainda que também seja possível encontrar

¹ Araújo, «Ilustracion y Reforma...»,262.

² Araújo, «Ilustracion y Reforma...»,263.

³ B.P.E. Códice CXXIX /1-17,f.17-19.

algumas anotações, bastante sumárias, acerca dessa educação, ao longo do diário propriamente dito.

Focalizando a nossa atenção nessa memória acerca da instrução do Delfim Real, constata-se que o documento regista alguns dos livros que estavam a ser utilizados nesse ensino. A instrução começa pelas matérias de Teologia, utilizando-se o *Catecismo* de Montepelier pequeno, através do qual foram examinadas as orações e “artigos da Fé”. A este sucedeu o *Catecismo* de Montepelier grande, pelo qual o Herdeiro Real foi Instruído nos “pontos Principais”¹ da Religião. A análise destes catecismos foi acompanhada pela lição da *Bíblia de Royamont*.

Este interesse em educar o Príncipe em matéria religiosa não nos parece surpreendente. Portugal era um país católico, como tal, o príncipe deveria ser bem formado na sua doutrina. A utilização dos catecismos de Montepelier espelha a predileção do prelado por este texto. Com efeito, a sua utilização nos estudos do Delfim Real repete uma proposta de leitura que o D. Frei Manuel do Cenáculo fez também para a educação dos futuros religiosos. No que concerne à utilização da Bíblia, aludimos por diversas vezes à importância deste escrito para o Bispo de Beja, que a valorizou enquanto ferramenta a utilizar nos estudos clericais e também como instrumento de uso pessoal, envolvendo-se numa prática intensiva de leitura do Texto Sagrado. Paralelamente aos textos que chamamos “mais formais”, como Catecismo e a Bíblia, por onde ensinou a doutrina, o Bispo de Beja recorreu, analogamente, às *Fábulas* de La Fontaine, para instruir ao Príncipe em aspetos que se prendem com a Moralidade, num registo que, supomos, poderia ser mais atrativo.

Feita a formação do Infante em assuntos religiosos, seguiram-se a Geografia e a História de Portugal. Na Geografia D. Frei Manuel do Cenáculo utilizou, inicialmente, o livro “*Descrição da Terra*” de Lenglet de Frenoy, traduzido em português por Bonevie, ao que se seguiu a instrução pelos Mapas. Essa formação abarcou, em primeiro lugar, aquilo que o próprio prelado designou como “*Mapas gerais*”. A estes sucederam os *Mapas Provinciais* e também os “*pequenos Mapas em chapas do Reino de Portugal*”, abertos por Carpeniti. Na História de Portugal, a preferência vai para a “*Crónica dos Nove Reis*” de Duarte Nunes e para a “*Crónica dos três Reis*” de Fernão Lopes, da edição de D. Rodrigo da Cunha, conjuntamente como “*As Memórias d’El Rei D. João I*”

¹ Reproduzimos a própria expressão do Bispo de Beja.

de José Soares da Silva, a *“História de D. João II”* por Agostinho Manuel de Vasconcelos e a *“História D’El Rei D. Manuel”* de Damião de Góis. A instrução nesta área do saber é finalizada com o estudo da *“Dedução Cronológica”*. As lições de História foram acompanhadas, de acordo com a anotação do próprio Bispo, por obras que permitissem fazer a descrição corográfica de Portugal, tais como a *“Corografia portuguesa”* do P. António Carvalho da Costa, a *“Breve Descrição Corográfica de Portugal”* e ainda o *“Mapa de Portugal”*.

Paralelamente ao estudo de Geografia e a História de Portugal, o prelado Pacense introduziu a lição de Telemaco de Fenelon e explicou muitos artigos da *“Instrução de um Príncipe”* de Duguet. No campo da Lógica foi seguido o *“Breve”* de Codet, instruindo o príncipe como *“uma tintura”*¹ da *“Geometria Pratica”* de Leclerc.

Esta educação do Príncipe envolveu ainda lições de *“História Geral”*, seguindo-se a obra de Bossuet, que foi completada com a instrução *“de voz, feitas todas as lições com proporção, explicada a situação, geografia, alianças, interesses políticos e comércio”*². Em 1775 começou a lição na rubrica de História Universal, constatando-se que D. Frei Manuel do Cenáculo pretendia utilizar a *“História Universal”* de Millot, desejando explicar ao Príncipe, antes dessa lição, alguns Mapas e o *Dicionário Geográfico*, assim como assuntos de *“História Antiga”* de Rolin e ainda a *“Retórica”* de La Motte. No ano seguinte a proposta envolvia o estudo das *“Leis d’el Rey”* e a *“História Eclesiástica”* de Racine³.

A análise deste memorando acerca da Instrução do Herdeiro Real permite-nos constatar que proposta para a educação do Príncipe envolvia uma formação cuidada na vertente religiosa, implicando, analogamente, o estudo por livros que lhe permitissem ter um conhecimento geral do próprio país e do mundo envolvente. Dai a preocupação em introduzir obras da Religião, em paralelo como trabalhos de História em geral e da História do Reino em particular. Conjuntamente com a necessidade de saber História, a proposta insistia similarmente, na indispensabilidade do conhecimento de obras na área da Geografia, que daria, ao Delfim Real, noções acerca do *“meio físico”* envolvente. Acrescentando-se ainda as lições de Lógica e Geometria.

¹ Expressão utilizada pelo próprio Frei Manuel do Cenáculo.

² Reproduzimos as próprias palavras utilizadas pelo Bispo de Beja.

³ Cumpre realçar que o documento não nos permite verificar se as lições que se iniciaram em 1775 e respectivas propostas de leituras foram ministradas na sua totalidade.

Perpassa assim a ideia que se ambicionava instruir um Príncipe conhecedor do mundo envolvente e dos seus deveres enquanto católico.

Note-se porém que este é um “programa de estudos” circunscrito. Não sabemos em concreto se a lição ficaria por aqui, ou se o avançar dos anos colocaria novas exigências ao programa de leituras proposto para o ensino do Príncipe. As vicissitudes que marcaram a trajetória de vida de Frei Manuel do Cenáculo acabariam por ditar a sua ida para Beja em 1777, de modo que não encontramos mais registos acerca da instrução do príncipe associados ao período em que o prelado foi seu mestre. Realce-se que última lição ministrada ao Príncipe foi, de acordo com o próprio Frei Manuel do Cenáculo, dada em Janeiro de 1777, tendo sido analisado o primeiro tomo da *História Eclesiástica* de Racine, que se debruçava sobre o século quarto¹.

Conjuntamente com esta memória acerca das lições que estavam a ser ministradas ao Príncipe por Frei Manuel do Cenáculo, encontramos, no mesmo documento, uma lista contendo “os livros que tenho dado a Sua Alteza para sua instrução e curiosidade”². Esta inclui quarenta e três títulos, sendo acrescida de mais algumas obras que foram oferecidas ao príncipe por outras personalidades.

Focalizando-nos na lista dos livros entregues por Frei Manuel do Cenáculo, verificamos que os livros dados ao Príncipe se relacionam com a temática religiosa, como por exemplo a Bíblia de Royamont, o Evangelho traduzido de Olivieri, ou a Bíblia de Sacy. Analogamente, incluem-se obras de História e de Geografia, repetindo-se muitos dos títulos referidos aquando do memorando sobre as lições dadas ao Príncipe. A estes livros associaram-se os “*Oficiis*” de Cícero e Santo Ambrósio, várias Artes, como a “Arte Diplomática”, a “Arte Hebraica” e a “Arte Árabe” e ainda a obra “Raízes Hebraicas”, conjuntamente com *Dicionários* de francês-português e português-francês, assim como o *Lexicon latim-português*, o *Ripanço Português*, o *Dicionário de Italiano*, entre outros.

Desta lista fizeram igualmente parte algumas coleções de leis. A propósito da importância dessas coleções Frei Manuel do Cenáculo deixa-nos a seguinte nota:

“ O Príncipe depois de formado nos Princípios da Religião, da Moral, não pode humanamente receber da Patria e do estado instrução, que lhe seja mais útil, do

¹ B.P.E. Códice CXXIX /1-17,f.17-19.

² Conforme a própria expressão de Frei Manuel do Cenáculo.

que será a lição das Leys, com que El Rey Nosso Senhor desde o chãos das confuzoes e das ruínas, em que achou sepultados os seus Reynos, e Dominios, os tem levantado até ao ponto da felicidade, em que pela Misericordia Divina se acha prezentemente. Porque os Preambulos das mesmas Leys ensinam a maior parte das cauzas, com que a Monarquia de Portugal foi reduzida a tanta decadência; e as disposições delas fazem ver os remédios com que vieram a cessar tão inverterados e deploráveis males. Porem para huma tão útil instrucção possa ser mais fácil de comprehender, e possam [...] se compilaram estas com a separação e divisão seguintes. [...]”¹.

Sublinhe-se o cuidado, revelado pelo prelado, com a instrução do Delfim Real. Para além do estudo de Religião e Moral, é fundamental que o Príncipe receba lição acerca das Leis e conheça todos os males que afetaram o Reino e que se procuraram corrigir com legislação diversa. Para facilitar e tornar atrativo esse estudo faz-se uma compilação dessas leis, distribuindo-as por oito divisões. Estas divisões incluem as leis para regulação do foro Judicial, passando pelas leis para estabelecimento das Finanças, para a reforma das Letras e para ampliação dos Estudos. Conjuntamente, encontram-se leis de organização do Exército, de regulamentação do Comércio e Navegação, de reedificação da cidade de Lisboa, a par de leis para recuperação da Agricultura. Por último, integram-se as leis relativas a Negócios Eclesiásticos e aos excessos dos Prelados e seus Ministros, onde se incluem a Lei de Expulsão dos Jesuítas e conservação dos seus papéis em cofres de três chaves, a lei de expulsão do Núncio e a anulação da Excomunhão fulminada contra o Corregedor de Pinhel, entre várias outras².

O exame desta memória deixada pelo Bispo de Beja faz desde logo sobressair uma certa preocupação, manifestada pelo prelado, em ter um registo acerca das ações que empreendeu num cargo de responsabilidade como o que desempenhou. Fosse por necessidade de se proteger contra eventuais alegações motivadas por disputas de poder, fosse simplesmente por cultura pessoal de registo, a verdade é que são vários os exemplos através dos quais encontramos esta preocupação em ter uma memória registada acerca das atividades em que se envolveu.

¹ B.P.E. Códice CXXIX /1-17,f.17-19.

² Para além destes livros que deu e recomendou ao Príncipe, Cenáculo identifica ainda dois jogos de breviários que foram entregues ao príncipe pelo padre António da Silva, conjuntamente com as obras de Tomás de Kempis, que não sabia quem lha tinha dado, e livros espirituais que já possuía.

Parece perpassar também, através da análise da descrição das lições ministradas e livros entregues ao Príncipe para o estudo, a forma harmoniosa e concordante com que Frei Cenáculo viu as mudanças políticas e os reposicionamentos de poder vividos à época. Com efeito, se atentarmos na argumentação utilizada pelo bispo de Beja para sustentar os estudos das leis e a forma como este se organiza, parece claro que as mudanças vividas foram assumidas claramente por si e vistas como inevitáveis para por fim ao atraso que se identificava no país.

Em termos dos livros recomendados, não encontramos nada de novo face às propostas anteriores dos estudos, salvaguardadas as devidas diferenças por se tratar de propostas com destinatários completamente distintos. Repetem-se preferências por determinadas obras como o Catecismo de Montepelier, ou a obra de Duguet ou Leclerc, assim como a importância atribuída à Bíblia e suas partes.

Cumprе realçar que este catecismo de Montepelier foi, como sublinhou Cândido dos Santos, uma obra proibida antes das mudanças introduzidas em tempo de Pombal. Essa interdição foi encarada, por algumas personalidades, como obra dos Jesuítas que seriam “émulos implacáveis de todo o livro bom”. Dentro dessa linha de pensamento, considerava-se que a proibição era motivada pelo facto de este catecismo recomendar a fidelidade dos vassallos aos seus soberanos, não dar lugar ao probabilismo jesuítico e tratar os pontos da Graça de Cristo segundo a doutrina de Santo Agostinho¹. O aproveitamento deste catecismo insere-se assim nessa política de disputa com os Jesuítas, o objetivo primordial dessa utilização era o de fazer a afirmação da supremacia do Poder Real. O Jansenismo do catecismo de Montepelier é, de acordo com a análise do autor que temos vindo a citar, um Jansenismo mitigado, que o poder usou como aliado tático para se autodefinir, não visando diretamente a difusão desta corrente². Nessa perspetiva, não é possível assumir à partida uma vinculação de Frei Manuel do Cenáculo às ideias Jansenistas. O facto de podermos encontrar algumas recomendações de obras como este Catecismo, ou outros autores associados à corrente Jansenista, não poderá *a priori*, servir para associar Cenáculo a esta linha de pensamento, estando acima de tudo associada à questão da afirmação do Poder Real, conceção que, como sabemos, o prelado apoiou.

¹ Santos, *O Jansenismo em Portugal...*, 36.

² Santos, *O Jansenismo em Portugal...*, 38.

Subscrevendo a análise de Cândido dos Santos, não obstante o conhecimento revelado por D. Frei Manuel do Cenáculo acerca das ideias jansenistas¹, não há muitas referências nas suas obras a autores marcadamente jansenistas, ainda que se encontrem algumas menções. A isto acresce a sua profunda devoção ao culto mariano, que, como sabemos, foi até objeto de obras impressas pelo Bispo de Beja, o que afasta o prelado do campo jansenista². No mesmo sentido vão as conclusões de Francisco Vaz, que considera que o percurso feito por D. Frei Manuel do Cenáculo em termos de ação política e pastoral permitem defender que este, enquanto apoiante colaborador de Pombal, partilhou as teses Regalistas e opôs-se aos Ultramontanos que pretendiam dar ao papa uma autoridade infalível. No entanto, este Regalismo não o levou a ser um Jansenista, teve perante as obras Jansenistas uma atitude de racionalidade, interessando-se por estas de modo a entender as suas doutrinas, tal como fez com diversas outras obras³.

Globalmente, da análise da relação com livros evidenciada por D. Frei Manuel do Cenáculo nas diferentes vertentes que aqui analisamos, tais como as propostas de livros para o ensino, o censor, o autor de livros e o leitor, julgamos que sobressai esta faceta de homem culto, informado, conhecedor das doutrinas e polémicas do tempo. O apaixonado por livros que encontrou nestes, mais que um mero objeto de coleção. Dentro dessa perspetiva, os livros foram utilizados como meio de instrução e divulgação do saber, sendo que o seu emprego se realizou de maneiras distintas. Serviram para propagar as suas próprias ideias através dos livros que escreveu e foram objeto de recomendação para uso nos estudos com determinados fins. Analogamente foram utilizados para leitura pessoal, fosse esta em busca de conhecimento, fosse de recreação. Foram encarados como um poderoso veículo de transmissão de ideias, verificando-se que, por via dessa eficácia na transmissão de pensamento foram, nalguns casos, avaliados pela sua perigosidade, cerceando-se o acesso a alguns desses objetos.

Sobre a erudição e conhecimento profundo de muitos livros pensamos ter deixado bastantes testemunhos. Esse saber é refletido nas inúmeras citações que faz

¹ Esse conhecimento foi identificado por autores como Jacques Marcadé. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 168.

² Santos, *O Jansenismo em Portugal...*, 40.

³ Vaz, «Jansenismo e Regalismo...», 77-78.

de leituras nas suas próprias obras, mas também nas propostas de livros para os diferentes níveis de ensino, assim como nas censuras que assina, não obstante as diferenças que revelam entre si.

Não podemos apontar para números absolutos, mas a análise destas diferentes vertentes da relação de Frei Manuel do Cenáculo com livros parecem atestar a forma intensiva como leu alguns textos, nos quais destacamos, como “exemplo maior” a Bíblia, que foi um leitura recomendada e praticada de forma reiterada. Simultaneamente, Frei Manuel do Cenáculo revelou-se como um leitor que conheceu inúmeros livros, não se limitando ao conhecimento aprofundado de apenas alguns escritos. Neste sentido, constitui-se como mais um dos exemplos que comprovam a diversificação dos usos de livros e de tipos de leituras, que marcaram a época em que viveu.

O bispo de Beja leu muito e de forma intensiva alguns textos, conhecendo analogamente muitos autores e obras diferenciadas. Não obstante esta constatação, reconhecemos que as formas como chegou ao contacto com as diferentes obras que menciona nos mais diferentes contextos é também diversa. Se é crível que comprou e possuiu muitos dos livros, também é possível que tenha chegado a outras obras através de menções noutros escritos, a referências trocadas com outros eruditos, entre outras hipóteses possíveis.

Quanto a interesses revelados, sabemos que algumas das obras citadas ou mencionadas são consultas pessoais com o intuito de sustentar ideias que defende ou repudia, não julgamos difícil de compreender que, em muitos casos, se tratem de preferências pessoais, mas também de necessidade imposta pelo momento, pela urgência de sustentar determinada ideia ou tese.

Admitimos que, em termos gerais, nos diferentes aspetos da sua relação com os livros manifestou afinidades com algumas linhas de pensamento, ainda que não seja possível, partindo da presença de alguns autores afetos a determinada corrente, assumir que foi seu defensor. Aliás, se tivermos em conta aquilo que defendeu em termos de acesso a alguns autores para os estudos, chegamos à conclusão que defendeu o acesso a algumas obras, não para subscrever na totalidade o que lá vem escrito, mas para as conhecer, aprender, e quando necessário, refutá-las.

Enquanto personalidade ligada à organização político-social da época, conviveu com a censura e contribuiu ele próprio para coartar o acesso a determinados livros e correntes de pensamento. Ainda assim, parece consciente da divulgação que alguns proscritos, como por exemplo Rousseau, teriam por cá.

Em suma, concluindo de forma simples, podemos dizer que os aspetos analisados da sua relação com livros revelam um grande apaixonado por livros. Grande pela quantidade de livros que conhece, grande pela forma aprofundada como reconhece as virtualidades e perigosidade de muitos deles e grande pela forma como os utilizou com instrumento de formação e de condução do pensamento, nomeadamente no contexto da formação do clero e da manutenção do poder político. Espelham também um homem bastante consciente das transformações político-ideológicas do seu tempo, algumas das quais mereceram a sua concordância, ainda que, certamente, não as tenha subscrito a todas.

CAPÍTULO 4.

CENÁCULO O BIBLIÓFILO E A TROCA DE LIVROS

Ao longo da sua trajetória de vida D. Frei Manuel do Cenáculo revelou-se, como temos vindo a sublinhar, um bibliófilo empenhado. Manuseou, por motivos muito diferentes, numerosos livros, patenteando um conhecimento bastante aprofundado de muitos deles. Cumpre realçar que, embora não exista um catálogo detalhado dos livros que possuiu, os diversos contactos que desenvolveu, nomeadamente através das suas cartas, refletem a persistência das trocas em torno dos livros. Nessa perspetiva, procuramos buscar, noutras fontes, dados sobre essa relação com os livros, para perceber a forma como o bispo de Beja os encarou e defendeu com instrumentos de propagação do saber. No entanto, isso não chega para conhecer a sua bibliofilia. Até aqui averiguamos a sua relação com livros tendo em conta aspetos como as proibições e louvores que fez, em circunstâncias diversas, a algumas obras e escritos. Mas a compreensão do lugar singular de Cenáculo enquanto bibliófilo obriga-nos a consolidar, a partir das fontes que analisamos, dados mais concretos sobre as trocas de livros que terá empreendido.

Frei Manuel do Cenáculo evidenciou uma leitura bastante intensiva de alguns livros. Subscrevendo as palavras de Jesus A. Martinez, há três elementos suscetíveis de serem valorizados quando tentamos contextualizar o leitor e as condições que fazem com que o seja. Em primeiro lugar, a capacidade de ler, tendo em consideração que há, igualmente, outros marcos de socialização de leitura, como a difusão oral de leituras em grupo. Em segundo lugar, é necessário que o potencial leitor conte com uma desafogada posição económica, que o seu nível aquisitivo lhe permita procurar livros e exista oferta editorial¹. Por último, que tenha um interesse explícito na leitura, isto é, que queira ler e que as leituras passem a fazer parte dos seus esquemas mentais e sejam ingredientes da sua formação cultural e ideológica, representando aqui um

¹ Sublinhe-se que o mundo editorial conheceu, na época em que Frei Manuel do Cenáculo viveu, grandes transfigurações. Para responder a essas transformações, o próprio comércio de livros teve de se articular com os novos mecanismos de mercado. Cf. Martinez Martin, *Lectura y lectores...*, 34-35.

papel fundamental as imagens e percepções acerca do livro e da leitura, assim como da sua utilidade ou utilidades¹.

No caso do bispo de Beja, a questão da capacidade de leitura não se coloca diretamente. Já aludimos por diversas vezes à sua faceta de homem ilustrado, que certamente teria as aptidões necessárias para consultar os livros. Ainda assim, as sociabilidades em torno das leituras teriam representado, nele como noutras personalidades, um papel primordial na sua relação com os livros. Dentro dessa perspectiva, admitimos que os contactos e rede de informação criada através das cartas, poderão ter funcionado como catalisadores para a leitura de determinadas obras ou autores e, em simultâneo, para a desvalorização de outros.

No que concerne à posição económica, admitimos que as posições e cargos de relevo que o prelado desempenhou lhe terão permitido reunir recursos para satisfazer as necessidades financeiras em torno da compra de livros. Apesar disso, algumas cartas que trocou, em momentos específicos, parecem evidenciar que existiram alguns constrangimentos, nomeadamente quando se vê na obrigação de cumprir a imposição de pagamento da décima eclesiástica relativa aos anos de 1797 (o que restava) e os anos de 1798 a 1800. Esta obrigação provocou o envio de algumas cartas por parte da Coroa, entre Agosto de 1801 e Janeiro de 1802, nas quais D. Rodrigo de Sousa Coutinho insistia na necessidade de cumprimento desse pagamento, algo que o prelado Pacense ainda demorou a satisfazer, delongando-o cerca de quatro meses². Com efeito, logo em carta do dia 25 de Agosto de 1801³, D. Rodrigo da Sousa Coutinho avisa o Bispo que este ainda não tinha cumprido os “pagamentos” da Coleta eclesiástica, advertindo que “à falta de pagamento” se seguiria o “pagamento de juros”. Desse modo, ordena-lhe que procedesse ao pagamento dos valores respeitantes à Décima Eclesiástica, a partir de 1797. O assunto foi prolongando no tempo, até que em carta datada de nove de Janeiro de 1802⁴, mensagem do mesmo D. Rodrigo da Sousa Coutinho louva o envio do montante respeitante à Décima Eclesiástica, concernente aos anos de 1798 a 1800, solicitando-lhe o envio dos Mapas de Rendimentos relativos a esses anos.

¹ Martinez Martin, *Lectura y lectores...*,53.

² Estas cartas encontram-se na B.P.E. - Códice CXXVII/ 2-14, f.36-40.

³ B.P.E. – Códice CXXVII/2-14, f.36.

⁴ B.P.E. – Códice CXXVII/2-14, f.40.

Outro documento que nos leva a admitir que, nalguns momentos, o bispo poderá ter experimentado dificuldades em termos de recursos financeiros, é a escritura de arrendamento e obrigação de dinheiro a juros ao negociante de Lisboa, Gaspar Pessoa Tavares. Este documento, datado de quinze de Julho de 1790¹, é lavrado entre este negociante e o procurador do Bispo de Beja, sendo que neste se procede à definição das condições de arrendamento dos frutos e rendimento do bispado de Beja, entre vinte e quatro de Junho de 1792 e vinte e três de Junho de 1796. Estabelece-se a obrigação de pagamento da renda no Palácio Episcopal do Bispo de Beja, no valor de “oito contos de reis” por ano, pagos em quatro quantias iguais, estipulando-se e registando-se também as condições de um empréstimo de dinheiro a juros, feito por Gaspar Pessoa Tavares ao Bispo, no valor de doze mil cruzados, que seriam pagos mediante condições ajustadas, a um juro de lei na ordem dos 5% ².

Finalmente, no que respeita ao interesse explícito pela leitura, as diversas propostas de leituras que D. Frei Manuel do Cenáculo faz para os estudos, a forma com manifesta continuamente uma preocupação em conhecer obras e autores, os contactos que empreende com diversos ilustrados à época, não nos permitem formar grandes dúvidas quanto ao interesse em livros e sua leitura que esta personalidade manifesta.

Atendendo às condições que permitiram que Frei Manuel do Cenáculo fosse um leitor que viu nos livros um instrumento útil para alcançar a instrução, entendemos pertinente tentar rastrear a forma como empreendeu as trocas de livros e o modo como estes estiveram presentes nos seus diversos contactos, fosse através de compras, vendas, recomendações, doações ou trocas de exemplares, impressos ou manuscritos. Para o fazermos, averiguamos nas diversas cartas que enviou e recebeu, mas também no seu diário, as menções a livros, construindo para o efeito bases de dados onde constassem os vários elementos que pretendíamos esclarecer. Assim, em cada base de dados procurou-se, desde logo, identificar quais os livros que aparecem mencionados em cada uma das cartas, o que implicou a busca de indicações quanto ao título, autor, editor, data e local de edição. Analogamente, tentamos incluir

¹ B.P.E. – Códice CXXX/ 2-19, s.f.

² Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*,550-553. A taxa de juro de 5% para empréstimos foi fixada por Alavará de 1757. Cf. Maria Manuela Rocha e Rita Martins Sousa, «Moeda e crédito», em *História Económica de Portugal 1700 -2000*,v. I *O século XVIII*, org. Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais,2005),209-250.

informações que permitissem coligir características dessas edições, tais como os formatos, número de volumes, língua em que é escrita e ainda indicações sobre se estamos perante uma tradução da obra, ou não, consoante as anotações que nos pudessem ser facultadas nos documentos analisados.

Depois destas informações, que nos permitiriam identificar quer obras, quer algumas das suas características formais, incluímos elementos que nos proporcionassem informes relativos às formas de apropriação desses livros. Para o fazermos, construímos um “campo” de análise que procurava contabilizar quais os livros que foram recebidos por Frei Manuel do Cenáculo, quais os que foram comprados, quais os que foram enviados ou doados pelo bispo, quais os que foram pedidos pelo prelado e também os que lhe foram solicitados. A estes tivemos de acrescentar um campo que inclui os “indeterminados”, isto é, todos aqueles que, apesar de referidos, não nos permitiram identificar o contexto em que essa referência é feita, não se conseguindo estabelecer se estamos perante um envio, um pedido, uma doação ou um simples comentário ao livro ou obra. Para lá destes dados acerca da forma de apropriação, tentamos ainda recolher informação em relação a preços, datas de encomendas, pessoa que expediu o livro, ou comentários feitos à obra.

Além destes aspetos, pretendemos ainda perceber, quando a informação existe, a biblioteca de destino desses livros, incluindo paralelamente, um outro campo contendo as “observações”, isto é, qualquer outro dado extra que conseguimos obter na menção e não possa ser incluído em qualquer um dos campos de preenchimento anteriores.

Este é um trabalho de bibliometria executado, como atrás dissemos, a partir da análise do espólio de Frei Manuel do Cenáculo, nomeadamente o seu diário pessoal e as cartas que trocou e que foram caracterizadas anteriormente. A tentativa de execução desta seriação de dados confrontou-nos com alguns problemas que se levantam à análise. Em primeiro lugar muitos dos campos que pretendemos preencher que respeitam a aspetos formais dos livros mencionados, como as datas de edição, locais, formatos, número de volumes, língua, entre outros, não se conseguem preencher na totalidade porque na fonte não se encontra qualquer referência, sendo que nesses casos preenchemos o campo com a referência “desconhecido”. Outra das questões que surgiu prende-se com a identificação (título/autor) de algumas das obras

mencionadas. Muitas vezes as referências são incompletas, não se conseguem definir em concreto, são mencionadas num contexto de familiaridade entre os dois correspondentes, que torna clara qual a obra para o correspondente, mas não para nós, enquanto investigadores. Exemplo paradigmático desse problema, são as obras mencionadas por um dos correspondentes - Juan de Buytrago, cujas cartas já mencionámos noutro ponto deste trabalho. Não conseguimos identificar muitas obras que ele refere, nomeadamente a sua própria obra, ou antes a obra que diz estar a escrever nas cartas que troca com Cenáculo, cujo título não conseguimos encontrar em qualquer dos catálogos de Bibliotecas que estudamos, mesmo de Espanha, donde escreve a maioria das cartas¹.

Cumpramos realçar, em face das dificuldades de seriação dos dados, que esta recolha apenas permite elaborar algumas estatísticas acerca destes livros. Não se constitui, dentro dessa perspetiva, como um inventário completo, contendo quantitativos absolutos acerca dos livros que o Bispo de Beja possuiu e trocou. Note-se, tal como foi sublinhado por Barros Cardoso, que os dados estatísticos, no nosso caso, como nos recolhidos em inventários *ante* e *post mortem* que são referenciados pelo autor, permitem fazer apenas uma aproximação ao contexto social da leitura, não fornecendo elementos seguros sobre a experiência interior do leitor². Na época, “o sentimento de fraternidade cultural que unia os sábios da Europa esclarecida, retirava a “pátria” aos livros e fomentava, entre os interessados pelo saber, a permuta de informação tendo como veículo o livro. Enriqueciam-se desta forma os recheios das respetivas livrarias particulares e aumentava o interesse pela bibliografia”³.

Temos vindo a sublinhar que Frei Manuel do Cenáculo foi, como atestam várias ações que empreendeu ao longo da sua vida, um apaixonado pelos livros. Revelou-se um grande bibliófilo, na aceção que lhe é dada Maria Marsá Vila, quando estabelece que um bibliófilo é a pessoa que, levada pelo seu amor aos livros os coleciona, adquirindo todas as obras, que pelo seu conteúdo, ou sua natureza, são dignas de

¹ Esta dificuldade é contudo, pelo que pudemos depreender da análise de alguma bibliografia, algo recorrente e relativamente comum nas fontes. Cf. Lamarca Langa, *La cultura del libro...*, 11-16.

² Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*, 23. Sublinhe-se que para averiguarmos essa “experiência interior” optámos, como atrás se pode verificar, por examinar a faceta de Frei Manuel do Cenáculo enquanto leitor, atendendo às leituras que regista em diferentes contextos.

³ Cardoso, *Ler na livraria...*, 20.

figurar na sua biblioteca¹. Dentro dessa linha de pensamento, reconhecendo que a paixão pelos livros evidenciada pelo prelado envolveu quer a “coleção” destes objetos para uso próprio, quer para o de bibliotecas externas², na convicção da importância dos livros enquanto instrumentos de acesso ao saber, procuramos aferir dados sobre a forma com os reuniu. Queremos conhecer, sempre que possível, quais os livros que reuniu e as suas principais características, mas também a forma com deles se apropriou, ou as bibliotecas a que os destinou³.

Subscrevendo as palavras da autora que temos vindo a citar, o interesse do bibliófilo na hora de comprar livros pode ser muito variado, desde a biblioteca de carácter mais geral, passando pelas coleções sobre um tema, um autor, ou uma região específica, até razões que se centram nas características físicas dos livros, como o seu suporte, a sua encadernação, a sua ilustração, entre vários outros⁴. Por essa razão, ainda que reconheçamos a dificuldade em reunir dados que nos forneçam elementos quantitativos absolutos acerca das características dos livros trocados e que os resultados serão essencialmente tendências encontradas no que respeita aos livros para os quais possuímos algumas informações sobre os fins a que se destinam, julgamos que será importante fazer a sua apresentação. Com isso tentaremos perceber um pouco melhor as motivações que levaram ao câmbio de livros realizado por D. Frei Manuel do Cenáculo.

¹ Marsá Vila, *El fondo antiguo ...*, 362.

² Com esta expressão queremos apenas designar as bibliotecas para as quais contribuiu com fundos bibliográficos que não a sua.

³ Não podemos conhecer com rigor estatístico exacto quais os livros que comprou ou enviou, nem mesmo o nº total desses livros porque a informação nem sempre fornece indicações exatas quanto aos parâmetros que analisamos. Com efeito, é muito comum encontrar referências vagas como “recebi os livros”, ou “enviei o caixote de livros”, que nos indicam que foram trocados livros, mas não nos permitem conhecer quais, com que características e como foram transaccionados. Também a identificação dos títulos e autores apresenta algumas dificuldades pelo próprio contexto de familiaridade em que são mencionados na documentação. A isto acresce a ausência de informações relativas a muitos dos aspectos formais, mas também acerca do destino e objectivo com que são mencionados.

⁴ Marsá Vila, *El fondo antiguo...*, 363.

4.1. Análise das trocas de livros na correspondência e diário

4.1.1. Os livros na correspondência enviada por Cenáculo

Antes de avançarmos, julgamos pertinente realizar um esclarecimento relativo à subdivisão que fizemos neste capítulo. Pretendemos coligir os dados relativos às trocas de livros que se espelham quer na correspondência, quer no diário de D. Frei Manuel do Cenáculo, introduzindo também informações constantes nos róis anexos às muitas cartas que cambiou. Exclusivamente por razões de simplificação da apresentação dos dados fazemos a repartição dos dados coligidos em subsectores, ainda que estejamos conscientes da necessidade de fazer a sua interpretação considerando os dados no seu todo.

Centrando-nos na correspondência enviada por D. Frei Manuel do Cenáculo, é possível constatar, no que concerne ao número de menções a livros, que existem 728 menções a livros ou outros escritos¹. Importa salientar que estas menções não correspondem a esse número de títulos ou volumes, isto porque, tal como já referimos acima quando identificámos as dificuldades que sentimos na elaboração deste estudo, as menções são muitas vezes incompletas e parcas em informações, sendo que algumas destas alusões dizem respeito a “obras”, “livros”, “caixotes de livros”, “papéis”, “coleções”, “orações”, “cartas”, “ritos”, obras que não se identificam e cujo número exato não é referido.

Focalizando a nossa atenção no conjunto das 728 menções a livros, constata-se que não conhecemos a identificação concreta de cerca de 22% das menções, sendo que em 28 casos a menção não identifica qualquer título, mas apenas o autor, e em 132 casos faz uma menção vaga que refere “os livros”², “os tomos”³, “as odes”⁴, as “gazetas”⁵, entre diversas outras. Para além disso, mesmo quando os títulos são referidos, a sua menção não obedece, dado o contexto de familiaridade que marca muita das cartas, a qualquer critério de citação ou identificação específico, sendo que

¹ Optámos por esta designação porque nem sempre a menção encontrada diz respeito a um livro propriamente dito, incluindo também folhetos, gazetas, dissertações, comentários, “postilhas”, entre vários outros.

² A este respeito fizemos uma contabilização particular destas menções, sendo que por exemplo a menção “livros” ou “livros” aparece 56 vezes.

³ Surge apenas uma vez.

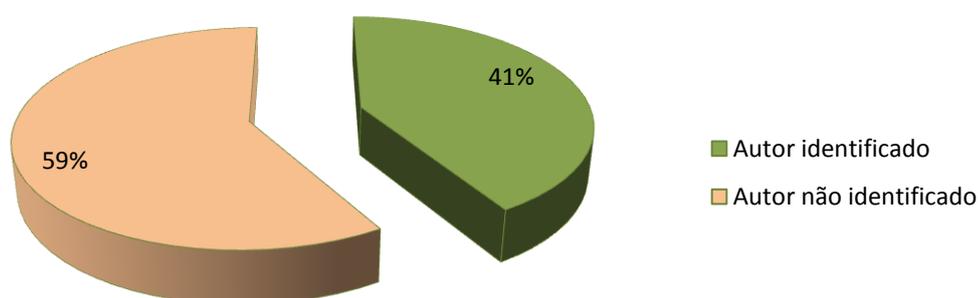
⁴ A menção a ode ou odes aparece três vezes.

⁵ A menção a gazeta ou gazetas surge 13 vezes.

é comum encontrarmos referidos títulos que não correspondem ao verdadeiro título da obras, mas apenas à forma como esta era conhecida entre os dois interlocutores, o que acaba por nos inabilitar de aceder a informações específicas sobre as obras mencionadas¹.

As 728 menções a obras não contêm, na sua maioria, a identificação do autor. Em termos efetivos temos a seguinte distribuição entre menções com identificação de autor e sem essa identificação:

Gráfico 8
Distribuição percentual da identificação do autor na correspondência enviada por Cenáculo



Fonte: Correspondência enviada por Cenáculo, B.A.C; B.P.E; B.N.;B.N.M.; B.P.B., esta correspondência encontra-se compilada em Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*

A observação do gráfico, construído a partir dos dados recolhidos nas bases de dados que mencionámos na nota introdutória deste subcapítulo, permite constatar que apenas se conhece o autor de menos de metade das menções a livros e outros escritos. Em termos concretos, são identificados os autores em 301 menções, sendo que as restantes 427 não surgem com identificação do autor. A isto não é alheio, em nosso entender, o facto de muitas das menções também não referirem concretamente qual a obra a que se reportam. Com efeito, tendo em conta que muitas menções se referem de forma vaga a obras distintas, cujo número não é identificado, a ausência de identificação concreta de autores, nalguns casos, decorre desse mesmo constrangimento da fonte.

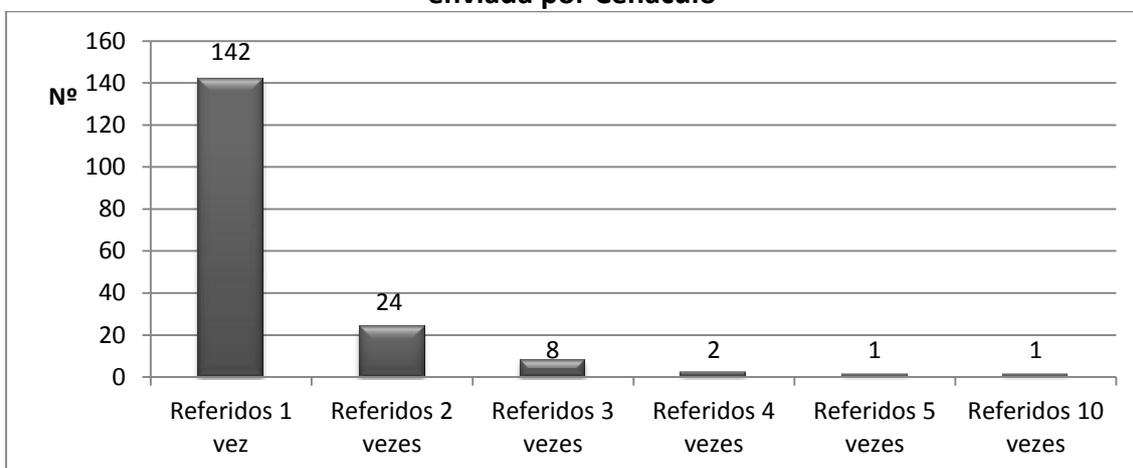
Ainda assim, é possível avaliar, para as obras cujo autor conseguimos reconhecer, quais os autores mais referidos nestas trocas. Destacam-se desde logo, no

¹ Em face da impossibilidade de calcular um número exacto dos livros ou escritos trocados optámos por apresentar os dados recolhidos a partir desta contabilização das “menções a livros” na correspondência. Embora estas não permitam quantificar um número concreto, permitem perceber a constância com que os livros são mencionados ao longo dos contactos.

total de obras com autores identificados, as obras do próprio Frei Manuel Cenáculo, nas quais se incluem diversas pastorais, mas também obras dedicadas à situação dos estudos que já abordamos em momento anterior deste trabalho. No conjunto de autores identificados, as obras de autoria de prelado ocupam cerca 21% do total, sendo os restantes distribuídos por todos os outros autores, que aparecem referenciados em valores muito distintos.

No gráfico seguinte procuramos demonstrar a distribuição do número de autores de acordo com a frequência com que aparecem indicados.

Gráfico 9
Distribuição do nº de autores de acordo com a frequência, na correspondência enviada por Cenáculo



Fonte: Correspondência enviada por Cenáculo, B.A.C; B.P.E; B.N; B.N.M; B.P.B, esta correspondência encontra-se compilada em Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*

Como podemos verificar, a grande maioria dos autores identificados, para além de Frei Manuel do Cenáculo, aparecem mencionados apenas uma vez, existindo um total 142 autores referidos nestas condições. Com duas referências surgem 24 autores, nos quais se incluem Juan Baptista Muñoz, Banqueri, Pereira, Golius, Ferrara, Ovídio, Torrecila, Racine, Collet, Duarte Nunes, Gabellius, Oliveira, Nubinese, Heinécio, Cícero, Frei Gregório, José Ferreira, Coleti, Caetano Martinelli, Iriarte, Mr. Lafiteau, Feijó, Neussel, Ximenes¹. Com três menções surgem autores como Osório, Santo Agostinho, Dupin, Padre Sarmento, Frei Felix Caetano, Boromé, Castel e Padre Jacobo Besombes. Com quatro menções surgem os irmãos Mohedano e o Papa Bento XIV. Seguem-se os

¹ Na maioria dos casos os autores não são mencionados como o nome completo, o que torna muito difícil a sua identificação concreta.

irmãos Mayans com cinco referências e Frei Vicente Salgado que é mencionado 10 vezes.

O exame destes dados parece indiciar que as cartas que o bispo de Beja enviou foram utilizadas como uma fonte de divulgação e troca dos seus próprios trabalhos, sendo que o próprio Cenáculo é referido 64 vezes, entre pedidos das suas obras, agradecimentos de envio, comentários ou ofertas que destas faz. Sobressai também uma grande diversidade de autores e de contactos a propósito de livros, sendo que há referências a autores bastante distintos, muitos dos quais com apenas uma menção, o que parece reforçar a ideia de que estas cartas funcionariam como fonte privilegiada de conhecimento sobre obras e autores. De referir também que alguns dos autores mais repetidamente mencionados são os correspondentes do prelado, tais como os irmãos Mohedano e Mayans e também Frei Vicente Salgado, que parecem ter utilizado as cartas como meio privilegiado para troca de livros ou outros escritos, ou pelo menos de informações sobre estes objetos. Constata-se também que paralelamente a autores modernos, há igualmente referências a alguns autores “antigos”¹, o que indicia que no que concerne às trocas e interesses manifestados em relação a composições escritas de diferentes tipos nas suas cartas, as prioridades do prelado e da sua rede de contactos não eram dissonantes relativamente às propostas que este fazia para os estudos, ou às leituras que registou e recomendou, assunto ao qual já fizemos referência em momento anterior deste trabalho.

Embora a menção de determinado autor não possa, por si só, comprovar a aceitação do seu pensamento, não deixa de ser relevante, em nosso entender a presença dos escritos do Papa Bento XIV, cuja condescendência com as ideias regalistas de alguns monarcas foi até criticada durante o seu pontificado. Não julgamos esta presença surpreendente, sobretudo se tivermos presente o momento histórico em que Frei Manuel do Cenáculo viveu e as afinidades e ligação que tinha com o poder instituído, mas julgamos tratar-se de mais um indicador, conjuntamente com outros a que já aludimos quando abordamos as obras que escreveu ou leu, que o prelado conviveu pacificamente com a organização do poder em tempo de Pombal.

¹ Estamos a retomar a própria designação que é dada a estes autores pelo próprio Frei Manuel do Cenáculo, Cf, Cenáculo, *Cuidados Literários...*,17.

No que respeita ao “campo de trabalho” dos diferentes autores referidos, mais uma vez a diversidade parece imperar, sendo possível encontrar, através da observação dos mais citados, a presença de autores de diversas áreas, com alguma preponderância de autores que tratam temáticas religiosas, mas não só.

É possível encontrar poetas “clássicos” latinos, tais como Ovídio com a sua obra “*Metamorfoses*”¹, considerada uma das suas obras de maior escopo literário e artístico, onde o autor compendia poeticamente toda a tradição mitológica greco-latina. O assunto deste poema são as transformações mitológicas dos seres humanos em toda a espécie de outros seres, sendo que, de acordo como os autores infra citados, neste trabalho Ovídio tentou fazer uma obra de erudição à maneira alexandrina, com a qual pudesse ombrear com grandes poetas do seu tempo². Surgem também autores da Filosofia como Heinécio, do qual são citados o “*Compêndio*” e os “*Elementos de Filosofia*”. Benito Jerónimo Feijoo (Feijó) também é citado, sendo a sua obra “*Sistema de Terramotos*” pedida por Frei Manuel do Cenáculo numa das cartas que envia a um “amigo” que não identifica, mas que pensamos tratar-se de correspondência enviada a Juan Buytrago. Consideramos que este “*Sistema de Terramotos*” poderá ser uma carta daquele autor, inserida no tomo quinto das “*Cartas Eruditas e Curiosas*”, intitulada “*Señales prévios de terremotos*”, na qual Feijoo procura fazer um exame das causas do grande terramoto que afetou Lisboa e também território de Espanha, em 1 de Novembro de 1755³. Obras de Geografia também aparecem, tal como a obra do geógrafo nubiense, que já identificamos em momento anterior deste trabalho. A estes juntam-se as Histórias Literárias, como a dos irmãos Mohedano, e também várias obras de autores ligados à Religião, como Santo Agostinho com menções a Sermões e à sua obra “*Cidade de Deus*”, ou Jacobo Besombes e o seu trabalho “*Moralis christiana*”. A História está também representada, com menções a autores como Duarte Nunes.

No atinente às características formais das obras mencionadas, a fonte é ainda mais parca em informações, sendo que na grande maioria dos casos não é possível

¹ Cenáculo pede esta obra numa das cartas que dirige aos seus correspondentes.

² A. Costa Ramalho, J.M. Cruz Pontes, «Públio Nasão Ovídio», em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Edição Séc. XXI*, 21, 1168-69 (Lisboa-S.Paulo: Ed. Verbo), 2000.

³ As obras de Feijoo podem ser consultadas em «Biblioteca feijoniana do projecto de filosofia em espanhol», <http://www.filosofia.org/bjf/bjf000.htm>, 2 de Março de 2011. Carta 13, tomo v.

coligir dados sobre o editor, data ou local de edição, formatos, língua de composição, ou número de volumes ou de exemplares aos quais a menção se reporta.

No caso dos editores, desconhecem-se cerca de 99% dos editores das menções a livros e outros escritos que são feitos, sendo que em setecentas e vinte e oito menções apenas se conhecem os editores de dez das menções realizadas.

Da pequena percentagem de editores conhecidos há uma grande maioria de editores portugueses, mas não só. Dos editores identificados apenas dois de repetem, a Oficina Régia e um editor que surge identificado como “ed. Vat”, que pensarmos tratar-se da Editora do Vaticano, tanto mais que as edições a que reporta são um “*Pontifical Romano*” e um “*Canon Missæ*”¹. Para além destes editores, que surgem repetidos duas vezes, todos os outros têm apenas uma menção, sendo referido os editores “*Ameno*”; “*Oficina José Reis*”; “*Duhamel*”; “*Lacy*”; “*Oficina Nunesiana*” e “*Simão Thadeu*”. Dada a muito pequena dimensão da amostra disponível em termos de análise dos editores, não é possível avançar com uma conclusão segura a este propósito.

No que concerne à data de edição das menções realizadas, o problema da falta de identificação da cronologia das edições também está presente. De facto, no total de 728 menções, apenas se conhecem as datas de edição de menos de 2%, isto é, apenas onze das menções permitem uma identificação segura da data.

Antes de avançarmos, julgamos pertinente esclarecer que quando nos deparamos com este problema no reconhecimento de informações que permitissem obter mais detalhes sobre características formais das obras referenciadas, ainda procuramos identificar, noutros catálogos, algumas das obras ou títulos mencionados. Esperávamos, com isso, preencher mais dados quanto a essas características formais, nomeadamente, editores, datas ou locais de edição. Contudo, à medida que tentávamos esta solução, verificamos que não é incomum um mesmo título ter mais de uma edição, em datas diferentes, o mesmo acontecendo no que respeita aos editores e locais de edição. Tendo isso em consideração, verificamos que não era possível, tendo por base os poucos elementos de identificação presentes na maioria

¹ Nome usado no Missal Romano para a parte da celebração eucarística posterior ao Ofertório e anterior à Comunhão. Cf. “*Catholic Encyclopedia*”, <http://www.newadvent.org/cathen/03255c.htm>, 2 de Fevereiro de 2011.

das menções, tentar obter mais dados de forma indireta, uma vez que na generalidade dos casos não poderíamos dizer qual a edição a que a menção dizia respeito e por consequência muitas das suas características. Assim, optámos por apresentar somente os dados que recolhemos, conscientes que em muitos casos, apenas é possível apresentar os dados constantes na fonte, sem que estes, pela pouca expressividade dos números encontrados, possibilitem avançar para conclusões seguras.

Voltando à análise das datas de edição que conseguimos distinguir, como afirmamos atrás, desconhece-se a data de mais de 98% das menções, existindo informações seguras sobre a data de edição de onze dos escritos mencionados. Nessas, duas menções correspondem a composições¹ anteriores ao século VI, três menções dizem respeito a edições ou composições do século XV. Do século seguinte temos também três menções. O mesmo número surge no que respeita a escritos Setecentistas.

As fontes analisadas também não são pródigas em informes relativamente ao local de edição de muitas das obras constantes nas menções que conseguimos identificar. Com efeito, apenas se conhece o local de edição de cerca de 2% das menções, isto é, no total de 728 menções, conhecemos apenas 15 locais de edição das obras mencionadas. Os locais de edição conhecidos correspondem, genericamente a centros de impressão europeus, sendo que Roma é o mais referido, com três menções, seguido de Londres, Antuérpia e Lisboa, com duas menções cada. Colónia, Veneza, Burgos, Genebra, Avinhão e Paris são mencionados apenas uma vez. Uma vez mais, dada a pouca expressão do número de locais de edição identificados, não é possível avançar com conclusões seguras quanto a eventuais preferências por determinado centro de edição, ou outras.

O formato das obras também é pouco referido na maioria das menções, havendo contudo um pouco mais de informações por comparação com os dados que apresentamos anteriormente.

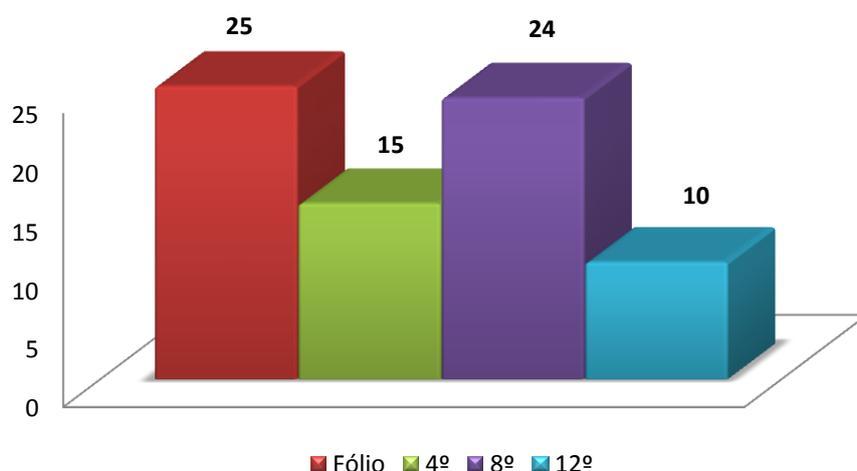
De facto, no total de 728 menções conhecem-se aproximadamente 10% dos formatos das obras referenciadas, isto é, foi possível identificar os formatos de 74 das

¹ Utilizamos a expressão composição porque não se tratam, pela data com que aparecem identificadas, de edições impressas, mas antes escritos anteriores ao aparecimento da imprensa. Uma dessas é a obra "*Citta di Deo*" de Santo Agostinho, a outra uma composição de título desconhecido.

obras que constam da fonte, mais cinco manuscritos que são identificados enquanto tal, mas para os quais não se conhece o formato.

No gráfico seguinte procuramos evidenciar, para as obras para as quais conhecemos dados, a distribuição do número de obras pelos respectivos formatos:

Gráfico 10
Distribuição do nº de obras mencionadas, nas cartas enviadas por Cenáculo, por formatos



Fonte: Correspondência enviada por Cenáculo, B.A.C; B.P.E; B.N.P.; B.N.M.; B.P.B., esta correspondência encontra-se compilada em Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*

Dos dados que foi possível recolher, verificamos que os formatos mais prevalentes são o *in-folio* e o *in-8º*, não se constatando por isso, nesta amostra, uma grande diferença de preferência entre pequenos e grandes formatos.

Embora o número de obras para as quais conhecemos os formatos não seja muito expressivo, julgamos que esta relativa proximidade entre grandes e pequenos formatos não se pode considerar surpreendente. Com efeito, dada a multiplicidade de fins com que se trocavam menções a livros ou outras composições escritas, sendo alguns desses para uso pessoal, para a oferta a outros, ou para integração em bibliotecas, também os usos e práticas que lhe estarão associados diferem, sendo que nuns casos seriam necessários formatos mais pequenos e portáteis e noutros objetos maiores, destinados a bibliotecas e à exibição de determinado item valioso da coleção de livros e outros escritos.

Como afirmamos anteriormente, as 728 menções a livros não correspondem necessariamente ao mesmo número de títulos, nem volumes, sendo em muitos casos impossível saber de quantos e quais livros trata determinada menção. Ainda assim, apesar de se desconhecer a grande maioria do número de volumes de muitas das referências a livros e outros escritos, há, nalguns casos, a referência ao número de volumes. Com efeito, desconhece-se o número de volumes em 646 referências a livros ou outros escritos, realizadas na nossa fonte. Só pouco mais de oito dezenas fornecem indicações a este respeito, sendo que nessas, onze casos apenas referem a existência de “vários volumes”¹. Os números indicados apontam para um total de 414², o que significaria que cada uma destas obras apresentava, em média, aproximadamente cinco volumes³. Tendo em atenção a pouca representatividade da amostra, não podemos avançar com conclusões seguras a este propósito, mas parece desenhar-se uma certa “tendência” para obras composta por vários volumes.

As menções a livros e outras composições escritas por vezes dizem respeito a mais que um exemplar, isto é, não é incomum enviar ou receber mais do que um exemplar da mesma obra, sobretudo quando se trata de livros dos próprios interlocutores, que enviam mais do que um exemplar para poderem ser distribuídos pela respetiva rede de contactos. Apenas conhecemos o número de exemplares associados 9% das menções realizadas. Contudo, dessa pequena parte refere-se um total de 2106 exemplares. Salientamos que se neste número se incluíssem as menções a donativos realizadas em algumas cartas, nomeadamente a alusão a cerca de quarenta mil livros enviados por Frei Manuel do Cenáculo como donativo a uma biblioteca, assunto que iremos desenvolver em momento posterior deste trabalho, o número elevar-se-ia consideravelmente. Contudo não deixa de ser, em nosso entender, um número bastante significativo, aquele que é mencionado nas diferentes cartas, o que parece evidenciar que as cartas foram de facto, um grande meio de divulgação e transação de livros e das ações empreendidas em torno desses objetos, incluindo diligências de dotação de bibliotecas.

¹ Estamos a reportar-nos à designação que lhe é dada na própria fonte.

² Não se inclui neste número a menção que alude a 40 mil livros de um donativo, uma vez que apenas se refere esse número, não se descrevendo os livros ou outras composições que o compõe.

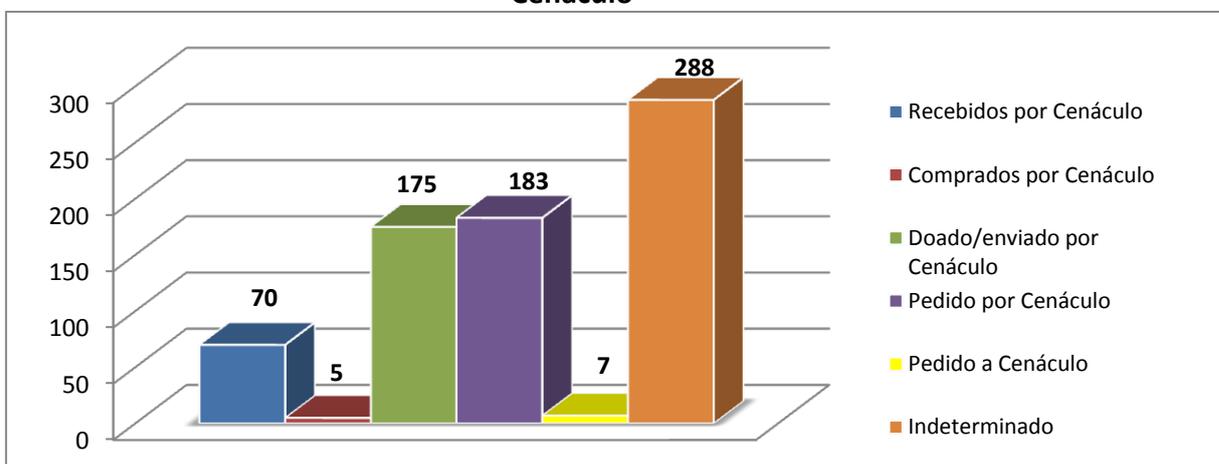
³ O número exacto, arredondado às duas casas decimais, é de 5,05 volumes.

Avançando no exame de dados que temos disponíveis, exploramos também as línguas de composição dos diferentes escritos. Constatámos que apenas sabemos as línguas em que foram compostas as obras de seis menções. Uma amostra manifestamente insuficiente para permitir avançar com qualquer conclusão, onde apenas as obras em português se repetem por duas vezes, sendo as restantes escritas em, hebraico, inglês, latim e francês. Ainda no domínio da língua das composições, procuramos também identificar se o título mencionado seria ou não uma tradução, sendo que em mais 99% dos casos a informação não consta na fonte. Apenas obtivemos a confirmação que quatro dos títulos identificados eram traduções de obras originais.

Além das características formais de algumas das obras mencionadas na diversa correspondência que Frei Manuel do Cenáculo enviou, procuramos também obter informações acerca daquilo que designamos por “forma de apropriação da obra” isto é, procuramos saber o motivo pelo qual determinada obra era mencionada e como era feita a sua apropriação.

Gráfico 11

Forma de “apropriação” dos livros e outros escritos, na correspondência enviada por Cenáculo



Fonte: Correspondência enviada por Cenáculo, B.A.C; B.P.E;B.N.P.;B.N.M.; B.P.B., esta correspondência encontra-se compilada em Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*

Como é possível constatar através da análise do gráfico, na correspondência enviada por Cenáculo há um grande fatia de menções a composições escritas para as quais desconhecemos a intenção com que surgem mencionadas. Trata-se de obras

para as quais o conteúdo nas cartas não fornece indicações claras sobre o que motivou a sua menção. Julgamos que nestas se poderão incluir obras compradas ou doadas, mas, devido à familiaridade entre os correspondentes não é explícito. Muitas vezes o livro, ou outra composição escrita, é mencionada havendo um conhecimento implícito do assunto entre os interlocutores da carta, o que faz com que a missiva não acuse qualquer registo a este respeito, algo que nos impossibilita de recolher, com segurança, estes dados. Noutros casos, a menção “indeterminado” diz respeito a registos nas epístolas onde apenas se refere determinado livro ou autor, sem que a obra tenha servido para qualquer troca efetiva entre os correspondentes, mas onde se discute “somente” a maior ou menor valia de determinado autor ou escrito, onde se informa do surgimento de novas obras, ou tendências e polémicas literárias.

Como vemos, ainda que admitindo que nestas obras “indeterminadas” se encontram algumas que poderiam ser incluídas noutros campos se a informação constante das cartas fosse mais consistente, haverá também muitas cuja menção é apenas inserida no sentido de comentário a determinada obra ou contexto literário, o que em nosso entender reforça ainda mais a ideia que esta correspondência serviu, muitas vezes, como instrumento de divulgação e de discussão em torno dos livros ou outras composições.

Os livros ou outros escritos pedidos¹ por Cenáculo representam também uma grande porção das obras mencionadas nestas epístolas, o que parece testemunhar que estas cartas foram muitas vezes utilizadas como instrumento de conhecimento, mas também de acesso aos livros, sendo através destes contactos entre correspondentes que o prelado fazia as suas encomendas. Admitimos que, nestes pedidos, se incluam composições escritas compradas por Cenáculo, mas cuja informação não se encontra totalmente explícita na fonte. De facto, é comum, na fonte que analisamos, encontrar missivas a solicitar o envio de determinado conjunto de livros, ou outras composições, mas nem sempre a informação é clara quanto ao facto de se tratar de uma encomenda para compra, ou um pedido para consulta ou qualquer outro objetivo. Por isso ao realizarmos a nossa análise, acabamos por separar os dados, colocando em “livros

¹ Não sabemos se as composições escritas destes pedidos foram de facto enviadas a Cenáculo. A carta reporta a sua solicitação, sendo que em muitos casos não há qualquer informação sobre ter sido, ou não cumprida.

pedidos”¹ todos os escritos para os quais percebíamos tratar-se de uma solicitação feita pelo prelado, mas cuja carta não possuía qualquer informação quanto ao facto de se tratar efetivamente de uma compra.

Por seu lado, em “livros comprados”² por Cenáculo colocamos apenas aqueles que sabíamos tratarem-se efetivamente de uma aquisição. Talvez isso possa contribuir para explicar a pouca representatividade desta “categoria”, a qual podemos constatar examinando o gráfico que atrás apresentamos.

A análise dos dados previamente apresentados permite-nos também concluir que as trocas de livros funcionavam de facto nos dois sentidos, isto é, as cartas eram um meio utilizado pelo prelado para solicitar livros ou outras composições, mas foram também usadas como meio para as enviar a outros. Isso mesmo parece ficar patente através do grande número de menções a escritos que foram enviados e doados por Frei Manuel do Cenáculo e ainda pelo menor número, mas também representado, de composições que lhe são pedidas³.

Se no que respeita a dados concretos sobre aspetos formais das edições mencionadas a fonte não é pródiga, assim como nem sempre é completamente esclarecedora no que reporta aos dados sobre as trocas empreendidas, quando procuramos averiguar o “emprego” de muitas das obras mencionadas nas cartas a situação é ainda mais difícil. Com efeito, na grande maioria dos casos não nos é possível saber qual o destino que Cenáculo pretende dar a muitos dos livros que menciona ou negocia nas suas cartas. Depreende-se, partindo da análise de algumas das conversas que mantém por carta, que nalguns casos a menção ao escrito diz respeito a obras para uso em bibliotecas e se destinam à sua dotação. Já no caso de livros ou outros escritos para uso pessoal a fonte é completamente omissa.

No concernente às bibliotecas a que se destinam as obras adquiridas ou recebidas, as informações presentes na fonte dão nota de menções a composições escritas que se destinavam à Biblioteca do Convento de Jesus, à Real Biblioteca Pública, e a outras bibliotecas. Não há qualquer menção a aquisições para as

¹ Estamos, com esta expressão, a tentar significar todas as composições escritas, não apenas livros impressos, mas também manuscritos, gazetas, entre vários outros.

² Da mesma forma a expressão não se resume em exclusivo a livros.

³ Não sabemos, para a maioria dos casos, se de facto estes pedidos encontraram eco por parte de Cenáculo.

bibliotecas de Beja ou Évora. Na tabela seguinte procuramos demonstrar a distribuição das menções destinadas a cada biblioteca.

Tabela 10. Bibliotecas de destino das obras mencionadas na correspondência enviada por Cenáculo.

Biblioteca de destino	Nº de obras mencionadas
Biblioteca do Convento de Jesus	7
Real Biblioteca Pública	4
Outras Bibliotecas ¹	20

Fonte: Correspondência enviada por Cenáculo, B.A.C; B.P.E;B.N.P.; B.N.M.; B.P.B., esta correspondência encontra-se compilada em Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*

Como é possível depreender da análise dos dados apresentados, desconhece-se o destino a dar à grande maioria das composições escritas, recebidas ou pedidas por Frei Manuel do Cenáculo. Julgamos que esta presença pouco significativa de envios a bibliotecas não significa que tenha realizado poucos donativos, ou efetivadas poucas diligências no sentido de apetrechar essas instituições, mas se deva apenas às limitações que a nossa fonte exhibe, tal como a familiaridade entre correspondentes. Com efeito, essas características tornam, em muito casos, as menções omissas e dispensável, desde o ponto de vista de quem escreve e recebe a carta, a inclusão destas informações a propósito do destino a dar aos livros de forma detalhada, uma vez que esse é do conhecimento dos interlocutores, não ficando registado nas epístolas.

Diligenciamos também no sentido de avaliar preços de algumas das obras, ou coleções mencionadas. Só conseguimos obter indicações relativamente a preços de pouco mais de duas dezenas das menções realizadas, sendo que, dentro dessas, algumas se referem a preços de livros encomendados por Frei Manuel do Cenáculo, enquanto outras se referem a propostas de preços para livros a enviar ou receber pelo prelado.

¹ No caso em apreço refere-se apenas ao envio de livros à Biblioteca do Convento de Serra de Ossa, realizado em dois momentos distintos, sendo que um desses envios é identificado como um donativo e será analisado em momento posterior do nosso trabalho.

A primeira menção a preços refere a quantia de vinte e quatro mil reis, como preço de um pedido de “Livros de Coro”¹ feito por Cenáculo. Entretanto não sabemos se terá de facto recebido os livros pedidos, mas demonstra-se que pelo menos Cenáculo estaria na disposição de desembolsar tal quantia no conjunto de livros solicitados. Contudo, não há exclusivamente menções a preços quando de tratam de encomendas pedidas ou recebidas por Cenáculo. Há missivas que fazem referências a preços que Cenáculo atribui a determinada obra, é o caso de uma edição do século XV, de um “*Decor Puellarum*”², cujo propósito com que é mencionado em epístola dirigida também a Frei Plácido Barroco não é perfeitamente claro, uma vez que o bispo, quando se refere a esta edição apenas tece considerações acerca da sua valia, afirmando que só existiam duas ou três por toda a Europa e que a sua edição era melhor que outra que havia em Paris e à qual atribui o preço de trinta moedas³. Ainda que não seja absolutamente clara a intenção com que tal edição é referida, admitimos que se trata de uma obra que Cenáculo intenta vender, por intermédio de Frei Plácido Barroco. A contribuir para a hipótese está a afirmação, feita pelo próprio prelado, que esta obra “poderá ficar” por vinte e quatro moedas. Sabemos, partindo da análise da correspondência entre estes dois interlocutores, que a determinada altura Cenáculo cogitou vender alguns dos seus livros, nomeadamente aos Padres do Convento de Jesus⁴, pelo que admitimos que esta menção possa reportar-se a um desses livros que procurou transacionar.

Nem só dos preços pedidos por Cenáculo, ou dos conseguidos para transação das distintas composições escritas, se compõem as menções a livros. Com efeito, há também referências a preços que outros poderão oferecer por algumas edições, sendo disso exemplo a carta, enviada mais uma vez a Frei Plácido, onde se faz a menção a um conjunto de livros, que não são todos identificados e pelos quais o livreiro Bertrand

¹ Estamos a reproduzir a forma com é identificado numa carta, datada de 4 de Abril de 1794, dirigida a Frei Plácido Barroco. B.A.C. – Ms. 802 série vermelha, f.104.

² Texto sobre os “costumes das raparigas”, dirigido especialmente a jovens mulheres, para mais informações veja-se: Prudence Arlen, *The concept of woman: the early humanist reformation*, v.II (Cambridge: Eerdmans Publishing, 2002), 659-661.

³ B.A.C.- Ms. 802, série vermelha, f.342-342v. O documento encontra-se sumariado em: Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*75.

⁴ Retomaremos este assunto com mais pormenor em capítulo posterior deste trabalho.

oferece vinte e oito mil réis, preço que o prelado considera insuficiente e demasiado baixo para as obras em questão¹.

Os valores indicados nem sempre são exatos, sendo frequente encontrarmos menções que referem “até determinado valor”, ou “pelo menos por determinado valor”. Há também alusões que referem apenas “ pelo preço oferecido”, “pelo “preços proposto”, “entre determinados valores”², entre várias outras, pelo que não é possível apresentar uma quantia exata, sendo contudo possível apresentar uma estimativa dos preços das composições escritas mencionadas.

É esse valor que procuramos demonstrar na tabela seguinte.

Tabela 11. Valores globais das composições mencionadas na correspondência enviada³

Obras	Valores
Compradas por Cenáculo	- 144.000 réis [= 30 moedas]
Enviadas por Cenáculo	- 278.400 réis [= 48.000 + 230.400 (= 48 moedas)]
Pedidas por Cenáculo	- 62.400 réis [= 24.000 + 38.400 (= 8 moedas)]
Indeterminadas	- 419.600 réis [= 131.600 + 288.000 (= 60 moedas)]

Fonte: Correspondência enviada por Cenáculo, B.A.C; B.P.E;B.N.; B.N.M.; B.P.B., esta correspondência encontra-se compilada em Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*

Estes valores dizem respeito apenas aos poucos preços que são conhecidos⁴, no universo das mais de sete centenas de referências a livros ou outras composições.

Em termos de pedidos realizados, estima-se um custo na ordem dos sessenta e dois mil e quatrocentos réis. Reconhecemos contudo que não é possível sabermos se todas as composições escritas que pediu lhe foram efetivamente enviadas, mas apenas que estava na disposição de gastar esta quantia. Seguramente os números enfermam pelo facto de não se conhecerem os preços da grande maioria das menções, o que certamente iria introduzir grandes alterações nos valores que aqui estimamos. Quanto a livros efetivamente comprados pelo prelado, apenas temos referência a um gasto de trinta moedas, isto é cento e quarenta e quatro mil réis que certamente estará muito aquém do valor que realmente terá gasto nas suas compras. Há também referência a

¹ B.A.C.- Ms. 802, série vermelha, f.114. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*77.

² Há casos onde aparece registado o preço, entre 7/8 moedas, entre 6/8 moedas.

³ Os valores são apresentados em réis e em moedas, o valor total foi calculado por nós. Para a definição dos valores das moedas Cf. Maria Manuela Rocha e Rita Martins Sousa, «Moeda e crédito...»,214-215.

⁴ Apenas representamos na tabela as formas de apropriação para as quais há referências a preços.

preços de livros enviados por Cenáculo e mesmo que admitamos que esses preços possam, por vezes, ser mencionados apenas para dar a conhecer a valia em termos financeiros das obras, não consideramos de forma alguma despidendo considerar que Cenáculo, apesar de se ter destacado como colecionador e por consequência comprador de livros, não desdenhou a hipótese de vender alguns dos seus exemplares, quando assim o entendeu. No que respeita às menções “indeterminadas”, não nos é possível discernir se se tratam, na sua grande maioria de compras, ou vendas. Admitimos que estas menções possam dizer respeito quer a uma, quer a outra situação, para além de, por vezes, dizerem também respeito a valores financeiros e comentários a obras que não entraram diretamente em qualquer processo de negociação direta, efetuando-se apenas câmbios de informações acerca destas.

No que concerne a informações sobre encomendas de livros e agentes a quem se efetuavam as compras, os dados existentes nas fontes são absolutamente residuais, sendo mais comum saber que, por intermédio de um correspondente, Frei Manuel do Cenáculo vendeu ou comprou determinado conjunto de livros, desconhecendo-se a quem e quando se efetivaram as encomendas¹, na grande maioria dos casos.

Por vezes Frei Manuel do Cenáculo emite algumas opiniões sobre determinada edição que é mencionada nas diferentes cartas, mas isso não é algo que aconteça de forma recorrente. Com efeito, uma vez mais, na grande maioria dos casos essa informação nem está patente, quando está, é normalmente para salientar o valor, a raridade e a qualidade de determinada obras, não significando isso que apenas encontremos comentários elogiosos. Na verdade, dos poucos comentários à valia das obras feitas pelo bispo, a maioria salienta de forma positiva determinada obra ou autor, sobretudo no que respeita à raridade e bom estado de algumas das edições com as quais intenta algumas negociações para venda, mas também acontece existirem comentários jocosos ou menos abonatórios a algumas obras e ainda alguns que acabam por ser um pouco “ambíguos” na sua significação. A este propósito salientamos, a título demonstrativo, o comentário a uma obra identificada como “*Orações*”, do Bispo de Rochela, que mereceu do prelado, sem mais esclarecimentos, a seguinte observação: “[...] vão as duas lindas e patéticas orações do Bispo da

¹ Muitas vezes a carta dá apenas nota da intenção de comprar determinada composição escrita, ou conjunto de livros, desconhecendo-se quando efetivamente se terá realizado a encomenda em definitivo.

Rochela”,¹ o que acaba por nos deixar na incerteza se estamos perante um elogio a duas orações que considera de facto lindas e tocantes, ou pelo contrário, se trata de uma observação chistosa a algo que considera exagerado ou ridículo.

Sem margem para grandes dúvidas é a análise negativa que faz aos autores Voltaire e Rousseau, a quem menciona, sem referir qualquer obra, os quais classifica como “inimigos natos da Monarquia”².

Alvo da sua crítica forte é também a obra intitulada “*Medicina Teológica*”, cujo autor, naquela altura, não é conhecido do público, mas que, de acordo com o Dicionário Bibliográfico, se trata do médico Francisco de Mello Franco³. Em carta dirigida a Frei Manuel de Santa Clara, o bispo classifica esta obra como “enganadora dos simples”, obra de um “artista de maliciosos despropósitos he hum escarnecedor que zomba do que não acredita, e engana com velhacaria [...] tristíssimo e pestilento médico”⁴.

Associadas a estas missivas surgem por vezes algumas listas de livros, as quais, sempre que nos foi possível, enquadrámos nas bases de dados de sistematização de informação que construímos e sobre as quais já demos nota anteriormente. Contudo, há casos de algumas listas de livros, que se encontram junto ao epistolário cenaculano, que apresentam informações insuficientes, não nos indicando o motivo pelo qual se encontram custodiadas junto ao espólio do prelado. Estamos a referir, no caso concreto da correspondência enviada por Frei Manuel do Cenáculo, listas de livros que se encontram entre as missivas enviadas a Frei Plácido Andrade Barroco, as quais não são datadas e não se encontram associadas a qualquer carta específica, tornando-se muito difícil perceber o que motiva a sua presença. Julgamos que podem tratar-se quer de róis de compras efetuadas, onde se inscrevem os respetivos preços, quer de livros que o próprio prelado propõe para venda e até relações de livros para análise e selecção dos espécimes a adquirir. Não há contudo, nestas listas, qualquer informação que nos permita perceber categoricamente de qual destes casos se trata. Devido a

¹ Carta dirigida a 10 de Junho de 1795 a Frei Plácido Barroco. B.A.C.- Ms. 802, série vermelha, f.116. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*76.

² Carta, não datada, dirigida ao Bispo de Castres. B.P.E. – Códice CXXVIII 2-10, f.169-170. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,289.

³ Silva, *Dicionário bibliográfico...*,175-179.

⁴ Carta de 11 de Novembro de 1800, B.P.E. – Códice CXXVIII 2-10, f.166. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*282.

essa impossibilidade de conhecer se são listas de compras, de venda ou apenas para análise optámos por não as incluir na sistematização de dados que efectuamos anteriormente. Tanto mais que, por exemplo, no caso das listas com propostas para aquisições, nada assegura que estas correspondam realmente a interesses do prelado, que tenham sido efetivamente compradas, ou mesmos se o preço foi aceite. Nalguns casos ao rol apresenta dois preços, o que nos faz admitir a hipótese que algumas destas listas correspondam a espécimes que faziam parte da coleção de Cenáculo, incluindo obras que este tentava vender a determinado preço, estando inscrito o preço que Cenáculo queria obter e o que Bertrand¹ estaria disposto a pagar.

Estas catorze listas de livros² não apresentam todas a mesma organização de dados, nem tampouco incluem o mesmo tipo de informações, sendo que entre estas há algumas com mais detalhes quanto a preços e características da edição e outras onde se apresenta apenas o título. Em momento posterior deste capítulo retomaremos o assunto das listas de livros, sobretudo para dar conta das que correspondem a compras efetuadas por Cenáculo.

Feita a apresentação dos dados no que à correspondência enviada por D. Frei Manuel do Cenáculo diz respeito, passaremos de seguida a analisar a correspondência recebida pelo prelado.

4.1.2. Os livros na correspondência recebida

Importa salientar que ao tratarmos esta correspondência, e tendo em conta que estávamos a trabalhar, no que respeita às cartas recebidas por Frei Manuel do Cenáculo, com dois núcleos de correspondência distintos, sendo que parte dessas missivas ainda se encontram inéditas, optámos por fazer a recolha dos dados separadamente, contabilizando por um lado os dados relativos à correspondência que já havia sido catalogada, e por outros os dados relativos à correspondência original. Esta opção não pretendeu, de forma alguma, introduzir uma separação artificial entre os dois núcleos de correspondência, mas apenas facilitar a contabilização e verificação

¹ Sabemos que a determinada altura Cenáculo intenta vender alguns dos seus livros ao Convento de Jesus, sendo que o negócio encontra alguns obstáculos no seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, Frei Plácido procura negociar também alguns destes livros com o livreiro Bertrand, sendo que algumas destas listas possam estar relacionadas com essas diligências.

² B.A.C.Ms.802 série vermelha, f.1;f.2; f.40-41; f.70-70v; f.73-73v; f.138139; f.225; f.444; f.445; f.288, f.338v; f.378; f,397; f.439; f.441.

dos dados, entre dois núcleos que se encontram em situação diferente no que respeita à divulgação pública. Assim sendo, nalguns momentos, apresentaremos os dados recolhidos apresentando essa partição entre estes dois núcleos, tendo como motivação exclusiva a maior capacidade para proceder ao controlo e certificação dos dados que recolhemos nessa situação.

À semelhança do que se verifica nas missivas enviadas pelo prelado, também na correspondência que D. Frei Manuel do Cenáculo recebeu se encontram múltiplas menções a livros ou outros escritos, embora nem sempre essas referências sejam esclarecedoras quanto ao número a que diz respeito, o título, ou tipo de edição a que se reporta. No seu conjunto, os dois núcleos de correspondência¹ incluem 1715 menções a composições escritas, sendo que dessas, 631 dizem respeito ao núcleo de correspondência que foi por nós sumariado, enquanto 1084 se encontram nas cartas que já haviam sido catalogadas por Gusmão.

A análise dessas menções permite constatar que há referências a livros e outros escritos bastante díspares e nem sempre suficientemente esclarecedoras quanto às obras a que dizem respeito, sendo certo que a cada menção não corresponde necessariamente um título ou um volume. Com efeito, é possível encontrar referências bastante sumárias a “livros”, cujo número desconhecemos, ou a “obras”; “tomos”, “papéis”, “orações”, “sermões” entre outras menções sem qualquer anotação suplementar, que nos permita obter mais esclarecimentos quanto ao número e identificação da composição escrita que estamos a tratar².

Em termos globais, de entre as 1715 menções, desconhecemos aproximadamente 16% das referências feitas. Nessa percentagem apenas se incluem 18 menções cujo título não é mesmo identificado³, as restantes dizem respeito a estas obras cuja identificação é feita de forma inconclusiva.

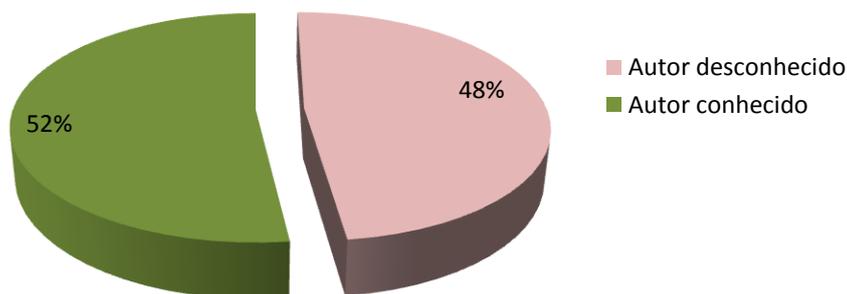
No que aos autores diz respeito, há um grande número de autores que não surgem identificados nos dois núcleos de correspondência. Em termos percentuais, tendo em conta o somatório dos dois núcleos, temos a distribuição que procuramos exemplificar no gráfico seguinte.

¹ O núcleo da correspondência que já havia sido catalogada e a que ainda se encontra inédita.

² Contabilizamos o número destas menções que não permitem uma definição clara de qual o título, ou quais os livros que estão referidos. A título ilustrativo note-se que as menções a livros surgem 48 vezes, a livro 24 vezes, a obras 17 vezes, entre outras.

³ Apenas se refere o autor, não o título a que a menção diz respeito.

Gráfico 12
Distribuição percentual da distribuição de autor na correspondência recebida



Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Com podemos inferir a partir da análise do gráfico, desconhecem-se quase metade dos autores das composições mencionadas na correspondência enviada. Entre os autores que se conhecem incluem-se várias menções a composições de Cenáculo, num total de 175.

Na tabela seguinte apresentamos os dados completos, relativos às menções a autores, tendo em conta a sua partição pelos dois núcleos de correspondência.

Tabela 12. Menções a autores nos dois núcleos de correspondência recebida

	Correspondência Catalogada	Correspondência Inédita	Total
Autores desconhecidos	530	295	825
Cenáculo	121	54	175
Outros autores	433	282	715
Total	1084	631	1715

Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

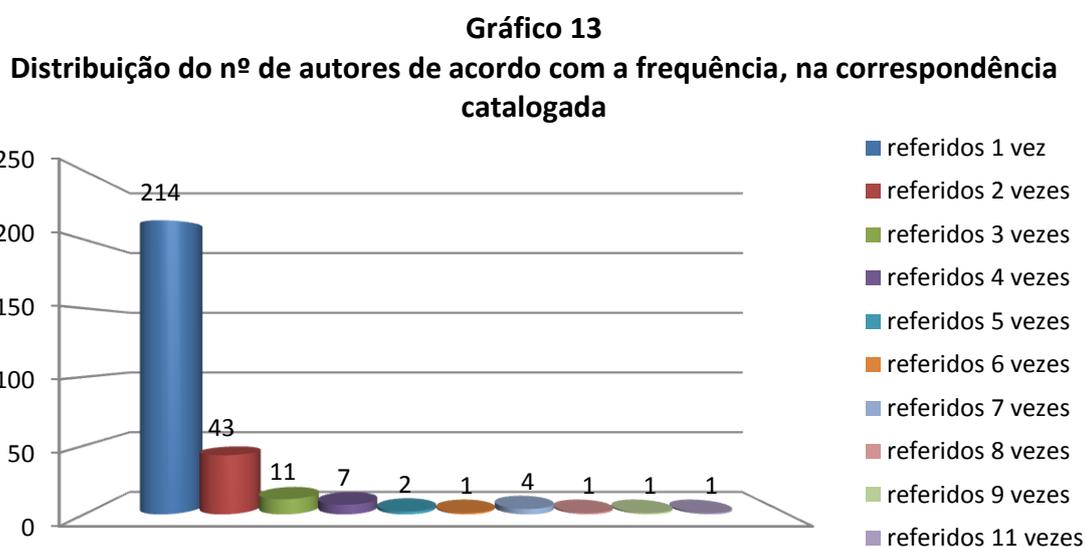
Ainda que a correspondência enviada a Cenáculo mencione diversos autores, a presença de várias alusões às composições escritas deste prelado, não deixam de ser, em nosso entender, bastante significativas. Tanto mais que, como pudemos constatar através da leitura individual de cada uma destas cartas, essas referências são muitas vezes feitas em tom elogioso por parte dos diversos interlocutores que se dirigem ao bispo. Embora o tom laudatório em relação às composições escritas de Frei Manuel do Cenáculo predomine, as menções às suas obras tanto incluem comentários à sua valia,

como registam pedidos de envio da obra para conhecimento ou distribuição por determinado núcleo de conhecidos. Tudo isto parece reforçar, cada vez mais, a ideia que esta correspondência funcionou como um meio de divulgação de obras compostas por diversos eruditos, nomeadamente as de Frei Manuel do Cenáculo.

Em face do anteriormente exposto em relação à metodologia de recolha para bases de dados distintas, quando averiguamos a repetição das menções a autores tivemos de fazer a repartição entre os dois núcleos de correspondência recebida.¹ Quer no que respeita às cartas que já foram objeto de catalogação, quer às missivas que ainda se encontram inéditas, verifica-se que a grande maioria dos autores aparecem mencionados apenas uma vez.

Centralizando a nossa atenção na correspondência que já se encontra catalogada, constata-se que há 214 autores que apenas são mencionados uma vez, isto é, pouco mais de 38% das menções a autores conhecidas.

No gráfico seguinte procuramos demonstrar a distribuição do número de autores, de acordo com a frequência com que aparecem indicados nesta correspondência já catalogada.



Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Como pode constatar-se através da observação do gráfico apresentado, os autores mencionados apenas uma vez são os mais representados, seguindo-se 43

¹ Note-se que, em termos metodológicos, o facto de termos recolhido os dados para bases de dados separadas, possibilitou-nos um maior controle para validação dos dados. Tanto mais que, dada as variações de grafia na escrita de alguns nomes, a contabilização de autores teve de ser realizada de forma manual. Isso impossibilitou-nos de proceder ao cruzamento dos dois núcleos.

autores que se repetem duas vezes. Há ainda 11 autores que surgem citados três vezes, 7 que se repetem por quatro vezes, 2 surgem referenciados cinco vezes e 4 que são indicados por sete vezes, sendo que apenas um se repete em cada um dos restantes casos.

Há uma vez mais, tal como se tinha verificado no caso da correspondência enviada por Cenáculo, grande diversidade nos autores citados, sendo que este núcleo específico de correspondência parece confirmar a tendência para estas cartas se constituírem como fontes privilegiadas de conhecimento de diversos autores.

Focalizando-nos nas menções a autores que se repetem verifica-se que, nos 43 autores mencionados duas vezes encontramos teólogos e doutores da igreja, mas também historiadores, juristas, cronistas, entre outros. Aqui constam nomes de áreas diversas como os de Santo Agostinho, Padre António Joaquim, Raimundo Lúlio¹, S. Bernardo, Racine, Padre António Joaquim, Nicolau Clenardo, Mr. Bergier, António Genovesi; Pedro Nunes, Pedro António Contarini, Casiri, Heinécio; Dr. João Vidal da Costa, Voltaire, entre vários outros. Com três menções surgem 11 autores, entre os quais Gerbert; Diogo Couto; Diogo Melo; Henrique José Castro; João José Pinto de Vasconcelos; João Pedro Ribeiro; Joaquim Machado de Castro; Dr. José Cevallos, P. José Vicente de Ataíde Benazol; Frei Manuel Maria Trugillo e Filipe Scio de S. Miguel. No que respeita a autores que são repetidos por quatro vezes temos Manuel de Figueiredo; Peres Bayer; P. Frei João Silvério de Lima; Frei Joaquim de Guadalupe; Frei Joaquim de Santo Agostinho; Diogo Barbosa Machado e por fim Frei Manuel de Santa Ana Braga. No atinente a autores que conhecem cinco repetições surgem apenas dois nomes, Gaetano Martinelli e Frei Manuel Evangelista de Oliveira Mascarenhas e Silva. Com seis menções surge apenas um autor, identificado nas cartas exclusivamente como Pereira. As alusões a Juan Baptista Muñoz, Francisco², Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo e os irmãos Mohedano repetem-se por sete vezes, enquanto com oito menções surge um autor identificado como “Sr. Almeida”. Com nove e onze menções surgem Alexandre Gouveia e o Padre Manuel de Azevedo, respetivamente.

¹ Recordamos que Cenáculo demonstrou forte interesse nas obras deste autor, tendo até escrito uma obra onde o defendia daquilo que considerava ataques de quem não conhecia o seu pensamento. Ao que parece as cartas funcionaram também como meio de comentário, conhecimento e acesso às obras deste autor.

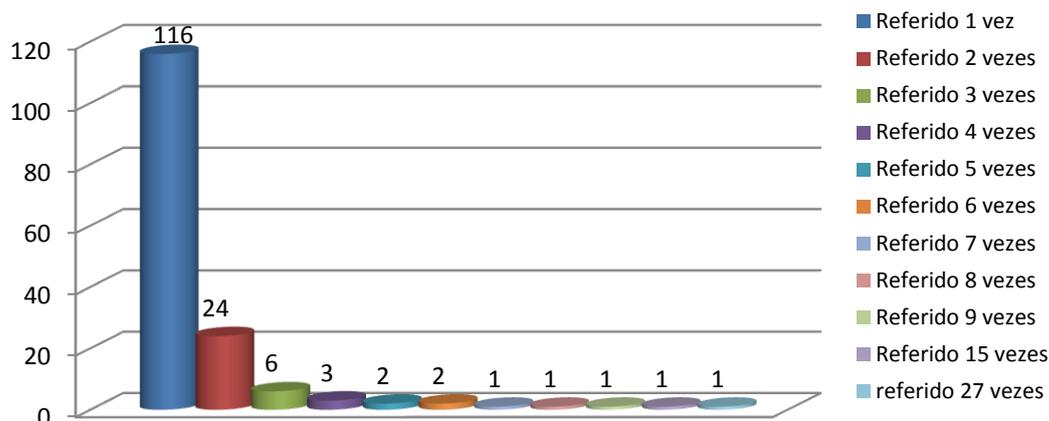
² Nas cartas surge apenas citado como Francisco, sem a inclusão de qualquer apelido que nos permita identificar concretamente de quem se trata.

Nem sempre é possível saber com clareza quais os autores tratados. Não obstante essa dificuldade, há outros autores bem conhecidos. Entre esses contam-se alguns que estabelecem até relações de “amizade”, ou pelo menos mantêm contactos mais ou menos regulares como o prelado através de cartas. Estamos a referir-nos aos irmãos Mohedano, a Peres Bayer, Juan Baptista Muñoz, entre outros. Parece confirmar-se que estas cartas funcionavam, não só como meio de discussão de assuntos da atualidade, das novidades do mundo literário e académico, mas também com meio de divulgação e acesso às obras dos próprios interlocutores. Dai a presença de menções quer a obras de Frei Manuel do Cenáculo, quer de alguns dos seus interlocutores. Defendemos, noutra momento deste trabalho, que esta rede epistolar funcionaria como uma verdadeira teia de troca de informações entre alguns eruditos da Península Ibérica, sendo que, pelo que parece depreender-se através do conhecimento destas informações acerca das menções a livros e autores na diversa correspondência, foi também uma rede de divulgação dos seus próprios trabalhos literários.

A correspondência recebida por Cenáculo que ainda se encontra inédita apresenta, em termos de autores e sua diversidade, características semelhantes à que tratamos anteriormente, embora nalguns haja diferenças em termos de representação, mas nada melhor do que apresentar os dados recolhidos. Nessa perspectiva cumpre realçar que, no conjunto de autores identificados, há um grande número que apenas é mencionado uma vez. Com efeito, do total de autores identificados, para além de Cenáculo, cerca de 41% são autores que apenas são mencionados uma vez.

No que respeita à distribuição de autores, de acordo com a frequência com que aparecem indicados, obtivemos os dados que apresentamos no gráfico seguinte:

Gráfico 14
Distribuição do nº de autores de acordo com a frequência, na correspondência recebida inédita



Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

O exame gráfico apresentado permite-nos constatar que, logo a seguir aos autores mencionados apenas uma vez, surgem 24 que obtêm dupla referência. Seguem-se 6 autores com três menções e 3 com quatro citações. Há 2 autores que surgem repetidos cinco vezes, o mesmo acontecendo para os que obtêm seis menções e finalmente, apenas um autor se repete por sete, oito, nove, quinze e vinte e sete vezes, prospectivamente.

A diversidade parece também imperar neste núcleo de correspondência, entre os autores com duas menções encontramos Herculano¹; Pedro Martins; Juan Buytrago; La Clede; Abade Bruté; Marcos Castelli; Afonso Guerreiro, entre outros. Com três citações temos o Padre Pereira; Frei Vicente Salgado; Vives; P. Sarmento; Frei Sebastian Sanches Sobrino e Frei Victoriano de Santa Maria. Com quatro menções temos Pereyra, Coloméio e o Conde da Ericeira, enquanto Diogo Couto e Frei João de Sousa surgem citados cinco vezes. João de Barros e José Anastácio da Costa e Sá obtêm seis citações, enquanto o irmão deste último, Joaquim José, alcança sete menções. Frei Rafael, exclusivamente identificado pelo nome próprio, é referido em oito ocasiões, enquanto os irmãos Mohedano por nove². António Pereira¹ é citado quinze vezes e Gregório e Juan Antonio Mayans vinte e sete.

¹ Este autor é citado em 2 cartas, carta nº22 e 236 do Códice CXXVIII 1/6. Não são fornecidas indicações suficientes sobre a sua identificação, apenas de informando que “O Herculano também se fez raro”.

² Admitimos que o Frei Rafael que aparece identificado apenas por este nome em diversas cartas se trata de Frei Rafael Mohedano, no entanto, por uma questão de fidelidade aos dados originais, optámos por manter as duas formas, tal como surgem identificados na fonte.

Importa salientar que, nos dois núcleos de correspondência recebida pelo bispo de Beja, impera uma grande diversidade quanto a “áreas de trabalho” de muitos dos autores citados. Verifica-se similarmente, que alguns dos autores mais citados correspondem a correspondentes do prelado, tais como os irmãos Mohedano e os irmãos Mayans, Joaquim José da Costa Sá e seu irmão José Anastácio da Costa e Sá, entre outros exemplos. Tal constatação parece reforçar a ideia que temos vindo a defender ao longo deste trabalho, que aponta para estas cartas terem funcionado, não apenas como troca de opinião e discussão de assuntos da atualidade política e do mundo literário e científico da época, mas também como instrumento de permuta dos próprios trabalhos dos diversos autores que mantêm estes contactos. Esta troca funcionaria nos dois sentidos, isto é, para enviar os próprios trabalhos e dá-los a conhecer nas suas redes de relações, mas também receber e espalhar novidades acerca dos trabalhos do outro.

Cumpramos realçar que este é um conjunto de cartas associadas a Frei Manuel do Cenáculo, não nos parece, por isso, incoerente que se verifique uma grande presença das suas obras nestes contactos. Tanto mais que, como pudemos verificar anteriormente, quando caracterizamos Frei Manuel do Cenáculo enquanto autor, são numerosas as obras que, em diferentes contextos, compõe ao longo da sua vida, algumas das quais correspondem a preocupações como o estado do ensino e propostas para melhoria dos estudos, sobretudo do clero. Sabendo-se que este era um campo que ocupava a ação e se tornou um dos centros das preocupações de muitos ilustrados da época, nomeadamente alguns eruditos peninsulares com quem o prelado se correspondeu, admitimos que a troca de alguma das suas obras, nomeadamente as que dizem respeito a estes assuntos seria bastante expectável.

O epistolário cenaculano constituiu-se como uma rede de estabelecimento de relações e de troca de livros. A “sociedade de informação” que se estabelece através destas cartas não se caracteriza pelo estabelecimento de um tipo exclusivo de relações, sendo que os contactos entre eruditos são apenas uma das suas componentes. Por tudo isso, a troca de livros que se efetuou através dessas missivas

¹ A fonte fala-nos muitas vezes de António Pereira, mas também de Pereyra e do padre Pereira, que admitimos tratarem-se da mesma pessoa, mencionados de forma diferente consoante a proximidade com os autores da missiva. No entanto, pelo mesmo motivo que apresentamos anteriormente, mantivemos tal e qual a citação consoante é realizada na fonte.

vai espelhar mais do que “apenas” as cumplicidades de interesses e preocupações entre eruditos, trocando-se também outros livros, por outros interesses, que não este tipo de partilha entre letrados.

Verifica-se, tal como aconteceu quando analisamos as cartas enviadas pelo prelado, uma prevalência de uma grande diversidade de autores, quer no que respeita às “áreas temáticas” em que se situam, quer à sua maior ou menor modernidade. Os autores ligados à vida da Igreja, teólogos, bispos, doutores da Igreja, especialistas em Direito Canónico e História Religiosa estão muito bem representados, tal como pode ser inferido da observação dos autores mais citados. Outra coisa não seria, em nosso entender, de esperar, uma vez que estamos a falar do epistolário de um prelado e de uma figura da Igreja, sendo portanto “normal” que as preocupações com assuntos religiosos o fizessem procurar obter contactos e trocar livros dentro destes assuntos. Paralelamente, nos contactos que outros intentavam, essa preocupação era similarmente relevante. Não obstante, as trocas de livros não refletem apenas essa presença de assuntos religiosos e há trabalhos de áreas bastante distintas.

Há trabalhos no âmbito da História, nomeadamente da “Expansão Portuguesa”, temos referências às “*Décadas*” de Couto, enviadas por Cenáculo, para Madrid, a D. Fernando José Velasco, o qual lhas agradece em carta de quatro de Setembro de 1772¹. Também se alude a uma coleção das obras destes autor, não identificadas mas qualificadas como inéditas, numa carta enviada ao prelado em data indeterminada por António Lourenço Caminha². Na mesma área, há também alusões a João de Barros é à sua “*História da Índia*”³, tal como é identificada na carta que é enviada a partir de Granada ao bispo de Beja, pela qual, Rafael Rodrigues Mohedano, em 24 de Novembro de 1769, solicita ao prelado o envio dessa e outras obras⁴. Frei Joaquim De Santa Rosa Viterbo, cronista da Província da Conceição da Ordem Franciscana, está também presente, existindo menções a obras suas relacionadas com História, tais como as “*Reflexões críticas sobre História Portuguesa*”; “*Relação de documentos sobre o Meio-dia Eclesiástico ou civil*”; “*Apontamentos Relativos à História eclesiástica do Algarve*”,

¹ B.P.E. Códice CXXVII/1-8, cf. nº 1514, Gusmão, *Catálogo...*

² B.P.E. Códice CXXVII/1-2, cf., nº 250, Gusmão, *Catálogo...*

³ Admitimos estar a referir-se às “*Décadas de Ásia, de Ioan de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista de mares e terras do oriente.*”

⁴ B.P.E. Códice CXXVIII/1-6, nº81.

que são mencionadas ou enviadas¹pelo próprio autor, ao prelado, em três cartas enviadas entre Fevereiro e Agosto de 1789². Em carta posterior, o mesmo autor alude a obras que estava a compor, tais como “*A História Universal da Igreja Lusitana*” e a “*História Tipográfica*”, tarefa cuja execução estava a conhecer alguns entraves³. No que respeita ao estudo das Línguas, também se encontram menções a alguns autores, como por exemplo Joaquim José da Costa e Sá. Em cartas diversas fazem-se menções a algumas obras deste autor, sobretudo ligadas à língua latina e tradução de alguns trabalhos naquele idioma. Entre os títulos citados destacam-se, a título de exemplo, os “*Anais literários*” e as “*Odes de Horácio*”, que foram enviadas ao prelado pelo próprio autor, em duas cartas, com data de oito de Junho de 1781⁴. O “*Novo tesouro e Lexicon latino*” é referido em carta também enviada pelo próprio, a dois de Agosto de 1779⁵. O orientalista Casiri é também citado, dando-se nota do envio da sua “*Biblioteca Árábica*” ao prelado, numa carta em que D. Fernando José Velasco se compromete a agradecer, em nome do bispo, o envio desta biblioteca⁶. A Matemática também surge representada, com referências a Pedro Nunes e o seu “*Tratado de Álgebra*”, ou o “*Tratado de crepusculis*”, referido em carta enviada a Cenáculo a partir de Alcobaça, por Frei Manuel de Figueiredo, que em carta de 20 de Junho de 1778 informa o bispo de Beja que não existiam exemplares daqueles trabalhos na biblioteca de Alcobaça⁷. No campo da Música temos referências a trabalhos de autores como Gaetano Martinelli, com menções a várias composições: “*Dramas*”, “*Oratio Sacro: Ester*”; “*Sonetos*”; “*Versos aos anos da Princesa Carlota*”, mencionadas em cartas enviadas pelo próprio, a Frei Manuel do Cenáculo. Os eruditos espanhóis Peres Bayer, irmãos Mohedano, Juan Baptista Munõz marcam também presença, para além de alguns ideólogos do poder regalista, como António Pereira de Figueiredo.

Globalmente, tendo em conta os nomes de alguns dos autores mais citados nestas cartas, há muitas obras ligadas à religião, mas não se pense que as menções a livros e autores se limitam à presença de autores da “ortodoxia” católica. Encontrámos similarmemente menções a pensadores como Voltaire, ou Bayle, cuja obra é pedida ao

¹ No primeiro caso é apenas mencionada, os dois últimos títulos são enviados ao prelado.

² B.P.E. Códice CXXVII/2-1, f.118,125,130. Cf. nº 2529,2530,2531, Gusmão, *Catálogo...*

³ B.P.E. Códice CXXVII/2-1, f.133 Cf. nº 2532, Gusmão, *Catálogo...*

⁴ B.P.E. Códice CXXVIII/1-1, f.119-120; idem - f. 121.

⁵ B.P.E. Códice CXXVIII /1-1, f.74-81.

⁶ B.P.E. – Códice CXXVII/1-8. Carta de 15 de Outubro de 1773. Cf. nº1517, Gusmão, *Catálogo...*

⁷ B.P.E. – Códice CXXVII/2-2, f.270, Cf. nº 3655, Gusmão, *Catálogo...*

prelado em carta enviada em dezanove de Agosto de 1799. Nessa carta, Frei Joaquim de Azevedo afirma estar a trabalhar na realização de determinada obra “contra os incrédulos do tempo” e afirma precisar de obras desses autores, pelo que pede o seu empréstimo ao bispo de Beja, caso as tenha¹. Apesar de não ser possível confirmar se tal pedido foi, ou não atendido, a realização do rogo parece indiciar que o interlocutor do bispo saberia, ou pelo menos acharia, que o grande colecionador Cenáculo teria disponíveis estas obras, sem que isso significasse, como se sabe, uma adesão ao pensamento destes autores. Também o autor Paulo Coloméio, que pensamos tratar-se do protestante que se distinguiu em estudos hebraicos e orientais Paul Colomiès, é mencionado por quatro vezes nas cartas recebidas pelo prelado. Em carta datada de 21 de Novembro de 1769, enviada por Frei Rafael Rodrigues Mohedano, é pedido ao bispo que diligencie no sentido de lhe obter as obras “*Hispania Orientalis*”, “*A biblioteca Selecta*” e o “*Suplemento ao diálogo dos Poetas de Lilio Gregorio Gyrardo*”². Quase seis anos depois, em 17 de Fevereiro de 1775, o mesmo Frei Rafael volta a pedir a obra “*Hispania Orientalis*”.³ Já atrás demos nota da importância que Frei Manuel do Cenáculo atribui ao estudo das línguas, nomeadamente alguns dos idiomas originais dos vários livros que compõe a Bíblia, este pedido de trabalhos de Paulo Coloméio, poderá relacionar-se com esse interesse do bispo, que era reconhecido pelo seu interlocutor. De qualquer modo, demonstra que os contactos em torno dos livros não se fizeram só de autores que se enquadrassem na defesa do pensamento político e social do prelado, mas existiu diversidade em termos de temáticas e pensamento defendido nas diferentes obras, ainda que isso não significasse uma adesão ao seu pensamento “polémico”.

As menções a livros ou outras composições são, como temos vindo a verificar, numerosas, mas nem sempre suficientemente esclarecedoras quanto a títulos ou autores que estamos a tratar. Certificam contudo que as trocas de livros estiveram bastante presentes nas cartas de vários correspondentes e mostram que Cenáculo era reconhecido na própria época como um grande colecionador, de tal forma que, conforme foi possível verificar nalguns exemplos que trouxemos aqui, alguns dos seus

¹ B.P.E. – Códice CXXVII/1-13. Cf. nº 2324, Gusmão, *Catálogo...*

² B.P.E. Códice CXXVIII/1-6, nº81.

³ B.P.E. Códice CXXVIII/1-6, nº197.

interlocutores lhe pediram para encontrar obras de autores “menos consensuais”, inclusive do interdito Voltaire.

No que concerne às características formais das edições, tal como aconteceu na correspondência que tratamos anteriormente, verifica-se que as cartas recebidas por Cenáculo são muito limitadas, não permitindo conhecer com clareza informações relativamente às características de muitas obras.

Começando pelas informações acerca dos editores, constata-se que, na grande maioria das menções às várias composições escritas, este é desconhecido. De facto, no total de mil setecentas e quinze menções¹, apenas conhecemos o editor de menos de 2%.

Na tabela seguinte procuramos apresentar os dados que conseguimos apurar:

Tabela 13. Menções a Editores na correspondência recebida

Editor	Correspondência catalogada	Correspondência inédita	Total
Desconhecido	1075	618	1693
Conhecido	9	13	22
Total	1084	631	1715

Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Como se pode constatar, há um grande número de menções a diversas composições escritas cujo editor não conseguimos identificar. Dos 9 editores que são mencionados na correspondência que já havia sido catalogada alguns repetem-se, dizendo respeito apenas a 4 editores. Com efeito, trata-se de José António Silva, com 2 menções, a Academia, com 5 menções, Bandeira e Officina Typografica Mayeriana com uma menção cada. Já na correspondência inédita faz-se a menção a treze editores diferentes, a Régia Oficina, a Oficina da Música, a Academia de Boas Letras de Barcelona, a Marca Imperial, Sancha, Andres Soto, Trevara, Viúva de Inácio Nogueira Xisto, Bertrand, Bascreville, Meipsig, Florentina e Ibarra. Saliente-se, apesar da pouca

¹ Estamos a reportar-nos ao total de menções entre correspondência recebida já catalogada e a que ainda se encontra inédita.

expressividade dos números, a presença de várias casas nacionais e internacionais, o que indicia a existência de um certo conhecimento do mercado livreiro.

No que às datas de edição/composição diz respeito, apenas conhecemos a data de edição de pouco mais de 2% de total das menções a livros ou outros escritos da correspondência recebida¹.

Na tabela seguinte apresentamos os dados que foi possível recolher, apresentando os valores totais e também a diferenciação entre os dois núcleos de correspondência, salientando que na correspondência inédita incluímos duas obras sobre as quais se afirma tratar-se de um reedição, sem a identificação concreta do século a que pertence a edição.

Tabela 14. Menções a datas de composição na correspondência recebida

Data de Composição	Correspondência catalogada	Correspondência inédita	Total
Desconhecida	1058	610	1668
Conhecida	26	21	47
Total	1084	631	1715

Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

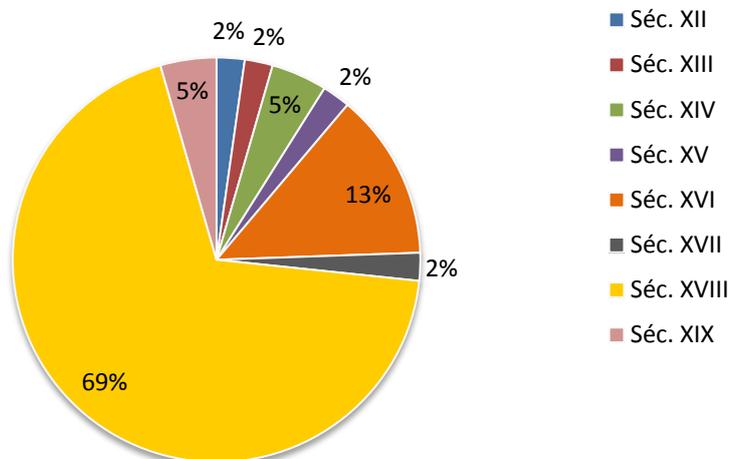
Em termos da distribuição cronológica das obras sobre as quais conhecemos as datas de composição, verifica-se um predomínio das edições mais recentes, embora existam menções a escritos bastante antigos, datados do século XII e XIII.

No gráfico que se apresenta de seguida procuramos demonstrar a distribuição cronológica das diferentes composições, nos dois núcleos de correspondência. Nos valores apresentados não estão incluídas as duas reedições que mencionámos previamente.

¹ Esta percentagem diz respeito ao total da correspondência, incluindo a inédita e a já catalogada.

Gráfico 15

Distribuição de acordo com as datas de composição das obras mencionadas na correspondência recebida



Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Tal como se pode constatar no universo reconstituído, há um predomínio de edições do século XVIII, que representa cerca de 69% do total da amostra, seguido do século XVI, com 13%. Há uma preponderância de edições mais recentes, embora o século XVII esteja menos representado que alguns dos anteriores, existindo uma distribuição por datas bastante diferentes. Volta também a emergir a importância de obras do século XVI, no que se poderá constituir como mais um indício do pendor humanista de Frei Manuel do Cenáculo.

No que concerne aos locais de edição, a fonte continua a ser bastante omissa em informações, só se conhecendo o local de edição de pouco mais de 1% das composições.

Como temos vindo a fazer ao longo deste ponto do nosso trabalho, apresentámos de seguida a tabela com a distribuição dos dados que conseguimos coligir, apresentando os valores totais e a diferenciação entre correspondência inédita e já catalogada.

Tabela 15. Menções a locais de edição na correspondência recebida

Local de Edição	Correspondência catalogada	Correspondência inédita	Total
Desconhecido	1059	625	1684
Conhecido	25	6	31
Total	1084	631	1715

Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

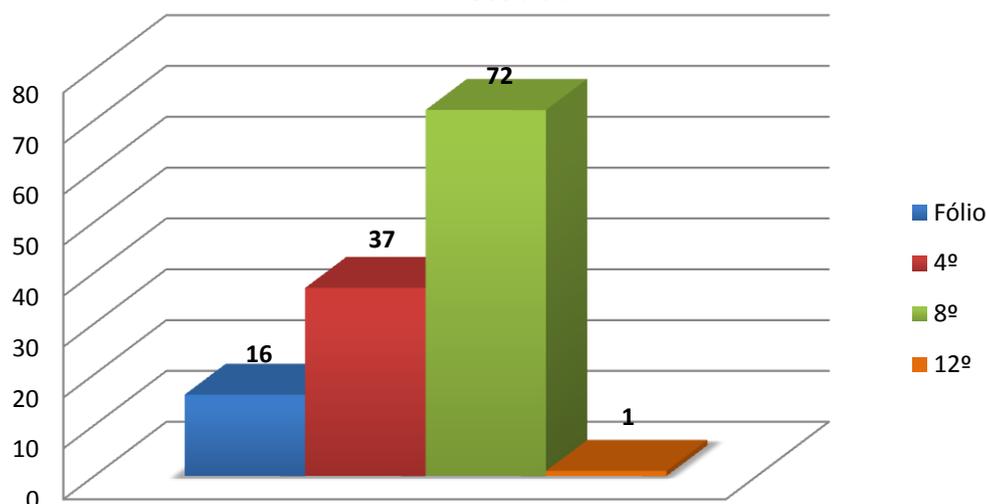
Relativamente aos locais de edição que se conhecem, os dados disponíveis apontam para um grande diversidade de locais, com Lisboa a ser o local de edição mais referenciado, com 11 menções, no total da correspondência recebida.¹ Segue-se Londres, com 3 menções. Madrid, Amesterdão, Firenze, Valência e Veneza com 2 referências cada. Finalmente, com uma menção cada seguem-se Maiorca, Granada, Bruxelas, Mongúcia, Maastricht, Paris e Florença.

Passando para o exame dos formatos das obras mencionadas, o universo reconstituído continua a ser de pequena dimensão. Com efeito, no total de 1715 mencionadas nos dois núcleos de correspondência recebida, apenas conhecemos o formato de pouco mais de 7% das menções. A estes acrescem 11 manuscritos que vêm identificados enquanto tal, mas para os quais não se conhece o formato.

O gráfico que se apresenta de seguida procura expor os dados que conseguimos coligir.

¹ Uma vez mais estamos a reportar-nos aos dois núcleos de correspondência, a inédita e a já catalogada por Gusmão.

Gráfico 16
Distribuição do nº de obras por formatos, na correspondência recebida



Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Como vemos o formato mais pequeno como o *in-8º* predomina, ainda que formato ainda mais pequeno¹, esteja pouco representado. Pese embora o predomínio identificado, tendo em conta que os usos e destinos a dar aos livros ou outras composições escritas são bastante diferentes, sendo algumas para consulta pessoal, outras para integração em bibliotecas e encontrando-se edições de datas bastantes distintas, consideramos que os formatos e consequente portabilidade das edições deveria também variar muito. Aliás, se tivermos em conta os dados recolhidos no que concerne à correspondência enviada por D. Frei Manuel do Cenáculo, é mesmo essa diversidade que parece sobressair, uma vez que este predomínio de formato mais pequeno não se verifica.

Avançando na nossa apresentação de dados acerca das características das composições mencionadas nas cartas recebidas, passamos a apresentar os dados relativos ao número de volumes. Como já acima comunicamos, as menções que quantificamos não correspondem necessariamente a esse número de títulos, tanto mais que em alguns casos essas menções dizem respeito a um conjunto ou número de livros que não conhecemos exatamente. Por vezes a fonte faz referência ao número de

¹ O *in 12º* é o formato mais pequeno, claramente sub-representado face aos outros dois. O *in-8º* é mais manuseável porque mais pequeno, enquanto o *in-4º* favorece uma maior legibilidade.

volumes da obra mencionada nas missivas, ainda que, na grande maioria dessas referências não conste essa informação.

No conjunto das 1715 menções incluídas nos dois núcleos de correspondência, aponta-se para um total de 541 volumes¹, no entanto desconhece-se o número de volumes de mais de 92% das menções, em termos globais as obras para as quais conhecemos o número de volumes apresentariam uma média aproximada de pouco mais de dois volumes².

Em termos de exemplares, sabemos que as menções às diferentes composições por vezes dizem respeito a mais que um exemplar, isto é, pode suceder que sejam enviados ou recebidos mais do que um exemplar da mesma obra, verificando-se também que essa obra pode ser por vezes composta por mais que um volume. Os dois núcleos de correspondência aludem a dois mil seiscentos e onze exemplares, ainda que mais uma vez, se desconheça o número de exemplares da grande maioria das referências, isto é, cerca de 90% das menções realizadas.

Passando à análise das línguas de composição das obras mencionadas nas missivas verifica-se que só conseguimos determinar a língua de 91 menções, realizadas nos dois núcleos de correspondência.

Na tabela seguinte procuramos apresentar os dados que foi possível recolher, apresentando os valores totais e fazendo a diferenciação entre os dois núcleos de correspondência.

Tabela 16. Menções à língua de composição na correspondência recebida

Língua	Correspondência catalogada	Correspondência inédita	Total
Português	11	34	45
Espanhol/Castelhano ³	4	12	16
Latim	6	9	15
Italiano	3	1	4
Arábico	-	3	3
Gótico ⁴	-	1	1

¹ Na correspondência já catalogada aponta-se para 385 volumes, enquanto na inédita se refere um total de 156.

² 2,92 volumes, nº arredondado às duas casas decimais.

³ Mantemos a designação conforme realizada na fonte.

⁴ Ainda que tenhamos tratado, para efeitos de quantificação de dados, esta obra como uma língua, não podemos discernir se o atributo gótico corresponde à língua de composição, ou ao tipo de impressão do título: “*Formulare Instrumentorum Instrumenta edere: oponose ve cupientibus, maxime profutur*”. Em carta dirigida por Frei João de Sousa, ao prelado, este apenas indica que iria enviar ao

Arménio	-	1	1
Turco	-	1	1
Grego	-	1	1
Francês	1	-	1
Bilingues ¹	3	-	3
Total	28	63	91

Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Como vemos, das composições para as quais conhecemos a língua de edição, o Português encontra-se em maioria, seguido a alguma distância pelo Castelhana e pelo Latim. Encontram-se também alusões a línguas muito distintas, mais uma vez é possível verificar que há menções a composições em línguas que compõem a Bíblia, sendo que, como se sabe, Frei Manuel do Cenáculo demonstrou interesse em estudos de algumas destas línguas. Por isso, ainda que não possamos, a partir das menções feitas em cartas que lhe foram enviadas por outros, depreender que esta presença determine necessariamente um interesse do prelado, podendo muito bem corresponder exclusivamente às preferências do outro interlocutor, estas alusões parecem acompanhar os interesses, também revelados noutros momentos, pelo prelado.

Finalmente, em termos de características formais das composições mencionadas, podemos ainda examinar se estamos, ou não, perante uma tradução. No que respeita à correspondência que já havia sido catalogada temos a informação que 22 edições se tratavam se uma tradução, sendo que se desconhece o estado das outras 1062 menções. Já no atinente à correspondência inédita, verificamos que 20 obras são traduções, 30 incluem a indicação específica que não são traduções, sendo desconhecidas quaisquer informações a este respeito nas restantes 581 menções.

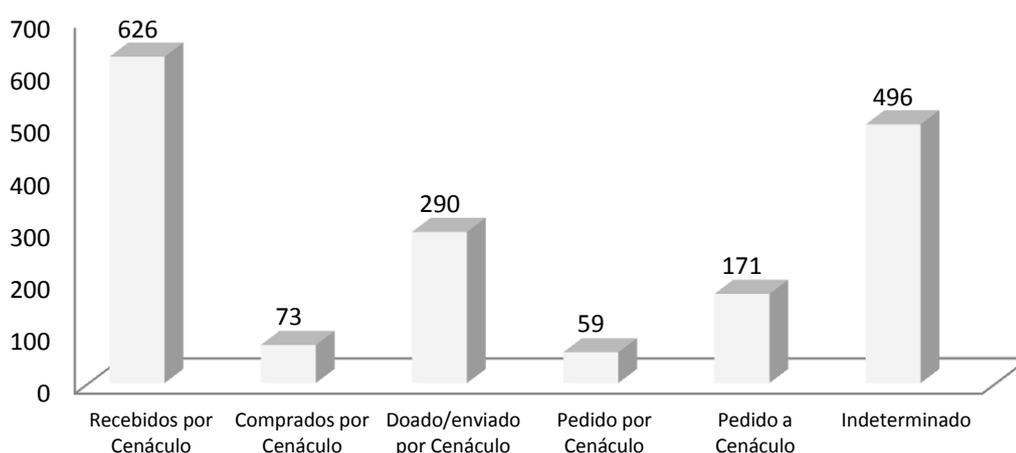
Prosseguindo na nossa análise, passaremos a apresentar, tal como fizemos para a correspondência enviada, os dados que conseguimos compilar acerca daquilo a que chamamos forma de apropriação das obras, ou seja, se estas obras mencionadas foram recebidas ou compradas por Cenáculo. Se são doações ou envios seus, ou se

bispo este "livrinho gótico". B.P.E. Códice CXXVIII 1-4, nº 50. Carta enviada de Lisboa em 1 de Julho de 1788.

¹ Estas edições bilingues incluem uma obra em árabe e português e duas em latim e castelhano.

pelo contrário, estamos perante obras que foram pedidas por e a Frei Manuel do Cenáculo. Incluímos ainda a categoria “indeterminado”, na qual encerramos todas as menções para as quais desconhecíamos a forma de apropriação. Os dados recolhidos são apresentados no gráfico seguinte.

Gráfico 17
Forma de “apropriação” dos livros e outros escritos, na correspondência recebida



Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Os dados apresentados procuram traduzir as informações recolhidas considerando os totais respeitantes aos dois núcleos de correspondência. Como é possível inferir através do exame do gráfico, a maioria das composições escritas mencionadas correspondem a escritos recebidos por Frei Manuel do Cenáculo. Tendo em conta que estas missivas dizem respeito aquelas que foram enviadas por outros ao bispo de Beja, não julgamos que este predomínio seja muito surpreendente, uma vez que, tal como atrás afirmamos, por vezes são os próprios autores a fazer o envio das suas obras nas epístolas que dirigem ao prelado, o que acaba por contribuir para aumentar este número.

O núcleo mais representado de seguida é o das menções indeterminadas, que inclui todas aquelas para as quais não conseguimos identificar o propósito da menção e ainda as obras que apenas são referenciadas nas cartas, não tendo sido objeto de troca efetiva. Estas missivas funcionaram como um meio de obter e enviar informações e opiniões sobre obras, para além de trocas efetivas de livros ou outros escritos. Assim, nesta categoria “indeterminada”, estão incluídas essas menções a

obras que mereceram apenas uma troca de informações por parte dos diferentes correspondentes.

Seguem-se as obras enviadas ou doadas por Frei Manuel do Cenáculo, nas quais se podem incluir doações realizadas, ou envios de obras que foram compradas pelos seus interlocutores por intermédio do bispo.

Sucedem-se os pedidos de obras a Cenáculo, nos quais se incluem pedidos das obras de sua autoria, mas também encomendas de outras, no que nos parece ser um reconhecimento da diligência com que se consegue movimentar no mercado livreiro. Com efeito, estes pedidos para encontrar determinadas obras, que alguns dos seus interlocutores pretendem adquirir poderá, em nosso entender, evidenciar que o bispo tinha conhecimento do mercado e poderia aceder a obras e edições com relativa facilidade, por via da sua experiência enquanto apaixonado por livros. Daí os rogos que por vezes recebe no sentido de comprar determinados livros. Além disso, nestes pedidos encontram-se também solicitações por parte de alguns correspondentes no sentido de o bispo lhes doar determinada obra que necessitam para os seus estudos, ou para completar algum trabalho, apelando ao seu mecenato e patrocínio.

Os livros comprados pelo prelado e os pedidos e encomendas a outros correspondentes estão menos representadas nestas cartas recebidas. Isto poderá ficar a dever-se precisamente ao facto de serem cartas enviadas por outros, as quais muitas vezes já só dão conta do envio de determinada obra, que pode ter sido objeto de um pedido anterior por parte do bispo, mas que não é identificado na carta.

Prosseguindo na nossa análise, avançamos para a apresentação de dados acerca das bibliotecas às quais se destinavam os livros mencionados. Não há, nas inúmeras cartas recebidas pelo bispo de Beja com menções a livros ou outros escritos, um grande número que faça alusão às bibliotecas ou usos a que estes se destinam, verificando-se que, no conjunto dos dois núcleos de correspondência, se desconhece o destino a dar a mais de 99% das obras.

Na tabela seguinte apresentamos os dados relativos às bibliotecas de destino que conseguimos identificar.

Tabela 17. Bibliotecas a que se destinam as composições escritas na correspondência recebida.

Biblioteca de destino	Nº de obras mencionadas
Biblioteca do Convento de Jesus	5
Real Biblioteca Pública	3
Biblioteca de Évora	1
Total	9

Fonte:B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo*...

Com é possível verificar, a amostra reconstituída dá apenas nota do envio de obras a três bibliotecas que, como iremos desenvolver posteriormente, estarão no cerne de várias diligências de Frei Manuel do Cenáculo no sentido de dotar bibliotecas.

Avançando para os preços, ainda que não seja possível determinar na fonte a grande maioria dos preços das obras mencionadas, há casos onde se indica o valor de algumas obras, ainda que em moedas distintas e nem sempre com um valor definitivo. De facto, tal como aconteceu no caso da correspondência enviada pelo prelado, os valores indicados nem sempre são exatos, sendo que o preço apontado se encontra “entre determinados valores”¹, pelo que nem sempre é possível apresentar uma quantia exata.

No concernente ao núcleo de correspondência que já havia sido catalogado por Gusmão temos indicações que Frei Manuel do Cenáculo terá recebido obras com um valor de dezasseis moedas, isto é setenta e sete mil e oitocentos réis. No entanto, há ainda a indicação a uma obra com um custo total de dezasseis mil cruzados, sendo que a carta dá apenas nota do bispo de Beja ter recebido o prospeto da obra. A obra com esse valor é identificada como "*Gothic Style of Architecture*", de autoria Murphy, o qual, de acordo com a carta dirigida ao prelado por Hebert Hill, datada de 13 de Novembro de 1792, se tratava de um “hábil arquitecto inglês” que havia contado com a proteção de Cenáculo em Beja, três anos antes².

No que diz respeito a menções a composições escritas compradas pelo prelado, o mesmo núcleo de correspondência já catalogada, fornece a indicação que o prelado terá gasto aproximadamente 460 “reais de Velon”³, 172 “pesos sencillos”¹, 8 reais, 100

¹ Há casos onde aparece registado o preço, entre 8 a 10 moedas, por exemplo.

² B.P.E. Códice CXXVII/1-10, f. 346. Cf,nº1978, Gusmão, *Catálogo*...

³ Moeda espanhola.

libras, e 670.771 réis². Este número gasto em compras é tanto mais significativo, quanto sabemos que apenas uma muito pequena parte das menções a obras compradas nas cartas faz referência ao seu preço³. De facto, apenas sabemos, para o núcleo de correspondência já catalogada, os preços atribuídos às obras de aproximadamente duas dezenas de menções. O valor efetivamente gasto em compras deverá ter sido muito superior. Entre essas compras destacamos, pelo valor financeiro, o “*Bellum Papa*” e a “*Bíblia de Arentino*”, cujo custo importa a 100 libras, numa conta de um livreiro de Turim Antoine Jean, a pagar por intermédio do negociante de livros Borel⁴. Outra compra de elevado valor respeita a uma obra intitulada “*Collection de Medailles de Pellerin*”, de dez volumes em formato *in-4º*, com um custo de 28 mil reis, comprada a Borel, cujo envio ao bispo é confirmado em carta que lhe é dirigida por Frei Gregório José Viegas⁵. Ainda assim, um valor muito inferior ao pago por uma edição da “*Bíblia de Mongúcia*”, que o terá feito desembolsar a quantia de 600 mil réis, de acordo com uma anotação enviada numa carta de Frei Manuel de Pina Cabral⁶.

Elevados custos em termos monetários tinham também muitas das obras “indeterminadas” que, como sabemos, incluem quer composições escritas, que apenas são comentadas entre interlocutores, quer obras para as quais se desconhece o propósito com que foram referidas e por consequência se foram objeto de troca efetiva, ou como se fez a sua apropriação. Reportando-nos ao núcleo de correspondência que engloba as cartas já catalogadas, incluem-se referências a custos na ordem de 12.939.200 réis. Certamente temos de admitir que algumas destas menções respeitam a valores atribuídos a obras que Frei Manuel não terá comprado pessoalmente, estando “apenas” informado do seu valor. A indicação destes preços aponta para custos extremamente elevados que parecem confirmar que o livro era, nessa época, um objeto caro e também por isso de difícil acesso. A contribuir para este alto valor encontram-se alusões a obras com custos extremamente elevados, tais

¹ Trata-se também de um valor indicado por um negociante espanhol, no caso Buytrago.

² Destes 3 são moedas, isto é 14.400 réis.

³ Há outras referências a preços em listas de livros, assunto que abordaremos em momento posterior deste capítulo.

⁴ B.P.E. Códice CXXVII/ 1-2. Cf.nº1002, Gusmão, *Catálogo...* A conta está referida no anexo deste documento.

⁵ B.P.E. Códice CXXVII/ 1-10. Cf. nº 1941, Gusmão, *Catálogo...*

⁶ B.P.E. Códice CXXVII/2-10,f.194. Cf.nº3753, Gusmão, *Catálogo...*

como o preço de 700 mil réis de uma *Bíblia* identificada como anterior à *Moguntina*¹. A referência a esta edição é realizada numa carta dirigida ao prelado por Frei Gregório José Viegas, datada de 27 de Novembro de 1792, na qual se referem os preços de várias obras e se informa que o livreiro Borel pedia esse valor por tal publicação². Uma carta do mesmo Frei Gregório atribui o valor de 800 mil réis a uma coleção de livros do padre Agostinho Xavier, mas o herdeiro desses bens não tinha ainda estabelecido o preço³. Já uma “*Bíblia Hebraica*” em pergaminhos, datada de 1299, é avaliada em 240 mil réis, em epístola dirigida a partir de Haia ao bispo de Beja, por Francisco José Maria de Brito⁴. Avaliada em 400 mil reis está uma edição em dezoito volumes da “*História Geográfica*”, de Joaquim José de Rocha e Saldanha, referida numa missiva de Francisco Nunes da Costa⁵. O preço da obra é o que é pedido pela viúva desse autor e de acordo com o interlocutor de Cenáculo seria um valor justo, uma vez que a obra lhe merecera grandes elogios. Cumpre realçar que, apesar da menção ao preço, não é possível determinar se de facto veio a revelar interesse na sua aquisição⁶. A estes juntam-se outras menções, a obras com valores mais modestos, mas ainda assim não despidiendos de 40 mil réis, 18 mil réis, que acabam por contribuir para o total atrás apontado.

No que respeita a pedidos de obras efetuados por Cenáculo, no núcleo de correspondência já catalogada, temos alusões ao preço em menos de uma dezena destas menções, que apontam para um total de 197.720 réis, nos quais se incluem oito moedas. Uma vez mais, os números conhecidos deverão andar muito distantes do total a gastar nesses pedidos, uma vez que apenas se conhece uma ínfima parte dos preços das obras pedidas nestas circunstâncias.

Já nas obras pedidas a Frei Manuel do Cenáculo não temos referências a preços, apenas se constata que, numa carta, determinado correspondente pede a Cenáculo

¹ Admitimos a hipótese de se tratar de um exemplar da primeira Bíblia impressa por Gutenberg, também conhecida como a “Bíblia das quarenta e duas linhas”, uma vez que esta é a edição que antecede a de Mogúncia que foi impressa “já” em 1462, por intermédio dos sócios de Gutenberg, Johannes Fuster e Peter Schoeffer. Para mais informações sobre o assunto e visualização de uma reprodução digital da Bíblia das 42 duas linhas, consultar: «Projecto Gutenberg Digital», <http://www.gutenbergdigital.de/>, 10 de Fevereiro de 2011.

² B.P.E. Códice CXXVII/1-10, f.280-281. Cf. nº1943, Gusmão, *Catálogo...*

³ B.P.E. Códice CXXVII/1-10, f.272-273. Cf. nº1939, Gusmão, *Catálogo...*

⁴ B.P.E. Códice CXXVII/1-8. Cf. nº1666, Gusmão, *Catálogo...*

⁵ B.P.E. Códice CXXVII/1-9. Cf. nº1729, Gusmão, *Catálogo...*

⁶ A missiva não deixa perceber se estamos perante uma proposta feita a Cenáculo, ou se foi a prelado a pedir essa informação.

que lhe adquira uma obra “nem que seja a peso de ouro”. O pedido é feito pelo Padre João Perez Vila Lobos e diz respeito a uma obra identificada como “*Sermões*”, do Padre Pomar¹.

Nas cartas inéditas recebidas por D. Frei Manuel do Cenáculo as informações sobre os preços das diferentes composições escritas não abundam. Com efeito, do total de 631 menções, apenas conhecemos os preços de pouco mais de 4%.² Também aqui os preços são apresentados em moedas³ diferentes, mas no caso desta correspondência apenas temos alusões a alguns preços de obras compradas por Cenáculo, pedidas pelo prelado e “indeterminadas”.

As menções a preços apontam para um gasto em compras por parte do Bispo de Beja na ordem dos 21.995 réis nos quais se incluem quatro moedas e 150 reais de Vellon. Um valor modesto, mesmo quando comparado com o referido nas cartas recebidas já catalogadas, mas que certamente será muito inferior ao que efetivamente terá sido gasto em compras, uma vez que apenas se conhece uma ínfima parte dos preços. As obras nestas circunstâncias apresentam genericamente valores pouco elevados, destacando-se, como as compras mais caras, duas obras, com um custo total de 2.400 réis, sendo que apenas se identifica uma delas pelo título “*Munere Provisoris Castarum*”, de Oliveira⁴. Esta compra é referida em carta dirigida ao prelado de Beja por Frei Vicente Salgado, enviada a partir de Lisboa, em 7 de Janeiro de 1783. A esta segue-se uma compra de 110 réis correspondente a uma obra de autor desconhecido intitulada “*História e Origem da Bulla In cena Domini.*” A referência a esta compra é realizada numa carta enviada por Juan Buytrago, a partir de Madrid, em 30 de Julho de 1768⁵.

As menções indeterminadas apontam já para valores mais elevados, na ordem dos 332.585 réis, que incluem 3 cruzados novos e 12 moedas. Como já atrás reconhecemos, a indicação destes preços não fornece qualquer garantia que Frei Manuel tenha adquirido, ou vendido, qualquer desses exemplares, mas apenas que conhece o seu preço. A edição com um preço mais elevado é a que surge apenas identificada como a “*Obra de Minisk*” de Francisco Mesguien, também citado muitas

¹ B.P.E. Códice CXXVII/2-6, f.245. Cf.nº3353, Gusmão, *Catálogo...*

² Apenas há menções ao preço de 28 menções.

³ Os preços são apresentados em “moedas, “réis”, “cruzados”.

⁴ B.P.E. Códice CXXVIII 1-2, nº160.

⁵ B.P.E. Códice CXXVIII 1-7, nº61.

vezes como Francisco Meninski, que foi um orientalista alemão¹, para a qual se refere um preço de 220 mil réis “sem comissão”. A indicação deste preço é realizada em carta enviada por Frei João de Sousa, em 13 de Maio de 1794, informando-se também que esta nova impressão é “mais acrescentada e correcta”². Outro valor elevado é o que é apontado para os livros arábicos do Abade Correia³, que seria o preço que o seu possuidor pediria por essa coleção, tal como refere o mesmo Frei João de Sousa, em carta dirigida ao prelado em vinte e oito de Outubro de 1788⁴.

Nos que respeita a pedidos de composições escritas realizados por Cenáculo e referidos na correspondência inédita recebida, há apenas duas menções com identificação de preços, uma de 32 mil réis, outra de 4 “tostões circiter”. A primeira diz respeito a uma obra cujo título não é identificado, de seis 56 volumes atribuída a Dupin, que é referida em carta de Frei Vicente Salgado, enviada a 18 de Março de 1783⁵. A segunda é uma “*Regula Cleri*”, mencionada numa carta enviada por Romoaldo Afaloni, da Congregação da Missão em Junho de 1797⁶.

No quadro seguinte procuramos sumariar os dados recolhidos nos dois núcleos de correspondência.

¹ Autor da obra “*Thesaurus linguarum orientalium, praesertim turcicae, arabicae et persicae... Linguarum orientalium institutiones[...]*», «Biblioteca Valenciana»
,<http://bv2.gva.es/i18n/corpus/unidad.cmd?idUnidad=49687&idCorpus=20000&posicion=1>, 10
Fevereiro de 2011.

² B.P.E. Códice CXXVIII 1-4, nº99.

³ Surgem mencionados exclusivamente assim, sem qualquer informação adicional.

⁴ B.P.E. Códice CXXVIII 1-4, nº55.

⁵ B.P.E. Códice CXXVIII 1-2, nº181.

⁶ B.P.E. Códice CXXVII 2-14, nº47.

Tabela 18. Valores globais das composições mencionadas na correspondência recebida¹

Obras	Correspondência Catalogada	Correspondência Inédita
Recebidas por Cenáculo	- 77.800 réis [=16 moedas] ²	-
Compradas por Cenáculo	- 670.771 réis [= 656.371 + 14.400 (=3 moedas)] - 100 libras - 8 reais - 460 reais de vellon - 172 pesos sencillos.	- 21.955 réis [= 2.755 + 19.200 (= 4 moedas)] -150 reais de vellon
Pedidas por Cenáculo	- 197.720 réis [= 159.320 + 38400 (= 8 moedas)]	- 32.400 réis [= 32.000 + 400 (= 4 tostões circiter)]
Indeterminadas	- 12.939.200 réis [= 2.216.000 + 10.723.200 (= 2234 moedas)]	- 332.585 réis [= 273 545 + 1.440 (= 3 cruzados novos) + 57.600 (=12 moedas)]

Fonte: B.P.E., Códices: CXXVIII 1-1 a CXXVIII 1-19; CXXVIII 2-13; CXXVII 2-14 a CXXVII 2-15; CXI 2-11, e Gusmão, *Catálogo...*

Como é possível verificar através do exame deste quadro resumo dos preços conhecidos, nos dois núcleos de correspondência, há gastos significativos em compras de livros, sobretudo quando temos em conta que os preços aqui indicados correspondem apenas a uma pequena parcela do que terá sido gasto nestas compras, sendo lícito admitir que o valor gasto em livros será muito superior ao aqui contabilizado.

Outra consideração que parece emergir da análise destes dados prende-se com o elevado valor dos livros na altura. Os valores atribuídos a algumas obras na categoria de “indeterminadas” são bastante significativos. Mesmo não sendo possível conhecer com rigor se algumas dessas edições mencionadas terão sido efetivamente trocadas com Cenáculo, verifica-se que o prelado estava pelo menos informado do preço de muitas das obras. Algumas dessas edições constituíram-se como objetos de coleção, muito valiosos e extremamente caros, correspondendo nalguns casos a edições dos primórdios da imprensa, tal como o exemplo da Bíblia que anteriormente mencionámos.

No seguimento da nossa análise, avaliamos também os comentários feitos a determinadas edições que, neste caso, salientam muito mais a opinião de quem se dirige a Frei Manuel do Cenáculo, uma vez que está expressa nas cartas que lhe são

¹ A metodologia de cálculo é a mesma que foi utilizada na correspondência enviada.

² A estas acresce o prospecto de uma obra que iria custar 16000 mil cruzados, sendo que apenas sabemos que recebeu o prospecto da obra.

enviadas. Muitas vezes, não há comentários a este propósito registados nas diferentes cartas. Quando existem, tanto se referem a características formais da obra, elogiando o tipo de encadernação, a “limpeza” da edição, como também à valia do seu conteúdo, à sua raridade, ou a questionamentos acerca dos seus autores.

Antes de avançarmos julgamos ainda pertinente esclarecer que tentamos, por uma questão de sistematização de dados, seriar a informação de modo a obtermos os números globais do que é possível inferir acerca das diferentes composições escritas mencionadas nestas cartas. Sempre que possível incluímos as listas de livros com compras ou menções a livros que apareciam anexas às cartas nas bases de dados que construímos. Contudo, identificamos róis de livros e listas de compras feitas em particular a dois agentes, Nicolau Pagliarini e Juan Buytrago, aos quais já fizemos referências em momento anterior deste trabalho, que permitem uma melhor seriação de dados, sobretudo as do primeiro, que fornecem indicações muito precisas relativamente a compras efetuadas por Frei Manuel do Cenáculo ao longo de vários anos. Por isso, e tendo em conta a possibilidade de coligir dados mais concretos acerca de algumas compras efetuadas pelo prelado e características dessas obras, optámos por analisar em momento posterior deste capítulo, de forma particular, estas listas, onde iremos examinar com mais detalhe os conteúdos desses róis de livros.

Por agora e tendo em conta que também no diário do Bispo de Beja foi possível encontrar dados e menções a livros, iremos apresentar os dados que conseguimos coligir a partir deste documento.

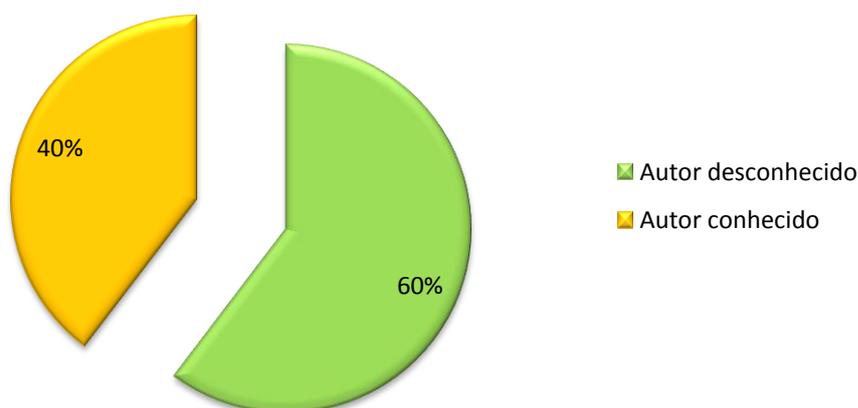
4.1.3. Os livros no diário

Os dados que coligimos no diário¹ apontam para a existência de 131 menções a diferentes composições escritas no diário, entre essas algumas menções a “obras”, “manuscritos”, “orações”, não identificadas claramente e para as quais não conseguimos determinar um número concreto. Realce-se que, além dessas, existem ainda duas menções que aludem a composições escritas de dois autores, sem fornecer qualquer indicação quanto ao título.

¹ O diário de Frei Manuel do Cenáculo encontra-se distribuído em cinco códices da B.P.E. Códice CXXIX/1-17; CXXIX/1-18; CXXIX/1-19; CXXIX/1-20; CXXIX/1-21. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 570-604.

No gráfico seguinte procuramos demonstrar a distribuição entre menções com identificação de autor e sem essa identificação:

Gráfico 18
Distribuição percentual da indentificação de autor nas obras mencionadas no diário



Fonte: Diário de Frei Manuel do Cenáculo CXXIX/1-17; CXXIX/1-18; CXXIX/1-19; CXXIX/1-20; CXXIX/1-21 e Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 570-604

Como podemos constatar, desconhece-se a maioria dos autores das diferentes composições escritas mencionadas, sendo que nos autores conhecidos, 5 menções respeitam a obras de Frei Manuel do Cenáculo, sendo os restantes 47 outros autores.

A maioria desses surge apenas mencionado uma vez, isto é, 42 autores. Apenas Racine e Frei Plácido Oliveira se repetem por duas e três vezes, respetivamente. A obra do autor que mais se repete é o *“Catecismo”*, de Frei Plácido de Oliveira. De Racine faz-se alusão à sua *“História Eclesiástica”*. Embora os autores mais repetidos sejam de obras na área da religião, há menções a obras de autores de várias temáticas, da História, Geografia, Filosofia, Doutrina Política, Compilações de leis, entre outras. Não consideramos esta presença estranha, tanto mais que muitas destas menções aludem a livros que utilizou, por exemplo, nos estudos que ministrou ao príncipe, sobre os quais já nos debruçamos em ponto anterior deste trabalho.

Avançando para a análise das características formais dos vários escritos mencionados, começaremos por apresentar os dados relativos ao editor. Desconhecem-se a grande maioria dos editores das obras mencionadas, só se conhecendo aproximadamente 3%. Os editores identificados surgem apenas mencionados uma vez e são Miguel Rodrigues, Mello, Lyra e Tipografia Régia.

Quanto às datas de edição, mais de 90% destas não são conhecidas. De facto, apenas conhecemos a data de edição de 13 das obras mencionadas. Dessas, 8 menções correspondem a obras do século XVI, 4 a obras do século XVII e finalmente uma a obras do século XVIII. Emerge assim uma predominância de obras mais antigas, face as obras contemporâneas a Cenáculo. O desconhecimento das datas de muitas dos escritos mencionados não nos permite extrapolar qualquer conclusão, uma vez que os dados poderiam conhecer alterações significativas caso existisse registo das datas de mais edições.

No concernente aos locais de edição o desconhecimento é ainda maior, uma vez que só temos indicações relativas aos locais de edição de 7 das obras. Nesses, destaca-se Roma como local de edição mais mencionado, seguindo-se, com uma menção cada, Coimbra, Lisboa, Paris e Índia. No que concerne à Índia como local de composição da obra, a indicação surge ligada à obra “*Roteiro de Goa a Diu*”, manuscrito de D. João de Castro.

No que concerne ao formato das edições, apenas conhecemos dados de cerca de 16% das edições, sendo que nesse valor incluímos cinco manuscritos.

O gráfico seguinte procura apresentar os dados relativos aos formatos, excluindo os cinco manuscritos.



Fonte: Diário de Frei Manuel do Cenáculo CXXIX/1-17; CXXIX/1-18; CXXIX/1-19; CXXIX/1-20; CXXIX/1-21 e Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 570-604

Há uma distribuição bastante equitativa entre os vários formatos destacando-se o formato *in-4º* como o mais prevalente, existindo também obras de formatos mais

pequenos, o que nos parece consoante com o que sabemos acerca de algumas obras mencionadas. De facto, algumas das menções aqui realizadas aludem a livros utilizados na educação do príncipe, sendo que os formatos mais pequenos facilitariam a sua portabilidade e consulta fácil. Contudo, os dados da amostra são claramente parcelares e não podem ser tidos como representativos da globalidade das menções, uma vez que se desconhecem os formatos das obras referidas em 109 menções.

Também o número de volumes da maioria das obras mencionadas é desconhecido, de facto, do total de 131 obras referidas, desconhecemos o número de volumes de 117. As menções para as quais se conhece o número de volumes apontam para a existência de 58, o que aponta para uma média de cerca de quatro volumes por obra¹.

No pertencente ao número de exemplares, os quantitativos indicam um total de 121, mas desconhece-se o número de exemplares da maioria das obras. Este número é muito marcado pela existência de 50 exemplares de um "*Catecismo do frade de Roma*"² e um conjunto de "*Livros do Catecismo*" também com 50 exemplares. O facto de existirem vários exemplares de obras como os catecismos não surpreende, sobretudo quando consideramos que este texto é escrito enquanto o Frei Manuel desempenha as funções de bispo de Beja, sendo que o ensino da doutrina "ao seu rebanho" estava no centro das suas preocupações e o catecismo era encarado como um importante instrumento para a sua concretização.

Nas línguas de composição dos escritos mencionados as informações são praticamente inexistentes, uma vez que apenas encontramos referências à língua de composição de quatro obras mencionadas. Entre essas, três são em castelhano e uma em português. Tendo em conta os títulos apontados tudo indica que haja muitas mais obras em português, apenas não se efetivando na fonte esse registo. No entanto, uma vez que o tipo de registo em diário, num contexto de familiaridade poderia levar Cenáculo a traduzir para português os títulos, optámos por apenas considerar as línguas de composição quando efetivamente registadas de modo a evitar desvios motivados pela nossa interpretação.

¹ O valor preciso é de 4,14 volumes, arredondado às duas casas decimais.

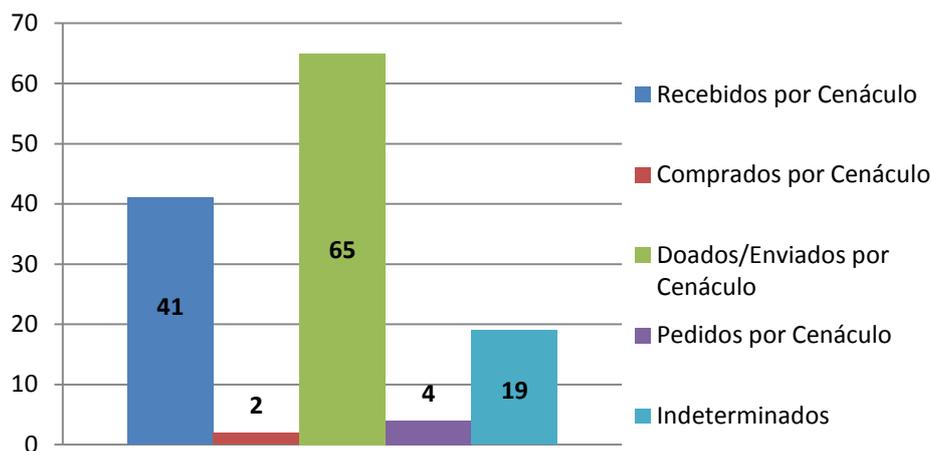
² É assim mesmo identificado na fonte.

No que respeita a obras sobre as quais se indica que se tratam de traduções apenas temos dois registos, e dizem respeito, nos dois casos, a uma obra intitulada “*Sermões do catecismo*”, que é também referenciada duas vezes, sem indicação de autor.

Prosseguindo a nossa apresentação de dados, debruçar-nos-emos na forma de apropriação dos livros, seguindo os mesmos critérios que definimos quando tratamos os dados da diferente correspondência.

O gráfico seguinte procura expressar a distribuição das diferentes menções de acordo com a sua forma de apropriação.

Gráfico 20
Forma de “apropriação” dos livros e outros escritos, no diário



Fonte: Diário de Frei Manuel do Cenáculo CXXIX/1-17; CXXIX/1-18; CXXIX/1-19; CXXIX/1-20; CXXIX/1-21 e Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 570-604

Como é possível verificar, partindo do exame do gráfico¹ apresentado, a maioria das obras mencionadas por Cenáculo no seu diário foram por si enviadas em diferentes circunstâncias, sendo que a leitura do diário nos permite perceber que em muitos casos são escritos enviados a paróquias sob a sua responsabilidade, ou párocos e frades sob a sua jurisdição. Contudo, também se indicam algumas obras que foram recebidas pelo bispo de Beja, em diferentes circunstâncias e das quais se faz registo, ficando patente que alguns desses livros lhe eram entregues para examinar. As menções a compras são praticamente residuais no diário. No que respeita ao que

¹ O gráfico não apresenta a categoria “pedidos a Cenáculo”, por não se encontrar qualquer menção nessas condições.

incluímos na categoria “indeterminados”, esta mantém as mesmas características que estabelecemos quando tratamos este tipo de dados na correspondência, isto é, todos aqueles para os quais desconhecemos de facto de forma objeto de troca efetiva, ou apenas forma mencionados porque mereceram qualquer tipo de comentário na fonte analisada.

Focalizando a nossa análise nas bibliotecas a que se destinam estes livros, só temos três menções com essa indicação e todas dizem respeito à Biblioteca de Évora. Anexo ao diário está ainda uma lista com uma doação à livraria do Convento de Serra de Ossa a qual trataremos em momento posterior deste trabalho¹.

Avançando para a análise dos preços de algumas destas obras, não conseguimos encontrar qualquer referência. No que concerne a comentários às obras, apenas encontramos duas indicações. Uma diz respeito ao manuscrito “*Roteiro de Goa a Diu*”, sobre o qual se diz tratar-se do manuscrito original, outra bastante apreciada e classificada no próprio diário como “edição magnífica”, intitula-se “*Sermões*”, de autoria do Cardeal Cassini.

Por último, encontra-se ainda a indicação do livreiro a quem se compraram três das edições mencionadas, sendo duas edições do “Catecismo” compradas ao livreiro Bertrand. Ao livreiro Borel foi adquirida a obra “*Epistolarum Libri Duo*”, de Nicolau Clenarts².

A apresentação dos dados coligidos na correspondência enviada e recebida por D. Frei Manuel do Cenáculo e ainda no diário evidenciou a presença constante de alusões a livros, ou outras composições escritas. De facto, são 2574 menções a livros ou outros escritos, sabendo-se que essas menções não correspondem exatamente a esse número de títulos ou volumes.

Como afirmamos atrás, muitas dessas referências dizem respeito a mais que um título, reportando-se a caixotes de livros, obras várias que não conseguimos quantificar de forma exata, pelo que podemos admitir que os números aqui apresentados são ainda inferiores ao real número de títulos sobre os quais se empreenderam trocas. Ainda assim, são cifras bastante significativas, que parecem

¹ No capítulo sobre as diligências empreendidas por Cenáculo no sentido de dotar ou criar bibliotecas.

² O autor pode também surgir citado como Nicolau Clenardo, autor que viveu entre 1495 e 1592 cf. «Base Nacional de Dados Bibliográficos, PORBASE», <http://porbase.bnportugal.pt/>, 21-3-2010.

corroborar o facto de a correspondência ter sido usada como uma rede privilegiada de contactos sobre os livros, sua troca e conhecimento de novidades do mundo literário.

Quando procuramos conhecer aquilo a que chamamos “formas de apropriação” dos escritos mencionados, tentamos perceber que tipos de permutas se faziam através da correspondência e também dos registos efetuados no diário. Foi possível verificar que as diferentes missivas trocadas dão nota de múltiplos contactos, alguns tendo em vista o envio ou doação de composições escritas, outras a sua compra. Há casos de obras pedidas pelo bispo de Beja a alguns dos seus correspondentes e também de solicitações feitas pelos seus interlocutores no sentido de o prelado lhes adquirir ou encontrar algumas das suas obras. Há ainda diversas composições para as quais não conseguimos distinguir os propósitos com que foram referidas, nas quais se integram muitas acerca das quais os diferentes intervenientes apenas trocam opiniões, não tendo sido objeto de permuta efetiva. Por vezes, essas informações sobre obras comunicavam preços, ou características das edições, sem que isso significasse que a obra tenha sido comprada por qualquer dos interlocutores. Nas menções a obras enviadas por D. Frei do Cenáculo verifica-se que há a realização de alguns donativos, mas também se consegue perceber o envio de exemplares que foram comprados por intermédio do prelado. As fontes raramente são claras quanto à forma como seriam processados estes negócios, embora a leitura das diferentes cartas e alusões a livros pedidos permita descortinar que as menções são, nalguns casos, encomendas realizadas ao bispo. Há também casos em que Frei Manuel do Cenáculo terá vendido exemplares da sua coleção. Ilustram-no exemplarmente algumas epístolas trocadas com Frei Plácido Andrade Barroco¹, ainda que os moldes do negócio não se encontrem explícitos.

Globalmente, os dados encontrados apontam para a existência de obras em diferentes formatos e com características distintas, escritas em várias línguas, e de diferentes cronologias e editores. Julgamos que, partindo apenas dos dados disponibilizados, não podemos extrapolar conclusões. Se em determinados núcleos de correspondência parecem imperar obras com determinadas características, sejam essas datas de edição, formatos, editores, ou outros, essas não se constituem como um retrato perfeito do conjunto das obras que foram mencionadas.

¹ Voltaremos a este assunto em momento posterior deste trabalho.

Procuramos descortinar, analogamente, o fim a que se destinam muitos dos livros que são trocados, sendo possível perceber diligências no sentido de enviar livros para algumas bibliotecas. Contudo, a fonte não fornece este tipo de indicações de forma sistemática, há alusões a envios para algumas bibliotecas, sendo identificado um grandioso donativo de quarenta mil volumes a uma biblioteca. Embora essa informação não seja explicitamente indicada na fonte, pensamos que nas trocas empreendidas se encontrariam não só muitos livros para dotar bibliotecas, mas também obras para usufruto pessoal e dotação da própria coleção de Cenáculo. Tal com afirmamos em capítulo anterior deste trabalho, quando analisamos a feição de Frei Manuel do Cenáculo enquanto leitor, o bispo de Beja foi um conhecedor de muitas obras, as quais citou abundantemente nos seus trabalhos. Tendo isso em consideração, admitimos que algumas das trocas realizadas a partir da correspondência serviram justamente para alimentar essa sua erudição e não apenas como fonte de aquisição de livros para dotação de bibliotecas.

Cumpramos realçar que, em face das dificuldades de sistematização dos dados e à necessidade de conhecer melhor as compras efetuadas por Cenáculo, procuramos analisar com mais detalhe algumas listas de livros que se encontram junto aos códices de alguns correspondentes. Nem sempre esses róis oferecem indicações suficientes para perceber se estamos perante listas de compras, ou propostas de aquisições, ou até vendas. Sempre que possível incluímos os dados constantes dessas listagens nas bases de dados que trabalhamos e cujos resultados apresentamos anteriormente. Há no entanto algumas que não incluímos nessa contabilização e que abordaremos no próximo ponto deste trabalho, procurando apresentar algumas das suas características.

4.2. Os róis de livros

As trocas a propósito de diferentes composições escritas foram, com temos vindo a defender, uma presença constante nas cartas que o bispo de Beja trocou com diversos interlocutores. Esses intercâmbios em torno dos livros fizeram-se com muitos interlocutores diferentes, quer nacionais, quer estrangeiros.

Centremos a nossa atenção nos róis de livros que se encontram anexos à correspondência de Juan Buytrago. Associados à correspondência remetida por Buytrago¹ encontraram-se também 4 róis de livros.

Embora subsista, na observação destes róis, alguma indefinição, tanto mais que algumas destas listas não se encontram nem datadas, nem associadas a qualquer carta em particular, pensamos que podem corresponder a listas de livros que o livreiro procurou e enviou a Cenáculo. Com efeito, a leitura atenta da correspondência mostra que Juan Buytrago teria sido um agente livreiro do bispo de Beja por mais de vinte anos. Tal como foi documentado por Francisco Vaz, Buytrago foi enviando ao prelado diversas obras literárias, sendo pago pelos serviços de agente e livreiro através de fundos da Ordem Terceira². Tendo isso em consideração resolvemos trabalhar separadamente esses róis de livros, encarando-os como fontes indicadoras dos interesses revelados por Cenáculo em termos de obras literárias.

A primeira lista de livros³, não indica claramente que se trata de uma venda a Cenáculo. Trata-se de um elenco de 128 títulos, nem sempre datados e sobre os quais poucas características formais são apresentadas. É o rol maior dos quatro que abordaremos e parece-nos, pela observação dos títulos neles inscritos, que será um dos mais representativos em termos de temáticas diferenciadas, sendo os outros mais particularizados⁴. Em termos da cronologia das edições desconhece-se a data de edição da maioria das obras identificadas. Com efeito, do total de títulos indicados apenas conhecemos a data de edição de aproximadamente 35%⁵.

Para as obras cuja data de edição se conhece há um grande predomínio de obras mais recentes, encontrando-se apenas edições do século XVII e XVIII, com a seguinte distribuição:

¹ Correspondência que ainda se encontra inédita, códice CXXVIII/1-7.

² Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*,16.

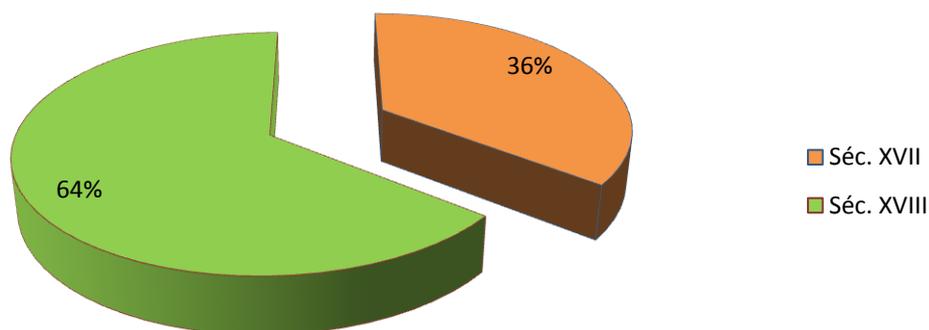
³ B.P.E. Códice CXXVIII 1-7,f.4-5.

⁴ Com efeito, os outros róis correspondem a segmentos mais parcelares em termos de temáticas, mas trataremos este assunto em momento posterior deste ponto.

⁵ Conhecem-se as datas de edição de 45 títulos, desconhecem-se as dos restantes 83.

Gráfico 21

Distribuição por datas de edição do rol de livros de Buytrago



Fonte: B.P.E. Códice CXVIII/1-7, f.4-5

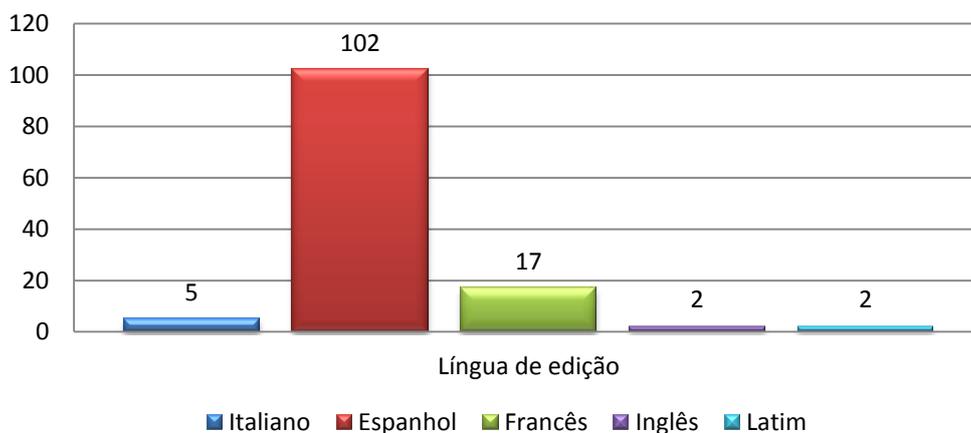
No respeitante às características formais dos títulos indicados, não se encontram dados relativamente a formatos, editores, locais de edição para a quase totalidade dos títulos identificados.

Partindo do exame desses mesmos títulos, procuramos descobrir as línguas de edição mais presentes¹. Procuramos, com isso, demonstrar as principais tendências encontradas em termos de línguas de composição das obras indicadas.

No gráfico seguinte procuramos demonstrar essa distribuição.

Gráfico 22

Distribuição por língua de edição do rol de livros de Buytrago



Fonte: B.P.E. Códice CXVIII/1-7, f.4-5

¹ Cumpre realçar que teremos de admitir que alguns dos títulos possam corresponder a obras noutras línguas, sendo indicados traduzidos para espanhol.

Como se infere do exame dos dados apresentados neste gráfico, a maioria dos títulos encontra-se em Espanhol, seguindo-se a larga distância o Francês e depois o Italiano. O Latim é a língua menos representada a par do Inglês, o que, para o caso destas listas de compras, parece confirmar uma certa tendência de decréscimo de importância do Latim no mundo editorial¹. Ainda assim, temos de admitir que a circunstância de o Latim estar sub-representado pode ficar apenas a dever-se ao facto de este agente livreiro estar mais vocacionado para outros tipos de “mercados”, que não o do livro em Latim.

No que concerne às temáticas das obras inscritas neste rol, procuramos, partindo do exame dos títulos inscritos, perceber quais eram as áreas dominantes, numa tentativa de avaliar quais os principais interesses revelados pelo prelado. Nessa perspectiva, reutilizamos categorias amplas, que nos permitissem perceber as principais tendências encontradas, sem esmiuçar em demasia as áreas de conhecimento². Essa opção deveu-se, sobretudo, à preocupação com a forma de identificação das obras a partir do título, que inviabiliza o conhecimento profundo do conteúdo de cada uma delas, algo que só seria possível com a análise individual de cada uma das obras citadas. Face à impossibilidade de aceder a cada um dessas obras, cujas edições, em muitos dos casos, não se conseguem encontrar nas diversas bibliotecas onde efetuamos pesquisas, optámos por examinar os temas mais presentes na listagem a partir da observação dos títulos.

Antes de avançarmos para a apresentação da distribuição das obras de acordo com os temas tratados, importa ainda esclarecer que não obstante este esforço por criar categorias globais, tivemos dificuldades em discernir, partindo do título, qual o tema de 24 obras. Assim, os dados que a seguir coligimos representam cerca de 81% das obras identificadas nesta lista, não a sua totalidade. Ainda assim, parece-nos uma amostra relativamente representativa do total.

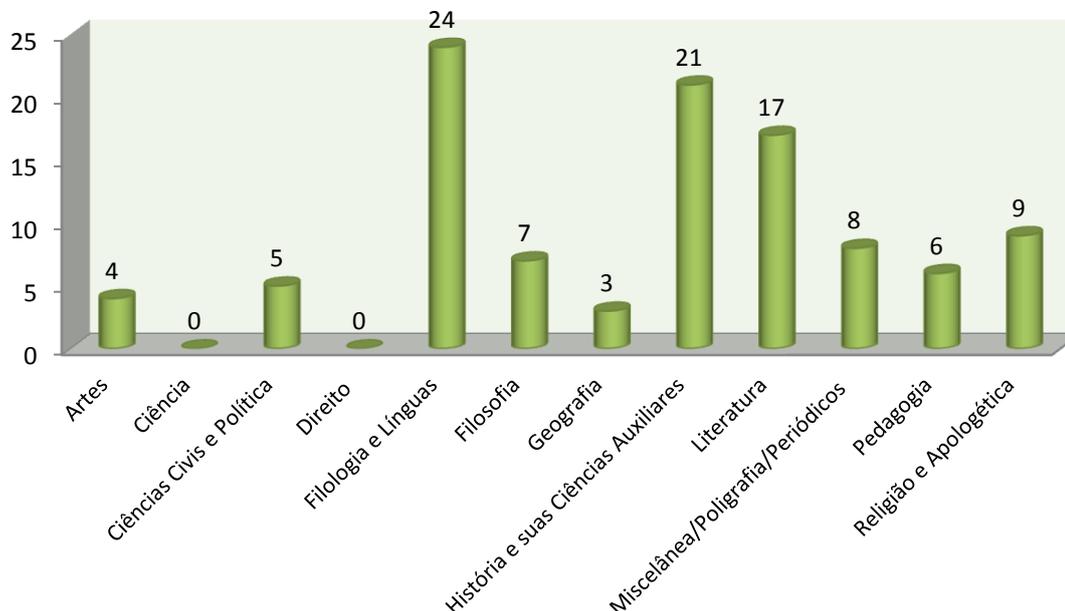
O gráfico seguinte procura demonstrar essa distribuição temática.

¹ Esta tendência para o Latim “perder terreno” é encontrada logo a partir do século XVI. Veja-se, a este propósito, os estudos pioneiros na área da História do livro, tais como Febvre e Martin, *O aparecimento do livro...*, 407.

² Reutilizamos as mesmas categorias com que se fez a análise do catálogo de Botelho de Lima. Cf. supra, capítulo 2. A definição do que seria integrado em cada categoria obedece, por isso, aos critérios aí explanados.

Gráfico 23

Distribuição temática do rol de livros de Buytrago



Fonte: B.P.E. Códice CXVIII/1-7, f.4-5

Como pode verificar-se, partindo da análise do gráfico apresentado, a área mais representada é a da “Filologia e Línguas”. Isto parece confirmar um interesse já anteriormente revelado, se tivermos em consideração os dados e interesses que se foram evidenciando quando apresentamos as várias facetas da relação de Frei Manuel do Cenáculo com os livros, nomeadamente a importância que atribui ao ensino das línguas. A História e suas ciências auxiliares são também áreas de predileção. A Literatura, onde se inclui a Poesia e Teatro está similarmente muito bem representada. As temáticas da Religião surgem de seguida, num interesse que nos parece consonante com as funções e posicionamento social do bispo de Beja.

Sobressai, em nosso entender, uma diversidade de interesses, ainda que certamente existam algumas áreas privilegiadas. Surpreendeu-nos a ausência do Direito, tanto mais que, tendo em conta o que já sabemos sobre obras citadas por Frei Manuel do Cenáculo nas suas composições escritas, verificamos que esta foi uma área que mereceu a atenção do prelado. Admitimos que esta ausência não corresponda à pouca importância da temática, ou à falta de interesse no tema, mas antes a

circunstâncias ligadas à falta de identificação da temática de alguns títulos. É também possível que Buytrago não fosse o agente a quem Frei Manuel do Cenáculo adquiria mais obras ligadas a esta temática, fosse pelas origens das obras, ou qualquer outro motivo que não conseguimos descortinar em qualquer fonte¹.

Como dissemos atrás, este é o rol de livros associados a Juan Buytrago que nos parece mais completo, há contudo outros que apresentam dados mais parcelares, ou que apresentam alguma dificuldade de interpretação. É o caso de uma lista de livros, não datada, que se intitula: “*Libros que se venderan por los Precios senalados à la Margen*”². Ficamos na dúvida se estamos perante livros que foram vendidos por Buytrago a Cenáculo, ou se pelo contrário são livros que o livreiro está a negociar em nome de Cenáculo. Ao contrário das cartas trocadas como Frei Plácido, a correspondência trocada entre Frei Manuel do Cenáculo e Juan Buytrago não evidencia qualquer sinal que o bispo de Beja tenha vendido algum dos seus livros por intermédio de Buytrago, contudo não podemos excluir em absoluto essa hipótese. A análise dos títulos constantes na lista não é também muito esclarecedora, sabe-se que foram gastos 430 mil reais em 13 títulos, que incluem sobretudo autores portugueses. Note-se porém que nesta lista há 3 títulos que surgem repetidos³. Em termos de divisão temática, esta é pouco acentuada, encontrando-se apenas Livros de História e suas subdivisões, Geografia e Literatura. No concernente a livros de História temos 4 títulos na área da História da Expansão⁴, 2 títulos de História de Portugal, 1 título de História de Instituições e 1 título de História biográfica. Na Literatura temos 1 título de Poesia Épica⁵. Finalmente, a Geografia é analogamente representada por apenas 1 título⁶. Analisando os títulos e autores citados verificamos que estamos maioritariamente perante obras de autores ou assuntos portugueses, Diogo Couto e João de Barros, com as suas “*Décadas*”. Luís de Camões com “*Os Lusíadas*”. Assuntos

¹ Da mesma forma não conseguimos encontrar qualquer obra que corresponda aos critérios estabelecidos para a categoria “Ciência”.

² B.P.E. Códice CXVIII/1-7, f.33,34.

³ Os valores de venda dos títulos repetidos é exatamente igual nas duas menções, isto é, representam os três 17600 réis. O catálogo não oferece quaisquer indicações sobre o que motivou esta duplicação dos mesmos títulos.

⁴ Categoria onde se incluíram aos relatos das viagens e governação portuguesa em território além-mar, tais como as *Décadas* de Barros e Couto.

⁵ Uma edição de “*Os Lusíadas*”.

⁶ Saliente-se que não consideramos, para efeitos de cálculo das temáticas, os três títulos que se repetem.

relativos a Portugal, como a “*História de Portugal*” e “*História da Ordem de Cristo*”, das quais nem sempre se conhece o autor.

Atendendo a esta prevalência de autores ou assuntos portugueses, interrogamo-nos sobre qual o motivo que levaria Frei Manuel a adquirir a um livreiro em Espanha obras que, provavelmente poderia encontrar com facilidade em Portugal. É possível que estejamos perante algumas edições “especiais” destas obras, objetos de coleção, que estavam na posse do livreiro espanhol. Contudo, admitimos que esta lista, cujo título indicado na fonte é de “livros que se venderam”, possa corresponder a livros que não foram vendidos a Cenáculo. Apesar de as fontes não o permitirem confirmar, acolhemos a hipótese deste agente poder ter negociado livros vendidos por Cenáculo. Pode também tratar-se de um documento indicador dos preços pelos quais estariam a ser vendidos em Espanha os livros portugueses, procurando manter o prelado informado da valia destas obras no mercado livreiro espanhol. Em face desta indefinição, optámos por não introduzir estes dados nas bases de dados que coligimos e cujos resultados apresentamos anteriormente, optando por tratar este rol separadamente, apresentando aqui as suas principais características.

Outro rol que contém descrições sumárias de alguns títulos de livros, anexo à correspondência que Juan de Buytrago enviou a Frei Manuel do Cenáculo, apresenta contas enviadas pelo livreiro, relativa a encomendas e envios de caixotes com livros ao prelado¹.

Neste caso não há qualquer dúvida que se trata de compras efetuadas pelo bispo de Beja, cujo custo indicado é na ordem dos três pesos fortes e meio e 6.400 reais. O documento procura mostrar quanto foi gasto em cada título que vai dentro do caixote de livros, contendo uma breve descrição do seu conteúdo. O modo como essa descrição é feita, de forma sumária, não permite a identificação de muitas das obras mencionadas e por consequência o tratamento das suas características formais, ou a avaliação das temáticas privilegiadas. Com efeito, desconhecem-se a maioria dos títulos, que não são apresentados com rigor.

Por último, ainda junto da mesma correspondência que temos vindo a citar, encontra-se mais um pequeno rol, contendo a descrição de um conjunto de papéis

¹ B.P.E. Códice CXXVIII/1-7, f.45-52.

enviados a Frei Manuel do Cenáculo¹. São descritos 9 papéis², incluindo cédulas e concordâncias diversas. O custo total desta encomenda perfaz trinta e dois reais de vellon e meio. Os mais caros correspondem a uma “*Concordata com la corte de Roma, ano de 1753 com su declaracion*” que custou 8 reais de vellon. Uma “*Collección Gener. de las Providencias que tomo el gobiernos sobre los Jesuitas*”, que custou os mesmos 8 reais de vellon. Finalmente, também por 8 reais de vellon um papel intitulado “*Cuatro Vandos de Marca*”.

Apesar das dúvidas introduzidas pela indefinição de algumas das fontes aqui apresentadas, as compras realizadas ao livreiro Juan Buytrago permitem perceber algumas tendências em termos de compras e interesses revelados. Mostra-se uma vez mais que em matéria de livros não existiam fronteiras e que o bispo de Beja tinha, prontos a alimentar a sua paixão por livros, agentes que lhe realizavam compras e negociações diversas em torno dos livros, tanto em Portugal, como fora do país, no caso em apreço em Espanha, por intermédio de Buytrago.

Outro agente encarregado de proceder a muitas compras de livros para Cenáculo foi Nicolau Pagliarini, sendo que a análise dos róis de livros anexos à documentação a si associada na Biblioteca Pública de Évora, constitui-se como uma fonte excepcional para traçar uma caracterização das compras efetuadas pelo prelado.

Antes de avançarmos para a apresentação dos dados coligidos acerca das compras feitas por intermédio deste agente, gostaríamos de fazer um esclarecimento relativamente à forma de acesso e tratamento destes dados. Estes róis, num total de dez, encontram-se custodiados pela Biblioteca Pública de Évora³. Os dados relativos ao número de títulos e algumas das características formais das obras mencionadas foram introduzidos em bases de dados, na sua totalidade, pelo Professor Doutor Francisco Vaz, encontrando-se na sua grande maioria inéditos, com exceção de alguns registos sobre os números totais de livros e volumes e seu custo⁴.

¹ B.P.E. - Códice CXXVIII/1-7, f.55-58.

² É sob essa designação que se encontram registados na fonte.

³ B.P.E. - Códice CXXVIII/1-13.

⁴ Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 20. Em face da relevância destes dados para um maior conhecimento das compras realizadas pelo prelado, o Professor Doutor Francisco Vaz cedeu-nos as suas bases de dados, autorizando-nos a utiliza-las para elaborarmos as análises estatísticas subsequentes. Em face disso, manifestamos aqui o nosso reconhecimento e agradecimento público pela sua generosidade e amabilidade, ao franquear-nos a utilização destes elementos.

Prosseguindo na apresentação dos elementos concernentes às compras efetuadas por Frei Manuel do Cenáculo a este agente, verifica-se que estas se dividiram em dois períodos. O primeiro corresponde ao tempo em que Frei Manuel do Cenáculo se encontrava em Lisboa, antes do desaparecimento de Pombal, altura em que as compras eram realizadas em Roma, no livreiro Marcos Pagliarini, irmão de Nicolau Pagliarini, tal como ficou demonstrado por Francisco Vaz. O segundo, ainda de acordo com o mesmo autor, corresponde ao período em que Frei Manuel do Cenáculo já se encontrava em Beja. Nesta fase os livros eram recebidos em Lisboa, pelo agente Angelo Brunelli, professor no Colégio dos Nobres e procurador de Pagliarini na corte de Lisboa¹.

Os dados relativos aos quantitativos e preços destas compras, que se efetuaram num período de vinte e quatro anos, estão resumidos na tabela que apresentamos de seguida.

Tabela 19. Relação das compras efetuadas a Pagliarini

Ano do Rol	Nº de títulos	Nº de volumes	Preço total em réis ²
1768	897	2246	3 659 100
1777	21	33	58 500
1779	16	40	29 050
1784	43	60	196 075
1785	36	100	141 000
1787	53	95	90 420
1788	67	124	83 000
1789	53	90	86 090
1790	53	134	92 520
1792	17	24	35 150
Total	1256	2946	4 470 905

Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII 1-13; Cf Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*

Como pode verificar-se através do exame dos dados constantes na tabela acima exposta, ao longo dos vinte e quatro anos, realizaram-se compras de mais de um milhar de títulos, a que correspondia um número maior de volumes, dado que algumas obras apresentavam mais que um volume³.

¹ Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 20-21.

² Este preço engloba o custo total com os livros e a expedição, para dados mais pormenorizados sobre custos dos livros e expedições de algumas remessas ver Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 20.

³ Em média cada título teria 2,35 volumes, arredondando o resultado às duas casas decimais, não significando isso que todas as obras tivessem mais de um volume.

Os gastos monetários nestas compras foram, tal como se constata pela soma apresentada, bastante significativos, aproximando-se dos quatro milhões e meio de réis. De acordo com Francisco Vaz, os serviços deste agente foram pagos com dinheiro proveniente das rendas eclesiásticas¹.

Conhecendo-se os quantitativos gerais em termos de números de títulos, volumes e valores gastos, avançamos para análise das línguas de edição dos conjunto de títulos mencionados, ainda que nem sempre seja possível determinar a língua de composição de todas a obras.

A tabela seguinte procura resumir os dados relativos à língua de edição das obras mencionadas, apresentando os resultados fazendo a diferenciação entre os diferentes róis.

Tabela 20. Línguas de edição das obras dos róis de Pagliarini

Língua/Ano	Ano 1768	Ano 1777	Ano 1779	Ano 1784	Ano 1785	Ano 1787	Ano 1788	Ano 1789	Ano 1790	Ano 1792	Total
Árabe	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Árabe - Latim	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Castelhano	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Copta	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Francês	118	0	0	0	0	0	1	0	0	0	119
Grego	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Grego-Latim	42	1	0	1	1	0	0	0	0	0	45
Grego-outros	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Hebreu	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Hebreu - Grego	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Hebreu-Latim	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Italiano	105	4	8	13	19	29	57	49	34	9	327
Latim	584	12	7	28	16	21	7	4	18	6	703
Latim - Grego-Hebreu	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Latim-outros	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Malgache	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Poliglota	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Siriaco	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Nº de títulos com informação	897	17	15	43	36	52	66	53	53	15	1247
Nº total de títulos	897	21	16	43	36	53	67	53	53	17	1256
% total	100%	81%	94%	100%	100%	98%	99%	100%	100%	88%	99%

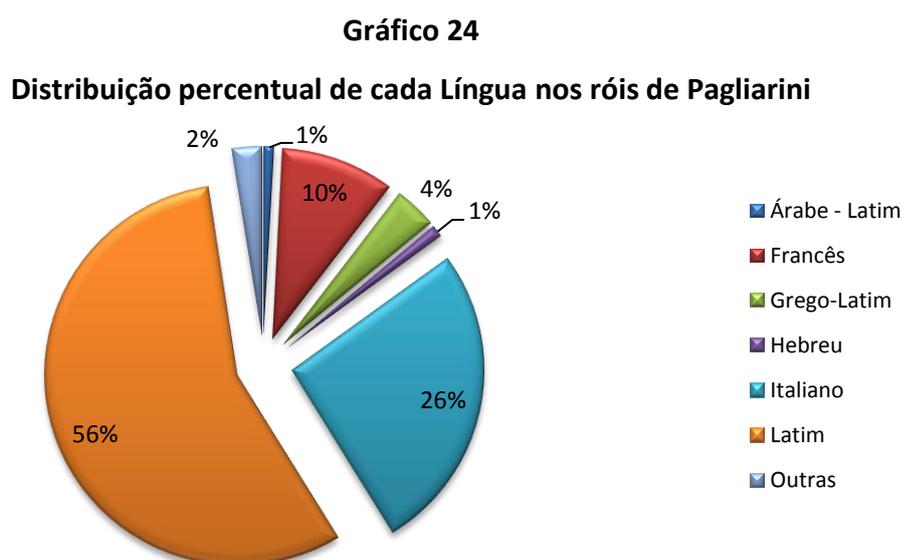
Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/1-13

Como é possível verificar há diferenças significativas em relação ao número de línguas de edição em cada um dos róis. Nem todos os róis permitem identificar a totalidade das línguas de edição. Por isso, introduzimos na tabela precedente uma linha com informação contendo o número total dos títulos existentes em cada rol, e

¹ Cf Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 25.

outra com o número de títulos para os quais foi possível encontrar a informação suficientemente clara relativa a língua de edição. O objetivo dessa apresentação é o de demonstrar a diferença entre o número de títulos com informação acerca das línguas de edição em relação ao total¹. Verifica-se que, somando os dados de todos os róis, há informações relativamente às línguas de edição em mais de 99% dos casos. O rol do ano de 1777 é o que oferece mais dificuldades neste domínio, permitindo conhecer apenas 81% das línguas de edição dos diferentes títulos, existindo cinco róis² que oferecem essa informação na totalidade dos títulos registados.

Olhando pormenorizadamente para a representatividade de cada língua no conjunto das compras registadas, verifica-se que o Latim é a língua mais representada. Procurámos avaliar a representatividade de cada língua no conjunto das compras, apreciando a sua distribuição percentual. O gráfico seguinte apresenta os resultados obtidos:



Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/ 1-13

Como se pode constatar, a língua latina é a mais representada, com mais de metade do conjunto de títulos comprados³, seguindo-se a alguma distância o Italiano e o Francês, seguem-se as edições bilingues em Grego e Latim. O Árabe-Latim e o Hebreu têm representações idênticas, estando todas as outras em clara minoria,

¹ Fazemos essa apresentação calculando também a percentagem em relação ao total e cada um dos róis e no somatório de todos esses.

² Os róis de 1768;1784; 1785; 1789,1790.

³ Esta distribuição percentual foi calculada em relação ao total das obras para as quais foi possível identificar a língua de edição.

representando, em conjunto, apenas 2% das edições¹. Verifica-se igualmente, comparando os gráficos constantes neste gráfico com a tabela previamente apresentada, que há línguas como o Árabe, o Grego que estão mais representadas em edições bilíngues que em edições exclusivamente monolíngues.

Apesar da diferente representatividade de cada uma das línguas sobressai do exame destes dados, a grande diversidade de línguas de edição nas compras realizadas pelo prelado. O interesse em textos de línguas em que são compostas alguns dos textos originais da Bíblia está também evidenciado nas compras realizadas, o que parece indicar que para Frei Manuel do Cenáculo, o interesse em conhecer textos originais não se ficou no mero processo de intenções declaradas, estando presente nas suas decisões de compra.

A prevalência de uma maioria de obras em Latim, apesar de aparentemente estar em dissonância com uma certa tendência para o decréscimo da importância desta língua em termos de edição², pode, em nosso entender, dever-se ao facto de este agente negociar livros em Itália, alguns dos quais edições ligadas à Igreja Romana, e por consequência em Latim. Aliás, a grande importância do Italiano no conjunto destas compras parece também apontar para a relevância do local onde são efetuadas as compras, que deverá ser tido em consideração na hora de interpretar estes resultados.

As edições em Francês têm também alguma expressão no conjunto das compras efetuadas por intermédio deste agente. Sabendo-se que o movimento das Luzes colocou em circulação vários textos de pensadores francófonos e conhecendo-se também a erudição do prelado, que como mostramos em capítulos anteriores deste trabalho, procurava manter-se a par da situação que se vivia na Europa e dos progressos científicos e literários, acaba por ser compreensível que procure e aceda a algumas edições em Francês. Contudo, uma vez mais, relevamos também para esta reflexão a importância da nacionalidade do agente e do livreiro a quem se faziam estas compras, sendo de admitir que a importância de determinadas línguas, seja também

¹ Optámos por apresentar a sua representação gráfica em conjunto, uma vez que a sua representatividade, em termos individuais, era menor que 1%.

² Já acima aludimos a esta tendência, apontada como tendo começado logo a partir do século XVI, em estudos pioneiros na área da História do livro, tais como: Febvre e Martin, *O aparecimento...*, 407.

influenciada pelo facto do mercado em que livros são comprados privilegiar edições em determinadas línguas¹.

Prosseguindo a nossa apresentação de dados, avançamos agora para o exame da cronologia das edições, procurando verificar se nas compras realizadas por Frei Manuel do Cenáculo a este agente predominavam as edições recentes, ou pelo contrário as mais antigas.

A tabela seguinte procura resumir os dados encontrados.

Tabela 21. Cronologia das obras dos róis de Pagliarini

Rol/Séc. de edição	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Nº de títulos com informação	Nº Total de Títulos	% em relação ao total
Ano 1768	19	64	207	290	897	32%
Ano 1777	0	1	3	4	21	19%
Ano 1779	0	0	0	0	16	0%
Ano 1784	2	1	9	12	43	28%
Ano 1785	0	0	10	10	36	28%
Ano 1787	1	0	39	40	53	75%
Ano 1788	0	0	47	47	67	70%
Ano 1789	0	0	28	28	53	53%
Ano 1790	1	0	17	18	53	34%
Ano 1792	0	0	15	15	17	88%
Total	23	66	375	464	1256	37%
%total	5,0%	14,2%	80,8%			

Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/ 1-13

Quando comparamos estes dados, com os que conseguimos calcular no tocante às línguas de edição, verificamos que em termos de cronologia das edições a fonte é bastante mais omissa. Com efeito, como se pode apurar pelo exame comparativo entre a coluna que contém o número de títulos que retém informação relativamente às datas de edição, com a que contém o número total de títulos de cada rol, verifica-se que há róis onde esta informação simplesmente não está contida. Procedemos a uma

¹ Para a consideração da representatividade de determinadas línguas dever ser considerado o factor “agente de compras”. Assim, a presença de mais livros em italiano, latim ou francês, pode dever-se ao facto de serem estes os livros que este agente/ livreiro mais tinha disponíveis. A este livreiro comprar-se-iam livros nestas línguas, porque oferecia o melhor em termos de mercado, enquanto outros agentes poder-se-iam comprar noutras.

análise onde se avalia, em termos percentuais, a proporção de títulos para os quais se conhece esta informação, em cada um dos róis, com o número total de cada um deles. Os resultados são os que apresentamos na sétima coluna desta tabela e mostram que há seis róis onde menos de metade dos títulos contém informação relativamente às datas de edição, sendo que no rol de 1779 esta informação se encontra completamente ausente. O rol mais completo no que respeita às datas de edição é de 1792, que permite a identificação das datas em 88% dos títulos.

Em termos globais, olhando ao somatório de todos os róis, constata-se que só possuímos informações relativas às datas para 37% dos títulos. Examinado as datas de edição mais representadas, verifica-se que nas compras realizadas a Pagliarini predominam as edições mais recentes, sobretudo as do século XVIII, que representam mais de 80%¹ das edições compradas para as quais foi possível definir as datas de edição. Verifica-se assim uma prevalência das edições mais modernas, sendo que não se encontram quaisquer edições anteriores ao século XVI, sendo este o menos representado no conjunto de valores conhecidos.

Em face da omissão de informações relativamente às datas, desconhece-se as datas de edição de 63% dos títulos comprados. A amostra reconstituída parece apontar para uma prevalência das edições mais recentes, indiciando uma preferência por obras mais modernas nas compras realizadas a este agente. Contudo, é de admitir que esta tendência verificada pudesse conhecer alterações caso se conhecessem mais elementos relativos às datas de edição.

Feita a avaliação de aspetos ligados à cronologia e línguas de edição das diferentes obras compradas pelo prelado, ao agente Nicolau Pagliarini, é hora de nos determos no exame dos formatos, procurando perceber quais os formatos mais representados.

À semelhança daquilo que fizemos para os casos anteriores, procedemos à análise estatística destes dados, coligindo as informações numa tabela, onde apresentamos os números totais e os constantes em cada um dos róis.

A tabela seguinte faz a apresentação desses dados.

¹ Esta percentagem, apresentada na linha 13 da tabela, é calculada tomando como referencial o número de títulos para os quais se conhecem as datas de edição, e não o total de títulos comprados.

Tabela 22. Formatos das obras dos róis de Pagliarini

Rol/Formato	Fólio	4º	8º	12º	24º	Nº de Títulos com informação	Nº Total de Títulos	% em relação ao total
Ano 1768	190	322	305	67	2	886	897	99%
Ano 1777	2	9	6	0	0	17	21	81%
Ano 1779	1	8	5	0	0	14	16	88%
Ano 1784	13	18	11	0	0	42	43	98%
Ano 1785	5	18	11	1	0	35	36	97%
Ano 1787	9	20	18	2	0	49	53	92%
Ano 1788	2	11	49	0	0	62	67	93%
Ano 1789	0	34	18	1	0	53	53	100%
Ano 1790	0	12	36	5	0	53	53	100%
Ano 1792	1	7	6	0	0	14	17	82%
Total	223	459	465	76	2	1225	1256	98%
% Total	18,2%	37,5%	38,0%	6,2%	0,2%			

Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/1-13

A fonte é bastante completa no que respeita a informações sobre os formatos. Com efeito, tal como se verifica na coluna nove desta tabela¹, todos os róis contêm estas indicações em mais de 80% do total de títulos. Há casos em que a informação está contida na totalidade das obras mencionadas, tais como os dos anos de 1790 e 1792, sendo que o rol do ano de 1792 é o que possui menos informação, ainda assim apresenta informação relativa aos formatos em 82% do total de títulos.

Em termos globais, temos indicações acerca dos formatos em 98% dos títulos indicados no conjunto dos dez róis. Relativamente aos formatos mais prevalentes, verifica-se que os livros *in-8º* são os mais recorrentes, representando 38% do total de títulos para os quais se conhece esta informação². São seguidos muito de perto pelo formato *in-4º*, que representa 37,5% do total. O formato *in-folio* está menos representado, mas ainda assim representa pouco mais de 18% do total.

¹ Que procede à comparação entre o número de títulos para os quais se conhece esta informação em cada rol, com o número total de títulos inscritos em cada rol, apresentando os resultados em percentagens.

² Esta distribuição percentual, cujos valores se apresentam na linha 13 desta tabela, foi calculada tomando como referência os nº de títulos para os quais existe informação, isto é 1225 títulos.

Há como podemos ver, uma ligeira prevalência de um formato mais pequeno, como o *in-8º*, que por ser mais pequeno favorece uma maior portabilidade dos livros, que se tornam assim mais facilmente manuseáveis. O formato *in-4º* que é maior, mas favorece a legibilidade, está também muito próximo em termos de representatividade.

Subscrevendo as palavras de Henry Jean Martin e Lucien Febvre, devido ao êxito crescente dos pequenos formatos, no século XVIII, o formato *in-folio* usava-se quase exclusivamente nas obras de grande volume, como por exemplo Dicionários e Enciclopédias¹. Os grandes formatos estavam por isso mais destinados a utilização em bibliotecas, enquanto os mais pequenos à utilização por um público mais numeroso². Embora tais referências não constem da fonte, admitimos a hipótese de nestas encomendas se incluírem quer livros comprados para utilização em bibliotecas, quer para usos mais pessoais, que se queriam mais fáceis de manusear e por consequência com maior portabilidade. A distribuição por formatos parece estar em consonância com essa hipótese, verificando-se uma distribuição entre grandes e pequenos formatos mais ou menos equitativa³, o que pode relacionar-se com essa diferenciação entre os usos distintos que se querem dar aos livros.

Depois de realizada a apresentação de algumas de algumas das características formais das edições compradas pelo bispo de Beja ao livreiro Nicolau Pagliarini, achamos pertinente trazer à coação os temas mais procurados nas obras compradas pelo prelado. Avançamos assim para o exame das tendências em termos de preferências reveladas nas compras do prelado Pacense, não para conhecer de forma exata quantas obras de cada temática foram compradas, mas para poder traçar um quadro geral acerca dessas dileções. Esta opção de procurar, acima de tudo, as principais tendências pareceu-nos justificada pela forma como se iria proceder à averiguação da temática das obras. Uma identificação mais apurada de cada obra mencionada e por consequência, da sua temática concreta, implicaria *a priori*, tal como se pode verificar em metodologias propostas por alguns autores para análise de

¹ Febvre e Martin, *O aparecimento do livro*, 122.

² Febvre e Martin, *O aparecimento do livro*, 121.

³ Estamos a considerar, como grandes formatos o *in-folio* e o *in-4º*, e como pequeno formato os *in-8º* e seguintes.

catálogos de livros¹, o reconhecimento de cada um dos registos efetivados através do nome de autor, cronologia, nacionalidade, primeira edição da obra e língua e só posteriormente a sua classificação temática. Essa classificação temática concreta implicaria, em muitos casos, o acesso a cada edição mencionada e subsequente verificação do assunto tratado em cada uma, para poder proceder depois à classificação. Paraphrasing Lamarca Langa, o problema da identificação das obras, que por vezes chega a tornar-se obsessivo, não pode ser situado numa dimensão estritamente quantitativa, não podendo dizer-se de forma absoluta que foram encontrados determinado número ou percentagem de livros de uma temática. Nessa perspectiva, aquilo que geralmente se entende por uma identificação plena da obra, raramente pode ser visto dessa forma. Essa plenitude na identificação implicaria o conhecimento exato do livro citado no catálogo, a comprovação do seu conteúdo ao mínimo detalhe, o reconhecimento da ideologia dos seus autores, a sua história pessoal, o momento em que este foi escrito, entre várias outras². De acordo com a tese deste autor, essa pretensão é simplesmente irrealizável na imensa maioria dos casos³. O nosso estudo não se constitui, nesse particular, como uma exceção, e sendo nosso objetivo avaliar a feição de Frei Manuel do Cenáculo enquanto bibliófilo, nas suas múltiplas facetas, não era materialmente possível fazer essa avaliação singular de cada obra citada, neste, ou noutros catálogos. Conscientes dessas limitações, optámos por abordar esta questão das temáticas privilegiadas nas compras efetuadas por Frei Manuel do Cenáculo a este agente, colocando o enfoque nas principais tendências encontradas, e não no aspeto quantitativo. Procuramos assim estimar, de forma mais lata, as preferências reveladas.

Para fazer essa apreciação seleccionámos como amostra, após a observação cuidada dos diferentes róis de livros, aquele que nos pareceu mais significativo, dado o número e variedade de obras que integrava, apresentando um maior número de edições em línguas distintas e representando mais de 71% dos livros comprados⁴. Partindo do título, que serviu como indicador para perceber a que temática pertencia

¹ Estas metodologias surgem muitas vezes propostas para análise de catálogos de biblioteca privadas, ainda que, em nosso entender, possam aplicar-se ao conteúdo dos róis de compras, que são também elencos de livros. Cf. Lamarca Langa, *La cultura del libro...*,15.

² Lamarca Langa, *La cultura del libro...*,22.

³ Lamarca Langa, *La cultura del libro...*,22.

⁴ Estamos a referir-nos ao rol de livros datado de 1768, que integra 897 títulos.

cada livro, foram contabilizados os dados encontrados, de modo a perceber quais as propensões que se verificavam em termos de temáticas mais e menos procuradas¹. Não foi possível identificar com clareza a temática de alguns títulos indicados², numa situação que afeta aproximadamente 11% do total da amostra analisada³. Nesses casos, optámos por não introduzir esses dados, tratando exclusivamente os 797 títulos para os quais esse reconhecimento foi possível.

Os dados revelados apontam para um grande diversidade de temas nestas compras, sendo possível encontrar livros de áreas muito distintas. Entre áreas mais gerais e respetivas subdivisões, encontraram-se 132 categorias e subcategorias temáticas, ainda que algumas possam ser integradas em conjuntos mais vastos⁴. Esta grande variedade de temas encontrados colocou-nos problemas no tratamento dos dados, que não conseguimos representar uniformemente de forma tão específica. Assim, de modo a obter uma visão geral acerca dos temas preferidos nas compras efetuadas pelo Bispo de Beja a partir deste rol, optámos por agrupar as diferentes informações e subdivisões em categorias maiores, tendo com critério fundamental a sua proximidade em termos disciplinares. Reproduzimos assim as doze categorias⁵ bastante latas que utilizamos no tratamento de outros róis.

O gráfico apresentado de seguida procura evidenciar esses dados.

¹ Importa salientar que em face dos títulos apresentados estarem, maioritariamente em língua latina, que não dominamos, contamos com o contributo fundamental do Professor Doutor Francisco Lourenço Vaz na identificação da temática das obras, através dos dados que gentilmente nos cedeu.

² Apontamos, como exemplo, o título: "*Artarotii congresso noturno delle Lamier*", como um dos que não permitiram perceber a que tema pertenciam.

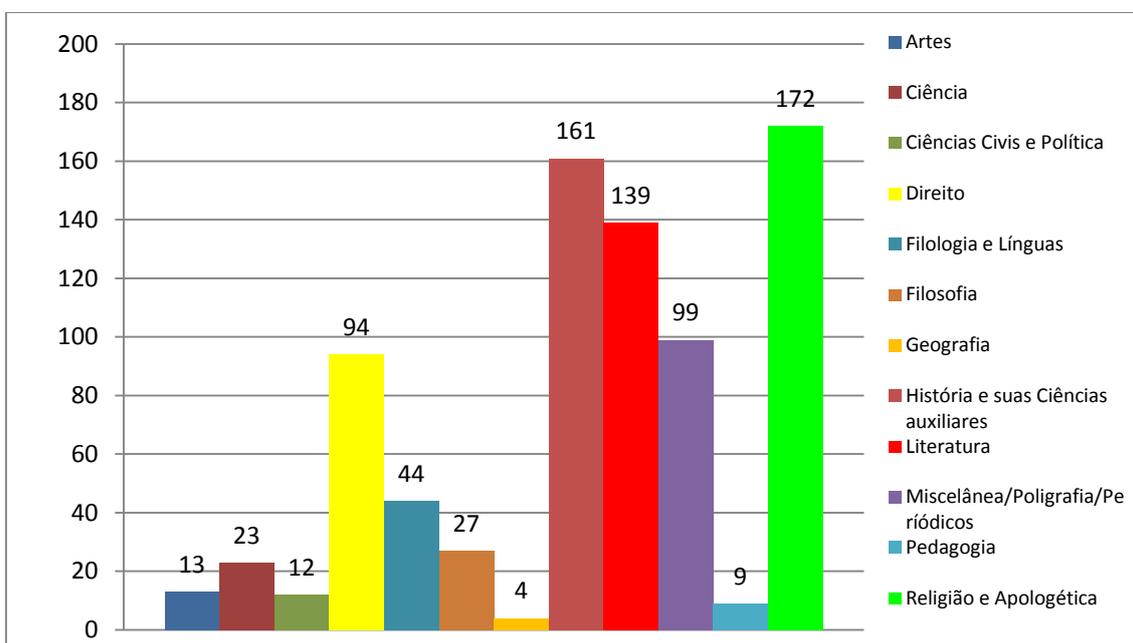
³ Não se conseguiu essa identificação para 100 títulos.

⁴ Estamos a falar de casos, como por exemplo, separação encontrada em categorias como a História, onde temos alusões a divisões muito específicas como História Italiana, História de França, História Europeia, que poderiam englobar-se num único conjunto mais vasto de História Europeia.

⁵ Iremos contudo apresentar os valores e subtemas específicos que introduzimos em cada um destas subcategorias.

Gráfico 25

Distribuição por categoria temática no rol de Pagliarini



Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/1-13

Como se pode verificar, as obras que predominam nas compras efetuadas neste rol são as ligadas a temas da Religião e Apologética, seguem-se a História em conjunto com algumas das suas ciências auxiliares e a Literatura.

O Direito está também muito bem representado, num dado que nos parece consonante com os interesses revelados por Frei Manuel do Cenáculo nas obras que cita nas suas composições escritas. Em momento anterior, quando analisamos o rol que se encontra junto à correspondência enviada por Juan Buytrago, manifestamos a nossa surpresa pela ausência do Direito nas preferências identificadas, aventando a hipótese de essa ausência não se constituir como um indicador de falta de interesse nestas temática, mas antes uma circunstância decorrente do particularismo da fonte. Os dados agora recolhidos parecem confirmar essa hipótese, uma vez que nestas compras o interesse em livros relacionados com o Direito já está presente, com números expressivos.

Apesar da representatividade desigual das várias categorias, sobressai uma forte diversidade em termos de temas procurados, que fica ainda mais patente quando analisamos particularmente o conteúdo de cada uma destas categorias.

Seguindo a ordem com que são apresentadas no gráfico¹, começamos por abordar a categoria Artes. Aqui incluímos obras que foram identificadas como pertencendo à categoria Arte em geral, sem qualquer outra especificação, num total de cinco obras, mas também subcategorias mais particulares com a Arte Antiga, num total de duas obras, a Arte e Arquitetura com uma obra, a Arte e Pintura com duas, a Arte e Cultura com uma obra e finalmente a Música, com duas obras.

Ciência é a categoria subsequente, aqui foram incluídas obras de Ciência sem mais especificações, num total de seis, mas também Astronomia, com uma obra, Ciência Religiosa, com uma obra também, Medicina com obras e Medicina História² com uma obra.

As Ciências Civas e Política ocupam a posição seguinte, aqui foram introduzidas obras de Política, duas, mas também Cartas políticas, uma. Além disso, foram também introduzidos os títulos de Diplomática, com três obras e Diplomacia com duas. A Economia foi identicamente classificada debaixo da mesma designação, com um título, tal e qual a sua subdivisão, a Economia Doméstica com uma obra. A Assistência Pública “fechou” esta categoria, com um conjunto de duas obras.

Na categoria Direito incluímos exclusivamente obras identificadas com pertencentes a este tema, sem especificar qualquer divisão, num total de trinta e três obras, seguindo-se as suas subdivisões Direito Canónico com quarenta e seis títulos, Direito Civil com dez e Direito natural com cinco.

Seguem-se a Filologia e as Línguas, onde incluímos os Dicionários, num total de um e as Gramáticas, também com uma. Obras identificadas como de Filologia em geral, foram treze e ainda a Filologia árabe com uma obra. Foram também incluídas obras de Línguas num total de três, sendo ainda possível encontrar algumas subdivisões como obras sobre Língua Árabe, num total de cinco; Língua Grega, num total de uma; Língua Hebraica num total de nove, Línguas Orientais, num total de oito, Línguas Santas num total de uma e Retórica Filológica, também com uma.

No domínio da Filosofia encontraram-se doze obras, sendo ainda possível reconhecer obras de várias das suas subdivisões, tais como, a Filosofia Clássica com três títulos, a Filosofia Metafísica com um, a Filosofia Moral com cinco, a Filosofia

¹ O critério utilizado na organização dos dados da tabela que lhe deu origem foi o alfabético.

² Optámos por inclui-la junto às Ciências, ainda que também pudesse ser colocada junto com as obras de História.

Política com dois, a Filosofia Racional com um, seguidas de uma obra de Filosofia – Física e Lógica, outra de Moral e por último, uma de Moral Antiga.

Obras de Geografia em geral foram encontradas duas, encontrando-se ainda duas subdivisões, Geografia Árabe com uma obra e Geografia do Brasil, igualmente com um título.

A História e suas ciências auxiliares representam uma grande fatia do total das compras realizadas pelo prelado a este agente.

Por uma questão de otimizar a apresentação dos dados¹, optámos por incluir os dados encontrados na tabela que apresentamos de seguida.

Tabela 23. Distribuição do nº de obras em História e suas Ciências auxiliares no rol de Pagliarini.

Epigrafia	1	História Antiquidades	1	História da Igreja	79	História de França	1
História	35	História Árabe	4	História da Imprensa	3	História Inglesa	1
História Literária	1	História da Assistência	1	História de Roma	7	História de Itália –	2
História Antiga	3	História Biografias	1	História da Europa	1	História dos Judeus	6
História Natural	2	História Oriental	1	História da Suécia	1	História Tártaros	1
Simbologia	1	Numismática	4	História da Ciência	4		

Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/1-13

As obras da Categoria Literatura estão também muito repartidas em várias subcategorias, pelo que, à semelhança do que fizemos para a História, apresentaremos os dados recolhidos numa tabela.

¹ A opção por esta apresentação de dados pretende apenas facilitar a visualização dos dados e das subdivisões encontradas, sem com isso querer introduzir qualquer valoração em termos de importância atribuídas às diferentes categorias.

Tabela 24. Distribuição do nº de obras de Literatura no rol de Pagliarini

Literatura	77	Literatura Francesa	3	Literatura Judaica	3	Literatura Teatro	5
Literatura Árabe	4	Literatura Greco-Romana	1	Literatura Novelas	7	Literatura Viagens	2
Literatura Cartas	7	Literatura Grega	2	Literatura Oriental	2	Orações	1
Literatura Clássicos	9	Literatura Hebraica	1	Literatura Periódica	1	Literatura Romance	1
Literatura Europeia	1	Literatura Histórica	1	Literatura Poesia	3	Opúsculos	1
Literatura Filológica	4	Literatura Italiana	1	Literatura Romana	2		

Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/1-13

Nas obras de Miscelânea, Poligrafia e Periódicos, encontra-se um conjunto de obras, que não agrupamos por partilharem objetos temáticos, ou pertencerem à mesma área disciplinar, mas antes pelo seu carácter díspar que não nos permitiu associa-la a qualquer outra categoria. Assim, incluímos doze Periódicos e quatro Gazetas. Obras de Magia, num total de três; as Miscelâneas, num total de onze; a Poligrafia, num total de duas; a Bibliografia, num total de quarenta e duas; as Biografias, num total de dezanove; as Cartas, com dois títulos; os Catálogos com três e ainda um título de Etnografia.

As obras de Pedagogia, onde se introduzem métodos para os estudos e ordens e estatutos de colégios, entre várias outras, incluem oito obras que foram classificadas enquanto tal e ainda uma outra, de Lições.

A Religião surge com categoria mais representada, conhecendo ainda várias subdivisões.¹ Por isso, tal como fizemos em categorias anteriormente representadas, optámos por apresentar os dados numa tabela, onde integramos os números atribuídos a cada uma dessas subdivisões, obtendo o seguinte resultado.

¹ Achamos pertinente reforçar que esta divisão é acima de tudo feita de forma a procurar integrar, partindo da informação disponibilizada pelos títulos, as diferenças entre obras e variedade que se encontraram. Uma análise detalhada de cada uma dessas obras poderia permitir uma identificação mais concreta e um reposicionamento de algumas delas em termos temáticos.

Tabela 25. Distribuição do nº de obras de Religião no rol de Pagliarini

Bíblia	10	Bíblia Novo Testamento	3	Religião Apologética	10	Teologia	27
Bíblia Antigo Testamento	6	Bíblia Profetas	1	Religião Catecismo	1	Teologia Concílios	1
Bíblia Comentários	16	Bíblia Provérbios	1	Religião Islamismo	1	Teologia Inglesa	1
Bíblia Filologia	3	Liturgia	2	Religião Rituais	7	Teologia Padres	1
Bíblia Hebraica	1	Missais	1	Religião Sacramentos	1	Apologética	2
Bíblia História e Comentários	1	Patrística	4	Religião Viagens	1	Retórica Religiosa	2
Bíblia História Judaica	1	Religião	66	Santos Mártires	1		

Fonte: B.P.E. Códice CXXVIII/1-13

Com vemos, a análise dos temas mais presentes nesta lista de compras efetuadas por D. Frei Manuel do Cenáculo evidencia uma grande diversidade de interesses, existindo, como seria expectável, maior representatividade de alguns temas face a outros. Essa variedade parece também perpassar dentro das próprias categorias temáticas, onde se encontram temas muito distintos, sendo possível encontrar exemplos dessa variedade dentro de categorias como a Religião, onde além das Bíblias e muitos escritos associados, se encontram obras religiosas diversas, inclusive uma de religião islâmica¹, ou na História onde se encontram quer obras de análise da Grécia e Roma Antigas, como histórias de países como a Suécia, a Itália, a de Inglaterra ou França, além da História Oriental e Árabe, entre várias outras.

A perspetiva que parece dimanar dos diferentes temas encontrados aponta para interesses por outros povos e religiões, e não uma concentração exclusiva em obras de história europeia, ou de religião católica. É nesse sentido que entendemos a inclusão de obras de religião islâmica, ou o interesse em obras de História Árabe ou Oriental.

Enquanto homem da Igreja, Cenáculo demonstra uma certa predileção por obras associadas à temática religiosa, sendo que a própria História Religiosa está também bem representada. Ainda assim, a lista de compras é bastante completa e há outras

¹ O título apontando é o seguinte: “*Alcoranus Mahomedis ed ab Hickelmans*”.

categorias com forte representatividade, tal como tivemos oportunidade de demonstrar. Esta lista de compras constitui-se assim como mais um indicador dos múltiplos interesses revelados por um prelado erudito, sendo que em muitos casos as preferências evidenciam características e predileções próprias da época em que Cenáculo viveu, dos cargos que desempenhou e também, porque não, influências da sua rede de contactos.

A nível nacional um dos correspondentes que mais se destacou, no que respeita a diligências no sentido de proceder a trocas de livros, foi Frei Plácido Andrade Barroco. As permutas epistolares entre os dois interlocutores envolveram o envio, por parte de Frei Manuel do Cenáculo, de mais de duas centenas de cartas¹, tendo o bispo recebido, deste correspondente, aproximadamente seis dezenas de epístolas².

Junto às cartas enviadas pelo bispo de Beja a Frei Plácido Barroco, que se encontram custodiadas pela biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, encontram-se algumas listas de livros, não datadas e não diretamente associadas a qualquer missiva³. Nessas listas, encontram-se anotados vários títulos, verificando-se que as informações constantes em cada lista diferem. Com efeito, alguns róis não fazem qualquer alusão a preço, outros incluem o custo do livro, e outros têm inscrito dois preços para o mesmo título. A existência destas relações, associadas à correspondência com Frei Plácido, fazem-nos admitir que este frade do Convento de Jesus seria um dos agentes encarregues de fazer negócios em torno de livros para o prelado. Contudo, como já dissemos em momento anterior destes capítulo, em face das listas não se encontrarem datadas e associadas a determinada carta em particular, não sabemos se tratam de compras para o prelado, donativos realizados ou até vendas.

A leitura das diferentes missivas permitiu-nos perceber que Frei Plácido foi uma das figuras que auxiliou o bispo na preparação das diligências que envolveram o donativo à Biblioteca do Convento de Jesus. Analogamente, estas cartas evidenciam que este correspondente efetuou compras, de livros ou outros escritos, para D. Frei Manuel do Cenáculo, empreendendo similarmente esforços junto a livreiros para

¹ Esta correspondência encontra-se publicada na obra que temos vindo a citar: Vaz, coord, *Os livros e as bibliotecas...*,49-99.

² B.P.E. Códice CXXVII/2-14. Cf.Gusmão, *catálogo...*,66.

³ B.A.C. Ms. 802 série vermelha, f.1;f.2; f.40-41; f.70-70v; f.73-73v; f.138-139; f.225; f.444; f.445; f.288, f.338v.; f.378; f.397; f.439; f.441.

vender algumas das obras do bispo. Disso mesmo dá nota numa carta dirigida ao Bispo de Beja, datada de trinta e um de Dezembro de 1795, na qual se refere a livros que Frei Manuel do Cenáculo enviava para Lisboa, para serem vendidos a Bertrand, manifestando o seu desconforto com o facto de o prelado não o informar do preço. De acordo com o registado na carta, Frei Plácido não gostava que o bispo lhe enviasse os livros sem preço porque, desse modo, não sabia se este aprovava o preço oferecido pelo livreiro e também porque achava que este negociante oferecia menos do que aquilo que os livros realmente valiam.

Considerando as diferentes negociações que tiveram Frei Plácido Barroco como intermediário, umas envolvendo compras, outras donativos e outras vendas de livros, não é possível discernir, atendendo às informações disponibilizadas na fonte, a qual destas negociações pertencem as catorze listas que acima mencionámos. Com efeito, é possível que algumas listas correspondam a compras efetuadas por Cenáculo, enquanto outras a vendas ou donativos de livros, sendo ainda admissível que nalguns casos as listas correspondam “apenas” a propostas de livros para venda a Cenáculo, sem que isso implique que o negócio em torno desses livros se tenha verificado na plenitude. Dentro dessa perspectiva, não poderemos afirmar que estas listas correspondam a interesses revelados por Cenáculo em termos de compras, ou mesmo que sejam representativas da sua coleção de livros, uma vez que aqui podem estar livros que lhe pertenciam e foram doados e enviados, mas também listas de compras ou propostas de compras, que não podemos comprovar se se terão realizado de facto.

Em face disso, uma vez que não nos é possível discernir o objetivo destas listas, optámos por não proceder a uma análise exaustiva das características formais ou temáticas das obras mencionadas nestas listas¹.

Em termos globais sabemos que nestas listas se encontram identificados mais de três centenas e meia de títulos, entre os quais se encontram manuscritos e impressos, sendo a maioria dos títulos apresentados em Português e Latim. Em termos de preços há diferenças significativas, sobretudo porque, nalguns momentos, estão anotados dois preços, que podem corresponder a propostas e contrapropostas de negociação,

¹Tanto mais que, como já atrás dissemos, as listas não apresentam as mesmas características e se nalgumas é possível encontrar preços, pouco é dito em relação a formatos, ou datas de edição, noutras acontece precisamente o contrário. Isto acaba por não permitir fazer uma efectiva sistematização dos dados.

sejam essas preços pedidos e preços obtidos por determinadas obras, ou preços pedidos e preços oferecidos por outras¹. Junto a alguns dos títulos encontram-se similarmemente alusões ao valor ou raridade da obra.

A apreciação destes róis, bem como das menções a livros nas cartas leva-nos à consideração de uma questão, que se prende com o conhecimento efetivo da coleção de livros que Cenáculo possuiu, mas da qual não temos qualquer catálogo. Nesta coleção de livros que possuiu incluíram-se, não só as obras que comprou a agentes como Nicolau Pagliarini, Juan Buytrago e outros, cujos registos parciais ficaram muitas vezes inscritos nas diversas cartas que trocou, mas também outras obras que trocou com os seus correspondentes. Com efeito, nem só de compras se fez a coleção de Cenáculo e a análise da correspondência que aqui realizamos demonstra que lhe fizeram envios e donativos de obras. Verificamos, ao longo da exposição que compusemos relativa à troca de livros na correspondência cenaculana, que esta não se focalizou exclusivamente em permutas efetuadas a partir de agentes de compras, a quem Cenáculo encomendava as obras que entendia, nem tampouco respeitou unicamente a negócios de compra e venda. Os contactos com vários interlocutores, alguns dos quais eruditos peninsulares, foram também potenciadores de permutas efetivas de livros, ou apenas de troca de informações acerca de determinadas edições. Os livros foram uma presença constante, podendo afirmar-se que entre outros, este interesse marcou as relações estabelecidas pelo prelado, encontrando, nas cartas, um dos seus veículos de comunicação privilegiado.

Ainda assim, essa rede epistolar dá conta da importância dos agentes de compras para a constituição da coleção de livros de Frei Manuel do Cenáculo. As listas de compras são reveladoras de determinados interesses, mesmo não podendo ser vistas como uma representação absoluta da coleção de livros com os quais Cenáculo contactou e muito menos dos que possuiu.

A coleção de livros, com as quais o bispo de Beja contactou, incluiu diversas obras, a que acedeu por intermédio de correspondentes e agentes, através de doações, compras e comentários acerca de determinadas composições. Quando

¹ Exemplos disso são as listas: B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f.1; f.444; f.439.

procuramos traçar o panorama das trocas de livros realizadas por Cenáculo procuramos estar alerta para estas formas diferenciadas de acesso aos livros.

Importa reconhecer que, não obstante o pendor aparentemente quantitativo da apresentação de dados realizada, esta não é uma análise quantitativa em sentido absoluto. Com efeito, não obstante as múltiplas alusões a livros e câmbios efetuados, a tentativa de seriação dos dados mostrou-nos que a fonte apesar de muito rica, não permite a contabilização exata de muitas das características que quisemos rastrear. Assim, não podemos afirmar categoricamente que há um número exato de obras com determinado formato, cronologia ou característica, entre outros aspetos.

Se isso é verdade para a apreciação das características formais das obras, em termos de estudo das temáticas privilegiadas a questão ainda é mais premente, tal como pudemos constatar quando abordamos as dificuldades para estabelecer a categorização das obras das listas de compras. Ainda assim, estes róis apresentam uma maior fiabilidade na apresentação dos títulos, algo a que nas diversas epistolas que trocou não conseguimos aceder com clareza. Com efeito, é possível encontrar alusões que se limitam a referir “envio a obra do frade beneditino”, ou outras semelhantes, que não permitem discernir muito mais acerca dos títulos. Perante isso, não avançamos para uma tentativa de classificação temática das menções encontradas, uma vez que os dados que seria possível obter seriam claramente parcelares. Optámos por avaliar as menções tendo exclusivamente em conta as características mencionadas na própria fonte, procurando perceber quem foram os autores mais e menos citados, tentando compreender, partindo daí, se havia ou não diversidade de escolhas, encontrando assim algumas tendências.

Esta análise, ainda que não nos tenha permitido estabelecer séries estatísticas completas, nem determinar quantitativos absolutos, fez novamente ressaltar algumas características que já haviam sido detetadas quando abordamos outras feições do relacionamento que o bispo de Beja manteve com os livros. Sobressai acima de tudo uma diversidade que se manifesta quer em características das edições, suas cronologias e temas encontrados¹. Essa diversidade acaba por estar refletida também nos múltiplos usos e interesses dados aos livros. De facto, sabemos que os contactos com estes livros foram empreendidos tendo em conta os interesses de utilização das

¹ Ainda quem os dados não sejam números absolutos, com temos vindo a reconhecer.

obras, se é lícito considerar que algumas se destinavam a utilização pessoal, tendo por vista a satisfação de interesses do erudito que via nos livros um instrumento ao serviço do saber e também do colecionador que apreciava o valor do livros enquanto objeto, também nos parece coerente considerar que outras obras se dedicavam a usos em bibliotecas que, com múltiplos fins, Frei Manuel do Cenáculo ajudou a dotar. É justamente uma análise dos trabalhos tendo em vista essa dotação de bibliotecas que abordaremos no próximo capítulo do nosso trabalho.



Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt